



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (PRODEMA)
NÍVEL DOUTORADO



FLAVIA REGINA SOBRAL FEITOSA

QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE
SERGIPE: Um Olhar voltado para a Sustentabilidade

Recife

2021

FLAVIA REGINA SOBRAL FEITOSA

**QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE
SERGIPE: Um Olhar voltado para a Sustentabilidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Coorientador: Prof. Dr. Gregório Guirado Faccioli

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

F311q Feitosa, Flávia Regina Sobral.
Qualidade de vida em comunidades quilombolas do Estado de Sergipe : um olhar voltado para a sustentabilidade / Flávia Regina Sobral Feitosa. – 2021.
381 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho.
Coorientador: Prof. Dr. Gregório Guirado Faccioli.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2021.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Meio ambiente. 2. Quilombos. 3. Quilombolas. 4. Política pública. 5. Qualidade de vida. 6. Sustentabilidade. I. Castilho, Cláudio Jorge Moura de (Orientador). II. Faccioli, Gregório Guirado (Coorientador). III. Título

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-022)

FLAVIA REGINA SOBRAL FEITOSA

**QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE
SERGIPE: Um olhar voltado para a Sustentabilidade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 04/10/2021.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 CLAUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO
Data: 15/03/2022 19:42:54-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 GREGORIO GUIRADA FACCIOLI
Data: 11/03/2022 15:26:58-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Gregório Guirado Faccioli (Coorientador)
Universidade Federal de Sergipe

Documento assinado digitalmente
 Rosemeri Melo e Souza
Data: 11/03/2022 09:58:28-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^a. Dr^a.Rosemeri Melo e Souza (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe

Documento assinado digitalmente
 ROBERTO DOS SANTOS LACERDA
Data: 11/03/2022 12:14:36-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Roberto Lacerda dos Santos (Examinador Externo)

Universidade Federal de Sergipe

Documento assinado digitalmente
 RODRIGO JOSE DE GOIS QUEIROZ
Data: 12/03/2022 08:42:04-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Rodrigo José de Góis Queiroz (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 SOLANGE LAURENTINO DOS SANTOS
Data: 11/03/2022 17:01:53-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof^a. Dr^a. Solange Laurentino dos Santos (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho a Deus, minha base de fé, aos meus pais, meu marido, irmãos e as minhas maiores riquezas: meus amados filhos Arthur Vinícius e Enzo. Amo vocês mais que tudo nesta vida!

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, meu porto seguro, sempre está comigo nos momentos de dificuldades.

Aos meus amados pais, **Joaquim Feitosa** e **Maria Auxiliadora**, e aos meus irmãos Barbara e Marcelo. Sem a ajuda de vocês jamais concluiria esta etapa. Especialmente a você mãe, minha gratidão é imensa, pois sempre acreditou em mim, muito antes de eu achar que era possível.

Ao meu esposo, **Cledson**, pelo companheirismo, compreensão nos momentos de ausência e carinho com que cuidou dos nossos filhos, quando eu não pude estar presente. Aos meus filhos **Arthur** e **Enzo**, grandes amores da minha vida, a existência de vocês sempre foi a maior razão pela qual sigo em frente. Amo vocês demais.

À minha turma de doutorado, em especial **João, Viviane e Bruno**. E aos amigos que fiz no PRODEMA/UFPE, principalmente você **Solange**, que sempre me auxiliou nas burocracias da vida acadêmica. Às minhas amigas **Edilma, Emanuela, Fernanda, Haiane e Larissa**, obrigada por tornar mais leve essa jornada.

Ao meu estimado orientador **Cláudio Castilho** e co-orientador **Gregório Faccioli**, pelos ensinamentos e compreensão ao longo da jornada, cujos ensinamentos cultivarei ao longo da vida.

A todos os professores, coordenadores e colaboradores do PRODEMA/UFPE e PRODEMA/UFS pelos valiosos conhecimentos transmitidos e por acreditar na educação e na construção de uma sociedade melhor;

Aos professores e membros avaliadores **Roberto Lacerda, Solange Laurentino, Rosimeri Melo e Rodrigo José** pela avaliação e colaboração ao longo de toda a construção desse trabalho.

Às comunidades quilombolas Serra da Guia, Pirangi, Mocambo e Lagoa dos Campinhos, por me ensinar para além da vida acadêmica, mostrando no contato diário a importância dos elos de solidariedade. Obrigada pela partilha e por se tornarem também parte de minha família. Sem vocês, esse sonho jamais seria possível.

Por fim, a todos os amigos, colegas e familiares que mesmo sem serem citados sabem que contribuíram para que esse sonho se tornasse real. Amo a todos.

RESUMO

Os quilombos contemporâneos sergipanos são estruturas complexas, com especificidades organizativas e culturais que representam diferentes possibilidades de existência e luta por direitos socioambientais num mundo globalizante, que exclui a diversidade. O artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal reconhece a titulação dos territórios tradicionais como dever do Estado e direito coletivo inalienável, fortalecendo a mobilização dessas comunidades por políticas afirmativas. Sendo assim, é necessário analisar se as políticas públicas implantadas, após a titulação dessas comunidades tradicionais, estão contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade de vida nos territórios quilombolas. Como hipótese, acredita-se que as políticas governamentais não estão sendo efetivamente implantadas, o que tem interferido na qualidade de vida dessas comunidades. Portanto, a tese tem por objetivo geral avaliar a qualidade de vida nos quilombos titulados do estado de Sergipe, considerando indicadores de sustentabilidade, que contemplem as dimensões territoriais, socioeconômicas e culturais. A pesquisa foi realizada em 04 (quatro) comunidades quilombolas com titulações emitidas pelo INCRA: Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco); Mocambo (Porto da Folha), Pirangi (Capela) e Serra da Guia (Poço Redondo). Na etapa de campo foram aplicadas técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo, como entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças comunitárias, grupos focais, cartografias sociais, além de serem elaborados mapas de uso do solo, de declividade, de áreas de preservação ambiental e confronto do uso do solo com áreas de preservação permanente, confeccionados no ArcGIS, que juntos possibilitaram registrar os principais equipamentos e estruturas da comunidade, bem como selecionar e mensurar os indicadores de qualidade de vida desse estudo. Os dados coletados foram agrupados e sistematizados em gráficos, quadros e tabelas e analisados de acordo com a metodologia de Sobral (2012) e Calório (1997). Por fim, a partir dos indicadores de sustentabilidade (territorial, socioeconômico e cultural), gerou-se índices de sustentabilidade integrados que demonstraram a invisibilidade social e a necessidade de operacionalização de várias políticas afirmativas, a fim de garantir cidadania e qualidade de vida para as comunidades quilombolas, que tanto contribuíram para o processo de formação da sociedade brasileira. Além disso, foi possível delinear junto com as comunidades estudadas um planejamento focado numa gestão territorial sustentável, contribuindo para a conquista da autonomia e efetivação dos direitos dessas comunidades.

Palavras-Chave: Quilombos; Políticas Públicas; Identidade Territorial; Indicadores.

ABSTRACT

Contemporary Sergipe quilombos are complex structures, with organizational and cultural specificities that represent different possibilities of existence and struggle for socio-environmental rights in a globalizing world, which excludes diversity. Article 68 of the Act on Transitory Provisions of the Constitution recognizes the titling of traditional territories as a duty of the State and an inalienable collective right, strengthening the mobilization of these communities for affirmative policies. Therefore, it is necessary to analyze whether the public policies implemented, after the title of these traditional communities, are effectively contributing to the improvement of the quality of life in quilombola territories. As a hypothesis, it is believed that government policies are not being effectively implemented, which has interfered with the quality of life of these communities. Therefore, the thesis has the general objective of evaluating the quality of life in the titled quilombos of the state of Sergipe, considering sustainability indicators, which include territorial, socioeconomic and cultural dimensions. The research was carried out in 04 (four) quilombola communities with titles issued by INCRA: Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco); Mocambo (Port of Folha), Pirangi (Capela) and Serra da Guia (Poço Redondo). In the field stage, Rapid Participatory Diagnosis techniques were applied, such as semi-structured interviews with residents and community leaders, focus groups, social cartographies, in addition to drawing up maps of land use, slope, environmental preservation areas and land use comparison with permanent preservation areas, made in ArcGIS, which together made it possible to record the main equipment and structures of the community, as well as to select and measure the quality of life indicators of this study. The collected data were grouped and systematized into graphs, charts and tables and analyzed according to the methodology of Sobral (2012) and Calório (1997). Finally, from the sustainability indicators (territorial, socioeconomic and cultural), integrated sustainability indices were generated that demonstrated the social invisibility and the need to operationalize various affirmative policies, in order to guarantee citizenship and quality of life for the quilombola communities, which contributed so much to the process of formation of Brazilian society. In addition, it was possible to outline, together with the communities studied, a planning focused on sustainable territorial management, contributing to the achievement of autonomy and enforcement of the rights of these communities.

Keywords: Quilombos; Public policy; Territorial identity; Indicators.

RESUMEN

Los quilombos de Sergipe contemporáneos son estructuras complejas, con especificidades organizativas y culturales que representan diferentes posibilidades de existencia y de lucha por los derechos socioambientales en un mundo globalizador, que excluye la diversidad. El artículo 68 de la Ley de Disposiciones Transitorias de la Constitución reconoce la titulación de los territorios tradicionales como un deber del Estado y un derecho colectivo inalienable, fortaleciendo la movilización de estas comunidades por políticas afirmativas. Por tanto, es necesario analizar si las políticas públicas implementadas, después del título de estas comunidades tradicionales, están contribuyendo efectivamente al mejoramiento de la calidad de vida en los territorios quilombolas. Como hipótesis, se cree que las políticas gubernamentales no se están implementando de manera efectiva, lo que ha interferido con la calidad de vida de estas comunidades. Por tanto, la tesis tiene como objetivo general evaluar la calidad de vida en los quilombos titulados del estado de Sergipe, considerando indicadores de sostenibilidad, que incluyen dimensiones territoriales, socioeconómicas y culturales. La investigación se llevó a cabo en 04 (cuatro) comunidades quilombolas con títulos emitidos por INCRA: Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco); Mocambo (Puerto de Folha), Pirangi (Capela) y Serra da Guia (Poço Redondo). En la etapa de campo se aplicaron técnicas de Diagnóstico Participativo Rápido, tales como entrevistas semiestructuradas con pobladores y líderes comunitarios, grupos focales, cartografías sociales, además de la elaboración de mapas de uso de suelo, talud, áreas de preservación ambiental y comparación de uso de suelo con áreas de preservación permanente, realizadas en ArcGIS, que en conjunto permitieron registrar los principales equipos y estructuras de la comunidad, así como seleccionar y medir los indicadores de calidad de vida de este estudio. Los datos recolectados fueron agrupados y sistematizados en gráficos, cuadros y tablas y analizados según la metodología de Sobral (2012) y Calório (1997). Finalmente, a partir de los indicadores de sustentabilidad (territorial, socioeconómica y cultural), se generaron índices de sustentabilidad integrados que evidenciaron la invisibilidad social y la necesidad de operacionalizar diversas políticas afirmativas, con el fin de garantizar la ciudadanía y calidad de vida de las comunidades quilombolas, lo que contribuyó a mucho al proceso de formación de la sociedad brasileña. Además, fue posible esbozar, junto con las comunidades estudiadas, una planificación enfocada en la gestión territorial sostenible, contribuyendo al logro de la autonomía y la vigencia de los derechos de estas comunidades.

Palabras clave: Quilombos; Política pública; Identidad territorial; Indicadores.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma das etapas de titulação quilombolas	58
Figura 2 - Comunidades Quilombolas Reconhecidas no Brasil	59
Figura 3 - Variação do número de comunidades quilombolas certificados, entre 2004-2020 ...	62
Figura 4 - Territórios Quilombolas Titulados.....	63
Figura 5 - Mapa de localização das comunidades quilombolas sergipanos	66
Figura 6 - Distribuição dos quilombos sergipanos por município	67
Figura 7 - Mapa de Localização dos quilombos estudados	95
Figura 8 - Fotos do complexo de Serra Negra em Poço Redondo/SE.....	97
Figura 9 - Entrada do Quilombo Pirangi em Capela/SE	98
Figura 10 - Entrada do Quilombo Mocambo em Porto da Folha/SE	99
Figura 11 - Entrada do Quilombo Lagoa dos Campinhos em Amparo do São Francisco/SE..	100
Figura 12 - Fluxograma da pesquisa	104
Figura 13 - Gráfico tipo radar, utilizado para gerar um índice de sustentabilidade (IS)	119
Figura 14 - Faixa etária (%) dos quilombolas entrevistados	122
Figura 15 - Destinação dos Resíduos Sólidos nos quilombos estudados	125
Figura 16 - Queimada dos Resíduos Sólidos no quilombo Pirangi/SE	125
Figura 17 - Descarte irregular dos Resíduos Sólidos em Serra da Guia/SE.....	126
Figura 18 - Porcentagem de Esgotamento Sanitário nos quilombos estudados	127
Figura 19 - Esgoto a céu aberto no quilombo de Mocambo/SE.....	128
Figura 20 - Manejo agrícola na Comunidade Pirangi/SE.....	130
Figura 21 - Porcentagem de uso de agrotóxicos nos quilombos estudados.....	131
Figura 22 - Mapa de uso do solo do quilombo de Serra da Guia/SE	132
Figura 23 - Fotos aéreas do quilombo Serra da Guia/SE	135
Figura 24 - Focos de incêndio no quilombo Serra da Guia/SE	135
Figura 25 - Mapa de uso do solo do quilombo Pirangi/SE.....	137
Figura 26 - Fotos da vegetação não-densa do quilombo Pirangi/SE.....	139
Figura 27 - Solo exposto do quilombo Pirangi/SE.....	139
Figura 28 - Imagens Google Earth Pro e Sentinel-2 do quilombo Pirangi/SE.....	140
Figura 29 - Mapa de uso do solo do quilombo Mocambo/SE.....	141
Figura 30 - Vegetação não densa do Quilombo Mocambo/SE	142
Figura 31- Margens do Rio São Francisco, no Quilombo Mocambo/SE.....	142
Figura 32 - Solo exposto do quilombo Mocambo	144

Figura 33 - Vegetação densa do quilombo Mocambo/SE	144
Figura 34 - Mapa de uso do solo de Lagoa dos Campinhos/SE	146
Figura 35 - Vegetação não densa e densa do Quilombo Lagoa dos Campinhos/SE.....	147
Figura 36 - Erosão do solo no quilombo de Lagoa dos Campinhos/SE.....	148
Figura 37 - Vegetação nativa do quilombo Serra da Guia/SE.....	148
Figura 38 - Vegetação nativa do quilombo Pirangi/SE	149
Figura 39 - Vegetação densa do quilombo de Mocambo/SE	149
Figura 40 - Vegetação nativa do Quilombo Lagoa dos Campinhos/SE	150
Figura 41 - Mapa de Declividade da APP do quilombo Serra da Guia/SE.....	152
Figura 42 - Mapa de APP de corpos d'água do quilombo Serra da Guia/SE.....	154
Figura 43 - Conflito do uso do solo de APP do quilombo Serra da Guia/SE.....	156
Figura 44 - Mapa de Declividade do quilombo Pirangi/SE	158
Figura 45 - Mapa de APP de corpos d'água do quilombo Pirangi/SE	160
Figura 46 - Conflito do uso do solo com as APP do quilombo Pirangi/SE.....	162
Figura 47 - Mapa de declividade do Quilombo Mocambo/SE.....	164
Figura 48 - Margem do Rio São Francisco no quilombo Mocambo/SE	165
Figura 49 - Mapa de Áreas de Preservação Permanente de corpos d'água do quilombo Mocambo/SE	166
Figura 50 - Mapa de uso das áreas de preservação permanente do quilombo Mocambo/SE...	168
Figura 51 - Mapa de Áreas de Preservação Permanente do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE	170
Figura 52 - Mapa de declividade do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE	171
Figura 53 - Mapa de conflito do uso do solo com Áreas de Preservação Permanente do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE.....	172
Figura 54 - Acesso à água nos quilombos titulados	175
Figura 55 - Cisternas do quilombo Serra da Guia/SE	176
Figura 56 - Fontes de obtenção de água potável do quilombo Serra da Guia/SE	176
Figura 57 - Poço artesiano do quilombo Pirangi/SE	178
Figura 58 - Acesso a crédito agropecuário dos quilombos titulados.....	180
Figura 59 - Principais cultivos do quilombo de Mocambo/SE.....	181
Figura 60 - Plantação de palma no quilombo de Serra da Guia /SE	183
Figura 61 - Principais cultivos no quilombo Pirangi/SE	186
Figura 62 - Principais criações do quilombo Pirangi/SE.....	187
Figura 63 - Produção agropecuária do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE.....	188

Figura 64 - Acesso à energia elétrica nos quilombos titulados	191
Figura 65 - Escolaridade dos quilombolas das comunidades tituladas	192
Figura 66 - Escola Municipal Selma Saturnino em Serra da Guia/SE	193
Figura 67 - Principal meio de transporte do quilombo Serra da Guia/SE	193
Figura 68 - Colégio Estadual 27 de Maio em Mocambo/SE.....	196
Figura 69 - Escola Municipal Raimundo Martins, povoado Serraria.....	197
Figura 70 - Escola Municipal Josias José dos Santos, povoado Crioulo/SE.....	198
Figura 71 - Atividades das crianças quilombolas do povoado Crioulo/SE.....	198
Figura 72 - Acesso à renda dos quilombos titulados	200
Figura 73 - Posto de saúde do quilombo Serra da Guia em Poço Redondo/SE	203
Figura 74 - Unidade de Saúde da Família Aladin Rodrigues Souza em Mocambo/SE	205
Figura 75 - Unidades Básicas de Saúde em Lagoa dos Campinhos/SE	208
Figura 76 - Tipo de habitações dos quilombos titulados	210
Figura 77 - Habitações dos quilombolas de Serra da Guia em Poço Redondo/SE	211
Figura 78 - Fogões ecológicos do quilombo Serra da Guia/SE.....	212
Figura 79 - Habitações do quilombo Pirangi em Capela/SE.....	212
Figura 80 - Fotografia das residências do quilombo de Mocambo/SE.....	213
Figura 81 - Residências do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE	214
Figura 82 - Estação pluviométrica e Sede da Associação Quilombola de Pirangi em Capela/SE	220
Figura 83 - Religião dos quilombolas das comunidades tituladas sergipanas.....	230
Figura 84 - Templo Católico do quilombo Serra da Guia/SE	231
Figura 85 - Igrejas Católicas do quilombo de Mocambo/SE	232
Figura 86 - Igrejas Católicas de Lagoa dos Campinhos em Amparo de São Francisco/SE.....	232
Figura 87 - Igreja Católica no topo da Serra Negra/SE.....	237
Figura 88 - Ritual da Festa da Gloriosa Santa Cruz no quilombo Serra da Guia.....	238
Figura 89 - Ritual da festa da Gloriosa Santa Cruz em Mocambo/SE	239
Figura 90 - Ofício da matina no Cruzeiro.....	240
Figura 91 - Ritual de novenas da Festa Gloriosa Santa Cruz em Mocambo/SE	241
Figura 92 - Terceiro dia da Festa da Gloriosa de Mocambo, procissão fluvial.....	242
Figura 93 - Noite de enceramento da Festa “Gloriosa Santa Cruz”	242
Figura 94 - Quadrilha junina infantil da Escola Estadual 27 de Maio em Mocambo	244
Figura 95 - Vaquejada do povoado Lagoa Seca/SE	244
Figura 96 - Celebração do dia 20 de novembro em Pirangi/SE	246

Figura 97 - Celebração do Dia da Consciência Negra do quilombo de Mocambo/SE	246
Figura 98 - Dia da Consciência Negra do quilombo de Lagoa dos Campinhos/SE.....	247
Figura 99 - Corrida de barco do povoado Crioulo/SE.....	248
Figura 100 - Samba de coco do quilombo Pirangi	250
Figura 101 - Samba de coco do quilombo Mocambo/SE.....	250
Figura 102 - Samba de coco de Lagoa dos Campinhos/SE.....	251
Figura 103 - Rodas de Capoeira de Lagoa dos Campinhos/SE.....	252
Figura 104 - Dona Josefa da Guia: representante do patrimônio imaterial do quilombo Serra da Guia.....	255
Figura 105 - Dona Josefa da Guia, liderança quilombola de Serra da Guia/SE.....	256
Figura 106 - Símbolos espirituais e remédios caseiros da liderança Josefa da Guia.	257
Figura 107 - Memorial quilombola da Comunidade Serra da Guia em Poço Redondo/SE	260
Figura 108 - Acervo cultural do quilombo Pirangi/SE.....	261
Figura 109 - Artefatos históricos da comunidade de Mocambo/SE.....	262
Figura 110 - Artefatos históricos da comunidade Lagoa dos Campinhos/SE.....	262
Figura 111 - Campo de futebol dos quilombos Serra da Guia, Pirangi, Mocambo e Lagoa dos Campinhos	264
Figura 112 - Cemitério dos escravos no topo da Serra Negra/SE	265
Figura 113 - Antiga Casa dos Escravos e atual sede da Associação Quilombola de Pirangi... ..	266
Figura 114 - Casa de Farinha do quilombo Pirangi/SE.....	267
Figura 115 - Produção de farinha do quilombo Pirangi/SE.	268
Figura 116 - Lagoa do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE.....	269
Figura 117 - Culinária típica do quilombo de Mocambo/SE.....	270
Figura 118 - Cordel de Joel Gonzaga, artista do quilombo Mocambo/SE.....	271
Figura 119 - Renda Bilro do quilombo Serra da Guia/SE.....	271
Figura 120 - Artesanato do quilombo de Mocambo/SE.....	272
Figura 121 - Índice de sustentabilidade do quilombo Serra da Guia/SE.....	278
Figura 122 - Índice de sustentabilidade do quilombo Pirangi/SE	279
Figura 123 - Índice de sustentabilidade do quilombo Mocambo/SE	279
Figura 124 - Índice de sustentabilidade do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE.....	280
Figura 125 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Serra da Guia, segundo Calório (1997)	287
Figura 126 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Pirangi, segundo Calório (1997). ..	290

Figura 127 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Mocambo, segundo Calório (1997)	291
Figura 128 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Lagoa dos Campinhos, segundo Calório (1997):	292
Figura 129 - Gráfico integrado e admensionalizado dos índices de sustentabilidade dos quilombos, segundo Calório (1997)	294
Figura 130 - Gráfico integrado e dimensionalizado dos índices de sustentabilidade dos quilombos, segundo Calório (1997)	295
Figura 131 - Equipamentos sociais da comunidade Serra da Guia/SE	299
Figura 132 - Mapa da realidade do quilombo Serra da Guia/SE	301
Figura 133 - Igreja evangélica e igrejas católicas de Serra da Guia/SE	303
Figura 134 - Cemitérios do quilombo Serra da Guia/SE	304
Figura 135 - Mapa dos desejos do quilombo Serra da Guia/SE	305
Figura 136 - Lanchonete de Serra da Guia/SE	306
Figura 137 - Estrada de acesso ao quilombo Serra da Guia/SE	307
Figura 138 - Creche da comunidade Serra da Guia/SE	307
Figura 139 - Fazenda São Clemente em Serra da Guia/SE	308
Figura 140 - Equipamentos sociais da comunidade Pirangi/SE	310
Figura 141 - Mapa da realidade do quilombo Pirangi/SE	311
Figura 142 - Recorte do mapa da realidade mostrando as atividades produtivas de Pirangi	313
Figura 143 - Mapa do desejo do quilombo Pirangi/SE	315
Figura 144 - Campo de futebol do quilombo Pirangi/SE	317
Figura 145 - Principais equipamentos sociais de Mocambo/SE	319
Figura 146 - Mapa da realidade da comunidade de Mocambo/SE	320
Figura 147 - Mapa dos desejos do quilombo de Mocambo/SE	324
Figura 148 - Mapa da realidade do quilombo Lagoa dos Campinhos	327
Figura 149 - Equipamentos sociais de Lagoa dos Campinhos	330
Figura 150 - Mapa do desejo de Lagoa dos Campinhos/SE	334

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Panorama dos marcos legais e das políticas públicas implementadas para as comunidades quilombolas de 1967-2013	39
Quadro 2 - Comunidades Quilombolas Sergipanas Certificadas e etapa de titulação no INCRA	65
Quadro 3 - Diferenças entre cartografia convencional e social.....	108
Quadro 4 - Indicadores da Dimensão Territorial.....	110
Quadro 5 - Indicadores da Dimensão Socioeconômica.....	114
Quadro 6 - Indicadores da Dimensão Cultural	115
Quadro 7 - Cantigas da Comunidade de Mocambo/SE.....	253
Quadro 8 - Bens materiais dos quatro quilombos titulados.....	259
Quadro 9 - Anseios da comunidade de Serra da Guia.....	300
Quadro 10 - Legenda dos elementos do mapa da realidade de Serra da Guia/SE.....	302
Quadro 11 - Legenda dos elementos do mapa da realidade de Pirangi/SE.....	312
Quadro 12 - Anseios da comunidade Pirangi/SE	316
Quadro 13 - Avaliação da relevância das necessidades do quilombo Pirangi/SE.....	317
Quadro 14 - Legenda dos elementos do mapa de Mocambo/SE.....	320
Quadro 15 - Principais anseios da comunidade de Mocambo/SE.....	321
Quadro 16 - Demandas prioritárias do quilombo de Mocambo/SE	323
Quadro 17 - Legenda dos elementos do mapa de Mocambo/SE.....	327
Quadro 18 - Principais anseios de Lagoa dos Campinhos/SE.....	333
Quadro 19 - Avaliação de medidas de Lagoa dos Campinhos	335
Quadro 20 - Sugestões de intervenção para a dimensão territorial	337
Quadro 21 - Sugestões de intervenção para a dimensão socioeconômica.....	338
Quadro 22 - Sugestões de intervenção para a dimensão cultural	340

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Comunidades Quilombolas e Taxa de Certificação	60
Tabela 2 - Infraestrutura e acesso a serviços públicos das famílias quilombolas e não quilombolas sergipanos	70
Tabela 3 - Descrição das Comunidades Quilombolas certificadas do estado de Sergipe sem publicações encontradas de 2015-2019	81
Tabela 4 - Amostra dos quilombolas entrevistados.....	103
Tabela 5 - Sistema de valoração do componente da paisagem.....	112
Tabela 6 - Classificação da qualidade da paisagem do quilombo Serra da Guia/SE	113
Tabela 7 - Classificação da sustentabilidade dos quilombos estudados.....	118
Tabela 8 - Perfil dos entrevistados	121
Tabela 9 - Síntese dos indicadores da dimensão territorial de acordo com Calório (1997)	124
Tabela 10 - Cálculo do índice “Qualidade da Paisagem” do quilombo Serra da Guia/SE.....	133
Tabela 11 - Cálculo do índice “Qualidade da Paisagem” do quilombo Pirangi/SE	138
Tabela 12 - Cálculo do índice “Qualidade da Paisagem” do quilombo Mocambo/SE	145
Tabela 13 - Síntese dos indicadores da dimensão socioeconômica de acordo com Calório (1997)	174
Tabela 14 - Parâmetros de pontuação do indicador “Identidade Territorial”	215
Tabela 15 - Síntese dos indicadores da dimensão culturais de acordo com Calório (1997)	215
Tabela 16 - Bens imateriais dos quatro quilombos titulados.....	235
Tabela 17 - Sustentabilidade dos quilombos titulados	275
Tabela 18 - Cálculo da média ponderada e Vpn dos indicadores territoriais	282
Tabela 19 - Cálculo da média ponderada e Vpn dos indicadores socioeconômicos	283
Tabela 20 - Composição e média geral do indicador “Identidade quilombola”	284
Tabela 21 - Cálculo da média ponderada e Vpn dos indicadores culturais	285
Tabela 22 - Índices de Sustentabilidade, adimensionado, dimensionado e máximo por Calório (1997).....	286
Tabela 23 - Índices de Sustentabilidade dos quilombos titulados, segundo Calório (1997)	293

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ASQ	Agenda Social Quilombola
CF	Constituição Federal
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EUA	Estados Unidos da América
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IN	Instrução Normativa
ITER	Instituto de Terras do Estado
ITESP	Fundação Instituto de Terras em São Paulo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Programa de Alimentação Escolar
PAR	Programa de Apoio à Educação para as Relações Étnico-Raciais
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PCTs	Povos e comunidades tradicionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola

PIB	Produto Interno Bruto
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAQ	Programa Nacional de Alimentação Quilombola
PNATER	Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PS	Promoção da Saúde
QV	Qualidade de Vida
SEMARH	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN	Sistema Nacional de Notificação de Agravos
SINASC	Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TBC	Turismo de Base Comunitária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DO RECONHECIMENTO À DIFÍCIL CONCRETIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL	25
2.1.1	Da negação do negro ao quilombo	25
2.1.2	O contexto histórico do racismo na América	30
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AOS QUILOMBOLAS	38
2.2.1	Panorama das Legislações e Políticas Públicas voltadas aos Quilombolas a partir do Brasil República	38
2.2.2	Panorama Atual de Certificações das Comunidades Remanescentes de Quilombolas	56
2.3	QUILOMBOS SERGIPANOS: CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS IDENTITÁRIOS	68
2.3.1	Da análise dos quilombos sergipanos	81
2.4	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	84
2.4.1	A Qualidade de Vida dos Quilombos e sua Relação com a Sustentabilidade.....	84
2.4.2	Indicadores de Qualidade de Vida (IQV)	86
2.4.2.1	Conceito e importância dos indicadores	86
2.4.2.2	Indicadores de Qualidade de Vida enquanto Instrumentos Balizadores das Políticas Públicas.....	87
3	METODOLOGIA.....	94
3.1	ÁREAS DE ESTUDO	94
3.2	PERCURSO METODOLÓGICO	101
3.2.1	Seleção dos participantes do estudo	102
3.2.2	Procedimentos metodológicos	103
3.2.2.1	Revisão bibliográfica e documental	104
3.2.2.2	Pesquisa de campo.....	105
3.2.2.3	Limitações e dificuldades do estudo.....	109
3.2.2.4	Seleção de matriz de indicadores.....	109
3.3	ANÁLISE E TRIANGULAÇÃO DOS DADOS	116
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	121

4.1	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS QUILOMBOS TITULADOS DE SERGIPE A PARTIR DE INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA	121
4.1.1	Perfil dos Entrevistados e Indicadores de Qualidade de Vida.....	121
4.1.2	Indicadores de Qualidade de vida: Dimensão Territorial.....	124
4.1.3	Indicadores de Qualidade de Vida: Dimensão Socioeconômica	173
4.1.4	Indicadores de Qualidade de Vida: Dimensão Cultural	214
4.1.5	Sustentabilidade dos quilombos estudados de acordo com a metodologia adaptada de Sobral (2012)	274
4.1.6	Sustentabilidade dos quilombos estudados de acordo com a metodologia adaptada de Calório (1997).....	281
4.2	CARTOGRAFIA SOCIAL DOS QUILOMBOS TITULADOS DE SERGIPE	296
4.3	AÇÕES PARA FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS QUILOMBOS SOB UM OLHAR DA SUSTENTABILIDADE	336
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	342
	REFERÊNCIAS	348
	APÊNDICE A: ENTREVISTA COM OS MORADORES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	367
	APÊNDICE B: ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	370
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	373
	ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	374
	ANEXO B: INDICES DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO PARA SERRA DA GUIA/SE	378
	ANEXO C: ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO (1997) PARA PIRANGI/SE	379
	ANEXO D: ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO (1997) PARA MOCAMBO/SE	380
	ANEXO E: ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO (1997) PARA LAGOA DOS CAMPINHOS/SE	381

1 INTRODUÇÃO

“Sofrer, esse sentimento difícil de exprimir e rejeitado por todos, mas que a unia de forma irremediável a todo seu povo”.

(Itamar Vieira Júnior, Torto Arado, 2018)

A permanência nos territórios quilombolas, no estado federado de Sergipe, é uma dificuldade, devido à precariedade no que se refere ao acesso aos serviços sociais básicos (água, habitação de qualidade, saneamento, etc.), indo de encontro à própria legislação existente no país, norteada pela atual Carta Magna.

O descaso pulveriza-se para os mais diversos setores, fazendo com que 74,7% das comunidades quilombolas no Brasil se encontrem, ainda, em condição de vulnerabilidade social, levando mais de 78% das famílias quilombolas a serem beneficiárias do Programa Bolsa Família, pois estão em situações de extrema pobreza. Esta realidade se reflete também no setor da saúde, uma vez que as precárias condições de vida aumentam a possibilidade de aquisição de patologias infectocontagiosas que, atreladas à baixa resolutividade da assistência primária, trazem severos prejuízos à saúde da população negra, que acessa tardiamente os serviços institucionais e neles não conseguem continuidade do cuidado ao longo da rede de atenção à saúde (OLIVEIRA, 2018).

Andrade et al. (2017) afirmaram existir mais de três mil comunidades quilombolas no país, representando 214 mil famílias e 1,17 milhão de pessoas. E, destes quilombos, 1.536 são certificados, 876 estão no Nordeste e 32 em Sergipe (SILVA, 2017).

A invisibilidade socioeconômica das comunidades quilombolas em Sergipe, assim como no Brasil, é, portanto, uma realidade. Das 4196 famílias quilombolas sergipanas cadastradas no INCRA, 3053 (72,8%) dependem de programas assistenciais (Bolsa Família) para subsistência e 71,9% (3017 quilombolas) desse público estão classificados na faixa de renda de “extrema pobreza”. Acrescenta-se ainda, que 79,3% dessas famílias situam-se na zona rural, existindo no nosso estado apenas um quilombo urbano, que é a Maloca situado em Aracaju (CADÚNICO, 2020).

Em oposição à trajetória de exclusão e negligência estatal, os quilombolas se constituíram enquanto símbolos históricos de resistência. Além do enfrentamento ao regime escravocrata entre os séculos XVI e XIX, ainda hoje resistem contra a omissão estatal e negação de direitos garantidos aos cidadãos brasileiros. Essa desassistência vai desde falta de proteção e apoio nas disputas agrárias em torno das áreas ocupadas, até à falta de infraestrutura e investimentos

públicos por parte do Estado em diversos setores. De acordo com Soares (2018), os quilombolas sofrem ainda um isolamento físico/social, preconceitos de raça, crença e falta de informação acerca de seus direitos. O autor reforça ainda, que os quilombolas são predominantemente agricultores, voltados ao plantio e à criação de pequenos animais e que esse vínculo com a terra, fortalece a luta constante para permanecer em seus territórios.

O imaginário social associa a questão quilombola à vida em isolamento, mas, o que os quilombolas reivindicam é o direito à autodeterminação para definir suas possibilidades de existência num mundo globalizado a partir de suas especificidades culturais, costumes e valores. Como cidadãos, lutam para que o Estado satisfaça pelo menos, as suas necessidades básicas, não lhes furtando o direito a uma vida digna. Apesar de direitos inerentes à condição de cidadãos brasileiros, o gozo desses direitos por parte das populações afrodescendentes só se deu mediante mobilização e enfrentamento às estruturas e instituições, que estruturalmente se ergueram influenciadas pela lógica racista, e dificultaram o processo de reparação ao histórico de exploração/exclusão.

Pesquisas sobre indicadores de qualidade de vidas voltadas aos quilombolas são fundamentais para auxiliar-nos a vislumbrar caminhos contextualizados e efetivos visando reparar a situação de injustiça socioambiental em que vivem as comunidades, uma vez que os critérios propostos internacionalmente, embora balizem, não respondem às necessidades desse grupo social que possui sistemas produtivos, modos de vida, valores e arranjos sociais bastante peculiares.

As ferramentas, indicadores territoriais, socioeconômicas e culturais possibilitam avaliar a real situação dos quilombolas nos seus territórios de existência, propondo ações que estimulem a melhoria da qualidade de vida, através da geração de índices integrados que direcionem investimentos para áreas prioritárias, fomentando iniciativas de desenvolvimento local.

Ressalta-se ainda, que praticamente, não existem trabalhos na literatura que produzam índices a partir de indicadores de qualidade de vida com uma sistematização de dados que correlacionem aspectos como infraestrutura, organização sociocultural, fatores de risco, grau de acesso às políticas públicas e percepção sobre o que interfere no bem-estar nos quilombos. Embora haja índices consolidados que avaliam a qualidade de vida de uma população, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), estes não refletem as particularidades culturais e os saberes tradicionais das comunidades em epígrafe.

Sendo assim, é necessário analisar se as políticas públicas implantadas estão contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade de vida nos territórios quilombolas, conservando suas matrizes e práticas culturais, de modo a assegurar a sustentabilidade territorial, socioeconômica e cultural, em sua complexidade.

Em razão do acima exposto, a tese parte do seguinte questionamento: As comunidades quilombolas tituladas do estado de Sergipe têm de fato acesso às políticas afirmativas do Estado? Em que medidas tais políticas têm assegurado de fato a perpetuação da cultura, a equidade ambiental, socioeconômica e a reparação de injustiças históricas?

Para elucidar essa inquietação, a tese apresenta o seguinte pressuposto: As políticas governamentais que asseguram direitos territoriais, culturais e socioeconômicos aos quilombolas do estado de Sergipe não estão sendo efetivamente implantadas, o que interfere na qualidade de vida das comunidades.

Assim, essa tese possui por objetivo geral avaliar a qualidade de vida nos quilombos titulados do estado de Sergipe, considerando indicadores de sustentabilidade, que contemplem as dimensões territorial, socioeconômica e cultural. No intuito de alcançar o objetivo geral foram propostos os seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar as ações governamentais implantadas nas comunidades quilombolas tituladas, b) Realizar um diagnóstico das comunidades quilombolas tituladas de Sergipe, a partir de indicadores de qualidade de vida, que contemplem as dimensões territorial, socioeconômica e cultural c) Propor ações de desenvolvimento local para as comunidades quilombolas do Estado de Sergipe, a partir de indicadores de qualidade de vida que contemplem as citadas dimensões.

Em face do exposto, a estrutura da tese se acha organizada da seguinte maneira: introdução, três tópicos teóricos, metodologia, resultados e discussão e considerações finais. A introdução aborda a relevância, inovação do estudo, o problema, a hipótese e os objetivos da pesquisa.

No primeiro tópico, realizou-se uma reflexão acerca do contexto histórico do racismo na América e da dificuldade de garantia de um legítimo lugar do negro na sociedade brasileira, desembocando num movimento de lutas e resistências que contribuiram para a formação dos quilombos. Foram também discutidos os conceitos contemporâneos de quilombo, identidade, território e etnicidade.

Na sequência, traçou-se um panorama das legislações e políticas públicas voltadas a essas comunidades a partir do Brasil-República, bem como delineou-se as etapas do processo de

certificação e titulação dos quilombos, relatando os entraves burocráticos e políticos vivenciados até à propriedade definitiva do território. Por fim, fez-se uma explanação geral de como se encontram estruturados os quilombos sergipanos, com suas características e seus aspectos identitários.

A seção seguinte contemplou o conceito e a importância dos indicadores de qualidade de vida e suas dimensões na perspectiva da sustentabilidade (ambiental, socioeconômica e cultural), enquanto instrumentos balizadores para um diagnóstico contextualizado e ampliado, com parâmetros fidedignos, que respeitem as especificidades das comunidades.

Na sequência, delineou-se o percurso metodológico do estudo que vai desde a descrição da área estudada, levantamento de dados documentais e de campo, tabulação, análise e sistematização dos resultados obtidos, o que permitiu compreender o modo de estruturação e organização dos quilombos sergipanos titulados, identificando potencialidades e fragilidades nestes territórios, a fim de direcionar um olhar prioritário para alguns setores. Por fim, foram apresentadas as considerações finais, referências consultadas, bem como os apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DO RECONHECIMENTO À DIFÍCIL CONCRETIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

2.1.1 Da negação do negro ao quilombo

No Brasil, percebe-se que a atividade econômica e a herança social distribuem desigualmente os homens no espaço, fazendo com que não se tenha uma adequada gestão territorial, uma vez que o acesso aos bens e serviços indispensáveis à qualidade de vida humana não é equitativamente distribuído (SILVA, 2018). As discrepâncias sociais nos levam a questionar que tipo de civilização se quer, sob que regras de convivência devemos nos pautar e quais valores devem embasar nossas relações, a fim de que seja construída uma sociedade mais equitativa e justa.

De acordo com a atual legislação brasileira, todos nós somos indivíduos portadores de direitos e deveres que, quando respeitados, outorgam-nos o título de cidadão. Entretanto, diuturnamente, tais garantias individuais são desconsideradas, menosprezadas e o que era para ser naturalmente alcançado, já que previsto por nosso ordenamento jurídico, torna-se uma conquista, frequentemente ameaçada pelo cotidiano implacável do preconceito e da injustiça social, sendo esta a realidade, também, da comunidade negra e quilombola no país.

Diante desse contexto, clama-se por reparar uma dívida social com relação a esses povos os quais sempre ficaram à margem dos benefícios do processo de formação territorial brasileiro. O resgate dessa dívida, entretanto, não é uma tarefa fácil e executada de maneira linear. No caso específico das populações negras, permanece um conjunto de marcas ligadas e enraizadas na longa experiência social de escravidão, a qual acabou por continuar influenciando na sociedade brasileira dos tempos atuais.

Na história do Brasil, os negros sempre foram posicionados como a massa trabalhadora a ser explorada, subjugada e que por isso sempre foram obrigados a incorporar-se no universo cultural da sociedade europeia sob pena de açoite, opressão, daí porque as fugas dos negros marcavam o modo mais racional de resistência e luta, configura-se nesse instante a formação dos primeiros quilombos. Nesse sentido, os quilombos podem ser compreendidos como estratégias de organização socioterritorial criada para possibilitar a reprodução social no ambiente hostil e desumano da escravidão cujas marcas se imprimem até os dias atuais (MOMBELLI, 2015).

A sociedade brasileira, até o período da República, era alicerçada no sistema latifúndio, monocultura e escravidão marcando um período de expropriação da mão de obra, que só poderia ser reproduzido se ancorado no racismo e criação de uma ideologia de raças, que perpetuou a exploração e violência às comunidades negras, mesmo após a abolição da escravatura (CORRÊA, 2016).

É importante ressaltar que os negros escravizados não aceitaram a condição brutal na qual foram submetidos, tanto que surgiram vários focos de luta, tendo como símbolo dessa resistência o Quilombo dos Palmares, localizado na Zona da Mata de Alagoas com cerca de 30mil quilombolas, formado no final do século XVI, sob as lideranças de Zumbi dos Palmares e sua esposa Dandara, que perdurou de 1595 a 1695, ou seja, aproximadamente um século (SANTANA, 2017).

Frente ao exposto, percebe-se que antes de 1889 as comunidades negras e quilombolas resistiam ao racismo e à escravidão criando redes de solidariedade, fugas, revoltas, refúgios que se configuravam em diversas territorialidades. E na atualidade, quando a escravidão sucumbe e pensa-se que o Estado irá amparar as comunidades negras, a ideia de raça sofre uma metamorfose, servindo novamente aos interesses da elite, vindo ancorada na ideia de branqueamento e democracia racial, fazendo com que estas comunidades continuem resistindo contra a expropriação de seus direitos e território (CORRÊA, 2016).

Portanto, mesmo após o período escravocrata, o tratamento destinado aos ex-escravos não condiz em nada com uma “harmonia de raças” pois, marginalizados da sociedade, os quilombolas tiveram seus direitos negados, passado a viver em condições análogas à escravidão. Nesse sentido, Martins (1979, p.12) pontuou: “(...) o trabalhador livre que veio substituir o escravo, dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos”.

Assim, a ideia de raça no Brasil surgiu com o descobrimento da América, sendo perpetuada ao longo do tempo, o que ainda hoje reproduz hierarquias, lugares e papéis sociais distintos, contribuindo para manter os padrões de dominação oriundos do colonialismo. Neste contexto, percebe-se que raça e racismo servem ao ideal de branqueamento para desvalorizar o negro, favorecer a alienação e dificultar a reafirmação identitária dessa comunidade, enfim, constrói um marcador social da diferença e de privilégios, onde “quanto mais distante de um modelo europeu de - ser e existir - se tiver, maior é a exclusão e a ausência de oportunidades” (BATISTA, 2020, p.25).

Além disso, em nosso país, o racismo possui característica bastante peculiar, pautando-se não na origem racial das pessoas, mas, sobretudo, na cor de sua pele, de modo que o processo de “branqueamento” permeia o sistema de ascensão social. Ribeiro (1995, p.225) afirma que “negro é o negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele é um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca”. É nesse sentido que, o branqueamento leva à redução étnica, pois os estigmas raciais ofendem a honra e desqualificam seus portadores.

De 1870 a 1930 a teoria do branqueamento ganha espaço privilegiado nos diálogos dos implementadores das políticas públicas, que entendiam que a predominância de uma população negra livre seria ameaça aos privilégios da elite branca. Essa teoria contempla duas vertentes: incentivo à imigração e posterior miscigenação da população; e rejeição das oportunidades de ascensão da população negra, que paulatinamente não subsistiria na sociedade. Infelizmente, essa ideia absurda não ficou restrita ao plano discursivo, tanto é que de 1850-1930 quase quatro milhões de estrangeiros entraram no nosso território e foram contemplados com legislações que garantiam acesso a financiamento, a terras e sementes para a agricultura; enquanto os negros não tiveram suas terras regularizadas e qualquer apoio estatal para garantir uma existência digna (CORRÊA, 2016).

Nesse sentido, Corrêa (2016) ainda pontua que a ideia de branqueamento também se estendeu a imagem, pois se percebeu que as atitudes de manipular as narrativas, apagar a presença de líderes negros dos livros didáticos, retirar a memória dessas comunidades, enfraquecem sua resistência. Além disso, como os quilombolas contam suas histórias pela oralidade, e não na produção escrita, esse patrimônio imaterial se perde também quando não é transmitido às gerações posteriores, ou quando as lideranças locais são assassinadas.

Dessa forma, percebe-se nitidamente o processo de estratificação social vivenciado pelas comunidades quilombolas, sobretudo quando analisamos os locais em que os quilombos se fixaram. Os rurais, a priori, alojaram-se nos locais mais distantes do centro, com pouca visibilidade, onde a opressão é menor; e os urbanos na periferia das cidades. E quando essas áreas passaram a ser valorizadas, os quilombolas sofrem constantes ameaças de expropriação e desterritorialização. Nesse sentido, o documento Nós, Mulheres Negras (2001, p. 14) sinaliza que

[...] no Brasil, afrodescendentes residem nas áreas mais inóspitas das regiões urbanas e em espaços rurais também carentes de políticas públicas essenciais para o exercício da cidadania, tais como saneamento básico, escolas e instituições de saúde, que quando existem são de baixa qualidade. Assim como estão alocados nos trabalhos que exigem

pouca qualificação profissional, cuja renda mensal é irrisória, logo insuficiente para cobrir necessidades vitais como, por exemplo, alimentação adequada. Agregam-se às precárias condições materiais de vida práticas racistas, firmemente arraigadas na sociedade brasileira, que contribuem decisivamente para a manutenção e até piora da baixa estima e risco de adoecimento físico e mental.

Observa-se ainda, que as relações inter-raciais no Brasil são revestidas de uma comedida tolerância que se pode revelar mais perversa, pois nem sempre está claro até onde vai a intenção de humilhar, subjugar. Nesse sentido, Nascimento (2018, p.94) pontua: “(...) o preconceito racial contra o negro é violento e ao mesmo tempo sutil, que ele existe latente e muitas vezes à tona entre nós mesmos; a presença, o confronto com o outro nos incomoda também. A democracia racial brasileira talvez exista, mas em relação ao negro inexistente”.

Logo, as marcas da escravidão fizeram com que os descendentes de escravos fossem compelidos a negar sua própria negritude, pois não mantinham vínculos com a cultura e o território, não sendo inseridos em nenhum espaço social. Percebe-se então que a multiplicidade racial fragiliza a reafirmação e consolidação identitária e territorial do negro, pois o racismo renega a história dessas comunidades

Todas essas agressões não resolvidas, todo o recalque de uma História ainda não escrita, ainda não abordada realmente, fazem de nós uns recalcados, complexados. Não afirmo isso empiricamente, a psicologia prova teoricamente que os complexos existem em todos os homens, enquanto recalques, o não resolvido existir. Em oitenta anos de uma “Abolição” da qual pouco participamos, que não partiu de nosso amadurecimento político-ideológico como raça, nem como brasileiros, não podem estar resolvidas as nossas frustrações. **A senzala ainda está presente.** (...) e ao perguntarem-me se eu tinha complexo, surpreendi-me dizendo que sim, com um orgulho jamais sentido. Justifico: se minha cultura é considerada como “contribuição à...”; se minha raça nunca teve acesso conjuntamente nem representativamente às riquezas desse país: se a maioria de nós está dispersa por força da incomunicabilidade que deve ser posteriormente estudada (o negro brasileiro, com raras exceções, não se agrupa); se nossa manifestação religiosa passa a ser folclore, ou o que é pior, consumida como música na TV, quando um branco quer retirar minha identidade física, um dado único da minha História viva no Brasil – só me resta assumir o meu complexo não resolvido. Resta-nos somente nosso inconsciente, que só através da História poderá ser compreendido e solucionado (NASCIMENTO, 2018, p. 96 e 97, grifo do autor).

Dessa forma, à comunidade negra só restou a falta de oportunidades, numa sociedade exacerbadamente desigual e injusta, com pouca ascensão social, onde: “[...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade. Nela se viu incorporado à força. Ajudou a construí-la e, nesse esforço, se desfez, mas, ao fim, só nela sabia viver, em razão de sua total desafricanização (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Desta forma, é no contexto de desassistência estatal e negação de cidadania que surgem os quilombos, inicialmente como grupos isolados que fugiam do regime escravocrata, e na atualidade, enquanto mecanismos de continuidade da luta, resistência e sobretudo reivindicação de espaços numa sociedade que sempre destinou a invisibilidade e a condição de expropriação de direitos aos negros.

Nesse sentido, Florestan Fernandes (2021) chama a atenção para o fato de que o fim da escravidão proporcionou apenas uma igualdade jurídica, vivenciando-se apenas uma Abolição Incompleta e o mito de uma democracia racial, pois os negros não foram preparados para se adaptarem numa sociedade em que o modelo capitalista se desenvolvia intensamente e, por sua vez, o Estado não propôs nenhum plano de assistência que os inserissem no sistema produtivo e na sociedade vigente.

Essa realidade fez com que os melhores empregos fossem direcionados aos imigrantes, pois essa força produtiva era mais qualificada para o trabalho livre, estando familiarizada com cláusulas contratuais, possuindo conhecimento técnico superior, por estarem acostumados com o modo de produção capitalista da Europa. Ao passo que, aos negros ex-cativos, sem escolaridade e conhecimento técnico aprimorado, restaram poucas oportunidades de sub-empregos e a continuidade de uma história de lutas e resistências por direitos sociais, que perdura até a atualidade (FERNANDES, 2021).

Franzt Fanon (2008) pontua que essa realidade só será transformada se a verdadeira desalienação ocorrer, ou seja, quando existir por parte da sociedade uma súbita tomada de consciência da realidade socioeconômica vivida pelo negro, quando houver a compreensão de que o racismo existe e se manifesta de diferentes formas e para repará-lo é preciso materializar a ocupação dos espaços sociais para todos os homens.

Essa transformação social só será possível se o negro se libertar do arsenal de complexos germinados no seio de uma sociedade fundamentada no colonialismo e essa tarefa perpassa pelo resgate da ancestralidade, negritude e consciência negra. Esta última, imanente a própria condição de ser negro, necessitado apenas de uma oportunidade histórica para afluir. Enfim, o que o autor pretende é mostrar que a colonização deixou marcas não só objetivas e históricas, mas também na atitude do homem diante da opressão vivida e estas só serão minimizadas quando a comunidade negra reivindicar a sua condição e espaço social (FANON,2008),

Nesse sentido, Quijano (2000) menciona que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo, sendo necessário analisar a tripla dimensão da colonialidade (poder, saber e ser), compreendendo que a leitura de raça e

racismo permeia a organização de toda estrutura e hierarquia social. Tal análise perpassa pelo estudo da formação dos quilombos na sociedade atual e de qual forma estas estruturas sociais se fazem presentes em um contexto majoritariamente colonial, que não valoriza a diversidade e os saberes tradicionais.

Ou seja, a colonialidade do poder manifesta pela criação de identidades sociais superiores, inferiores, racial, sexual e a do saber. Enfim, observa-se a hierarquização dos saberes científicos, tido como racional/legitimado e os saberes não legitimados pelo sistema, a exemplo dos saberes de comunidades tradicionais, como os quilombolas. E, por fim, a colonialidade do ser ocorre pela inferiorização, desumanização e subalternização de determinados grupos, de modo que essas práxis de violência deve ser anaquilada nos múltiplos espaços e origens da sua existência (QUIJANO, 2000)

Em contrapartida, a atual teoria do decolonialismo visa desnaturalizar essa matriz colonial de poder, propondo novos modo de se pensar as relações de poder e de organização social, muito mais solidárias, comunitárias e sustentáveis, ou seja, pretende-se propor lógicas não excludentes, de respeito e convivência com a diversidade (MIGNOLO, 2014). Os quilombos são um exemplo de resistência e de luta contra este sistema segregador e mercadológico, ao promover, em seu cotidiano, iniciativas fraternas, que valorizam a sua ancestralidade.

2.1.2 O contexto histórico do racismo na América

Godilho et al. (2017, p.21) afirmam que “a divisão em raças resulta de um processo político-social, originando a intolerância entre os homens, não existindo base científica para a classificação racial”. Logo, o racismo é um constructo social gerado num contexto em que se utilizou de características fenotípicas como ferramenta de dominação e opressão do diferente.

Desta forma, os impactos do racismo vão além da rejeição do indivíduo pela cor da sua pele, perpassando pela opressão do dominador e, por sua vez, pela sua subjugação a toda uma história, cultura e civilização. Tanto é que no Brasil, por razões históricas decorrentes da escravidão, a população negra e, por sua vez, quilombola sofre com uma trajetória de exclusão territorial e social, possuindo, em geral, baixa renda, menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária.

Esse é o cenário das nossas comunidades quilombolas, pois elas ainda convivem com um acesso deficitário às mais diversas políticas públicas e com a apropriação pela força do capital de seus territórios simbólicos e materiais. Até mesmo o poder público que deveria amparar esses

povos por vezes cria ou aprova projetos políticos à revelia da sua escuta, mesmo que tais iniciativas governamentais tragam impacto a subsistência e vida digna desses povos (MOURA, 2010).

Corroborando com esse entendimento, Godilho et al. (2017, p.22) pontuam que “(...) determinados grupos marginalizados, dentre eles as comunidades tradicionais, não são reconhecidos e respeitados pelo Estado”. No caso dos negros, a ocupação do espaço urbano e a apropriação das cidades se dá desde o período escravocrata, marcada por processos de desterritorialização desses sujeitos, o que explicita o contexto de racismo ambiental.

Percebe-se que o racismo engendra impactos que transcendem as questões raciais, manifestando-se sob a forma de injustiças e preconceitos aos grupos vulneráveis, seja na esfera histórica, econômica, social e ambiental, influenciando até as decisões políticas e governamentais. Nesse sentido, Abreu (2013, p. 95) complementa que os grupos vulneráveis arcam com os maiores danos ambientais, “ seja porque não têm voz - ou ninguém quer ouvi-los -, seja porque não têm vez - ou ninguém os deixam falar -, seja porque em termos de governabilidade, eles constituem apenas uma massa para manobras políticas”, como ocorre com as comunidades pobres comumente compostas por negros.

Pode-se afirmar que o racismo se manifesta em diferentes setores da sociedade, podendo este definir-se até como racismo ambiental, caracterizando todas as injustiças sociais e ambientais impostas aos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade. Enfim, trata-se do excessivo ônus que as minorias étnicas têm que suportar para assegurar os altos padrões de consumo das classes dominantes de nosso país, pois as mesmas são obrigadas a arcar com a maior parcela dos danos ambientais oriundos do processo de desenvolvimento (RANGEL, 2016).

Abreu (2013) acrescenta que os grupos vulneráveis, sub-cidadãos ou *outsiders ambientais* precisam se mobilizar para participar do processo político, pois muitas vezes o tratamento desigual destinado a esse segmento da sociedade conta com uma atitude permissiva do poder público, que não impede a ocorrência de injustiças ambientais, muitas vezes liberando empreendimentos poluidores, expulsando comunidades tradicionais de seu *habitat* natural, etc.

O termo racismo ambiental surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) fazendo contraponto com a ideia de justiça ambiental, sendo o conceito adotado a partir de dois momentos clássicos: **em 1978** quando os operários (brancos) da indústria elétrica de Niágara e suas famílias reivindicavam tratamento médico e indenizações pelo prejuízo à sua saúde por viverem em cima de aterros de resíduos tóxicos, culminando na criação de um centro de saúde e justiça ambiental;

e, em 1982 quando houve a revolta da população negra de Warren County, Carolina do Norte, contra a iminência de ter em sua vizinhança depósito de material contaminado retirado de outros lugares dos EUA (HERCULANO, 2002). Embora o termo racismo ambiental seja relativamente novo no país, surgindo em meados dos anos 2000, o mesmo alude a injustiças socioambientais vivenciadas pelas etnias e populações vulneráveis (BUENO, 2017).

Portanto, pode-se citar como exemplos de racismo ambiental: a divisão sociorracial das cidades, o grau de formação educacional institucional diferenciado, o acesso às políticas de saneamento, saúde, lazer, a lógica de exploração econômica que determina, por exemplo, onde serão instalados lixões, aterros sanitários, os locais que serão desapropriados para a transposição de rios, construção de estradas, entre outros (BUENO, 2017). Nesse sentido, Acselrad (2009, p. 73) acrescenta ainda que: “(...) se há diferença nos graus de exposição da população aos males ambientais, isso não decorre de nenhuma condição natural, determinação geográfica ou casualidade histórica, mas de processos sociais e políticos que distribuem de forma desigual a proteção ambiental”.

Vislumbra-se, portanto, que o movimento contra o racismo ambiental se configura como mais uma tentativa de resistência das comunidades negras e tradicionais contra as distinções pautadas no conceito de raça, evidenciando a necessidade de se repensar a forma da organização da sociedade, ao mesmo tempo que visa deixar claro “o mito da democracia racial”, pois apesar da ampla miscigenação a ideia de inferioridade do negro, índio, pobre, deixa seu lastro danoso em diversos setores da vida em sociedade (RANGEL, 2016).

Desse modo, é fácil compreender a dificuldade para se consolidar a identidade cultural desse povo, pois os resquícios da intolerância e preconceito fazem com que mesmo os descendentes de escravos neguem os traços de sua ancestralidade. Pois ao negro sempre foram reservados os serviços de menor ascensão social e quando estes “meritocraticamente” conseguem conquistar um espaço de destaque na sociedade, novos preconceitos lhes são impostos, a exemplo de se questionar sua capacidade intelectual para assumir tal função.

Enfim, a marca da segregação social continua presente nos dias de hoje, na arquitetura social brasileira (nos minúsculos quartos de empregadas ou nos elevadores de serviço – na verdade para serviçais), no nosso vocabulário, nas práticas cotidianas de discriminação social e racial ou de culpabilidade dos mais pobres, com frequência negros. Schwarcz e Starling (2015, p.500) completam tal ideia ao afirmar que: “(...) os escravizados refizeram tal definição no Brasil, rebelando-se, praticando toda sorte de reação e negociando sua condição. Mas no cerne da nossa

comunidade permaneceu, teimosa, a concepção de que existiriam homens, por natureza, diversos; repartidos por sua história, sua biologia e condição”.

Percebe-se assim que, as identidades são alicerçadas a partir das relações concretas e imateriais vivenciadas pelos grupos sociais com seu território, ou seja, as relações de territorialidade ali travadas. Por territorialidade, entende-se o sentimento de pertencimento que determinados grupos mantêm com o local habitado, ou seja, suas vivências, ações, modo de organização que interferem diretamente nas condições e qualidade de vida nos quilombos. Enfim, o território quilombola é fruto da construção social, histórica e relacional, de maneira que pode se tornar degradante ou sustentável a partir das relações nele desenvolvidas, sendo a capacidade de mobilização, autogestão, cooperação importantes aspectos para a preservação do patrimônio natural, social e da biodiversidade (SAQUET, 2015).

Nesse contexto, percebe-se a identidade como âncora do sentimento de pertencimento, um processo de construção de significado com base num atributo cultural ou em vários correlacionados. Enfim, são trincheiras contra a globalização e rápido processo de urbanização que tenta massificar a forma de ser e existir no mundo. Nos quilombos, a identidade é que faz essas comunidades serem culturais, locais, símbolos de resistência à opressão estatal (CASTELLS, 2018).

Desta maneira, as identidades são construídas e estão em constante processo de construção, amplamente suscetíveis a tensões e contradições, uma vez que seus valores são internalizados e processados pelos grupos sociais, determinando a sua estrutura social (OLIVEIRA, SILVA, 2017).

A construção da identidade, de acordo com Castells (2018, p. 55), “vale-se da matéria fornecida pela história, geografia, biologia, por instrumentos produtivos e reprodutivos, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder de cunho religioso”. Face ao referido panorama, constata-se que o negro possui memórias individuais e coletivas que remetem a situações de sofrimentos, humilhações e reafirmam os mecanismos de dominação vigentes, o que imprime marcas na construção identitária desse grupo social.

Logo, admitir a ancestralidade quilombola significava ser posto à margem, o que levou os negros a darem as mais diversas nomenclaturas a suas propriedades, sendo elas denominadas de terras de heranças, de santo, de índio, de doações, concessões, aquisições, o que relembra a origem de formação desses territórios e aos diferentes modos de construção da identidade desse povo (CARRIL, 2006). Nesse sentido, Oliveira (2013) afirma que a “falta de memória” com

relação ao passado pode se configurar como um indicador da situação de estigmatização e discriminação. E que muitos quilombolas, por não possuírem o direito à terra, tendo que por vezes se mudar de seu local de origem, não geraram o pertencimento com relação ao território, contribuindo para a obtenção de níveis frágeis de organização comunitária.

As dificuldades em termos de reafirmação identitária e de reconstrução história do senso de coletividade e fortalecimento cultural constituem frutos do processo de dominação, ficando claro que as próprias comunidades devem reconstruir sua história, senão vejamos

Não existem mais “bons selvagens” como não existem mais “negros puros” que saibam seu ramo africano no Brasil. Depois de nos explorar e tirar as melhores coisas, “ricos culturalmente”, “conscientes de nossa raça”. Não entendem que esses ideais de beleza, virilidade, fortaleza que querem nos inculcar, são conceitos seus, impregnados de sua cultura, quanto à nossa consciência de nós só pode sair de nós mesmos a partir de uma consciência do dominador (...). Por enquanto ainda queremos nos “igualar”, sermos “aceitos”. Por enquanto ainda impera em nós o ideal estético do branco. (...). Precisamos nos integrar na consciência nacional não como objetos de estudo, mumificados por força da omissão e de uma dependência de pensamento, que não fez mais que perpetuar o status quo, a qual estamos submetidos historicamente. É tempo de falarmos de nós mesmos não como “contribuintes”, nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação (NASCIMENTO, 2007, p.100 e 101).

Portanto, a historicidade dos quilombolas deve ser procurada, também, em fontes indiretas, ou seja, nos registros desta cultura no cotidiano, ou seja, nos artefatos encontrados, linguagem, manifestações artísticas, culinária, movimentação geográfica, etc. Pois a apropriação do espaço sinaliza os valores e a organização, hábitos, costumes e dinâmica social das comunidades quilombolas, que muitas vezes não são registradas pela historiografia.

Castells (2018, p. 55) menciona que existem três formas de identidades coletivas: a legitimadora, de resistência e a de projeto. A **primeira** consiste na identidade imposta pelas instituições dominadoras aos grupos sociais minoritários para manter seus mecanismos de opressão. É a que possibilita a continuidade harmônica entre a sociedade civil e os aparatos de poder estatal. A **segunda** é a identidade dos grupos dominados, são as trincheiras de resistência das minorias mais vulneráveis. Por fim, a **identidade de projeto** é a que visa modificar a sociedade, introduzindo nela novos conjuntos de valores. Ocorre quando os atores estatais imbuídos de seu material cultural, redefinem sua posição na sociedade, transformando a estrutura social como um todo. Percebe-se que a maioria dos quilombos ainda está em processo de construção identitária, muitos deles se enquadrando na segunda categoria e vendo-se ameaçados pelo poder legitimador do Estado.

Outro fator importante para a construção identitária é a etnicidade, entendida como um atributo peculiar da autoidentificação comunitária, que consiste no modo como os sujeitos interagem dentro e fora do quilombo, seus traços ou sinais diacríticos (vestimentas, tipo de cabelo, culinária, cultura, modo de organização, etc.). Ou seja, são as especificidades da comunidade, o que garante a compreensão das dinâmicas sociais. Como menciona Castells (2018) é o surgimento de uma realidade multicultural, onde o convívio das diferenças gera elos de solidariedade que possibilitam o refúgio e defesa contra as incontroláveis forças do capital e contra os preconceitos do grupo étnico dominante.

Entretanto, na literatura existe uma série de autores que desconsidera esses traços de etnicidade para a configuração do quilombo, reproduzindo uma perspectiva de quilombo como “resquícios arqueológicos”, a exemplo

Schwartz considera que um quilombo com até cem membros deveria ser considerado pequeno. Gomes (1996) fala em uma divisão entre mocambos e quilombos, os primeiros se dividindo em dois tipos: os pequenos mocambos (entre 10 e 30 integrantes), os médios mocambos (com duas ou três centenas de integrantes) e só depois poder-se-ia considerar o quilombo. Röhring-Assunção (1996) elabora uma classificação com base na localização geográfica e nas atividades econômicas e, do cruzamento das duas variáveis, conclui pela existência de três formas básicas de quilombos, diferenciadas em razão de sua independência econômica em relação aos núcleos de povoamento rural ou urbano: os pequenos quilombos (próximos das fazendas), os quilombos de economia de subsistência relativamente desenvolvida (com eventual comercialização de excedentes) afastados dos núcleos de povoamento rural ou urbano, e o grande quilombo de base agrícola e minerador, também afastado dos núcleos de povoamento rural ou urbano. Mata (2007) cria uma classificação dos quilombos marcada pelo critério morfológico e não aritmético (MARQUES, 2009, p.22).

Consideram-se, portanto, as definições de quilombos acima colocadas como ultrapassadas, pois elas não valorizam a autonomia com que os povos retomaram seus aspectos identitários, mencionando apenas à tipologia de dimensões, às atividades econômicas, à localização, à quantidade de membros desde a fuga da escravidão, havendo pouca ou nenhuma menção à produção material e simbólica vivenciada por essa comunidade. Enfim, na atualidade, a noção de quilombo está sendo ressignificada, redescoberta, perpassando pela sua compreensão como unidades vivas, com possibilidade de ser, ou seja, como “um ritual de passagem para a cidadania, para que se possa usufruir das liberdades civis” (MARQUES; GOMES, 2013, p.144).

Na atualidade, ser quilombola perpassa por fazer parte de um movimento político, organizado e coeso de resistência em prol da conquista de uma série de direitos sociais (linhas de crédito agrícolas, habitacionais, projetos de infraestrutura e educacionais, etc.), que tem início com a aquisição da terra. Assim, várias frentes de luta ocorreram e essas comunidades se

originaram de diversas formas, a exemplo: ocupação de terras devolutas, doações do Estado, terras compradas pelos ex-cativos, propriedades de heranças, comunidades que se constituíram em terras da Igreja ou de ordens religiosas, quilombos formados em fazendas abandonadas; comunidades nascidas em terras indígenas e também constituídas em terras destinadas para assentamentos organizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (FIABANI, 2017).

Percebe-se então que, o processo de reelaboração dos quilombos faz com que, atualmente, haja uma multiplicidade de formas dessas comunidades se organizarem, não descaracterizando os grupos, pois a essência desse movimento é a resistência negra, o que evidencia o quilombo como espaço interétnico de construção, reafirmação identitária e de uma história de luta. E, junto com a valorização do negro, vem ocorrendo a necessidade de reparação e minimização das injustiças sociais destinadas ao segmento (O'DWYER, 2008; SOUZA, 2010).

Os territórios dos quilombos são espaços de oportunidade para auto identificação e expressão de sua heterogeneidade, já que as comunidades, como assevera Diegues (2001), possuem formas próprias de organização social, ocupam, usam os territórios e os bens naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, além de utilizarem inovações, práticas geradas e transmitidas pela tradição de geração para geração. Dessa forma, esse tipo de funcionamento delinea relações específicas territoriais com peculiaridades políticas organizativas que fazem com que essas comunidades possuam consciência ambiental e elementos distintivos de identidade coletiva.

Logo, as bases identitárias dos quilombolas são definidas pela junção de fatores escolhidos pela própria comunidade, tais como ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos e religiosos, etc. Assim, a terra configura-se como instrumento relevante à afirmação da identidade quilombola, pois ela é ancorada nas relações concretas e simbólicas com o território, na manutenção e continuidade das tradições do povo negro, constituindo o território vivo, onde a memória individual, coletiva e os saberes tradicionais criam um campo fecundo de resistência de uma coletividade, secularmente oprimida (MONTEIRO, 2018).

Percebe-se assim, que a territorialidade e o senso de coletividade fazem com que as populações negras nunca se calem e que, por sua vez, deem continuidade ao seu processo permanente de luta, combatendo as adversidades que lhes impunham sua condição de subcidadania e mesmo de não-cidadania (SHWARCZ; STARLING, 2015), com vistas à conquista da sua efetiva sustentabilidade.

A reflexão nos remete à análise dos impactos negativos da ausência do Estado e de políticas públicas no momento da transição do trabalho escravo para o livre, ficando os negros libertos sem terem sido inseridos no sistema produtivo e, conseqüentemente, permanecendo desamparados. Assim, a história nos mostra que, para minimizar os elevados custos sociais da escravidão, são necessárias políticas afirmativas que se proponham a reduzir as desigualdades (ambientais, econômicas, políticas e culturais) tanto no aspecto dinâmico quanto relacional do convívio em sociedade, pois essas além de possuírem natureza compensatória, são mecanismos de promoção da equidade (HAUENSTEIN, ARGERICH, 2018).

Nesse contexto desagregador, Castilho (2012, p.2) defende a luta por justiça ambiental, entendida como “um conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas suporta uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas”. Enfim, esse conceito é aglutinador e contempla exatamente a ideia contrária ao racismo, pois defende a justa distribuição dos recursos naturais na sociedade, ou seja, a necessidade de divisão igualitária dos riscos ambientais, independente de condições subjetivas como cor, crença, origem, renda, etc. De modo que, o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado e à qualidade de vida não podem estar dissociados das questões sociais e de cidadania.

Nesse sentido, Munanga (2002, p.11) menciona que “(...) no Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de ação afirmativa e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro”.

Portanto, na atualidade, os remanescentes de quilombos são grupos sociais que se unem ou são mobilizados por organizações de diferentes naturezas (políticas, sindicais, religiosas, sociais, etc.) em busca do autorreconhecimento, como grupo específico que reivindica a sua territorialidade e propriedade da terra. Os quilombolas não precisam possuir todas as características apontadas pela historiografia tradicional, pois as formas de organização e funcionamento variam segundo cada quilombo, de maneira muito peculiar. Além do que a definição atual de remanescentes de quilombos remete muito mais à necessidade de reconhecimento de direitos face às especificidades, dando voz e cidadania a esse segmento da sociedade, do que características de um passado a ser lembrado (MARQUES; GOMES, 2013).

Assim, os quilombolas são indivíduos que não possuem apenas os mecanismos de produção, manutenção e reprodução da pobreza, mas que também são marcados por toda uma conjuntura de fragilidade institucional democrática, baixo acesso à educação formal, participação política e cidadã, o que faz retroalimentar os processos de geração da invisibilidade social. Logo,

o conceito atual de Quilombo perpassa pelo “processo de inclusão social, isto é, agrupamento dos excluídos pela sociedade, aos quais são instituídos os direitos territoriais, sociais, religiosos e culturais, embasados na legislação vigente, que concede o direito de propriedade aos descendentes afro-brasileiros” (CRUZ; SILVA, 2010, p. 17).

Portanto, as minorias étnicas precisam ocupar os espaços de decisão e da formulação de políticas públicas relativas às questões ambiental e socioeconômica, a começar por preencher vagas nos Conselhos Ambientais e de Saúde, dentre outros existentes na sociedade civil, em que, em geral, suas composições e lideranças não possuem representantes das comunidades tradicionais e dos povos originários.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AOS QUILOMBOLAS

2.2.1 Panorama das Legislações e Políticas Públicas voltadas aos Quilombolas a partir do Brasil República

O modelo de desenvolvimento implantado no Brasil foi pautado numa relação de exploração desenfreada dos recursos naturais em prol, predominantemente, da acumulação do capital. A relação desarmônica entre sociedade e natureza evidenciou as discussões sobre as questões ambientais, o que levou pesquisadores, instituições, agentes internacionais e diversos setores da sociedade civil, sobretudo os movimentos sociais, a exigirem uma atuação estatal mais efetiva, que contemplasse políticas públicas voltadas para os contextos rurais na perspectiva da sustentabilidade, respeitando o saber dos povos e comunidades tradicionais, dentre eles, os quilombolas (CALHEIROS, 2010).

Desta forma, percebe-se que as ações governamentais são pontos cruciais para viabilizar o processo de inclusão, reparar as injustiças históricas, reafirmar a identidade étnica e reivindicar igualdade de oportunidade e respeito aos valores culturais em prol da construção de uma sociedade efetivamente democrática. Enfim, cabe ao Estado editar políticas públicas que se configurem como verdadeiras ações afirmativas cujo objetivo é promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso igualitário e da ascensão socioeconômica.

As primeiras políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas só se delinearam após a consolidação das lutas do movimento negro, de maneira que se pode, então,

considerar como principais marcos legais da luta secular dos quilombolas os que estão representados no Quadro 1:

Quadro 1 - Panorama dos marcos legais e das políticas públicas implementadas para as comunidades quilombolas de 1967-2013

ANO	LEGISLAÇÃO OU POLÍTICA PÚBLICA	CONQUISTA
1967	Convenção Internacional de Direitos Humanos	O Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre eliminação das formas de Discriminação Racial
1970	Dia da Consciência Negra	Instituição da data 20/11 como símbolo da Consciência e resistência do Movimento Negro
1988	Constituição Federal (Art. 231 CF e Art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)	Trouxe a criminalização do racismo, valorização da diversidade cultural e reconhecimento dos direitos territoriais dos quilombolas e usufruto dos recursos ali existentes
	Criação da Fundação Cultural Palmares (FCP)	Primeira instituição a promover a igualdade racial e a valorização da cultura negra no país
1995	Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília	Movimento de denúncia à persistência do racismo e das desigualdades sociais
1996	Resolução 196/1996	O ministério da Saúde inclui o quesito cor no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC)
2000	Ministério da Saúde	Introdução do quesito cor/raça no Sistema Nacional de Notificações e Agravos (SINAN).
2003	Lei 10.639 de 9/01/2003	Altera a LDB e institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do ensino privado e público.
	Criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção à Igualdade Racial – SEPPIR Instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Coordenar a nível nacional as políticas de promoção à igualdade racial
2004	Programa Brasil Quilombola	Consolidar os marcos da política do Estado para a população quilombola
2007	Decreto 6261/2007 – institui a Agenda Social Quilombola	Agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos.
	Decreto 6040 de 07/02/2007 – institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	Define povos e comunidades tradicionais. Primeiro marco legal que garante direitos e reconhece a diversidade dos povos e comunidades tradicionais para além dos povos indígenas e dos quilombolas
2010	Lei 12.228 – Instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN, transformando o antigo Estatuto da Igualdade Racial em lei (PNSIPN)	Valorização da cultura e tradição africana no Brasil. Garantia do exercício das práticas tradicionais de matriz africana no Brasil
2012	Plano Brasil Maior – PPA 2012-2015	Visa ao enfrentamento do racismo e promoção da igualdade racial
2013	Lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana	Documento que baliza a Política Nacional de Promoção à Igualdade Racial

Fonte: Adaptado do Programa Brasil Quilombola (2013)

Em, 1967, o Brasil reconhece o racismo como uma realidade, tornando-se signatário da Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial. Paralelamente, ganha força, no final da década de 1970, a luta pela igualdade racial, com a

fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), que já no primeiro Congresso Nacional, ocorrido no estado da Bahia, institui a data 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, em alusão ao assassinato de Zumbi dos Palmares (ARRUTI, 2006, p. 106).

Os territórios quilombolas, fortalecidos pela luta do movimento negro, passaram a reivindicar políticas públicas que minimizassem as vulnerabilidades sociais, configurando-se como verdadeiros símbolos de resistência, uma vez que as marcas da escravidão não cessaram com a Lei Áurea, tornando-se ao contrário, como dissemos anteriormente, nítidas ao longo do tempo, o que aconteceu sobretudo quando se permitiu a criação de instrumentos normativos como o Artigo 1 da Lei n. 601 de 1850, que vedava aquisições de terras devolutas por título que não fosse o da compra e, por conseguinte, instituindo a propriedade privada como única forma de acesso à terra, restringindo o direito a negros e mulatos que não eram detentores de capitais.

Enfim, a referida lei, conhecida como Lei das Terras, retirou a possibilidade de aquisição da terra pela ocupação e cultivo, restando aos negros recém-libertos habitarem áreas inóspitas do território nacional (alagados e morros dos centros urbanos), mostrando que a lei foi mais uma das inúmeras violações morais e territoriais para com a população negra acometida pelo Estado. Nesse contexto, Silveiro (2017), ao analisar dados do IBGE, afirma que pretos e pardos recebem quase a metade do rendimento médio dos brancos e são majoritários no trabalho informal e doméstico. Assim, observa-se quão danosas foram as marcas deixadas pela escravidão e como elas persistem até os dias atuais.

Santos (2018) reforça que a população negra não está restrita aos espaços dos quilombos contemporâneos, pois estes possuem modos próprios e peculiares de organização. Entretanto, isso não torna desnecessária a incorporação dos quilombolas nas lutas gerais da classe trabalhadora do campo e das cidades para potencializar o avanço de seus pleitos e a representatividade dos negros como um todo.

Com a expansão do agronegócio, quando as terras ocupadas pelos negros passaram a ser atrativas, os grandes latifundiários (na figura dos famosos jagunços) iniciaram um processo de remoção e desterritorialização, muitas vezes se associando a cartórios, resultando na grilagem de terras, processo que até hoje ainda se verifica no país. Nesse contexto, nos anos 1970, a Comissão Pastoral da Terra e as igrejas eclesíásticas juntaram-se a esses movimentos para evitar que os moradores fossem expulsos de seu território, muitas vezes oferecendo-lhes apoio jurídico e formação política (CORRÊA, 2016).

Na década de 1980, os conflitos de terra passam a se intensificar em todo o país, com a reação do Movimento Negro do Maranhão, que defendia a ideia de se criar laços de coletividade e coesão entre as comunidades. Nesse contexto, Almeida, em 1987, lança um estudo identificando que, nos quilombos, a gestão do território é comum, fazendo com que sua observação influenciasse órgãos censitários, que não conseguindo enquadrar essas propriedades como imóveis rurais, as classificou como terras de uso comum (CORRÊA, 2016).

Paralelamente, no final da década de 1980 e início da década de 1990, campanhas nacionais contra o extermínio de crianças e jovens negros empreendidas por grupos paramilitares intituladas de “Não Matem Nossas Crianças” e pela Campanha Nacional contra a Esterilização em Massa de Mulheres Negras com o slogan “Esterilização de Mulheres Negras: Do Controle da Natalidade ao Genocídio do Povo Negro” eclodiram, sob a liderança do Programa de Mulheres do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas do Rio de Janeiro (BRASIL, 2007).

É nesse contexto de violações dos direitos da população negra que as comunidades quilombolas começam sua história de luta e resistência, tendo como primeiras conquistas a reelaboração do conceito de “quilombo” o qual se impôs um século após a Lei Áurea quando do contexto de elaboração da Constituição Cidadã (1988) e, por conseguinte, da regulamentação de seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

De acordo com a Carta Constitucional, o termo passa a designar grupo peculiar que defende um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar próprio e de identidades étnicas específicas. Foi somente a partir dessa mudança de olhar que os quilombos começaram a ser sujeitos de direitos e a ter alguma visibilidade, despontando, décadas depois, as primeiras políticas públicas estruturadas para minimizar a vasta vulnerabilidade desse grupo (SILVA, 2017).

Nesse sentido, o referido artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição assegura que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p.75). Portanto, as lutas dos negros pelo direito ao território ganharam representatividade, e a titulação dos territórios tradicionais foi reconhecida como dever do Estado e direito coletivo inalienável das comunidades quilombolas no Brasil, fortalecendo sua identidade. A conquista, oficialmente, aponta para o início do reconhecimento de uma luta real em prol dos povos dos quilombos, enquanto sujeitos de direitos com identidades e culturas peculiares, superando, assim, a natureza da Lei das Terras.

Junto com o texto constitucional de 1988, foram editados os artigos 215 e 216 que tratavam da valorização e preservação das manifestações culturais dos afro-brasileiros e tombamento dos sítios detentores da reminiscência histórica dos antigos quilombos, configurando no primeiro texto legislativo de proteção ao patrimônio material e imaterial (identidade, memória, cultura, etc.) dessas comunidades (CORRÊA, 2016). Senão vejamos

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes grupos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Portanto, é na adversidade que os grupos valorizam seus traços culturais diacríticos mediante o senso de coletividade, no intuito de ajustarem-se às alternativas de superação das pressões sofridas e da ausência do aparelho estatal, construindo sua territorialidade, o que torna seu território, um lugar impregnado de significações relacionadas à resistência cultural (SILVA, 2017).

Ressalta ainda, que o artigo 68 da ADCT não deixa claro o que seria “remanescentes de quilombos”. Entretanto, os parlamentares, as lideranças de algumas comunidades e do movimento negro perceberam que o dispositivo constitucional seria limitador se não fosse interpretado em sentido amplo, estendendo o direito não só às comunidades rurais afrodescendentes que não se originaram de escravos fugitivos, mas às que estivessem em outras

situações. Este entendimento configura-se como um grande avanço no processo de reconhecimento das comunidades, pois possibilitou a reorganização de quem não possuía uma identidade coletiva a se identificar como quilombolas (FIABANI, 2008).

O texto legal representa um grande avanço para o resgate da condição de cidadania das comunidades em epígrafe, ampliando a atuação estatal no processo de minimização das desigualdades sociorraciais que se perpetuaram desde a época da escravidão. Pois até a Constituição Federal de 1988, o reconhecimento do direito à terra aos quilombolas não tinha expressividade, gerando uma demanda acumulada, que só começou a ser reparada posteriormente.

Santana Filho (2018) reforça a importância do reconhecimento das injustiças históricas propagadas contra a população negra e o esforço feito pelo Estado para reparar estes danos

Os territórios quilombolas no século XXI se garantem pelo movimento da população negra e grupos sociais nas últimas décadas do século passado no Brasil. Na pauta das reivindicações desses movimentos, estiveram o reconhecimento pelo Estado da existência do racismo, a aplicação dos mecanismos de criminalização dos atos racistas na sociedade e desenvolvimento de uma política nacional de atenção e reparação social, econômica e política da população negra em território nacional (SANTANA FILHO, 2018, p. 119).

Assim em 1992, foi reconhecida a primeira comunidade Quilombola do país, o quilombo do Frechal, no Maranhão, que se constitui como Reserva Extrativista Quilombo Frechal. Essa conquista foi um precedente para que outros processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas se iniciassem (SANTOS, 2019).

No processo de ressignificação do termo quilombo e resgate do patrimônio material e cultural dos povos, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), criada em 1993, teve papel importante, sobretudo ao instituir um Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. Os frutos dos debates da ABA junto ao Ministério Público, após dez anos, traduziram-se no conceito contemporâneo de quilombo, ganhando este uma conotação de movimento de resistência e identidade, uma vez que foram incorporados aspectos socioeconômicos e culturais (SANTOS, DOULA, 2008; SANTOS, 2018).

Outros dispositivos constitucionais também amparam as comunidades em epígrafe, a exemplo do art. 5º segundo o qual: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p.9).

Apesar do efeito mobilizador para as populações negras rurais do artigo 68, os remanescentes de quilombos ainda enfrentam uma série de entraves jurídicos e burocráticos para a legalização de suas terras, tanto é que somente em 1995 o governo federal reconheceu a primeira comunidade como remanescente e só em 1998 é que aconteceu a primeira legalização da posse da terra. Morosidade que, desde os primórdios da luta pela abolição da escravatura, tem em sua gênese barreiras de cunho ideológico, político e econômico, pois para a população negra quase não se vislumbra proteção estatal, de modo que as poucas ações governamentais neste sentido ainda esbarram em fortes pressões e represálias dos grandes latifundiários, empresários e setores do agronegócio.

Logo após a promulgação da Constituição Federal, a Lei Federal n. 7668 de 22/08/1988 instituiu a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, incumbindo-a de realizar o Cadastro Geral dos Remanescentes de Quilombos, ou seja, reconhecendo e certificando as comunidades remanescentes de pessoas feitas escravas no curso dos períodos do Brasil Colônia e Brasil Império. Cabe ainda à FCP acolher as demandas culturais da população negra e realizar a gestão cultural do Memorial do Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas.

Outra grande conquista reconhecida acontece em 1989, ano da publicação da Lei n. 7716 de 05/01/1989, conhecida como Lei Caó, em homenagem ao deputado fluminense e militante negro Carlos Alberto Oliveira que criminaliza os atos resultantes de preconceito de raça e cor (SANTANA FILHO, 2018).

Esse movimento culminou em 1992 na introdução do quesito cor no sistema municipal de informação do município de São Paulo. Em 1995, acontece na Praça dos Três Poderes, em Brasília, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, reunindo aproximadamente 30 mil pessoas pela qual o movimento entrega ao Governo Federal um documento com as demandas quilombolas, propondo ações afirmativas de acesso a cursos profissionalizantes, universidades e o pedido de representação proporcional dos grupos raciais nas campanhas de comunicação do governo e entidades a ele vinculadas. No mesmo ano, a atenção à doença falciforme passa a ser utilizada como um marcador da qualidade das respostas do SUS à Saúde da População Negra (SOUZA, 2017, p.27).

Em maio do ano seguinte, no I Encontro Nacional dos Quilombos em Bom Jesus da Lapa/Bahia, foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). No encontro estavam presentes 18 estados e 18 entidades dos Movimentos Sociais Negros e instituições ligadas à questão rural que se mobilizaram para prestar

assistência jurídica e reivindicação dos direitos e pautas quilombolas. Ainda em 1996, a nível nacional, por conta da ação do Movimento Negro, o Ministério da Saúde incluiu o quesito cor no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e publica a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, recomendando o recorte racial em toda e qualquer pesquisa envolvendo seres humanos. Em 2000 é introduzido o quesito raça/cor no Sistema Nacional de Notificação de Agravos – SINAN (SOUZA, 2017).

Constata-se, assim, que as dificuldades em termos de reconhecimento da territorialidade dos povos estão intimamente relacionadas à condição de cidadania meramente formal vivenciada pelas referidas comunidades, uma vez que, na sociedade brasileira, infelizmente ainda existem tratamentos diferenciados a categoria de cidadãos, precisando de algo mais que uma legislação para amparar os povos do retrógrado pensamento colonizador perpetuado em pleno período republicano (MARQUES; GOMES, 2013).

Além disso, as comunidades quilombolas precisam resistir às fortes pressões do agronegócio, que prezam pela manutenção do modelo desenvolvimentista inerente ao capitalismo predador. Apesar da luta cotidiana das comunidades contra o racismo ambiental e institucional, ainda há muito a se fazer, pois a aplicação dos novos direitos constitucionais só será plena quando houver maior participação popular nas instâncias deliberativas, sobretudo desses grupos tradicionais (SANTOS, 2018).

A conservação dos valores materiais e imateriais das comunidades, além de ser um direito a uma reparação histórica pela situação de invisibilidade dos povos, é um dos objetivos da nossa política ambiental, pois secularmente elas mantêm uma relação simbiótica e sustentável com o ambiente. Tanto é que a lei 9985/2000 que versa sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tem como um dos seus objetivos proteger os recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento, cultura e promovendo-as social e economicamente.

Enfim, as políticas públicas para os quilombolas vieram a ser efetivamente balizadas por ações afirmativas específicas a partir dos anos 2000, tendo início com a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Programa Brasil Quilombola e com a criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR).

Vindo reforçar esse entendimento, o Decreto 4320/2002 prevê que a criação de unidades de conservação deve indicar a população tradicional beneficiária e/ou residente na unidade (art. 2, I, II do supracitado decreto) e os seus planos de manejo devem estar em consonância com o contrato de concessão de uso firmado com as comunidades tradicionais (Art. 13, caput do Decreto

4320/2002). Desse modo, os quilombos mantêm relação de sustentabilidade com o ambiente e o respeito da sua heterogeneidade/diversidade.

Entretanto, a ampliação máxima do termo quilombo só ocorreu em 20 de novembro de 2003, com a edição do Decreto 4.887 que regulamentou o artigo 68 da ADCT, ao descrever quilombo, em seu artigo 2, como: “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003b).

O decreto também outorgou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como ente responsável pelas ações de reconhecimento, demarcação e titulação das áreas, podendo, ainda, contar com o trabalho do Instituto de Terras do Estado (ITER), quando a área demandada envolver o espaço territorial estadual (CARRIL, 2006). Coube ainda ao decreto normatizar o procedimento de regularização das terras quilombolas, inclusive com possibilidade de desapropriação de áreas particulares e com a previsão de elaboração de instrumentos e políticas em termos de etnodesenvolvimento à preservação da cultura dos povos.

Assim, o decreto marca uma grande conquista para as comunidades quilombolas, pois o anteriormente revogado (Decreto 3912/2001) não trazia o conceito de remanescente quilombola, não contemplava as políticas de etnodesenvolvimento, sendo ainda necessário comprovar o título de propriedade das terras. Ao passo que o atual Decreto 4887 reconhece os grupos étnico-raciais através de critérios de auto atribuição, a partir de uma trajetória histórica própria das relações territoriais estabelecidas, com presunção da ancestralidade negra.

Nessa perspectiva, em 2003, o Ministério da Saúde, através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), firma um Termo de Compromisso com aprovação de mais de 70 deliberações sobre a Saúde da População Negra. No campo da saúde, a política de inclusão da população quilombola se efetiva através da Portaria nº 1.434, de 14/7/2004, que cria um incentivo à ampliação das estratégias de saúde para as comunidades quilombolas e da Portaria GM/MS nº 1.434 de 14/07/04, que prevê um adicional de 50% no valor da verba destinada ao Programa de Saúde da Família e Saúde Bucal para municípios com menos de 30.000 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor ou igual a 0,7 (BRASIL, 2013).

Ressalta-se ainda que, a partir de 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, houve uma intensificação de políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas e tal

incremento efetivamente ocorreu com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que, posteriormente, coordenou a criação do Selo Brasil Quilombola; a consolidação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR); o Programa Cultural Afro-brasileiro; o Programa Comunidades Tradicionais; a Agenda Social Quilombola – ASQ (Decreto 6261/2007); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Quilombola; o Programa Nacional de Alimentação Quilombola (PNAQ); projetos de educação, como o “Quilombola, venha ler e escrever”; Chamada Nutricional Quilombola; o Programa Saúde da Família Quilombola e o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Além de tais programas específicos às comunidades quilombolas, destacam-se ainda programas universais de governo que também atendem essas comunidades, como: o Programa Luz para Todos, o Programa Fome Zero; acesso ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); inclusão da saúde da população negra no Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil; Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil Afro atitude), do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, etc. (RODRIGUES, 2010; SANTOS et al., 2019).

Na seara da educação, a aprovação da Lei Federal nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), tornando obrigatória a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira no currículo das instituições de Ensino Básico. A resolução CNE/CEB 8/2012, do Ministério da Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, sugere ainda, que na escola sejam desenvolvidas estratégias para que os saberes tradicionais se aliem ao conhecimento acadêmico, fazendo com que os alunos desenvolvam aprendizagem crítica a ponto de despertá-los para as estratégias de exclusão contidas na sociedade atual e que eles possam se enxergar como construtores/participantes do saber escolar (BRASIL, 2012).

Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário publica o Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) contemplando ações voltadas para assegurar isonomia, equidade social, valorização da cidadania, superação da discriminação, da opressão e da exclusão, com ênfase na necessidade de medidas compensatórias destinadas a setores mais vulneráveis da sociedade, dentre eles os quilombolas. Dentre os dispositivos legais citados acima, destaca-se o Programa Brasil Quilombola (PBQ) com seus desdobramentos instituindo a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007) que contempla ações de inclusão social em vários eixos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva, desenvolvimento local, direitos e cidadania (BRASIL, 2013). Ressalta-se que o Programa Brasil Quilombola e os

desdobramentos de seus quatro eixos têm um amplo poder de transformação da realidade destas comunidades, se bem implementados.

No que se refere à infraestrutura, a proposta do PBQ era consolidar os mecanismos que promoveriam obras voltadas para habitação, saneamento, eletrificação e vias de acesso, existindo, portanto, quatro programas vinculados a esse eixo: Luz para Todos; Minha Casa Minha vida; Saneamento Rural e Programa de Apoio à Educação para as Relações Étnico-Raciais (SEPPIR, 2013), todos demandantes de ações transversais, envolvendo vários órgãos e ministérios. Ressalta-se que, a implementação do PBQ nos eixos da terra (reforma agrária) e infraestrutura tem se mostrado lento, sobretudo em virtude dos entraves no processo de titulação de terras, isso é mais uma vez em decorrência da morosidade à efetivação da política.

O Programa Luz para Todos, criado em 2003 pelo Ministério de Minas e Energia, visava levar energia elétrica para todo país, sobretudo para as comunidades rurais. Esse programa não era exclusivo de comunidades quilombolas, sendo agregado a um programa maior, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao passo que o programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009 pelo Ministério das Cidades em parceria com a Caixa Econômica Federal, tem por objetivo possibilitar que famílias de baixa renda tenham acesso facilitado a novas unidades habitacionais, tendo os quilombos como preferência (SEPPIR, 2013).

O terceiro é o Programa de Saneamento Rural criado em 2003 pela Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), que executa ações de implantação, ampliação ou melhoria de sistemas de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário e melhorias sanitárias domiciliares ou coletivas. Esse programa, a partir de 2007, foi acoplado ao Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), aumentando seu orçamento. E, a partir de 2011, algumas comunidades foram incluídas no Programa Água para Todos, universalizando o acesso e uso da água em áreas rurais do Semiárido brasileiro. Por fim, o Programa de Apoio à Educação para as Relações Étnico-Raciais (PAR) do Ministério da Educação (MEC), que apoia o desenvolvimento da educação nos quilombos, mediante a construção de escolas e salas de aula.

No eixo inclusão produtiva e desenvolvimento local é lançado o Programa Nacional de Técnica e Extensão Rural (PNATER), publicado em 2004, fundamentando-se em princípios agroecológicos e inserindo o produtor rural como protagonista e agente participativo do processo de desenvolvimento sustentável. Suas diretrizes pregam respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, incluindo enfoques de gênero, raça e de etnia nas orientações dos projetos e programas” (BRASIL, 2004). Enfim, esse programa é

direcionado para fornecer apoio técnico e políticas extensionistas às comunidades rurais mais vulneráveis.

Ainda neste eixo, o governo federal lança o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o qual tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos, mediante a oferta de suplementação alimentar, durante sua permanência em sala de aula, por meio de transferência direta de recursos federais aos estados, municípios e Distrito Federal. O PNAE possui papel importantíssimo, pois muitas vezes é a garantia da única ou principal refeição do dia para as crianças, além de assegurar uma fonte de renda à população tradicional do local, pois o mesmo está atrelado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilita a compra direta, sem a necessidade de licitação, além de promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares, uma vez que o agricultor planta com a garantia de que seu produto será comprado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (CARVALHO et al., 2014).

Ressalta-se ainda, que para os quilombos, os programas apresentam algumas especificidades que são: maior valor per capita do recurso repassado (R\$ 0,60 para quilombolas e R\$ 0,30 para demais estudantes), cardápio que atinja 30% das necessidades nutricionais diárias, superior em 10% ao estipulado aos demais estudantes, e o cumprimento da resolução 38/2009 de FNDE, que estabelece que, no mínimo, 30% deste recurso sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diversificados e que valorizem a cultura local (CARVALHO et al., 2014).

Assim, segundo o mesmo autor, a alimentação escolar pode ser vista como uma possibilidade de garantia de saúde (alimentos saudáveis e confiáveis chegando à mesa), perpetuação cultural (inserção de preparações e alimentos típicos) e fortalecimento da agricultura familiar, promovendo segurança alimentar, renda e inserção social às comunidades. Enfim, pode-se afirmar que as políticas ressaltadas são mecanismos idealizados pelo governo como fruto de pressões sociais para reduzir a dívida histórica com os povos e promover doses de equidade (CARVALHO et al., 2014).

Em 26 de setembro de 2005 o INCRA emite a Instrução Normativa (IN) n.20 afirmando que para o reconhecimento dessas comunidades é necessário apenas a autotaxação do grupo, através de uma associação representativa reivindicando junto à Fundação Palmares a certificação pública da condição de quilombola.

Essa instrução normativa, juntamente com a IN 49 redefiniram o conteúdo do relatório antropológico, afirmando que este deve conter: conceitos e metodologia usados; dados gerais

sobre o município e o grupo; histórico da ocupação; organização social; dados sobre ambiente e produção e conclusão. Devendo ser elaborado, preferencialmente, por servidores do INCRA, vedando a participação de pesquisadores que já tivessem assessorado as comunidades objeto de reconhecimento. Porém, para o processo de titulação são necessários mais alguns condicionantes, tais como

[...] a existência de um número importante de afrodescendentes na comunidade; fontes históricas (escritas ou orais) indicando certa continuidade temporal do grupo; a existência de uma memória partilhada soldando os elos de solidariedade e a identidade grupal; elos de parentesco (biológicos ou sociais) reforçando esta solidariedade; uso coletivo da terra (ou uso individual, mas com uma lógica coletiva) demonstrando o caráter comunitário do grupo (INCRA, 2016, p. 12).

Estes lastros observados para conceder a titularidade das terras quilombolas não necessariamente precisam estar todos presentes, embora constituam parâmetros que servem como modeladores da etnicidade, ou seja, para identificar as características elementares das comunidades que as caracterizam como tradicionais, até porque a identidade coletiva é construída pelos sujeitos, não sendo algo pré-existente, da qual os atores sociais se apropriam, podendo ser identificada muitas vezes em situação de conflito.

Muitas vezes, é necessário fomentar a mobilização política para redefinir os princípios organizativos, o sentimento de pertencimento que marca a singularidade e a construção identitária da população negra a fim de fortalecer a unidade, cultura e dignidade do povo negro. Isso acontece porque a busca por concessão de mais titulações perpassa pelo fortalecimento da resistência dos quilombolas com relação à tentativa de ocupação de suas terras, à negação de suas identidades, à desagregação comunitária e familiar, ao quase não acesso às políticas públicas, que ao longo do tempo os têm transformado em trabalhadores rurais sem-terra (OLIVEIRA, 2013).

Em novembro de 2006, foi aprovada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), mas somente em 2009 ocorre sua publicação, no Diário Oficial da União, através da Portaria 992 do Ministério da Saúde. A política é uma importante ponte para o acesso à saúde pela população negra, uma vez que vários setores da governança pública precisam ser mobilizados para que se possa abordar os determinantes sociais da saúde. Além disso, a PNSIPN tem por finalidade assegurar, também, a desconstrução do racismo institucional, isento de discriminação étnico-racial, bem como a inclusão das práticas de cura de matriz afro-brasileira no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2007).

Essa legislação foi uma conquista para os povos de matriz africana, pois o racismo afeta a saúde de múltiplas formas e enquanto determinante da saúde reduz o engajamento em práticas saudáveis (a exemplo da atividade física) e/ou aumenta a adoção de hábitos insalubres (tabagismo, alcoolismo, etc.) seja como forma de enfrentamento do estresse ou indiretamente pela reduzida capacidade de auto regulação (BRASIL, 2007). E, por fim, o racismo como um determinante da saúde aumenta o risco de lesão física direta causada pela violência associada à raça/etnia.

O racismo institucional nos serviços de saúde pode ser diagnosticado pela identificação de normas, práticas e comportamentos discriminatórios, ou mediante a inaptidão das instituições e organizações em prover um serviço profissional adequado às pessoas em virtude de sua cor/fenótipo, cultura, origem étnico-racial. Condutas dessa natureza colocam a população negra em situação de desvantagem no acesso a benefícios e cuidados em saúde gerados pelo Estado. E, por conseguinte, as consequências do racismo aparecem nas tardias estatísticas sobre as iniquidades nos resultados terapêuticos, nas mortes evitáveis, que sequer são registradas para servirem de evidências científicas a fim de pautar futuras decisões políticas que visem minimizar a vulnerabilidade dessa população (BRASIL, 2007).

Acrescenta-se, ainda, que em 2007 o governo federal, através do Decreto nº. 6.040, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) visando promover o desenvolvimento sustentável dos referidos povos e comunidades, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

A política preconiza que ações e atividades voltadas aos quilombolas aconteçam de forma inter setorial e integrada, competindo à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada pelo Decreto 8.750 de 13 de julho de 2006, coordenar sua implementação. A comissão é composta por quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e quinze representantes de organizações não governamentais, sendo presidida pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dentre os membros da sociedade civil da CNPCT estão representantes dos povos faxinalenses, de cultura cigana, indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do Araguaia e comunidades de fundo de pasto.

Logo em seguida, em 29 de setembro de 2008, a Instrução Normativa nº 49 é editada, passando a considerar como remanescentes quilombolas todo grupo étnico com trajetória histórica, relações territoriais específicas, ancestralidade afro-brasileira, que utilizem a terra para sua reprodução e estejam atrelados ao processo de resistência e opressão histórica (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Porém, foi somente com a Instrução Normativa 57 do INCRA, de 20 de outubro de 2009, que as diretrizes para o reconhecimento dos territórios quilombolas foram efetivadas a partir do critério de auto definição, partindo, porém, da análise das relações com a terra, do parentesco, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias. Cabendo ao INCRA não mais análises subjetivas, mas técnicas, como a emissão de laudos técnicos, regularização fundiária, a desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território (SANTOS et al., 2019).

Essa Instrução determina que o processo para titulação poderá ser aberto por ofício pelo INCRA, ou pela solicitação de qualquer interessado, de entidades ou associações representativas, exigindo apenas que as comunidades estejam cadastradas no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades Quilombolas da Fundação Cultural Palmares (FCP), da qual devem obter uma certidão. Para sua obtenção, são necessários: apresentação da ata de assembleia na qual a comunidade aprova sua qualidade de quilombola e um relato da história da comunidade, podendo ainda ser exigida uma visita à comunidade com o escopo de obter mais informações e esclarecer eventuais questionamentos (INCRA, 2009).

Menciona ainda, que o relatório antropológico do INCRA é peça fundamental no processo de identificação. Ressalta por fim que, o Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente instituída, sem nenhum ônus financeiro e com obrigatória inserção das cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade (INCRA, 2009).

A incessante busca de novas certificações em diversas regiões do país revela duas motivações principais: o reconhecimento público das comunidades quilombolas, antes tidas como periféricas; e a busca pela cidadania, mediante o fortalecimento das tradições, hábitos, expressões linguísticas e culturais dos quilombos. Além disso, a titulação estimula a manutenção dos costumes, permitindo a transmissão às demais gerações não somente pela oralidade, mas também pelo registro escrito e fotográfico, pelos monumentos ainda presentes, pelos documentos, entre outros (SERGIPE, 2009). Além disso, é importante propor parâmetros para avaliar e monitorar a qualidade de vida das comunidades, pois busca-se o respeito à identidade

histórica dos quilombolas e o desenvolvimento de mecanismos que favoreçam a garantia de acesso às políticas públicas inclusivas, fortalecendo um movimento de resistência e luta por cidadania (O'DWYER, 2008).

Diante desse cenário, em 21/07/2010 foi aprovada a Lei 12.288, que no seu artigo 7º institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN, transformando o antigo Estatuto da Igualdade Racial em lei, o que anteriormente era apenas uma portaria. Essa nova política aponta como estratégias para desconstrução do racismo institucional no SUS, a: territorialização com recorte étnico mediante amplo acesso às informações sobre raça/cor, etnicidade e culturas negras na comunidade adstrita; identificação das Redes implantadas e de que forma a PNSIPN está presente na sua operacionalização; cuidado centrado no usuário, baseado em evidência, integrando sua cultura de matriz afro-brasileira, de modo a ser efetivo, promotor da autoestima da autoimagem e da identidade étnico-racial (BRASIL, 2007).

Logo, é necessário romper com o modo linear e cartesiano de enxergar os povos, o que implica em reconhecer suas formas de organização, pensamento, cultura, saberes, respeitando os direitos não oficiais instituídos no seio das suas próprias comunidades, para valorizar a pluralidade, olhando sob outras lentes a história de luta e as necessidades dos PCT no Brasil.

Entretanto, em 2017, no contexto de desconstrução das políticas anteriores, a constitucionalidade do Decreto nº.4887/2003 foi questionada através da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADIN n. 3.239 proposta pelo partido liberal DEM, através do relator ministro Cezar Peluzo. Arguiu-se neste ato que o art. 68 do ADCT só pode ser regulamentado por lei formal, não existindo, portanto, um decreto presidencial com competência para tal atribuição.

Alegou-se, ainda, que as desapropriações realizadas pelo INCRA vão de encontro ao texto constitucional, pois atacam outro direito, que é o título da propriedade, criando um instituto *sui generis* da reforma agrária, ao conceder a posse da terra baseada apenas em critérios auto sugestivos. Além de que, sem se ter a demarcação fidedigna dos quilombos, não se pode precisar se os mesmos ocorreram exatamente nas terras demarcadas pelo INCRA, não se podendo falar em transferência da posse de terra, mas numa indenização pelos prejuízos advindos no caso da não comprovação (GOMES, 2009; SANTOS, 2018).

O projeto, mesmo sendo arquivado, representou um retrocesso na efetivação dos direitos das comunidades quilombolas, uma vez que se busca reduzir o escopo do artigo 68 do ADCT, ao se exigir provas de que os remanescentes de quilombos têm origem nos escravos fugitivos que

habitaram as terras, sobretudo em áreas mais povoadas, com processos de regularização em andamento que, “coincidentalmente”, são alvos de especulação imobiliária. Ademais, caso fosse reconhecida a inconstitucionalidade do Decreto 4.887/2003, o processo de titulação de terras de quilombos seria paralisado, por falta de regulamentação. E, se aprovada a PEC n. 215/2000, dificilmente um território quilombola será reconhecido e titulado, pois a competência passa ao Poder Executivo e não mais ao INCRA, tendo forte ingerência política neste ato.

Logo, a proposta não valoriza as referências culturais e a trajetória de luta das comunidades em tela, suprimindo mais uma vez o direito à posse e à propriedade das terras, vendo a conquista como concessão e não direito. E negar o território a esse grupo consiste em não proteger suas manifestações e seu patrimônio cultural, bem como a memória de seus ancestrais. Dessa forma, a luta para que nenhum direito seja mais suprimido, bem como para a conquista de novos direitos torna-se um desafio ainda muito maior, nos dias atuais.

Em 2016, no Governo Temer, o INCRA deixou de ser o órgão responsável pela demarcação e titulação das terras quilombolas, sendo a mesma transferida, pela Medida Provisória 720, para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), ficando depois essa competência com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Felizmente houve mobilização da comunidade quilombola, o que culminou na edição da Medida Provisória n. 726, de 12 de maio de 2016 que retificou o ato anterior, permanecendo com o INCRA a competência da titulação desses territórios. Este ato também extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Social Agrário, a regularização de terras quilombolas voltou a ser atribuição do INCRA, agora vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2016).

Outro retrocesso aos direitos quilombolas foi a migração da Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura para o recém-criado Ministério da Cidadania. E recentemente, um golpe mais intenso afetou essas comunidades com a edição da Instrução Normativa (IN) n° 1, de 31/10/2018 (artigo 3°), que desobriga a Fundação Cultural Palmares a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental, mesmo que afete áreas quilombolas, só podendo intervir a partir da solicitação formal do órgão ambiental licenciador. Outro golpe foi a edição da Portaria 1223/2020, que transfere todos os processos de licenciamento que estavam na Fundação Cultural Palmares para a Diretoria de Governança Fundiária do INCRA, o que pode aumentar a pressão dos latifundiários sobre este órgão para acelerar a emissão de licenças ambientais. Tais fatos representaram retrocesso nas conquistas quilombolas, tanto é que a partir desta data praticamente não houve titulações no país.

Percebe-se, portanto, que as conquistas quilombolas, advindas das várias frentes de lutas dos movimentos sociais no Brasil, estão em perene estado de ameaça, diante do ideário neoliberal vigente, com o fortalecimento das reações conservadoras, que visam extinguir conquistas sociais, tornando o Estado mínimo uma ferramenta para a consolidação do modelo de capitalismo predador. Restando claro que os avanços no âmbito da sociedade brasileira não representam dádiva proveniente de externalidades ao grupo, mas uma conquista social que se consolidou, sobretudo, em contextos políticos favoráveis (SILVA, 2018).

Acrescenta-se que, a partir de março de 2020 o mundo vivenciou a chegada da pandemia da COVID-19, que dizimou a vida de várias pessoas tendo um forte impacto na saúde e economia do país, sendo necessários grandes investimentos do Estado para ofertar dignidade e condições de sobrevivência digna à população. Entretanto, sabe-se que o racismo histórico-estrutural manteve a maior parte das comunidades negras rurais fora do campo de investimentos e expansão das políticas públicas de saúde, educação e infraestrutura, principalmente para assegurar a qualidade de vida no período de pandemia. E, sobretudo nos quilombos, onde existe uma grande subnotificação, sem praticamente dados oficiais, o impacto da COVID-19 é extremo face a invisibilidade desses espaços (ARRUTI et al, 2021). Assim:

O desconhecimento sobre a situação de impacto da Covid-19 nos territórios quilombolas é apenas contornado pelas iniciativas que vêm sendo tomadas pelas próprias organizações quilombolas, geralmente em parceria com universidades ou organizações da sociedade civil. A principal dessas iniciativas reúne a Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Instituto Socioambiental (ISA) na criação da plataforma Observatório da Covid-19 nos Quilombos. A iniciativa é, em primeiro lugar, uma denúncia da invisibilidade da pandemia naquelas comunidades, além de efetivamente tomar a frente no monitoramento da incidência da Covid-19 nas comunidades quilombolas em todo o país. O trabalho de monitoramento da plataforma é realizado por meio da rede de lideranças quilombolas, centralizada em um grupo de trabalho que conta com a participação dos representantes quilombolas da CONAQ por grandes regiões (ARRUTI et al, 2021).

Portanto, como a maior parte dos registros de casos de COVID-19 advém de plataformas voluntárias e não oficiais, sem ferramentas metodológicas de controle, não há base de dados fidedigna, detalhada e com precisão diagnóstica. Entretanto, estes canais são os únicos instrumentos disponíveis para sinalizar a interiorização da pandemia e sua gravidade, uma vez que os quilombos possuem precários sistemas de saúde implantados, restrito acesso a internet, levando muitas comunidades a terem dificuldade de assegurar os precários benefícios sociais implementados no contexto pandêmico (ARRUTI et al., 2021).

Essa triste realidade imulsionou a CONAQ a realizar pressões sociais, que culminaram na edição da Lei 14.021/2020, impondo ao poder público a adoção de medidas urgentes para

mitigar os efeitos da epidemia entre os quilombolas e outros grupos vulneráveis (ARRUTI et al, 2021). Enfim, este cenário de ausência de dados oficiais e conseqüentemente ações dirigidas os quilombos demonstram a necessidade de fortalecimento da luta contra o racismo institucional e pela manutenção dos direitos democráticos e sociais conquistados.

Frente ao exposto, observa-se ainda que historicamente, não obstante alguns momentos de avanços sociais, a atuação estatal é fragmentada e descontínua na efetivação de políticas públicas, inferindo-se que a dignidade humana não é um atributo de todos, especialmente num país cujo processo de formação territorial foi alicerçado sob regime escravocrata que perdura por séculos, direta e indiretamente.

2.2.2 Panorama Atual de Certificações das Comunidades Remanescentes de Quilombolas

A certificação, emitida pela FCP, constitui a primeira fase para a demarcação e titulação das terras quilombolas pelo INCRA. Trata-se do reconhecimento, pelos órgãos oficiais, de que a comunidade existe e possui peculiaridades (história, costumes e cultura) que as fazem merecedoras de uma maior proteção estatal. Além disso, as certificações impactam significativamente na vida econômica da comunidade, permitindo-as acessar direitos e políticas públicas que, sem pressão social, nunca seriam viabilizados naqueles territórios.

Ao passo que, a titulação (etapa final) é imprescindível para alcançar a propriedade definitiva do território, viabilizando também o acesso de outras políticas (em geral, mais estruturantes) no quilombo. Esse processo segue uma etapa longa, pois depende para avaliação de vários órgãos e setores, cabendo muitos recursos e contestações. E, sobretudo a partir de 2019, as etapas da titulação também se tornaram cada vez mais morosas. Nesse sentido, a direção da CONAQ (2019) pontua que houve aumento do número de comunidades certificadas, porém com uma sensível redução dos investimentos públicos, uma vez que foram cortados 78% do orçamento do setor, que já era insuficiente para indenizar as áreas decretadas pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2010.

Os procedimentos para dar início ao processo de certificação e posterior titulação são orientados, além da legislação federal, por legislações estaduais. Atualmente, 10 estados contam com normas próprias para efetivar o processo de regularização das terras de territórios quilombolas: Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo. Na esfera federal, o INCRA é o órgão que tem a responsabilidade de titular as terras

ou territórios quilombolas, em consonância com o decreto federal nº 4.887 de 2003 e a IN nº 57/2009.

De acordo com a Comissão pró-índio de São Paulo (2021), o processo de titulação segue as seguintes etapas (Figura 1):

1) Solicitação no INCRA da **abertura do processo de reconhecimento**, titulação e delimitação do território quilombola;

2) Produção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), pelo qual o INCRA **consulta vários órgãos e entidades** (FCP, IPHAN, SPU, FUNAI, Conselho de Defesa Nacional, IBAMA, etc. para que se manifestem em 30 dias; havendo restrições o INCRA tem 30 dias para tomar as medidas cabíveis;

3) **Análise da Situação Fundiária (ASF)** para verificar se o quilombo se situa em áreas de conservação ou em sobreposição com outras áreas específicas (indígenas, segurança nacional);

4) **Envio do processo à Casa Civil**, caso o INCRA ou outros órgãos discordem do processo de titulação, cabe a este deliberar;

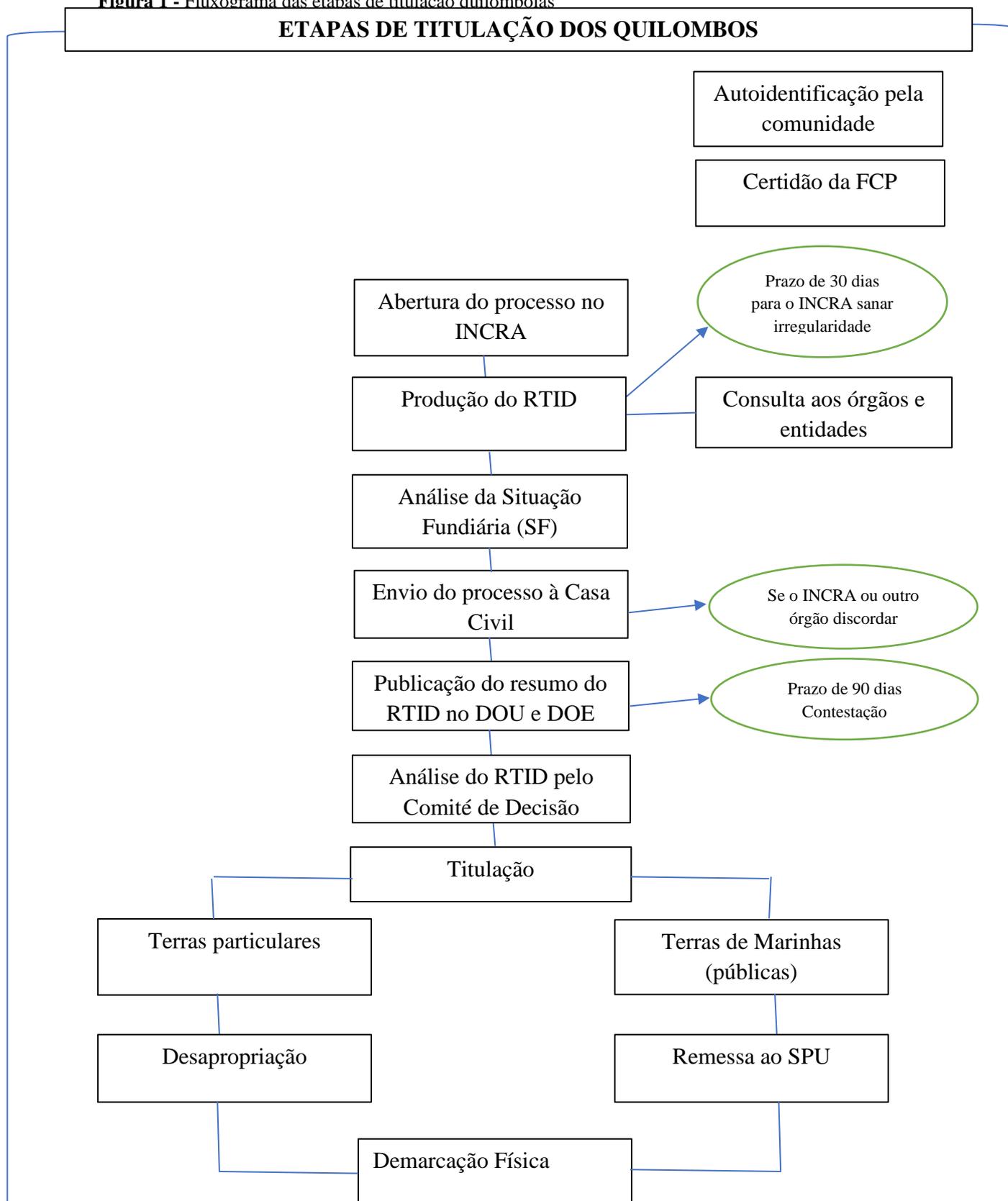
5) **Publicação** do resumo do RTID no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial do Estado (DOE), pois o INCRA tem que notificar os ocupantes e vizinhos do quilombo, tendo estes prazos recursais de 90 dias para eventuais contestações;

6) **Análise do RTID pelo Comitê de Decisão Regional (CDR)** do INCRA, este órgão é composto pelo Superintendente Regional, pelos chefes da divisão e pela Procuradoria Regional;

7) **Elaboração do RTID**, identificando a comunidade quilombola. O RTID (composto pelo relatório antropológico, levantamento fundiário, mapa e cadastro das famílias) é realizado por vários técnicos do INCRA (antropólogo, arqueólogo, jurista, etc.) com o auxílio dos quilombolas; e

8) **Titulação**, o processo encerra-se com uma portaria do Presidente do INCRA publicada no DOU, reconhecendo-se os limites do território quilombola. Caso o mesmo seja oriundo de terras particulares, inicia-se o processo de desapropriação, pelo qual o particular receberá uma indenização do Estado e a propriedade será transferida para o nome da comunidade. Em se tratando de terrenos de Marinha o processo será remetido à Secretaria de Patrimônio da União para que esta emita o título. Por fim, o INCRA fará a Demarcação Física, ou seja, identificação no campo do território quilombola.

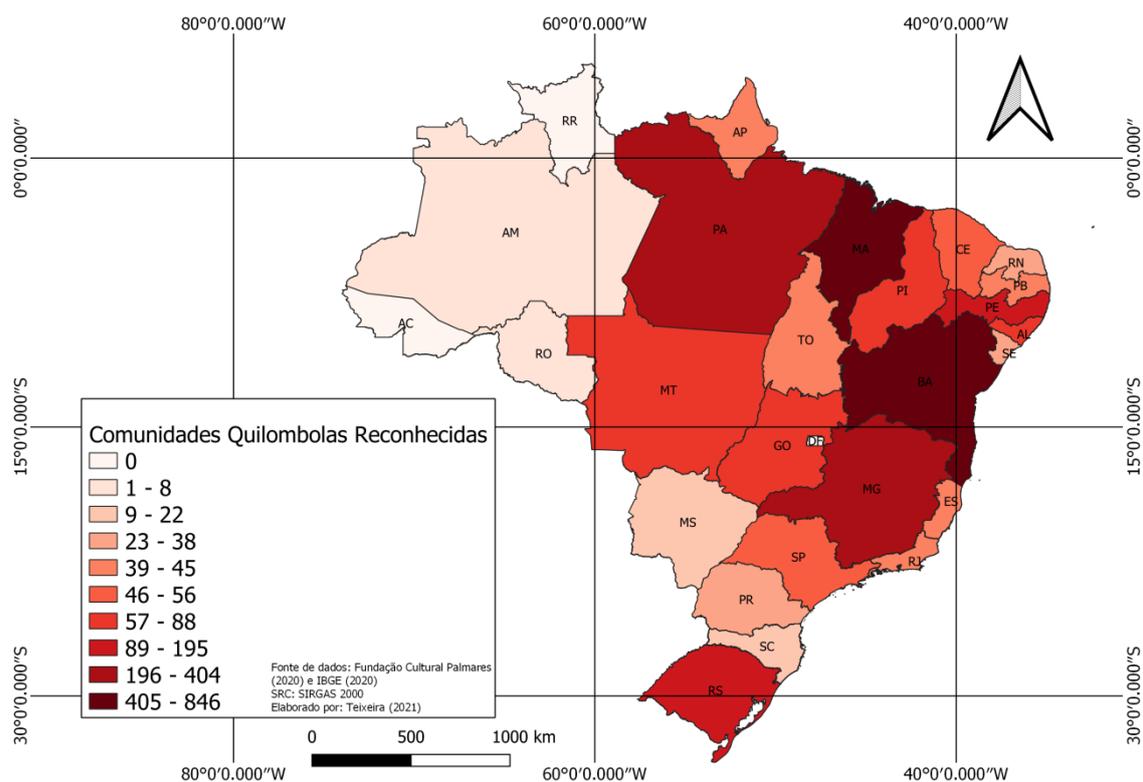
Figura 1 - Fluxograma das etapas de titulação quilombolas



Fonte: Adaptado da Comissão Pró-Índio de São Paulo (2021)

Utilizando-se de dados levantados e disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares, com recorte temporal entre 2004 e 2021, percebe-se que a espacialização das comunidades quilombolas ocorre de maneira heterogênea no Brasil. Nesse período, foram reconhecidas 3.466 Comunidades Remanescentes de Quilombolas (Figura 2) e, deste número total, 2.807 foram certificadas no território nacional.

Figura 2 - Comunidades Quilombolas Reconhecidas no Brasil



Fonte de dados: Fundação Cultural Palmares (2020) e IBGE (2020). **Elaborado por:** Teixeira (2021)

Observa-se que a região Nordeste desponta como a região do território brasileiro com a maior concentração de Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQ) reconhecidas pela FCP, um total de 2.192 comunidades, desse número total, 1.719 comunidades foram certificadas (Tabela 1), o que demonstra que essa região abrigou por séculos a mão de obra escrava e suas características geográficas propiciaram o surgimento dos quilombos, pois a comunidade de ex-cativos encontrou terras distantes que serviram como esconderijos que os possibilitaram resistir em liberdade.

Tabela 1 - Número de Comunidades Quilombolas e Taxa de Certificação

Nº de comunidades	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Reconhecidas	369	2192	169	543	193
Certificadas	330	1719	151	446	191
Taxa de Certificação (%)	81,30%	78,42%	89,34%	82,13%	98,96%

Taxa de Certificação = Relação entre N° de comunidades certificadas*100/N° de Comunidades Reconhecidas.

Ou seja, somente na região Nordeste se concentram, aproximadamente, 63% das comunidades reconhecidas e 61% das comunidades certificadas em todo país, o que nos remete à espacialização do trabalho escravo no Brasil, haja vista que os quilombos são constituídos por grupos de seres que foram escravizados e que fugiram em busca de liberdade social, econômica, política e ambiental.

Os dados apresentados na linha “Taxa de Certificação” da Tabela 01 demonstram ainda que a região Sul do país, apesar de ser a penúltima no ranking dos números totais de CRQ, possui quase que 100% das suas comunidades certificadas. Em contraponto, a região Nordeste, que possui os maiores números totais, obtém a marca de aproximadamente 78,42%, sendo a região com menor taxa de certificação do país. Demonstrando que, os processos de certificação e titulação dessas comunidades têm uma forte ingerência política, sobretudo relacionadas aos conflitos com o agronegócio e à morosidade que o processo de titulação pode sofrer, acrescentando a isso a questões de problemas de sobreposição de suas áreas com outras protegidas, a exemplo das Unidades de Conservação.

Do número total de comunidades reconhecidas na região Nordeste – 2.192 – o estado do Maranhão surge com aproximadamente 38,60% dos grupos (846 comunidades), sendo o estado com maior concentração para esta região, seguido pelo estado da Bahia com 37,72% (827 comunidades). Em seguida encontram-se os estados de Pernambuco com 195 comunidades em números gerais, Piauí com 88 comunidades, Alagoas com 70, Ceará com 53, Paraíba com 43, Sergipe com 37 e Rio Grande do Norte com 33 Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQ) reconhecidas.

Com relação à evolução temporal do número de certificações, dando enfoque ao recorte temporal que compreende o período de 2004 a 2020, reconhecendo que processos estão em curso no ano de 2021 e que 6 comunidades já conquistaram a certificação no atual ano, percebe-se uma variação considerável com relação ao número de certificações nos diferentes anos. Percebe-se ainda, que o pico de certificações de CRQ ocorreu no ano de 2006, seguido de subidas e descidas, mas nunca atingindo novamente ao patamar das 393 certificações registradas no referido ano, o

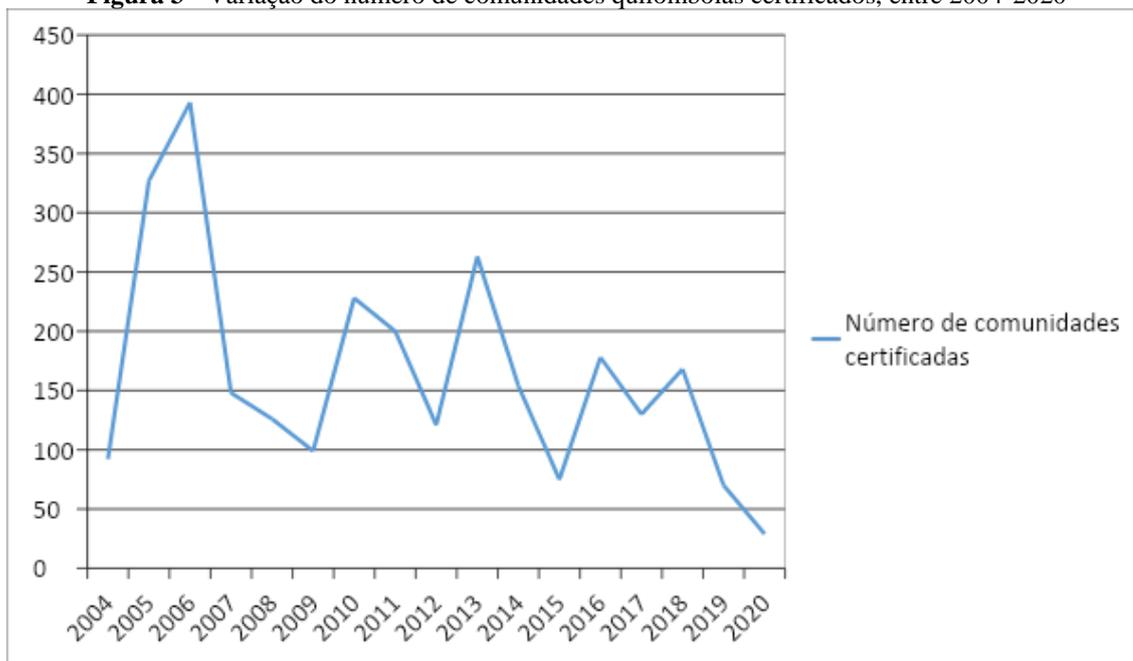
que provavelmente se relacionou aos efeitos da edição do Decreto 4887/2003 do INCRA e ao contexto político que se desenhava mais favorável.

Antes do referido decreto, 1999 a 2003, foram emitidos pela FCP 18 títulos no país, entretanto somente 5 foram acompanhados pelo procedimento de desintrusão e entrega do território para a comunidade. Tanto é que, desde a vigência do Decreto 4887/2003, o processo vem sendo realizado pelo INCRA, a exceção da comunidade de Ivaporunduva cuja desintrusão ficou a cargo da Fundação Instituto de Terras em São Paulo (ITESP) (SILVA, 2017).

No período pós decreto, 2004-2008, o INCRA foi responsável direto ou indireto pela regularização de 40,3% das terras quilombolas no país e 31,9% das terras da região Nordeste. Entretanto, apesar de tratar-se do período de maior conquista territorial, dos 639 processos de regularização iniciados, apenas 14 tiveram a titulação total e 20 a titulação parcial. De 2008 a 2011 houve apenas uma titulação parcial no país (SILVA, 2017). Mesmo assim, até junho de 2008, a Fundação Cultural Palmares (FCP) havia certificado 1209 grupos quilombolas, entretanto as titulações dos territórios, por se darem em várias etapas, estão muito aquém dos processos de certificações (MARQUES; GOMES, 2013).

Além disso, é necessário frisar que o direito ao território quilombola mobiliza a luta pela salvaguarda de outras conquistas não necessariamente materiais, pois a posse e/ou a propriedade física do território é condição imprescindível para o pleno exercício dos valores culturais e preservação do patrimônio simbólico das comunidades.

Percebe-se pela Figura 3 que, de 2005 a 2006, houve crescimento significativo no número de emissões de certificações, impulsionados pela edição do Decreto nº 4887/2003, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, o que não se repetiu no seu segundo mandato, pois houve uma redução das certificações de 2007 a 2009, com nova tendência de crescimento em 2012 e 2015 (Governo Dilma Rousseff). Os números de certificações voltaram a cair no fim de 2016 (ano do impeachment) e a partir da gestão Temer.

Figura 3 - Variação do número de comunidades quilombolas certificados, entre 2004-2020

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2020)

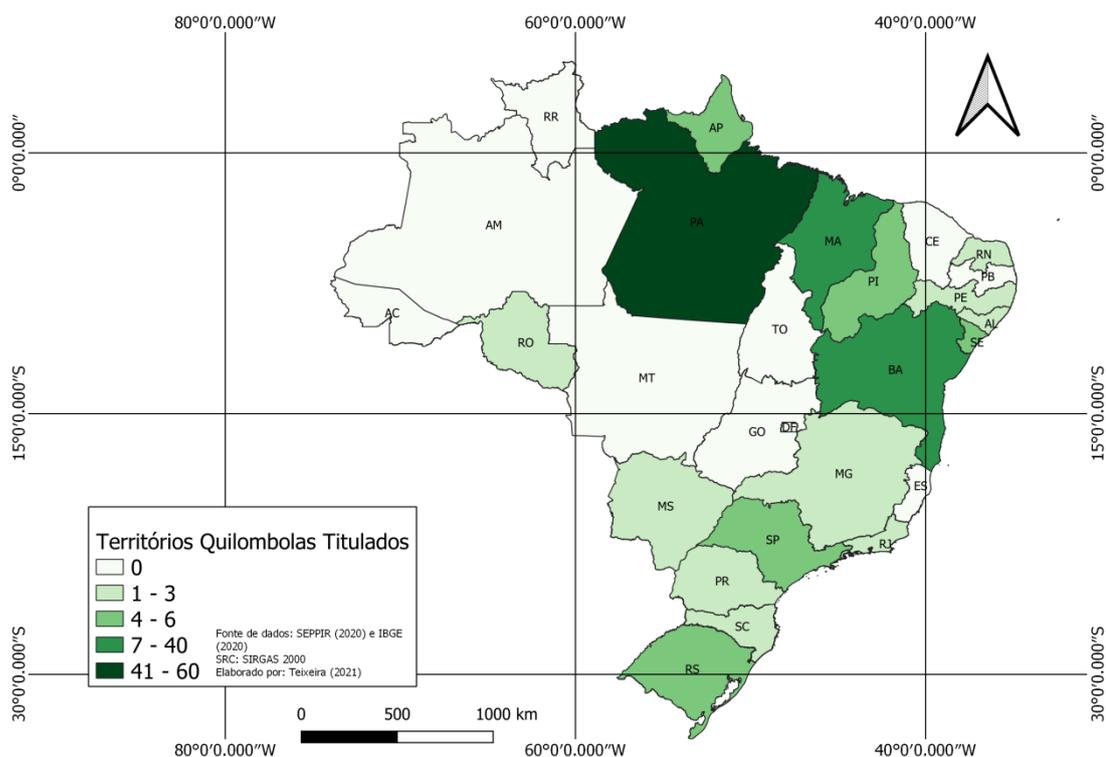
Ressalta-se ainda, que os dois últimos anos, respectivamente 2019 e 2020, representam o período com os menores números de certificações (70 comunidades e 29 comunidades), ou seja, novamente percebe-se a tendência de queda das certificações na escala nacional, provavelmente devido ao novo cenário político que o país vivencia.

Segundo dados disponíveis no site da SEPPIR, foram titulados, até setembro de 2020, 156 territórios quilombolas, podendo esses territórios abranger uma ou mais comunidades dentro dos seus limites. Ainda dentro da análise desses dados, a região Nordeste é atualmente a região com maior número de territórios titulados (74), seguida da região Norte com 66 territórios titulados, da região Sudeste com 10 territórios, em quarto lugar a região Sul com 6 territórios titulados e em último a região Centro-Oeste com apenas 3 títulos.

Detalhando o levantamento, conforme Figura 4, na região Nordeste os títulos foram concedidos para territórios localizados nos estados do Maranhão (40); Piauí (5); Rio Grande do Norte (2), Pernambuco (1) e Alagoas (1). Foi possível observar que houve crescimento significativo no quantitativo dos territórios quilombolas titulados no estado da Bahia, onde, no ano de 2014 existiam 4 territórios titulados, em 2015 havia 17 e em 2020 esse número cresceu para 21 títulos. No estado de Sergipe, o último quilombo titulado aconteceu em 2015, totalizando 4 quilombos titulados.

Na região Norte apenas 3 estados possuem territórios certificados, Pará (60); Amapá (4) e Rondônia (2). A região Sudeste tem os títulos divididos nos seguintes estados: Rio de Janeiro (3); São Paulo (6) e Minas Gerais (1). Na região Sul os títulos ficaram distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul (4); Paraná (1) e Santa Catarina (1). Por fim, a região Centro-Oeste teve todos os 3 títulos concedidos localizados no estado do Mato Grosso do Sul.

Figura 4 - Territórios Quilombolas Titulados



Fonte dos dados: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2020). Elaborado por: Teixeira (2021).

Apesar dos estados do Maranhão e Bahia possuírem, respectivamente, o maior número de comunidades remanescentes de quilombolas reconhecidos e certificados na escala nacional, é o estado do Pará, localizado na região Norte do país, com menos de 1/3 do número total de comunidades reconhecidas se comparado aos dois estados nordestinos citados, que desponta como unidade da federação com maior número de territórios titulados. Ou seja, apesar da região Nordeste ter o maior número de comunidades e os dois estados que mais reúnem esses grupos, o número de titulações não corresponde ao grande volume de certificações face a forte ingerência política do agronegócio, refletindo na morosidade com que os processos de titulação são finalizados.

Essa invisibilidade social faz com que se tornem corriqueiras a negação de direitos a essas comunidades, inclusive os territoriais, de modo que existem mais de três mil comunidades quilombolas no país, representando 214 mil famílias e 1,17 milhão de pessoas (ANDRADE et al., 2017). Ao passo que, em Sergipe, há 32 comunidades quilombolas certificadas, 5.438 famílias cadastradas e autorreconhecidas como remanescentes, sendo apenas quatro desses territórios titulados até 2019, que são Mocambo, Pirangi, Lagoa dos Campinhos e Serra da Guia (PALMARES, 2019). Outras 14 comunidades ainda se acham em busca da certificação, totalizando 46 quilombos no Estado (SILVA, 2017), o que parece constituir uma significativa dificuldade no atual contexto político no Brasil.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2020), as 46 comunidades quilombolas de Sergipe são: Lagoa dos Campinhos e Pontal dos Crioulos (Amparo do São Francisco), Mocambinho (Aquidabã), Maloca (Aracaju), Massombro e Pontal da Barra (Barra dos Coqueiros), Brejão dos Negros (Brejo Grande), Caraíbas (Canhoba), Coqueiral, Pirangi e Terra Dura (Capela), Povoado Forte (Cumbe), Assungue, Canta Galo, Cassungue e Curuanha (Estância), Catuabo, Maria Preta e Manoel Bernades (Frei Paulo), Negro (Gararu), Bongue (Ilha das Flores), Desterro (Indiaroba), Patioba (Japarutuba), Ladeiras e Matamba (Japoatã), Campo do Crioulo e Matembe (Lagarto), Mussuca e Quintale (Laranjeiras), Cambaza (Pacatuba), Alagamar e Marimbondo (Pirambu), Serra da Guia (Poço Redondo), Zumbi (Poço Verde), Mocambo (Porto da Folha), Santo Antônio de Canafístula (Propriá), Forras (Riachão do Dantas), Quebra Chipre – povoado Bela Vista (Riachuelo), Bode e Botequim, Cajazeiras, Pedra d'Água, Povoado Rua da Palha e Taboa (Santa Luzia do Itanhy) e Quibonga (São Cristóvão).

No Quadro 2, foram elencadas as 32 comunidades quilombolas certificadas, apontando a etapa da titulação referente a elas, de acordo com a Fundação Palmares no ano de 2021.

Quadro 2 - Comunidades Quilombolas Sergipanas Certificadas e etapa de titulação no INCRA

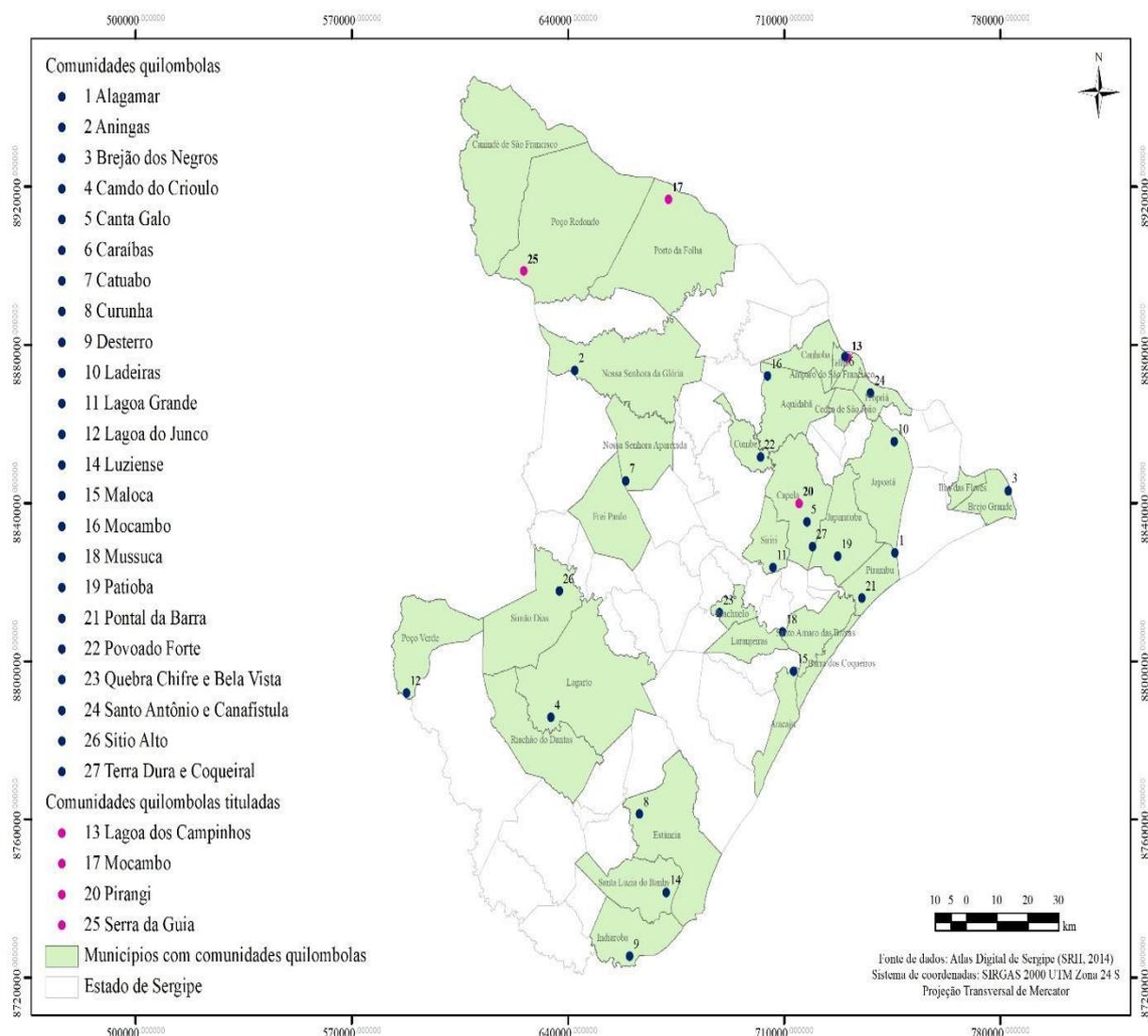
Comunidade	Município	Data da Portaria no DOU	Etapa da titulação
1- Mocambo	Porto da Folha	04/06/2004	TRD- despacho de 15 e18/07/2000
2- Lagoa dos Campinhos	Amparo do São Francisco/Telha	04/06/2004	Titulação Parcial
3- Serra da Guia	Poço Redondo	19/08/2005	Titulação Parcial
4- Luzinenses	Santa Luzia do Itanhy	19/08/2005	RTID
5 –Caráibas	Amparo do São Francisco/Telha, Canhoca, Aquidabã, Cedro de São João	12/09/2005	Decreto no DOU
6 – Desterro	Indiaroba	19/08/2005	RTID
7 - Povoado Forte	Cumbe	20/01/2006	
8 – Mussuca	Laranjeiras	20/01/2006	
9- Pontal da Barra	Barra dos Coqueiros	12/05/2006	Portaria no DOU
10 – Patioba	Japaratuba	12/05/2006	RTID
11 – Ladeiras	Japoatã	12/05/2006	Portaria no DOU
12 –Catuabo	Frei Paulo	07/06/2006	RTID
13 - Brejão dos Negros	Brejo grande	12/05/2006	RTID
14 - Fazenda Pirangi	Capela	13/12/2006	Titulação Parcial
15 – Maloca	Aracaju	07/02/2007	
16- Santo Antônio de Canafístula	Propriá	10/02/2011	
17 - Terra Dura e Coqueiral	Capela	10/02/2011	
18 –Curuanha	Estância	11/05/2011	RTID
19 - Quebra- Chifre	Riachuelo	11/05/2011	
20 – Bongue	Ilha das Flores	17/06/2011	
21 – Alagamar	Pirambu	08/11/2011	
22 - Canta Galo	Capela	08/11/2011	
23 – Aningas	Pirambu	10/07/2012	
24 - Lagoa do Junco	Poço Verde	10/07/2012	
25 - Porto d' Areia	Estância	10/07/2012	
26 – Mocambo	Aquidabã	25/10/2013	
27 - Rua dos Negros	Canindé do São Francisco	06/05/2013	
28 - Povoado Forras	Riachão do Dantas	24/09/2014	
29 - Sítio Alto	Simão Dias	24/09/2014	
30 - Campo do Crioulo	Lagarto	20/05/2016	
31 – Castanhal	Siriri	20/05/2016	
32 - Lagoa Grande	Siriri	26/04/2018	

Fonte: Adaptado da Fundação Cultural Palmares (2021).

A seguir, essas comunidades foram espacializadas no mapa de localização, entretanto 07 quilombos não estão sendo representados na Figura 5, o que se deu em virtude de elas não estarem

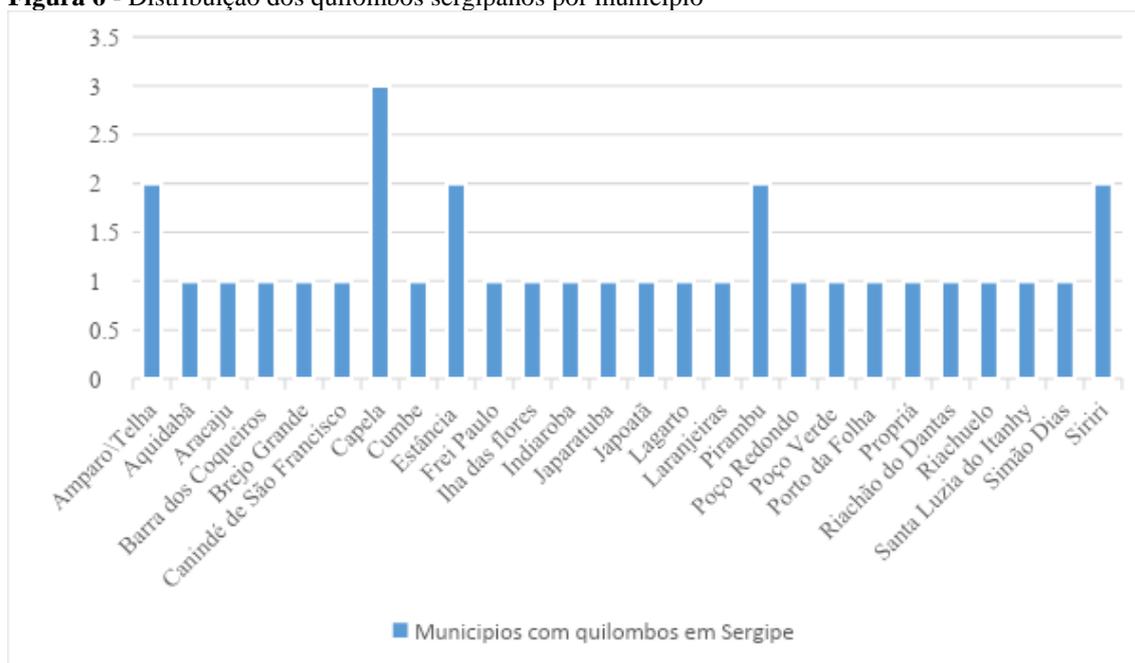
georreferenciadas no site da Fundação Palmares e/ou por não existir na literatura consultada dados cartográficos que possibilitassem a localização precisa delas.

Figura 5 - Mapa de localização das comunidades quilombolas sergipanos



Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2018

Dos 75 municípios sergipanos, apenas 26 possuem comunidades quilombolas certificadas e apenas 5 deles têm mais de um quilombo no seu território (Figura 6), são eles: Capela (3), Amparo/Telha (2), Estância (2), Pirambu (2) e Siriri (2).

Figura 6 - Distribuição dos quilombos sergipanos por município

Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2018

Apesar desse avanço legal, percebe-se que “o processo de reconhecimento e de titulação das terras das comunidades caminha morosamente e com fortes tensões sociais na zona rural, levando, às vezes, décadas para serem concluídos” (LACERDA; SILVA, 2015, p.242), o que é reflexo da precária proteção legal do Estado e das pressões dos latifundiários, ainda nos dias de hoje. Santos (2018, p.6) afirma que

Dados oficiais do INCRA apontam, até julho de 2017, que dos 219 Territórios Quilombolas, apenas 33 alcançaram a fase final em 14 estados da federação. As áreas arroladas nos processos de mais de 28.743 famílias dão conta de um total de 2.023.730 hectares. Entretanto, dos 996 processos de titulação de comunidades quilombolas tramitando no INCRA, a maioria encontra-se arquivada ou em diversas outras fases de regularização.

Sailani; Jardim (2015) realizam uma reflexão acerca dos processos de regularização fundiária após a promulgação do artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias na Constituição Federal de 1988 e de seus desdobramentos nas rotinas administrativas estatais. Com isso, concluem que para a obtenção da titulação da terra, as assimilações de dois conceitos são primordiais: a etnicidade (laços que fortalecem o sentimento de lealdade e pertencimento do grupo) e a territorialidade (modos de se organizar e gerir a vida em coletividade). Fatores que, sem sombra de dúvida, são essenciais ao fortalecimento de sua capacidade de mobilização.

Como obstáculos à concretização dos processos de titulação, os autores apontam: a morosidade para conclusão das etapas de titulação; necessidade de alterações das formas de custeio e contingenciamento de recursos para financiar procedimentos administrativos; não reconhecimento pelo Estado das formas narrativas dos sujeitos, com pouca valorização da oralidade, o que leva à desqualificação da capacidade comunicativa dos quilombolas, ao não recepcionar suas narrativas por entendê-las como “menos objetivas”, perpetuando o racismo institucional. Outro grande entrave aos processos de titulação é, segundo Sailani; Jardim (2015), a perícia antropológica que vivencia o dilema entre o equacionamento dos anseios políticos do grupo e os elementos produzidos pelo contato etnográfico, entrando muitas vezes em conflito com a concepção do que seria o “território do vivido” e um “território do possível”.

Diante desse contexto, a incessante busca de novas certificações em diversas regiões do país revela duas motivações principais: o reconhecimento público das comunidades quilombolas, antes tidas como periféricas; e a busca pela cidadania, mediante o fortalecimento das tradições, hábitos, expressões linguísticas e culturais dos quilombos, o que configura um novo caminho de possibilidades, pois a posse e/ou a propriedade física do território é condição imprescindível para o pleno exercício dos valores culturais e preservação do patrimônio simbólico dos quilombolas.

Entretanto, e de maneira contraditória ao processo de certificação, a obtenção da titulação do território, que garante de maneira definitiva a posse das terras ocupadas pela comunidade remanescente quilombola, parece seguir caminhos mais longos e burocráticos, o que pode ser visualizado no baixo número de títulos concedidos pelo INCRA. Isto revela ainda a dificuldade de acesso aos direitos conquistados por esses grupos em tempos passados, sendo necessário, de maneira constante, o fortalecimento das políticas públicas instauradas e a criação de novos mecanismos que permitam a efetiva promoção de direitos a essa parcela da sociedade que foi duramente injustiçada há séculos.

2.3 QUILOMBOS SERGIPANOS: CARACTERÍSTICAS E ASPECTOS IDENTITÁRIOS

Os negros escravizados que foram incorporados nos engenhos e canaviais de Sergipe primeiramente estavam localizados às margens dos rios Cotinguiba, Vaza-Barris e do Piauí, sendo oriundos de Angola e Nova Guiné. Assim, no século XIX pôde-se registrar três áreas de formação de mocambos em Sergipe: **a do rio Real**, considerada como a mais difícil, por atrair negros que vinham da Bahia; **a do São Francisco**, em que a organização dos escravos desmontou

o início da colonização da Ilha do Ouro, mas em 1698 foram extinguidos por índios domesticados pela ação jesuíta; **e das matas de Itabaiana**, área serrana de difícil acesso e que concentrava vários engenhos e canaviais nos vales férteis do Rio Cotinguiba (SANTOS, 2014).

A ocupação dos quilombos ocorreu sob um contexto de embates e resistência da parte dos latifundiários; entretanto, os quilombolas conseguiram lutar até praticamente a extinção do escravismo. Para isso, os membros dos quilombos sergipanos se reuniam em grupos de oito a dez casas, que podiam ser facilmente abandonadas com a aproximação das tropas repressoras (SANTOS, 2014).

Ressalta-se ainda, que além dos quilombos, os negros sergipanos vivenciaram outros mecanismos de resistência, a exemplo da Revolta Negra em Sergipe, em 1827, conhecida como Levante dos Escravos Nagôs, através da qual foram assassinados senhores de engenhos, feitores e administradores dos latifúndios. O movimento foi reprimido e instituíram-se medidas proibindo-os de terem acesso a armas, de portar facas, andar vagando pelas ruas à noite e reunirem-se em grupos (SANTOS, 2014).

De acordo com Lacerda; Silva (2015) foram mapeados 9 conflitos territoriais no Estado de Sergipe, dos quais seis envolvem comunidades quilombolas (66%), o que supera a média nacional que é de 21,55% dos conflitos no Brasil. Este fato evidencia a forte tensão vivenciada pelas comunidades no estado sergipano. Os autores apontam que dentre as consequências dos conflitos, a alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território constitui o principal impacto apontado (65,66% do total) dos conflitos, seguido da disputa oriunda da falta/irregularidade no que tange à demarcação de Território Tradicional (40,07%).

Enfim, na maior parte do país, as conquistas quilombolas, sobretudo as territoriais, sempre foram fruto de muita luta e repressão diretamente contra grandes empresários, latifundiários, muitas vezes sob a chancela estatal. Percebe-se, então, que a negação dos povos em questão pelas classes dominantes contribui sobretudo para a morosidade no reconhecimento de direitos a essas comunidades no Brasil e, por seu turno, em Sergipe.

Para superar o cenário de invisibilidade socioeconômica no qual os quilombolas sempre estiveram desde o período da “colonização” do país, é necessário que suas comunidades delineiem estratégias mais fortes de organização em prol da conquista territorial, para o que o engajamento coletivo associado ao papel de assessoria de instituições da sociedade como as universidades constituem instrumentos fundamentais para fazer valer os direitos sociais.

No aspecto legal, a nível local, como já se mostrou anteriormente, os quilombolas têm a seu favor, além da legislação nacional, a Lei 6.426, de 20 de junho de 2008, que altera e acrescenta dispositivos e um Anexo Único à Lei nº 2.435, de 30 de setembro de 1983, dispendo sobre as terras devolutas do Estado de Sergipe, que dá providências correlatas.

Outro dispositivo normativo trata-se da Lei nº 5.497, de 23 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Conselho Estadual de Educação estabelecer e normatizar as Diretrizes Operacionais para a inclusão nos currículos da Educação Básica das Redes Pública e Particular do Estado de Sergipe do ensino obrigatório da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", conforme a Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, acompanhando as diretrizes nacionais (SILVA, 2014). Entretanto, não se vislumbra, a nível estadual, legislação que abarque as questões fundiárias atreladas aos quilombos.

Percebe-se que as comunidades quilombolas permanecem marginalizadas pelo poder público e pela sociedade, de maneira que muitas de suas necessidades básicas ainda não foram concretizadas e as famílias quilombolas em geral vivem em condições de vida mais precárias que os demais segmentos da sociedade (Tabela 2).

Tabela 2 - Infraestrutura e acesso a serviços públicos das famílias quilombolas e não quilombolas sergipanos

	FAMÍLIAS QUILOMBOLAS (4186)		FAMÍLIAS NÃO QUILOMBOLAS (481.464)	
	N	%	N	%
Ruas totalmente calçadas	2047	48,8%	289118	60%
Rede geral de abastecimento de água	1703	40,59%	343854	71,38%
Coleta regular de lixo	2411	57,48%	367256	76,28%
Rede coletora de esgoto	311	7,4%	177141	36,79%
Alvenaria com reforma	3057	72,86%	366909	76,21%

Fonte: Elaborado a partir do CADÚNICO, 2020

Observa-se, portanto, que a rede de saneamento ambiental (rede de água, coleta de resíduos e, sobretudo, de esgotamento sanitário) é ainda muito precária em Sergipe, mas a situação das famílias quilombolas é ainda pior do que a das famílias não quilombolas no estado.

Apesar dos avanços da política habitacional nos quilombos, principalmente a partir do programa Minha Casa Minha Vida Quilombola, as disparidades entre as famílias quilombolas e

não quilombolas demonstram a necessidade de maior direcionamento de ações e recursos a fim de superar o histórico de negligência vivenciado por essas comunidades.

A invisibilidade dessas comunidades também é evidenciada pelos precários números de estudos acerca desses espaços e como não foram encontradas publicações que trouxessem um panorama geral dos quilombos sergipanos, precisou ser realizada uma revisão de artigos científicos, a partir de busca na base de dados da plataforma de pesquisa Google Acadêmico, a fim de se traçar o perfil sociocultural (educação, saúde, renda, infraestrutura) dos quilombos sergipanos.

Utilizou-se primeiramente como descritor o termo “quilombo” no idioma português. Foram visualizadas 6.180 publicações científicas, entretanto os manuscritos não contemplavam o objetivo proposto, que é o diagnóstico sociocultural de cada quilombo existente em Sergipe. Para suprir a lacuna, foi desenvolvida uma nova pesquisa na mesma plataforma aplicando separadamente os nomes de cada comunidade quilombola, utilizando a marcação do período de 2015-2019, obtendo-se um total de 69 trabalhos que abordavam os quilombos sergipanos e faziam um diagnóstico sociocultural de alguns desses territórios.

A pesquisa foi desenvolvida no período de agosto a novembro de 2019. Os quilombos mais estudados nas publicações encontradas foram respectivamente: Mocambo (12), Brejão dos Negros (12), Mussuca (8) e Maloca (6).

A comunidade de **Mocambo** está localizada no município de Porto da Folha (SE), certificado desde 1997, que se localiza a aproximadamente 185 km da capital Aracaju, na microrregião do Alto Sertão, sendo composto por 178 famílias. A titulação dos 2.100 hectares de terras aconteceu no dia 14 de julho de 2000, o que foi marcado por intensos conflitos (INCRA, 2016). Mocambo possui água encanada, energia elétrica, ruas calçadas, mas sem acesso à rede sanitária de esgoto, a drenagem ocorre a céu aberto e em direção às margens do rio e não há coleta de resíduos, sendo o lixo incinerado pela comunidade (SANTOS, 2014).

A conquista da terra, para eles, tem um valor material e simbólico imensurável, um verdadeiro rito de passagem para a conquista da cidadania e inserção social. E, “a eficácia simbólica desse rito pode ser auferida pela capacidade de elaborar uma nova identidade e pelas estratégias políticas que a comunidade quilombola é capaz de desenvolver” (BADIRU; SIMORNARDI, 2018, p.25).

A escola que está localizada na comunidade (Escola Estadual 27 de Maio) oferta o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, atendendo tanto a alunos da comunidade quilombola quanto aos

não quilombolas moradores de povoados vizinhos. Brito et al. (2016) afirmam que na escola quilombola há a necessidade de aulas contextualizadas e docentes que prezem pela diversidade cultural brasileira, sobretudo a dos quilombos. Para tanto, Izidoro; Correia (2017) propuseram novos métodos de ensino-aprendizagem, utilizando a fotografia para realizar a análise da percepção dos estudantes acerca do espaço em que vivem. Concluindo que o espaço pode ser ressignificado a partir da orientação teórico-metodológica que a ciência geográfica oferece, sendo a fotografia um dispositivo interessante capaz de recriar novas leituras de mundo e traçar uma análise crítica da realidade.

Lacerda (2016) e Lacerda; Mendes (2018), ao estudarem sobre como os saberes e práticas tradicionais de cuidado em saúde constroem territorialidades, perceberam que os quilombolas contribuem para a conservação ambiental através de ações de manutenção das matas ciliares a fim de evitar o assoreamento do rio, da não supressão da vegetação nativa e da valorização etnobotânica pelo uso de ervas medicinais no tratamento das doenças.

Com relação à saúde, Santos et al (2018) observaram a alta prevalência de hipertensão arterial nas comunidades quilombolas de Sergipe (26%) quando comparada às estimativas da população total (20,4%) do mesmo estado. Ao passo que Neves (2017) analisou o estado nutricional de crianças quilombolas menores de 5 (cinco) anos de idade residentes em comunidades quilombolas tituladas até 2009, observando que a desnutrição crônica apresentou um quadro ainda mais alarmante na população estudada, destoando do cenário nacional, em que havia decréscimo. Houve ainda um pequeno déficit de estatura nas crianças, que pode ter relação com a prevalência da alta proporção de indivíduos com enteroparasitoses. Os achados referentes aos quilombolas no Nordeste acham-se relacionados com as condições de vida da região, caracterizadas por graves desigualdades sociais.

O quilombo **Brejão dos Negros** situado em Brejo Grande, certificado em 2006, não desfruta de nenhuma infraestrutura básica como: água encanada e tratada, saneamento básico, posto de saúde, escola e hospitais de qualidade. A educação é precária e os quilombolas têm que se deslocar ao povoado Saramém, que está localizado a aproximadamente 13 km da sede da moradia, para ter acesso à escola, não havendo registros de quilombolas com nível superior. A assistência básica de saúde também é deficitária, pois não existe atenção à saúde sexual e reprodutiva para as mulheres, o que é demonstrado nos altos índices indesejados de natalidade. A renda familiar não ultrapassa 3 salários mínimos e a maioria da população é assistida pelo programa Bolsa Família (BECKER, 2016).

Brejão dos Negros faz parte da bacia hidrográfica do rio São Francisco no extremo litoral norte sergipano. É caracterizado pela diversidade ecológica (presença da floresta atlântica, mananciais litorâneos, aspectos do cerrado e da caatinga), seu relevo é composto por dunas e alagadiços interligados aos mangues, lagoas e ilhas, que compõem uma vasta paisagem natural, a qual desde 2004 faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte (BOMFIM, 2016; BOMFIM, 2017).

De acordo com Conceição (2019), em Brejão dos Negros residem cerca de 800 famílias (aproximadamente três mil pessoas), entretanto somente 366 delas fazem parte do quilombo, uma vez que as outras não se reconhecem como quilombolas. As famílias são numerosas e compostas por uma média de seis a doze indivíduos; estes em geral moram em casas simples construídas com alvenaria (possuindo dois ou três cômodos) e taipa, sendo cobertas por palhas. Entre as principais manifestações culturais pode-se citar: o maracatu, o ritmo, a dança, a reza e o uso de ervas medicinais (como tratamento de saúde, pois só existe um posto médico em Brejão, e mesmo assim não faz o atendimento todos os dias da semana e os medicamentos nunca estão disponíveis para a população).

O uso do território em Brejão dos Negros passou por diferentes perspectivas econômicas. Inicialmente, a ocupação da área esteve relacionada com a lavoura canavieira, posteriormente essa atividade foi substituída pela rizicultura (BOMFIM, 2018). O cultivo de arroz alcançou seu apogeu com a construção de quatro fábricas de arroz. Entretanto, as fábricas encontram-se desativadas. Após a construção da barragem de Xingó, as lagoas salinizaram e a carcinicultura, com a criação de viveiros de camarão, foi a atividade realizada na área, provocando sérios impactos ambientais, inclusive a supressão de áreas de manguezal (ALVES et al, 2017).

Ressalta-se que existem poucos locais para o cultivo, pois as terras foram ocupadas por grandes empresários para fins de especulação imobiliária e criação de viveiros de camarão. Os quilombolas tentam diversificar suas atividades econômicas para gerar renda, de modo que trabalham com a pesca e a catação dos crustáceos, o cultivo de arroz e a extração do coco. As mulheres produzem e comercializam esteiras de palha de junco, bordados artesanais, além de se ocuparem da pesca e da catação do caranguejo. (CONCEIÇÃO, 2019; ALVES et al, 2017).

Para Pinheiro (2018), Brejão dos Negros possui grande potencial para o Turismo de Base Comunitária (TBC) por estar localizado na área próxima à foz do rio São Francisco, além de possuir, também, uma grande variedade em termos de cultura e recursos naturais. O TBC propõe que o planejamento e a operacionalização das atividades sejam desenvolvidos pelos

comunitários, a fim de viabilizar a geração de renda, promover a preservação e valorização cultural e ambiental do local (OLIVEIRA; VARGAS, 2016).

Alves (2019) chama atenção para o fato de que o Quilombo Brejão dos Negros é composto por seis comunidades rurais: Brejão dos Negros, Carapitanga, Guaratuba, Saramém, Resina e Santa Cruz. Nesta última comunidade, a agricultura familiar tem destaque com a criação de galinhas de capoeira ou caipira. Atividade esta que favorece a utilização da mão de obra feminina e jovem, além de ser uma prática de fácil manejo e agroecológica. Na comunidade Santa Cruz, percebeu-se um rico potencial etnobotânico, pois existem pelo menos 58 espécies vegetais nativas com finalidades medicinais e de ornamentação, a exemplo do: cambuí (*Myrciaria tenella*) que é utilizado na alimentação, ingestão de sucos e degustação dos frutos; a amescla (*Protium heptaphyllum*) e a sambacaitá (*Mesosphaerum pectinatum*) que são bons antiinflamatórios e da Canela-de-veado ou Pirunga (*Eugenia ligustrina*) e o Genipapinho (*Tocoyena sellowiana*) que servem para o cercamento de terrenos e construção de casas de taipa (ANDRADE et al., 2017).

O quilombo Mussuca situa-se no município de Laranjeiras, foi certificado em 2005, possui uma população estimada de 2 mil pessoas ocupando aproximadamente 130 habitações (TORALES et al, 2015; TORALES, VARGAS, OLIVEIRA, 2018). A principal fonte de renda da comunidade é a agricultura de subsistência com a plantação de mandioca, feijão, milho e a pesca, de onde são extraídos crustáceos para o consumo e para venda em feiras da região (MIRANDA, 2018).

A comunidade tem acesso à água encanada, energia elétrica, posto de saúde e uma escola. Porém, a escolaridade é baixa e 25% dos quilombolas largaram seus estudos antes de finalizar as séries iniciais, devido a necessidade de trabalhar cedo para ajudar no sustento da família. Sobre a questão cultural, 75% das pessoas se consideram católicos/as e 25% candomblecistas (FRANÇA, 2015; FRANÇA, MENDES, 2019). As principais manifestações culturais são as danças de São Gonçalo, Samba de Coco e Samba de Pareia. As danças típicas revelam a hierarquia patriarcal, em que os homens mais velhos também denominados “patrão” lideram a dança acompanhado da “mariposa” que é a condutora do barco e dos demais participantes, tocadores de viola e reco-reco (BATISTA et al, 2016).

Mussuca é uma das cinco comunidades, no estado de Sergipe, que possui uma escola estadual e atende a população, provendo os níveis até o ensino médio, as outras são a Comunidade Ladeiras/Japoatã; Porto D’areia/Estância; Brejão/Brejo Grande e Mocambo/Porto da Folha (BISPO, 2018; SANTOS et al, 2016).

Diferentemente das demais comunidades quilombolas, **Maloca** é o único quilombo urbano do estado de Sergipe e a segunda maior comunidade desse gênero no Brasil. Situa-se no município de Aracaju, numa área de morro, tendo sido certificada em 2006. Possui 50 famílias, 200 habitantes, serviços de água encanada, energia elétrica e pavimentação das ruas (SANTOS; SANTOS; RIBEIRO, 2016; CONCEIÇÃO, 2019).

A formação desse quilombo foi oriunda de negros refugiados dos grandes canaviais sergipanos que buscavam melhorar a sua qualidade de vida se instalando na capital-Aracaju e ali encontraram a sua identidade afro-brasileira (GUIMARÃES; SHIMADA, 2017). Entretanto, mesmo estando na área urbana, a comunidade vivencia, até os dias atuais, uma série de problemas sociais que vão desde o racismo, a discriminação e a perseguição dos agentes estaduais em função da prática religiosa da matriz africana (LACERDA, MENDES, 2016). A fim de fortalecer a negritude dos “maloqueiros” foram criados diversos projetos como o “Dialogando Contra o Racismo”, pelo qual, através de oficinas de capoeira, procura-se valorizar a estética negra vinculada às raízes da comunidade, descaracterizando o padrão de beleza europeia socialmente instituído (ALMEIDA; MESQUITA, 2019).

Ressalta-se que na Maloca surgiu o projeto CRILIBER promovida por uma Organização Não Governamental (ONG) que atua desde a década de 1980 com ações de inclusão social e educação étnico-racial. A economia do quilombo baseia-se no turismo cultural que está associado às festividades, culinária e representações africanas locais que acontecem na pracinha da comunidade e funcionam como recursos complementares para a renda familiar. Os quilombolas são beneficiários com programas sociais como o Bolsa Família. Os homens trabalham fora do quilombo em atividades como a construção civil e prestação de serviços gerais e as mulheres realizam serviços gerais, muitas vezes nas casas de família, além do bordado e da costura (CONCEIÇÃO, 2019).

A seguir com um número um pouco menor de publicações apareceram os quilombos da Patioba (4), Pirangi (4), Canta Galo (3), Terra Dura/Coqueiral (3), Pontal da Barra (3) e Sítio Alto (3).

A comunidade Patioba localiza-se numa área rural, situada no município de Japaratuba/SE. Possui 143 famílias cadastradas, compostas por aproximadamente 700 habitantes. O quilombo apresenta uma infraestrutura precária que interfere na qualidade de vida, tendo em vista a ausência de espaços de lazer, as insatisfatórias condições sanitárias, com ausência de coleta de lixo e abastecimento de água, que é realizado, como em vários lugares do Nordeste,

através de caixas d'água, mantidas por poço artesiano e/ou carro pipa que funcionam por sistema de bombas (TORALES et al., 2018).

Na comunidade, os estudos encontrados tratavam apenas de condições específicas de saúde. Torales et al (2018) entrevistaram 101 sujeitos pertencentes a Patioba com idade média de 41,42 anos, sendo a maioria mulheres (n=86; 85,1%). Constatando que o sexo feminino, idosos e pessoas de baixa escolaridade apresentam um maior prejuízo na qualidade de vida e sofrem de baixa autoestima. Nesse sentido, Sobral et al (2016) realizaram um diagnóstico da situação das mulheres quilombolas da Patioba percebendo a situação de vulnerabilidade social e ausência de acesso a serviços de saúde com a qualidade devida ao povo. Por sua vez, Santos et al (2018), trouxeram seus relatos de experiências acerca das ações educativas para combate ao *Aedes aegypti*, registraram a dificuldade de controle larvário face a precária infraestrutura e situação sanitária local (casas de taipa, falta de água encanada, coleta de lixo regular), bem como a ausência de agentes de saúde.

Nessa perspectiva, Menezes et al (2015) avaliaram o nível de conhecimento dos quilombolas da Patioba acerca da Anemia Falciforme (AF) com relação ao modo de transmissão da doença, manifestações orais, autocuidado e aconselhamento genético, bem como a ciência da ocorrência de AF na família dos indivíduos. Detectaram que 72,3% (n = 267) dos indivíduos da amostra não possuíam adequada compreensão sobre anemia e traço falciforme e 95% não sabiam a forma de transmissão da doença. Esses dados nortearam a execução da intervenção educativa e proporcionaram a esta comunidade o acesso à informação em tempo oportuno, antes da decisão reprodutiva de indivíduos com risco genético para gerarem filhos com AF, considerando que a maioria 79% (211) encontra-se em idade reprodutiva entre 18 e 49 anos.

Com relação à educação em saúde, Torres et al (2018) através de um estudo quantitativo com 267 quilombolas da Patioba constataram a insuficiência de práticas de autocuidado na comunidade, percebendo que os quilombolas não se alimentam bem, não realizam exercícios físicos, nem exames preventivos. Eles só procuram os serviços de saúde quando o processo de adoecimento já está instalado, o que, provavelmente, acha-se relacionado com a sua situação de invisibilidade social desses sujeitos.

O mesmo cenário de invisibilidade é encontrado nos três quilombos certificados pela Fundação Palmares no município de Capela (**Canta Galo, Pirangi e Terra Dura do Coqueiral**). Ressalta-se que apenas Pirangi possui 4 publicações, os demais têm três artigos e todos eles versam especificadamente sobre as questões epidemiológicas de saúde. Somente o artigo que trata exclusivamente da comunidade Pirangi é que aborda os aspectos socioculturais, a identidade

e valorização sociolinguística da comunidade, mesmo não existindo em Sergipe quilombos isolados e todos falam o Português afro-brasileiro e/ou o Português popular rural brasileiro (alternância de variedades) (SANTANA et al, 2018).

A comunidade **Pirangi** está localizada na zona rural do município de Capela/SE, Leste Sergipano, a aproximadamente 3 km da sede municipal e a 71 km da capital Aracaju, fazendo limite com Aquidabã, Muribeca, Japarutuba, Rosário do Catete, Siriri, Nossa Senhora das Dores e Cumbe (SERGIPE, 2011). O quilombo foi certificado em 2006 pela FCP, sendo composto por 55 famílias cadastradas no INCRA, sendo que 45 não possuem casas no quilombo e vivem da produção da terra.

A Fazenda Pirangi não possui água encanada, esgotamento sanitário e sua principal fonte de abastecimento de água constitui-se de dois poços artesianos que irrigam a plantação e matam a sede dos animais. Concluindo sua análise, Santana et al (2018) consideram Pirangi uma comunidade com potencial para busca de traços linguísticos peculiares, sendo carente apenas de documentação sociolinguística, pois é formada por descendentes diretos de escravos afro-brasileiros e africanos, de modo que a maioria de seus membros mantém forte vínculo com a cultura dos antepassados e com as reminiscências da escravidão, pois se trata de uma área com grande quantidade de engenhos produtores de açúcar.

No que tange às publicações referentes aos aspectos de saúde, Santos et al (2018) através de um estudo transversal realizado no período de novembro de 2016 a abril de 2017 identificaram o perfil de risco cardiovascular nas três comunidades quilombolas de Capela/SE, baseando-se nos índices antropométricos. A pesquisa demonstrou através do Índice de Massa Corpórea (IMC), que as mulheres analisadas na amostra possuem um risco cardiovascular aumentado em relação aos homens. De modo que 77,6% das mulheres não foram classificadas como saudáveis, diante de 66,6% dos homens não saudáveis. Restando evidente que a obesidade e a tendência à aquisição de doenças cardiovasculares nessas comunidades são uma realidade.

Prado (2017) realizou um estudo similar ao registrar a prevalência da hipertensão arterial sistêmica nas comunidades quilombolas do município de Capela. E, diferentemente do que acontece na população negra, não se observou tendência à hipertensão arterial nas comunidades. Percebeu-se então que não existem diferenças significativas entre as três comunidades quanto aos casos de pressão arterial sistólica e diastólica ($p < 0,05$) e que a média da pressão arterial sistólica e diastólica dos quilombolas em Capela está dentro da normalidade de acordo com a diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia (PRADO, 2017).

Esse dado difere do perfil das comunidades quilombolas brasileiras e sergipanas, que apresentam tendência a desenvolver picos hipertensivos. Nesse sentido, a prevalência de Hipertensão Arterial nas comunidades quilombolas de Sergipe (26%) foi elevada, quando comparada às estimativas da população geral (20,4%) do mesmo estado, com faixas etárias semelhantes. Além disso, a etnia negra demonstrou maior predisposição à rigidez arterial do que as demais (SANTOS et al, 2018).

Pesquisas com foco na saúde na **comunidade Pontal da Barra** também estão associadas aos altos índices de “hipertensão arterial sistêmica e sua associação a fatores de risco cardiovasculares na população quilombola” (SANTOS et al, p. 13, 2018). Portanto, acredita-se que essa realidade faça parte da vida de todos os quilombolas de Sergipe. O que se registrou sobre a comunidade Pontal da Barra é que possui 89,7 km², situa-se no município de Barra dos Coqueiros, leste da planície litorânea de Sergipe, na região metropolitana de Aracaju. O quilombo possui 150 famílias que em sua maioria subsistem da pesca (mariscos, crustáceos como sururu, ostra, caranguejo, siri e guaiamu) nas áreas de mangues e apicuns (CONCEIÇÃO, 2019).

O solo deste quilombo é arenoso, sem nutrientes, não propiciando a atividade agrícola, porém é possível encontrar a agricultura de subsistência, sobretudo com o cultivo da mandioca. As habitações são precárias, sendo construídas com madeira oriunda da restinga e das palhas de coqueiro. A comunidade não possui saneamento básico, e apenas conta com a presença de pequenos estabelecimentos comerciais como mercearias e bares (PASSOS et al, 2017).

Por fim, **o quilombo Sítio Alto** localiza-se em Simão Dias, no Centro Sul Sergipano, a 8 km da cidade e a 106 km de Aracaju, possui aproximadamente 150 famílias que têm a agricultura familiar como sua principal fonte de renda, teve seu reconhecimento efetivado no ano de 2014 pela FCP, porém ainda não possui título da terra. A economia tem base na agricultura familiar e os principais produtos cultivados no quilombo são: mandioca, vários tipos de feijão, milho, couve, quiabo, alecrim, manjeriço e diversas frutas. Há criação de ovelhas, galinhas, porcos e algumas cabeças de gado na comunidade, bem como a renda oriunda dos beneficiários dos programas sociais. As ruas da comunidade não são pavimentadas, mas as residências são de alvenaria, com energia elétrica e água encanada. A religiosidade é um marco também desse povo, sendo que a principal religião é a católica. Não foram identificados adeptos das religiões de matriz africana na comunidade (LACERDA; MENDES, 2018).

Silva (2017) em seu trabalho discutiu acerca de como o quilombo Sítio Alto tem construído sua identidade étnica através da memória e da dança de roda. Constatando que a identidade quilombola para a comunidade é um processo em construção, embora ela possua uma

ancestralidade oriunda de ex-escravos trabalhadores da fazenda Rio dos Negros. Nesse sentido, Lacerda (2017) e Lacerda; Silva (2018) afirmam que esse quilombo tem como principais manifestações culturais a dança de roda e o banco de sementes crioulas, cujo significado que vai além da segurança alimentar da comunidade e apresenta-se como uma estratégia de resistência ante o avanço das sementes transgênicas. Além disso, para os autores, os saberes e práticas tradicionais de cuidado em saúde constroem territorialidades e contribuem para a conservação ambiental, pois através da oralidade, ludicidade e musicalidade presentes nas danças de roda e no samba de coco, os vínculos entre as pessoas e o ambiente são fortalecidos.

Por fim, reuniu-se os quilombos que apresentaram uma baixa ou inexistente quantidade de publicações, que foram: Lagoa dos Campinhos (2), Aningas (2), Alagamar (1), Caraíbas (1) Serra da Guia (2) e Luzinenses (1).

Em **Lagoa dos Campinhos**, as publicações encontradas contemplam aspectos ligados à luta pelo território e à educação no quilombo. Ele foi um dos primeiros territórios quilombola sergipanos reconhecido pelo INCRA, tendo sido certificado em 2003. Possui 1.263 hectares onde vivem 108 famílias, nos municípios de Amparo de São Francisco e Telha, no Leste Sergipano. A comunidade é distribuída pelos povoados de Serraria, Lagoa Seca, Crioulo e Pontal, sendo marcada por intensos conflitos territoriais referentes a agressões físicas, ameaça armada de jagunços e fazendeiros, com a exibição de armas, impedindo inclusive a passagem de quilombolas por logradouros de uso comum, bem como o acesso a uma lagoa que é patrimônio da União. Houve ainda a destruição das plantações no entorno da lagoa, matança de animais de criação, etc. (LACERDA, 2016). Por fim, Lima et al (2018) fizeram uma análise da educação quilombola, percebendo a necessidade de ajustamento da escola ao contexto da cultura afrodescendente, apesar de existir uma aproximação entre a vida escolar e a gestão comunitária, pois os discentes conhecem a trajetória sociohistórica e política do quilombo.

A mesma história de resistência e luta foi percebida nas duas comunidades quilombolas de Pirambu: Alagamar (certificada desde 2011) e Aningas (certificada desde 2012). Em comum, foi encontrado um trabalho sobre educação em saúde para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), evidenciando o quanto o acesso a ações e serviços de saúde (preventivos e curativos) é deficitário e as IST são uma realidade cada vez mais frequente nessas comunidades (PASSOS et al, 2017).

Aningas também foi analisada no estudo de Santos et al (2018) com destaque para a prevalência de hipertensão arterial em comunidades quilombolas do estado de Sergipe, juntamente com o **quilombo Caraíbas** localizado nos municípios de Amparo de São Francisco,

Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João e Telha, certificado desde 2005. Demonstrando o alto índice hipertensivo nessas comunidades e sua associação com fatores de risco cardiovasculares, o que evidencia a necessidade de melhoria do acesso aos serviços de saúde para controle da patologia (SANTOS et al, 2018).

Com relação à **comunidade Serra da Guia**, localizada ao sul do município de Poço Redondo/SE, fazendo parte do complexo Serra Negra, na microrregião sergipana “Sertão do São Francisco”, a 185 km da capital Aracaju/SE. Possui 187 famílias cadastradas no INCRA, com capacidade de inclusão de até, no máximo, 200 quilombolas no programa de beneficiários (INCRA, 2016). Toda a região da Serra Negra (inclusive a Serra da Guia), trata-se de uma área pouco fértil, submetida a longos períodos de seca, sendo pouco propícia à implantação de núcleos populacionais importantes, ao contrário de outros pontos do município. Serra da Guia apresenta uma infraestrutura precária, sem equipe de saúde da família, água encanada, saneamento básico. De modo que, a Capela para Santo Benedito no alto do morro e o posto de saúde do quilombo construídos com doações destinadas à Dona Josefa da Guia, parteira, líder comunitária, rezadeira e benzedeira, que recebe visitas de várias pessoas para se curar, inclusive de outros estados (NEVES, 2016).

Nesse sentido, Lima e Lima (2016), ao analisarem as práticas educativas existentes nesse quilombo, perceberam que não há educação quilombola e nem mesmo uma educação formal emancipadora, pois os processos educacionais não estão alinhados com identidade quilombola e os docentes sequer conhecem as peculiaridades dos membros da comunidade.

A **Comunidade Quilombola Luziense**, certificada em 2016 pela Fundação Palmares, está localizada no município de Santa Luzia do Itanhy, na região litoral sul-sudeste do estado de Sergipe, distante 86 km de Aracaju. Historicamente, seu surgimento relaciona-se ao período de transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de engenho de cana de açúcar da região de Santa Luzia. As principais atividades produtivas da comunidade são a plantação de mandioca e coqueiro, bem como a atividade pesqueira e de catação de crustáceos. Ressalta-se que o cultivo de coco, a cana-de-açúcar, o gado e a extração de madeira geralmente são atividades associadas aos fazendeiros, para quem alguns dos membros da comunidade prestam ou prestavam serviços sazonais (MARCOM; BONFIM, 2016).

Ainda de acordo com Marcom; Bonfim (2016), a comunidade carece de adequadas condições sanitárias (esgotamento sanitário, coleta regular de resíduos sólidos), pavimentação das ruas, entretanto o maior desejo dos quilombolas consiste na obtenção da propriedade definitiva da terra, fonte de subsistência. Destacam que a história de resistência (conflitos

frequentes com fazendeiros locais e mercado fundiário) é fortalecida pelos elos de solidariedade existentes entre seus membros e pela fé (religiosidade predominantemente católica, mantendo a tradição da Festa do Pescador no Crasto e a Festa do Senhor do Bonfim, em Cajazeiras).

Com relação aos demais quilombos (Mocambo, Campo Crioulo, Catuabo, Bongue, Curuanha, Povoado Forras, Ruas dos Negros, Porto Areia, Lagoa Grande, Lagoa do Junco, Santo Antônio Canafistula, Quebra Chifre, Castanhal, Coqueiral, Ladeira, Povoado Forte e Desterro) não foram encontradas publicações entre os anos de 2015 e outubro de 2019. De maneira que as únicas informações disponíveis a respeito dessas comunidades são nome, município de origem, total de população e data da certificação, obtidas através do site oficial da Fundação Palmares (Tabela 3):

Tabela 3 - Descrição das Comunidades Quilombolas certificadas do estado de Sergipe sem publicações encontradas de 2015-2019

COMUNIDADES QUILOMBOLAS	MUNICÍPIO/SE	TOTAL DA POPULAÇÃO	DATA DE CERTIFICAÇÃO
Mocambo	Aquidabã	2.217	2013
Rua dos Negros	Canindé de São Francisco	2.215	2013
Povoado Forte	Cumbe	576	2005
Curuanha	Estância	1.587	2010
Porto de Areia	Estância	1.588	2012
Catuabo	Frei Paulo	1.029	2006
Bongue	Ilha das flores	1.589	2011
Desterro	Indiaroba	1.031	2005
Lagoa Grande	Siriri	179	2017
Desterro	Indiaroba	1.033	2005
Ladeiras	Japoatã	1.591	2012
Lagoa do Junco	Poço Verde	1.592	2006
Santo Antônio Canafistula	Propriá	1.593	2010
Povoado Forras	Riachão do Dantas	2.450	2014
Quebra Chifre	Riachuelo	831	2007
Campo do Crioulo/ Crioulo/ Madalena/ Pindoba/ Saco do Tigre	Lagarto	—	2014
Castanhal	Siriri	—	2013

Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019

Vale ressaltar que os dois últimos quilombos da tabela não apresentaram o quantitativo populacional até a data de levantamento de dados da pesquisa. Além disso, a maioria das comunidades possui menos de uma década de certificação sendo consideradas novas.

2.3.1 Da análise dos quilombos sergipanos

A questão dos quilombos sergipanos ainda não se apresenta enquanto temática de grande interesse das pesquisas científicas. Encontrou-se um número muito pequeno de publicações sobre os quilombos sergipanos no período analisado. Observou-se que 50% dos quilombos não tiveram nenhuma menção nos estudos, o que reforça a ideia da invisibilidade desses espaços. Portanto, torna-se necessário realizar mais estudos sobre essas comunidades, sobretudo as reconhecidas mais recentemente. As pesquisas científicas são mecanismos para visibilizar a situação de vulnerabilidade desses territórios e contribuem para estruturar a luta por direitos sociais.

Os resultados demonstraram que todos os quilombos, sejam eles certificados ou titulados, carecem de maior assistência estatal, em praticamente todos os setores, para melhorar a qualidade de vida dos quilombolas. Saúde, educação, identidade, conflitos socioambientais, renda e mobilização social foram temas centrais nos estudos analisados.

Percebeu-se que até mesmo a Maloca (urbano) e Mocambo (rural) que são os quilombos com uma melhor infraestrutura e acesso a ações e serviços de saúde, ainda convivem com precário sistema de esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Fica evidente que as respostas do estado brasileiro não atendem as demandas e necessidades das comunidades.

A Maloca, por ser um quilombo urbano e localizar-se próximo ao centro da capital do estado federado de Sergipe, possui serviços de assistência pública como saúde, educação, transporte mais efetivos, porém não é assegurada uma educação quilombola que valorize seus aspectos identitários. Como desafios, os quilombolas ainda precisam lutar pela titulação da terra e conviver com sérios problemas de racismo e violência.

Com relação a Mocambo (Porto da Folha), esse quilombo possui uma carga histórico-cultural forte, por ser o mais antigo do estado e ter uma trajetória de luta com muita militância, o que lhe garantiu alguns direitos sociais, embora a região necessite de políticas de fomento agrícola e irrigação. O que demonstra que a força social local em termos de mobilização também faz uma grande diferença no que tange à conquista dos direitos presentes na Constituição brasileira.

Os demais quilombos carecem de uma série de políticas públicas. Sofrem com a pauperização, não possuem água potável ou qualquer serviço de saneamento básico. Precisam conviver com solos inférteis e ausência completa de serviços de saúde, como Serra da Guia em Poço Redondo (área desertificação) e Sitio Alto, onde a comunidade sobrevive de programas assistenciais, cultivo de gado, plantação de palma e da doação de pessoas físicas e/ou jurídicas

que encantadas com a simbologia das crenças culturais e religiosas (novenas, rezas, parteira, uso de ervas medicinais, banco de semente crioulas, danças e roda) ajudam esses quilombos. De igual modo, destaca-se Mussuca que guarda grandes elementos do povo negro e cultua diversos rituais dos seus antecedentes.

Desta forma, percebe-se que a saúde e educação são elementos importantes, mas deficitários nos quilombos sergipanos. No entanto, a identidade com ancestralidade negra é um aspecto importante a ser ressaltado nesses territórios a fim de fortalecer a negritude e senso de pertencimento comunitário. Além disso, a luta pelo território constitui-se uma constante atividade de autoafirmação.

Quanto à renda dessas comunidades, observou-se que devido à baixa escolaridade, os quilombolas dependem de programas assistenciais como o Bolsa Família, empregos informais e de baixa qualificação e sobretudo sobrevivem do turismo local, atividades de base agroecológica, atrações culturais (festivais, vendas de ornamentos, comidas típicas, etc.), da agricultura de subsistência e da pesca artesanal (peixes, crustáceos e mariscos).

O panorama analisado demonstrou a necessidade da inclusão da questão quilombola na agenda científica do estado de Sergipe. Para além da produção de evidências que demonstrem a situação precária e fomentem respostas estatais às demandas das comunidades, o conhecimento sobre os modos de vida, as respostas diante das adversidades e o patrimônio sociocultural são imprescindíveis para o reconhecimento e valorização do papel dos quilombos na construção da identidade e da conservação do patrimônio afro-brasileiro no estado de Sergipe.

2.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

2.4.1 A Qualidade de Vida dos Quilombos e sua Relação com a Sustentabilidade

A Qualidade de Vida (QV), sob a perspectiva da saúde, pode ser compreendida como: “[...] o valor atribuído à vida, ponderado pelas deteriorações funcionais; as percepções e condições sociais que são induzidas pela doença, agravos, tratamentos; e a organização política e econômica do sistema assistencial” (OMS, 1999, p. 1405). Dessa forma, a ideia está atrelada à Promoção da Saúde (PS), compreendida em sua acepção ampla e ligada à perspectiva de bem-estar, pois, de acordo com a Política Nacional de PS, a saúde consiste em buscar a qualidade de vida, reduzir as vulnerabilidades e os riscos do adoecimento físico, psicológico, cultural, perpassando pela análise dos modos de vida, condições de trabalho, habitação, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais.

A concepção da OMS aborda as dimensões objetivas das condições materiais e imateriais dos indivíduos. Para Minayo et al. (2000), QV parte da percepção eminentemente humana, aproximando-se do grau de satisfação encontrada na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Trata-se de um constructo social e, portanto, existe dificuldade em qualificá-la, pois a mesma pode variar de uma cultura para outra, entre indivíduos e em tempos diferentes (BARRETO et al, 2009). A percepção da autora é subjetiva e contempla aspectos sociais, ambientais e relativamente culturais, estando bastante atrelado à ideia de conforto e bem-estar. Enfim, pela OMS a qualidade de vida é uma construção subjetiva, multidimensional, mensurada pelas mais variadas dimensões da vida.

Dantas et al (2003) compreendem a QV por meio dos múltiplos significados relacionados a conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades, contextualizados na história, classe social e cultura das comunidades ora em análise.

Nessa perspectiva, corrobora-se com o conceito de Velarde; Figueiroa (2002) que consideram QV atrelada ao momento histórico vivenciado, aos estilos de vida e à cultura de um povo, recebendo influências de fatores como emprego, moradia, situação socioeconômica, acesso aos serviços públicos, poluição ambiental e outros, que formam o entorno social e que interferem no desenvolvimento de uma comunidade.

Deste modo, QV relaciona-se com a sustentabilidade na medida em que precisaram ser contempladas várias dimensões da vida humana (subjetivas e objetivas), afim de pensar estratégias de desenvolvimento local para os quilombos titulados em Sergipe. De maneira que não se pode pensar num conceito único e definido de qualidade de vida, mas em indicadores ou aspectos objetivos (a fim de traçar perfis de indivíduos ou grupos em relação ao acesso a bens e serviços) e subjetivos que levem ao alcance dessa proposta (caracterização sociohistórica e cultural dos indivíduos e/ou grupos).

Sachs (2004) propõe 4 (quatro) dimensões de sustentabilidade indispensáveis ao conceito de Qualidade de Vida que são:

- Social – aborda a importância da equidade na distribuição de bens e serviços, atendendo as necessidades materiais e imateriais;
- Econômica – trata da alocação e gestão mais eficiente dos recursos gerais disponíveis em uma sociedade;
- Ecológica – relaciona-se à racionalização dos aspectos produtivos e o consumo final, visando à eco eficiência do sistema; e
- Cultural - refere-se às especificidades culturais locais, privilegiando soluções endógenas.

Dessa forma, para alcançar qualidade de vida, é necessário que as múltiplas dimensões da sustentabilidade de um sistema estejam funcionando de maneira harmônica. Na dimensão ambiental, busca-se ordenar as atividades humanas para que seus impactos sobre o meio sejam minimizados e a capacidade de manutenção dos ecossistemas seja respeitada. No caso da dimensão socioeconômica, inclui-se a criação de mecanismos para que um novo sistema produtivo seja assegurado, ao mesmo tempo que garanta a homogeneidade social, com igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais com qualidade de vida para a população. E, por fim, na dimensão cultural, busca-se respeitar as particularidades de cada segmento da sociedade, com autonomia e respeito às tradições e aos valores identitários (SACHS, 2004).

Outra forma de pensar a sustentabilidade é a proposta por Hacking e Guthrie (2008), através do princípio conhecido com triple botom ou 3P: **P - planet** (dimensão ecológica), **P - profit** ou lucro (dimensão econômica) e **P – people** (dimensão social), que compõe os três pilares da sustentabilidade. Este princípio propõe que toda análise elaborada a partir de indicadores seja integrada e inter-relacionada pelo menos com essas dimensões, ou seja, uma avaliação integrada do ambiente deve observar as questões econômicas e sociais que os impactam. Enfim, somente

compreendendo essas múltiplas abordagens é que se pode moldar programas e políticas de desenvolvimento local contextualizadas.

Assim, conhecer a realidade das comunidades tradicionais a partir dessas três dimensões, mesmo que se trate de uma avaliação quantitativa, possibilita realizar um recorte das relações de causa-efeito dos fenômenos analisados, bem como suas interligações e integrações entre os diferentes aspectos, o que faz esse tripé ser adaptável a contextos locais (HACKING; GUTHRIE, 2008).

2.4.2 Indicadores de Qualidade de Vida (IQV)

2.4.2.1 Conceito e importância dos indicadores

A palavra indicador, do latim “*indicare*”, significa anunciar, apontar informações no tempo e espaço capazes de retratar aspectos pontuais da dinâmica socioambiental, cuja integração e evolução permitem a compreensão e o acompanhamento da realidade analisada. Eles são, assim, parâmetros capazes de comparar e avaliar os territórios em vários aspectos de sua dimensão e complexidade, uma vez que realizam um recorte técnico, social, econômico, cultural e ambiental do objeto analisado, permitindo avanços reais em direção aos objetivos e metas traçados, compreendendo uma totalidade complexa (PHILLIP JÚNIOR; SILVA NETO, 2011)

Os indicadores são ferramentas que permitem: monitorar estruturas complexas; auxiliar os gestores a avaliar os resultados do trabalho desenvolvido, redefinindo o melhor rumo das políticas públicas; comunicar a sociedade sobre a situação da saúde, do ambiente e sobre os resultados das ações e políticas, de forma mais compreensível e quantificável; por conseguinte, propiciam maior participação e empoderamento da sociedade. Enfim, são potentes instrumentos de gestão para demonstrar a situação do sistema avaliado e facilitar a tomada de decisão em diferentes escalas de análise (COTA et.al, 2019).

E, justamente, para cumprir esta finalidade, os indicadores devem apresentar as seguintes características: serem confiáveis; fáceis de interpretar; validados cientificamente; passíveis de reprodução, operacionalização; viáveis economicamente e possibilitar a incorporação apropriada da dimensão qualitativa da realidade observada pelo investigador (BORJA; MORAES, 2003). Assim, selecionar indicadores com impacto na saúde e qualidade de vida da população requer

ainda a coleta de dados de diferentes fontes, pois vários determinantes ambientais, socioeconômicos e culturais têm reflexos diretos nesse setor (MINAYO, 2000).

Logo, propor indicadores de qualidade a nível local, para os agrupamentos específicos, possibilita “tomar medidas contra a estratificação espacial, o que repercutirá na luta para minimizar as desigualdades socioeconômicas” (HERCULANO, 2002, p.20). Além disso, Índices de Qualidade de Vida Locais podem ser utilizados pela gestão para nortear políticas públicas contextualizadas que procurem integrar as dimensões da sustentabilidade.

2.4.2.2 Indicadores de qualidade de vida enquanto instrumentos balizadores das políticas públicas

Os instrumentos de qualidade de vida surgem no meio acadêmico na tentativa de avaliar a saúde e o bem-estar dos indivíduos tanto no aspecto clínico, como nas mais diversas áreas do cuidado humano (sociais, econômicas, culturais, etc.). Essas dimensões traduzem um conjunto de aspectos ou domínios agrupados em instrumentos de medida parametrizados a fim de auxiliar na compreensão de um fenômeno específico. Assim, as escalas utilizadas para mensuração dos indicadores não são universais, devendo refletir as especificidades do público-alvo analisado.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) ao trazer o conceito de qualidade de vida (QV) como a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, sua cultura e seu sistema de valores, amplia os aspectos mensurados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, com a finalidade de descrever os aspectos que garantem o bem-estar, sob apenas três variáveis de análise (longevidade, educação e renda). A renda é avaliada pelo Produto Interno Bruto – PIB per capita, a saúde pela esperança de vida ao nascer e a educação pela alfabetização de adultos e a taxas de matrícula nos diversos níveis do ensino (MINAYO et al., 2000).

Percebe-se, portanto, que o IDH, é um indicador sintético, simplificado, baseando apenas na capacidade do que a pessoa está apta a realizar ou fazer algo, tendo como vantagem a facilidade de obtenção dos índices que o compõem e como grande limitação a dificuldade de mensurar a QV entre territórios mais restritos e ao longo do tempo (MINAYO et al., 2000).

Por outro lado, os Indicadores de Qualidade de Vida Calvert-Henderson são também amplos e sistematizados, mensurando a QV por meio de doze (12) indicadores: educação,

emprego, energia, meio-ambiente, saúde, direitos humanos, renda, infraestrutura, segurança nacional, segurança pública, lazer e habitação (PENACHIONI, 2009).

Ressalta-se a importância dos indicadores de QV como ferramentas capazes de representar sob a forma numérica (avaliação quantitativa), as diferenças entre indivíduos ou grupos, de modo que a escolha de um instrumento mais adequado se relaciona com o propósito do estudo e a população alvo que se quer analisar (ALVES, 2011). Concluindo-se que, a grande dificuldade é encontrar um conjunto de indicadores que realize um diagnóstico aprimorado da população analisada e traga eficácias práticas dos estudos para esse público.

Numa seara mais individual e subjetiva, tem-se a qualidade de vida aferida pelas escalas do tipo Likert de seis ou sete pontos, cujas opções de resposta variam de: nenhuma ou mínima importância a total ou máxima importância, e discordo totalmente a concordo totalmente. Tais parâmetros refletem o grau de importância que cada sujeito imputa a determinado aspecto analisado (ALVES, 2011).

Os IQV, WHOQOL-100, desenvolvidos pela OMS possuem uma dimensão subjetiva, multidimensional e ligada ao bem-estar. Ele é composto por 100 perguntas pertinentes a seis domínios: físico, psicológico, nível de interdependência, relações sociais, meio ambiente e espiritualidade/religiosidade/crenças pessoais. Os domínios são agrupados em 24 facetas, formadas de 4 perguntas cada (ALMEIDA, 2012).

Entretanto, para delinear indicadores que contemplem a perspectiva de qualidade de vida para grupos socioespaciais específicos como os povos e comunidades tradicionais também, é necessário conhecer o cotidiano e lugar de troca dos sujeitos, de modo que os aspectos relacionados aos níveis socioeconômicos e culturais, interferem invariavelmente nas condições de saúde. Nesse sentido, os estudos ecológicos de agregados espaciais têm mostrado que áreas com alta renda tendem a ofertar boa cobertura de saneamento, equipamentos de saúde e educação que impactam na qualidade de vida das populações. Estando evidenciado que a polarização do espaço em áreas ricas e pobres influencia a vulnerabilidade de saúde das comunidades tradicionais (BARCELLOS et al., 2002).

Frente a essa peculiaridade, pode-se afirmar que os indicadores são elementos de legitimação dos discursos de determinadas comunidades, na medida em que realizem retratos fidedignos da realidade pontuada. Desta forma, a proposta de indicadores para as comunidades quilombolas sergipanas reside em demonstrar a concepção de qualidade de vida à luz da diferença, de um modo peculiar de ser e pensar as relações com o mundo, com o sagrado e com

a identidade deste grupo. Ou seja, a construção dos indicadores de qualidade de vida para os quilombolas, sobretudo na dimensão cultural e simbólica, mantém uma estreita relação com a interculturalidade e o paradigma do “Bem Viver” como processo, projeto social, político, ético e intelectual que decolonializa a existência desses quilombos.

O conceito de “Bem Viver” surge na América do Sul, na região andina, e relaciona a qualidade de vida com questões ligadas a espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, trazendo propostas alternativas a perspectiva de desenvolvimento e demonstrando os mecanismos pelos quais os povos tradicionais conseguiram ao longo do tempo sobreviver e caminhar com projetos mais sustentáveis e centrados na vida das pessoas, na defesa de direitos básicos como saúde, educação e igualdade social (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Outros indicadores relevantes para o planejamento territorial são os ambientais, e sobretudo, com as modernas técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento, eles constituem ferramentas indispensáveis ao monitoramento da dinâmica de uso e ocupação do solo e da delimitação das áreas de APP, uma vez que muitos quilombos não são devidamente estudados devido à dificuldade de acesso a esses espaços.

Destarte, pode-se aferir como o espaço está organizado e verificar em que medida há um uso racional da terra e dos recursos naturais que ela contém, pois, o manejo adequado do solo evita a erosão e degradação ambiental. Além disso, é possível analisar em que medida a disposição dos elementos da paisagem no território gera situações propícias à vulnerabilidade dos quilombolas. Ressalta-se ainda, que existem áreas em que o levantamento e monitoramento devem ser constantes, como as Áreas de Reserva Legal (RL) e Preservação Permanente (APP), uma vez que a cobertura vegetal protege o ambiente contra os efeitos erosivos e a lixiviação do solo, auxiliando na regulação do fluxo hídrico que impacta diretamente na fauna e flora locais (ROCHA et al, 2019).

O artigo 30, inciso II da Lei 12.651/12 (Código Florestal) define APP como “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012). Desta forma, a legislação para as APP, no meio rural, auxilia na manutenção dos recursos naturais, biodiversidade, processos ecológicos, na proteção dos corpos hídricos do assoreamento, da contaminação por poluentes, conservando *habitats* indispensáveis para a fauna e flora. Essas áreas são protegidas pelo Código Florestal (artigo 4º da Lei 12.651/2012) e estão localizadas nos

cursos d'água, represas, lagos naturais, ao redor de nascentes, em topo de morros e em declividades maiores que 45° (BORGES et al., 2011; OLIVEIRA; FRANCISCO, 2018).

Desta forma, as APPs, no meio rural, auxiliam na manutenção dos recursos naturais, biodiversidade, processos ecológicos, na proteção dos corpos hídricos do assoreamento, da contaminação por poluentes e conservando habitats indispensáveis para a fauna e flora. Elas são protegidas pelo Código Florestal (artigo 4º da Lei 12.651/2012) e estão localizadas em cursos d'água, represas, lagos naturais, ao redor de nascentes, em topo de morros e em declividades maiores que 45° (BORGES et al., 2011). Assim

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

- a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;
- b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho

d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado. (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

§ 1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (VETADO).

§ 4º Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

§ 5º É admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar, de que trata o inciso V do art. 3º desta Lei, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre.

§ 6º Nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que:

I - sejam adotadas práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos, garantindo sua qualidade e quantidade, de acordo com norma dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;

II - esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos;

III - seja realizado o licenciamento pelo órgão ambiental competente;

IV - o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

V - não implique novas supressões de vegetação nativa.

A Reserva Legal (RL) corresponde à área situada no interior da propriedade ou posse rural com vegetação nativa, de uso público ou privado, destinada à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais de maneira a auxiliarem a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e a promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL,2012).

Na região Nordeste, em áreas de caatinga, a RL corresponde a 20% da área total do imóvel rural; em outras regiões, o percentual oscila em consonância com a localização e intensidade de ocupação da área, além do tipo do bioma presente (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado ou Pampas). As áreas de RL são calculadas a partir das informações sobre a propriedade/posse

do imóvel inseridas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo obrigatória para todos os imóveis rurais públicos ou privados (artigo 29, da Lei nº 12.651/2012).

O CAR consiste no registro público eletrônico dos imóveis rurais, que tem como objetivo integrar as informações ambientais, de forma georreferenciada, das propriedades e posses rurais, para fins de controle, monitoramento, planejamento ambiental e combate ao desmatamento. Mediante aprovação do órgão competente do SISNAMA, a Reserva Legal trata-se de uma ferramenta que poderá ser instituída em regime de condomínio ou coletivo entre as propriedades rurais, sendo este o caso dos territórios quilombolas (art. 68 do ADCT, art. 3º § único e art. 55 da Lei nº 12.651/2012 e § 2º do Decreto nº 4.887/2003), servindo inclusive como condição para o acesso às políticas públicas e seus instrumentos, tais como guia de transporte animal, licenciamentos, dentre outros (BRASIL, 2012).

Ressalta-se ainda, que de acordo com o artigo 54, da Lei Federal nº 12.651/2012

a manutenção da área da reserva legal na pequena propriedade ou posse rural, nos assentamentos e projetos de reforma agrária, quilombolas, reservas extrativistas e terras indígenas, poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas da região em sistemas agroflorestais (BRASIL, 2012).

Percebe-se, portanto, que essa ferramenta constitui um instrumento criado também para a regularização fundiária das propriedades, de modo que algumas lacunas na sua operacionalização podem impactar em riscos aos quilombos, considerando que existem deficiências do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental (SICAR), referente aos territórios de uso coletivo, por exemplo. Desta forma, mesmo o Governo Federal orientando que o cadastramento do quilombo seja realizado apenas nas áreas ocupadas pelas famílias quilombolas e não de todo o território de uso tradicional e declarado, a comunidade negra repudia esse entendimento e defende que o CAR leve em consideração a área de uso tradicional e coletiva, considerando o direito de autorreconhecimento, logo todo o território e não apenas as áreas de moradia. Pois, entende-se que todas as conquistas legislativas que dizem respeito aos territórios quilombolas devem ser respeitadas quando à elaboração do CAR (CONAQ, 2020).

Logo, o estudo considerou a área total do quilombo para cálculo da reserva legal, por ser essencial que esses povos declarassem seus territórios, sem constrangimento, como ocorre com os demais produtores rurais. Além disso, eventuais divergências, com sobreposição de cadastros, só servirão para evidenciar a existência da disputada territorial e que, a partir de então, deve-se

buscar mecanismos de enfrentamento ao real problema fundiário, principalmente nas áreas dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

Em geral, os territórios quilombolas mantêm preocupação com a sustentabilidade e conservação dos recursos naturais, face à relação intrínseca que mantêm com sua forma de perceber e viver o mundo. Desse modo, são necessárias as políticas públicas para os mundos rural e urbano que forneçam condições para que os agricultores possam assimilar tecnologias simples e de baixo custo, apropriadas para uso e conservação do solo, a fim de que se alcance não só a sustentabilidade ambiental, mas a sustentabilidade cultural, uma vez que a terra possui um valor material e simbólico para os quilombolas (RIBEIRO; UMBELINO; OLIVEIRA, 2018).

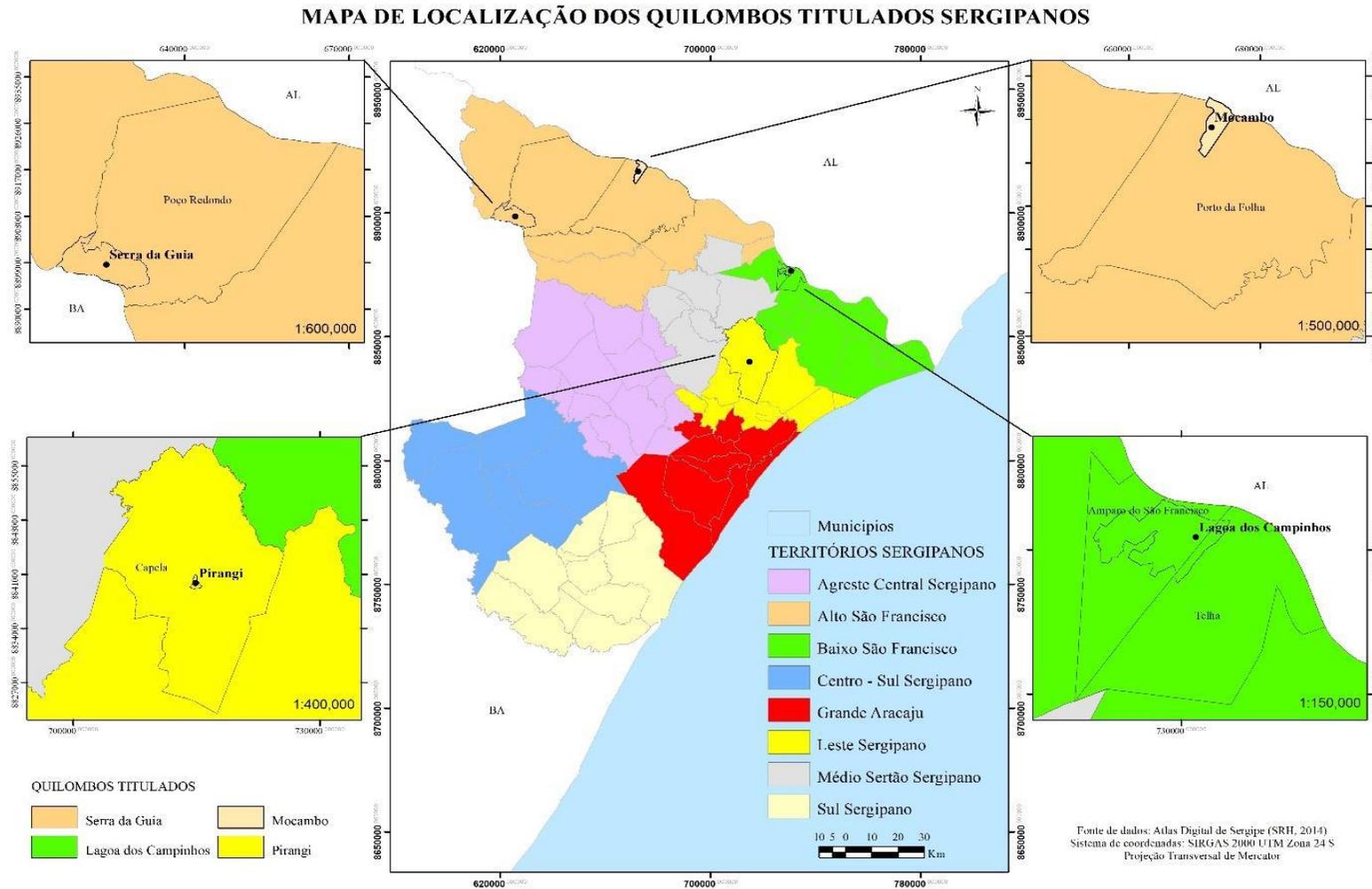
3 METODOLOGIA

3.1 ÁREAS DE ESTUDO

Sergipe é o menor estado brasileiro, localizado na região Nordeste do Brasil, com uma área territorial de 21.926,908 km². Sua população estimada é de 2.298.696 habitantes e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,665. Possui 75 municípios, distribuídos em 7 (sete) territórios: Alto Sertão, Médio Sertão, Agreste, Leste Sergipano, Grande Aracaju, Centro Sul Sergipano, Sul Sergipano e Baixo São Francisco. Nessa área, existem 32 territórios quilombolas certificados (Figura 1), com 5.438 famílias cadastradas e autorreconhecidas como remanescentes e apenas quatro dessas comunidades foram tituladas até 2021, que são Mocambo, Pirangi, Lagoa dos Campinhos e Serra da Guia (INCRA,2020).

Estes quatro territórios (Figura 7) foram escolhidos como área desta pesquisa por serem os únicos quilombos titulados do estado de Sergipe, de modo a possibilitar avaliar em que medida a condição de posse definitiva da terra e a titulação têm propiciado acesso mais fácil às políticas públicas asseguradas legalmente a esse tipo de comunidade tradicional, condições para a efetivação da qualidade de vida na perspectiva da sustentabilidade.

Figura 7 - Mapa de Localização dos quilombos estudados



Fonte: ATLAS/SRH, 2016.

A comunidade **Serra da Guia** localiza-se a 42 km de Poço Redondo/SE, na microrregião sergipana “Sertão do São Francisco” a 187 km da capital Aracaju/SE, na região sul daquele município, fazendo parte do complexo Serra Negra, numa área contínua de resquícios de mata tropical, com espécies de até 15 metros de altura, possuindo orquídeas do tipo Labiata.

Ressalta-se que Poço Redondo é o maior município sergipano, fazendo limite com Porto da Folha, Canindé de São Francisco e com a Bahia, possui área territorial de 1.220 km² e população estimada de 34.529 habitantes, sendo formado por 11 povoados, com destaque para Santa Rosa do Ermínio, Sítios Novos, Curralinho, Bom Sucesso, Cajueiro e Serra da Guia (IBGE, 2016). O município encontra-se inserido no polígono das secas, com clima semiárido, temperaturas médias anuais de 25°C, oscilando de 21°C nos meses mais frios e 27°C nos meses mais quentes, chuvas escassas, mal distribuídas ao ano (600-750 mm) e com vegetação típica, a caatinga, descaracterizada pelas ações antrópicas, sendo heterogênea, lenhosa, raquítica e, em geral, espinhosa (FREIRE; PACHECO, 2011).

Percebe-se assim que o quilombo Serra da Guia está situado no Semiárido, numa área que apresenta risco de desertificação do bioma caatinga, cenário que paulatinamente se agrava, sobretudo, pelo desmatamento visando à conquista de áreas para a agropecuária. As principais atividades econômicas da região são: a agricultura (produção de milho, feijão e mandioca) e a pecuária (criação de bovino, ovinos, equinos, caprinos e suínos). Com alto índice de analfabetismo (38%), 60% da população se autodenominando negra e 79% dos seus habitantes vivendo com um ou menos de um salário mínimo (SERGIPE, 2009).

A comunidade Serra da Guia é formada por um território de 9.013,18 hectares validado por decreto de desapropriação publicado em 22 de novembro de 2012, correspondendo a 0,073% do território total de Poço Redondo, que é de 121.245 hectares. Em seu território engloba os Povoados Pé de Serra, São Clemente, Salgadinho, Jacaré, Caximbeiro e Olaria. Entretanto 340,08 hectares dessa terra não são titulados.

O quilombo possui 187 famílias cadastradas no INCRA e desde abril de 2018 esta comunidade foi beneficiada com a capacidade de inclusão de até 200 famílias quilombolas no Sistema Nacional de Reforma Agrária do INCRA (SIPRA). Fazer parte desse cadastro possibilita ter acesso mais fácil a uma série de créditos e programas de fomento desenvolvidos pelo referido órgão (INCRA, 2018).

Toda a região da Serra Negra (inclusive a Serra da Guia), trata-se de uma área pouco fértil, submetida a longos períodos de seca, sendo pouco propícia à implantação de núcleos

populacionais importantes, ao contrário de outros pontos do município. A região é o ponto mais elevado do território sergipano atingindo 750 metros de altitude, sendo numa serra (Figura 8) que fica na divisa entre o povoado de Santa Rosa do Ermínio em Poço Redondo/SE e o município de Pedro Alexandre/BA (CRUZ, 2018).

Figura 8 - Fotos do complexo de Serra Negra em Poço Redondo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Entretanto, contemplar esse local de beleza inestimável não é uma tarefa fácil, são 15 km de estrada de chão, o que lhe confere o status de ser uma das comunidades mais isoladas do conjunto dos quilombos sergipanos.

Pirangi é uma comunidade quilombola localizada no município de Capela e possui uma área de 128,19 hectares, ocupando aproximadamente 0,03% do território deste município, que possui 44,072 hectares. Pirangi é formada por 61 famílias, com capacidade de inclusão no programa de beneficiários do INCRA de 65 famílias. (INCRA, 2018). Capela possui uma população de aproximadamente 30.761 habitantes. Está situada no Leste Sergipano, a aproximadamente 3 km da sede municipal e a 71 km da capital Aracaju, fazendo limite com Aquidabã, Muribeca, Japaratuba, Rosário do Catete, Siriri, Nossa Senhora das Dores e Cumbe (SERGIPE, 2011). O município apresenta índice de pobreza de 53,42%, porém o IDH municipal é de 0,615, considerado médio e a renda per capita R\$ 5.141,31 (PNUD, 2000), tendo cerca de 40 povoados que abrigam entre 50 e 2000 pessoas, sendo que os moradores da comunidade

Pirangi (Figura 09) são provenientes principalmente do povoado Igrejinha e do centro de Capela (IBGE, 2010).

A comunidade Pirangi foi certificada em 2006 pela Fundação Cultural do Palmares (FCP) e teve 71,37% do seu território titulado pelo INCRA, em 05 de dezembro de 2013 (FRIZEIRO, 2016). O restante da área é constituído de terras não cultivadas que ainda se encontram na condição de posse dos antigos fazendeiros aguardando desapropriação. O quilombo, situa-se na bacia do rio Japarutuba, tendo como base econômica a produção orgânica de hortaliças e o desenvolvimento da cultura da mandioca, além da criação de aves e bovinos (Figura 9).

Figura 9 - Entrada do Quilombo Pirangi em Capela/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Como modo de organização, a Fazenda Pirangi foi há 30 anos dividida em lotes individuais de uma a três tarefas para cultivo, na área de baixo, que é a mais acidentada com grandes espaços de solo pobre o que fragiliza as possibilidades de produção da comunidade. Informalmente, muitas famílias venderam entre si seus lotes, de modo que algumas possuem até 13 tarefas e outras apenas duas para cultivo. Nos lotes individuais são cultivados: cana de açúcar, mandioca, macaxeira, milho, feijão, frutas diversas. Algumas famílias criam animais, como galinhas e porcos. Na parte de cima da Fazenda (73 hectares) que possui solo mais propício ao cultivo, ficou destinada a construção das casas quilombolas e a plantação coletiva.

O quilombo possui os seguintes equipamentos sociais: uma casa-grande, que funciona como a sede da Associação Agrícola Pirangi Remanescente de Quilombo, a casa de farinha, a pocilga, o aviário, o aprisco e o barracão – este último, é o local de reuniões e outras atividades. Há uma área de plantação e cultivo de culturas vegetais diversas, além de espaço para pastagem de animais e um poço artesiano. Acrescenta-se que, os quilombolas no momento de reafirmação enquanto comunidade tradicional contaram com o auxílio do Estado, da Universidade Federal de

Sergipe e da EMDAGRO para a consolidação da vida no campo e para o cultivo e criação de animais (FRIZEIRO, 2016).

Mocambo é um quilombo localizado no município de Porto da Folha (SE), certificado desde 1997, possui uma área de 2261,589 hectares, ocupando aproximadamente 2,5214% do território deste município, que possui 89.694 hectares. Situa-se a aproximadamente 185 km da capital Aracaju, na microrregião do Alto Sertão, sendo composto por 178 famílias e com possibilidade máxima de inclusões no SIPRA (programas assistenciais promovidos pelo INCRA) de até no máximo 185 famílias (INCRA, 2016). O quilombo de Mocambo localiza-se no semiárido, apresentando uma pluviosidade média anual que não ultrapassa os 800 mm e temperaturas médias anuais que oscilam entre 23 °C e 27 °C, essas condições levam a uma escassez hídrica na região (Figura 10).

Figura 10 - Entrada do Quilombo Mocambo em Porto da Folha/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

A comunidade sobrevive basicamente de programas assistenciais (sobretudo o Bolsa Família) e da criação de gado de leite, ovinos, caprinos e da agricultura de autoconsumo, onde geralmente se planta milho, macaxeira, feijão e hortaliças e os quilombolas também realizam a atividade pesqueira. Esta comunidade vivenciou um processo de reivindicação territorial tenso e marcado por muitas expropriações de modo que as maiores conquistas nos últimos anos foram: o reconhecimento enquanto quilombolas, o acesso à água tratada, energia elétrica e os benefícios do Programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida” em parceria com a Caixa Econômica Federal, contemplando habitações dignas para a comunidade (INCRA, 2016).

Lagoa dos Campinhos foi um dos primeiros territórios quilombolas sergipanos a ser reconhecido pelo INCRA, sendo certificado desde 2004, embora só tenha recebido o primeiro título de posse da terra, em nome da Associação do Território de Remanescente do Quilombo

Pontal do Crioulo, no ano de 2011 (Figura 11). Localiza-se na zona rural do município de Amparo do São Francisco próximo ao município de Telha, no Baixo São Francisco, região do leste sergipano, a aproximadamente 03 km da cidade e 116 km da capital. Possui 1.263 hectares onde vivem mais de 108 famílias descendentes de escravos à margem direita do rio São Francisco, nos municípios de Amparo de São Francisco e Telha (INCRA, 2018).

Figura 11 - Entrada do Quilombo Lagoa dos Campinhos em Amparo do São Francisco/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Amparo de São Francisco faz divisa com Canhoba a oeste e com Telha a leste e sul. Seu limite ao norte é com o estado de Alagoas, do qual está separado pelo rio São Francisco. O município possui temperatura média anual de 26 °C, precipitação de chuvas média de 800 mm/ano e período chuvoso de março a agosto (inverno-outono). O relevo é formado por colinas e tabulares. Os solos são rasos, não alagados e férteis (litólicos eutróficos), cobertos por vegetação de campos limpos e campos sujos (IBGE, 2012).

Ressalta-se, porém, que o acesso à comunidade se dá através de Propriá (distante 8 km da comunidade) pela rodovia SE-200 e de duas estradas de terra que se iniciam nesta rodovia: a estrada da Serraria e a do Monjolo. Além disso, o Quilombo Lagoa dos Campinhos é composto por quatro divisões geográficas, que os moradores denominam de povoados: Pontal, Serraria, Crioulo e Lagoa Seca (SILVA, 2015).

Pontal é o povoado com maior significado histórico para a comunidade, pois foi lá que o processo de luta pelo reconhecimento da comunidade começou e é onde acontece as principais reuniões do quilombo, na associação do quilombo. **Serraria** é o menor povoado de Lagoa dos Campinhos, possuindo aproximadamente 17 casas, sendo sua população prioritariamente idosa. **Crioulo** localiza-se às margens do Rio São Francisco e por isso é o local mais procurado pelos

visitantes. Por fim, **Lagoa Seca**, que recebe esse nome devido à sua proximidade com a lagoa, que enche e seca a depender do fluxo do Rio São Francisco.

A comunidade subsiste da agricultura, sobretudo do cultivo de milho e mandioca, da fruticultura (a exemplo da manga e do cajá), da pesca e dos recursos oriundos de programas assistenciais do Estado (INCRA, 2016).

3.2 PERCURSO METODOLÓGICO

O método científico a ser utilizado é o hipotético-dedutivo, pois a objetividade e a elaboração de parâmetros fidedignos são necessárias para traduzir as dificuldades das comunidades em superar a situação de vulnerabilidade territorial, socioeconômica e cultural vivenciada. Entretanto, para atenuar as limitações do método face à complexidade dos fenômenos sociais, foram combinadas metodologias qualitativas ao estudo, a exemplo da observação participante, caminhada transversal, entrevistas semiestruturadas e cartografia social, em que parâmetros consolidados são necessários para caminhar rumo ao conhecimento (MINAYO, 2002; VERDEJO, 2006).

Desse modo, destaca-se o tipo exploratório e descritivo de estudo, já que proporciona maior familiaridade com o problema e, mediante técnicas padronizadas de coleta de dados, detalha as características de determinado fenômeno ou população. O estudo pode ser caracterizado como exploratório face à escassez teórica em termos de produção científica nesse setor, sobretudo quando se pretende avaliar a qualidade de vida das comunidades à luz de indicadores (territoriais, socioeconômico e culturais) e em que medida as políticas de inclusão social têm alcançado esse setor mais vulnerável. Nesse sentido, Marsiglia (2007, p.12) afirma que estudos exploratórios são relevantes para melhor entendimento de questões novas, emergentes e/ou pouco exploradas na realidade concreta, pois

[...] permite uma aproximação de tendências que estão ocorrendo na realidade, para as quais não temos ainda conhecimento sistematizado nem bibliografia consolidada. Nestas condições é preciso consultar pessoas que tenham alguma experiência prática em relação ao tema ou que elaboraram alguma observação, ainda que inicial, sobre os fenômenos que estão ocorrendo.

O estudo possui, portanto, natureza quali-quantitativa, uma vez que foram utilizados dados estatísticos, mas que, ao mesmo tempo, valorizaram-se sobremaneira as falas e percepções

dos sujeitos envolvidos (MARCONI; LAKATOS, 2003). Além disso, a abordagem qualitativa reafirma a ideia de que não se pretende formular verdades absolutas, uma vez que parte da reflexão da importância da construção social das realidades estudadas e muitas vezes estão ancoradas nas experiências cotidianas dos sujeitos pesquisados (FLICK, 2009).

Durante a investigação, fez-se uso de procedimentos estatístico e comparativo, utilizando-se uma abordagem cruzada para relacionar os indicadores de qualidade de vida e as dimensões da sustentabilidade. O procedimento estatístico foi utilizado para seleção da amostra, mensuração dos indicadores de qualidade de vida (sustentabilidade territorial, socioeconômica e cultural). O comparativo foi utilizado para relacionar as realidades vivenciadas em distintos quilombos e a partir das similitudes e diferenças, traçar o diagnóstico do modo de organização dos quilombos sergipanos.

3.2.1 Seleção dos Participantes do Estudo

O público-alvo do estudo é composto pelos moradores das quatro comunidades tituladas do estado de Sergipe e lideranças locais dos quilombos. Para a confecção da matriz de indicadores de qualidade de vida foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os moradores dos quilombos estudados. A amostra desta etapa do estudo, foi definida pelo critério aleatório estratificado, que consiste em dividir a população em subgrupos ou estratos mais homogêneos do que a população total, com respeito às variáveis da pesquisa. Neste caso, o estrato escolhido foi o referente ao número de famílias, considerando como critérios de inclusão: ser quilombola, maior de 18 anos, e entrevistar apenas um morador por família.

Para definição da amostra, foi considerado o número de famílias quilombolas, nível de confiança de 95% e erro amostral de 6%. Lembrando que o erro experimental tolerável é de 5 a 10%. Assim, o número de entrevistados foi aleatoriamente escolhido a partir da fórmula de Barbeta (2006), conforme Equação 1:

$$n_0 = (1 \div E_0)^2$$

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Onde:

N = número de famílias

n₀ = aproximação do número da amostra

E₀ = erro tolerável = 0.06 (probabilidade de acerto em 94%).

n = amostra

Dessa forma, a pesquisa apresentou um erro experimental dentro da faixa aceitável (6%) sendo, por conseguinte aplicadas 349 entrevistas, distribuídas pelos quatros titulados conforme Tabela 4:

Tabela 4 - Amostra dos quilombolas entrevistados

QUILOMBO TITULADO	FAMÍLIAS A SEREM BENEFICIADAS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	PÚBLICO PESQUISADO
Lagoa dos Campinhos	130	108	78
Mocambo	185	183	110
Serra da Guia	200	187	111
Pirangi	65	61	50
Total	580	546	349

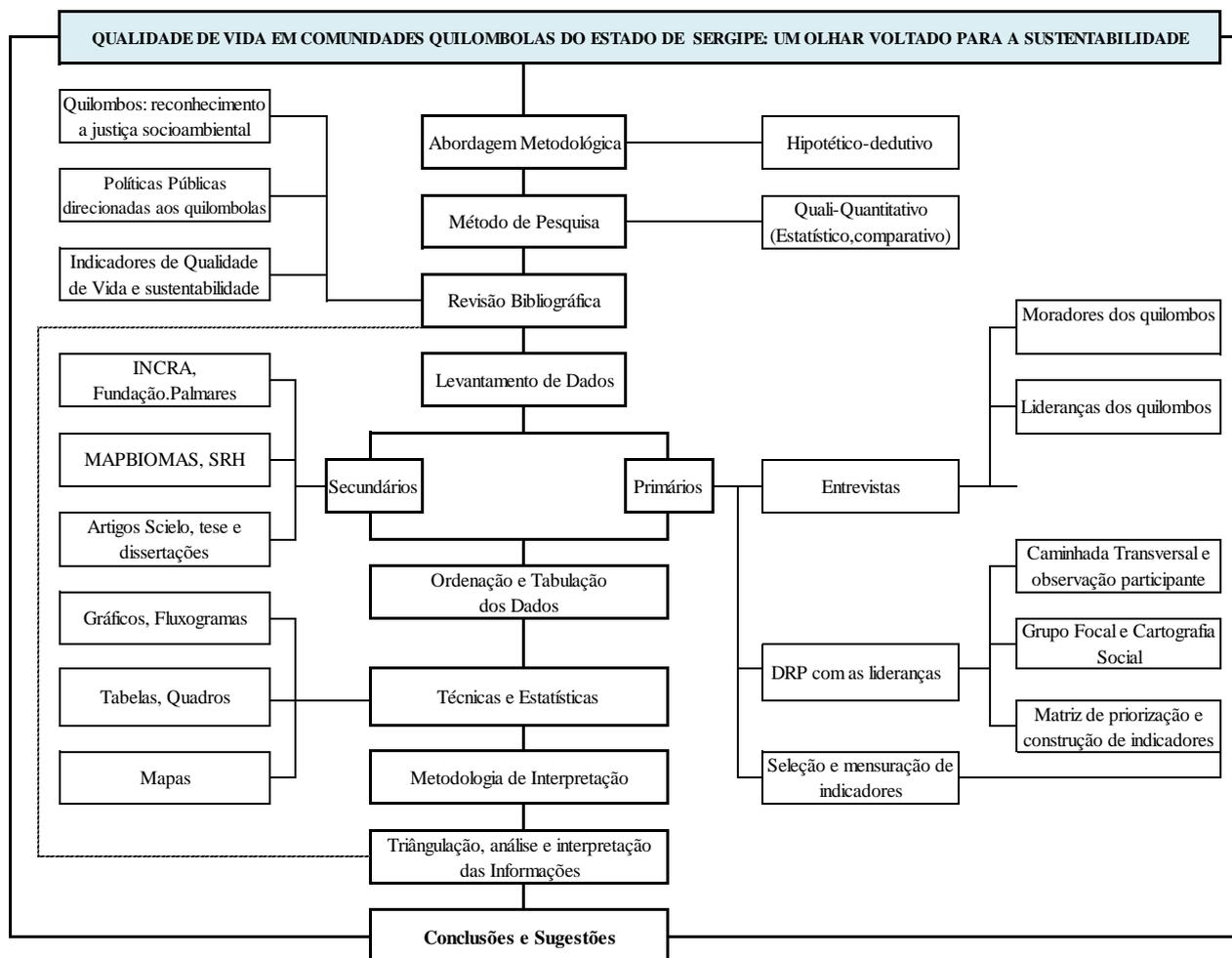
Fonte: PESQUISA, 2021

Para análise da dimensão social e cultural desse estudo foram utilizadas metodologias qualitativas, como o diário de campo, entrevistas semiestruturadas, grupo focal e cartografia social, uma vez que as mesmas permitem conhecer com mais profundidade a estrutura organizacional e o modo de vida dos quilombolas. De modo que os colaboradores do grupo focal e da cartografia social foram intencionalmente selecionados a partir de uma cadeia de referências que efetivamente captassem a rotina da comunidade, ou seja, os indivíduos mais citados pelos moradores entrevistados como importantes para o quilombo foram as pessoas convidadas a integrar a amostra. Essa técnica de escolha possibilitou que os informantes fossem suficientemente diversificados para assegurar a apreensão de semelhanças e diferenças em termos de olhares acerca do fenômeno estudado (MINAYO, 2002, VERDEJO, 2006).). Assim, foram entrevistadas 06 lideranças da comunidade Serra da Guia, 09 de Pirangi, 07 de Mocambo e 06 de Lagoa dos Campinhos, sendo essas mesmas pessoas as que participaram da oficina para Confecção da Cartografia Social de seus respectivos quilombos.

3.2.2 Procedimentos Metodológicos

Para realização do estudo, foram trilhadas as seguintes etapas metodológicas: levantamento bibliográfico e documental; pesquisa de campo e tabulação e análise das informações (Figura 12).

Figura 12 - Fluxograma da pesquisa



Fonte: PESQUISA, 2021

3.2.2.1 Revisão bibliográfica e documental

Para a coleta de dados foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa bibliográfica se deu por meio de livros, artigos, teses e dissertações de cursos de mestrados e doutorados, sobretudo os encontrados na plataforma Capes e Scielo Web of Science de 2010-2019, principalmente os que tratavam da temática objeto de estudo. As informações coletadas na etapa serviram para investigar quais as políticas públicas planejadas e, de fato, implementadas para as comunidades estudadas.

A pesquisa documental se aproxima muito da pesquisa bibliográfica, sendo que nesta última, os documentos já foram analisados e adquiriram status científico, enquanto que na pesquisa documental as informações não receberam nenhum tratamento científico, são os dados obtidos em relatórios antropológicos, reportagens de jornais, sites dos órgãos como o INCRA, Fundação Palmares, MAPBIOMAS, em revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre

outras (OLIVEIRA, 2007). A utilização dessas fontes enriqueceu as análises elaboradas, pois foram desvelados materiais inéditos, muitas vezes subutilizados, mas que auxiliaram na compreensão da dinâmica dos quilombos estudados, imprimindo um direcionamento que atualizou o debate e preservou sua originalidade. Foram utilizados os seguintes dados secundários e documentos:

- Relatórios Antropológicos das comunidades estudadas, dados da Fundação Palmares e do INCRA a respeito da certificação, titulação e andamento dos processos de reconhecimento territorial, bem como de informações sobre a quantidade de famílias e características socioeconômicas dos quilombos estudados;
- Sites de notícias do INCRA, Fundação Palmares, MAPBIOMAS, Ministério Público, etc.;
- Fotografias aéreas dos quilombos estudados, que subsidiarão a elaboração do mapa de uso do solo, de declividade e de APP, bem como a construção dos indicadores territoriais;
- Dados da Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), a respeito da qualidade do solo, hidrografia, etc.;
- Documentos legais que norteiam as políticas para os quilombolas, a exemplo da Constituição Federal de 1988, Programa Brasil Quilombola, Agenda Quilombola, etc.

3.2.2.2 Pesquisa de campo

A coleta dos dados primários aconteceu de dezembro de 2018 a março de 2020, nos quatro quilombos titulados do estado de Sergipe. Durante essa etapa foram realizados diários de campo, entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças comunitárias, grupo focal, cartografia social, fotografias dos quilombos visitados e mapeamento com o GPS Garmin. Estes instrumentos de pesquisa possibilitaram registrar os principais equipamentos e estruturas da comunidade, a fim de se compreender com maior profundidade a territorialidade e dinâmica dos quilombos analisados.

Com a finalidade de garantir que todos os direitos dos sujeitos da pesquisa fossem respeitados, foi-lhes entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndice B), em duas vias, no qual se explicitaram os objetivos e a metodologia, informando-lhes riscos e

o direito de abandonar a participação no estudo no momento em que desejasse, mantendo sua identidade, dos participantes, preservada. Ao entrevistar pessoas analfabetas, o consentimento foi declarado através da coleta da digital e abaixo da mesma a pesquisadora subscreveu em letra de forma o nome do participante, sempre tendo o cuidado de esclarecer o teor e riscos do estudo na presença também de uma testemunha alfabetizada designada pelo participante.

Além disso, o projeto de pesquisa que originou esta tese foi submetido e aprovado ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco através da plataforma Brasil, parecer nº de 2.632.398, de acordo com a Resolução 510 de 07/04/2016 Conselho Nacional de Saúde, que determina as diretrizes éticas específicas para as Ciências Humanas e Sociais (CHS).

O diário de campo consiste numa ferramenta que permite coletar e sistematizar as experiências e informações coletas na pesquisa de campo. Os instrumentos que subsidiaram essas anotações foram: a **caminhada transversal** ou linear pelo qual se obteve diversas informações sobre “os componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características do solo, etc.” (VERDEJO, 2006, p.36). Informações estas que possibilitaram a validação dos dados coletados nas entrevistas com as lideranças, comunidade e na cartografia social, bem como conhecer a dinâmica comunitária e o modo de uso e ocupação do solo e a **observação participante** serviu para analisar o modo de vida, de organização e as relações dos quilombolas com os símbolos e estruturas sociais, auxiliando na elaboração do diagnóstico das comunidades estudadas.

Além disso, foram realizadas **entrevistas semiestruturadas** com os moradores dos quilombos estudados que, juntamente com a análise documental, possibilitaram o registro das singularidades, experiências e modo de organização da comunidade, ajudando na elaboração de um diagnóstico mais rico desses espaços. Esta técnica de coleta de dados auxiliou na elaboração e mensuração da matriz de indicadores territoriais, socioeconômicos e culturais que interferem na qualidade de vida das comunidades. As supracitadas entrevistas foram elaboradas a partir de um roteiro pré-definido (APÊNDICE A), dividido em quatro partes: a) perfil dos moradores da comunidade quilombola; b) indicadores territoriais; c) indicadores socioeconômicos; e; d) indicadores culturais. Esses dados subsidiaram a construção da matriz de indicadores de qualidade de vida.

As entrevistas foram aplicadas com o auxílio das lideranças locais que faziam a interlocução e proporcionavam a aceitabilidade da pesquisadora na comunidade, a fim de garantir que um maior número de entrevistados pudesse consentir com sua inserção no estudo. Pela

dificuldade logística, geográfica e financeira, muitas vezes foi necessário dormir na comunidade, para encurtar o número de visitas e atingir a amostra mínima do público alvo entrevistado. Antes do início das oficinas, as lideranças foram entrevistadas separadamente, seguindo um roteiro pré-definido (APÊNDICE B), a fim de melhor compreender como elas analisam a situação dos seus quilombolas, bem como o atual estágio de implantação das políticas públicas destinadas à comunidade.

Em outro momento, foram realizadas 04 oficinas de **grupos focais** (uma em cada quilombo) antes da confecção da cartografia social nas comunidades estudadas. Optou-se por utilizar essas duas metodologias no mesmo dia em cada quilombo, uma vez que a pesquisa é autofinanciada, pois houve a necessidade de otimizar os recursos, tendo em vista que inicialmente se tinha planejado mais sessões com relação ao grupo focal, porém face à agenda de alguns quilombolas e à situação do cenário de pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19) que vivenciou-se nos últimos anos, esses procedimentos da coleta de dados foram redirecionados com a realização de entrevistas com as lideranças via vídeo conferência e redução dos números de encontros do grupo focal e da cartografia.

O grupo focal foi considerado uma ferramenta importante por se tratar de pequenos grupos homogêneos formado por pessoas selecionadas a partir da relação com o objeto de estudo, que possuem, portanto: “[...] algumas características em comum que os qualificam para a discussão da questão [...] alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas (GATTI, 2005, p. 7). Sendo assim, as questões norteadoras do grupo focal foram: Como encontra-se o cenário dos quilombos? Qual a perspectiva de qualidade de vida das mesmas? E o que acredita que precisaria para melhorar a sua situação de vida?

Discutidos esses temas, foi solicitado que os participantes elaborassem a **cartografia social do quilombo**, representando num mapa o que a comunidade possui e em outro o que eles gostariam que ela tivesse. O processo de cartografia social possibilita mediante o auto mapeamento dos territórios tradicionais elucidar as territorialidades e identificar formas peculiares de gestão dos recursos naturais, reconhecendo as disputas simbólicas e políticas existentes. Assim, através do mapa participativo pode-se conhecer dados da história, cultura, tecnologia, bem como as relações e modo de organização das comunidades tradicionais (ACSELRAD, 2012).

Desta forma, em cada comunidade foram entregues dois mapas com contornos das áreas dos quilombos, impressos em folha A0 (841 x 1189 mm) na escala 1:120.000. Utilizou-se para a

confeção da cartografia canetas a base de álcool, lápis de grafite e de cor, mapas do contorno dos quilombos impressos no tamanho A0 (84,1 x 118,9 cm) cuja base cartográfica foi elaborada com o manuseio no ArcGIS e o banco de dados da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (SRH, 2016). Ressalta-se ainda, que todos os estágios da oficina foram registrados com fotografias, gravações e/ou anotações.

Os mapas são instrumentos políticos que reduzem em representações os complexos processos socioterritoriais. Entretanto, os mapas participativos são sínteses de uma linguagem intercultural, ferramenta de “empoderamento local”, pois capta forças mediante a articulação de um saber técnico ao tradicional para reivindicar os direitos das comunidades quilombolas (CÁCERES, 2012, p.125). De acordo com Filho; Teti (2014 p.47), os mapas refletem “movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade”.

Enfim, a cartografia social reflete elementos das raízes e identidade sociocultural da comunidade, pois esses invariavelmente estão atrelados à paisagem. Entretanto, é preciso compreender que o mapa social não é fechado, estando num processo de constante construção e ressignificação, assim como a comunidade, pois o processo de cartografar os fenômenos socialmente traz consigo a possibilidade de aumento da capacidade de mobilização, governabilidade e, conseqüentemente, transformação (SANTOS, 2018). Dessa forma, as principais diferenças entre uma cartografia convencional e social estão elencadas no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Diferenças entre cartografia convencional e social

CARTOGRAFIA CONVENCIONAL	CARTOGRAFIA SOCIAL
Representa um território social macro, definido pelo Estado-nação.	Representa um território local, autor reconhecido pela comunidade que participa da cartografia.
Aplica métodos quantitativos, rígidos e uso da estatística.	Aplica métodos qualitativos e os principais sujeitos da cartografia são os membros da comunidade.
Possui relativa objetividade e imparcialidade dos dados.	Possui intencionalidade e posição política de transformação do território.
Direcionado a interesses institucionais e organizacionais.	Direcionado, prioritariamente, aos interesses da comunidade.
Tempo de duração mais curto.	Tempo de duração mais longo.
Emprega softwares sofisticados, dados estatais e organizacionais.	Difícil sistematização e necessita de documentação das informações coletadas no território.
Escala mais generalizada.	Escala mais detalhada.

Fonte: Adaptado de NETO; SILVA; COSTA, 2014.

Desse modo, fica evidente que a Cartografia Social dos Quilombolas deve ser construída por, com e para os quilombolas, visando consolidar as memórias individuais e coletivas, o *modus operandi* e as prioridades da comunidade, sendo o pesquisador apenas um mediador do processo.

Assim, optou-se por elaborar a cartografia territorial dos quilombos analisados para que os participantes descrevessem como é seu território e como eles imaginavam e acreditavam que seria o território após a titulação das terras dentro de um cenário ideal. Os dados observados na cartografia foram comparados com a observação em campo e com os pontos georreferenciados dos principais equipamentos sociais, o que permitiu compreender com mais detalhes os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características dos quilombos estudados e pensar proposta de ação para o desenvolvimento local, a partir de uma minuciosa análise do atual cenário de implementação das políticas afirmativas destinadas às comunidades em epígrafe.

3.2.2.3 Limitações e dificuldades do estudo

Durante as visitas de campo, algumas dificuldades ocorreram no percurso, dentre elas: o acesso aos povoados mais distantes, a falta de infraestrutura e de sinalização nas comunidades quilombolas, as vias intransitáveis devido à lama e/ou pedras no caminho que por algumas vezes prejudicou o funcionamento do veículo e acabou adiando ou dificultando o andamento da pesquisa e, por fim, a pandemia causada pela COVID 19, iniciada em março de 2020, dificultando a conclusão do trabalho de campo. Além disso, os implementadores da política a nível local (INCRA), não aceitaram participar desse estudo e nem disponibilizaram os mapas e dados mais atuais das comunidades, alegando existir orientação da esfera federal nesse sentido.

3.2.2.4 Seleção de matriz de indicadores

A seleção da matriz de indicadores serviu para identificar os indicadores de qualidade de vida na perspectiva da sustentabilidade territorial, socioeconômica e cultural dos povos em causa. A escolha da dimensão e dos indicadores selecionados se deram a partir do objetivo do estudo delimitado nesta tese, bem como da viabilidade metodológica, ética e operacional para obtenção dos dados que ancoram a pesquisa.

Assim, para o cálculo da sustentabilidade e aferição da qualidade de vida nos quilombos foram escolhidos 17 indicadores: 06 indicadores da dimensão territorial, 07 da socioeconômica e 04 da cultural. Registra-se ainda, que os indicadores foram classificados em: sustentável, transição e insustentável, com relação ao seu grau de contribuição para a sustentabilidade e qualidade de vida dos quilombos.

A dimensão territorial contempla indicadores relativos à proteção do meio ambiente, ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, por entender que são indispensáveis para a qualidade de vida das presentes e futuras gerações e para a conservação dos ecossistemas locais. Os **dados ambientais** utilizados para mensuração dos indicadores territoriais foram obtidos das entrevistas realizadas com os moradores e lideranças, da elaboração do mapa de uso do solo, de declividade, APP e confronto do uso solo com áreas de preservação permanente, confeccionado no ArcGIS. Estes dados juntos possibilitaram registrar os principais equipamentos e estruturas da comunidade, bem como selecionar e mensurar os indicadores de qualidade de vida desse estudo. De modo que os indicadores territoriais escolhidos foram: Destinação dos Resíduos Sólidos, Saneamento, Paisagem, Percentual de Reserva Legal (% RL), Percentual de Área de Preservação Permanente (% APP) e Uso de Agrotóxicos (Quadro 4).

Optou-se por selecionar os indicadores: “Destinação de Resíduos Sólidos”, “Saneamento” e “Uso de Agrotóxicos”, pelo potencial danoso que o descarte e/ou despejo inadequado desses elementos trazem ao solo, à água, à saúde ambiental e, conseqüentemente, à integridade humana. Já o indicador “Paisagem” foi escolhido por ser imprescindível para auferir o impacto da ação humana sobre a biodiversidade. E por fim, o “Percentual de Reserva Legal” e de “Áreas de Preservação Permanente” nos auxiliam a observar as áreas que sofreram pressões decorrentes do uso do solo, ou as que possibilitam um uso mais sustentável da terra. Os indicadores foram selecionados e mensurados tomando por base a metodologia de Sobral (2016) e Calório (1997).

Ressalta-se que para compreender e analisar a paisagem dos quilombos, utilizou-se como recurso a interpretação dos mapas de uso do solo, com base na observação *in loco*, para perceber os processos de ocupação demográfica e os principais tipos e distribuição dos cultivos/vegetação nativa, identificando as APP e a dinâmica de ocupação do solo dos quilombos estudados.

Quadro 4 - Indicadores da Dimensão Territorial

DIMENSÃO TERRITORIAL			
Indicadores	Parâmetros	Pontuação	Classificação
IT1		Queimam e aterram (0,0)	Insustentável

Destinação dos Resíduos Sólidos (RS)	Lei Federal 12.305/2010	Recolhido pelo serviço público (1,0)	Sustentável
IT2 Saneamento	Lei 11.445/2007	Fossa seca ou séptica (0,0)	Insustentável
		Rede de esgoto (1,0)	Sustentável
IT3 Uso de Agrotóxicos	Lei 7802/1989	Uso indiscriminado de agrotóxicos (0,0)	Insustentável
		Uso controlado de agrotóxicos (0,5)	Transição
		Sem agrotóxicos (1,0)	Sustentável
IT4 Paisagem	Lei 12561/2012	Qualidade da Paisagem Ruim ou Péssima (0,0)	Insustentável
		Qualidade da Paisagem Regular (0,5)	Transição
		Qualidade de Paisagem Ideal e Boa (1,0)	Sustentável
IT5 % Reserva Legal	Lei 12651/2012 Dec. 4887/03	Não atende a lei (0,0)	Insustentável
		Atende a lei (1,0)	Sustentável
IT6 % Áreas de APP	Lei 9985/2000 Lei 12651/12	Não atende a lei (0,0)	Insustentável
		Atende a lei (1,0)	Sustentável

Fonte: PESQUISA, 2021.

O mapa de uso do solo e o de localização dos quilombos foram elaborados a partir dos dados do atlas digital de Sergipe, da SRH/SEMARH/SE (2014). Os shapes foram fornecidos pela Organização Não Governamental ONG-MapBiomias (MAPBIOMAS, 2019) e os dados dos quilombos cedidos pela Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2020). Para mensurar os indicadores “Paisagem” e “Percentual de Reserva Legal” foram confeccionados mapas de uso e ocupação do solo e valorado a qualidade da paisagem com base na metodologia de Sobral (2012) e de Sobral; Mendes (2015).

Os mapas supracitados de uso da terra foram confeccionados a partir da classificação não supervisionada do processamento de bandas do satélite Sentinel, disponível no site USGS (earthexplorer.usgs.gov), de 2020 para os quilombos de Serra da Guia, Pirangi, Mocambo e Lagoa dos Campinhos com especificação de menos de 10% de cobertura de nuvens para ambas. Apesar da classificação não ter sido supervisionada, ela foi assistida pela prévia classificação de uso da terra fornecida pelo Atlas Digital de Sergipe (SRH, 2014), e de algumas outras características como recurso mineral, poço tubular, localidades, nascentes, hidrografia, rodovia estadual e lagos e reservatórios, bem como pelo acesso ao Google Earth Pro, cuja resolução da imagem foi de 5m, permitindo uma avaliação temporal mais simplificada. Por fim, para obter o mapa de confronto de uso do solo com as áreas de preservação permanente, foi utilizada a ferramenta recortar do grupo de análises e para isso o mapa de uso gerado foi recortado pelo mapa gerado de APP.

O levantamento do uso do solo é uma importante ferramenta para aferir como o espaço está organizado e verificar se há o uso racional da terra e dos recursos naturais, pois o manejo

adequado do solo evita a erosão e degradação ambiental. Além disso, existem áreas em que o levantamento e monitoramento devem ser constantes, como as Áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), uma vez que a cobertura vegetal protege o ambiente contra os efeitos erosivos e a lixiviação do solo, auxiliando na regulação do fluxo hídrico que impactam diretamente na fauna e flora locais.

O emprego do mapa de uso do solo objetivou especificar o processo de ocupação dos territórios quilombolas, bem como da disposição dos elementos da paisagem (Tabela 5) a fim de verificar em que medida eles contribuem para a sustentabilidade do quilombo, a partir da adaptação da metodologia de Sobral (2012) e de Sobral; Mendes (2015), de modo que o índice do componente 0 aponta para a existência de características menos sustentáveis da paisagem e 1 para a condição mais favorável do ponto de vista ambiental.

Tabela 5 - Sistema de valoração do componente da paisagem

Classes das Paisagens	Componentes das Paisagens	Índices dos Componentes	Justificativa
1	Corpos d'água/Vegetação densa	1	Preservação dos RH, proteção das paisagens, biodiversidade, fluxo gênico da fauna e flora e bem-estar humano.
2	Vegetação não densa	0,75	Estabilização do solo, redução do escoamento superficial, filtração do ar, controle da radiação solar, dos ventos, umidade e o paisagismo.
3	Cultivos agrícolas	0,5	Menor potencial ecológico, mas essencial fator de sustentabilidade socioeconômica.
4	Pastagem	0,25	Danos ambientais a paisagem com o pisoteio e a emissão de gases de efeito estufa.
5	Solo exposto	0	Compactação do solo e atividade insustentável para o quilombo.

Fonte: AUTORES (2020) adaptada de SOBRAL (2012); SOBRAL; MENDES (2015).

A seguir foi calculado o índice de paisagem do quilombo por meio da fórmula proposta por Sobral (2016), conforme Equação 2:

$$IQPA = \frac{(\% Ac1 \times Vc1) + (\% Ac2 \times Vc2) + (\% Ac3 \times Vc3) + (\% Ac4 \times Vc4) + (\% Ac5 \times Vc5)}{100}$$

Legenda:

QPA = Qualidade da Paisagem do Quilombo

% Ac = Percentual das áreas das classes

Vc = Valor da classe

Após a mensuração, os índices de qualidade da paisagem foram classificados com base em Da Silva; Martins; Cândido (2009) e Sobral; Mendes (2015), conforme Tabela 6

Tabela 6 - Classificação da qualidade da paisagem do quilombo Serra da Guia/SE

INTERVALO DE SUSTENTABILIDADE	CLASSIFICAÇÃO
$0,80 < \text{Índice} \leq 1,0$	Ideal
$0,60 < \text{Índice} \leq 0,80$	Bom
$0,40 < \text{Índice} \leq 0,60$	Regular
$0,20 < \text{Índice} \leq 0,40$	Ruim
$0 < \text{Índice} \leq 0,20$	Péssimo

Fonte: Adaptado de SILVA; MARTINS; CÂNDIDO (2009); SOBRAL (2012); SOBRAL, MENDES (2015).

Para mensurar o indicador “Percentual de Áreas de Preservação Permanente”, foi necessário confeccionar o mapa de APP dos quilombos estudados que foi elaborado a partir dos *shapes* de nascentes, lagos, reservatórios e hidrografia disponibilizados no Atlas Digital de Sergipe (SRH, 2014), sendo para isso utilizada a ferramenta de raio de influência (*buffer*).

De acordo com o novo Código Florestal, Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012, foram estabelecidos os raios de 15 m para nascentes, cinco metros, oito metros, 15 metros e 30 metros para as respectivas categorias de lagos com até um, maior que um a dois, maior do que dois a 4, e maior do que quatro, e para 30 m para os rios. Os mapas de avaliação de APP de declividade foram obtidos no TOPODATA do INPE (<http://www.webmapit.com.br/inpe/topodata/>) e reclassificados de acordo com as classes (0-18; 18-25; 25-45; >45 graus). Para topo de morro, extraiu-se as curvas de nível do mapa de altitude do TOPODATA do INPE e então seguiu-se a metodologia de Peluzio et al. (2010).

A dimensão socioeconômica contempla indicadores relacionados aos serviços, infraestruturas básicas e mecanismos de geração de renda e autonomia que podem garantir vida digna às famílias quilombolas. Assim, os dados **socioeconômicos** que serviram para a seleção e mensuração dos indicadores foram obtidos através das entrevistas com os moradores dos quilombos e estavam atrelados à equidade social, acesso a políticas públicas, à fonte de renda/benefícios sociais, abordando, portanto, os seguintes aspectos: acesso à água, a crédito agropecuário, à energia elétrica, escolaridade, serviços de saúde implantados e tipo de habitação (Quadro 5).

Quadro 5 - Indicadores da Dimensão Socioeconômica

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA			
Indicadores	Parâmetros	Pontuação	Classificação
IS1 Acesso a água	SANTOS;AUGUSTO, 2005; MARCHI; MARCHI, MENDES, 2013	Rio, açude (0,0)	Insustentável
		Poço, cisterna (0,5)	Transitório
		Abastecimento Público (1,0)	Sustentável
IS2 Acesso ao crédito agropecuário	Decreto 9224/18 INCRA	Nunca acessaram (0,0)	Insustentável
		Apoio inicial (0,5)	Transitório
		Apoio inicial e fomento (1,0)	Sustentável
IS3 Acesso à energia elétrica	Projeto Luz para todos Lei Federal 11445/2007	Sem acesso (0,0)	Insustentável
		Com acesso irregular (0,5)	Transitório
		Com acesso regular (1,0)	Sustentável
IS4 Escolaridade	Lei Federal nº 9.394/1996	Analfabeto e fundamental (0,0)	Insustentável
		Ensino médio (0,5)	Transitório
		Graduação e pós-graduação (1,0)	Sustentável
IS5 Renda	IBGE (2010)	Menos de 01 salário mínimo (0,0)	Insustentável
		De 01 a 02 salários mínimos (0,5)	Transitório
		Mais de 02 salários mínimos (1,0)	Sustentável
IS6 Sistema de saúde implantado	Lei Federal 8080/1990	Sem acesso a serviços institucionais de saúde (0,0)	Insustentável
		Saberes populares e unidade de saúde (0,5)	Transitório
		Saberes populares, PSF, rede especializada e/ou práticas integrativas do SUS (1,0)	Sustentável
IS7 Tipo de habitação	Lei Federal 11124/2005	Barraca de lona, taipa ou palha (0,0)	Insustentável
		Alvenaria sem reforma (0,5)	Transitório
		Alvenaria com reforma (1,0)	Sustentável

Fonte: PESQUISA, 2021.

A escolha dos indicadores socioeconômicos se baseou na essencialidade dos elementos para a qualidade de vida, subsistência e bem-estar da população, pois eles mensuram aspectos como a origem da água consumida, a regularidade no fornecimento de energia elétrica, condições de moradia, percentual de recursos destinados a suprir as necessidades básicas, níveis de escolaridade e o potencial de financiamento para o fomento agrícola.

Por fim, a dimensão cultural está ligada ao modo de vida e organização das comunidades quilombolas, sendo expressa pela herança cultural (saber fazer), tradições (festas) e pela rede de cooperação e organização comunitária delineadas no quilombo. Percebeu-se assim que, os indicadores culturais vinculam-se a aspectos como: identidade quilombola, frequência das manifestações, preservação dos bens culturais e religiosidade (Quadro 6).

Quadro 6 - Indicadores da Dimensão Cultural

DIMENSÃO CULTURAL			
Indicadores	Parâmetros	Pontuação	%
IC1 Identidade quilombola	IN 56 Art. 68 do ADCT	Até 1 dos critérios da IN 57 (0,0)	Insustentável
		02 a 03 dos critérios da IN 57 (0,5)	Transitório
		Todos critérios da IN 57 (1,0)	Sustentável
IC2 Religiosidade	CUSTÓDIO (2019)	Fora da matriz africana (0,0)	Insustentável
		Dentro da matriz africana (1,0)	Sustentável
IC3 Frequência das manifestações culturais	SILVA, MELO (2013)	Nunca acontecem (0,0)	Insustentável
		Ocorrem eventualmente (0,5)	Transitório
		Ocorrem frequentemente - 3 ou mais vezes/ano (0,5)	Sustentável
IC4 Bens culturais	Inventário cultural dos quilombos do Vale do Ribeira- SP	Inexistentes e/ou informações dadas por agentes externos (0,0)	Insustentável
		Incipiente - relatos orais esparsos e poucas fontes materiais (0,5)	Transitório
		Conservação dos bens materiais e imateriais da comunidade (1,0)	Sustentável

Fonte: PESQUISA, 2021

Ressalta-se que o indicador “identidade quilombola” visa identificar se houve apropriação das práticas de matrizes africanas por parte dos quilombolas e foi formulado com base nos atributos exigidos pelo Art. 2 do Decreto 4887/2003 e a IN 57/ 09 (BRASIL,2009) que sugere os requisitos importantes para que uma comunidade seja considerada remanescente de quilombo, levando em consideração que ser quilombola consiste num processo de se descobrir e reconstruir frentes de disputas e lutas territoriais, portanto elas se mostram heterogêneas e o sincretismo não coloca em xeque a identidade.

Desta forma, para pontuar o indicador, observou-se, através das entrevistas com os moradores e da observação da dinâmica das comunidades estudadas, em que medida existia na comunidade a presença das seguintes características: trajetória histórica própria, presunção de ancestralidade negra, relações específicas territoriais e uso coletivo da terra.

A **presunção de ancestralidade negra** consiste em aceitar sua negritude e respeitar o passado de escravidão vivenciado por seus ancestrais. A **trajetória histórica própria** refere-se ao vínculo histórico próprio, apresentando características sociológicas comuns, no parentesco, na organização social, nas atividades produtivas e reprodutivas, etc. São características comuns como as que, quando presentes em um agrupamento de pessoas qualquer, tornam uma comunidade tradicional.

Outro aspecto observado refere-se à presença de **relações específicas territoriais**, ou seja, se existe o vínculo do membro com a comunidade, ao ponto de que cada indivíduo se auto

reconheça como quilombola, tendo senso de pertencimento ao quilombo. Por fim, foi verificada a existência de **uso coletivo da terra**. Este tipo de uso ocorre quando o conjunto de famílias do grupo exerce um direito público sobre as porções territoriais que não estão restritas pelo direito privado de nenhuma família (áreas abertas de campo, floresta, varjão, rios e lagos, onde se pratica o extrativismo, o pastoreio do gado, se coloca roças coletivas, o uso de recursos hídricos, etc.). Este direito e o conjunto de práticas devem ser transmitidos às gerações seguintes, a quem cabe perpetuar o modo de vida tradicional da comunidade.

O indicador “religiosidade” foi escolhido por entender que as religiões e práticas africanas contemplam ensinamentos que possibilitam a perpetuação do modo de vida, cultura e ancestralidade originária das comunidades negras (CUSTÓDIO, 2019)

O indicador “**frequência das manifestações culturais**” foi selecionado por se entender que os eventos culturais expressam a forma de ser e pertencer a um grupo específico, ou seja, representam as manifestações dos costumes, tradições, valores, crenças e organização social de um determinado lugar. E quanto mais essas manifestações aconteçam mais os laços de etnicidade, solidariedade são fortalecidos e o patrimônio material e imaterial dos quilombos são preservados.

Optou-se por analisar os “**bens culturais**” por entender que esses são mais que objetos e imóveis tombados, constituindo-se de identidades e representações de culturas populares que irão dar continuidade a um modo de vida particular. Assim, na construção desse indicador, considerou-se, à luz da cartografia social e entrevistas com moradores e lideranças locais, o que na atualidade essas comunidades consideram elementos importantes de expressão de suas identidades e organização social específica. Além disso, preservar as tradições e estes elementos possibilitam que o próprio quilombo conheça sua história, transmitindo-a às futuras gerações e compartilhando suas experiências com outras comunidades. Enfim, possibilita delinear o inventário cultural do quilombo, detectando seus símbolos e memórias a fim de destacar as raízes e o senso de pertencimento comunitário.

3.3 ANÁLISE E TRIANGULAÇÃO DOS DADOS

Para organização dos dados e posterior análise, as informações quali-quantitativas coletadas foram lançadas no banco de dados do programa Excel 2016, sistematizadas, agrupadas de acordo com categorias de respostas, representadas em gráficos, quadros e tabelas. E, por fim, as mesmas serviram para subsidiar a construção e mensuração da matriz de Indicadores de Qualidade de Vida (IQV).

Para a análise qualitativa, considerando que os indicadores selecionados possuem naturezas distintas, eles foram agrupados numa matriz comum em que cada indicador foi valorado através de notas, que variavam de 0-1 pontos, o que permite realizar comparações entre os atributos, quilombos estudados e dimensões de qualidade de vida (SOBRAL; ALMEIDA; GOMES, 2012; MEDEIROS et al, 2018).

As mensurações dos indicadores embasaram-se em Silva et al (2009); Feitosa et al (2016) e Sobral (2016) e foram construídas a partir das observações *in loco*, registro dos diários de campo e grupo focal, entrevistas com os moradores dos quilombos, lideranças locais, legislações, mapa de uso e ocupação do solo e documentos da FCP, do INCRA e do IBGE sobre os quilombos analisados.

Os valores obtidos com a pontuação referente a cada indicador foram somados dentro de cada eixo da sustentabilidade (territorial, socioeconômico e cultural) e divididos pelo número total de indicadores da dimensão analisada. O resultado desse cálculo correspondeu ao Índice de cada uma das três dimensões analisadas (Equação 3). Logo:

$$IST = \frac{IT1+IT2+\dots+IS6}{6} \quad (1)$$

$$ISE = \frac{IE1+IE2+\dots+IE7}{7} \quad (2)$$

$$ISC = \frac{IC1+IC2+\dots+IC4}{4} \quad (3)$$

Por fim, a obtenção do índice de sustentabilidade de cada quilombo e, conseqüentemente, sua classificação quanto ao grau de sustentabilidade foi obtido por meio da média aritmética dos três índices de sustentabilidades de cada quilombo (Índices de Sustentabilidade Territorial, Socioeconômico e Cultural), colocar as siglas com uso da fórmula a seguir (Equação 4).

$$ISQ = \frac{ISE + ISC + IST}{3}$$

De modo que os resultados obtidos refletem a classificação da perspectiva de qualidade de vida a partir dos índices de sustentabilidade avaliados, conforme Tabela 7:

Tabela 7 - Classificação da sustentabilidade dos quilombos estudados

INTERVALO DE SUSTENTABILIDADE	CLASSIFICAÇÃO
$0,80 < \text{Índice} \leq 1,0$	Ideal
$0,60 < \text{Índice} \leq 0,80$	Bom
$0,40 < \text{Índice} \leq 0,60$	Regular
$0,20 < \text{Índice} \leq 0,40$	Ruim
$0 < \text{Índice} \leq 0,20$	Péssimo

Fonte: Adaptado de SOBRAL (2012)

Quanto à análise quantitativa e à geração do Índice de Qualidade de Vida, foi utilizada a metodologia de Calório (1997) adaptada por Omar (2001) que permite traçar a interface de todos os indicadores das três dimensões propostas neste estudo, através de um procedimento estatístico, sendo a seguir elaborados gráficos tipos radares. Esse tipo de diagrama produz informações visuais que são úteis para comparar sistemas ao longo do tempo e do espaço (LIGHTFOOT et al., 1993), possibilitando assim o entendimento de quais indicadores e dimensões deverão ter o olhar das políticas públicas mais prioritárias.

Calório (1997) recomenda seguir os seguintes passos metodológicos;

a) transformação dos valores dos indicadores: visa padronizar os valores dos indicadores para V_{pn} , conforme descrito abaixo, eliminando os efeitos de escala e de unidade de medida, uma vez que representam indicadores diferentes, o que assegura que cada um deles tenha o mesmo peso relativo na determinação do índice (DOUGLAS, 1990; TORRES, 1990, apud. OMAR DANIEL, 2001), conforme Equação 5 e Figura 13:

$$V_{pn} = \frac{100 + (x_n - \bar{x})}{S} \quad (1)$$

Em que:

V_{pn} = valor do indicador n padronizado;

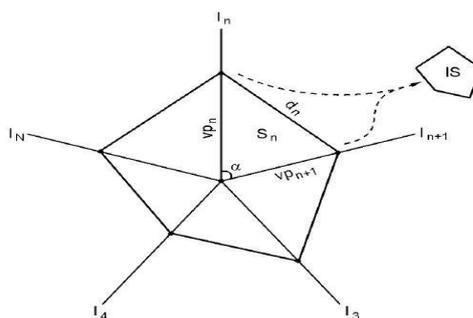
X_n = valor original do indicador n;

X = valor médio de todos os indicadores;

S = desvio-padrão para todos os indicadores;

100 = constante acrescentada por Calório (1997).

Figura 13 - Gráfico tipo radar, utilizado para gerar um índice de sustentabilidade (IS)



Fonte: CALÓRIO, 1997

b) Cálculo da área de cada triângulo identificado no gráfico (S_n), a partir do valor padronizado de dois indicadores adjacentes e do ângulo definido no passo anterior (b):

b.1. Obtenção do lado desconhecido do triângulo:

$$d_n = \sqrt{(vp_n)^2 + (vp_{n+1})^2 - 2 \times (vp_n \times vp_{n+1}) \times \cos \alpha} \quad (2)$$

Em que:

d_n = lado desconhecido do triângulo;

vp_n e vp_{n+1} = valores padronizados dos indicadores n e $n+1$;

α = ângulo formado entre dois indicadores ($360^\circ / n^\circ$ de indicadores)

b.2. Cálculo do sem perímetro do triângulo:

$$p_n = \frac{vp_n + vp_{n+1} + d_n}{2} \quad (3)$$

Onde:

p_n = semiperímetro do triângulo n ;

vp_n , vp_{n+1} e d_n = lados do triângulo.

b.3. Cálculo da área do triângulo:

$$S_n = \sqrt{p_n (p_n - vp_n) \times (p_n - vp_{n+1}) \times (p_n - d_n)} \quad (4)$$

c) Cálculo do índice de sustentabilidade:

$$IS = \sum_{n=1}^N S_n \quad (5)$$

Por fim, foram realizadas devolutivas do estudo à comunidade, mediante reuniões com os líderes dos territórios quilombolas para apresentar os principais resultados levantados até então e deixar o registro na comunidade das potencialidades da região. Ações dessa natureza favorecem um preciso diagnóstico, incentivando a execução de propostas de desenvolvimento local, deixando para as comunidades um inventário contendo diagnóstico, potencialidades e um plano de ações, coletivamente construído, com descrição das metas traçadas, prazos e responsáveis pela elaboração de cada uma das propostas formuladas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS QUILOMBOS TITULADOS DE SERGIPE A PARTIR DE INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

4.1.1 Perfil dos Entrevistados e Indicadores de Qualidade de Vida

Participaram deste estudo 349 indivíduos, sendo 122 do sexo masculino e 227 do sexo feminino. Em três quilombos o público feminino foi o mais frequente e somente em Lagoa dos Campinhos o número de participantes do sexo masculino foi maior (Tabela 8).

Tabela 8 - Perfil dos entrevistados

QUILOMBO	Nº de ENTREVISTADOS	SEXO	
		Masculino	Feminino
Serra da Guia	111	25 (22,5%)	86 (77,5%)
Pirangi	50	21 (42%)	29 (58%)
Mocambo	110	36 (32,73%)	74 (67,27%)
Lagoa dos Campinhos	78	40(51,28%)	38(48,72%)
Total	349	122	227

Fonte: PESQUISA, 2021

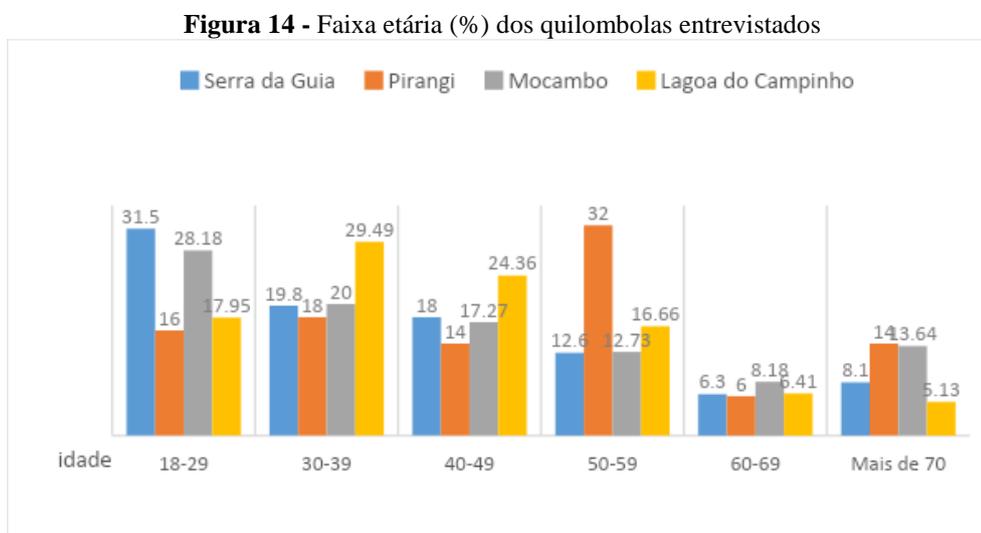
Percebeu-se que existe uma discrepância de gênero, em virtude do fato de que no momento das entrevistas foram encontradas mais mulheres em casa, cuidando de seus filhos, ao passo que os homens se encontravam na lavoura, ou em outros serviços autônomos para sustento da família. Além do que, quando os dois estavam em casa, os homens solicitavam as mulheres que respondessem às questões colocadas.

Nos quilombos analisados, há um forte protagonismo feminino e isto acontece, porque estas mulheres necessitam assumir a organização social de suas comunidades e a transmissão dos saberes ancestrais às futuras gerações, uma vez que os homens migram para as cidades mais próximas em busca de oportunidades de trabalho. Enfim, o empoderamento feminino pode ser percebido como um mecanismo contra as variadas formas de violência, aos conflitos territoriais, aos diversos modos de supressão de direitos, evidenciando a resistência negra das mulheres (ONU MULHERES BRASIL, 2017).

Enfim, o empoderamento feminino visualizado nos espaços quilombolas condiz com uma habilidade humana destas mulheres negras de se mobilizarem e agirem em conjunto, trata-se de um instrumento de emancipação política e social que fomenta a solidariedade desse coletivo como estratégia de enfrentamento ao sistema racista, tanto é que nos quilombos há um número significativo de mulheres em posição de controle dos recursos materiais, intelectuais, sendo potentes lideranças comunitárias (BERTH, 2019).

Além disso, as mulheres desempenham um papel de destaque, sendo detentoras de vastos conhecimentos sobre segurança alimentar, uso de rezas, plantas medicinais, emprego de práticas de cuidado e cura, cultivos agroecológicos (quintais produtivos) e produção de artesanato, valorizando a cultura local (JAHN et al., 2019).

Isto posto, vale destacar também a faixa etária dos participantes desta pesquisa. Os entrevistados possuíam idade entre 18 e 87 anos, sendo que nos quilombos Serra da Guia e Mocambo a faixa etária mais prevalente foi a de 18-29 anos, respectivamente 35,1% (39) e 28,18% (31). Nestes quilombos, o segundo intervalo de maior incidência foi o de 30-39 anos, ou seja, 19,8% (22) para Serra da Guia e 20% (22) Mocambo (Figura 14).



Fonte: PESQUISA, 2021.

Ao passo que Lagoa dos Campinhos possui população mais adulta, tendo como faixa etária mais prevalente a de 30-39 anos com 29,49% (23) seguida da faixa de 40-49 anos que contempla 24,36% (19) dos participantes.

Por fim, na **Comunidade Pirangi**, o público-alvo mais frequente, 32% (16) possuía idade entre 50-59 anos, seguido da faixa etária de 30-39, que era de 18% (09). Observou-se a presença

de um público adulto e em processo de envelhecimento, não se encontrando muitos jovens na comunidade.

Além disso, pelos relatos dos mais velhos, os jovens não querem trabalhar no plantio, sendo seduzidos pelas oportunidades de emprego da capital, o que entristece e preocupa os idosos que anseiam pela conservação da cultura de seu povo para a qual o cultivo da terra constitui instrumento de trabalho e símbolo de sua identidade cultural, conforme visualizou-se nos relatos abaixo

E1. Incentivo meus filhos a conhecer as plantas medicinais, lidar com a terra, mas os mesmos precisam estudar na capital e muito pouco vem me ajudar na lida.

E2. Meus filhos moram fora e não querem lidar com a terra.

E3. Os mais velhos ensinam nossa cultura, o amor pela terra, nossos filhos até conhecem mais a preocupação é outra.

E4. Ensino a lida da roça, plantação de horta para meus dois filhos, eles não querem, mas tem que aprender, não tenho marido e é da terra que eles têm que tirar o sustento...

E9. Os jovens hoje não querem lidar com a terra, não saberiam lidar com falta de água, dificuldades da lida no campo...

E34 – os mais jovens não se envolvem muito com a lida na terra e com nossas tradições...

Percebe-se, assim, que o meio rural vem passando por um processo de envelhecimento e que as novas gerações não estão seguindo o caminho de seus genitores, migrando do campo para a cidade em busca de oportunidades mais atrativas de estudo e emprego, o que vem acontecendo sobretudo nos quilombos mais próximos dos centros urbanos.

Para garantir a continuidade do sistema de produção rural pelos mais jovens, políticas de sucessão rural são imprescindíveis. Neste sentido, iniciativas como as propostas pelo Decreto 8736 de 03/05/2016 que institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural visam o fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais através da concessão de linhas de crédito, geração de emprego/renda e associativismo.

A preocupação com relação à sucessão rural já foi discutida em outros artigos. Tolotti et al (2018), ao analisarem o processo de transmissão dos conhecimentos e posses da terra de 181 agricultores em Santa Catarina, afirmam que o principal desafio é mostrar aos filhos como o ambiente rural pode ser atrativo, pela melhor qualidade de vida que é oferecida, em relação aos centros urbanos. Outro desafio é identificar nos sucessores a vocação para a atividade rural.

4.1.2 Indicadores de Qualidade de vida: Dimensão Territorial

A dimensão territorial é composta por seis indicadores: Destinação de Resíduos Sólidos, Saneamento, Uso de Agrotóxicos, Paisagem, % Reserva Legal, e % APP, que refletem a condições de salubridade ambiental e conservação da paisagem (Tabela 9).

Tabela 9 - Síntese dos indicadores da dimensão territorial de acordo com Calório (1997)

Dimensão Territorial					
Indicadores	Parâmetros	SG	PI	MO	LC
IT1 Destinação dos Resíduos Sólidos	Queima e aterram (0,0)	0,0	0,0	x	x
	Recolhido pelo serviço publico (1,0)	x		1,0	1,0
IT2 Saneamento	Fossa seca ou séptica (0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
	Rede de Esgoto (1,0)	x	x	x	x
IT3 Uso de Agrotóxicos	Uso indiscriminado de agrotóxicos (0,0)	x	x	x	x
	Uso controlado de agrotóxicos (0,5)	x	x	x	x
	Sem agrotóxicos (1,0)	1,0	1,0	1,0	1,0
IT4 Paisagem	Qualidade da Paisagem ruim ou péssima (0,0)	x	x	x	x
	Qualidade da paisagem regular (0,5)	0,5	0,5	0,5	x
	Qualidade da paisagem ideal ou boa (1,0)	x	x	x	1,0
IT5 % Reserva Legal	Não atende a lei (0,0)	x	x	x	x
	Atende a lei (1,0)	1,0	1,0	1,0	1,0
IT6 % de APP	Não atende a lei (0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
	Atende a lei (1,0)	x	x	x	x
IST		0,416	0,416	0,538	0,7
Legenda	SR: Serra da Guia; PI: Pirangi; MO: Mocambo; LC: Lagoa do Campinhos				

Fonte: PESQUISA, 2021.

Estes indicadores territoriais foram classificados em parâmetros pontuados com valores de 0-1 de acordo com o grau de sustentabilidade para a comunidade e geraram um Índice de Sustentabilidade Territorial (IST) que variaram de 0,416 (Serra da Guia e Pirangi) a 0,7 (Lagoa dos Campinhos).

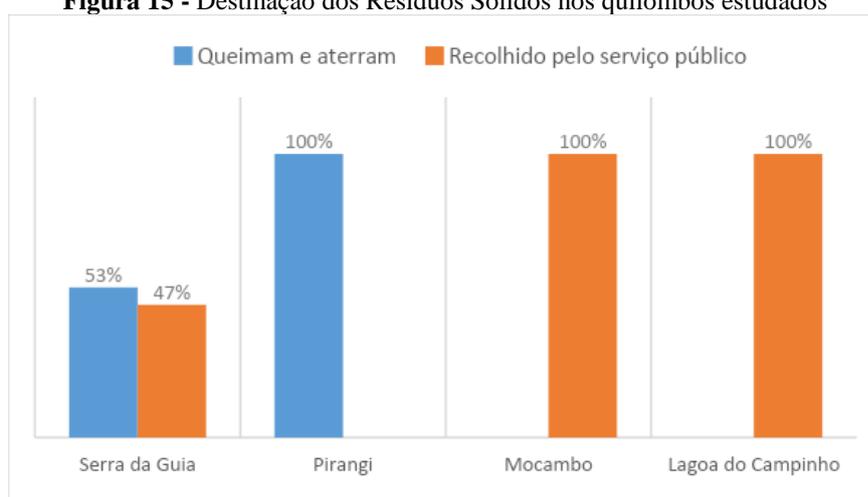
a) Destinação dos Resíduos Sólidos

Percebe-se pela Figura 15 que os quilombos Mocambo e Lagoa dos Campinhos possuem adequada destinação dos resíduos sólidos (RS), uma vez que 100% dos entrevistados alegaram existir coleta regular, sendo que em Mocambo todas as pessoas consultadas afirmaram que a mesma ocorre uma vez por semana. Ao passo que em Lagoa dos Campinhos, 80.77% (63)

disseram que a coleta acontece duas vezes por semana e 19,23% (15) afirmaram que o caminhão recolhe os resíduos apenas uma vez na semana.

Assim, o IT1 para as comunidades de Mocambo e Lagoa dos Campinhos foi considerado satisfatório (1,0 pontos), pois além das comunidades afirmarem que os RS são recolhidos pelo poder público, não se detectou descartes irregulares nestas comunidades.

Figura 15 - Destinação dos Resíduos Sólidos nos quilombos estudados



Fonte: PESQUISA, 2020

Entretanto, nos quilombos de Serra da Guia e, sobretudo, Pirangi esta realidade é diferente. A comunidade **Pirangi** não possui coleta de resíduos sólidos pela rede pública, tendo que queimá-los ou aterrá-los (100%). Percebe-se, nesse quesito, a desassistência do poder público fazendo com que a prática da queimada seja bastante comum, embora a comunidade conheça os prejuízos da atividade para a fertilidade do solo (Figura 16).

Figura 16 - Queimada dos Resíduos Sólidos no quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

No quilombo **Serra da Guia**, embora 71,1% (79) dos entrevistados afirmaram ter coleta de resíduos sólidos e 28,9% (32) disseram que esse serviço público não existe, percebeu-se que a destinação irregular dos resíduos sólidos também é uma realidade. Pois, 30,6% (34) dos participantes alegaram que o carro do lixo só passa uma vez ao mês.

Esta irregularidade da coleta de resíduos é um fator que pode ter contribuído sensivelmente para o modo inadequado com que a comunidade descarta seus resíduos sólidos, uma vez que **53,2%** (59) dos entrevistados disseram que queimam e aterram seus resíduos e **46,8%** (52) afirmaram que eles são recolhidos pelo serviço público municipal. Nota-se que nos dias em que não há a adequada coleta de resíduos (Figura 17), os materiais são dispostos em terrenos baldios, ao ar livre, muitas vezes achando-se no entorno das residências, constituindo assim um instrumento de contaminação do solo, propagação de vetores e doenças para a comunidade.

Figura 17 - Descarte irregular dos Resíduos Sólidos em Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Nesse sentido, Mucellin e Bellini (2008, p.113) já alertavam para o fato de que “[...] materiais sem utilidade se amontoam indiscriminada e desordenadamente, muitas vezes em locais indevidos como lotes baldios, margens de estradas, fundos de vale e margens de rios e lagos”, causando severos danos à saúde da população.

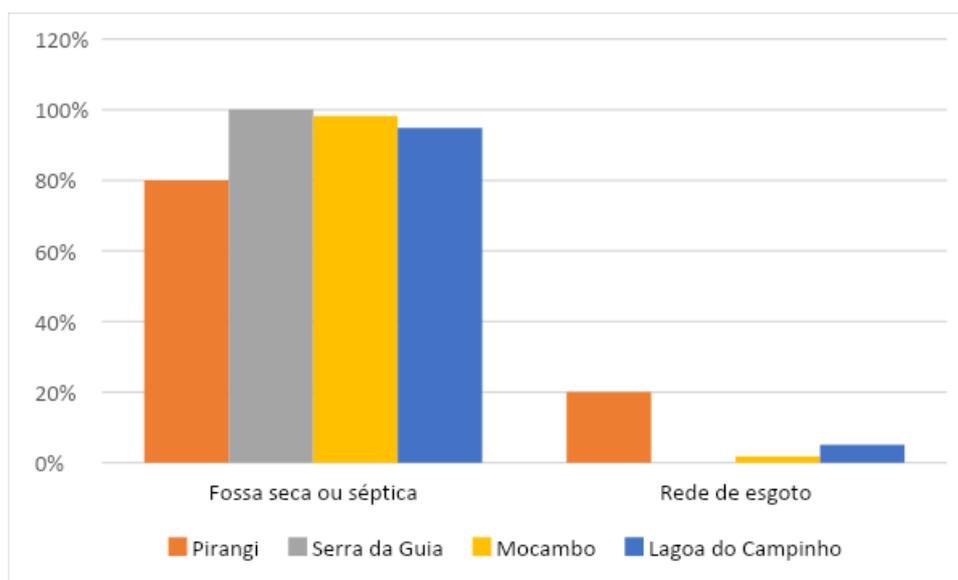
Dessa forma, diferentemente de Mocambo e Lagoa dos Campinhos, o **IT1 é considerado insatisfatório para os quilombos de Serra da Guia e Pirangi, não sendo pontuado, pois a destinação predominante é o descarte irregular**. Registra-se que o tratamento incorreto de resíduos sólidos é uma prática bastante comum em regiões periféricas, sobretudo, onde a coleta

de lixo é irregular. E como consequência dessa prática, tem-se prejuízos ambientais tanto para o solo quanto para a saúde humana.

b) Saneamento

Nos quatro quilombos estudados a rede de saneamento básico é deficitária, tanto que o quilombo com maior percentual de implantação de rede pública de esgoto é Pirangi, o qual possui apenas 20% (10) de sua rede instalada. Nos demais quilombos os dejetos são descartados a céu aberto ou em fossa seca ou séptica, de maneira que a rede de esgoto inexistente ou funciona num percentual incipiente, inferior a 6% (Figura 18).

Figura 18 - Porcentagem de Esgotamento Sanitário nos quilombos estudados



Fonte: PESQUISA, 2021

Percebeu-se que em Serra da Guia não há rede de esgoto implantada, entretanto, em Mocambo essa rede corresponde a 1,82% (2) e em Lagoa dos Campinhos 5,13% (4) dos territórios quilombolas analisados. Assim, o indicador **IT2** foi considerado insatisfatório (valor 0,0) para todos os quilombos, uma vez que há ausência completa do setor público no que diz respeito à prestação do referido serviço (Figura 19). De modo correlacionável, Santos et al. (2018) asseveram que

No Brasil, o déficit no acesso aos serviços básicos atinge principalmente as populações negras e mais carentes que se concentram em quilombos, favelas, nas periferias das cidades e nas áreas rurais. A inexistência ou ineficácia de serviços de saneamento favorece ao agravamento da saúde e da qualidade de vida da população. Assim, a insuficiência de investimento neste setor interfere de forma negativa no sistema econômico, com gastos elevados para combater as enfermidades propagadas devido às condições sanitárias inadequadas. [...] Além de que, o saneamento básico e o consumo de água de qualidade são um direito de necessidade imediata, pois, sua ausência ou deficiência influencia negativamente no meio ambiente, na qualidade de vida e saúde da população (SANTOS et al, 2018, p.07).

Enfim, segundo a Lei Federal nº 11.445 (BRASIL, 2007), o saneamento básico é primordial para garantia da qualidade de vida dos/das brasileiros/as, de modo que a universalização do conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza urbana, de manejo de resíduos sólido e de drenagem das águas pluviais devem ser assegurados a todo/a cidadão/ã.

Figura 19 - Esgoto a céu aberto no quilombo de Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Desse modo, pode-se perceber que as soluções tradicionais para o saneamento nos quilombos ainda são a fossa séptica e a fossa rudimentar por terem custos baixos, mesmo oferecendo risco à salubridade ambiental e à saúde humana. De acordo com a UNICEF, as fossas rudimentares (buracos no solo para coletar os excrementos humanos) são uma realidade para 7 milhões de brasileiros/as mesmo não evitando a contaminação das águas, superficiais e subterrâneas. E as fossas sépticas são unidades simples e baratas de tratamento do esgoto nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida, mas não promovem a reciclagem dos dejetos humanos (BRASIL, 2019), realidade inconcebível em pleno século XXI e contraditória com relação à Constituição Federal na qual o saneamento básico constitui direito de todo/a cidadão/ã.

c) Uso de Agrotóxicos

O adequado manejo agrícola contribui para melhorar a produção agropecuária e consequentemente para elevar os índices de desenvolvimento econômico. Assim, as principais estruturas de manejo agrícola encontradas nos quilombos foram: currais, pocilgas, apriscos, galinheiros, apiários, baias, hortas, tanques de armazenamento, etc. A utilização destas ferramentas conjuntamente com o uso sustentável do solo, asseguram a manutenção dos quilombos nos seus territórios.

Em nosso país, a utilização dos agrotóxicos vinha sendo realizada sem legislação federal até o ano de 1989 quando se publica a lei 7.802/1989 regulamentada pelo decreto 4.074/2002, conhecida como lei dos agrotóxicos. O artigo 2º desta norma, considerada agrotóxicos e afins:

- a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;
- c) componentes: os princípios ativos, os produtos técnicos, suas matérias-primas, os ingredientes inertes e aditivos usados na fabricação de agrotóxicos e afins.

Percebe-se que, apesar dos agrotóxicos se destinarem ao aumento da produtividade no campo e serem obrigados a atender às exigências de segurança da saúde humana e ambiental, o risco no momento de sua utilização é real, sendo imprescindível ter-se uma série de cuidados a fim de minimizar o contato e possíveis contaminações do solo, água e danos à biodiversidade.

Para as comunidades tradicionais, o solo, a água tem mais que uma relação material, tratam-se de espaços de produção de identidade, manutenção da vida. Assim, a maior parte delas não fazem uso de agrotóxicos, por não terem segurança quanto aos riscos de seu manejo e não haver garantia de sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, Folgado; Souza (2016) alertam que os efeitos adversos desses produtos sob a saúde humana dependem da quantidade ingerida, do tempo de exposição e das condições prévias da pessoa contaminada, sendo inclusive recomendado que, de modo geral, tais produtos ou não sejam aplicados ou sejam empregados longe de áreas de contato humano, animal e onde haja recursos naturais que possam ser consumidos

As roças quilombolas se caracterizam pela diversidade de espécies e variedades de plantas cultivadas (mandioca, milho, feijão, arroz, legumes, verduras, temperos, frutas etc.). Ao invés da monocultura extensiva, a produção livre de agrotóxicos e o cuidado com o meio ambiente estão presentes nas práticas tradicionais de cultivo das comunidades (Figura 20). Enfim, as relações agrícolas no quilombo são pautadas na relação de reciprocidade entre o agricultor e a terra, de modo que o sistema agrícola quilombola preza pela segurança alimentar e muitas vezes o espaço se configura como um guardião de um variado material genético.

Figura 20 - Manejo agrícola na Comunidade Pirangi/SE

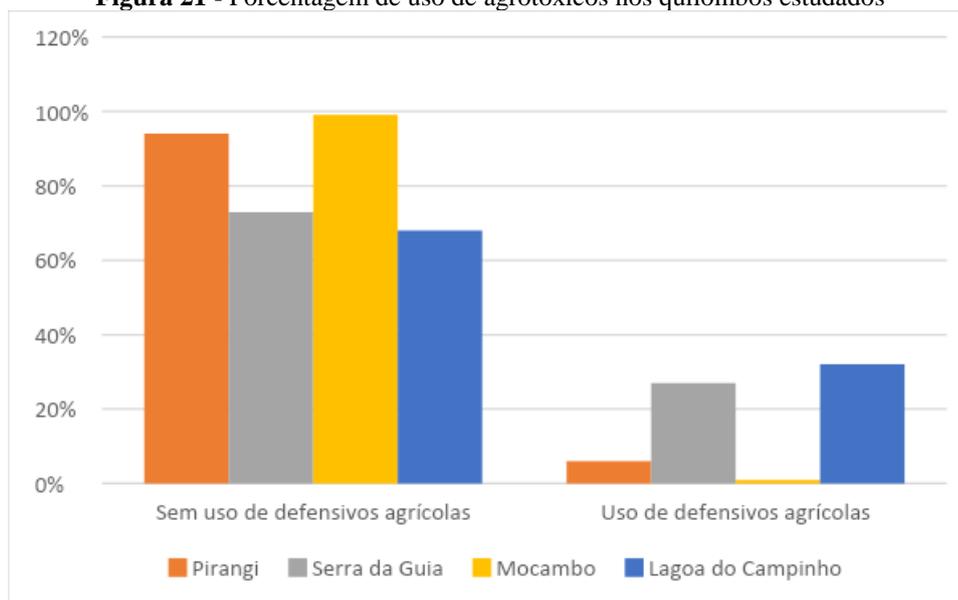


Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Observa-se que as roças de Pirangi são iniciativas permeadas pela agroecologia, pois não se baseiam apenas na cadeia produtiva e renda, mas constituem-se em modelos sustentáveis de manejo no campo. A agricultura familiar é o objetivo prioritário dessas comunidades, que em geral, possuem diversidades de cultivo, sobretudo na modalidade de quintais produtivos.

De acordo com Santos et al. (2013) os quintais produtivos são espaços de grande diversidade de cultivos (hortas, macaxeira, milho, ervas medicinais, etc) e criações (boi, porcos, galinhas, entre outros) de fácil acesso (pequenos lotes e fundos das casas) que as famílias quilombolas utilizam para auxiliar na renda, diminuindo os gastos com a compra de alimentos fora da comunidade. Esses espaços também possuem uma grande importância para a biodiversidade, valorização dos saberes tradicionais e promoção de autonomia nos quilombos.

Percebeu-se que em Serra da Guia, 72,97% (81) dos entrevistados cultivam o solo sem uso de qualquer agrotóxico. Ao passo que em Pirangi, 94% (47 pessoas) afirmaram que nunca utilizaram agrotóxicos para o cultivo e somente 6% (2) disseram que já utilizaram de maneira moderada tais insumos (Figura 21).

Figura 21 - Porcentagem de uso de agrotóxicos nos quilombos estudados

Fonte: PESQUISA, 2021

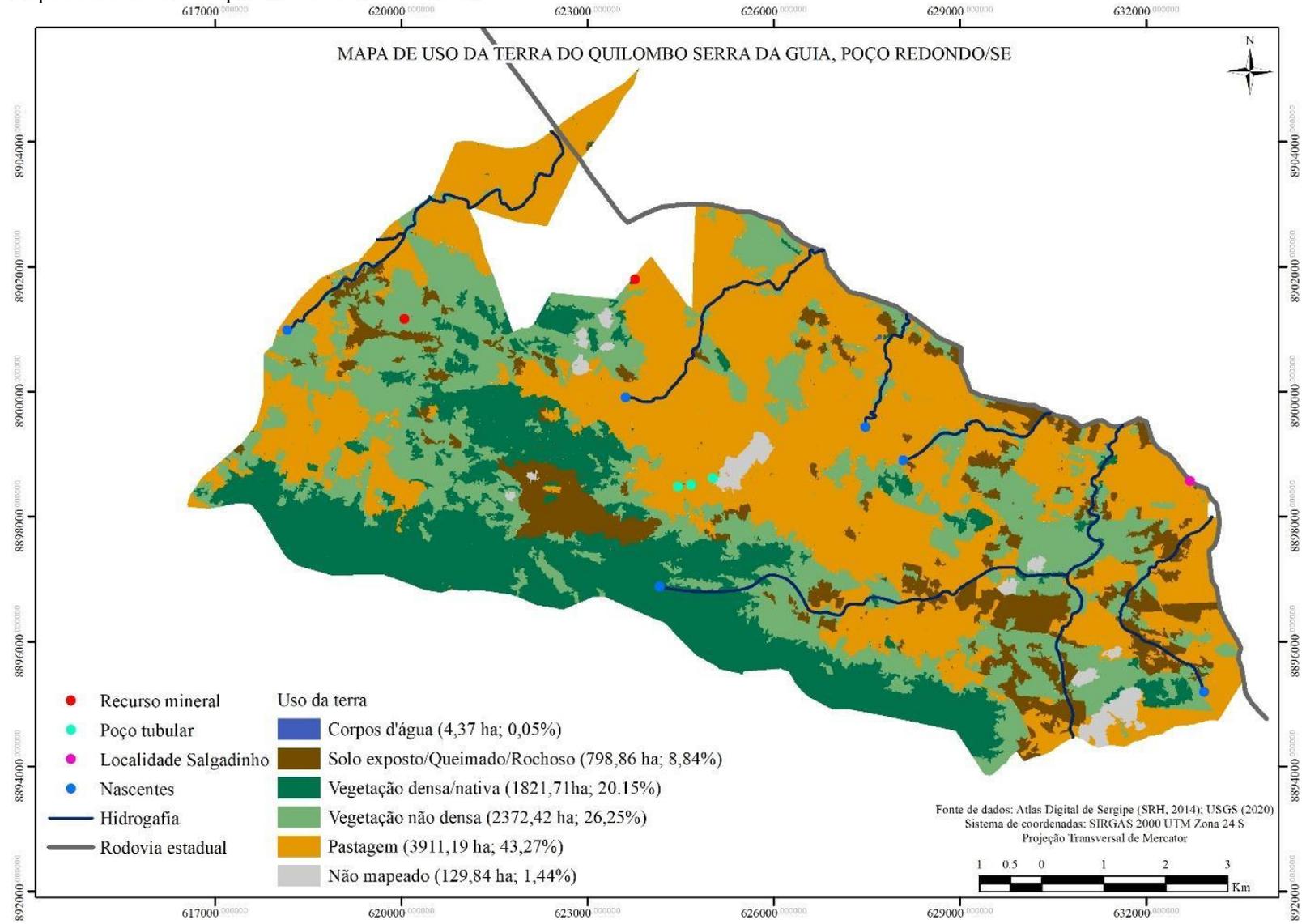
No quilombo Mocambo, 99,09% (109) dos entrevistados não utilizam qualquer tipo de agrotóxico. Em Lagoa dos Campinhos, o uso desse insumo se faz presente em 27,03% (30) dos entrevistados. Portanto, **o IT3 para os quatro quilombos analisados é considerado satisfatório**, sendo pontuado com 1,0 ponto. Pois, a agricultura orgânica, quando não se utilizam produtos químicos, torna as plantas mais resistentes ao ataque de pragas e doenças, possibilita a rotação de culturas, evita a exposição a produtos nocivos à saúde do agricultor e do consumidor, reduzindo os impactos ambientais e preservando a biodiversidade (SOUZA; LIMA, 2020).

d) Paisagem

Os mapas de uso dos quatro quilombos analisados foram elaborados de maneira a valorar cinco classes de uso do solo: Corpos d'água/ Vegetação nativa/densa, vegetação não densa, pastagem, cultivos agrícolas e solo exposto.

No quilombo Serra da Guia observou-se, pelas imagens de satélite, que não foram identificadas áreas significativas destinadas à agricultura (Figura 22).

Figura 22 - Mapa de uso do solo do quilombo de Serra da Guia/SE



Fonte: PESQUISA, 2019.

Assim, de acordo com a relevância para a sustentabilidade ambiental, as classes da paisagem identificadas em Serra da Guia foram: corpos d'água/vegetação densa, vegetação não densa, pastagem e solo exposto (Tabela 10).

Tabela 10 - Cálculo do índice “Qualidade da Paisagem” do quilombo Serra da Guia/SE

COMPONENTE DA PAISAGEM	% DAS ÁREAS DE CADA COMPONENTE	ÍNDICE DE QUALIDADE DA PAISAGEM
Corpos d'água e Vegetação nativa/densa	0,05% + 20,15% = 20,20%	20,20 x 1 = 20,20
Vegetação não densa	26,25%	26,25 x 0,75 = 19,69
Cultivos Agrícolas	0%	0 x 0,5 = 0,0
Pastagem	43,27 %	43,27 x 0,25 = 10,82
Solo exposto	8,84%	8,84 x 0,0 = 0,0
Total	98,56%	50,71/98,56 = 0,514

Fonte: PESQUISA, 2020.

Com relação à paisagem, percebe-se que em Serra da Guia a maior parte do solo (43, 27% ou seja, 3922,19 hectares) é utilizada para a pastagem, uma atividade que, além de provocar danos ao solo (compactação pelo pisoteio de animais) e ao ambiente (emissão de gases poluentes), não tem o potencial de gerar autonomia para as famílias quilombolas.

No quilombo, observou-se a presença de grandes áreas destinadas ao cultivo de palma, que serve para alimentar o gado. Possivelmente, os quilombolas tenham priorizado esse tipo de cultivo por ser um solo pouco fértil e com grande necessidade de manejo agrícola, tanto é que não foram detectadas áreas expressivas de agricultura na região.

Neste sentido, os estudos de Freire e Pacheco (2011) já detectavam que toda a região de Serra Negra e de Poço Redondo é uma área sujeita à desertificação (empobrecimento do solo, em geral relacionado a ações antrópicas) com extenso comprometimento do ecossistema da caatinga pelo desmatamento e ocupação de áreas pela pecuária extensiva e que, por isso, necessita de investimentos urgentes para recuperar as áreas atingidas e promover um desenvolvimento local sustentável para melhoria das trágicas condições de vida do sertanejo. Muito provavelmente por esta característica, tenha sido encontrado um baixo percentual de “Corpos d'água” (0,05%, 4,37ha) no local, sendo eles de fluxos temporários.

Percebeu-se a presença de 20,15% de áreas de vegetação nativa/densa (1821,7 hectares) e 26,25% de vegetação não densa, ocupando uma quantidade expressiva do território (2372,42 hectares). Isto demonstra a preocupação das famílias quilombolas em conservar as matas nativas e biodiversidade, mesmo frente às intempéries climáticas (Figura 23). Vale lembrar que o

quilombo de Serra da Guia está situado na caatinga, único bioma exclusivamente nacional e um dos mais atingidos pelas ações antrópicas.

A ocupação humana nas áreas de preservação permanente demonstra a tentativa de permanência dessas comunidades quilombolas no seu território de existência, evidenciando uma forte relação de pertencimento com o local que habitam, tanto é que persistem em viver num território pouco fértil, mesmo enfrentando severas secas e dificuldades para o cultivo do solo. Enfim, trata-se do modo de efetivação encontrado para a possibilidade de vida a partir da área necessária para a produção mínima e “bem viver” nos quilombos.

Além disso, essas comunidades possuem mecanismos mais sustentáveis de relação com a natureza, conseguindo produzir menos danos, pois há uma relação simbiótica com o lugar. A natureza é mais que um recurso natural, existe uma relação de espiritualidade, uma cosmivisão pela qual os animais e plantas integram o cotidiano dos quilombos, sendo inclusive expressão de seus mitos e ritos que se refletem em práticas de manejo sustentáveis em prol da conservação da biodiversidade (DIEGUES, 2001).

Enfim, o território quilombola está relacionado à ideia de poder, abrigo e proteção, configurando-se como um lugar sagrado de expressão da ancestralidade e identidade do grupo. Nesse sentido, Gonçalves et al., 2018 pontuam

Os povos e comunidades tradicionais que habitam o semiárido brasileiro, realizam o manejo dos recursos naturais de forma racional e equilibrada, gerando renda, mas respeitando e garantido o acesso de todos os indivíduos aos recursos naturais. (...) E para o semiárido fazem o uso de tecnologias sustentáveis, na busca da convivência com a seca, utilizando práticas sustentáveis na agricultura, como o manejo adequado do solo, armazenagem da água das chuvas através de cisternas, entre outras alternativas de convívio harmônico com a natureza. (...) Diferente das sociedades capitalistas que se encontram ancoradas na produção de novas tecnologias, produção de bens e consumo exacerbado, esses povos conseguem conviver com o meio ambiente de forma harmônica e respeitável, extraindo dali apenas os elementos necessários à sua alimentação, medicina tradicional, manifestações religiosas ou quais outras expressões de sua cultura (GONÇALVES et al., 2018, p.83).

De acordo com esses autores as práticas religiosas e culturais desses grupos são essenciais à conservação da natureza, pois a manutenção de seus territórios físicos e simbólicos garante a perpetuação das identidades étnicas desse grupo.

Figura 23 - Fotos aéreas do quilombo Serra da Guia/SE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Apesar da tentativa de conservação das APP remanescentes no quilombo com práticas de manejo do solo menos impactantes, Nogueira (2016) chama a atenção para a necessidade de que as áreas que tiveram suas matas ciliares devastadas passem por um processo de reflorestamento, pois essa vegetação é essencial para evitar o assoreamento do solo situado às margens dos corpos hídricos, bem como para manter a vazão dos rios, preservação da biodiversidade, uma vez que servem de abrigo, alimentação e corredores para a fauna local.

Outra categoria observada no mapa de uso foi a do solo exposto, correspondendo a 8,84% (798,86 ha) da área total do quilombo. Ressalta-se que o solo exposto em Serra da Guia possui maior dificuldade de ser regenerado, sendo decorrente de queimadas, ou é rochoso, de pouca profundidade.

Inclusive entre os dias 24 e 29 de dezembro de 2019 houve um incêndio na comunidade que perdurou por 05 dias (Figura 24) e mesmo a comunidade acionando o corpo de bombeiros houve, segundo relatos do atual presidente da Associação Quilombola da região, morosidade na contenção do fogo:

A equipe do Corpo de Bombeiros foi acionada e nada pode ser feito, pois o caminhão não consegue ter acesso ao local. O fogo diminuía a noite, mas podia voltar a qualquer momento porque, na verdade, não tem nenhuma brigada para conter as chamas. A gente pede a Deus que não continue, já queimou bastante. (...) o fogo diminuiu devido a friagem da noite. Contudo, o temor da volta do incêndio volta no período da manhã, já que com o calor do dia o fogo pode se alastrar e, inclusive, chegar a atingir a comunidade quilombola.

Figura 24 - Focos de incêndio no quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: PORTAL A8SE, 2019.

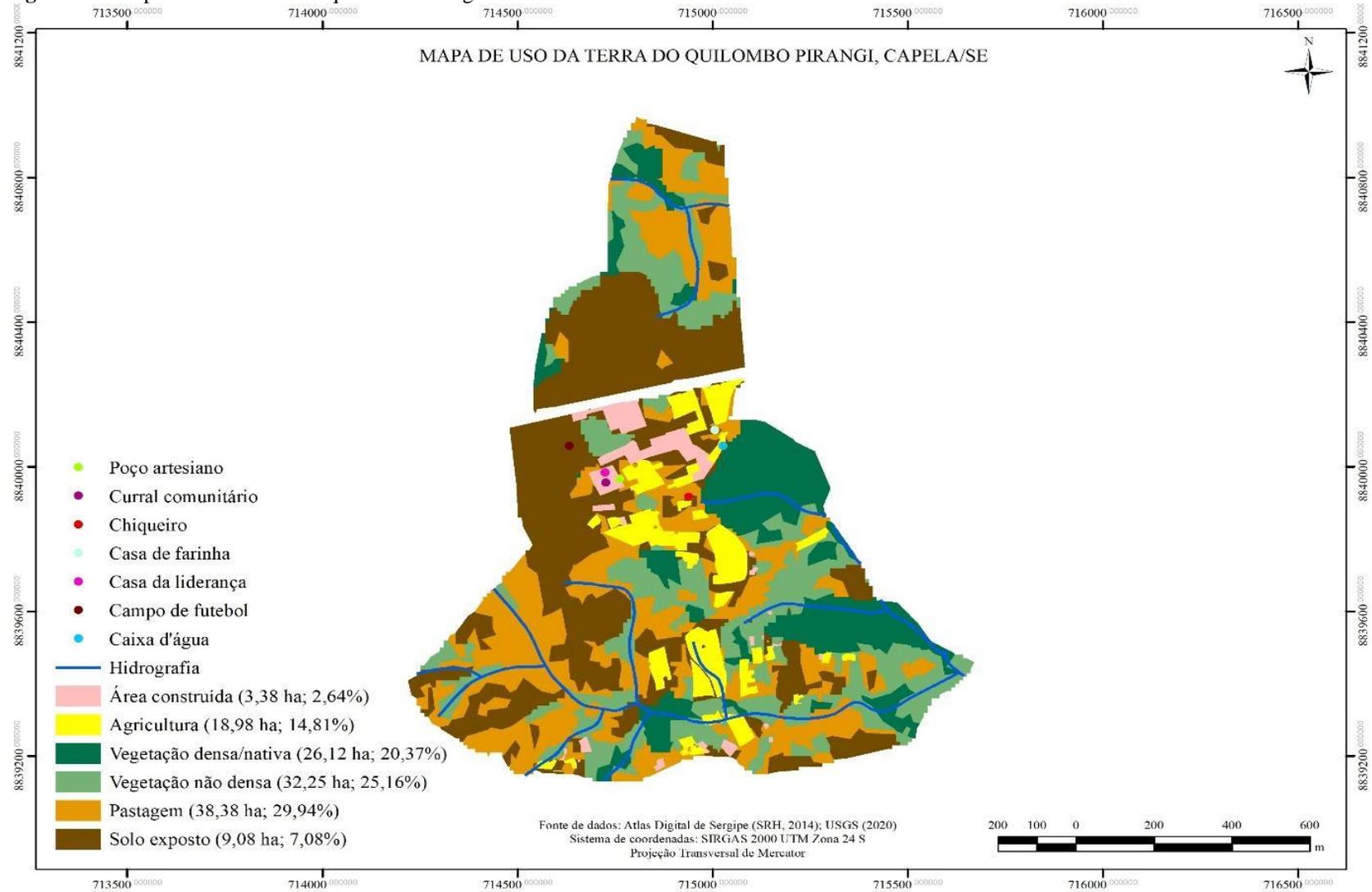
Desta forma, a formação de uma brigada local de combate a incêndio, composta pelos próprios quilombolas, possibilitaria o planejamento e estruturação da área, inclusive com treinamento da população local para que de maneira padronizada, segura e rápida combatessem futuros focos de incêndio, minimizando os impactos negativos das queimadas no quilombo. Pois, como a resposta do poder público é morosa, face à logística e à dificuldade de acesso aos locais, grandes têm sido os danos desses eventos às comunidades tradicionais.

Ressalta-se que, o total no cálculo dos componentes da paisagem não correspondeu a 100% pois 1,44 % do território quilombola de Serra da Guia/SE não se encontrava mapeado, logo no índice de qualidade da paisagem, o valor total foi dividido pela porcentagem total de todas as áreas dos componentes da paisagem (98,56%).

No mapeamento de uso do solo da Fazenda **Pirangi**, observou-se que ela possui solo favorável ao plantio, uma vez que num passado recente (menos de 10 anos) parte dessas áreas era utilizada com agricultura, entretanto no momento da análise somente 14,81% (18,98 hectares) do solo estavam sendo efetivamente utilizados para o cultivo de subsistência (Figura 25).

Percebeu-se ainda trechos preservados de vegetação nativa/densa (20,37 % - 26,12 ha), o que é essencial para a qualidade de vida das famílias quilombolas, pois o ambiente natural ameniza os efeitos erosivos e a lixiviação do solo, favorecendo, destarte, o fluxo hídrico e o microclima.

Figura 25 - Mapa de uso do solo do quilombo Pirangi/SE



Fonte: PESQUISA (2020), com dados de SRH (2014)

A qualidade da Paisagem foi avaliada de acordo com o grau de sustentabilidade e conservação dos seus componentes (Tabela 11). Além disso, a maioria dos 41 hectares que não estão na posse da comunidade (32,03% área total) são destinados à pastagem e/ou solo exposto. Entretanto, ter-se-ia condições de destiná-la à agricultura, caso fosse incorporada à propriedade do quilombo. Percebe-se com isso que a propriedade integral do território é essencial para a sustentabilidade da comunidade, pois o solo inutilizado da área reivindicada poderia gerar renda e, conseqüentemente, autonomia dos quilombolas.

Tabela 11 - Cálculo do índice “Qualidade da Paisagem” do quilombo Pirangi/SE

COMPONENTE DA PAISAGEM	% DAS ÁREAS DE CADA COMPONENTE	ÍNDICE DE QUALIDADE DA PAISAGEM
Vegetação nativa/densa	20,37%	$20,37 \times 1 = 20,37$
Vegetação não densa	25,16 %	$25,16 \times 0,75 = 18,87$
Cultivos Agrícolas	14,81%	$14,81 \times 0,5 = 7,405$
Pastagem	29,94%	$29,94 \times 0,25 = 7,485$
Solo exposto	7,08%	$7,08 \times 0 = 0,00$
Total	97,36%	$54,13/97,36 = \mathbf{0,5559}$

Fonte: PESQUISA, 2021.

Destaca-se que a supressão de vegetação nativa, em áreas de lotes, pode ser concedida, caso a reserva legal esteja conservada e com seu processo de averbação concluído. Vislumbrou-se também áreas de vegetação não densa/ degradada, ocupando uma quantidade expressiva do território (25,16% - 32,25 ha). Essas áreas são caracterizadas por vegetação esparsa, árvores frutíferas e, por vezes parcialmente degradada, mas com importante relevância para os ecossistemas locais (Figura 26).

Figura 26 - Fotos da vegetação não-densa do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Observou-se ainda a presença de grande quantidade de área de pastagem (29,94% do território total – 38,38 ha). A pecuária é considerada, como já se disse anteriormente, uma atividade que gera impacto sobre o solo devido ao pisoteio de animais, formação de gases do efeito estufa, causando sérios danos ambientais. O mapa também mostra que a categoria solo exposto corresponde a 7,08% (9,08 ha) da área total do quilombo. Tem-se também 2,64% (9,08 ha) de área construída (Figura 27).

Figura 27 - Solo exposto do quilombo Pirangi/SE

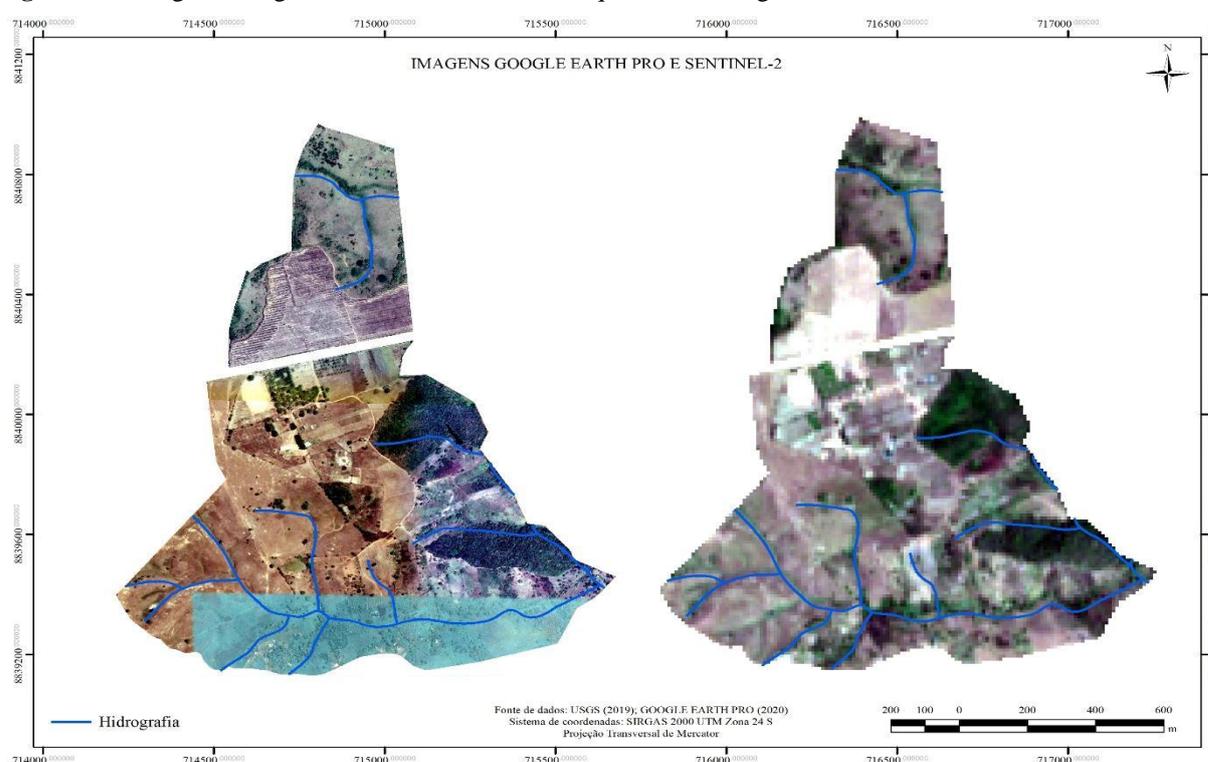


Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em Pirangi, em anos diferentes, conforme as imagens de satélite revelaram, percebeu-se que a atual classe “solo exposto” já foi um local propício para a agricultura. Porém, no momento da captação da imagem de satélite empregada para classificação dos tipos de uso realizada por esta pesquisa, os solos expostos não estavam sendo utilizados para essa finalidade.

Isto demonstra a possibilidade do solo ser revitalizado e juntamente com as outras áreas de agricultura as quais podem ser utilizadas para gerar maior renda e autonomia socioeconômica para o quilombo (Figura 28). Aqui, ressalta-se a importância de práticas de manejo e conservação do solo adequadas, com a assistência efetiva de extensionistas rurais ou técnicos da área agrícola.

Figura 28 - Imagens Google Earth Pro e Sentinel-2 do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Google Earth Pro/2020

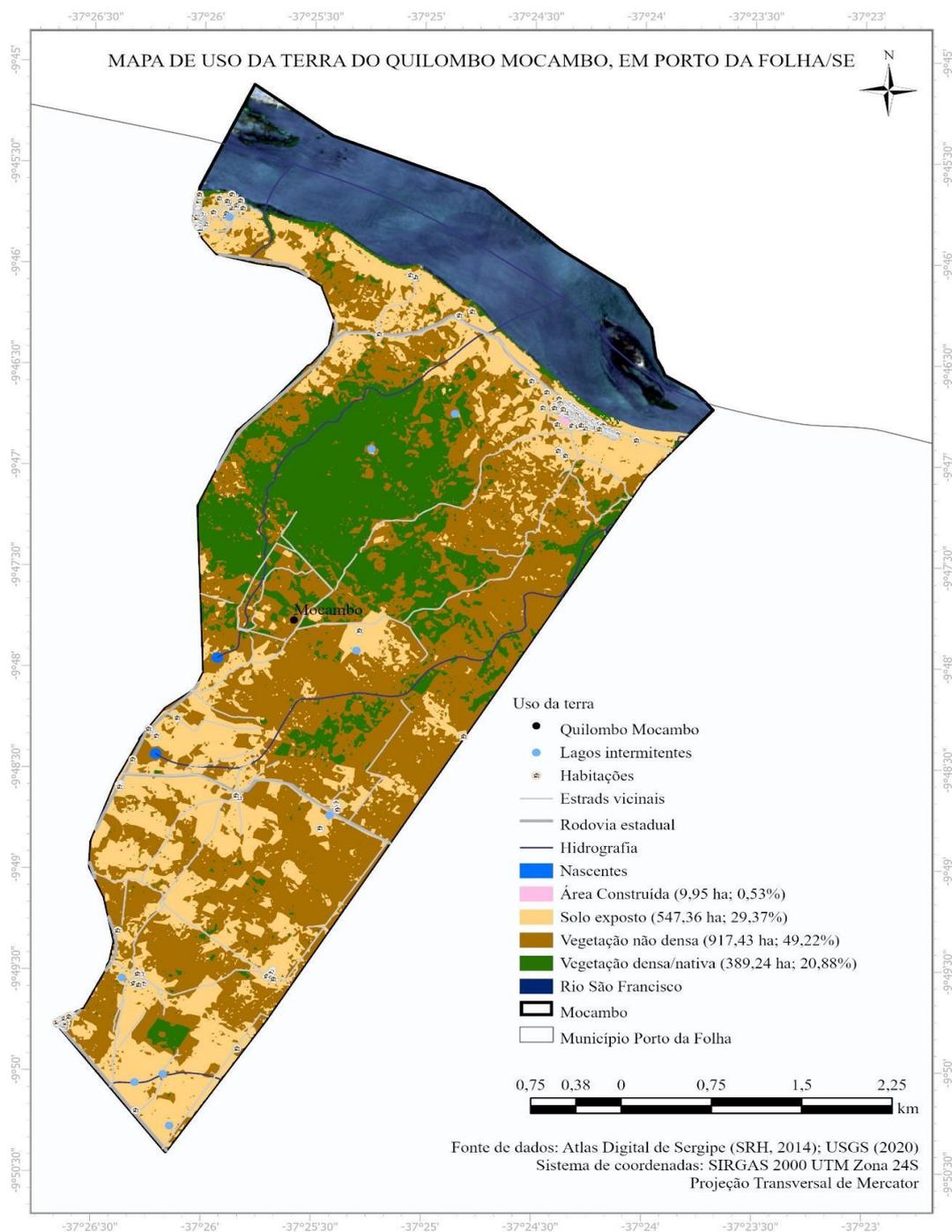
Por fim, conclui-se que a categoria predominante de uso do solo é a agropecuária (29,94% para a pastagem e 14,81% - 18,98ha para a agricultura), totalizando 44,75% da área total do quilombo. A hidrografia de Pirangi, no mapa de uso, está representada apenas por uma linha, não possuindo representatividade numérica.

Ressalta-se, assim, que o total não correspondeu a 100% pois 2,64% do território quilombola de Pirangi/SE correspondem à área construída, logo no índice de qualidade da

paisagem, o valor total foi dividido pelo % total de todas as áreas dos componentes da paisagem (97,36%).

Com relação ao **quilombo Mocambo**, foi possível identificar três modos predominantes de uso e ocupação do solo, vegetação densa, vegetação não densa e solo exposto (Figura 29).

Figura 29 - Mapa de uso do solo do quilombo Mocambo/SE



Fonte: PESQUISA (2020), com dados do SRH (2014)

Percebe-se que a maior parte da paisagem é composta por vegetação não-densa (49,20% ou seja, 917,85 hectares), sobretudo do tipo caatinga, característica do Sertão nordestino, por possuir árvores de pequeno porte, espaçadas, plantas xerófilas que possuem poucas folhas e de raízes profundas adaptáveis aos extensos períodos de seca (Figura 30). A região situa-se no denominado “Polígono das Secas” (área de baixa pluviosidade sendo marcada pelas irregularidades em termos de chuvas e visível desigualdade socioeconômica).

Figura 30 - Vegetação não densa do Quilombo Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A caatinga retrata um cenário de desigualdade no acesso aos recursos naturais. Mesmo o quilombo estando localizado nas margens do rio São Francisco, percebe-se uma sensível modificação da cobertura vegetal e processo de erosão do solo. Entender as peculiaridades desse bioma e solo possibilita um maior uso de variados cultivos, traduzindo-se na geração de emprego e renda para a comunidade local (Figura 31).

Figura 31- Margens do Rio São Francisco, no Quilombo Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Pelas imagens de satélite não foi possível identificar áreas extensas de agricultura e pecuária, observando-se *in loco* a existência de pequenos cultivos nos quintais das residências, a

exemplo da plantação de milho, macaxeira e hortaliças. Estes cultivos são para a subsistência dos moradores e venda do excedente na comunidade, corroborando com o que está descrito no Censo Agropecuário, em que é descrito que 70% dos alimentos do Brasil são produzidos por pequenos agricultores familiares (IBGE, 2017).

Trata-se de pequenos quintais agroecológicos no fundo das residências quilombolas onde, principalmente as mulheres, cultivam uma série de produtos, que impactam diretamente na dieta alimentar (frutas, hortaliças, condimentos, plantas medicinais, além de proteína de origem animal). Esta iniciativa conduz ao melhor aproveitamento da área com uma ampla e variada produção de alimentos garantindo a segurança alimentar de muitas famílias (MIRANDA, RAYOL, 2019). Além disso, após o reconhecimento, a comunidade teve acesso a alguns projetos, parte dos quais desenvolvidos pela associação Antônio Alto que se destinavam ao fomento da criação de bois, cabras, galinhas e plantação de horta.

Os estudos de Castro (2012) afirmaram que os principais cultivos do Sertão são feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar etc. Estas espécies, a exemplo do milho e mandioca, são culturas que exigem solos férteis e razoável disponibilidade hídrica. Apesar do risco de frustração de safra do milho, muitos agricultores ainda optam em produzi-lo tanto para o uso como espigas de alimentação humana quanto para a produção de palha e ração de animais. Ressalta-se, contudo, que, a plantação contínua da mandioca sem adequada adubação pode comprometer a longo prazo a umidade e qualidade do solo, de modo que a assistência técnica agrícola é indispensável nesses quilombos.

Nesse sentido, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) defende que a agroecologia e o consumo de produtos diversificados endogenamente são estratégias para minimizar a fome e desnutrição dessas comunidades e, embora não se tenha uma produção de alimentos em larga escala, há uma menor degradação dos ecossistemas, garantindo a capacidade futura de manter os níveis de produção atuais (CAISAN, 2012).

A segunda categoria de uso mais observada foi o solo exposto, ocupando 29,37% (547ha) da área total do quilombo. As maiores áreas desse tipo de solo localizam-se no terraço fluvial onde as atividades agropecuárias são mais intensificadas. Esse solo é predominantemente rochoso e para ser utilizado para o plantio, necessário se faz prepará-lo com adubação e irrigação (Figura 32). É importante lembrar que Mocambo, assim como Serra da Guia, está situado no Semiárido Sergipano, em uma área de solos secos, salinos e rasos.

Figura 32 - Solo exposto do quilombo Mocambo



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Observa-se ainda a presença de 20,88% (389,24 ha) de vegetação densa, predominantemente do tipo arbórea e concentrada às margens do rio São Francisco (Figura 33). Este índice significativo de área verde, mesmo frente às intempéries climáticas, demonstra a preocupação com a sustentabilidade do solo e com o uso racional dos recursos naturais.

Figura 33 - Vegetação densa do quilombo Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A área construída compõe um percentual de 0,53% (9,95 ha) do território quilombola. As habitações foram construídas com auxílio do Governo Federal e da Petrobrás, atendendo a reivindicações e lutas da comunidade, em um total de 97 casas populares, sendo 80 em Mocambo e 17 em Ranchinho (povoado do quilombo). Além disso, construíram cisternas e realizaram a reforma do clube e da associação (SANTOS, 2014). As instituições existentes nesse quilombo são: uma associação, um clube social, uma fábrica de queijo, uma mercearia, uma pousada, uma igreja e uma escola com dois prédios em locais diferentes.

Acrescenta-se que o total não correspondeu a 100% pois 0,53% do território quilombola de Mocambo/SE corresponde à área construída. Logo, no índice de qualidade da paisagem, o valor total foi dividido por 94,47% (Tabela 12).

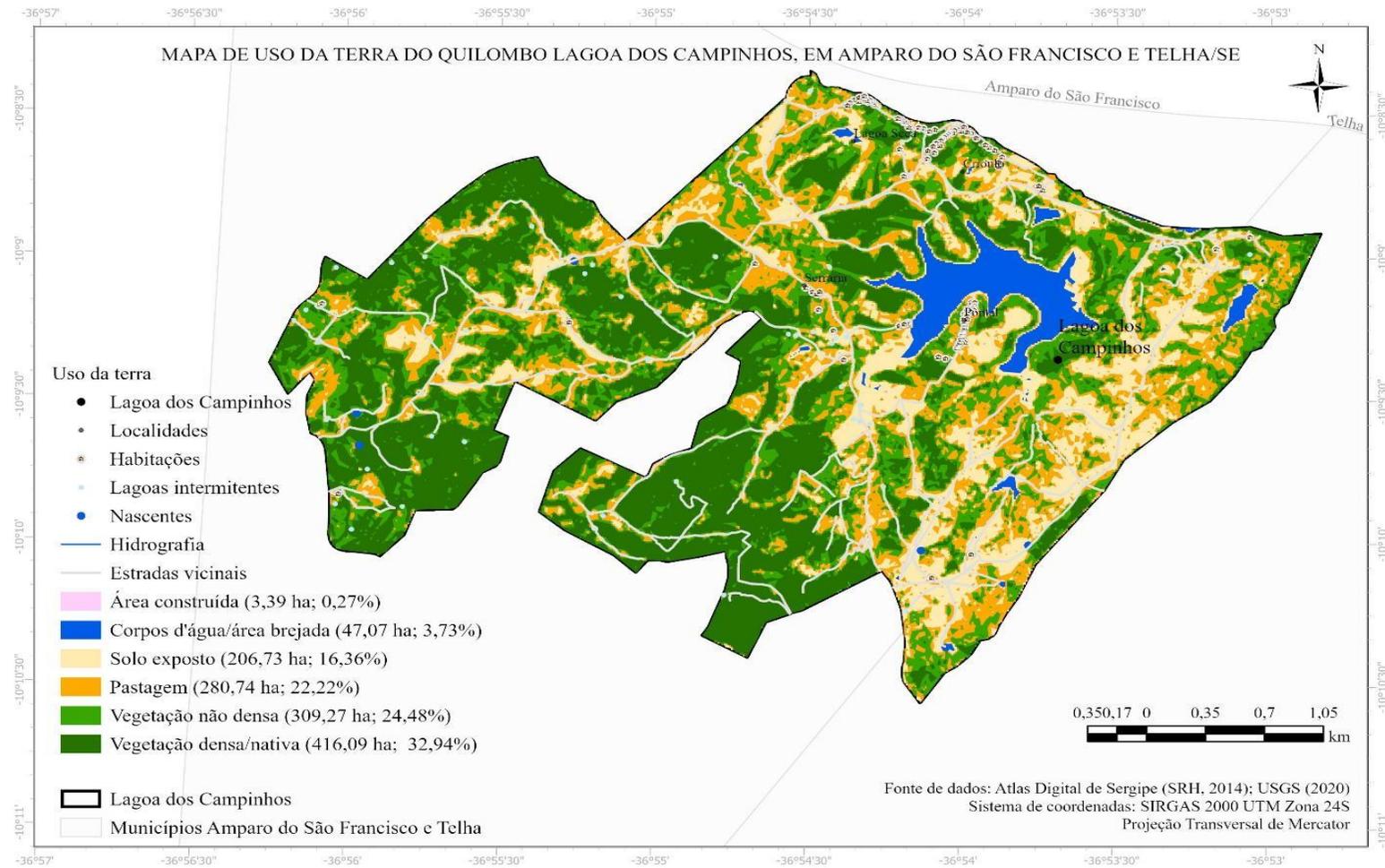
Tabela 12 - Cálculo do índice “Qualidade da Paisagem” do quilombo Mocambo/SE

COMPONENTE DA PAISAGEM	% DAS ÁREAS DE CADA COMPONENTE	ÍNDICE DE QUALIDADE DA PAISAGEM
Vegetação nativa/ densa	20,88% = 20,88%	20,88 x 1,0 = 20,88
Vegetação não densa	49,22%	49,22 x 0,75 = 36,915
Cultivos Agrícolas	0%	0 x 0,5 = 0,0
Pastagem	0 %	0 x 0,25 = 0,0
Solo exposto	29,37%	8,84 x 0,0 = 0,0
Total	99,47%	57,795/99,47 = 0,581

Fonte: PESQUISA, 2020.

Por fim, no quilombo **Lagoa dos Campinhos**, observa-se cinco tipos de categorias de uso do solo: corpos hídricos, vegetação nativa/densa, vegetação não densa, pastagem e solo exposto (Figura 34).

Figura 34 - Mapa de uso do solo de Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: PESQUISA (2020), com uso da base de dados da SRH (2014)

O quilombo Lagoa dos Campinhos é pouco urbanizado, com 0,27% de área construída o que equivale a 3,39 hectares. Pode-se perceber que ele é prioritariamente ocupado por vegetação nativa/ densa (416,09ha), o que corresponde a 32,94% do quilombo. Somadas as áreas úmidas (corpos hídricos), elas ocupam 36,67% do território, ou seja, 463,14 hectares de terra.

Estas vegetações ocupam áreas mais distantes da lagoa principal do quilombo, pois ao lado desta alojaram-se os principais núcleos habitacionais (0,27% de área construída) e vislumbra-se mais fragmentos florestais ou vegetação não densa (Figura 35). Logo, a segunda maior parte da paisagem é composta por vegetação não-densa (24,48% ou seja, 309,27 hectares).

Figura 35 - Vegetação não densa e densa do Quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ressalta-se que o processo de urbanização ocorreu prioritariamente na região dos cursos hídricos, em função da infraestrutura implantada, abertura de rua, pavimentação, sistemas de drenagem. Além de que, a comunidade utiliza a água dos rios e lagoas para consumo familiar, pesca e dessedentação dos animais, além de irrigar o solo para o cultivo, desencadeando processos erosivos.

Os impactos desta atividade no solo foram causados majoritariamente pela agropecuária, pois pôde-se evidenciar uma elevada área de pastagem (22,22%, ou 280,74 ha) e solo exposto (16,36%, ou 206,73 ha), conforme demonstrado na Figura 36.

Figura 36 - Erosão do solo no quilombo de Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Portanto, mesmo a comunidade fazendo uso sustentável do solo, os impactos da atividade humana e da agropecuária empobrecem o solo, fazendo com que existam poucas áreas produtivas no quilombo e a população ainda não seja autossustentável, dependendo de políticas afirmativas do Estado para gerar renda na comunidade e qualidade de vida para as famílias que ali residem.

Concluiu-se que o IT3 é **regular**, sendo classificada como de transição para a sustentabilidade do quilombo (0,5 pontos), uma vez que a forma de uso e ocupação conserva os ecossistemas locais e assegura uma qualidade de vida razoável aos quilombolas na perspectiva ambiental.

e) Porcentagem de Reserva Legal

O quilombo de Serra da Guia, mesmo tendo presenciado a expansão da atividade pecuária em sua área, respeita o limite legal de vegetação nativa conservada, possuindo 20,15% (1821,7 hectares) de seu território ocupado por vegetação densa (Figura 37).

Figura 37 - Vegetação nativa do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

De igual modo, em Pirangi a área de vegetação nativa/densa é de 26,12 hectares, o que corresponde a 20,37% da área total do quilombo, logo, mesmo parte da vegetação densa tendo sido devastada (pela alta quantidade de pastagem, 29,94%) ela respeita o limite legal, demonstrando que grande parte das matas nativas está conservada (Figura 38).

Figura 38 - Vegetação nativa do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Mocambo, embora situe-se no alto sertão sergipano, numa área considerada como “Polígono das Secas”, possui percentual de reserva legal respeitado pela população local, de maneira que a vegetação nativa corresponde a 20,88% (389,24 hectares) do território quilombola (Figura 39).

Figura 39 - Vegetação densa do quilombo de Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Lagoa dos Campinhos também respeita o limite legal de vegetação nativa, possuindo 32,94% de seu território ocupado por essa categoria de uso do solo, o que corresponde a 416,09 hectares de terra, o maior percentual dentre os quatro quilombos estudados (Figura 40). Isto se

dá porque os solos da região necessitam de poucas ações de manejo, e o clima é mais favorável ao plantio. Assim, não é necessária a busca constante de novos locais para a produção agrícola.

Figura 40 - Vegetação nativa do Quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ressalta-se ainda, que a vegetação nativa é um componente essencial à sustentabilidade dos quilombos, pois a baixa quantidade de cobertura vegetal prejudica a regularização dos fluxos hídricos, favorece a lixiviação e erosão do solo, prejudicando a fauna, flora, além de tornar o clima menos ameno (RIBEIRO, CARVALHO, 2013). Assim, os **IT5 para os quatro quilombos analisados foram considerados satisfatórios (1,0)**, pois a vegetação nativa e áreas úmidas atingem porcentagem acima das determinações da legislação vigente.

f) Percentual de Áreas de Preservação Permanente (% APP)

A conservação das APP é de fundamental relevância para a gestão de bacias hidrográficas, pois contribui para a estabilidade dos ciclos hidrológicos e biogeoquímicos visando a dar condições de sustentabilidade à agricultura, conforme está previsto no Art. 4º do Código Florestal. Deste modo, intervenções nas APP para abertura de novas áreas agrícolas comprometerão, no futuro, a reposição de água nos aquíferos, a qualidade da água superficial e subterrânea, perda de solo, ameaças à saúde humana e degradação dos mananciais, além de comprometer a produção de alimentos, regulações dos ciclos naturais e, por conseguinte, a manutenção do equilíbrio ecológico (TUNDISI; TUNDISI, 2010; SILVA et al., 2011).

Desta forma, foram elaborados mapas de APP a partir dos mapas de hidrografia e declividade, este último com base nas curvas de nível, por entender que as áreas são essenciais

para a preservação da qualidade da paisagem. Acrescenta-se ainda, que a declividade permite analisar as inclinações superficiais do solo na paisagem, bem como a susceptibilidade do solo à erosão e o grau de impedimento à mecanização, o que indiretamente impacta na fertilidade. Nesse sentido, pode-se definir cinco classes de declividade:

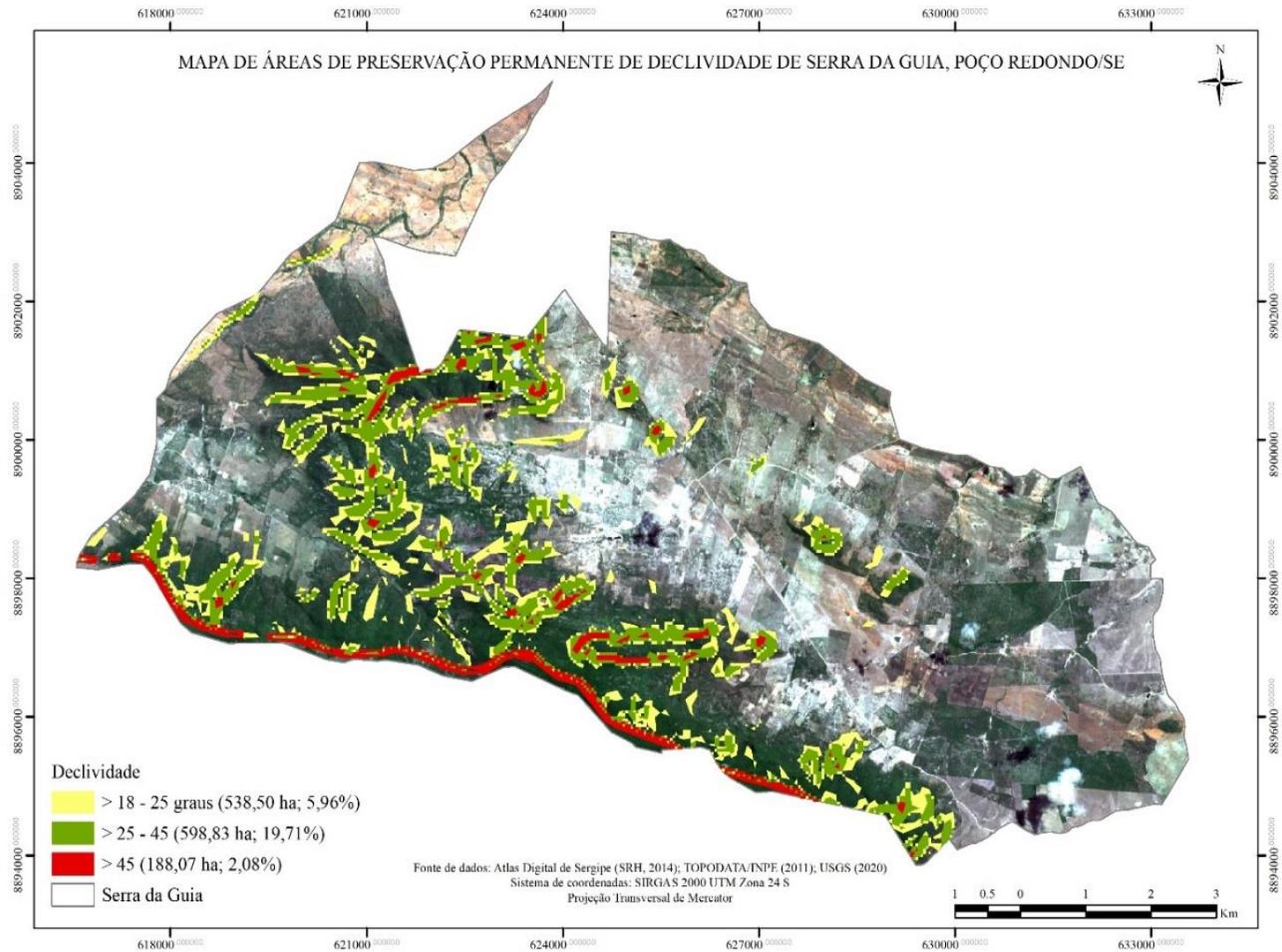
$<5\%$ são considerados relevos planos, podendo serem utilizados para planejamento urbano-industrial; 5-12% ideais para a mecanização da agricultura em seu limite máximo; 12-30%, onde a lei 6766/79 define limite para urbanização irrestrita; 30-47%, onde segundo o código florestal, que permite um limite máximo de corte raso 25° (47%); e 47% não permitem corte raso da vegetação de áreas de inclinação entre 25° e 45° - 100% (BARRETOS et al., 2015 apud BIASI, 1996).

De acordo com o mapa de declividade do **quilombo Serra da Guia**, a área possui trechos pontuais com declividade de 100% (45°), a exemplo do complexo da Serra Negra, ou seja, próximo à encosta e de difícil acesso onde a atividade agropecuária é impraticável, sobretudo a mecanizada.

Registra-se, porém, que em Serra da Guia a maior parte das áreas de preservação permanente está situada em pontos com declividade intermediária (25° a 45°), que são áreas próximas de morros e que o Código Florestal adverte acerca da impossibilidade de corte raso de florestas, a fim de assegurar o controle do assoreamento superficial.

Sendo assim, percebe-se que a vegetação nativa é primordial para controlar o escoamento de partículas, minimizando a degradação e erosão do solo (Figura 41). Além disso, as matas ciliares servem como barreiras naturais para evitar depósito de partículas nas calhas fluviais, mantendo o fluxo natural dos rios.

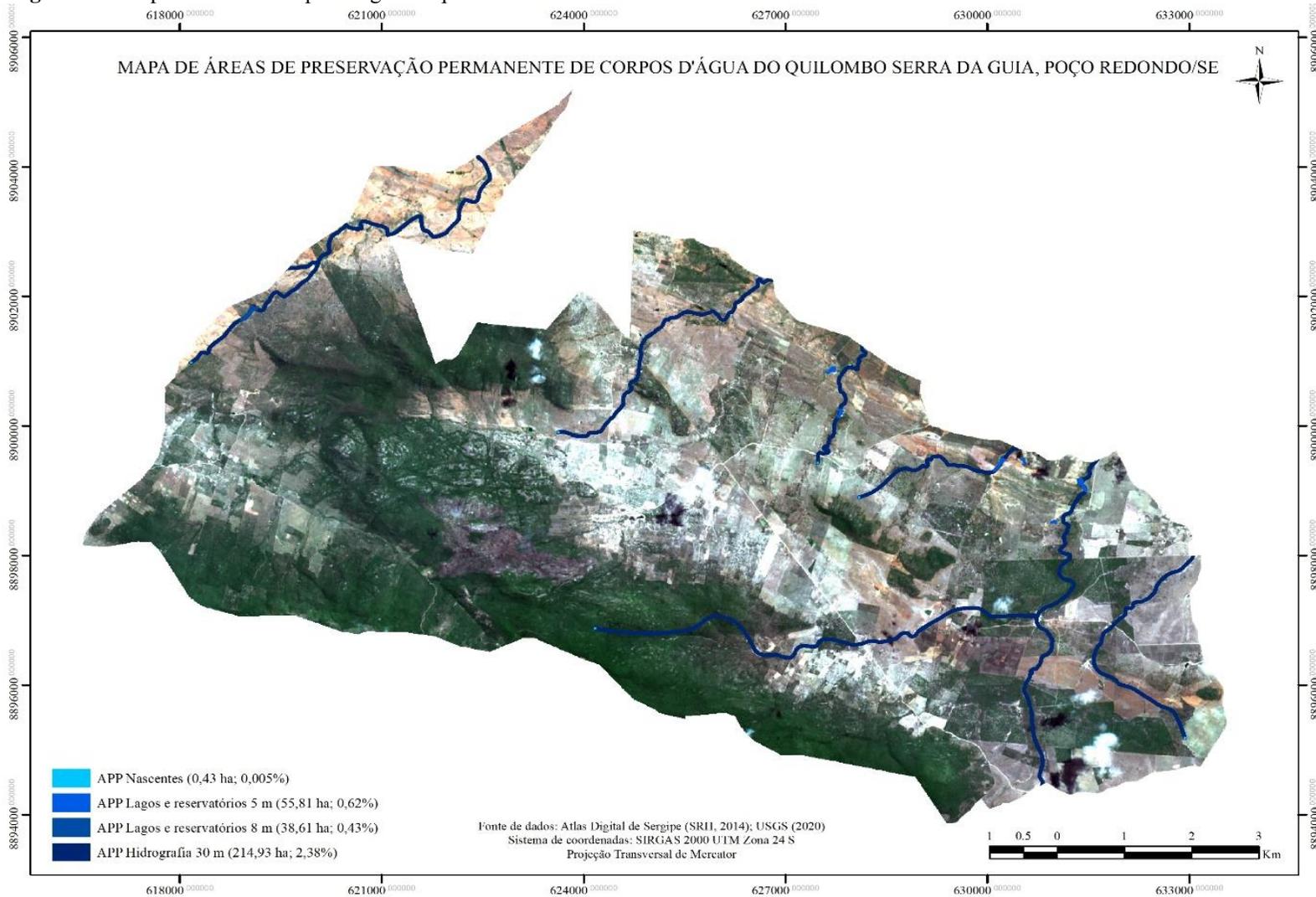
Figura 41 - Mapa de Declividade da APP do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

A área total preservação permanente dos cursos d'água de Serra da Guia ocupa 3,435% do território do quilombo. Percebe-se ainda, que do total de APP que deveria circundar as nascentes dos rios, apenas 0,05% (0,43 hectares) é preservada (Figura 42). Essas áreas são essenciais para a manutenção da qualidade e quantidade de água das nascentes, influenciando diretamente no armazenamento da água subterrânea e no regime dos cursos d'água (PINTO et al., 2004).

Figura 42 - Mapa de APP de corpos d'água do quilombo Serra da Guia/SE



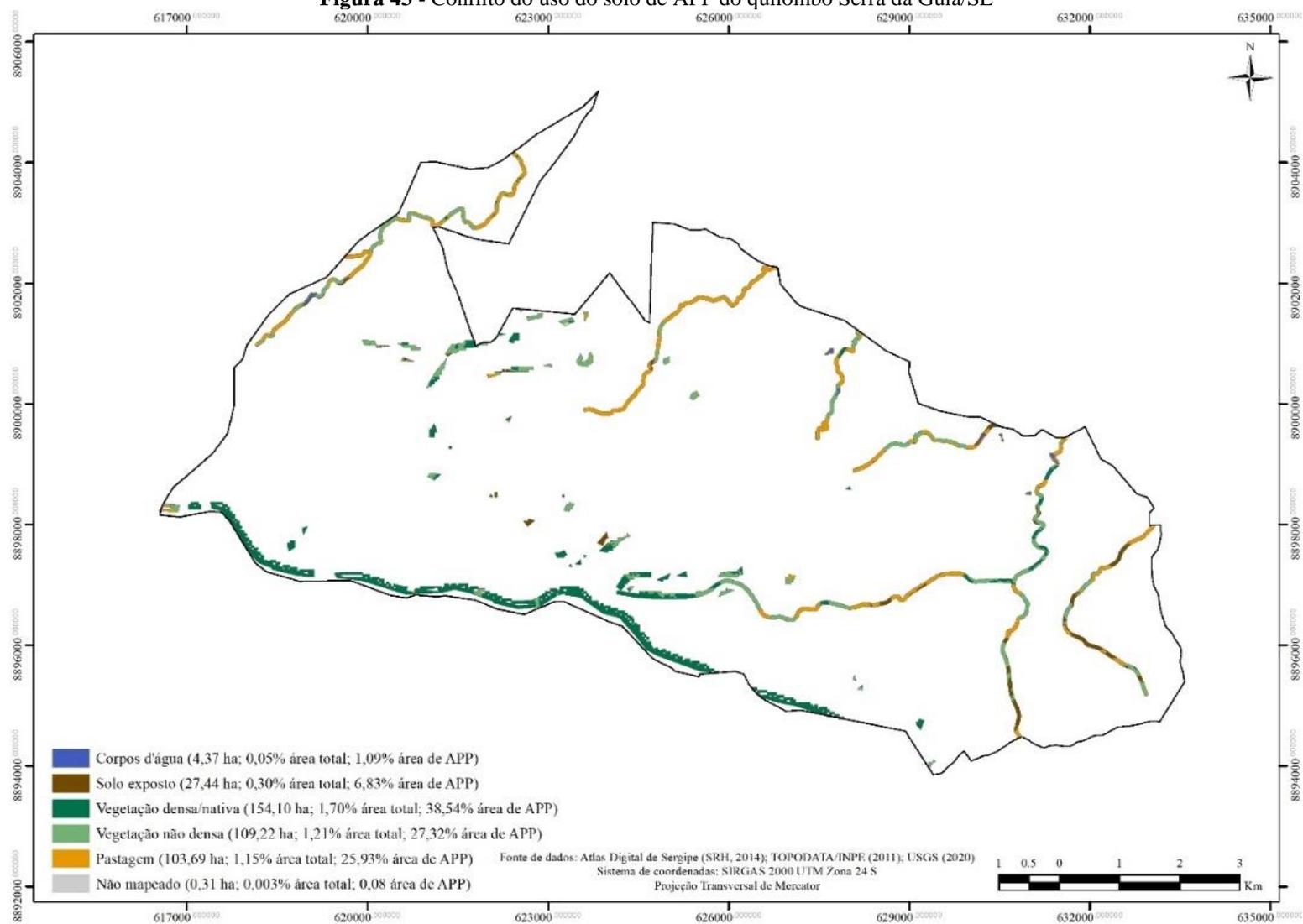
Fonte: PESQUISA (2019) com dados da SRH (2014)

As APP ao longo dos cursos d'água asseguram, portanto, a estabilização das margens dos rios, sendo relevantes no controle da qualidade da água por reduzirem a ocorrência de escoamento superficial, que pode causar erosão e arraste de nutrientes, produtos químicos e sedimentos para os cursos d'água (EUGENIO et al., 2011).

Com relação à APP de lagos e reservatórios de 5 metros, percebeu-se que ela ocupa 0,62% (55,81 ha) do território que deveria ser preenchido por essas vegetações; das APP que revestem os lagos e reservatórios de 8 metros, tem-se 0,43% (38,6 ha). Por fim, a APP relacionada à hidrografia de 30 metros, esta ocupa apenas 2,38% dos espaços que deveriam ser encontradas.

Ao confrontarmos o mapa de uso do solo com as Áreas de Preservação Permanente, pôde-se analisar o conflito de uso da terra dentro das APP no quilombo Serra da Guia (Figura 43).

Figura 43 - Conflito do uso do solo de APP do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

Observa-se que as áreas de preservação correspondentes aos cursos d'água possuem somente 38,54 % (154,10 ha) de suas áreas cobertas por vegetação nativa (classes de floresta e várzea) e 27,32% de suas áreas preenchidas por vegetação não densa (109,22 ha). Assim, surge a necessidade de se alertar para a relevância de manter as áreas de vegetação ciliar preservadas e intactas, a fim de não provocar maior risco de assoreamento dos rios e nascentes.

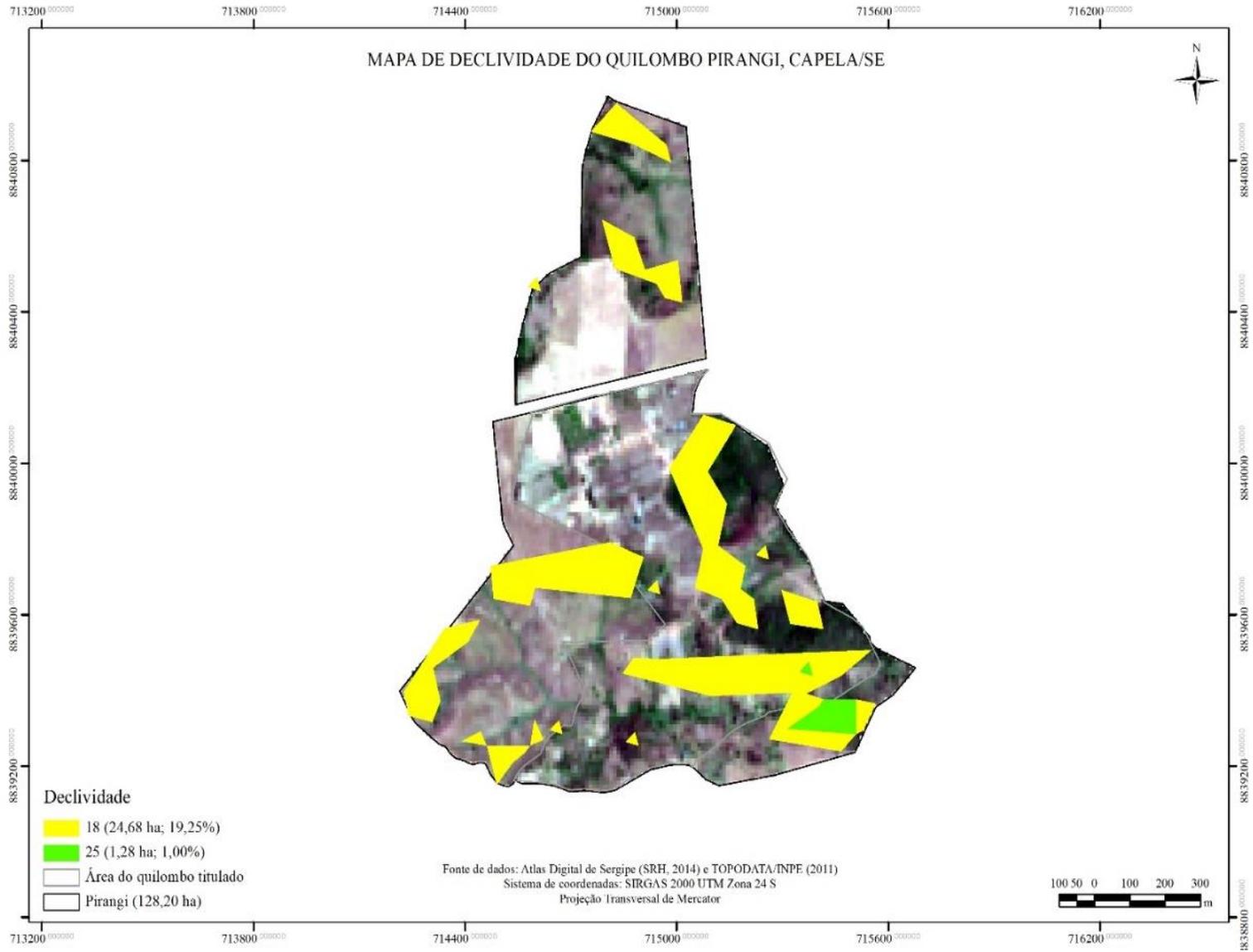
Assim, percebe-se a necessidade de implementação de iniciativas voltadas para a restauração das matas ciliares, discutindo-se e planejando a melhor maneira de recuperar as áreas já degradadas e considerando as propostas de recuperação de maneira sustentável em termos ecológicos e sociais.

As áreas de pastagem ocupam 25,93% das áreas que deveriam ser de APP dos cursos d'água e 1,15% da área total. Essas, somadas às APP ocupadas por solo exposto (6,83% da área de APP, o que corresponde a 27,44 ha) totalizam 32,76 % dos locais irregularmente destinados para a pecuária, considerando também as zonas altamente susceptíveis a danos ambientais. Enfim, os dados são alarmantes, visto que o descompasso no modo de uso do solo acelera o processo de degradação/erosão e ferem frontalmente as determinações legais para preservação dos espaços, uma vez que os prejuízos oriundos da ação antrópica contribuem ainda mais para a perda/indisponibilidade das reservas hídricas e para o aumento contínuo de áreas susceptíveis à desertificação na região.

Nesse sentido, Silva et al. (2010) afirmam que a preservação das APP pode ser considerada um indicador de sustentabilidade na sub-bacia, devido à função ambiental que essas áreas desempenham no quilombo.

Em **Pirangi**, a maior parte das áreas de APP (24.68 hectares) possui declividade de 18° (19,25%) e somente 1% (1,28 hectares) do quilombo apresenta declividade de 25°, mas nunca superior a essa, o que poderia ser considerada como intermediária. Ressalta-se que não há trechos no quilombo em que a declividade atinja 100% (45°), demonstrando a ausência de pontos altos, áreas suscetíveis de assoreamento e regiões inacessíveis para a prática agropecuária. Devido ao fato da Secretaria de Recursos Hídricos de Sergipe (SRH) não dispor das bases nascentes para Pirangi, foram mapeadas apenas as APP para cursos d'água e de declividade (Figura 44).

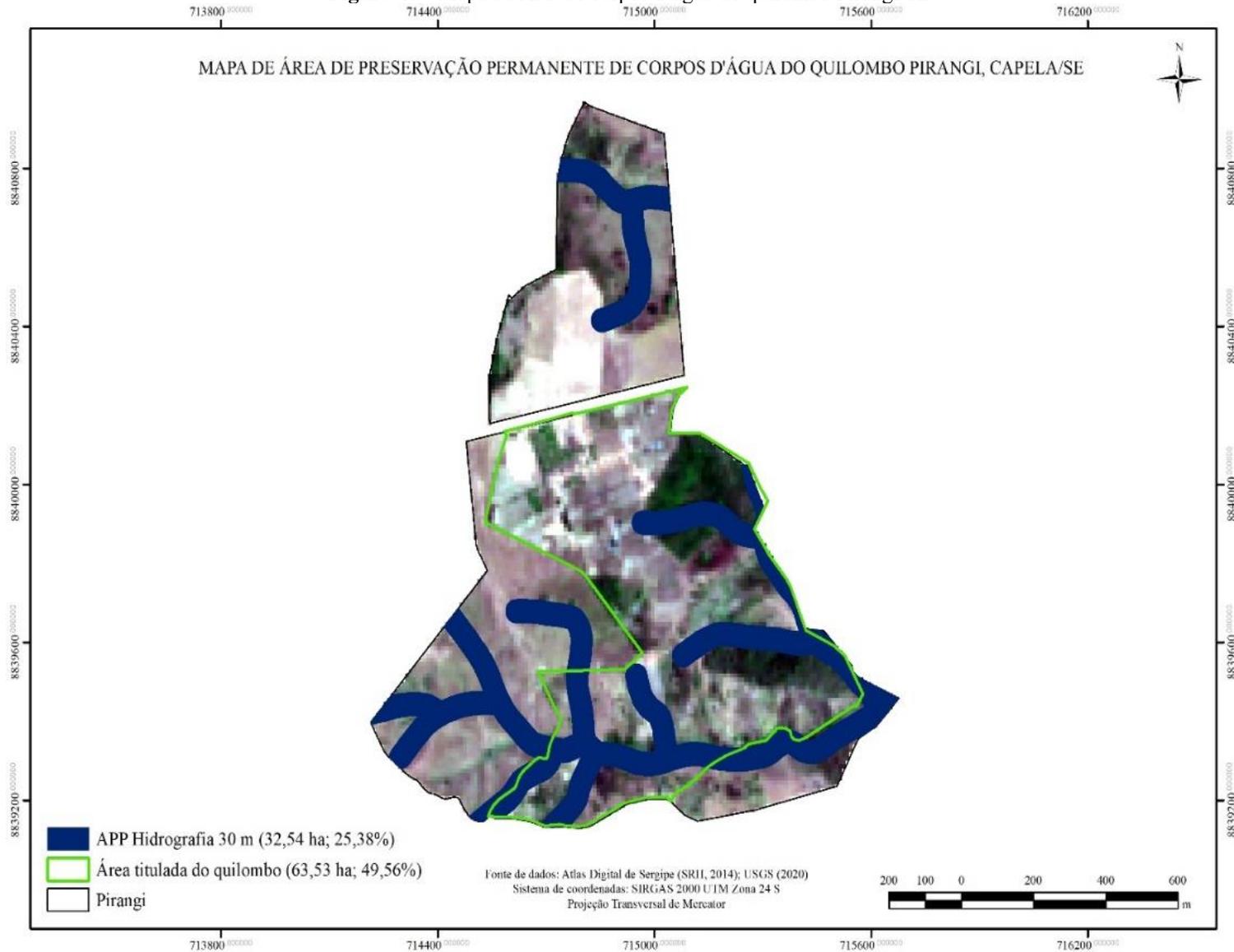
Figura 44 - Mapa de Declividade do quilombo Pirangi/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

O total de APP de cursos d'água de 30 metros é de 32,54 hectares, o que significa que se tem 25,38% das áreas legalmente protegidas (Figura 45).

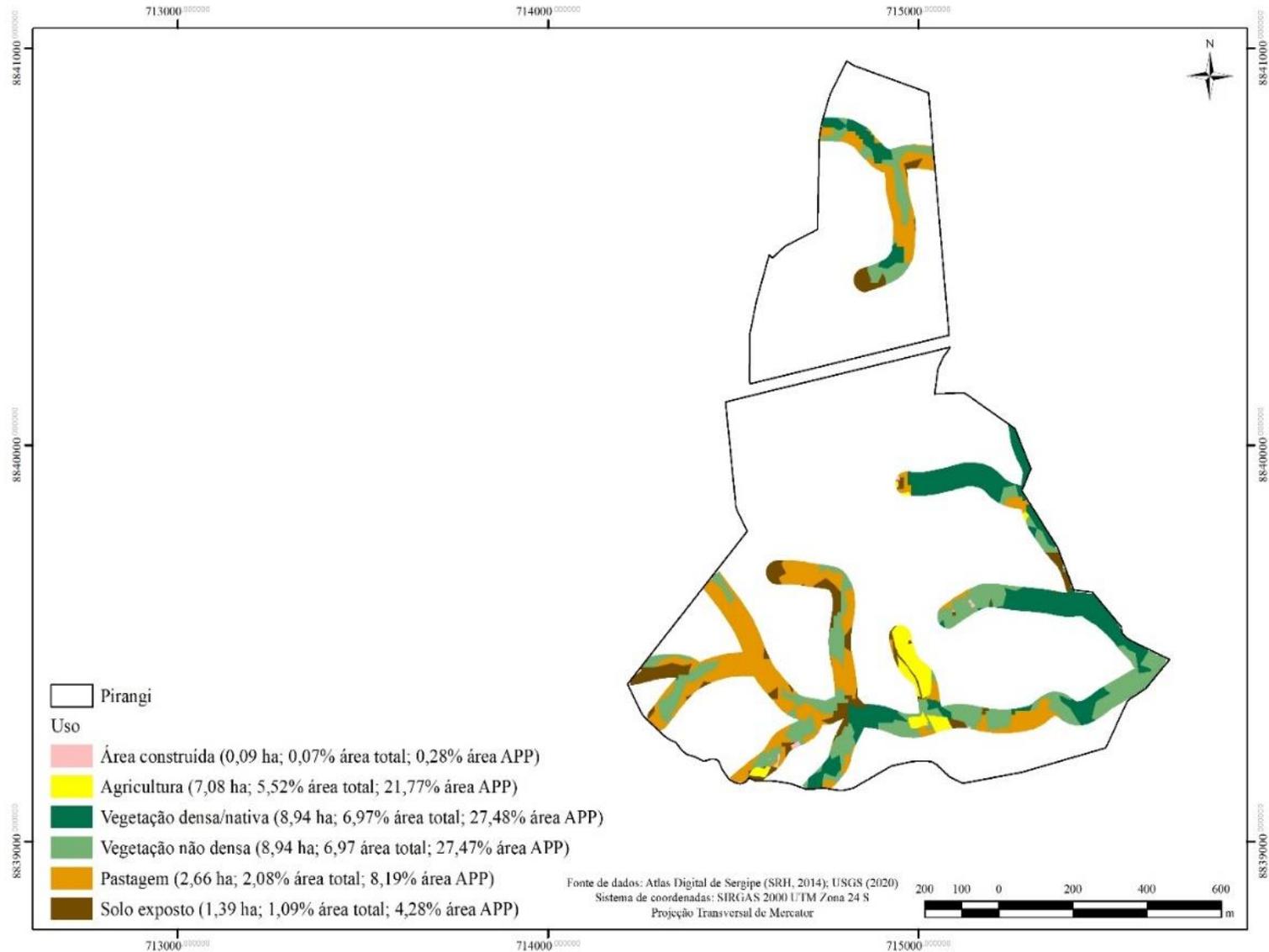
Figura 45 - Mapa de APP de corpos d'água do quilombo Pirangi/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

Ao analisar o conflito de uso do solo nas áreas destinadas à preservação, observou-se presença de atividade antrópica nas áreas legalmente protegidas pela legislação ambiental (Figura 46). De maneira que as áreas de preservação correspondentes aos cursos d'água possuem apenas 27,48% (8,94 ha) das suas áreas cobertas por vegetação nativa (classes de floresta e várzea) e 27,47% (8,94 ha) de vegetação não densa.

Figura 46 - Conflito do uso do solo com as APP do quilombo Pirangi/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

A agricultura exerce forte impacto nessas áreas, uma vez que 21,77% (7,08 ha) das APP, estão sendo utilizadas para a agricultura, muito provavelmente pela dificuldade de se conseguir terras para o plantio, posto que aproximadamente 41 hectares da área do quilombo, ainda não foram desapropriadas e, portanto, não estão em posse das famílias quilombolas.

As áreas de pastagem ocupam 8,19% das APP de cursos d'água de 30 metros (2,66 ha), 4,28% dessas áreas são preenchidas por solo exposto e 0,28% delas são ocupadas por áreas urbanas. O fato é bastante danoso na perspectiva ambiental, uma vez que as atividades desempenham impactos significativos sobre a qualidade do solo (Figura 47).

Com relação a **Mocambo**, a maior parte do território possui declividade baixa (92,68% ou 1727,56 hectares), ou seja, plana (inferior a 8%) ou levemente ondulada (inferior a 18%). Observa-se que a maior parte dos cultivos ocupa encostas com declividade inferior a 20° e as áreas naturalmente planas foram usadas para urbanização e para os cultivos de arroz, no passado.

Ressalva-se que as declividades maiores de 25° (2,46% ou seja 45,76 hectares), inviabilizam a agricultura mecanizada e o acesso à plantação, por serem terrenos íngremes, sendo, portanto, predominantemente ocupados com matas e áreas de reflorestamento, uma vez que os cultivos nesses locais apresentam risco face aos processos erosivos acelerados (Figura 47).

Figura 47 - Mapa de declividade do Quilombo Mocambo/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

Observa-se que em Mocambo, nas áreas que margeiam o Rio São Francisco e que antes existiam plantações de arroz, hoje estão fortemente assoreadas e ocupadas por solo exposto, conforme visualiza-se na Figura 48.

Figura 48 - Margem do Rio São Francisco no quilombo Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Essa problemática foi recentemente apontada pela Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) coordenada pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco que pontuaram: “Por causa do assoreamento, o Rio São Francisco está avançando e há iminente risco de as águas do rio chegarem até as casas do quilombo de Mocambo/SE. A comunidade está se sentindo como se estivesse prestes a ser engolida pelo rio, que está há cerca de 100 metros das casas” (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE, 2019).

Observa-se que com a construção da usina hidrelétrica de Xingó houve redução na vazão do nível de água no canal Rio São Francisco e da redução do aporte da carga sedimentar desse rio, tornando as margens mais antropizadas e vulneráveis à erosão. Este fato foi agravado pela quase extinção da mata ciliar, o que levou ao agravamento da erosão marginal, assoreamento da calha principal, perda de áreas produtivas e diminuição do pescado.

Ressalta-se ainda, que as correntes das marés adentraram nos canais fluviais, promovendo a salinização do rio e das lagoas da região, comprometendo toda a atividade produtiva e a rizicultura da área, tanto é que no passado essa atividade era predominante no quilombo e hoje ela não mais existe.

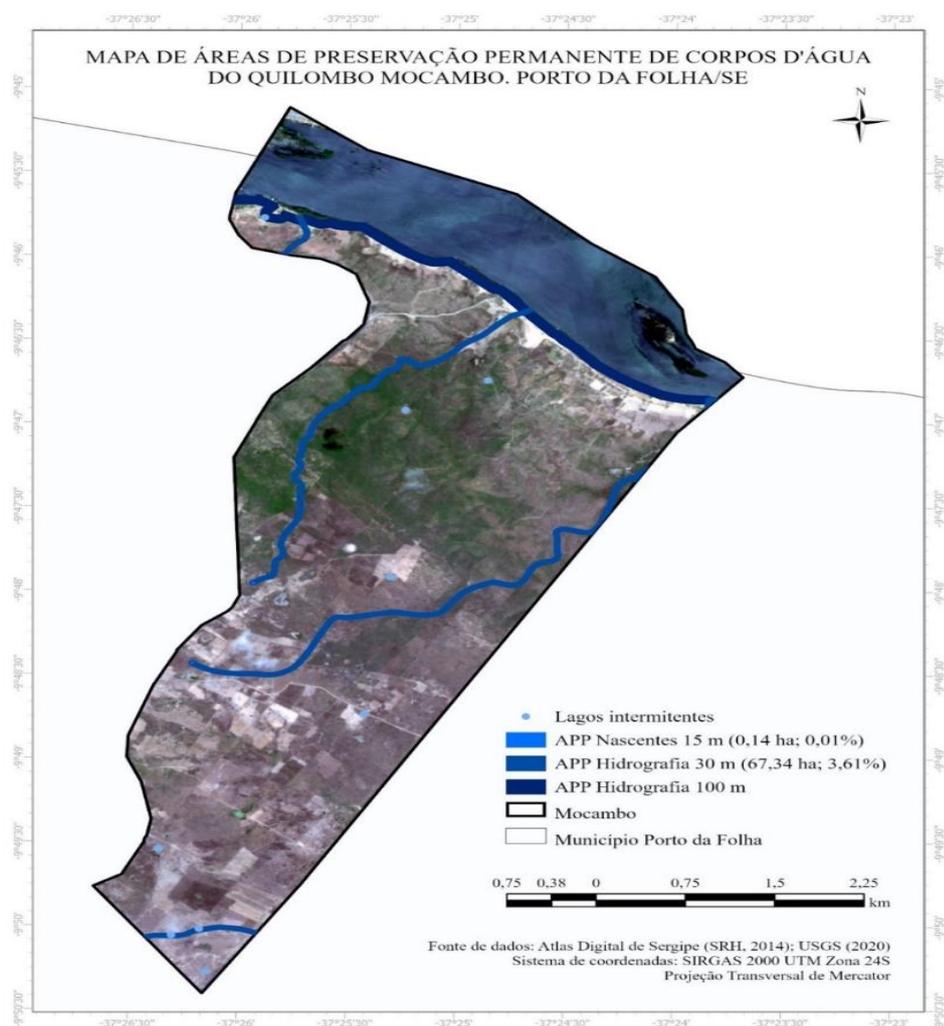
De acordo com técnicos ambientais da Universidade Federal de Alagoas existem vários impactos decorrentes da diminuição da vazão do Rio São Francisco, senão vejamos

Existem várias consequências dessas reduções para o Baixo São Francisco, no entanto, o avanço da cunha salina sobre o rio trouxe impactos significativos para os ecossistemas e para a população local, com provável aumento da concentração de poluentes, interferência negativa em atividades econômicas como a pesca e a rizicultura e pode inviabilizar, em último caso, a utilização as águas para fins de abastecimento humano. Possivelmente, os efeitos desta salinização estão promovendo alterações na biota local, com aumento da competição entre espécies, diminuição dos

estoques pesqueiros, desaparecimento de algumas espécies de peixes e crustáceos, e o surgimento de outros afeitos a ambientes salinizados (ALAGOAS, 2019, p.04).

Registra-se ainda, que a área total de preservação permanente de Mocambo é de apenas 3,62% (67,48 hectares). Sendo que, 0,01% do território (0,14 ha) é ocupado por APP de nascente de 15 m e 3,61% (67,34 ha) por APP de hidrografia de 30 metros (Figura 49). É preocupante a baixa quantidade de APP no quilombo, pois sobretudo as matas ciliares, são importantes para a estabilidade e proteção das margens do Rio São Francisco, evitando a erosão dos solos adjacentes. Nesse sentido, a Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (2019) já advertia acerca da necessidade de implantação de obras de deflexão na área para desviar o curso do rio e afastá-lo da margem, além da importância de projetos de recuperação ambiental para proteção das margens do rio com mata ciliar.

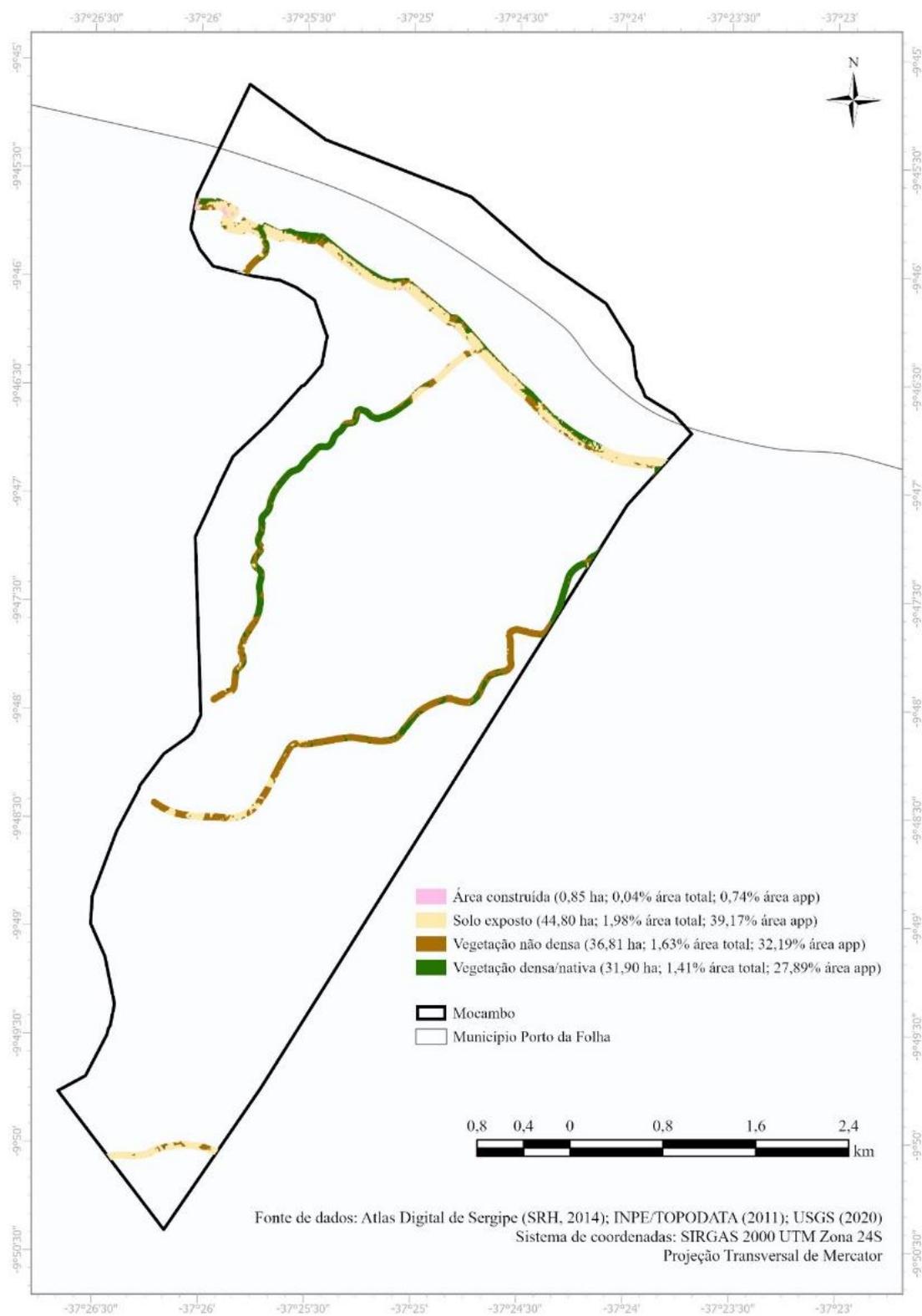
Figura 49 - Mapa de Áreas de Preservação Permanente de corpos d'água do quilombo Mocambo/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

Ressalta-se que somente 37,89% (31,90 hectares) das áreas de preservação permanente estão efetivamente sendo ocupadas por vegetação nativa/densa. E, que 32,19% (36,81 hectares) das APP constituem-se de vegetação não densa, o que evidencia também as marcas da ação antrópica nesses espaços (Figura 50). A cobertura vegetal da caatinga deste quilombo encontra-se degradada, sendo a mesma do tipo arbustiva-arbórea. Além disso, os solos dessa região são normalmente rasos e pedregosos, com extensa dependência hídrica em grande parte do ano (TRIGUEIRO, 2009).

Figura 50 - Mapa de uso das áreas de preservação permanente do quilombo Mocambo/SE

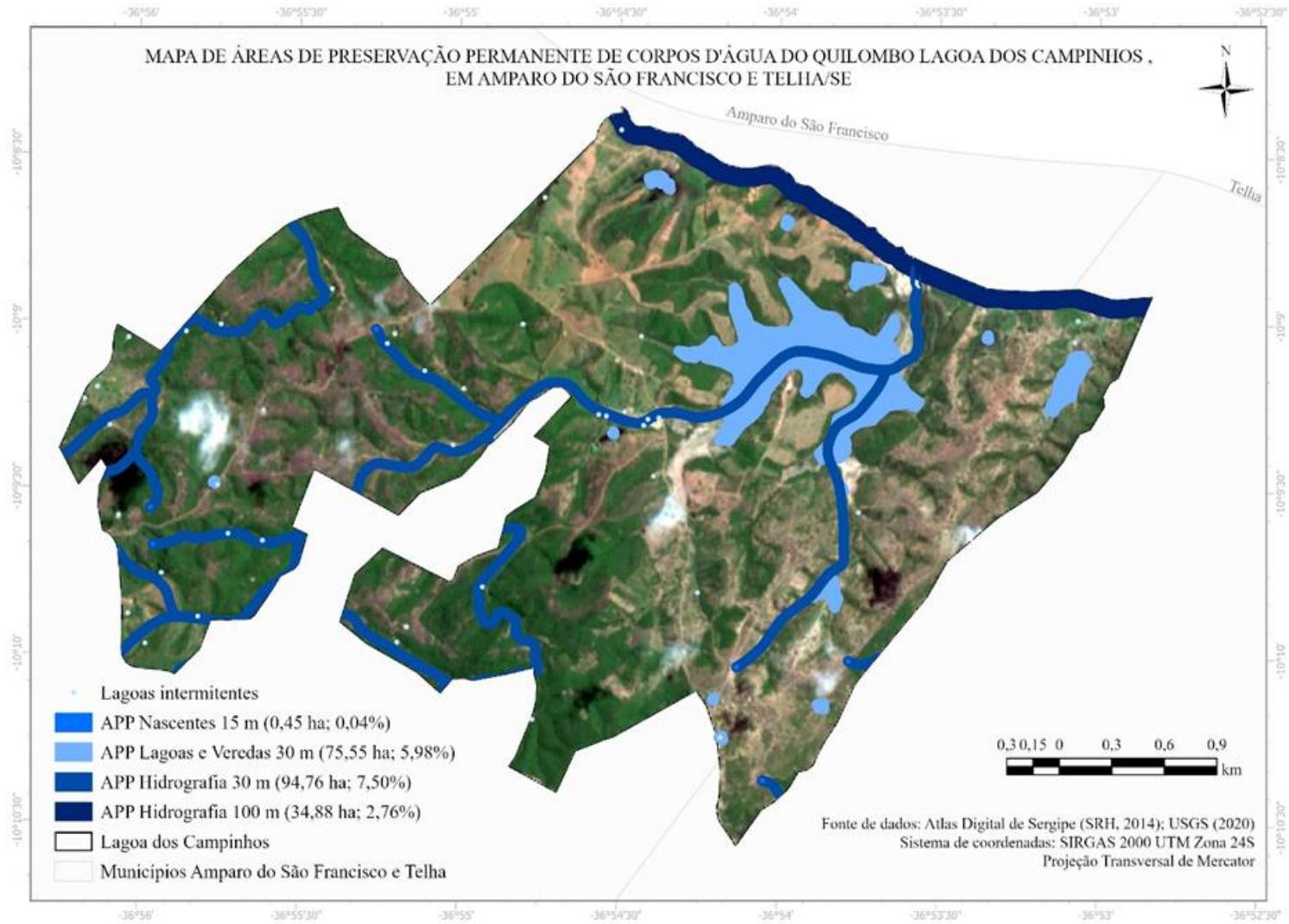


Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

Observa-se que a maior parte dessas áreas de preservação permanente de Mocambo (39,17% ou seja 44,80 hectares) está ocupada por solo exposto e que 0,74% (0,85 ha) corresponde às áreas construídas ou núcleos urbanos, não sendo visualizadas áreas de agricultura ou de pecuária mais intensa. Esse fato é preocupante tanto na perspectiva econômica quanto ambiental, uma vez que essas atividades além de gerarem danos ao solo, não constituem fontes de renda para a comunidade.

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, 16,28% (205,64 hectares) do território são ocupados por áreas de preservação permanentes. Destes, 0,04% (0,45 ha) são APP de nascentes até 15 metros; 5,98% são APP que margeiam lagoas e veredas de 30 metros; 7,50% (94,76 ha) constituem de APP de hidrografia de 30 metros e 2,76% (34,88 ha) são APP de hidrografia de 100 metros (Figura 51).

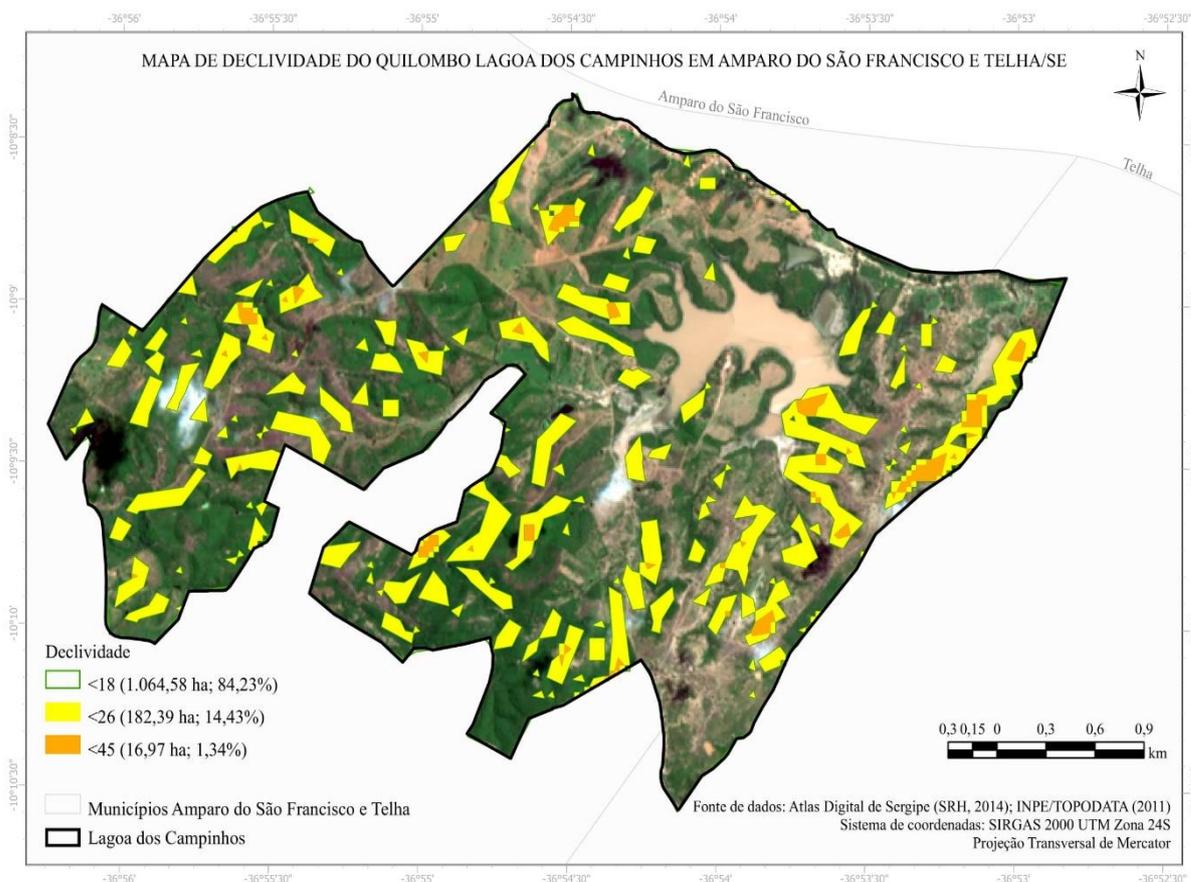
Figura 51 - Mapa de Áreas de Preservação Permanente do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

A declividade do quilombo Lagoa dos Campinhos é predominantemente composta por áreas com inclinação menor que 18% (84,23% das áreas inclinadas). As áreas consideradas como de preservação permanente, com declividade acima de 30%, correspondem a aproximadamente 15% das áreas inclinadas, localizando principalmente na porção do quilombo pertencente ao município de Telha (Figura 52).

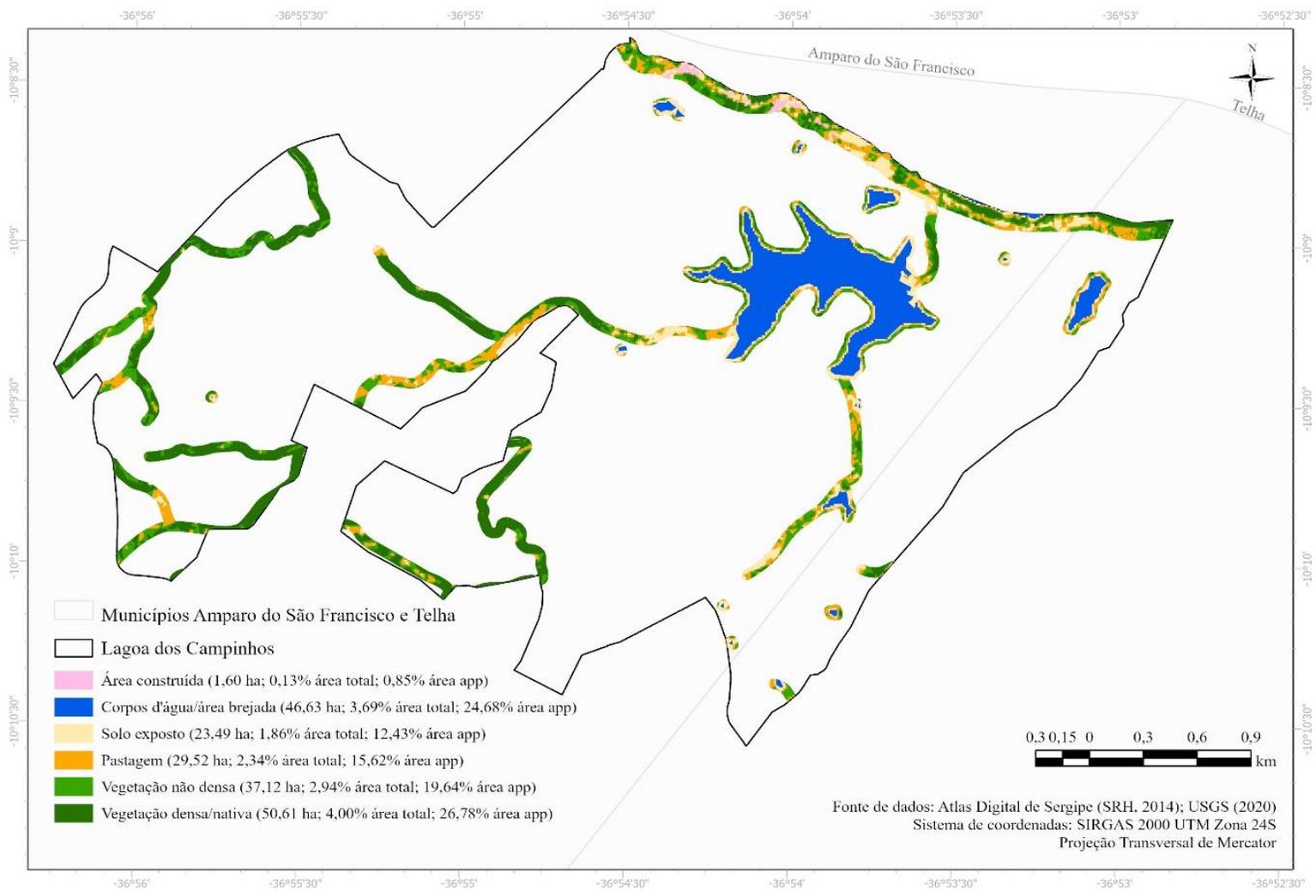
Figura 52 - Mapa de declividade do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

A maior parte das áreas de preservação permanente (51,46% ou 97,24 hectares) acha-se ocupada por corpos hídricos (24,68% - 46,63 hectares) e vegetação nativa/densa (26,78% - 50,61 hectares) conforme determina a legislação. E 19,64% (37,12 hectares) das destinadas a APP estão sendo utilizadas com vegetação não densa, o que demonstra antropização na área (Figura 53).

Figura 53 - Mapa de conflito do uso do solo com Áreas de Preservação Permanente do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: PESQUISA (2020) com dados da SRH (2014)

Além disso, a pastagem (15,62% - 29,52 hectares) e o solo exposto (12,43% - 23,49 hectares) ocupam 26,05% (53,01 hectares) do território, o que demonstra forte prejuízo ao solo e ao ambiente (compactação pelo pisoteio de animais e emissão de gases de efeito estufa). Ressalta-se ainda, que o solo exposto se encontra fortemente danificado, sobretudo nas margens do Rio São Francisco, seja pela antropização (urbanização e intensa atividade pesqueira na área) e destruição das matas ciliares do entorno do rio.

Portanto, o **IT6** é considerado insatisfatório (pontuação 0,0) para os quatro quilombos analisados, pois as APP não estão sendo respeitadas nos ditames previstos pela legislação vigente. Além do descumprimento legal, prejuízos para a comunidade são evidentes já que os espaços são responsáveis pela manutenção do fluxo hídrico, servindo ainda como corredores ecológicos para os animais e plantas, assegurando a necessária e urgente conservação da biodiversidade (NOGUEIRA, 2016).

4.1.3 Indicadores de Qualidade de Vida: Dimensão Socioeconômica

A dimensão socioeconômica é composta por 07 indicadores: Acesso à água, Acesso ao crédito agropecuário; Acesso a energia elétrica, Escolaridade, Renda, Sistema de Saúde implantado e Tipo de Habitação, de modo que os mesmos refletem o acesso a distribuição de bens e serviços, bem como a vulnerabilidade socioeconômica de uma dada comunidade (Tabela 13).

Tabela 13 - Síntese dos indicadores da dimensão socioeconômica de acordo com Calório (1997)

Dimensão Socioeconômica					
Indicadores	Parâmetros	SG	PI	MO	LC
IS1 Acesso a água	Rio ou açude (0,0)	x	x	x	x
	Poço ou cisterna (0,5)	0,5	0,5	x	x
	Abastecimento público (1,0)	x	x	1	1
IS2 Acesso ao crédito agropecuário	Nunca acessaram (0,0)	x	x	x	x
	Apoio Inicial (0,5)	0,5	0,5	x	0,5
	Apoio inicial e fomento (1,0)	x	x	1	x
IS3 Acesso a energia elétrica	Sem acesso (0,0)	x	x	x	x
	Com acesso irregular (0,5)	x	x	x	x
	Com acesso regular (1,0)	1	1	1	1
IS4 Escolaridade	Analfabeto e fundamental (0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
	Ensino médio (0,5)	x	x	x	x
	Graduação e pós graduação (1,0)	x	x	x	x
IS5 Renda	Menos de 1 salário mínimo (0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
	De 1 a 2 salários mínimos(0,5)	x	x	x	x
	Mais de 2 salários mínimos (1,0)	x	x	x	x
IS6 Sistema de saúde implantado	Sem acesso a serviços institucionais de saúde (0,0)	x	x	x	x
	Saberes populares e unidades de saúde (0,5)	0,5	0,5	0,5	0,5
	Saberes populares, PSF, rede especializada e /ou práticas integrativas do SUS (1,0)	x	x	x	x
IS7 Tipo de habitação	Barraca de lona, taipa ou palha (0,0)	x	x	x	x
	Alvenaria sem reforma (0,5)	0,5	0,5	x	x
	Alvenaria com reforma (1,0)	x	x	1,0	1,0
	ISS	0,428	0,36	0,643	0,571
Legenda	SR: Serra da Guia; PI: Pirangi; MO: Mocambo; LC: Lagoa do Campinhos				

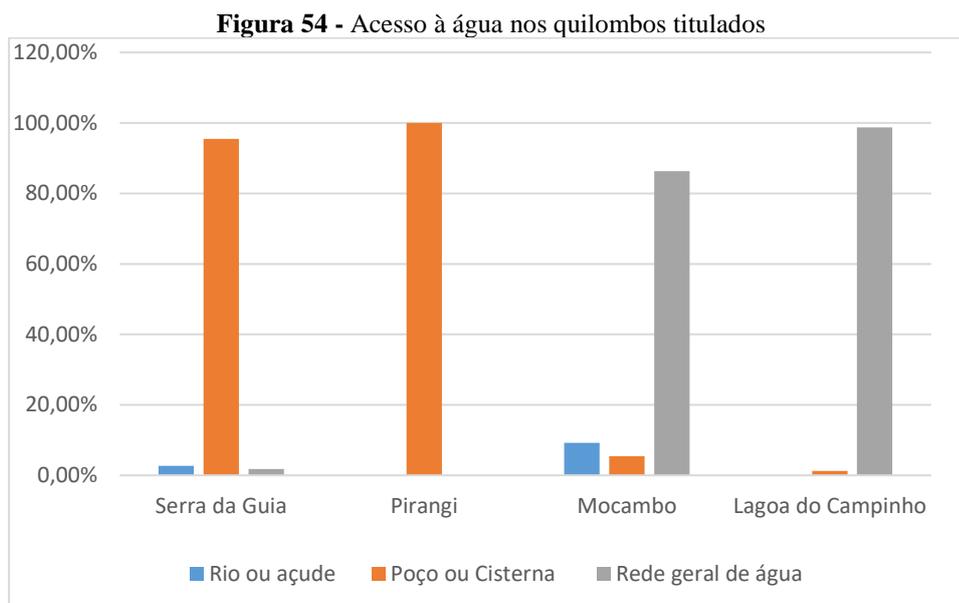
Fonte: PESQUISA, 2021

Esses indicadores socioeconômicos foram classificados em parâmetros pontuados com valores de 0-1 de acordo com o grau de sustentabilidade para a comunidade e geraram um Índice de Sustentabilidade Socioeconômica (ISS) que variaram de 0,36 (Pirangi) a 0,643 (Mocambo).

a) Acesso à água

Percebe-se que somente para metade dos quilombos estudados o acesso à água pela rede geral de abastecimento público foi uma conquista alcançada, a exemplo de Mocambo e Lagoa dos Campinhos. Ao passo que Pirangi e Serra da Guia, obtêm acesso à água praticamente através de poço ou cisterna (Figura 54).

Mocambo possui 86,36% (95) de água encanada, 5,45% (6) de poço ou cisterna e 8,18% (9) de rio ou açude (6). Sendo que 86,36% (95) dos entrevistados obtêm água potável diretamente da rede de abastecimento, 5,45% (6) afirmam utilizar filtro de barro ou vela para o seu devido tratamento, 0,9% (1) costumam ferver a água antes de utilizá-la e 7,27% (8) não a tratam, consumindo-a diretamente da cisterna.



Fonte: PESQUISA, 2021

Em Lagoa dos Campinhos esta realidade se repete, pois 98,71% (77) das pessoas consultadas obtêm o acesso à água pela rede pública de abastecimento e destes 80,77% (63) alegaram existir regularidade na prestação do serviço. Ressalta-se que somente 1,28% (1) dos entrevistados disseram que consomem água obtida diretamente do poço.

Entretanto, na comunidade Serra da Guia, 95,5% dos entrevistados (106 pessoas) afirmaram não terem acesso à água encanada, obtendo água potável do poço, cisterna ou carro-pipa fornecido pela prefeitura de Poço Redondo, sendo que 2,7% da população (03) obtêm água do rio ou açude, e somente 1,8% (2) dos entrevistados possuem água encanada na residência. O cenário demonstra que as famílias da comunidade ficam na dependência dos carros-pipa da prefeitura, do exército brasileiro e/ou de empresas particulares, sobretudo na época de estiagem.

Para garantir um consumo de água potável, 68,5% dos entrevistados (76) alegam utilizar filtro de barro ou vela para o seu devido tratamento, embora não saibam afirmar a regularidade que trocaram ou limpam os recipientes, 20,7% (23) costumam ferver a água antes de utilizá-la, 1,8% (02) consomem água potável da rede de abastecimento e 9%(10) não a tratam, consumindo-a diretamente da fonte de obtenção. Ressalta-se ainda, que o quilombo Serra da Guia foi beneficiado com a Implantação de 12 unidades de Cisternas de produção (Construção e reforma) e de 11 unidades de Cisternas de consumo humano, construção e reforma (Figura 55).

Figura 55 - Cisternas do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Além dos carros-pipas, poços artesianos, cisternas residenciais, a água para consumo também é retirada do que os quilombolas chamam de pias, que são os locais rochosos, de relevo côncavo e irregular que retêm a água da chuva, sendo utilizados para variados fins, inclusive para consumo humano, quando necessário (Figura 56).

Figura 56 - Fontes de obtenção de água potável do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

As obras foram resultado do PROJETO SERGIPE, uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), visando fortalecer a governança ambiental, evitar degradação de áreas suscetíveis à desertificação (ASD), que é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU. Nesse sentido, o atual presidente da associação de Serra da Guia pontua

Cisternas temos muitas, precisa somente de mais umas 20, porém quase toda casa tem uma cisterna, o problema é água, aqui o abastecimento é por carro-pipa seja do exército ou da defesa civil, a prefeitura quase não traz água. Quando decreta emergência, o

exército coloca uma carrada aí cada família pega no máximo 25 litros, não dá para quase nada.

Desta forma, pode-se afirmar que as tecnologias sociais de convivência com a seca, principalmente a cisterna, favorecem o armazenamento da água e o conforto das famílias, não havendo mais necessidade de estas andarem longas distâncias para obter água, muitas vezes retirando este recurso de locais impróprios para o consumo humano (ARAÚJO, 2015).

Araújo (2015, p.77), em estudos realizados em vários povoados do Município de Poço Redondo, demonstrou que em “todas as amostras (100%) das águas armazenadas em cisternas havia presença de coliformes fecais e que 72,7% das amostras das águas estavam contaminadas pela bactéria *E. coli*”. A autora acrescenta ainda que além da contaminação microbiológica da água, há variações físico-químicas da sua qualidade devido, supostamente, a deficiências no seu manejo e/ou da própria cisterna, sobretudo quanto à limpeza e remoção de matéria orgânica que se aloca ao fundo do reservatório, o desvio das primeiras águas de chuva e o mantimento da cisterna fechada, como também à falta de tratamento da água, seja com cloro ou filtração.

É indiscutível o papel das cisternas para as comunidades do Semiárido, mesmo com os cuidados necessários para manutenção dessa tecnologia social, pois a escassez de água prejudica as atividades da agricultura, pecuária, aumentando a pobreza generalizada e a vulnerabilidade socioeconômica da região. Posto que as condições climáticas e a inadequada política de irrigação restringem a produtividade rural nas comunidades tradicionais (BRASIL DE FATO, 2021).

Entretanto em 2020, no governo de Jair Bolsonaro, o programa de construção de cisternas sofreu o maior corte de verbas dos últimos 17 anos, sendo implantadas apenas 8310 equipamentos deste tipo no país, o que trouxe fortes impactos negativos na produção agrícola e na geração de renda das famílias do semiárido brasileiro.

O quilombo Pirangi, embora não se situe numa região Semiárida, sofre também com a ausência de água encanada na comunidade, uma vez que 100% (50) dos entrevistados afirmaram que a Fazenda Pirangi não possui água encanada e que sua principal fonte de abastecimento hídrico é constituída de dois poços artesianos que irrigam a plantação e matam a sede dos animais.

Ressalta-se ainda, que como a maioria dos quilombolas de Pirangi residem nos povoados vizinhos, quando perguntado se nas residências onde moram possuem água encanada, 96% (48)

afirmam ter água de abastecimento público em suas casas e os outros 4% (2) utilizam água de poço ou cisterna (Figura 57).

Figura 57 - Poço artesiano do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Porém, como a maior parte dos quilombolas passa o dia na fazenda Pirangi, acabam tomando água direto do poço, sem qualquer tratamento. Alegaram, entretanto, que passam a maior parte do tempo trabalhando no quilombo e que consomem água diretamente do poço ou do riacho que se forma em épocas de chuva, sendo que ela não é submetida a nenhum tratamento físico-químico, conforme pontuam lideranças locais

Gostaria que tivesse mais poços, só temos um, precisamos recorrer a carro-pipa, falta água para plantar, beber na comunidade.
A água do poço não é boa para o consumo, bebemos direto do poço, mas de vez em quando um queixa-se de diarreia, dor de barriga...

A realidade evidenciada demonstra que o precário acesso à água em quantidade e qualidade para suprir as necessidades da população, faz com que ela estoque quando chove, muitas vezes, armazenando-a de modo inadequado, o que pode favorecer a proliferação de vetores como o *Aedes aegypti*, ou fazer com que doenças hídricas sejam corriqueiras pelo consumo de água sem a devida potabilidade, sendo frequentes os agravos como: diarreia, verminoses e infecções intestinais.

Os problemas acima referidos são muito frequentes em quilombos de todo o país, tanto que em vários estudos realizados na região Nordeste o acesso à água é evidenciado como uma dificuldade. Mais de 70% da população de comunidades quilombolas de Alagoas e Bahia não possuem rede pública de abastecimento hídrico, demonstrando a nítida falta de

políticas públicas voltadas para as comunidades, o que torna as populações vulneráveis em relação às condições sanitárias (ARAÚJO; SANTANA; AZEVEDO FILHO, 2009; PLESS, APLE, 2012).

Além disso, mesmo nos lugares em que a rede de abastecimento tenha crescido em cobertura domiciliar, ainda assim a cobertura não foi acompanhada pela garantia de qualidade (água tratada) ou de continuidade no fornecimento, sobretudo nas zonas rurais, onde o racionamento desse serviço é frequente, pior ainda quando sequer o serviço é disponibilizado (SANTOS, AUGUSTO, 2005).

Logo o **IS1** para os quilombos Mocambo e Lagoa dos Campinhos teve pontuação 1,0, sendo considerado satisfatório, ao passo que para os quilombos Serra da Guia e Pirangi o indicador é considerado como transitório, pontuação 0,5.

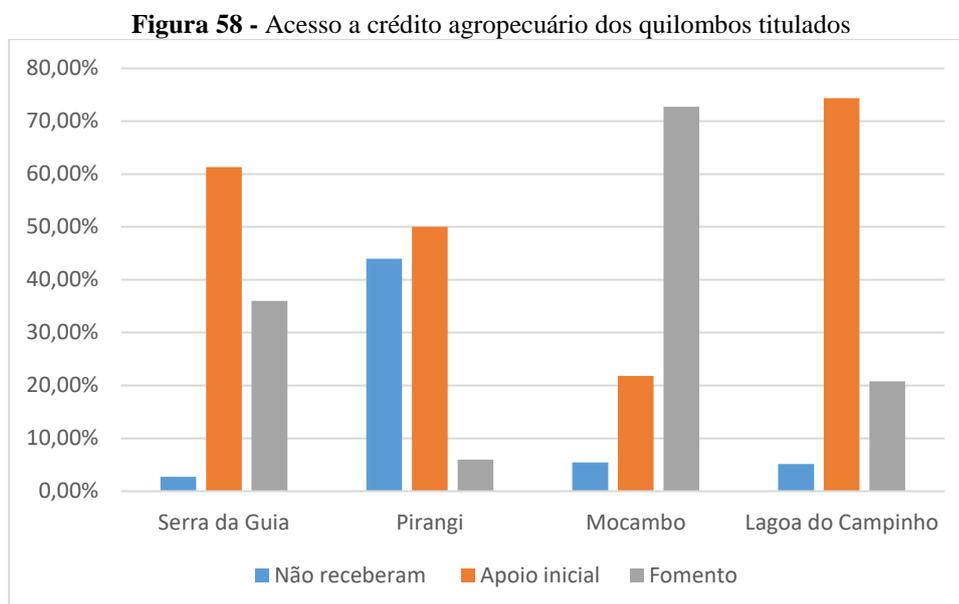
b) Acesso ao crédito agropecuário

Percebeu-se que, nos quilombos estudados, a principal fonte de renda é proveniente da atividade agrícola, seguida dos benefícios sociais e da aposentadoria. Em virtude disso, é necessário a realização de investimentos em infraestruturas hídricas e tecnologias agrárias para os quilombos, a fim de que as comunidades tenham condições de autossustentabilidade financeira, adquirindo autonomia e dependendo cada vez menos do amparo estatal.

O INCRA dispõe de algumas modalidades de crédito para as famílias rurais cadastradas no SIPRA, dentre elas os créditos de **apoio inicial**, no valor de até R\$ 5,2 mil (cinco mil e duzentos reais) por família assentada, destinado a instalação e a aquisição de itens de primeira necessidade, bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos; **fomento** que serve para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6,4 mil (seis mil e quatrocentos reais), sendo dividido em duas parcelas (INCRA, 2016). Os créditos possibilitam a implantação do sistema produtivo e da infraestrutura básica, contribuindo, desde que empregados corretamente, para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida dos quilombolas.

Percebe-se que o título da terra possibilitou o acesso a créditos agropecuários, entretanto em três deles, Serra da Guia (61,30%), Pirangi (50%) e Lagoa dos Campinhos (74,13%) esses incentivos foram maiores no apoio inicial, sem políticas de continuidade produtiva, já que somente 6% (3) das pessoas consultadas da fazenda Pirangi, 20,81% (16) de Lagoa dos Campinhos e 36% (40) de Serra da Guia alegaram obter créditos de fomento agrícola. Somente

no quilombo Mocambo, 72,73% (80) dos entrevistados alegaram receber créditos para continuidade da produção agrícola (Figura 58).



Fonte: PESQUISA, 2021

No quilombo Mocambo, os entrevistados mencionaram receber créditos de apoio inicial e fomento agrícola e outros incentivos, a exemplo de

Recebemos crédito de apoio inicial, fomento rural, habitacional, além da reforma habitacional.

Nós recebemos do INCRA crédito de apoio inicial, sementes da EMDAGRO e crédito de fomento rural. Além de pegarmos empréstimo do Agro amigo.

Tivemos acesso ao crédito apoio inicial e ao crédito instalação...

Recebemos, o apoio inicial, habitacional, crédito semiárido, além do credi-amigo...

Ressalta-se que a partir de 2018, as quatro comunidades tituladas foram inseridas no SIPRA, passando a serem beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e essa conquista possibilitou o acesso a linhas de crédito com bancos (Agro-Amigo, Credi-Amigo), sendo a primeira etapa de financiamento cedido pelo INCRA. O PNRA viabiliza linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes (INCRA, 2018).

Outro crédito citado foi o do Semiárido, pelo qual foram disponibilizados nas áreas (Quilombos Mocambo e Serra da Guia) créditos destinados à implantação de estratégias para

apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo, no valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais) por família assentada (INCRA, 2018).

Por fim, todos os quilombos receberam o crédito habitacional no valor de até R\$ 34 mil (trinta e quatro mil reais), por família assentada para construção de habitações, entretanto, somente os entrevistados de Mocambo disseram ter obtido o crédito de Reforma habitacional, que é destinado a viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem usados na reforma e na ampliação de habitações rurais no valor de até R\$ 17 mil (dezessete mil reais) por família assentada.

Além disso, no quilombo Mocambo, 94,55% (106) dos entrevistados também se beneficiaram de algum crédito agropecuário, sendo que 21,82% (24) foram de apoio inicial e 72,73% (80) de fomento. Quanto à produção, 97,27% (107) dos quilombolas de Mocambo complementam sua renda com a agricultura de subsistência e 41,8% (46) dos entrevistados ainda somam sua renda com a criação de gado, ovinos e caprinos (41) e pesca (34). Os insumos mais plantados (Figura 59) são milho (107), feijão (105), palma (48), macaxeira (7), frutas e hortaliças (6).

Figura 59 - Principais cultivos do quilombo de Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Em Mocambo, a comunidade reclama da qualidade da assistência técnica, em termos principalmente de sua regularidade, nesse sentido as lideranças do quilombo apontaram:

Tem anos, que vieram não lembro qual o mês. Não há assistência técnica.

O que falta aqui são projetos para agricultura, de desenvolvimento local, uma assistência técnica efetiva, onde haja a valorização do nosso conhecimento e dialogo com maior com a EMDAGRO.

As sementes precisam chegar no período certo e precisamos de mais assistência técnica e projetos agropecuários...

Acrescenta-se que em 2020, parte da comunidade que recebeu o auxílio emergencial do Governo Federal para sobreviver no período da pandemia do COVID-19 aplicou parcela desse recurso na aquisição de ovelhas e caprinos a fim de aumentar a renda familiar.

Em **Serra da Guia**, como percebe-se na Figura 60, 97,3 % (108) dos participantes foram beneficiados com algum crédito rural, dos quais 61,3 % (68) de apoio inicial, 36% (40) de fomento e somente 2,7% (3) não receberam nenhum crédito agropecuário do INCRA. De acordo com a maioria dos entrevistados, o crédito inicial foi utilizado com despesas de cunho pessoal reforma das residências e o de fomento para custeio da produção agrícola, compra de insumos e de algumas máquinas e equipamentos necessários ao trabalho no campo. Outro crédito citado pelos quilombolas de Serra da Guia foi o de **fomento semiárido**, que serve para atender às necessidades de segurança hídrica (INCRA, 2018).

De acordo com lideranças locais, a comunidade recebeu dois tipos de crédito: o de apoio inicial e o semiárido, sendo que o primeiro veio para todas as 187 famílias quilombolas cadastrados no SIPRA e o segundo para 180.

Então agora com as posses das terras, veio as condições da gente plantar, chegou o credito de inicial e o do semiárido, são no valor de R\$ 5200,00, e no valor de R\$ 5000,00. O primeiro serve para que você coloque uma porta em sua casa, para que você compre lá um bezerro, um carneiro, ou até quitar suas dívidas para ter um recomeço entendeu? Ele chegou para todos. O outro, semiárido, receberam por volta de 180 famílias, pois nem todas estavam aptas, o recurso veio para 200 famílias, o estimado, só que tem gente que não está com o CPF em dias, documentação errada, muitos têm problemas no banco do brasil, aí enquanto você não resolve, você não recebe. Esse último crédito foi destinado a plantação de palmas.

Recebemos crédito inicial (5.200) de uso pessoal; crédito do semiárido (5.000) e estamos aguardando crédito de fomento (previsão para novembro/20), que ainda não chegou....

Dos entrevistados, 97,3% (108) sobrevivem da agricultura e alguns 11,7% (13) também da pecuária e 2,7% (3) sobrevivem exclusivamente de programas assistenciais. Dos que trabalham, 3,6 % (4) complementam a renda da família com a venda informal de cosméticos (Avon, Natura, etc.) e 2,7% (3) com a fabricação e venda de vassouras. E quando indagados a respeito das principais formas de cultivo, 95,5% (106) dos entrevistados alegaram que plantam milho, 93,7% feijão (104), 11,7% palma (13) e 0,9 % macaxeira (1), sendo a palma, o principal alimento cultivado para os animais em época de seca prologada (Figura 60).

Figura 60 - Plantação de palma no quilombo de Serra da Guia /SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Pelos dados acima, percebeu-se que o cultivo de palma forrageira é fruto de uma política agropecuária que está sendo implantada na região. A escolha desse plantio se deu em virtude de a palma ser uma planta rústica que se adapta a regiões com pouca chuva e com crescimento favorecido em áreas de maiores altitudes, como Serra da Guia, devido à redução da temperatura do ar e ao aumento da umidade relativa no período noturno (55% - 60%). Enfim, o cultivo ganhou destaque nas áreas de pecuária leiteira do Semiárido, pois é um excelente alimento energético para o gado e por indiretamente promover um maior consumo de água na dieta do animal, o que é excelente face à escassez e má qualidade de água nesses locais (EMBRAPA, 2012).

Assim, como fatores determinantes para o incentivo ao cultivo de palma, pode-se apontar a preocupação ambiental com a conservação da biodiversidade forrageira da caatinga, ofertando alternativas de alimento para os animais; o favorece a atividade pecuária e garante a segurança alimentar das populações que vivem em áreas marcadas pela instabilidade climática (EMBRAPA, 2012).

Frente ao exposto, a criação de gado leiteiro com 11,7% (13) é uma atividade crescente na região e somente 0,9% (1) dos entrevistados criam galinha, não sendo citadas outras atividades pecuárias. Senão vejamos

A maioria vive aqui, o forte é a agricultura, a pecuária também, o leite, o cara tem uma vaquinha lá tira seu leite, vende para um vizinho. Nós plantamos palma para sustentar o gado na seca. Quando chove, plantamos milho, feijão, a gente chega a plantar aqui cada família de 3 a 4 tarefas, quando vai ver já está com umas 200 tarefas cultivadas, um dia quando for inverno você um pulo aqui para você ver como que é a gente trabalha sem preguiça.

A assistência técnica em Serra da Guia acontecia regularmente às quintas-feiras, mas nos últimos anos o técnico da EMDAGRO não está indo regularmente, principalmente após a ocorrência da pandemia de COVID-19:

Eles vêm uma vez por semana (em geral, Quinta), mas tem tempo que não aparece e mesmo assim não fica muito, não tem chegado projetos...

Hoje, é bem melhor. Antes tínhamos dificuldades e agora conseguimos mais sementes para trabalhar, mesmo que o técnico falte muito, pelo menos sabemos que numa quinta ele virá...

Frente ao exposto, observa-se que a severidade climática não impossibilita o desenvolvimento de atividades agrícolas, mas muitas vezes torna a comunidade refém das ações assistencialistas para contornar às adversidades provocadas pela seca, muitas vezes não promovendo a autonomia local, mas retroalimentando a manutenção de uma estrutura fundiária que privilegia as oligarquias e perpetua a invisibilidade dos quilombos (SOUZA et al., 2014).

O **quilombo Pirangi** possui uma realidade semelhante, tanto é que as lideranças locais afirmaram que, apesar de existir assistência técnica com regularidade em termos de visitas, elas não contemplam as necessidades da comunidade. Senão, vejamos

Recebi 5200 para investir, paguei umas dívidas, comprei alguns insumos. Temos um técnico que aparece uma vez por semana (Amilton), ele no orienta, mas sempre traz sementes fora da época de cultivo.

Não recebi créditos para plantar, mas ganhei minha casa tão sonhada, agora vou poder morar no quilombo. A comunidade recebe assistência técnica, vem um rapaz aqui às terças-feiras.

Tem uma assistência técnica, mas o rapaz é despreparado, deixa muito a desejar...

O técnico vez dia de terça, vem as vezes e tem meses que some. E a semente que ele traz só chega depois da época do plantio...

Na verdade, não recebi crédito agrícola ainda não, mas o técnico da EMDAGRO sempre aparece por aqui.

Recebi os 5200, de créditos iniciais (ajuda para investir no plantio). A assistência vem pouco e traz sementes na época errada.

Recebi um dinheiro da PRONAF e a assistência técnica vem da EMDRAGO, mas é precária.

Tive direito a 5200 reais como apoio inicial para o plantio. Temos a assistência técnica dia de terça-feira, mas há tempos que não vem.

Os 5200 que recebi, comprei gado. A assistência técnica fez uma palestra sobre adubos, mas a muito tempo que não aparece.

Caporal; Ramos (2006) apontam para a necessidade de descentralizar os modelos de Assistência Técnica Rural (ATER), incorporando práticas educativas, democráticas e participativas, mediante a promoção do diálogo entre o agricultor e o técnico, a fim de que ambos planejem uma produção voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, preservação ambiental e sustentabilidade de produção.

Enfim, é necessário implementar ações que aproximem os quilombolas dos técnicos da EMDAGRO e alguns dos caminhos apontados pelo autor são: no máximo um técnico para cada 100 famílias (ou menos se a área cultivada for extensa e de difícil acesso); definição de calendários de atuação e compromissos com o grupo; orientações em grupo e não assistência individualizada; utilização de técnicas de diagnóstico participativo para resolução de problemas, fomento da participação dos jovens no trabalho de campo, entre outros (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Ressalta-se ainda que, em **Pirangi**, 44% (22) dos entrevistados afirmaram nunca terem sido beneficiados com crédito agropecuário do INCRA, 50 % (25) receberam crédito de apoio inicial e 6% (3) de fomento. Sendo que a maioria dos quilombolas contemplados com tais créditos alegou tê-los utilizado com despesas de cunho pessoal a exemplo das reformas nas residências e fomento para custeio da produção agrícola (aquisição de insumos e equipamentos para o campo). Essa situação fez crescer a descrença da comunidade na continuidade dos programas sociais voltados a esse segmento da sociedade, senão vejamos

Os programas sociais precisam melhorar muito, chegar de fato na comunidade;

Os programas são bons, a divisão de projetos e recursos é ruim.

A proteção estatal é ruim, sem força, lentidão no processo de desapropriação e titulação. A assistência não é real, fica só na promessa.

Os projetos estão chegando timidamente, devemos comemorar o projeto de casas se iniciou;

Crédito para produção é um sonho, dinheiro não sai da mão de rico para pobre.

No tocante às formas de produção existentes na comunidade, a maior parte dos entrevistados (94%) trabalha com agricultura orgânica e com a criação de animais. Dessa forma, 94% (47) dos entrevistados cultivam milho, 88% (44) plantam macaxeira e batata doce, 86% (43) plantam feijão, 58% (29) hortaliças, 20% (10) frutas diversas (Figura 61).

Figura 61 - Principais cultivos no quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Portanto, fica evidente que a comunidade costuma plantar mais de um produto e somente 4% (2) do público consultado não cultiva nenhum alimento. A produção é vendida na feira do município de Capela às segundas-feiras e uma vez ao mês em frente à Secretaria de Estado de Inclusão Social em Aracaju/SE, tendo os produtos comercializados bastante aceitabilidade. Com relação à criação de animais, 26 entrevistados criam galinhas, 25 porcos, 11 ovelhas, 10 bovinos, 1 cabra. Sendo que 16 pessoas não criam nenhum animal (Figura 62).

Figura 62 - Principais criações do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, 74,36% (58) dos entrevistados tiveram acesso ao crédito de apoio inicial que garantiram o fornecimento de sementes para cultivo, assistência técnica pela EMDRAGO, embora irregular, e recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). O restante, 20,51% (16) receberam créditos adicionais para fomento da atividade agrícola, para a plantação de palma forrageira e 5,13% (4) não receberam nenhum tipo de crédito agrícola. Nesse sentido, as lideranças locais desse quilombo (2020) pontuaram

Recebemos crédito inicial, sementes de milho da EMDAGRO Propriá.

Aqui só chegou umas sementes e o crédito de apoio inicial. Até a assistência técnica para plantar só vem no máximo duas vezes ao ano.

O maior incentivo foi o apoio inicial e a inclusão da comunidade no SIPRA, essa é a porta para buscarmos mais investimento, a exemplo do credi-amigo, PRONAF.

O PRONAF é um Programa Federal para fortalecimento da agricultura familiar em que são aplicados recursos em projetos agrícolas e infraestrutura básica, no valor de R\$ 1.500 a R\$ 18.000 de acordo com a renda familiar. Este programa, muitas vezes, privilegia práticas produtivas rentáveis e cultivos com uma inserção no mercado, onde o agricultor seja capaz de gerar excedente para pagar o financiamento e justamente por isso acaba não promovendo a segurança e soberania alimentar nas comunidades em que essas ações são implantadas.

Nesse sentido, Bráz (2020, p.04) pontua: “o PRONAF surgiu nos anos 1990 para ser a alternativa de progresso do pequeno proprietário rural. No lugar de promover a agricultura de baixo impacto com enfoque na produção de alimentos, o programa afastou os pequenos produtores de alternativas agroecológicas”.

De acordo com as análises de Bráz (2020, p.04) na base de dados dos financiamentos registrados na Matriz de Dados de Crédito Rural (MDCR) do Banco Central, no período de janeiro de 2015 e dezembro de 2019 para lavouras do PRONAF na linha de crédito Agroecologia, catalogaram-se poucos recursos destinados ao programa para a região Nordeste, senão vejamos

(...) o PRONAF-custeio agrícola firmou 1,6 milhões de contratos, no valor de R\$ 38,01 bilhões para uma área de 16,68 milhões de hectares. O problema está no fato de 80% do valor financiado ser direcionado para os estados da região Sul, enquanto Nordeste, Norte e Centro-Oeste dividem 5,54% do valor disponível. A concentração regional é um problema que se agrava quando se observa a especialização produtiva que o PRONAF permite. Considerando as principais lavouras (soja, milho, café, trigo, arroz) tem-se 92,80% da área financiada e um pouco mais de 80% de contratos e valores de financiamento. Existe uma forte concentração produtiva na agricultura familiar de acordo com esses dados, ou seja, um programa criado para diversificação produtiva da agricultura familiar está se especializando na produção de *commodities* agrícolas de produtos que não vão diretamente para a mesa da população brasileira (BRÁZ, 2020, p.04).

Ressalta-se que os recursos do PRONAF ficarão cada vez mais escassos nessas comunidades, uma vez que o projeto de Lei do Orçamento da União para 2021 estabeleceu um corte de 1,3 bilhões, o que equivale a 40% do valor previsto para este programa (G1, 2021).

Quanto às principais formas de produção agropecuária em Lagoa dos Campinhos, tem-se a agricultura de subsistência, com o cultivo do milho (77), feijão (63) e macaxeira (16) como principais atividades. Sendo a pesca (42) e a criação de gado (21) atividades significativas para complementação da renda dos quilombolas de Lagoa dos Campinhos (Figura 63).

Figura 63 - Produção agropecuária do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

De acordo com o INCRA (2018), a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO) presta Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a povos e comunidades tradicionais e em Sergipe seis comunidades quilombolas são atendidas de forma diferenciada e exclusiva, são elas: Serra da Guia (Poço Redondo), Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco), Pirangi (Capela), Mocambo (Porto da Folha), Batateiras e Resina (Brejo Grande). Entretanto, pelos relatos dos quilombolas, a regularidade dessa assistência que deveria ser semanal é bastante deficitária, de maneira que persiste a situação de insegurança social e alimentar, tanto nesse quilombo, quanto nos demais titulados.

Percebe-se ainda, pelas narrativas acima, que para os quatro quilombos titulados, quando a assistência técnica acontece, o incentivo à maior produtividade restringiu-se à capacidade para resolver problemas específicos, pontuais, sem nenhum tipo de capacitação continuada, ao passo que os quilombos necessitam de um projeto mais complexo de extensão rural para que de fato ocorra aumento na produtividade e sustentabilidade da comunidade. Nesse sentido, Santos; Lusa (2014) definem a Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) como

[...] um serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuário, e afirma que seus extensionistas rurais devem adotar metodologias participativas, focando na realidade e no conhecimento local (SANTOS; LUSA, 2014, p.253).

Portanto, a Lei nº 12.188 (BRASIL, 2010) que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) assegura: a gratuidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; e a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção - o que de fato não está ocorrendo em nenhum dos quatro quilombos analisados. A referida prática coaduna com os achados segundo os quais

A maioria das comunidades utiliza a mão de obra familiar nas atividades agrícolas, artesanais, extrativistas e criatórias. Mantém uma cultura própria, com saberes que perpetuam de geração em geração. Muitas delas enfrentam dificuldades para assegurar a posse da terra. Na luta pela regularização fundiária, seus moradores apresentam-se como agentes políticos decididos a conquistar a titulação de seus territórios (FiABANI, 2008, p. 20).

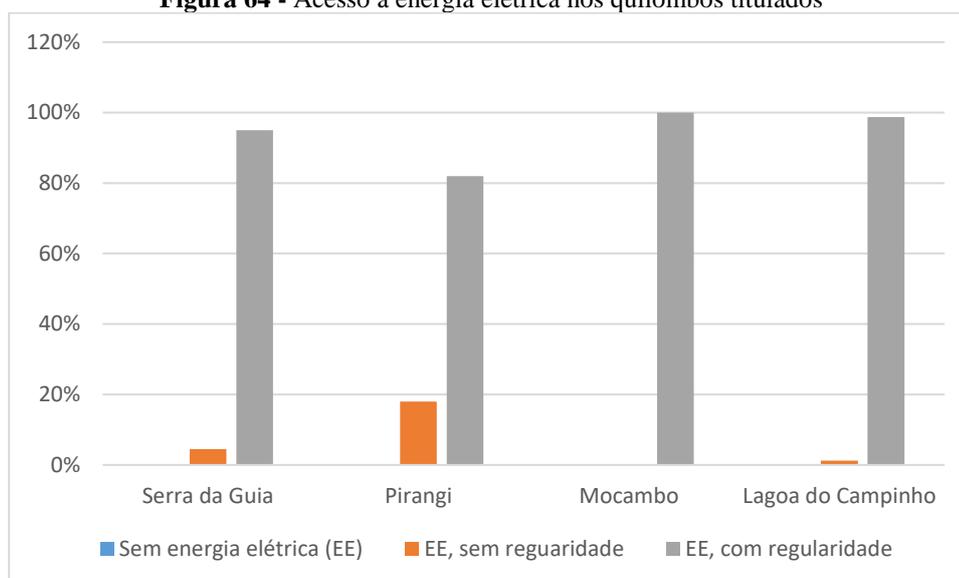
Nesse sentido, Santana (2005) pontua que as comunidades quilombolas são uma reelaboração das experiências vindas da África, sendo a prática de uma agricultura de subsistência e tipicamente familiar uma herança transmitida por gerações. Desta forma, percebe-se a necessidade de fomentar o etnodesenvolvimento, valorizando a participação comunitária, o conhecimento e tradições locais a fim de consolidar a autonomia e qualidade de vida das comunidades.

Nesse sentido, Azanha (2002, p. 31) define etnodesenvolvimento como: “etnia, autóctone, tribal ou outra, que detém controle sobre suas próprias terras, sobre seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seu interesse”.

Logo, o **IS2** para o quilombo Mocambo teve pontuação 1,0, pois a maior parte dos entrevistados teve acesso a créditos de fomento agrícola, sendo considerado satisfatório, ao passo que para os outros três quilombos (Serra da Guia, Pirangi e Lagoa dos Campinhos) o indicador é considerado transitório (pontuação 0,5).

c) Acesso à energia elétrica

Percebe-se pela Figura 64 que todos os quilombos têm acesso à energia elétrica, sendo que **em Mocambo** todos os entrevistados afirmaram que este serviço acontece de maneira regular. Realidade bastante semelhante ocorre em **Lagoa dos Campinhos**, onde apenas um entrevistado (1,28%) alegou que o serviço de energia elétrica é prestado de maneira irregular, os demais (98,72%) disseram que o serviço fornecido pela operadora é satisfatório e sem interrupções.

Figura 64 - Acesso à energia elétrica nos quilombos titulados

Fonte: PESQUISA, 2021.

Em **Serra da Guia**, 95,5% (106) afirmaram que há regularidade no fornecimento deste serviço e apenas 4,5% (5) disseram que o fornecimento sofre interrupções frequentes. Por fim, na **Comunidade de Pirangi**, 82% (41) dos entrevistados disseram que o acesso à energia elétrica é regular, enquanto que 18% (9) classificaram esse serviço como deficitário, pois sofre frequentes interrupções.

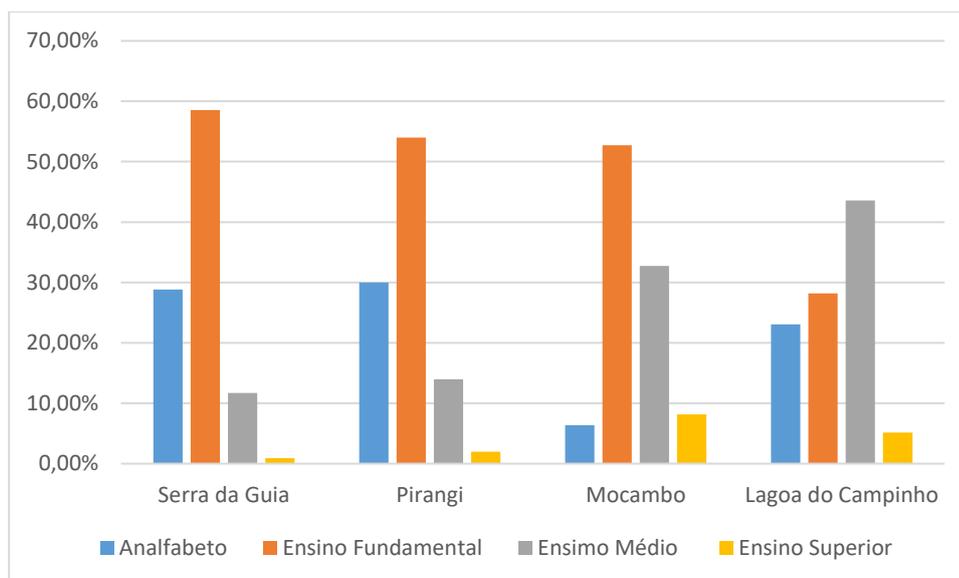
Na maioria dos quilombos, a energia elétrica foi implantada pelo Programa do Governo Federal Luz para Todos. O Programa teve início em 2003, com o objetivo de fornecer energia elétrica para o meio rural, levando-a aos lugares mais inacessíveis do país. O serviço é operacionalizado pela Eletrobrás e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.

Desta forma, entende-se que a energia elétrica constitui um vínculo com a modernidade das comunidades excluídas, potencializando o alcance de outras infraestruturas tais como saúde, educação, telecomunicações, etc., sendo, por conseguinte, um dos primeiros passos para a inclusão e aquisição de cidadania e direitos. Desse modo, **O IS3 é considerado satisfatório**, tendo 1,0 de pontuação para os quatro quilombos analisados.

d) Escolaridade

Percebe-se que a escolaridade dos quilombolas, nas quatro comunidades analisadas (Serra da Guia, Pirangi, Mocambo e Lagoa dos Campinhos), é baixa pois a maior parte dos entrevistados ou são analfabetos ou possuem apenas o ensino fundamental (Figura 65).

Figura 65 - Escolaridade dos quilombolas das comunidades tituladas



Fonte: PESQUISA, 2021

Na Comunidade Serra da Guia, 87,4% (97) das pessoas consultadas são analfabetas ou possuem apenas o ensino fundamental. Desse público, 28,8% (32) são analfabetas, 53,15% (59) não chegaram nem ao 6º ano do ensino fundamental e só 5,4% (6) concluíram o ensino fundamental. O restante, 7,2 % (8) possuem ensino médio incompleto, 4,5% (5) tem ensino médio completo e apenas uma pessoa (0,9%) possui curso superior completo.

Embora a maioria dos entrevistados, 93,7 % (104), relate que o quilombo Serra da Guia possui boa infraestrutura em termos de escolas e transporte escolar satisfatório, na realidade, ela só funciona até o ensino fundamental menor e apresenta dificuldade no preenchimento do quadro de professores de todas as disciplinas, além das paredes das salas e carteiras não apresentarem bom estado de conservação e, frequentemente, faltar água, já que o abastecimento depende de carro pipa (Figura 66). Essas dificuldades foram registradas na fala de lideranças locais:

(...) eu lembro na escola, aqui só tinha até a quarta série, depois fomos para Santa Rosa, e de lá as meninas de uma comunidade mais para lá não gostavam da gente, diziam que

a gente era da guia, que não tinha água, energia, professores, acho que o povo daqui sofre todo tipo de preconceito.

(..) queria uma boa escola, o ensino é horrível, eu digo como mãe, não tem qualidade de jeito nenhum. A gente tem uma creche ali, mas não funciona, tudo falta um pouquinho.

Além disso, o acesso à comunidade Serra da Guia é difícil, pois as ruas não possuem pavimentação, sendo cheias de declives e buracos.

Figura 66 - Escola Municipal Selma Saturnino em Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ressalta-se ainda, que o meio de transporte mais utilizado pela população em geral é o carro de boi, carroças e motos. A associação de moradores do quilombo possui uma caminhonete, entretanto esta não é regularizada (emplacada) e constantemente fica sem combustível, o que a faz circular muito pouco pela região (Figura 67).

Figura 67 - Principal meio de transporte do quilombo Serra da Guia/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Assim, mesmo existindo transporte de qualidade para levar as crianças para a realização das outras etapas curriculares (ensino médio e superior), a falta de pavimentação e o péssimo acesso da comunidade aos centros urbanos, faz desse percurso uma verdadeira peregrinação, o que pode desestimular a continuidade com relação aos estudos, devido à distância e, por sua vez, à dificuldade de deslocamento. Ademais, os problemas com relação à ausência de uma escola quilombola na região que zele pelas especificidades da comunidade negra contribuem para o grau de escolaridade tão baixo.

Em **Pirangi**, 84% (42) são analfabetas, ou possuem apenas ensino fundamental, estando as pessoas assim distribuídos: 15 não sabem ler, 25 quilombolas possuem o ensino fundamental menor incompleto e apenas dois concluíram o ensino fundamental. O restante, 12 % (6), possuem ensino médio incompleto, 2% (1) tem ensino médio completo e apenas uma pessoa (2%) possui curso superior incompleto.

A comunidade não possui escolas, logo a maior parte das crianças está matriculada em colégios situados na sede do município de Capela, em geral na Escola Municipal Edélzio Vieira de Melo. Entretanto, o acesso à escola é garantido, pois 80% dos quilombolas afirmaram que embora não exista escola na comunidade, no quilombo passa ônibus com boas condições para levar os estudantes às instituições de ensino. Somente 6% (3) disseram que o transporte escolar está em estado ruim de conservação e 14% dos entrevistados alegaram não ter escola, nem transporte escolar à disposição na comunidade. Ressalta ainda, que o município de Capela não possui escola quilombola.

Em **Mocambo**, percebe-se que o índice de analfabetismo (6,36%) foi o menor entre os quatro quilombos estudados (07), entretanto não há continuidade da educação formal, uma vez que 52,73% (58) dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental e na sua imensa maioria incompleto (57). O restante, 32,73% (36) possuem ensino médio, sendo que uma pessoa não concluiu esta etapa de escolaridade e 35 tem ensino médio completo. Acrescenta-se que 8,18% (9) possuem curso superior (6 completos e 3 incompletos).

A escola quilombola de Mocambo/SE, “Colégio Estadual Quilombola 27 de Maio” atende a alunos do 1º ano do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio e uma turma do Ensino de Jovens e Adultos (EJA- médio), possuindo aproximadamente 228 discentes. Apresenta uma boa infraestrutura com biblioteca, salas arejadas, cadeiras novas, laboratório de informática, área coberta e sem dúvida é a escola mais equipada fisicamente entre os quilombos sergipanos (SERGIPE, 2020), fruto de muita mobilização e reivindicação da comunidade. Ainda assim, pode-se observar sensíveis deficiências nesse equipamento

social, pois a escola não possui muitos espaços recreativos, de socialização e de planejamento pedagógico, a exemplo de sala de direção, de professoras, de leitura, de atendimento especializado, laboratório de ciência e quadra poliesportiva, realidade que se repete nos demais quilombos analisados.

Além disso, a escola ainda possui uma defasagem em termos do número de professores, sendo muitos contratados e algumas disciplinas ainda estão sem docentes no quadro, a exemplo de história. Acrescenta-se inclusive que uma das reivindicações da comunidade é que a equipe pedagógica fosse preenchida por quilombolas e que as raízes socioculturais da comunidade fossem mais valorizadas, senão vejamos:

A escola 27 de maio é o ponto forte de nossa comunidade, fruto de muita luta, para ele se tornar melhor, o que falta é colocar professores quilombolas no quadro de funcionários...

É preciso valorizar a formação educacional, inclusive dando oportunidade de trabalho as pessoas formadas da comunidade, o acesso à continuidade da educação tem tantos obstáculos e ainda não aproveitam esse quadro.

A escola, a associação traz vida a comunidade, o samba de coco dançado pelos alunos, a festa da consciência negra é a história de nossa luta/resistência mais viva a cada dia.

A educação para mim tem que andar de mãos dadas com a história da comunidade, com a dança de roda, com as conversas com os mais velhos, dando vida ao sofrimento e luta de nosso povo.

O colégio deveria ter uma professora da comunidade, ensinar a cultura do quilombo, deveríamos uma técnica de enfermagem, dentista daqui. Formar pessoas capacitadas da própria comunidade, sem dúvida a adesão aos serviços seria bem maior...

A escola precisa da ampliação do muro, construção da quadra, sala de leitura e de mais professores quilombolas...

Os professores precisam conhecer a história da comunidade, falar sobre a importância do samba de coco, ensinar as danças a comunidade, propagar o amor a nossas raízes (...) outra coisa que não podemos perder é ensinar a arte de dançar, fazer corda, canoa, cantar nossas cantigas...

Percebe-se pelas falas acima que a comunidade orgulhosamente vê a escola como marco da história de luta pela apropriação legal e simbólica do território. Além disso, os entrevistados alegaram que o acesso à escola é tranquilo e para os quilombolas que moram distante do centro do quilombo existe um ônibus novo para transportar as crianças (Figura 68).

Figura 68 - Colégio Estadual 27 de Maio em Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em **Lagoa dos Campinhos**, **51,28%** (40) são analfabetas, ou possuem apenas ensino fundamental, estando as pessoas assim distribuídos: 23,07% (18) não sabem ler, 28,21% (22) quilombolas possuem o ensino fundamental, sendo 8 de modo incompleto e 14 concluíram o ensino fundamental. **43,58%** (34) possuem o ensino médio, destes apenas um de modo incompleto. O restante, 5,14% (4) possui o ensino superior, sendo que somente duas concluíram essa etapa de ensino.

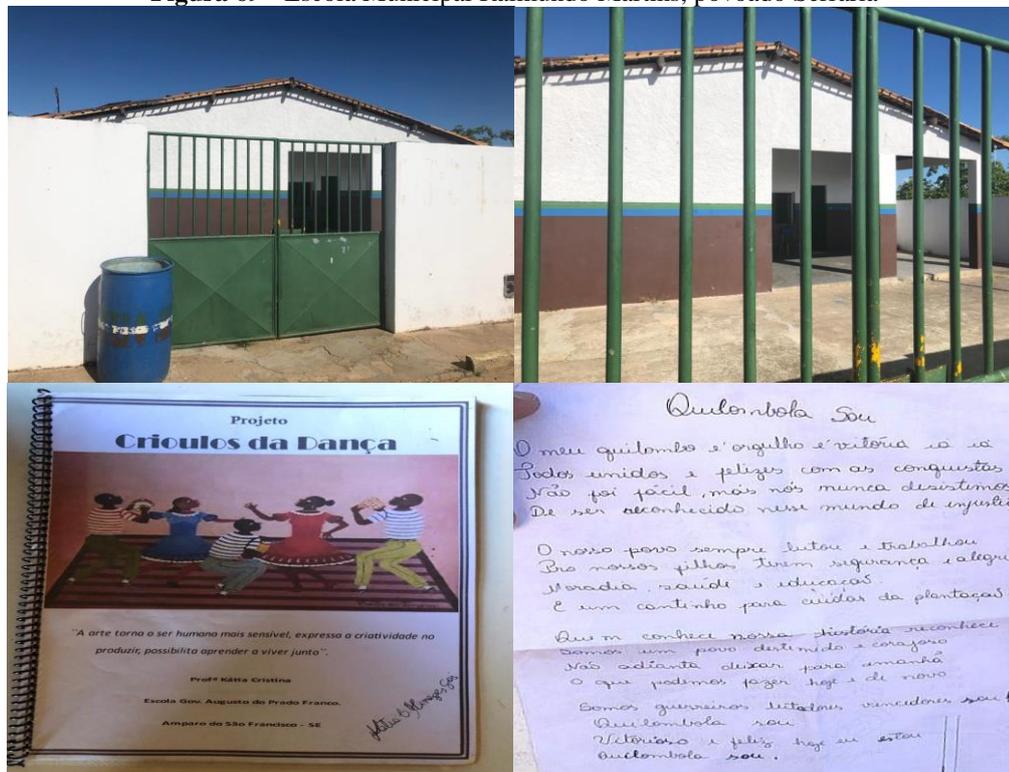
Este quilombo possui duas escolas municipais: o Colégio Municipal Raimundo Martins, antigamente denominado de Augusto do Prado Franco no povoado Serraria e o Colégio Josias José do Nascimento no povoado Crioulo.

A escola localizada no povoado Serraria, em 2020, teve seu nome mudado para “Colégio Municipal Raimundo Martins”, em homenagem (*in memoriam*) a uma ex-liderança quilombola de Serraria, o Sr. Raimundo Martins, falecido em 2010 de causas naturais. O homenageado era filho de Aurora Martins dos Santos e do popular “João Caboco” (não se sabe o sobrenome), possuía várias profissões carpinteiro, pescador, agricultor e rezador, sendo muito respeitado e reconhecido pelos moradores da área.

Essa escola têm uma estrutura muito simples, típicas de escolas da zona rural do Brasil, possuindo um total de 50 (alunos). A estrutura física é formada por duas salas de aula, uma copa, dois sanitários, uma sala para acondicionar material escolar e uma pequena área aberta. No colégio são ministradas aulas dos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano e de uma turma de Educação de Jovens e Adultos – EJA fundamental menor (14 alunos). A escola possui oito funcionários, sendo quatro professoras (uma delas desempenha também a função de diretora e administradora da unidade de ensino), uma auxiliar administrativo, uma merendeira e dois vigilantes. Percebe-se ainda, que os docentes desenvolvem projetos de

reafirmação identitária e os valores e costumes da comunidade são repassados para as crianças do quilombo (Figura 69).

Figura 69 - Escola Municipal Raimundo Martins, povoado Serraria



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Ao passo que a segunda escola, situa-se à margem do rio e tem uma estrutura física mais modesta que a primeira, possuindo apenas três salas, sendo uma adaptada para copa, um banheiro e nenhum espaço de lazer, tanto que é comum as crianças brincarem no entorno do colégio. Nela funciona apenas a creche e a pré-escola, ou seja, atende a 20 crianças de 1 ano e 6 meses até 06 anos de idade (Figura 70).

Ressalta-se que todos os quatro funcionários da escola (duas professoras, uma merendeira e uma auxiliar de serviços gerais) pertencem à comunidade e fazem parte do quadro efetivos de servidores do município.

Figura 70 - Escola Municipal Josias José dos Santos, povoado Crioulo/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Observa-se, entretanto, que as falas das crianças e dos educadores demonstram o conhecimento a respeito da história da comunidade e da cultura afro-brasileira, podendo-se perceber o desenvolvimento de um trabalho identitário consistente, com uma preocupação com as questões étnico-raciais, tanto é que as paredes das salas falam por si só, pois nas mesmas encontramos vários trabalhos afixados com o resgate da cultura quilombola. Nesse sentido, a professora Silvânia (2019) do Colégio José Josias dos Santos relatou que: “Hoje a comunidade se reconhece negra e isso é fruto de um trabalho de base que vamos desenvolvendo desde cedo com os pequenos, apesar de toda carência de infraestrutura” (Figura 71).

Figura 71 - Atividades das crianças quilombolas do povoado Crioulo/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Registra-se que, em Lagoa dos Campinhos, o acesso ao transporte é restrito, só existindo um ônibus de propriedade particular que leva os alunos que estudam na rede particular para as escolas do município de Amparo e Propriá. E, somente no sábado é que esse ônibus fica à disposição do público em geral, para levar a comunidade até à feira de Propriá. Entretanto, por ser perto, os moradores do Crioulo utilizam seus próprios barcos de pesca com motores para atravessar até a cidade de Propriá.

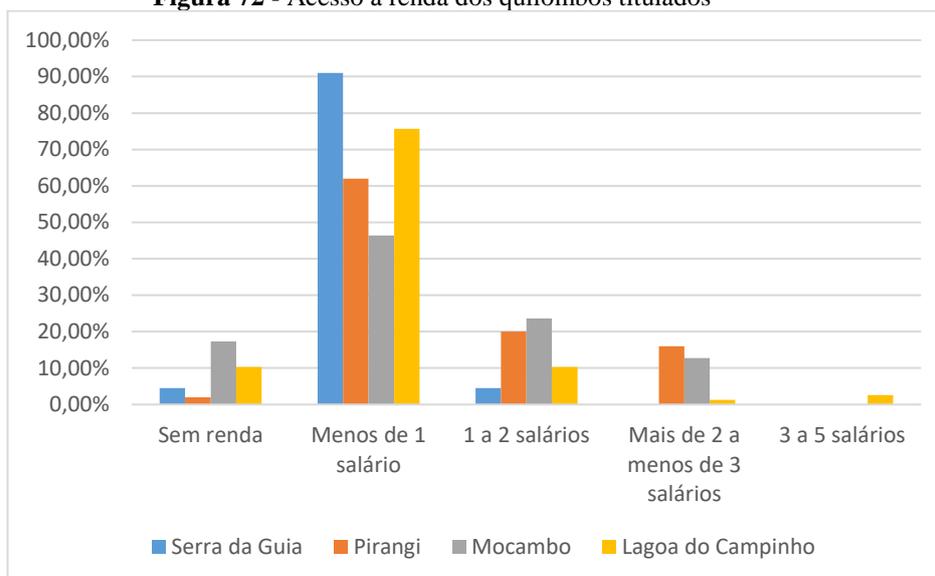
Assim, observou-se que os educadores possuem maior conhecimento da história do negro no Brasil e a comunidade reivindica docentes desse perfil na comunidade, é o caso dos quilombos Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco) e Mocambo (Porto da Folha). Porém, os entraves peculiares de uma educação formal e do processo de ensino-aprendizagem (estrutura física, planejamento pedagógico, etc.) foram significativamente encontrados também nesses estabelecimentos, o que corrobora com pensamento de Rizzolo (2008); Oliveira et al. (2018); Nascimento (2018) que afirmaram que os negros são o grupo racial mais pobre e excluído do país, ocupando as posições mais precárias do mercado de trabalho e possuindo os menores índices de educação formal.

Frente ao exposto, os quatro quilombos apresentaram índices muito baixos de escolaridade e mesmo existindo uma tendência de crescimento no número de pessoas cursando o ensino médio nos quilombos Mocambo e Lagoa dos Campinhos, a maior parte dos entrevistados das quatro comunidades ou são analfabetos ou possuem somente o ensino fundamental. Logo, o **IS4 dos quatro quilombos é ruim**, não sendo pontuado.

e) Acesso à renda

O grau de escolaridade pode influenciar diretamente na renda das famílias quilombolas, uma vez que muitos jovens abandonam as comunidades rurais para estabelecerem-se nos centros urbanos e, devido à pouca escolaridade ou qualificação para o trabalho, enfrentam o subemprego e a falta de serviços, sendo que essa realidade, portanto, reafirma um processo histórico de exclusão dos espaços por falta de condições de permanência e falta de estabelecimentos de ensino no seu território (SANTOS; SILVA, 2014).

Em todos os quilombos titulados, a maior parte da população consultada tem renda inferior a um salário mínimo e em comunidades como Lagoa dos Campinhos, 26,92% dos entrevistados não possuem nenhuma fonte de renda, embora seja curiosamente também o único quilombo que detectamos indivíduos (2%) com rendimento de 3 a 5 salários mínimos (Figura 72).

Figura 72 - Acesso à renda dos quilombos titulados

Fonte: PESQUISA, 2021

Em **Serra da Guia**, observou-se que a maioria dos entrevistados está desempregada, ou são agricultores e/ou sobrevivem de empregos informais e temporários (roça, faxina, venda e fabricação de vassouras, etc.) ou de programas de assistência do governo. A condição de vulnerabilidade, limita o acesso a diversos bens materiais e de consumo que garantem a subsistência digna da família.

Nessa perspectiva, a renda de todos os entrevistados é inferior a dois salários-mínimos, sendo que 4,5 % (5) vivem sem remuneração alguma, 91% (101) subsistem com menos de um salário-mínimo e 4,5% (5) recebem de um a dois salários mínimos. O cenário demonstra que 96,4% (107) têm como principal fonte de renda programas assistenciais como a bolsa família, o regular recebimento de cestas básicas fornecidas pelo INCRA e doações de voluntários, sem os quais não haveria condições mínimas de subsistências. É importante destacar que as doações não são contínuas e ocorrem em média duas vezes ao ano.

No **quilombo Pirangi**, a comunidade possui renda muito baixa, sobrevivendo basicamente da agricultura de subsistência e da ajuda de benefícios sociais como: aposentadoria rural e programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família. Desta forma, constatou-se que 2% (1) dos entrevistados não possuem nenhum rendimento, 62% (31) recebem menos de um salário-mínimo, 20% (10) ganham de um a menos de dois salários mínimos e apenas 16% (8) recebem de 02 a 03 salários-mínimos.

Além disso, 40% (20) dos entrevistados recebem bolsa família, 22% (11) possuem aposentadoria rural e 6% (3) recebem seguro-safra, porém 32% (16) dos entrevistados afirmaram

não possuir nenhum benefício assistencial. Quando questionados sobre o motivo dos 32% (16) não buscarem um benefício social, visto que se enquadram nos requisitos de baixa renda, todos os entrevistados responderam que encaminham os papéis e não obtêm retorno, isso demonstra que a burocracia do sistema, aliada ao pouco esclarecimento da população para reivindicar seus direitos, são componentes que fazem com que direitos sociais sejam rotineiramente negados.

Em **Mocambo**, a principal fonte de renda da comunidade é a agricultura, onde 97% (107) cultivam algum produto para a subsistência (milho, feijão, palma), destes 42,73% também criam boi, galinha, ovelhas, caprinos e pescam e somente 2,73% (3) obtêm renda através do artesanato. Entretanto, percebe-se que a maior fonte de subsistência da comunidade são os poucos empregos públicos e sobretudo programas assistenciais do governo, de maneira que 42,74% (47) dos entrevistados recebem bolsa família e 22,73% (25) recebem aposentadoria rural, seguro defeso ou seguro safra.

Além disso, verificou-se que, 17,27% (19) dos entrevistados não possuem nenhum rendimento, 46,36% (51) recebem menos de um salário-mínimo, 23,64% (26) ganham de um a menos de dois salários mínimos e 12,73% (14) recebem de 02 a 03 salários-mínimos.

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, 89,74% (70) dos entrevistados alegaram que a principal fonte de subsistência é o recurso oriundo do Programa Bolsa-família, 2,56% (2) recebem auxílio pesca e 7,69% (6) não fazem jus a nenhum benefício assistencial. Para complementar a renda, 98,71% (77) trabalham na agricultura, sobretudo na plantação de milho, feijão e macaxeira. E destes, 83,33% (65) ainda criam algum animal, ou seja boi, galinha e porco (23) e o restante subsiste da pesca (42).

Mesmo diversificando as fontes de renda, percebeu-se que 10,26% (8) da comunidade não possuem nenhum rendimento, 75,64% (59) recebem menos de um salário, 10,26% (8) ganham de 1 a menos de 2 salários, 1,28% (1) recebe de 2 a menos de 3 salários e 2,56% (2) percebem de 3 a 5 salários.

Segundo os estudos de Rizzolo (2008), com relação a população branca, três vezes mais negros recebem menos de $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo, o que representa 9,5 milhões de pobres negros a mais do que de brancos. Nesse sentido, a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR (2012) já afirmava que 75,6% das famílias quilombolas brasileiros estão em situação de extrema pobreza e 78% (56,2 milhões) são beneficiários de programas assistenciais como o Bolsa Família. Sendo lamentável que, oito anos depois, o cenário tenha se perpetuado mesmo nos quilombos titulados e que já foram incluídos no Sistema e

Programa de Reforma Agrária (SIPRA). Desta maneira, o **IS5** é classificado como **insustentável** (0,0) para os quatro quilombos titulados, conforme a matriz de indicadores formulada.

f) Sistema de saúde implantado

De acordo com o artigo 3º da Lei 8080/1990 “os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990). Percebe-se ao analisar esse dispositivo legal que mesmo após mais de 30 anos de implantação do Sistema Único de Saúde, esse direito constitucional também é relegado às comunidades, sobretudo nos quilombos titulados.

Segundo a PNSPN (2011), a saúde deve ser pensada alinhando pelo menos três aspectos: discussão do racismo e seus impactos na condição de vida e qualidade da assistência; ciência enquanto perspectiva holística, introjetando os valores de matrizes africanas e seus principais elementos no cuidado em saúde, a exemplo da preservação da memória cultural e suas técnicas de alívio/cura (uso das plantas medicinais, danças, festas, culinárias, rezas, animais e minerais), e de seus diferentes modelos de diagnósticos (consulta a búzios, cartas, seres iluminados, santos, orixás, ancestrais, etc.), e por fim conjugando os saberes científicos aos tradicionais, como forma de potencializar e alcançar a promoção da saúde das comunidades negras.

Do ponto de vista institucional, os serviços de saúde da comunidade Serra da Guia/SE são muito precários, 70,3% (78) dos entrevistados quando adoecem procuram auxílio nas práticas e saberes populares (rezadeira, benzedeira, parteira, tratamento com ervas medicinais, etc.) e só nos casos mais graves deslocam-se aos postos de saúde dos povoados vizinhos mais próximos. Ressalta-se que 29,7% (33) dos quilombolas afirmaram que praticamente não acessam serviços institucionais de saúde.

No tocante ao acesso aos serviços de saúde nas unidades básicas mais próximas, 57,7% (64) dos entrevistados afirmaram que sempre conseguem atendimentos nas unidades de saúde mais próximas, 3,6% (4) na maioria das vezes são atendidos, 35,1% (39) às vezes conseguem e 3,6% (4) nunca conseguem. Entretanto, a maior parte deles relatou dificuldades para marcar consultas e exames especializados, tanto é que 45,9% (51) das pessoas nunca conseguiram

acessar esses serviços, 27% (30) às vezes conseguem, 4,5% (5) na maioria das vezes conseguem e 22,5% (25) sempre conseguem.

A comunidade possui uma unidade de saúde com uma infraestrutura precária, sem equipe de saúde da família. Inclusive o único espaço de atendimento clínico foi construído com doações destinadas à Dona Josefa Maria da Guia, mais conhecida como Zefa da Guia. O posto de saúde não possui materiais e insumos para atendimento, sendo regularmente utilizado por Dona Josefa da Guia para aconselhamentos, partos, orações e prescrição de remédios medicinais. A liderança comunitária afirmou que a última vez que a equipe médica tinha aparecido na comunidade fazia uns três meses, referindo-se à equipe de saúde da família de Poço Redondo que duas vezes ao ano aparece com médicos, enfermeiros e agentes de saúde para consultar a população (Figura 73).

Figura 73 - Posto de saúde do quilombo Serra da Guia em Poço Redondo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Dona Josefa da Guia é parteira, benzedeira, líder comunitária e, apesar de não saber ler e escrever, exerce o papel de médica, enfermeira, assistente social, orientando, todas as mulheres, gestantes, puérperas, crianças da região, prestando auxílio a várias pessoas que a procuram em busca de cura, conselho espiritual e cuidados de saúde (NEVES, 2016). Práticas que se reputa de grande relevância na medida em que muitas necessidades de saúde são satisfeitas e as dimensões do cuidar extrapolam as maneiras conhecidas e delineadas pelo conhecimento científico. Porém, há questões de saúde que a medicina trilhou caminhos eficazes e o equilíbrio entre os dois saberes (tradicional e científico) favoreceriam o bem-estar dessas comunidades. Enfim, como no quilombo, os serviços de assistência e saúde institucionais são praticamente inexistentes, Dona Josefa da Guia representa, ao lado de seu Deus plural e de seus antepassados, os únicos cuidados humanizados recebidos pela população local e por todo entorno da região.

Nesse sentido, Lacerda (2017) chama a atenção para essa poderosa e antiga forma de cuidado em saúde, onde as mulheres negras benzedoras curam usando ervas e orações, demonstrando o potente mecanismo do matriarcado, da transmissão oral dos conhecimentos e saberes populares por gerações, constituindo-se potentes “Agentes Cuidadores Quilombolas” (ACQ). Enfim, ACQ, não cobram pelos seus serviços, sendo indivíduos protagonista no pensar, agir, criar, participar e transformar a sua comunidade por meio do cuidado com a saúde das pessoas e do meio ambiente, enquadrando-se nessa categoria as parteiras, rezadeiras, benzedoras, líderes espirituais e comunitários.

Entretanto, a devastação do bioma Caatinga da região constitui uma ameaça à transmissão desses saberes intergeracionais no conhecimento das ervas e de seus usos medicinais, representando a fragilização de uma cultura ancestral e o comprometimento de um dos principais instrumentos de cura e cuidados em saúde dessas populações tradicionais.

No quilombo **Pirangi**, a assistência em saúde também é precária, não possui Unidades Básicas e a Estratégia de Saúde não é atuante, sendo raras as visitas dos agentes de saúde, médicos, enfermeiros, dentistas e/ou outros profissionais de saúde na comunidade. Dessa forma, 58% (29) dos quilombolas de Pirangi são atendidos no posto de saúde do povoado Igrejinha, devido à proximidade da comunidade e utilizam ervas medicinais para resolver seus problemas de saúde. Além disso, 42% (21) dos entrevistados afirmaram que não procuram os serviços institucionais de saúde e preferem se cuidar através de ervas medicinais.

Ressalta-se ainda, que 80% (40) dos entrevistados relataram que quando tentaram conseguiram ser atendido na Unidade de Saúde da Família mais próxima, mas a continuidade dos cuidados em saúde é mais difícil, em virtude do precário acesso à consulta e exames especializados, já que 30% (15) nunca conseguem marcar exames pelo SUS e 42% (21) afirmaram que raramente conseguem agendar tais procedimentos, o que faz a comunidade delegar aos próprios membros do quilombo (rezadeira, benzedora, etc.) seu cuidado em saúde, uma vez que a assistência só chega efetivamente a 28% (14) dos demandantes.

Desta forma, uma grande preocupação dos mais velhos é que os jovens, por serem seduzidos pela proximidade dos centros urbanos, não queiram aprender esse saber intergeracional do uso das ervas medicinais, o que representaria uma enorme perda simbólica e de cuidado em saúde para as comunidades em epígrafe.

Nesse sentido, Ricardo (2011, p.42) menciona que esse desinteresse pode estar atrelado à desconfiança dos mais jovens quanto à eficácia terapêutica das ervas e a fatores como “perda da

biodiversidade original, extrativismo inadequado de várias espécies, maior facilidade de acesso à medicina moderna, deslocamento de pessoas a partir de seus ambientes naturais para regiões urbanas, degradação ambiental e intrusão de novos elementos culturais acompanhados da desagregação dos sistemas de vida tradicionais”.

Mocambo possui uma unidade de saúde denominada de “Aladin Rodrigues de Souza” em homenagem ao líder comunitário falecido em 2011. Ele teve um importante papel na preservação da memória cultural quilombola e organização de eventos na comunidade, remetendo a ideia de saúde interligada à concepção de bem-estar físico e mental e a ancestralidade como elemento importante para a saúde dos quilombolas (Figura 74).

Figura 74 - Unidade de Saúde da Família Aladin Rodrigues Souza em Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A equipe de saúde é formada por médico, enfermeira, técnica de enfermagem, agente comunitária de saúde e, embora a mesma funcione de segunda a sexta das 7 às 16 horas, o médico só atende uma vez por semana na comunidade, o que é motivo de reclamação. Ressalta-se que a equipe odontológica (dentista e auxiliar de serviços bucais) vem de Porto da Folha, uma vez por mês para prestar assistência aos quilombolas, que têm suas consultas previamente agendadas pela agente comunitária de saúde.

Na etapa de campo, 7,27% (8) dos entrevistados afirmaram que não acessam serviços formais de saúde, curando suas patologias através de ervas medicinais e rezas, 72,73% (80) disseram que procuram diretamente a unidade de saúde da comunidade e recorre também ao uso de ervas medicinais para cuidar de suas doenças, 18,18% (20) além de utilizarem os saberes tradicionais reconhecem a existência da equipe de saúde da família e sobretudo do agente de

saúde como importante para a comunidade e somente 1,82% (2) disse ter que procurar assistência à saúde fora do quilombo, no município de Porto da Folha para qualquer tipo de doença.

Além disso, 8,18% (9) alegaram nunca ou raramente conseguir atendimento na unidade de saúde, 4,55% (5) afirmaram que na maioria das vezes conseguem atendimento clínico no posto de saúde e 87,27% (96) sempre são atendidos na unidade de saúde da família. Quanto ao acesso aos exames e consultas especializadas, 34,45% (39) disseram nunca conseguir marcar, 14,55% (16) às vezes têm acesso a esses serviços, 6,36% (7) na maioria das vezes conseguem e 43,64% (48) sempre marcam seus exames e consultas especializadas.

Percebe-se que a comunidade faz uso regular dos serviços de saúde institucionalizados, mas não abre mão dos saberes tradicionais para tratar suas enfermidades, senão vejamos:

Costumo, procurar um rezador, ele sempre me indica chás e remédios. Dá última vez tomei chá de folha da goiabeira para a diarreia. Um excelente rezador daqui é Sr. Antônio.

Uso remédio caseiro como erva medicinal, quando não procuro o médico no hospital mais próximo. Uso malva branca para inflamação na vagina; Dipirona para dor de cabeça; ampicilina para dor nas cordas vocais; salsinha e coentro para tirar pedras nos rins; aroeira e barbatimão para inflamação nos rins, dor na uretra, garganta; leite de peito para dor no ouvido.

Vamos para o posto de saúde, quando adoecemos, mas não deixamos de usar nossa erva-doce, capim santo para fazer chá e melhorar das dores.

Eu tomo medicamentos em casa, já outras pessoas vão para o posto de saúde ou hospitais. Cidreira e Capim Santo na própria Comunidade posso obter. Utilizo frequentemente essas ervas, servem para calmante e relaxante.

Procuram o Posto de Saúde que às vezes está aberto. As ervas medicinais também servem de remédio aqui na Comunidade. Tem o capim-santo, a erva cidreira. O Capim Santo, que dizem que é bom para gripe.

O posto de saúde onde o médico está na Comunidade uma vez por semana. E quando não conseguimos consulta usamos erva, por exemplo o capim santo é um calmante, cidreira para inflamação.

Sempre que dá procuramos a Unidade Básica de Saúde, mas médico só uma vez por semana, então recorremos as ervas. Sambacaitá para inflamação uterina; mastruz serve para os pulmões com secreção; casca do mulungu serve para calmante; a folha da novalgina serve para febre; moringa serve para diabetes, colesterol e todo tipo de inflamação.

Ressalta-se que, em Mocambo, foram detectados pelo menos três agentes cuidadores quilombolas, o Sr. Antônio, famoso rezador da comunidade, as senhoras Inez e Nazaré, lideranças locais, a primeira é agente comunitária de saúde e quilombola que faz a interlocução entre a assistência médica e os saberes tradicionais e, por fim, a Sr. Nazaré, professora de

História, presidente da Associação Quilombola que percebe os aspectos culturais, como o samba de roda, novenas, as festas comunitárias como ações de promoção de saúde e bem-estar.

O Sr. Antônio, rezador local, normalmente não divulga seus serviços e nem cobra por eles, mas é citado pela comunidade como uma referência no cuidar, jamais negando seu auxílio espiritual e terapêutico. Nesse sentido, com sua simplicidade Sr Antônio pontuava:

A nossa cultura é saúde, qualidade de vida, tem riqueza e cuidado maior que nossa cantiga do samba de coco, que envolve o negro e o branco, e a capoeira, e nos terreiros é a onde vão ensinar os remédios, as folhas, como cuidar da saúde, como cuidar dos animais.

Corroborar-se com Lacerda (2017) quando menciona que esses saberes tradicionais são bens coletivos, pois estão a serviço da comunidade e todas as pessoas que “rezam” dominam o uso das plantas medicinais.

Por fim, **Lagoa dos Campinhos** possui duas unidades de saúde, com 4 salas cada, pouco equipadas, onde a equipe de saúde é formada por médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

A Unidade Básica de Saúde “Aloísio Pinheiro” localizada no povoado Pontal atende os moradores de Pontal e Serraria. A equipe de saúde só presta assistência aos moradores dessa localidade uma vez por semana, quando o médico, enfermeiro e auxiliar de enfermagem vem de Amparo para prestar atendimento à comunidade.

Entretanto, os moradores da localidade contam com os cuidados de uma agente comunitária de saúde que marca as consultas clínicas e odontológicas (uma vez a cada dois meses no povoado Crioulo) e distribui remédios da farmácia básica para a comunidade, em geral hipertensivos, hipoglicemiantes e demais medicações, quando a equipe de saúde vai ao quilombo. O posto conta ainda com um funcionário da limpeza e outro na recepção (Figura 75).

Figura 75 - Unidades Básicas de Saúde em Lagoa dos Campinhos/SE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A outra unidade de saúde localiza-se no Crioulo às margens do Rio São Francisco, situando-se entre dois bares tradicionais (Bar da Leide e Bar da Cássia), famosos por funcionar sete dias da semana e em todos eles servirem os melhores peixes fritos e farofa d'água do Estado. Próximo a esta unidade de saúde encontramos também uma lanchonete e o Colégio José Josias dos Santos (SILVA, 2015).

Nesta unidade de saúde, semelhante à de Pontal, só há atendimento médico, de enfermagem (auxiliar e enfermeira) uma vez por semana, ficando ainda neste dia uma ambulância à disposição dos quatro povoados. Essa unidade possui apenas dois funcionários fixos, uma agente comunitária de saúde e outra de limpeza, ambas concursadas. Não há consultório odontológico, de maneira que a assistência bucal é prestada uma vez a cada dois meses por um consultório móvel de Amparo do São Francisco. Nesse sentido, as lideranças comunitárias pontuam

Eu vou para o médico no posto de saúde e utilizo remédios naturais da Comunidade, que são feitos com ervas: mastruz, manjerição, velaminho.

Na comunidade tem agente de saúde, orienta as pessoas, médico, dentista é muito difícil. O que nos salva é os remédios do posto de saúde, as ervas medicinais, as rezadeiras e a agente de saúde, pois profissionais da medicina aqui é difícil.

Todo o tempo uso a malva branca, cidreira, capim santo, pau de teiú, asa-peixe que planto no quintal.

Costumo usar remédios como: Banho de caboclo (“coisa” de mulher), quebra pedra (dor no rim); folha de abacate; erva doce (dor na barriga); pitanga (gripe e febre); capim santo (dor na barriga, gripe); velaminho (dor no corpo, gripe); alfavaca (gripe, banho de asseio).

Aqui falta tudo, não tem dentista, boa alimentação, políticas públicas, incentivo a plantação, médicos especialistas (ginecologistas), até o médico clínico só tem uma vez ao mundo.

Em Lagoa dos Campinhos, 42,31% (33) dos entrevistados não fazem uso de qualquer serviço institucional de saúde, tratando-se apenas com rezas e ervas medicinais, 46,15% (36) fazem uso desses saberes tradicionais e em casos mais graves procuram os postos de saúde, e somente 11,54% (9) reconhecem a estratégia de saúde da família com serviço atuante e afirmam utilizar outros serviços especializados do sistema único de saúde.

Ressalta-se ainda, que 44,87% (35) das pessoas consultadas afirmaram que às vezes tiveram atendimento da estratégia de saúde da família, 32,05% (25) disseram que sempre são assistidos por essas equipes e 23,08% (18) afirmaram que, regularmente, recebem visitas dos agentes comunitários de saúde. Entretanto, 58,97% (46) destas pontuaram que raramente conseguem marcar exames e consultas especializadas, 21,79% (17) falaram que na maioria das vezes conseguem atendimento especializado ou marcação de seus exames e 19,23% (15) afirmaram que sempre conseguem tais procedimentos.

Na zona rural e sobretudo nas áreas mais vulneráveis como os quilombos, a assistência à saúde é uma conquista obtida a partir de muita mobilização e organização social e quando este serviço efetivamente é prestado muitas vezes a equipe de saúde não está capacitada para lidar com as especificidades do território quilombola, sobretudo para saber identificar alguns tipos de doenças que acometem a população negra e seus descendentes, à exemplo da anemia falciforme, ou até nem mesmo conhecer a importância das ervas e da ancestralidade para essas comunidades.

Nesse sentido, é necessário atrelar os conhecimentos tradicionais ao modelo biomédico então vigente, pois se a saúde não for pensada ao lado de um sistema cultural de cuidado que inclua especialistas não reconhecidos da medicina tradicional (benzedeiros, curandeiros, xamãs, pajés, pastores, padres, pais de santo, etc.), as terapêuticas de cura serão pouco efetivas, posto que não se enquadram no contexto sociocultural do indivíduo. Isto posto, Pereira et al (2015, p.34) pontuam

(...) a população quilombola utiliza quase que exclusivamente o SUS e que quando adoece, geralmente procura o atendimento no posto de saúde, localizado na própria comunidade ou em bairro mais próximo, tendo em vista que as comunidades estão localizadas em áreas rurais, e necessitam percorrer longas distâncias para se deslocar aos hospitais. Os estudos demonstram, ainda, que em sua maioria as comunidades têm uma estrutura insuficiente para a prestação de serviços básicos, pouca disponibilidade de insumos e equipamentos e grandes barreiras geográficas devido ao isolamento físico, além de quadro insuficiente de profissionais.

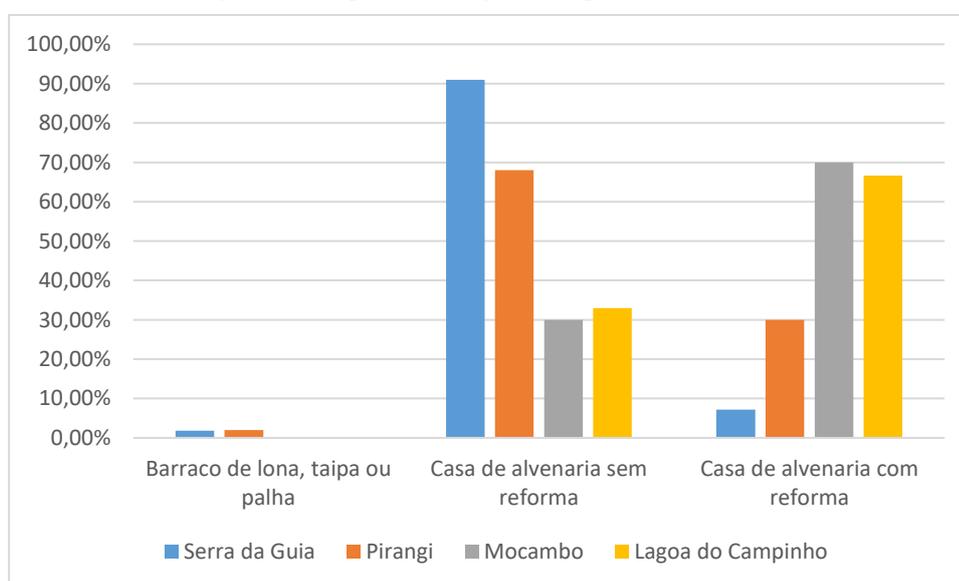
A desassistência no campo da saúde não deveria acontecer, pois a política de inclusão da população quilombola deve ser efetivada através da Portaria n.º 1.434, de 14/7/2004, que cria um incentivo à ampliação das estratégias de saúde para as comunidades quilombolas e da Portaria

GM/MS nº 1.434 de 14/07/04 que prevê um adicional de 50% no valor da verba destinada ao Programa de Saúde da Família e Saúde Bucal para municípios com menos de 30.000 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menor ou igual a 0,7 (BRASIL, 2013). Desse modo, o **IS6** é considerado de transição (0,5 pontos) para os quatro quilombos analisados.

g) Tipo de habitação

Percebe-se que todos os quilombos titulados foram contemplados com o crédito habitação numa parceria do INCRA com a Caixa Econômica Federal no valor de 34 mil reais por família quilombola e alguns moradores dos quilombos Mocambo e Lagoa dos Campinhos tiveram também um incentivo financeiro denominado “Reforma Habitação” para viabilizar a aquisição de materiais de construção a serem utilizados na reforma e na ampliação de habitações rurais no valor de até R\$ 17 mil reais por família, o que provavelmente explica o fato de nessas comunidades a qualidade das habitações ser melhor (Figura 76).

Figura 76 - Tipo de habitações dos quilombos titulados



Fonte: PESQUISA, 2021.

No quilombo **Serra da Guia**, 98,2 % (109) dos entrevistados possuem casa própria e somente 1,8% (2) são inquilinos e/ou moram em casas alugadas por terceiros. Com relação à quantidade de pessoas que residem nos núcleos familiares constatou-se que 40,5% (45) dos entrevistados possuem de 1 a 3 membros na residência, 39,6% (44) têm de 4-5 pessoas morando juntas e 19,8% (22) possuem seis ou mais pessoas convivendo sob a mesma moradia.

Quanto ao tipo de habitação, 91% (101) são casas de **alvenaria sem reforma**, ou seja, não estão rebocadas, não possuem pisos, não são pintadas, possuem acesso a redes hidráulicas e/ou elétricas deficitárias, 7,2% (8) são de alvenaria com reforma, tendo satisfatórias condições de utilização e somente 1,8% (2) são de lona, taipa ou palha (Figura 77).

Figura 77 - Habitações dos quilombolas de Serra da Guia em Poço Redondo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ressalta-se que 3,6% (4) das residências têm de 1-3 cômodos, 67,6 % (75) possuem entre 4-5 compartimentos e 28,8% (32) apresentam 6 ou mais cômodos. Além disso, o INCRA contemplou a comunidade com a construção de mais de 70 casas, senão vejamos:

Recebemos do INCRA 75 casas, mas ainda tem um projeto da caixa que irá contemplar por volta de 100 famílias, mas este encontra-se parado;

(..) 84 casas foram contempladas. Estamos com projeto protocolado para mais 50 casas, mas sabe como é governo né. Quando se fala de política para pobre, políticas públicas é bem complicado dificultado, mas a gente está na esperança de que cada governo que entre seja melhor que o outro apesar que para quilombola não anda fácil.

Fomos contemplados com aproximadamente 80 casas, tendo um projeto já em andamento na caixa de 40 residências e pedimos ao INCRA que envie outro pedido de 50 casas, para contemplar todas as famílias.

Registra-se ainda, que em parte dessas residências (31) foram implantados fogões ecológicos, que em muito tem melhorado a vida das famílias, através do projeto SERGIPE da Organização das Nações Unidas (Figura 78).

Figura 78 - Fogões ecológicos do quilombo Serra da Guia/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora e MAPBIOMAS, 2019.

Ao passo que, em **Pirangi**, 86% (43) dos entrevistados disseram ter casa própria e 14% (7) moram de aluguel ou em casas de terceiros fora da comunidade. 68% (34) dessas casas são de alvenaria sem reforma, 30% (15) de alvenaria com reforma e somente 2% (1) foram construídas de taipa. Apesar da maioria dos quilombolas possuir casa própria, o maior anseio de muitos deles é ter uma habitação no quilombo. Em 2019, foram construídas 50 casas para a comunidade Pirangi através da parceria do governo federal com a Caixa Econômica, entretanto elas ainda não estão aptas para moradia, pois a rede elétrica e o acesso à água ainda não foram disponibilizados (Figura 79). Ressalta-se que as cinquenta casas construídas possuem um padrão, possuindo quatro cômodos, sendo um banheiro, uma sala, uma cozinha e um quarto.

Figura 79 - Habitações do quilombo Pirangi em Capela/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Assim, numa área de 73 hectares do Quilombo, vivem atualmente somente 15 famílias quilombolas, o restante aguarda o acesso à água e energia elétrica nas casas recém-construídas para se mudarem para Pirangi.

Em **Mocambo**, 97,27% (107) dos entrevistados possuem casa própria e somente 2,73% (3) moram de aluguel e de favor em casa de parentes. De acordo com 58,18% (64) dos entrevistados, nessas casas residem 1 a 3 membros, 34,55% (35) disseram que 4-5 pessoas moram juntas e 7,27% (8) possuem 6 ou mais pessoas convivendo sob o mesmo teto. Além disso, 30% (33) das habitações são de **alvenaria sem reforma**, e 70% (77) são de alvenaria com reforma, não tendo sido encontradas residências de lona, taipa ou palha. Além disso, 2,72% (3) das casas possuem até 3 cômodos, 74,55% (82) de 4-5 compartimentos e 22,73% têm de seis a mais divisórias (Figura 80).

Figura 80 - Fotografia das residências do quilombo de Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Percebe-se que, em Mocambo, as casas são distribuídas na forma de duas fileiras paralelas, denominadas de “rua de cima” e “rua de baixo”. Esta fica mais próxima do rio, tendo aproximadamente 350 metros de extensão, possuindo por volta de 80 habitações conjugadas. Por fim, a rua de cima fica a uma distância de cerca de 5km a oeste, na direção do “centro”, localizado em uma parte superior do terreno, numa área conhecida por “Ranchinho”, que diferentemente do primeiro grupamento, possui poucas casas (residem por volta de 10 famílias), distantes umas das outras. Além disso, por volta de mais vinte famílias ocupam lotes em pontos dispersos de Mocambo e Ranchinho, entretanto a localidade não possui uma denominação específica.

De acordo com um antigo morador e liderança do quilombo, Sr, Antônio, as terras mais férteis do quilombo Mocambo e próximas ao rio São Francisco foram destinadas à construção de habitações e não à agricultura, prejudicando a produção e subsistência da comunidade. Assim, “boa parte das terras banhada pelo Rio São Francisco não foi usada para a agricultura, só essas terras já eram suficientes para a comunidade trabalhar e gerar renda”, o que demonstra fragilidade no planejamento do uso e ocupação do solo nesse quilombo.

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, 98,72% (77) das pessoas consultadas possuem casa própria e somente 1,28% (1) mora de aluguel. Destas habitações, 66, 37% (52) são de alvenaria com reforma e 33,33% (26) são de alvenaria sem reforma. Além disso, 7,69% (6) das residências possuem de 1-3 cômodos, 53,85% (42) de 4 -5 compartimentos e 38,46% (30) têm seis ou mais divisórias. Acrescenta-se que 46,15% (36) dos quilombolas possuem de 1-3 indivíduos residindo juntos, 43,59% (34) disseram que 4-5 pessoas moram na mesma casa e 10,26% (8) possuem 6 ou mais pessoas convivendo sob o mesmo teto (Figura 81).

Figura 81 - Residências do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Desse modo, o **IS7** relativo ao tipo de habitação recebeu a pontuação de 0,5 (transição) para os quilombos de Serra da Guia e Pirangi e foi considerado como indicador satisfatório para as comunidades Mocambo e Lagoa dos Campinhos, obtendo 1,0 de valoração.

4.1.4 Indicadores de Qualidade de Vida: Dimensão Cultural

Os indicadores culturais foram pensados tomando por base o paradigma do “Bem Viver”, pois a visão transdisciplinar, holística, as relações com a natureza, com a fé e com o sobrenatural auxiliam a pensar novos mecanismos de sustentabilidade e qualidade de vida. Enfim, neste paradigma a identidade cultural está intimamente relacionada com o local onde se vive, com os modos de vida e expressões, a exemplos da arte, vestimenta, música, dança, etc (ALCANTARA, SAMPAIO, 2017).

A dimensão cultural é formada por 04 (quatro) indicadores: Identidade Quilombola, Religiosidade, Frequência das manifestações culturais e Bens Culturais. Entretanto, o indicador “Identidade Quilombola” é um indicador agregado, sendo composto por quatro variáveis (Presunção de Ancestralidade Negra; Trajetória Histórica Própria; Relações Específicas Territoriais e Uso Coletivo da Terra), conforme Tabela 14:

Tabela 14 - Parâmetros de pontuação do indicador “Identidade Territorial”.

Identidade Quilombola	Serra da Guia	Pirangi	Mocambo	Lagoa do Campinho
Presunção Ancestralidade Negra	39,64% (44)	40% (20)	92,73% (102)	83,34% (65)
Trajetória Histórica Própria	83,78% (93)	80% (40)	100% (110)	100% (78)
Relações específicas territoriais	39,036% (40)	26% 913)	70,91% (78)	67,95% (53)
Uso coletivo da terra	100% (111)	100% (50)	100% (110)	100% (78)

Fonte: PESQUISA, 2019

Em Serra da Guia e Pirangi, a maioria dos entrevistados afirmaram que dois dos quatro critérios estavam presentes, sendo considerado um indicador em transição (pontuação 0,5). Ao passo que em Mocambo e Lagoa dos Campinhos a maior parte das pessoas consultadas disseram que todos os critérios existiam na comunidade. Os demais indicadores culturais foram pontuados de acordo com a Tabela 15:

Tabela 15 - Síntese dos indicadores da dimensão culturais de acordo com Calório (1997)

Dimensão Cultural					
Indicadores	Parâmetros	SG	PI	MO	LC
IC1 Identidade Quilombola	Até 1 dos critério da IN 57 (0,0)	x	x	x	x
	02 a 03 dos critérios da IN 57 (0,5)	0,5	0,5	x	x
	Todos os critérios da IN 57 (1,0)	x	x	1,0	1,0
IC2 Religiosidade	Fora da Matriz Africana (0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0
	Dentro da Matriz Africana (1,0)	x	x	x	x
IC3 Frequência das manifestações culturais	Nunca acontecem (0,0)	x	x	x	x
	Ocorrem eventualmente (0,5)	x	0,5	x	x
	Ocorrem frequentemente - 03 ou mais vezes/ano (1,0)	1,0	x	1,0	1,0
IC4 Bens Culturais	Inexistentes e/ou informações dadas por agentes externos (0,0)	x	x	x	x
	Incipiente - relatos orais esparsos e poucas fontes materiais (0,5)	x	0,5	x	x
	Conservação dos bens materiais e imateriais da comunidade (1,0)	1	x	1	1
ISC		0,500	0,38	0,75	0,75

Fonte: PESQUISA, 2021.

Esses indicadores culturais foram classificados em parâmetros pontuados com valores de 0-1 de acordo com o grau de sustentabilidade para a comunidade e geraram um Índice de

Sustentabilidade Cultural (ISC) que variou de 0,38 (Pirangi) a 0,75 (Mocambo e Lagoa dos Campinhos).

a) Identidade quilombola

Em Serra da Guia, 52,3% (58) se consideram pardos, 39,64% (44) negros, 3,6% (4) brancos, 3,6% (4) amarelos e 0,9% (1) indígena. Notou-se que 39,64% (44) dos entrevistados não assumem sua negritude, nem consideram seu passado de escravidão, muitas vezes preferindo não se vincular a essas memórias, uma vez que a condição de escravidão dos seus ancestrais remete a memórias de opressão do seu povo, senão vejamos:

Nos chamam de negros da Guia, tudo que nos chega é mal visto. Dizem que não somos dignos de tomar nem água mineral, que não sabemos nem o que é água limpa, no dia que tivermos vamos beber como dipirona....

As pessoas, até mesmo da região nos olhavam diferente, éramos atendidos por último nos estabelecimentos, ouvíamos o que esse povo de ereu quer aqui.

Na escola, ouvíamos dos amigos, sua comunidade não tem luz, água encanada, são os coitados da Guia.

Sofria muito no colégio por ser negro e quilombola, isso me desestimulou a terminar o ensino médio. Eram comuns comentários – Olhem os negros da Guia.

Neste sentido, Souza e Bressanin (2018) acrescentam que pardo no Brasil remonta à ideia de mistura étnico-racial entre brancos e negros. Muitas vezes este termo é utilizado como mecanismo de passibilidade social, marcando a negação de pertencimento do indivíduo à categoria étnico-racial negra, ou seja, é a negação da negritude como reflexo do silenciamento deste povo ao longo dos séculos promovido pelo racismo histórico-ideológico.

Quanto à trajetória histórica própria, essa foi reconhecida pela comunidade quando 83,784% (93) dos entrevistados afirmavam serem descendentes de uma mesma família de escravos, mantendo parentesco entre si e com os negros do quilombo Mocambo. Ou quando orgulhosamente falam de sua liderança comunitária como a melhor parteira e benzedeira da região, afirmando que 72,1% (80) dos entrevistados recorrem às rezas e ao uso de plantas medicinais para seu cuidado em saúde, sendo estas algumas das atividades reprodutivas peculiares do quilombo.

Pode-se perceber pelos relatos dos moradores e registros históricos que, a partir do século XVII, a região de Serra de Negra serviu de esconderijo para as pessoas feitas escravas fugidas dos engenhos de Pernambuco e Alagoas, por ser considerado um local de difícil acesso e seguro

para os ex-cativos. Membros da comunidade afirmam que a região também serviu de abrigo para Lampião e seu bando, com entrada inclusive de alguns moradores do quilombo para o cangaço (FRIJEIRO, 2016). Nesse sentido, a liderança comunitária Dona Josefa da Guia (2019) relata:

Tenho dois primos que participaram do cangaço de Lampião e aqui de Serra da Guia já saíram 18 cangaceiros. Nossa terra tem história, o bando do rei do cangaço usava nossas terras para fugir dos volantes, ou seja, dos soldados ou contratadores para exterminar o bando.

Deste modo, fica claro que, neste quilombo, encontra-se resquícios de comunidades negras da época da escravidão no Brasil e que a Serra sempre foi um local de refúgio para pessoas que viviam à margem do sistema opressor da época e que, além de abrigo, o topo da Serra guarda um orquidário selvagem raro e incomum para a região do Semiárido.

Nesse sentido, Marques (2017, p.178) reforça que: “devido ao fenômeno social do Cangaço que ocorreu na década de 1930 no Nordeste e por Poço Redondo, especialmente Serra da Guia, ter contribuído com a maior leva de jovens para o bando de Lampião [...] merece o epíteto de Capital do cangaço”. Frizerio (2016) complementa ainda, que as famílias que originaram Serra da Guia chegaram na região na segunda metade do século XIX, fugindo do cativo de Pernambuco.

Enfim, a história da comunidade é contada quando se mencionam que as transformações e lutas pelo território surgiram na década de 1970 quando Sr. João da Guia, morador da comunidade e parente de vários quilombolas exibiu o título da terra, afirmando tê-lo adquirido de uma família proprietária de cartório de Propriá. O episódio gerou revoltas na comunidade e após interferências das autoridades locais, ele aceitou lotear as terras, pelo que a maior parte da população recebeu de 4 a 8 tarefas, e algumas famílias ficaram com lotes maiores, que chegaram até 120 tarefas, como a de Dona Zefa.

Os tamanhos diminutos da maioria das propriedades inviabilizaram a produção e muitos moradores venderam suas terras aos fazendeiros locais e mais tarde até mesmo o Sr. João da Guia vendeu a baixo preço o restante de suas terras aos grandes latifundiários, findando sem propriedade alguma. Assim, as expropriações de terras pelos fazendeiros restringiram o acesso às áreas produtivas e as fontes de água limpa (INCRA, 2016).

Ressalta-se que, excetuando-se os lotes distribuídos para cada família, o restante da área do quilombo é de uso coletivo da terra e as famílias se organizam para plantar, criar gado,

marcando inclusive seus animais, que são criados sem cerca, sendo, em geral, desse espaço comum que retiram seu sustento e o de sua família.

Além disso, 39,036% (40) assumem-se como quilombolas que buscam direitos sociais e seu legítimo lugar na sociedade. O restante dos entrevistados, 16,22% (18) não sabem o que é quilombo, 15,31% (17) entendem como um povo que luta pelo direito à terra, porém não reconhecem qualquer vínculo com o passado histórico da escravidão, 32,43% (36) se autodenominam como povo que lutam por direitos sociais. Nesse sentido, algumas lideranças quilombolas de Serra da Guia definiram quilombo como:

Quilombo é nossa origem, é onde nascemos e nos criamos;

É o refúgio do povo negro, fugido da escravidão; Ser quilombo é, pra mim ter resistência. A gente vem refugiado e ali se formou um quilombo; é uma estrada para sair de escravidão né, então o negro que fugia chegava naquela área ali escondidinho e formava sua verdadeira comunidade;

Quilombo é nossa segurança, nosso lar, uma história de luta e recompensa, por termos conseguido nosso chão depois de tanto sofrimento de nossos antepassados;

É a união do povo negro, cooperação para conquista da terra e de um lugar para plantar;

É cultura, uma história de um povo ao longo do tempo;

Ser quilombola é trabalhar no coletivo, todos unidos para o bem da comunidade.

Entretanto, as relações específicas territoriais para 63,964% (71) dos entrevistados de Serra da Guia encontram-se fragilizadas, posto que a comunidade não tem comungado das práticas e saberes singulares e, muitos do conhecimento tradicional e da história de consolidação do quilombo ficam restritos a algumas lideranças locais, a exemplo de Dona Zefa da Guia. Neves (2016) faz um resgate do processo e luta pelo reconhecimento identitário do quilombo Serra Guia, afirmando que este foi marcado pela reconstrução das memórias sociais coletivas, da organização do grupo e a reivindicação veio ligada à tentativa da conciliação entre demandas por reconhecimento identitário, por redistribuição de recursos econômicos e acesso à terra e a políticas públicas.

A consolidação da identidade quilombola está bastante ligada à conquista territorial, tanto que um dos momentos marcantes e sempre citado pelos entrevistados é a solenidade de entrega da titulação. Nesse sentido, o atual presidente da associação quilombola de Serra da Guia (2020) relembra esse momento simbólico de entrega da titulação:

O primeiro título que a gente recebeu da terra foi por volta de 2013, na época era Dilma Rousseff, eu tive esse prazer de ir lá receber em Brasília. Serra da Guia, foi a primeira comunidade a receber o título diretamente da presidente nessa região, cerca de duzentas e poucas tarefas, eu acho, mas o mesmo ainda não chegou em nossas mãos. A gente foi lá em Brasília, pegou, tirou foto e ficou lá para que o INCRA entregasse uma cópia a comunidade, mas só ficou lá nos arquivos. O título é muito importante, ele tira a posse da mão do fazendeiro e devolve de fato a terra para gente, quando não se tem a titularidade, a terra não é considerada da gente, porque você só tem a permissão de posse, e ela só dá impulso para que você trabalhe, mas a qualquer hora você pode ser expulso, o fazendeiro pode retomar, enfim o título definitivo é a concretização da nossa luta.

Enfim, a conquista territorial configura-se como um marco na continuidade da luta por acesso à cidadania e por melhores condições de vida para a comunidade. Os avanços, nesse sentido, foram pontuais e muitas conquistas se deram por destaques de lideranças do próprio movimento quilombola, a exemplo de Dona Josefa da Guia. A representação dessa liderança é tão significativa que a modelo brasileira Gisele Bündchen produziu e filmou um documentário sobre ela, fazendo ainda em 2014 uma doação de 14 mil reais, que conjuntamente com outras recebidas, possibilitaram a construção de um posto de saúde, uma igreja católica e outra evangélica.

O quilombo **Pirangi** surgiu a partir do Engenho Saco da Lagoa em Capela-SE, pois como essa fazenda estava abandonada e seus últimos proprietários (herdeiros de Dória) a venderam para o município de Capela (1948) e no ano de 1970 ela foi doada (200 tarefas) para o Ministério de Agricultura. Com o fechamento das usinas de café da região, os trabalhadores rurais de Capela ficaram desempregados e, em 1987, o Sindicato do Trabalhador Rural, a Universidade Federal de Sergipe e o INCRA apoiaram os trabalhadores rurais sem terra e ex-escravos a ocuparem o atual quilombo Pirangi, oportunidade na qual a titularidade do imóvel foi reivindicada (FRIZERO, 2016).

Pirangi é também conhecido como “quilombo de roceiros” pois a terra é base da subsistência e reprodução física da comunidade, originou-se a partir da Associação Agrícola. Como em Capela sempre existiu a cultura da cana de açúcar e o uso da mão de obra escrava, com o declínio e fechamento das usinas e fazendas da cana, os descendentes de ex-escravos e/ou de trabalhadores negros livres e suas famílias, antes submetidos a condições precárias e desumanas de trabalho, uniram-se em busca do direito à posse e propriedade da terra.

Na década de 1990, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), para viabilizar as atividades de extensão do curso de Engenharia Agrônômica, utilizou a Fazenda Pirangi como laboratório. Em contrapartida com o auxílio do Estado, destinou cursos e projetos para o cultivo

de árvores cítricas e outras árvores frutíferas, piscicultura e criação de caprinos, suínos e outros. A UFS contribuiu ainda para a fundação da Associação Agrícola Pirangi, em 1994 (Figura 82), construiu uma estação pluviométrica (atualmente desativada), colaborou com a implementação de uma granja, viabilizando a produção de frangos para gerar renda, e este produto é comercializado até hoje para a Granja Estrela (FRIZERO, 2016).

Figura 82 - Estação pluviométrica e Sede da Associação Quilombola de Pirangi em Capela/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

A parceria possibilitou a aquisição de um trator que até hoje é utilizado pelos quilombolas e uma casa de farinha que auxilia na manufatura da mandioca e posterior venda do produto (FRIZERO, 2016). A casa grande da fazenda, onde funcionava o laboratório para os alunos da Universidade Federal de Sergipe, tornou-se, hoje, sede da Associação Quilombola Pirangi, que possui uma estrutura ruim, pois o telhado está fortemente deteriorado, com riscos de desabamento.

Embora a ancestralidade negra dessa comunidade seja evidente, observou-se que os moradores não têm sua negritude e vínculo comunitário fortalecidos, posto que, no tocante à raça, 56% (28) dos entrevistados se consideram pardos, 40% (20) negros, 2% (1) brancos, 2% (1) não souberam se auto definir. Assim como no outro quilombo, percebe-se que, apesar de majoritariamente possuírem tonalidade de pele mais escura, a maioria dos entrevistados identificou-se como pardos. Além disso, 14% (7) das pessoas consultadas não sabem o que é quilombo, 28% (14) entendem-se como um povo que luta por direitos sociais, porém não reconhece qualquer vínculo com o passado histórico da escravidão, 32% (16) se autodenominam como povos rurais que lutam pela terra e dignidade de trabalho nela e **26%(13)** reconhecem sua ancestralidade negra, buscam direitos sociais e seu legítimo lugar na sociedade, ou seja, a maior parte dessa comunidade não se reconhece como quilombola, tendo suas relações específicas

territoriais afrouxadas. Nesse sentido, algumas lideranças quilombolas de Pirangi (2020) definiram quilombo como

Povo que valoriza a luta pela terra

Tudo, a história de meu povo

Possibilidade de reconhecimento de direitos

Pessoas que herdam as terras de ancestrais para cultivar.

Motivo de orgulho, sangue negro lutador, que vive da terra

Pessoas que são descendentes de escravos.

Descendentes de escravos, que saíram dos engenhos e procuraram essa Fazenda para plantar.

Povo que luta por dignidade, direito de viver da roça e não mais da escravidão

Comunidade que abriga pessoas carentes e juntas vai desenvolver a terra para plantar.

A ancestralidade negra é reconhecida quando os entrevistados mencionam ter origem nos escravos oriundos das fazendas canavieiras e essa ancestralidade foi inclusive reconhecida quando o INCRA e a UFS auxiliaram o povo negro para formar o quilombo. Podendo-se perceber que a identidade quilombola foi consolidada com a contribuição de agentes externos, conforme apontam lideranças quilombolas de Pirangi (2020):

Não conheço muito como se deu o reconhecimento da comunidade, só sei que isso foi possível graças à ajuda da EMDAGRO, Prefeitura e Universidade Federal de Sergipe (UFS);

Teve um projeto de horta do SENAI com a universidade e estes reuniram o povo negro, cadastrando todos no INCRA para dar casas;

Redescobrimos a força do povo negro a mais ou menos 17 anos, através da ajuda do Sindicato e da UFS, nos reunimos para reivindicar no INCRA a terra e até hoje fazemos isso;

Veio o representante do sindicato se reuniu com os trabalhadores rurais e conseguimos as terras improdutivas, passando para os verdadeiros donos e que queriam trabalhar;

Na década de 80, a Secretaria de Agricultura, o Sindicato dos trabalhadores e a ENDAGRO juntos se uniram para solicitar a desapropriação da área acidentada e dá para a comunidade trabalhar e a partir de 1994 surgiu a Associação Quilombola. Depois vieram os estudos procurando estradas antigas, onde foram os engenhos. Os técnicos do INCRA foram identificando, fazendo levantamentos, através de relatórios antropológicos e confirmaram que aqui era refúgio de negros, remanescentes de quilombos.

A comunidade começou com o trabalho coletivo na roça, não lembro muito.

Tudo começou com as pessoas que tinham roça reivindicando a terra.

Durante as visitas à comunidade, pôde-se perceber que a consolidação identitária é um processo em construção e que, paulatinamente, ele se reafirma a partir do vínculo com a terra e com o resgate da memória dos mais antigos, uma vez que muitos moradores não conseguem relatar o momento preciso de formação do quilombo. Percebe-se assim que, em razão dos quilombolas não residirem na área de seu território, mas no Povoado Igrejinha situado em Capela, os elos de etnicidade e organização de luta do movimento ficaram prejudicados, uma vez que eles são construídos com a reafirmação dos critérios de auto identificação e estes se encontram fragilizados.

Nesse sentido, Castells (2018) pontua que é através da etnicidade que os indivíduos lembram uns aos outros que eles vivem em comunidade e que as relações de alteridade, decorrentes da cor da pele, de uma ancestralidade em comum se fortalecem e a realidade desse mundo multicultural se reafirma. Desse modo, como a comunidade não reside na Fazenda Pirangi, os elos de identificação estão afrouxados, de maneira que a solidariedade interna do grupo, pelo pouco convívio entre os moradores, não está suficientemente fortalecida para figurar como refúgio e defesa contra as forças do mercado, do preconceito e ingerência de grupos dominantes.

Mesmo com esses obstáculos, a reivindicação pelo acesso e construção das casas para os quilombolas dentro da Fazenda Pirangi aproximaram a comunidade, que sonhavam em lá residirem, pois ali se situa seu local de trabalho e sustento. Percebe-se que, embora Pirangi seja do ponto de vista de resistência do lugar, mais frágil aos impulsos especulativos sobre a agricultura familiar, incorporou na sua dinâmica técnicas mais diferenciadas de plantio e processamento da mandioca na casa de farinha, vislumbrando-se que a condição de agricultor não passou a ser a identidade principal desse quilombo, pois a comunidade associa inovações no sistema de produção, ao saber tradicional, e esta embora seja semi-mecanizada, na época da colheita e no momento de moagem da farinha existem compartilhamento das histórias do lugar, reprodução de cantigas e socialização.

Enfim, percebe-se que, mesmo fragilizada, há uma identidade que resiste, estando o movimento de reafirmação identitária plantado, necessitando apenas ganhar força, tanto é que todos os quilombolas continuam fazendo o uso coletivo da terra e dela buscando o sustento de sua família. Assim, a trajetória histórica própria da comunidade foi apontada por 80%(40) dos

entrevistados, pois estes reconheceram os laços de parentesco existentes entre seus membros e orgulhosamente comentaram que plantar, colher e utilizar as plantas medicinais são formas tradicionais de cuidado com a saúde, senão vejamos

Nos tratamos com rezas (São Jorge, trabalho de Dona Dulce Helena), posto de saúde e com o uso de ervas medicinais;

As ervas mais usadas para a nossa saúde são: sambacaitá (infecção) cidreira e capim santo (dor de barriga), capim limão (pressão), manjerição e hortelã (gripe), segorelha (febre e gripe);

Nada como um olho de goiaba (dor de barriga), jatobá (próstata), babosa (câncer), leite com mastruz (bronquite e gripe), aqui o posto de saúde ajuda, mas no mato tem cura para todos os problemas (MORADORES DE PIRANGI, 2020).

Por fim, em Pirangi a comunidade reconhece a existência de laços de parentesco entre ela, possui modos singulares de plantar, moer a farinha e utilizar as plantas medicinais, mas em virtude de o processo de reconhecimento ter sido impulsionado por agentes externos e a comunidade não residir no quilombo, a presunção de ancestralidade negra e as relações específicas territoriais encontram-se em processo de consolidação.

Em Mocambo, no tocante à raça, 92,73% (102) dos entrevistados se autodenominam negros, 6,36% (7) pardos e 0,91% (1) amarelo. É evidente, o orgulho da comunidade ao falar sobre sua negritude, ancestralidade e seu passado de escravidão. Tais sentimentos de pertencimento são contados pelos moradores de Mocambo (2020) quando relatam, mesmo que de modo impreciso, a história do quilombo, senão vejamos

O processo de reconhecimento e titulação foi muito demorado e só foi obtido porque as lideranças tiveram apoio de muitos setores e da justiça nessa luta.

Tudo começou com base em muita luta e perseguições, com a união das famílias que viviam em regime de meia, só sendo explorados.

O processo foi de muita luta de nossos antepassados, onde os mais velhos enfrentaram várias opressões dos fazendeiros.

O reconhecimento foi um processo muito sofrido e só começou a de fato a se concretizar quando foi feito um relatório antropológico e algumas lideranças (Sr. Antônio, Mario Paulo) acompanharam um dos técnicos do INCRA, o antropólogo Maurício Arruti, para caracterizar a área e delimitar o quilombo.

A nossa luta começa na Jacióba, lá morava os nossos antepassados e através do padre Isaías, da pastoral, que convidou um grupo de 25 pessoas para pesquisar nosso histórico. Eu, Antônio, fui com o professor Severo da Universidade Federal de Sergipe e mais dois professores do Rio de Janeiro (Maurício e Eliane Catarina) para identificar e reconhecer os “chiqueiros”. Caminhamos na tapera de baixo (povo branco) e na tapera

de cima (negros). Marcamos os pontos do Rio São Francisco e da região da Cabeira (tapera de baixo) e vimos ali muito registro da escravidão. Esses técnicos conversaram com Sr. Miguel Tatu, que disse que não era negro, nem gostava de negro e isso nos causou a perda de 2 km de terra. Foram encontrados vários chiqueiros: Santermo (só criava bode), São José, São João, Ranchinho. Para cima temos mais, Monte Alegre, Campo Alegre, Juruá, Tabuleiro Japão e Rancho Bom. Caminhamos muito, até demarcar tudo, inclusive fazendo a demarcação com as terras indígenas. Também delimitamos os tanques. No fim, só deu 1000 tarefas banhadas pelo Rio São Francisco, era para ser bem mais, pois perdemos a parte de Niterói. O resto, foi uma briga com papéis, sangue e suor em busca do título da terra. Desde do início, o INCRA e a pastoral nos ajudou.

Constatou-se que a origem do quilombo Mocambo é imprecisa, tanto é que Arruti (2016) descrevia que essa dificuldade era proveniente da ausência de documentos históricos e de uma “memória coletiva” capaz de afirmar o momento preciso de surgimento da comunidade. Ressalta-se que a área reivindicada do quilombo Mocambo é de 2100 hectares, ou seja, 3400 metros de beira e 6000 metros de fundo e somente um terço desta é ocupada pelos moradores, tanto no Mocambo (área próxima as margens do Rio São Francisco) quanto no Ranchinho.

O restante das terras reivindicadas (2/3) é distribuído em onze fazendas, denominadas de “chiqueiros”, em geral terras improdutivas, com extensão variando de 20 a 150 hectares, à exceção da Fazenda Jacióba que possui uma área de 811,48 ha, localizando-se no extremo oeste do quilombo, cuja propriedade pertence à família Seixas Dórea (tradicional no Estado).

De acordo com Arruti (2016), inicialmente o quilombo era formado por três grupamentos residenciais, o de Mocambo, Jacióba e Floresta que serviam como divisórias entre as lagoas. Com o tempo e esvaziamento dessas lagoas, houve o rearranjo dessas famílias as quais migraram para Mocambo à procura de emprego e melhores condições de vida e a menor parcela dirigiu-se para Ranchinho, pois a família Couto (cujo avô havia sido vaqueiro de Seixas Dória) comprou 70 tarefas da área e ali permaneceu.

Por volta de 1982, com a morte de Sr. Darci Cardoso, dois quilômetros de terra às margens do Rio São Francisco passaram para a propriedade de sua filha, a Sra. Neuza. Esta, diferente do pai, não manteve uma boa relação com a população local, proibindo a plantação de arroz às margens da lagoa remanescente e o trânsito na área, só autorizando alguns posseiros a nela plantarem sob o regime de “meia”. Como muitas famílias não aceitaram essa forma de exploração, o conflito na área estava instalado.

Assim, percebe-se pelo descrito acima, que os primeiros conflitos por terras (1992) que desencadeou a luta pela regularização do território não foram oriundos da fazenda da Jacióba, mas de outra de pouco mais de 90 hectares, sobreposta a última lagoa da várzea, onde os

mocambeiros mantinham a plantação de arroz. Portanto, fica evidente que o cultivo de arroz se baseava no sistema de meação, pelo qual a metade da produção ficava com o antigo proprietário da terra e a outra parcela para o agricultor quilombola. Desta última parte ainda era descontado o valor da semente e dos custos da produção e quem plantava ficava com quase nada. A injustiça na relação de trabalho gerou conflitos e a luta pela propriedade da terra, resultando na criação de uma associação que, junto a outras instituições, fomentou o processo de (auto) reconhecimento da comunidade no ano de 1993, fundamental para titulação do território no ano 2000. Entretanto, mesmo depois da conquista, a comunidade ainda luta para retirar (desintrusão) os não quilombolas de suas terras (SANTOS, 2014; LACERDA, MENDES, 2016).

As famílias prejudicadas conseguem auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da Comissão Pastoral da Terra iniciando o embate legal em busca do fortalecimento do território quilombola. Depois, com a difusão do art. 68 da CF, outros setores como o movimento negro, a Secretaria de Cultura do Estado, a Universidade Federal de Sergipe, a Fundação Palmares e posteriormente o INCRA se inserem na empreitada em prol da titulação do território, no ano 2000.

Ressalta-se que os laços consanguíneos em Mocambo são marcantes, de maneira que todos os entrevistados afirmaram ter parentesco com outras famílias do quilombo e com membros da tribo Xocó, sendo, em virtude disso, comum o nascimento de gêmeos na comunidade. Nesse sentido, Arruti (2016) pontuava que: “55 das 90 famílias visitadas e distribuídas entre os núcleos do Mocambo e do Ranchinho são parentes. Além disso, nove dentre esses núcleos familiares possui um dos cônjuges com origem indígena, sendo sete deles Xocó e dois de outras duas áreas: Palmeira dos Índios e Águas Belas”.

A comunidade também mantém modos de organização e práticas produtivas e reprodutivas peculiares de comunidades tradicionais, a exemplo das cantigas, samba de coco e o tradicional uso de plantas medicinais, o que delinea a persistência étnica de resgate da ancestralidade.

Quando consultados, 3,64%(4) dos entrevistados alegaram não saber o que é quilombo, 70,91% (78) disseram que quilombo é um refúgio de descendentes de negros escravizados que resistiram e que até hoje lutam por direitos sociais; 23,63% (26) entendem como um povo que luta pelo direito à terra e trabalho digno, porém não reconhecem qualquer vínculo com o passado histórico da escravidão, e o restante, 11,92% (13), intitulam-se povo que luta por um lugar bom para se viver e por direitos sociais, percebendo-se que essa comunidade se auto reconhece como

quilombola e tem orgulho dessa condição. Nesse sentido, algumas lideranças quilombolas de Mocambo (2020) definiram quilombo como

Povo descendente de negro que assume sua identidade como filho de negro e vai em busca do que lhe tiraram a séculos

Quilombo é resistência, luta, por espaços desse povo excluído;

Lugar de esperança, identidade e luta

Espaço de viver do quilombola, do negro forte que busca um lugar legítimo na sociedade.

É o melhor lugar do mundo para viver, é resistência, é persistência, é luta.

É um espaço de conquista, resistência e luta pela terra de seus ancestrais.

É a terra que vivemos...

É a gleba de terra dos negros, que a todo custo querem nos tirar, já perdemos uma parte na demarcação.

A etnicidade e os aspectos identitários são presentes em Mocambo, onde frequentemente os elos comunitários se fazem perceber quando os quilombolas mencionam a história de luta pelo território, a preocupação dos mais velhos em não deixar a cultura se perder. Esse sentimento de pertencimento, como menciona Lacerda (2016), teve sua origem na resistência como evidenciase no refrão do hino da comunidade “Mocambo é nosso, de quem lutou, teve a coragem, acreditou. Mocambo é nosso, de quem lutou, teve a coragem, acreditou”.

Por fim, mesmo existindo os quintais que são propriedades de uso individual, a comunidade tem a propriedade coletiva da terra e seu uso é partilhado, nas áreas de beira e de uso comum do quilombo. Assim, percebe-se que Mocambo é dividido entre quintais, beira e demais áreas de uso comum.

Os quintais são os espaços de uso restritos aos grupos familiares situados nos fundos das casas, que possuem de 5 a 10 metros de comprimento, no caso das casas da “rua de baixo” e entre 15 e 20 metros nas casas da “rua de cima”, sendo da mesma largura das residências. Nesses espaços, a comunidade cultiva horta (quiabo, abóbora, coentro, etc.), cria galinhas, porcos e cabras (ARRUTI, 2016).

Ao passo que as beiras, são trechos de terras, de aproximadamente 200 metros, que ficaram secos com a descida do Rio São Francisco e que na atualidade estão cobertos por gramíneas. Trata-se de uma área comum, destinada à livre circulação dos moradores em direção

ao rio, local de lazer, de higiene pessoal e de atividades domésticas. Porém, muitas vezes é usado como pasto aberto para a pequena criação local (cabra, cavalos, vacas, etc.).

As demais áreas são espaços de uso comum, ou seja, são lotes individuais que se abrem ao cultivo de toda a comunidade, sem qualquer tipo de hierarquias de acesso. Essas áreas são usadas na plantação, em geral, de feijão e milho, bem como para a criação de gado. O leite advindo do gado vai para o dono do animal, mas, em caso de excedentes, ele é partilhado entre as outras famílias, não existindo comércio do produto (ARRUTI, 2016).

Por fim, a **comunidade Lagoa dos Campinhos** tem 83,34% (65) de sua população que se autodeclara negra, 15,38% (12) parda e 1,28% (1) branca, demonstrando que os membros da comunidade assumem sua negritude. Além disso, todos os entrevistados de Lagoa dos Campinhos (2020) reconhecem os vínculos de parentesco existentes entre si e com os negros advindos de Porto da Folha, bem como a origem da comunidade, senão vejamos

A história começou quando uma negra chamada Carlota veio se refugiar na Fazenda Campinhos. Foi quando o padre Antônio descobriu esse fato e nos contou. E uma negra chamada Tereza foi quem juntou o povo para ir no INCRA atrás de nossos direitos.

A negra Carlota juntou sua família e foi para o povoado Pontal, o povoado. Tereza Cristina soube disso, se juntou com as pessoas da comunidade para abraçarem a luta para reivindicar o direito de posse do território.

Um padre em 1990, falou que todos os descendentes de Carlota éramos ex-escravos e tínhamos direito a reivindicar nossa terra. Foi Tereza que encabeçou essa luta.

A negra Carlota veio fugida da Fazenda Araticum em Porto da Folha e fundou o quilombo. Mas, só começou a briga pela terra quando um fazendeiro queria nos matar de fome, secando a lagoa. Nossa resistência começa aí.

Carlota era a matriarca da comunidade veio fugida de Porto da Folha, alojando-se em Lagoa dos Campinhos e ali se multiplicou e deu origem ao quilombo. Mas, a luta começou quando um padre disse que tínhamos parentesco com os negros de Serra da Guia e de Mocambo. Daí juntamos os quatro povoados e fomos com Tereza Cristina no INCRA, Ministério Pública e IBAMA luta pela nossa terra e pelo direito de usar a Lagoa.

Portanto, a comunidade Lagoa dos Campinhos foi originada a partir de uma negra escravizada denominada de Carlota, fugida da Fazenda Araticum do município de Porto da Folha, que em Pontal tinha se refugiado. Como se pode verificar no relato abaixo:

Carlota era do “cativeiro” e veio fugida de Porto da Folha com seus quatro filhos: Brás que faleceu no Pontal, Zefina que foi embora, Catarina que era filha de “pai branco” e Efigênia. Carlota fugiu com seus filhos de Porto da Folha juntamente com Luiz Antônio dos Santos, o “Luiz Preto” que, segundo contam, era cativo da Fazenda Araticum. Carlota era a escrava reprodutora e tinha uma filha com um fazendeiro. Todos

comentam que Catarina, a filha de “*pai branco*”, era “*branca e alta*”. Há sempre uma necessidade de enfatizar determinados aspectos que justifiquem a situação presente e através dela, o acesso a um direito. Fugiram e se fixaram nos “Campinhos”. Aqui, tinham as suas terras que acabaram perdendo ficando ilhados no Pontal que é praticamente uma ilha dentro da Fazenda Campinhos. E, desta ilha, veio o seu povo, “a família do Pontal” (LAUDO, 2003, p. 23).

Efigênia, filha de Carlota, casa-se com Luiz Antônio (Luiz Preto) e desse casamento nascem os filhos, Maria, Quirino, Prazeres Laudelina e Efigênia Filha. Efigênia morre e, algum tempo depois, Luiz Antônio casa-se com sua irmã Catharina. Dessa união advém mais dez filhos: Filomena, Maria da Glória dos Santos (Maria Pequena), Eulália, Domingos, Nicete, Maria Luiza, Maria Pia, Engraca, Luiza e José, sendo essa a descendência do quilombo Lagoa dos Campinhos (SANTOS, 2011). Por fim, é evidente o vínculo de parentesco nesse quilombo, uma vez que todos descendem da família da negra Carlota e todos os entrevistados reconheceram essa peculiaridade.

Entretanto, a procura de uma memória de ancestralidade negra só ocorreu quando Pedro Medeiro Chaves Neto (bisneto do Fazendeiro João Brito), latifundiário da Fazenda Campinhos, manda drenar a Lagoa para sua propriedade, o que faz muitas famílias da região, que dependiam da pesca, passar necessidades, enquanto toneladas de peixes morriam diariamente.

Vendo a Lagoa completamente seca, Tereza Cristina, quilombola e também professora da Universidade Federal de Sergipe, junta-se com dez membros da comunidade e vão ao INCRA reivindicar providências para o ocorrido. Nesse interim, descobrem sua ancestralidade e as provas dessa descendência escrava são obtidas no cartório de Porto da Folha onde a negra Carlota foi registrada. Essa descoberta impulsionou a luta e demarcação do território, culminando na certificação da comunidade como remanescente de quilombo.

Semelhante a Mocambo, outro fator que impulsionou a reivindicação do território foi a injustiça propagada pelos latifundiários a começar pelo direito de uso da lagoa. Pois, como os fazendeiros possuíam grande parte das terras, sobretudo no entorno deste aquífero, e sendo estes locais os mais adequados para o plantio de arroz, os quilombolas foram impelidos a trabalhar para os fazendeiros em regime análogo à escravidão, ou seja, no sistema de meia, pelo qual o empregador desfruta a maior parte do que foi colhido, sobrando quase nada para os quilombolas de Lagoa dos Campinhos. Ressalta-se ainda, que nessa época, a colheita era realizada no modelo de “batalhão”, onde todos os quilombolas juntos na colheita da safra anual cantavam, dançavam. Essa dinâmica estreitou os laços de solidariedade, fortalecendo a luta pelo território.

A mobilização pela conquista do território gerou um sentimento de pertencimento ao quilombo, tanto é que somente 3,84% (3) da comunidade afirmaram não ser quilombola e nem saber o que é quilombo. Destes, 67,95% (53) afirmaram ser descendentes de escravos que lutam por direitos sociais, 10,26% (8) entendem como um povo que luta por direitos sociais, porém não reconhece qualquer vínculo com o passado histórico da escravidão, 17,95% (14) se autodenominam como povos rurais que lutam pela terra e dignidade de trabalho nela. Nesse sentido, as lideranças locais (2020) definiram quilombo como:

Um grupo de família tradicional de escravos, um ponta pé de esperança para quem não tinha terra, liberdade, nada além de servir as famílias dos fazendeiros.

Antigamente era o local onde os escravos fugidos se refugiam ao sair das fazendas, mas nos dias de hoje nos quilombos vivem os remanescentes destes que foram esquecidos pelo Estado.

É tudo, terra para plantar, dignidade. Uma família.

Para mim, é tudo!

Luta, resistência, cultura, um modo próprio de viver.

Simplesmente, resistência. Sopro de esperança...

A trajetória histórica própria dessa comunidade também é expressa no modo como se delinea as relações produtivas e a forma de organização no quilombo. A comunidade instituiu um “estatuto do quilombo” com regras da boa convivência registradas em cartório. Além disso, algumas regras de uso do bem comum são descritas nesse documento, nesse sentido possui:

Todos devem contribuir com determinada quantia em dinheiro para construção das cercas e manutenção dos pastos;

Todos devem trabalhar quando se tratar de benefícios para a coletividade;

Todos que recebem cesta básica devem contribuir para a passagem do coordenador que se disponibiliza para ir buscar, etc. (ESTATUTO DO QUILOMBO LAGOA DOS CAMPINHOS, 2019).

Essas condutas asseguram a harmonia das relações e reforça a ideia de coletividade no âmbito da comunidade, tanto é que todos os entrevistados disseram que no quilombo a terra tem uso coletivo, sobretudo nas áreas comuns de plantação e criação de animais, onde os benefícios do cultivo destinam-se a quem ajudou na semeadura.

Por fim, os moradores de Serra da Guia e Pirangi têm sua identidade quilombola em processo de consolidação, sendo o IC1 considerado como de transição (0,5 pontos), pois estão presentes dois critérios da IN 57/2009. Ao passo que, em Mocambo e Lagoa dos Campinhos,

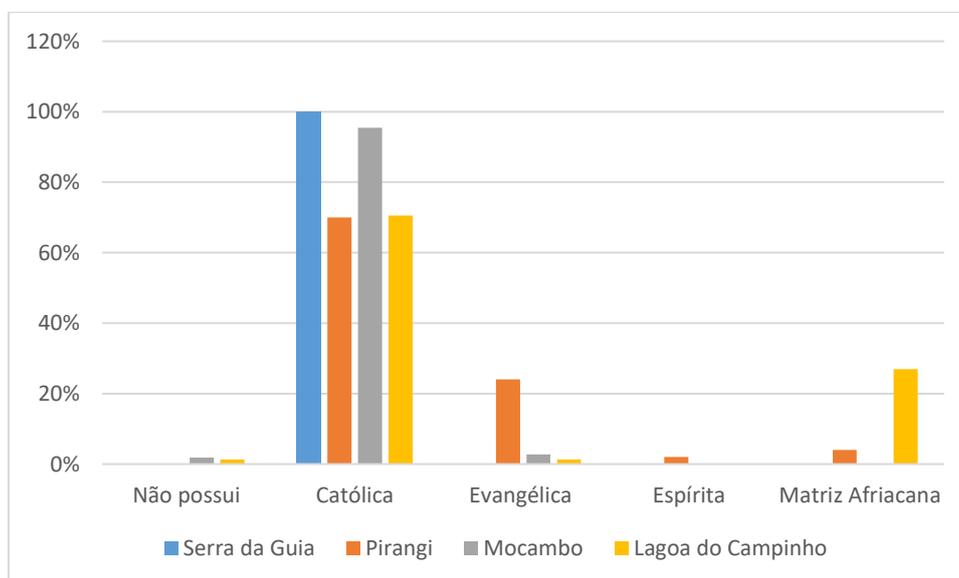
todos os critérios da supracitada instrução estão presentes, sendo IC1 considerado satisfatório (pontuação 1,0).

b) Religiosidade

Os elementos da religiosidade afro-brasileira fortalecem os contornos da etnicidade quilombola, pois refletem as vivências locais, uma linguagem simbólica que se configuram como resistências contemporâneas que demandam estratégias de consolidação identitária. O referencial religioso dos quilombos é marcado por traços populares repletos de fé e sinergismo com a natureza (TAVARES; BASSI; CAROSO, 2020). Esses aspectos estão presentes nas comunidades analisadas, embora as mesmas possuam como religião mais frequente o catolicismo, não obstante estas sejam repletas de sincretismo.

Em todos os quilombos titulados a religião predominante é o catolicismo e apesar dos quilombos demonstrarem forte influência da ancestralidade afro-brasileira em sua culinária, danças e festas, os quilombolas de Mocambo e Serra da Guia, disseram não ter nenhum morador que pratica religião de matriz africana (Figura 83).

Figura 83 - Religião dos quilombolas das comunidades tituladas sergipanas



Fonte: PESQUISA, 2021

Na comunidade **Serra da Guia**, 100% (111) dos entrevistados se definiram como católicos, não sendo encontrados templos de matriz africana. A comunidade possui uma igreja católica, localizada próxima à Associação Quilombola de Serra da Guia. E apesar de os

participantes alegarem não ter membros com religiosidade dentro da matriz africana, o sincretismo religioso e a influência das raízes afro-brasileiras se traduzem na presença das parteiras, benzedeadas, rezadeiras e no uso medicinal de remédios e chás (Figura 84).

Figura 84 - Templo Católico do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

No quilombo **Pirangi**, com relação aos aspectos religiosos, 75% (35) dos entrevistados se declararam católicos, 24% (12) evangélicos, 2% (1) espírita e somente 4% (2) vinculados ao candomblé. Existe um terreiro na fazenda, cujos ritos remetem também ao caráter festivo. Os templos das outras religiões estão fora da comunidade.

Em **Mocambo**, não foi observado nenhum templo e nem manifestação religiosa de matriz africana. Entretanto, a religiosidade na comunidade é um fator expressivo, sobretudo a que sofre influência do catolicismo. Assim, 95,45% (105) afirmaram praticar a religião católica, 2,73% (3) se denominaram evangélicos e 1,82% (2) disseram não possuir religião. Acrescenta-se que outros tipos de manifestações de fé não foram encontrados. No quilombo só existem duas igrejas católicas, uma na Jacioba e a outra no centro da comunidade, no entanto, das demais religiões não foram encontrados templos (Figura 85).

Figura 85 - Igrejas Católicas do quilombo de Mocambo/SE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, 70,51% (55) dos entrevistados se denominam católicos, 26,92% (21) praticam o candomblé e umbanda, 1,28% (1) é espírita, 1,28% (1) afirma não acreditar em nenhuma divindade e nenhuma das pessoas consultadas se declarou evangélica. Na comunidade só foram detectadas três igrejas católicas: Igreja de Nossa Senhora Aparecida no povoado de Pontal, Capela de São Pedro em Lagoa Seca e Paróquia de Bom Jesus do Nazaré no Crioulo. Na comunidade existia também uma casa de candomblé, entretanto, ela não está mais no lugar, desde o início de 2020. Das demais religiões, não foram encontrados templos (Figura 86).

Figura 86 - Igrejas Católicas de Lagoa dos Campinhos em Amparo de São Francisco/SE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Dessa forma, o **IC2** para os quatro quilombos estudados é considerado insustentável (pontuação 0,0), pois a maioria dos entrevistados possui religiosidade fora da matriz afro-brasileira, não obstante a presença do sincretismo religioso.

c) Frequência das manifestações culturais

A celebração mais comum nos quatro quilombos são as festas juninas (sobretudo, São João e São Pedro), seguidas do Dia da Consciência Negra, Samba de Coco, Festa Gloriosa Santa Cruz (presente em dois quilombos, com suas especificidades) e as rodas de capoeira.

Em **Serra da Guia**, 49,55% (55) dos entrevistados afirmaram que as manifestações culturais ocorrem aproximadamente três vezes ao ano, 40,54% (45) participantes disseram que elas só acontecem anualmente e 9,9% (11) disseram que não há expressões culturais peculiares no quilombo. Percebeu-se, entretanto que o novenário da Festa de Santa Cruz, o samba de coco, a capoeira e a banda de pífano são representações culturais da comunidade.

Além da celebração religiosa (Festa da Gloriosa Santa Cruz), a comunidade celebra as festas juninas, onde as quadrilhas, fogueira, milho assado e o samba no pé acompanham as noites de festejo. Outro evento celebrado no quilombo é o 20 de novembro - “Dia da Consciência Negra”, tendo o samba de coco, apresentações de capoeira, como atrações que não podem deixar de acontecer no quilombo. Ressalta-se que a vaquejada é outro evento peculiar da comunidade, mas desde 2019 não vem sendo realizado.

Em **Pirangi**, dentre as manifestações culturais mais comuns, encontra-se a influência afro-brasileira, sempre presente na celebração do “Dia da Consciência Negra”, no samba de coco, na dança de roda de fubá ou brinquedo de roda, no uso de remédios tradicionais a partir de ervas e as cantigas durante o trabalho, principalmente quando de boas colheitas e arrecadação, onde se “matava um carneiro”, mas as festividades não têm ocorrido nos últimos anos, em virtude do desinteresse dos mais jovens pela cultura dos seus ancestrais e, por sua vez, da desarticulação comunitária.

Enfim, na comunidade só acontece com regularidade a celebração do Dia da Consciência Negra, que se realiza regularmente no dia 20 de novembro, onde a principal atração é o samba de coco. Desta forma, 90% (45) das pessoas consultadas disseram que as apresentações do grupo e as principais manifestações culturais ocorrem apenas no dia 20/11 ou em eventos programados com antecedência.

Mocambo possui um potencial ecológico e simbólico que pode reforçar o turismo de base comunitária, evidenciados também nas peculiaridades de suas manifestações culturais que acontecem em pelo menos três momentos: a festa da Gloriosa Santa Cruz (padroeira); festejos juninos (São João e São Pedro), com o forró, comidas típicas e apresentação da quadrilha mirim

na escola local e Comemoração do dia 20 de novembro, que é a data da Festa da Consciência Negra (OLIVEIRA; ALEXANDRE, 2016).

Nesse sentido, 92,72% (102) dos entrevistados afirmaram que as manifestações culturais ocorrem aproximadamente três vezes ao ano, 6,37% (7) dos mocambenses disseram que elas só acontecem de uma a duas vezes/ano e 0,91% (1) disseram que não há expressões culturais no quilombo. Além das festas peculiares do quilombo, outras manifestações culturais acontecem na comunidade, a exemplo do samba de coco e da vaquejada. A vaquejada é a maior do povoado e chega a receber cerca de 4.000 visitantes. Ao passo que, o samba de coco relaciona-se à antiga colheita de arroz, à reafirmação identitária e à conquista do território.

Em **Lagoa dos Campinhos**, as principais manifestações culturais são as festas juninas, pelos quais a comunidade celebra missas e procissões aos padroeiros internos, são eles: São Pedro (Lagoa Seca), Bom Jesus de Nazaré (Crioulo), Santo Antônio (Serraria) e por último, no mês de outubro, o povoado Pontal celebra a chegada de sua Santa Padroeira, Nossa Senhora Aparecida. Tem-se ainda a vaquejada, que acontece em julho, mas nos últimos três anos não foi realizada; e as rodas de capoeira. Nas escolas, acontece a comemoração do dia 20/11, data da Consciência Negra. Além disso, 85,90% (67) das pessoas consultadas afirmaram que as manifestações culturais acontecem pelo menos três vezes ao ano, 6,41% disseram que elas acontecem uma ou duas vezes por ano e apenas 7.69% afirmaram que não há eventos culturais na comunidade.

Desta forma, o **IC3** para o quilombo de Pirangi é considerado como de **transição** (pontuação 0,5), pois as manifestações culturais ocorrem eventualmente (uma a duas vezes ao ano). Ao passo que, para as comunidades de Serra da Guia, Mocambo e Lagoa dos Campinhos, esse indicador é avaliado como **satisfatório** (pontuação 1), pois anualmente pelo menos três eventos são celebrados.

d) Bens Culturais

De acordo com o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, o patrimônio cultural imaterial é composto pelos saberes, celebrações, formas de expressões e lugares que reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000). A identificação e registro destes bens culturais são importantes para compreender as vivências, o modo de organização, o espaço de moradia, a relação com os recursos naturais e com a natureza, os costumes, hábitos e crenças das comunidades tradicionais.

Os bens materiais ou imateriais são patrimônio cultural que visam ao fortalecimento dos sujeitos que os produzem, fazendo-os refletirem sobre suas expressões culturais e a mudança histórica que esse patrimônio vem sofrendo. Além disso, o conhecimento desse patrimônio promove a valorização das identidades ancoradas nos territórios e histórias locais, servindo para aprofundar a ligação com o lugar (Tabela 16).

Tabela 16 - Bens imateriais dos quatro quilombos titulados

Quilombos	Ocorrência/ Periodicidade	Gloriosa Santa Cruz	Bom Jesus de Nazaré	Nossa Senhora Aparecida	Juninas	Vaquejada	Consciência Negra	Corrida de Barco	Samba de Coco	Capoeira	Cantigas	Benedeiro e uso de ervas	Parteira
Serra da Guia	Presente / Ausente												
	Nº vezes/ano	1	0	0	1	1	1	0	2	1	1	Diversos	Diversos
Pirangi	Presente/Ausente												
	Nº vezes/ano	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	Diversos	0
Mocambo	Presente/ Ausente												
	Nº vezes/ano	1	0	0	1	1	1	0	4	1	4	Diversos	0
Lagoa do Campinho	Presente/ Ausente												
	Nº vezes/ano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Diversos	0

Fonte: PESQUISA, 2021.

Na **comunidade de Pirangi**, 84% (42) dos entrevistados afirmaram possuir bens culturais e 16% (8) não conhecem esses elementos simbólicos. Com relação aos bens materiais, 72% (36) citaram a Casa de Farinha e a Casa da Fazenda como principais patrimônios culturais do quilombo, 10% (5) mencionaram que é a placa de titularidade do INCRA situada na entrada da comunidade, 2% (1) mencionou o acervo de foto presente na Casa da Fazenda e 16% (8) disseram que não conhecem nenhum bem cultural.

No tocante aos bens imateriais, a cartografia social apontou o samba de coco como essencial. Além disso, 76% (38) dos entrevistados afirmaram que os bens imateriais desse quilombo são: o samba de coco, a dança afro são as principais manifestações do quilombo e elas acontecem essencialmente na celebração do dia 20/11. Os outros 8% (4) disseram que as comemorações do quilombo são as festas religiosas de São João e São Pedro, 16% (8) não souberam relatar quais os principais eventos culturais da comunidade (Figura 46).

Em **Serra da Guia**, 90,09% (100) dos entrevistados afirmaram que a comunidade possui bens culturais e 9,91% (11) disseram não conhecer nenhum. E apesar da comunidade estar montando um “Memorial” vizinho à sede da Associação Quilombola, onde são guardados os símbolos culturais, que contam um pouca da história do quilombo como: o pilão, preto-velho, batuques, o retrato da presidenta Dilma Rousseff entregando o Título da terra que remetem um pouco ao cotidiano das antigas gerações e a territorialidade dessa comunidade,

- os símbolos culturais materiais mais citados pelos entrevistados foram: 94% (95) o morro ou a Serra da Guia, 4,5% (5) cemitério dos escravos e 9,91% (11) não souberam mencionar.

Com relação aos bens imateriais, 46,85% (52) afirmaram que as principais celebrações são a Festa da gloriosa e juninas; 35,14% (39) disseram ser o samba de coco, que normalmente acontece na celebração do dia da Consciência Negra, 7,21% (8) mencionaram a banda de pífano; 1,8 % (2) citaram a vaquejada.

Entretanto, a cartografia social deixa claro a importância da figura de Dona Josefa da Guia para a comunidade, bem como de seu ofício, rezas, partos, tanto é que a sua casa foi representada duas vezes na cartografia social. Quando esta liderança foi consultada acerca de que patrimônio cultural a comunidade possui, serenamente ela respondeu: “De tudo a gente faz um pouco né, a capoeira, o samba de coco, banda de pífano, tinha o São Gonçalo, o artesanato, tem as benzedeadas, existiam na época né, aqueles xangôs que eram como os negros se divertiam, os negros se divertiam dessa maneira, sempre com essas danças culturais”.

Em **Mocambo**, 95,45% (105) das pessoas consultadas disseram que a comunidade possui bens culturais e 4,55% (5) alegaram não conhecer esses elementos. Com relação aos bens materiais, 88,18% (97) citaram as igrejas, sendo que 55 pessoas mencionaram o templo da Jacioba e 42 o do centro, locais onde acontecem a festa da Gloriosa Santa Cruz. Os outros 11,82% (13) citaram a fazenda da Jacioba e o local em que acontece a vaquejada do quilombo como bens culturais materiais. No tocante aos bens imateriais, 95,45%(105) dos mocambenses disseram que estes são: o samba de coco e a festa da Gloriosa Santa Cruz.

Em **Lagoa dos Campinhos**, 83,33% (65) dos entrevistados afirmaram que o quilombo possui bens culturais e 16,67% (13) mencionaram não conhecer nenhum patrimônio cultural. Quanto aos bens materiais, 46,15% (36) dos moradores consultados mencionaram a lagoa como símbolo da comunidade, 25,64% (20) citaram as rezas, novenas e cantigas, 24,36% (19) as rodas de capoeira e 3,85% (3) a cor do quilombo dos palmares. No tocante aos bens imateriais, 83,33%(65) disseram ser as festas dos santos e padroeiros as principais celebrações do quilombo, 38,22%(49) citaram o samba de coco, 7,8% (10) cavalgada e vaquejada e 4,68% (6) a corrida de barco e a capoeira. Além disso, na cartografia, o bem cultural que mais apareceu no mapa foi a lagoa e as rodas de samba de coco.

As **celebrações** são as festas e eventos que acontecem nos quilombos estudados. Percebeu-se que todos eles possuem forte influência do catolicismo, tanto é que as principais manifestações culturais são destinadas a homenagear santos e padroeiros locais. Somente não se

incluem na programação de ritos religiosos dos quilombos a comemoração do Dia da Consciência Negra, celebrada em todos no dia 20/11, a festa de certificação da comunidade, o samba de coco e a corrida de barcos, de modo que até mesmo esses eventos estão impregnados de religiosidade católica e afro-brasileira, como instrumento de fortalecimento da coesão comunitária.

A **Festa da Gloriosa Santa Cruz** acontece nos quilombos de Serra da Guia, Mocambo e Lagoa dos Campinhos, sendo esta a padroeira desses quilombos. Esse evento remete ao sacrifício feito por Cristo ao ser morto na cruz para salvar a humanidade, redimindo os pecados de todos. Percebe-se a Festa da padroeira Santa Cruz como um ritual de cura e celebração dos laços de solidariedade entre os moradores e nela os quilombolas também comemoram o orgulho pelas lutas iniciadas por seus ancestrais em prol da liberdade e da reafirmação cultural de um povo marginalizado pela cor (CORREA, 2020). Nestas festas, percebe-se que as singularidades do catolicismo popular junta os ritos católicos tradicionais com expressões afro-brasileiras.

Em **Serra da Guia**, os festejos alusivos à Padroeira de Santa Cruz, principal evento cultural da comunidade, ocorrem de 01 a 03 de maio numa Capela construída no cemitério que está situado no topo da Serra, apesar das dificuldades de acesso e de logística para a organização do evento, pois o local é considerado como marco da resistência e luta por liberdade.

Essa festa, embora tradicional e em comemoração à Gloriosa Santa Cruz, nesse quilombo, ela ocorre de modo muito particular, senão vejamos: No primeiro dia do evento, a novena começou às 4 horas da manhã e nesse horário os tocadores já estavam no topo da Serra onde tocaram por 1 hora, sendo intercalados pelo estouro dos fogos de artifício. Às 5 horas da manhã, os tocadores executaram a oração do bendito Padre Cícero (romaria de Juazeiro) na Igrejinha do topo da Serra (Figura 87).

Figura 87 - Igreja Católica no topo da Serra Negra/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora 2019.

Por volta das 8 horas, os tocadores saem da igreja em direção à casa de cozinhar ao som da zabumba e pífano seguidos pelos devotos, sendo lá que os participantes realizam sua primeira refeição do dia (café, arroz branco, feijão, galinha cozida e porco assado) próximo à fogueira acesa, nas proximidades da mata.

E enquanto as mulheres se ocupavam dos serviços da cozinha (lavar os pratos, varrer a área, etc.), os homens bebiam, cantavam e observavam os noiteiros retirarem do altar a imagem de Nossa Senhora da Conceição (Figura 88). E quando estes a erguiam na porta da igreja dos Escravos, os fogos estouravam, marcando o início da celebração. No momento seguinte, a imagem foi devolvida à igreja.

Figura 88 - Ritual da Festa da Gloriosa Santa Cruz no quilombo Serra da Guia



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O festejo é marcado por uma sequência de novenários, apresentação da banda de pífano, degustação da culinária local, conversas, músicas. Ressaltam-se alguns eventos que eram frequentes na festa, mas que com o tempo deixaram de acontecer, a exemplo dos leilões e do samba de coco (MARQUES, 2018). A celebração teve início na década de 1980 e perdura até os dias atuais, onde no mês de maio acontece uma série de ritos religiosos que são precedidos de uma sequência de brincadeiras, danças e outros folguedos que partem da casa de Dona Josefa. À

noite, todos sobem para o topo da Serra em procissão, após a novena, para o Cemitério dos Escravos e lá reverenciam seus antepassados com preces, folguedos populares, banda de pífano.

Marques (2018) pontua que os organizadores de cada noite da novena são considerados como guardiões dos festejos da tradicional festa de Santa Cruz, pois apesar de serem simples agricultores da comunidade, detêm o conhecimento popular e em nome da tradição, arcam com todos os custos do evento.

Acredita-se que um dos propósitos de se realizar a Novena de Santa Cruz é se pedir chuva e caso esse fenômeno ocorra durante o festejo é sinal de que o ano será marcado por muitas chuvas, farturas para os agricultores do Sertão, sendo esse um dos pedidos feitos pelos devotos às divindades. Na primeira noite do evento, a chuva caiu, irrigando a fé e a religiosidade da comunidade, que se enchiam de esperança de tempos melhores.

Mocambo também celebra a **Gloriosa Santa Cruz**, sendo esta a festa mais esperada da comunidade, entretanto os festejos são um pouco mais longos que em Serra da Guia, iniciando-se em 26 de abril e durando até 06 de maio. A festa é realizada para a comunidade, parentes e amigos de parentes que se organizam em grupos para celebrar missas, novenas, procissões, num misto de muita fé, devoção e elos de fraternidade e solidariedade.

O evento inicia-se no dia 24/04, essa primeira noite é conhecida como “noite da comunidade” e marca o início do “Ofício da Imaculada Conceição”, onde os mocambenses e amigos saem com a Cruz do Madeiro da Igreja da Jacióba à noite em cortejo, rezando o “Bendito da Santa Cruz” em direção à igreja central de Mocambo, de maneira que o cortejo só chega no centro da cidade pela manhã (Figura 89).

Figura 89 - Ritual da festa da Gloriosa Santa Cruz em Mocambo/SE





Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Quando chega na capela central, tem-se início a queima de fogos e as novenas, ao final do novenário a comunidade realiza quermesse, pescaria e venda de comidas cujos valores arrecadados são revertidos para a igreja do quilombo. Ao total são nove noites de novenas: 1ª noite da comunidade, 2ª noite dos vaqueiros, 3ª noite dos pescadores (Procissão fluvial no Rio São Francisco), 4ª noite das viúvas, 5ª noite do Colégio 27 de maio, 6ª noite das crianças; 7ª noite Mariana, terço dos Homens e Apostolado da Oração, 8ª noite dos casados; 9ª noite dos jovens. Ressalta-se que todas as noites de novena têm um patrocinador.

Terminado o evento do dia, as pessoas vão para casa e retornam à Igreja Central às 5 horas da manhã, retirando a “Santa Cruz” da Capela e indo em procissão, rezando o “Bendito Santo Cruzeiro” e outras cantigas, até a imagem do Cruzeiro fixada na rua central do quilombo, e lá os mocambenses rezam o ofício. Esta cerimônia finaliza às 6 horas (matinal) com uma queima de fogos, onde deixa-se a “Santa Cruz” no Cruzeiro e todos retornam às suas residências (Figura 90).

Figura 90 - Ofício da matina no Cruzeiro



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Como bem pontuou Arruti (2016, p.28), nos dias de festas, “as casas ficam abertas e todos podem circular livremente por elas, dispondo da comida e bebida à mesa, sem restrições”. Além disso, o evento é uma oportunidade para que os quilombolas com melhores condições financeiras doem recursos para as obras coletivas, principalmente aquelas relacionadas com a manutenção e enfeite da igreja, ou doações de alimentos, para a festa ou para subsistência das famílias mais carentes.

Às 18 horas da noite, a comunidade em cortejo e oração vai em direção ao Cruzeiro e leva a “Santa Cruz” para a Igreja Central, acontecendo lá a queima de fogos, novena, quermesse, pescaria e doação de comidas típicas. Ritual este que se repete nas nove noites consecutivas (Figura 91).

Figura 91 - Ritual de novenas da Festa Gloriosa Santa Cruz em Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ressalta-se que na terceira noite, ou seja, a dos pescadores, a dinâmica é um pouco diferente, pois a procissão é fluvial. O evento começa com a comunidade saindo da igreja central em adoração até a Ilha de São Pedro, terra dos índios Xocós, pelas margens do Rio São Francisco, quando os barcos com os mocambenses retornam, a comunidade segue em procissão a pé com a padroeira e outros santos (Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição) em direção à capela no centro (Figura 92).

Figura 92 - Terceiro dia da Festa da Gloriosa de Mocambo, procissão fluvial



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ao fim das nove noites, no dia seguinte, tem-se às 18h, o encerramento da Festa da Gloriosa Santa Cruz com uma missa solene, queima de fogos, quermesse, comidas típicas, pescaria e apresentação do samba de coco (Figura 93).

Figura 93 - Noite de encerramento da Festa “Gloriosa Santa Cruz”



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Lagoa dos Campinhos também celebra o Santo Cruzeiro, sendo este evento comemorado no mês de agosto, diferente das outras duas comunidades citadas acima. Ressalta que a Gloriosa Santa Cruz é padroeira de Pontal e a celebração de missas, procissões, novenas, acontecem na igreja desse povoado, ao passo que parte cultural (danças afro, rodas de capoeira e venda de comidas típicas) ocorre na praça em frente ao cruzeiro.

Bom Jesus de Nazaré é a padroeira do Povoado Crioulo, sua celebração acontece no último final de semana de dezembro, reunindo toda a comunidade quilombola de Lagoa dos Campinhos. Acontece nesse evento missa, procissões terrestres, apresentações culturais, forró e samba de coco (SILVA, 2015).

Festa de Nossa Senhora Aparecida – ela é considerada pela igreja católica padroeira do Brasil e em geral a data de comemoração dessa santa é 12 de outubro, em alusão a uma das suas aparições em São Paulo. O povoado Pontal tem essa santa e o Santo Cruzeiro como padroeiros e sua celebração acontece no mês de outubro, com missas, novenas e uma procissão fluvial ao redor da lagoa. Nesta data, festeja-se conjuntamente o dia das crianças, onde é realizada corrida de saco, brincadeiras e partilha-se um lanche coletivo, recheado de comidas típicas (arroz doce, milho, mungunzá) e apresentações culturais (samba de coco, dança afro, capoeira).

Os festejos juninos são eventos tradicionais do calendário brasileiro e demonstram a riqueza cultural do nosso povo, sendo essa data comemorada em todos os quilombos, assim como na maior parte do país, em junho. Os principais santos homenageados são: Santo Antônio, São João e São Pedro.

Santo Antônio, nascido em Lisboa (1195), seu nome de batismo era Fernando de Bulhões. Festejado no dia 13 de junho, é considerado como padroeiro dos pobres, vindo daí a tradição do pão de Santo Antônio. Também conhecido como santo casamenteiro.

São João, primo de segundo grau de Jesus, inclusive o batizou nas águas do rio Jordão, rio que faz fronteira entre Israel e Jordânia e entre esse país e a Cisjordânia. Filho de Isabel e primo de Maria, no dia de seu nascimento sua mãe ergueu uma grande fogueira em comemoração. Em todos os quilombos, a fogueira é armada e a festa prossegue com muitas comidas típicas e dança (forró, xote e baião). Essa data é festejada por todos os quilombos no dia 24 de junho.

São Pedro, também conhecido como santo das viúvas, guardião das chuvas e porteiro do céu. Ele era pescador e apóstolo de Jesus. Antes chamado de Simeão, foi Cristo quem mudou seu nome para Pedro, quando lhe deu a incumbência de fundar a igreja e reunir os fiéis depois de sua morte. Essa data é festejada por todos os devotos no dia 28 de junho.

Os quatro quilombos festejam São João e São Pedro, entretanto São Pedro é o padroeiro do povoado Lagoa Seca. E, somente o povoado Serraria, comemora o dia de Santo Antônio, uma vez que tem este como seu padroeiro. Nesse festejo sempre tem missas e novenas na escola e ao redor da lagoa acontecem as apresentações culturais como: forró, danças afro, capoeira e distribuição de comidas típicas. Nos quilombos de Mocambo, Serra da Guia e Lagoa dos Campinhos, no São João, é comum a apresentação de quadrilhas infantis na escola. Além disso,

nos quatro quilombos a comunidade em São João e São Pedro colocam a fogueira e se reúne em volta dela para comer, conversar e dançar (Figura 94).

Figura 94 - Quadrilha junina infantil da Escola Estadual 27 de Maio em Mocambo



Fonte: Instagram @quilombomocambo

A **vaquejada** acontece em **Serra da Guia** e em **Lagoa dos Campinhos**, uma vez ao ano, no mês de julho. Nessas comunidades, esse evento é conhecido como “pega de boi”, onde os vaqueiros soltam o boi no mato, dão uma margem de 30 a 40 metros e correm para laçar o animal, sendo que o vaqueiro que primeiro pegar o boi é o vencedor da etapa (Figura 95).

Figura 95 - Vaquejada do povoado Lagoa Seca/SE



Fonte: SANTOS, Edmilson. Acervo pessoal do entrevistado. Amparo do São Francisco: Lagoa dos Campinhos/SE, 2017

Ao passo que em **Mocambo**, apesar de ocorrer também uma vez ao ano e no mês de julho, esta celebração se dá de maneira muito específica e com organização prévia, sendo a vaquejada conhecida por “treino”. Primeiramente, ocorre inscrição dos vaqueiros, pela qual cada boi tem uma ficha específica, perdendo a data desse cadastrado, o competidor não

poderá participar do evento. Cada grupo de 2 ou 3 três vaqueiros correm um boi específico, podendo haver mais de uma inscrição, mas cada uma dela só vale para um animal. A vaquejada, segundo um quilombola de Mocambo e participante do evento, acontece da seguinte maneira:

O boi sai da porteira e os vaqueiros lado a lado a este. Caso o grupo alcance o boi, eles o laçam e tiram o carimbo que o identificam, seja da orelha ou de outro lugar, entregando para a comissão. Ressalta-se que quem é o dono do boi fica de lado observando a corrida, eles são chamados de olheiros. E quando os vaqueiros deixam de ver o boi, já o perderam, mesmo que depois eles o encontrem, já não vale mais, a corrida será cancelada (MAILSON ACÁCIO JOSÉ, 2021).

Acrescenta-se que, quanto mais um boi ou vaca não consegue ser pego pelo vaqueiro mais eles valem, ou seja, o animal que não for aprisionado por várias carreiras garante a maior premiação. E os vaqueiros mais famosos na região são aqueles que capturarem os animais mais difíceis.

O Dia da Consciência Negra é celebrado, como já se disse, em 20 de novembro, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares, no ano de 1695, sendo este o símbolo de resistência do Quilombo dos Palmares contra os portugueses no século XVII. O Quilombo de Palmares situava-se na Serra da Barriga, na antiga Capitania de Pernambuco e hoje integra o município de União dos Palmares, no estado de Alagoas, sendo formado em 1597.

Essa data também se tornou marco de combate ao racismo no país, sendo instituída oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Zumbi, tornou-se ícone de resistência a partir de 1970, quando detalhes de sua morte foram descobertos e quando os movimentos sociais retomaram a sua força no Brasil. Ressalta-se que, violentamente, a cabeça de Zumbi foi cortada, salgada e levada para Recife, para ser exposta em praça pública.

Esse cenário impulsionou o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial a eleger no ano 1978, num congresso em São Paulo, Zumbi como símbolo de resistência, passando sua morte a ser celebrada como um marco contra a escravidão e racismo no Brasil. Além disso, esse momento possibilitou que leis de combate ao racismo e às desigualdades fossem criadas no Brasil, tais como: Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (define os crimes de raça e cor no Brasil); Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira); e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (cotas para o ingresso de negros, pardos e indígenas nas universidades).

No quilombo de Pirangi e Serra da Guia o “Dia da Consciência Negra” é celebrado respectivamente no galpão e associação da comunidade onde o grupo de samba de coco se apresenta e depois tem-se um lanche coletivo, os quilombolas conversam e se divertem (Figura 96).

Figura 96 - Celebração do dia 20 de novembro em Pirangi/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em Mocambo e Lagoa dos Campinhos as celebrações geralmente são realizadas nas escolas do quilombo e se estendem nas ruas para os demais membros da comunidade. Em Mocambo a celebração ocorreu na Escola Estadual 27 de Maio e contou com a apresentação de peças teatrais, samba de coco, exposição de artefatos históricos, finalizando com cantigas, poemas e a trajetória de resistência da comunidade (Figura 97).

Figura 97 - Celebração do Dia da Consciência Negra do quilombo de Mocambo/SE





Fonte: Instagram @quilombomocambo, 2020.

Em Lagoa dos Campinhos, a iniciativa surgiu das duas escolas, onde crianças e jovens realizaram um desfile cívico, com faixas, cartazes e a ostentação da bandeira quilombola e do Brasil pelas ruas da comunidade (Figura 98).

Figura 98 - Dia da Consciência Negra do quilombo de Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: SILVA, Jamiele. Acervo pessoal do entrevistado. Amparo do São Francisco: Lagoa dos Campinhos/SE, 2019.

Foi também exibido um documentário sobre Lagoa dos Campinhos feito pelos estudantes, abordando as diversas formas de exploração e a trajetória histórica do quilombo. O evento foi finalizado com a apresentação cultural do Grupo de Capoeira Raízes do Quilombo e de dança

Raízes da Revolução. Esse evento é o maior da comunidade, reunindo os quilombolas dos quatro povoados de Lagoa dos Campinhos, podendo nele ser visto muita arte e apresentações culturais.

Com relação à corrida de barco, segundo entrevistas às lideranças locais, ela é tradicional entre os pescadores do quilombo de Lagoa dos Campinhos, que saem do povoado Crioulo até Propriá em barcos à vela com aproximadamente dois atletas que se revezam entre puxar a vela e fazer peso para o barco não virar. Neste evento, em geral de 15 a 20 embarcações participam, o vencedor é o barco que primeiro retornar ao ponto de partida, tendo cuidado para não bater nas outras embarcações e nos obstáculos existentes ao longo do caminho. Essa celebração só foi encontrada em Lagoa dos Campinhos, dentre os quatro quilombos titulados (Figura 99).

Figura 99 - Corrida de barco do povoado Crioulo/SE



Fonte: SANTOS, Edmilson. Acervo pessoal do entrevistado. Amparo do São Francisco: Lagoa dos Campinhos/SE,2019

O samba de coco é uma expressão usada tanto para designar um tipo de música quanto uma forma de dança, vindo acompanhada da batida do pandeiro, marcado pelo som das palmas e dos pés descalços dos dançarinos sobre o chão de terra. Esta manifestação cultural é considerada um bem imaterial, verdadeiro símbolo de resistência das raízes afro-brasileiras. O samba de coco é uma tradição afro católica, um verdadeiro ritual de canto e dança, com a presença de instrumentos sagrados (tambores, cuia, chocalho, etc.) usado nos momentos de celebração, sobretudo das minorias discriminadas pela etnia e condições socioeconômicas, enfim configura-se uma manifestação de resistência dessas comunidades (CORREA,2020). Essa arte é frequente em diversas comunidades do Brasil e sobretudo do Nordeste, sendo caracterizada por ser uma dança coletiva e circular, originalmente com a participação de homens, mulheres e crianças e sua prática remonta à época da escravidão (BUONFIGLIO; MELO, 2012).

Lacerda (2017), em seu estudo, mencionava que esse tipo de dança circular tem o poder de legitimar o reconhecimento da identidade quilombola, trazendo aspectos da colonialidade, ao evidenciar uma posição de assimetria de poder e traços de subalternidade, pois apenas é obrigado a reivindicar uma identidade quem se encontra necessariamente em posição de carência e subordinação. Enfim, nessas manifestações percebe-se claramente os princípios civilizatórios afro-brasileiros (axé, ancestralidade, corporeidade, oralidade, circularidade, cooperativismo, religiosidade, musicalidade e memória) que rodeiam o cotidiano das comunidades tradicionais.

Nesse sentido, Ayala (2000, p.37) menciona que o samba de coco é uma manifestação das minorias discriminadas face a diversas condições de seus participantes: “pela etnia (negros, índios e seus descendentes), pela situação econômica (pobreza, às vezes extrema), pela escolaridade (iletrados ou semialfabetizados), pelas profissões que exercem na sociedade (agricultores com pequenas propriedades ou sem-terra, assentados rurais, pescadores, pedreiros, domésticas, copeiras de escola).

French (2002) relata que a origem do samba de coco é de Alagoas, na outra margem do Rio São Francisco onde Mocambo se encontra, sendo considerada dança dos pobres, desafortunados que possuem apenas as mãos para ditar o ritmo pela ausência de instrumentos musicais.

Serra da Guia possui um grupo de samba de coco, que se apresenta nos eventos dentro e fora do quilombo. O grupo é formado majoritariamente por casais de jovens e idosos que com vitalidade, realizam movimentos circulares, ritmados ao som da força da pisada dos pés e das envolventes cantigas da comunidade. As cantigas quase sempre retratam aspectos históricos da luta e resistência.

Em Pirangi, o grupo de samba de coco e danças afro são formados majoritariamente por mulheres e jovens, entretanto parte dos componentes residem em Capela e alguns em Aracaju (Figura 100). As danças normalmente só acontecem no dia da Consciência Negra, ou seja, 20 de novembro.

Figura 100 - Samba de coco do quilombo Pirangi



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em **Mocambo**, essa tradição remete ao passado histórico de trabalho coletivo nas lagoas de arroz à beira do Rio São Francisco quando em geral os quilombolas dançavam em dois momentos: os homens quando finalizavam a limpa dos terrenos e as mulheres na etapa da colheita, em comemoração pelo trabalho realizado com sucesso (ARRUTI, 2016). Em Mocambo, apesar de existir um grupo para apresentações composto de 30 a 36 integrantes, boa parte da comunidade sabe dançar o samba de coco.

Os mocambenses dançam o coco na forma de círculo, com os solistas se revezando e dançando no centro. Inicialmente a comunidade dançava com roupas do dia-a-dia (shorts, camisetas), mas as lideranças, em 1997, após assistir a um seminário do militante negro Severo D’Acelino em Aracaju, no evento para alinhar a luta pela certificação, resolveram adotar os trajes das cerimônias afro-brasileiras, tais como o candomblé (saias, blusas, calças e turbantes brancos) em suas apresentações. Para French (2002, p.18), “Mocambo havia entrado na consciência da nação como um quilombo e lá haveria de ficar, ao menos se dependesse da associação quilombo local e seus defensores no governo federal, nas ONGs, e na Igreja” (Figura 101).

Figura 101 - Samba de coco do quilombo Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Enfim, em Mocambo, tudo é razão para dançar o samba de coco, mas o mesmo não pode faltar nas três festas tradicionais da comunidade: a comemoração da certificação da comunidade, o dia da Consciência Negra e na data da Padroeira, Gloriosa Santa Cruz. Percebe-se que, em Mocambo, as práticas culturais estão tanto sendo reconfiguradas e mantidas em novas formas, vindo cercadas de um discurso de luta e resistência, o que demonstra novas formas de territorialidade e uma ação política autônoma.

Em **Lagoa dos Campinhos**, assim como em Pirangi, é difícil ver as apresentações do grupo de samba de coco, uma vez que elas só acontecem em 20 de novembro, dia da Consciência Negra, seus ensaios se tornaram cada vez mais irregulares, pois a maioria dos jovens que integravam esse grupo reside em Aracaju. Senão vejamos: “o grupo foi desfeito, no entanto, quando solicitado em eventos ocasionais da própria comunidade, alguns membros reúnem-se e se apresentam para o público (Figura 102). É assim agendado, ou no dia 20 de novembro” (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, 2020).

Figura 102 - Samba de coco de Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: SANTOS, Edmilson. Acervo pessoal do entrevistado. Amparo do São Francisco: Lagoa dos Campinhos/SE, 2018.

A **capoeira** é uma arte que simboliza a resistência, libertação, defesa contra a escravidão. Os movimentos da capoeira remetem a pedagogia da circularidade, onde “fazer a roda de capoeira significa passar pelo círculo onde todos têm direitos iguais, pois passarão pelo mesmo lugar e receberão os ensinamentos do mestre da mesma maneira” (AMORIM, MACHADO, 2018, p.08)

Em Mocambo, as rodas de capoeira normalmente acontecem na Escola Estadual 27 de maio e nas margens do Rio São Francisco, essa era uma prática frequente no quilombo, mas como o professor da escola se mudou para Aracaju, o grupo de capoeira só se reúne em momentos comemorativos, em geral na festa da “Consciência Negra”.

Em Serra da Guia, Pirangi e Lagoa dos Campinhos, as rodas de capoeira também só estão acontecendo no dia da “Consciência Negra”, pois nas três comunidades os professores praticantes dessa arte, estão residindo em outro município (Figura 103).

Figura 103 - Rodas de Capoeira de Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: SANTOS, Edmilson. Acervo pessoal do entrevistado. Amparo do São Francisco: Lagoa dos Campinhos/SE,2018.

Entretanto, segundo o presidente da Associação Quilombola de Lagoa dos Campinhos, a Secretaria Municipal de Educação de Amparo de São Francisco lançou um projeto para implantar a capoeira às tardes nas escolas quilombolas, tendo a mesma previsão de início para setembro de 2021.

As **cantigas** representam o cotidiano da comunidade, possuindo temas relacionados a condições do negro, a luta pelo território e memórias dos conflitos pela terra. Elas reafirmam uma ancestralidade comum, servindo como um instrumento político e identitário quilombola. Em geral, as cantigas são conduzidas por um solista e todo o grupo canta e dança, ao se recitar seus versos. Nesse sentido, Arruti (2016) registou que as letras das cantigas quilombolas são típicas do povo nordestino e faz referência a um passado de escravidão e expropriação, sendo, através da oralidade, adaptada à realidade de cada comunidade.

Em Serra da Guia, as cantigas foram entoadas na Festa da Gloriosa Santa Cruz, demonstrando a forte influência do catolicismo na região, sendo a fé um fator agregador e de resiliência da comunidade. Essa estrofe foi cantada no momento da procissão da Santa Cruz, conforme demonstrado no relatório do INCRA (2016)

Eu chorei, Maria
Eu chorei, Maria
Quando eu vou, não volto mais...

Em Lagoa dos Campinhos, a cantiga mais conhecida pelos moradores, demonstra o descaso com que o poder público sempre tratou essas comunidades e que a luta e resistência sempre fizeram para da história do povo negro, senão vejamos

Essa luta é nossa
Essa luta é de um povo
É no quilombo que se constrói um Brasil novo REFRÃO
São quinhentos anos de miséria e exploração
E o quilombo, sem saúde e educação
Tem que haver mudança em toda à sociedade
É o quilombo, mostrando à realidade.

Na comunidade de Pirangi não foi identificada cantiga peculiar do quilombo e na festa da Consciência Negra os quilombolas entoam músicas afro-brasileiras encontradas nas canções populares.

Ao passo que, em Mocambo, as cantigas abordam temas diversos, que vão desde o cotidiano da comunidade, a história do quilombo, luta pelo território, resistências, até demonstração da fé e religiosidade de uma comunidade, que se reconfigura e resiste ao poder dos latifundiários (Quadro 7).

Quadro 7 - Cantigas da Comunidade de Mocambo/SE

HINO DA FESTA DA SANTA CRUZ	HINO DE RESISTÊNCIA
Salve, salve, oh Santo Cruzeiro Carregado pelo Bom Jesus REFRÃO Salve, salve, oh Santo Madeiro! Viva, viva, nossa Santa Cruz! Essa Cruz para nós é bendita Carregada ela foi por Jesus Ela é Cruz de união e verdade Ela é cruz de justiça e de luz	Samba negro, que branco não vem cá Se vinhé, pau há de leva Ô negro vamo tirá coco, no coqueiro do sertão, Quem não aguenta tirar coco, não aguenta luta não Se a polícia vier o que que nós faz Morre tudo na bala e ninguém sai REFRÃO Ninguém sai, ninguém sai
HINO DA COMUNIDADE	HINO DE REAFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA
De mulher foi Dona Eunice, uma grande guerreira Não temia autoridade, nem corria por besteira Mocambo é nosso, de quem lutou Teve a coragem, acreditou REFRÃO Foi Wilson e Juca Boi, dois homens de opinião Que lutar com vida e também com o coração Já faz mais de doze anos que os negros estão sofrendo E a maioria dos velhos não aguentam e vão morrendo	Terra de Preto Rua dos Negros REFRÃO Peixe e arroz na lagoa Ilha do Ouro, de mão de todos Rua de Porto da Folha Vai vaqueiro, pega o boi no mato. Fica de pés descalço, O sol que queima a terra. Vai, vaqueiro, da Conceição devoto...
HINO DA MEMÓRIA DE LUTA PELA CONQUISTA DA TERRA	

<p>Conseguí o despejo Foi quando a justiça chegou O cacique falou e os índios despejou Aí foi onde começou, a triste lamentação! O arroz estava cozinhando O milho, encaicheirado Eles abriram as valas Secaram a lagoa e jogaram o gado</p>	<p>Deixaram os negros com fome Na maior triste aflição Os negros saíram chorando REFRÃO Triste, lamentando De todo o coração Foram para o povoado, àquela grande multidão Foi quando exaltaram a Jesus E a Santa Cruz, no nosso coração Vamos rezar pra Jesus e Santra Cruz no nosso coração</p>
---	--

Fonte: MOCAMBO, 2021.

Percebe-se que as letras das canções são impregnadas de temas ligados à condição do negro no Brasil, das memórias coletivas do confronto e da luta pela conquista da terra. Enfim, configura-se um verdadeiro patrimônio imaterial, que revistando o passado, ressignifica a importância da luta e resistência em busca de direitos e de uma vida melhor em comunidade.

Nesse sentido, Santana (2021) pontua que as letras das canções, os ritmos pelos quais elas são cantadas são código de comunicação e resistência contra o sistema eurocêntrico escravista que, de forma violenta, vilipendiou a condição humana dos africanos. Trata-se de um grito de autopreservação com linguagem viva que transmite conhecimentos do tempo vivido, do contado, das memórias, das tradições orais e dos fluxos de luta e resistência dos quilombos (SANTANA, 2021).

Benedeiros e uso de ervas medicinais, em Mocambo, várias pessoas usam ervas medicinais e em geral elas plantam no quintal, pegam no mato e/ou compram no mercado, sendo bastante frequente o uso de chás, remédios caseiros do tipo lambedor. Entretanto, raizeiro e benzedor só encontramos Sr. Antônio. Nesse sentido, as lideranças da comunidade (2020) mencionaram

Aqui tratamos tudo com erva, a moringa, erva doce servem para inflamação.

Usamos capim santo e cidreira como calmante e relaxante, pego tudo no meu quintal.

É comum usarmos sambacaitá para inflamação uterina, matruz para os pulmões com secreção, mulungu para acalmar e dormir, folha de novalgina para febre e moringa trata a diabetes, colesterol e todo tipo de inflamação, essa é muito usada na comunidade.

Usamos erva do nosso quintal e quando precisamos pegamos com Sr. Antônio, ele além de conhecer, rezar para tirar mal olhado, ainda tem muitas no quintal.

Ao conversarmos com Sr. Antônio Lima da Silva (2019), ele serenamente comentou que há anos reza e usa ervas medicinais para cuidar das doenças da comunidade e que mesmo

sabendo da importância destas plantas, orienta as pessoas a buscarem o conhecimento médico. Entretanto, algumas ervas não podem deixar de faltar no quintal dele, a exemplo: “Pião, basta três gotinhas de leite para curar picada de cobra; aroeira, jurema de caboclo e mororó tratam a diabetes; mulungu faz dormir e melhora a ansiedade; sambacaitá, serve para garganta inflamada; batata de pua usamos para tratar verme e dores no intestino e por aí vai”.

O quilombo de Serra da Guia conserva seu patrimônio cultural através da memória dos mais antigos, a exemplo do Dona Josefa da Guia (Figura 104), que detém os conhecimentos de rezas, partos, benzimentos e uso de ervas medicinais, além de contar estória e cantar músicas de rodas nos momentos festivos. Desta forma, a líder comunitária demonstra a preocupação com a conservação do patrimônio imaterial do quilombo: “Não querem aprender as rezas, a importância da natureza” (ZEFA DA GUIA, 2019).

Figura 104 - Dona Josefa da Guia: representante do patrimônio imaterial do quilombo Serra da Guia



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Josefa Maria dos Santos, a popular Zefa da Guia, nasceu em 15/09/1944 em Poço Redondo/SE, filha do agricultor Manoel Apolinário da Silva e da Louceira Maria Gabriela da Silva (ambos falecidos), possuindo seis irmãos. Casou-se em 1962 com o agricultor Alexandre Bispo dos Santos com quem constituiu uma família de oito filhos naturais e 18 adotivos, 60 netos e 13 bisnetos, além de 3000 afilhados (Figura 105).

Figura 105 - Dona Josefa da Guia, liderança quilombola de Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Trata-se de uma mulher de oratória simples e muita fé, tanto que orgulhosamente exhibe a estante com seus remédios caseiros, com a figura do Preto Velho, Jesus Cristo, Nossa Senhora e Padre Cícero e em meio a esse cenário é que a quilombola faz suas consultas espirituais, seus cultos misturando a mística dos ritos católicos com as crenças indígenas e africanas, herdadas de seu avô que era índio Xocó e de sua avó que tinha ascendência africana.

A religiosidade de Dona Josefa da Guia é a marca dessa mulher de força, de maneira que ela sempre começa suas consultas espirituais invocando o poder do criador e ouvindo os testemunhos das graças alcançadas aos que tem fé e acreditam na transformação, alegando ser apenas um canal entre o criador e aqueles que por ele procuram. Em geral suas consultas começam com a seguinte oração:

Pela força da ciência, experiência e acima de tudo por Deus. Aquele que tudo sabe e salva. Pela força da coragem e energia positiva, que dá força e recuperação, normalizando a paz.

Na presença de todos nessa casa, por amor, luz e por posição espiritual. Pois Deus é todo poderoso, ele é amor, fortalece, cura e salva todas as pessoas que vêm aqui sem intenção de ficar rico e receber o que não podemos fazer.

Nós só podemos dar o que Deus nos oferece. Ele nos ajuda a recuperar as pessoas com desejo e fé na cura. Ele sempre faz sua obra em sua infinita misericórdia. Ajudará a todos vocês que entrar nessa casa com grande fé, com luz e coragem. Eu sou pequena, mas tenho um Deus que é grande e quem pede a ele nunca cai, melhora sua situação, sua posição e se livra do mal e dos perseguidores, das maldades. Deus é fiel e cuida de todos nós. O amor de Cristo Salvador nos dá prática e nos ensina a falar e ter alguma coisa de serventia para transformar a todos que aqui nos procuram. Eles sempre voltam para testemunhar que deu certo e disser como seus caminhos foram abertos (JOSEFA DA GUIA, 2021).

Ela relata que durante as orações, entra em transe, conseguindo receitar remédios à base de ervas locais, aconselhar pessoas a tomarem decisões corretas e a saber o sexo dos bebês (Figura 106).

Figura 106 - Símbolos espirituais e remédios caseiros da liderança Josefa da Guia.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Nesse sentido, algumas lideranças locais (2019) pontuaram

As pessoas se tratam com ervas e com D Zefa, só os casos graves levam para cidade, quando D Zefa manda. Ela sempre indica umas ervas, por exemplo: Aroeira (inflamação garganta, útero); mirará (diabetes e colesterol); Samba caitá (inflamação); Ameixa (inflamação ferida); Erva ferro (inflamação); Babosa (cicatrização); Cera de vassourinha, flor de catingueira (dor de barriga), essas são as que lembro...

Procuramos o rezador, só quando não tem jeito procuramos o médico. A arruda costuma curar olhado, nós usamos erva para tudo e D Zefa que faz as indicações.

A saúde da gente é cuidada com ervas e benzedeira. Só vamos ao posto se não tiver jeito. Uso sempre ervas de pitanga (febre), pixilinga com noz moscada para dor de cabeça, velandinho (para febre).

Antes de procurar o posto de Poço Redondo, primeiro recorremos a reza, chá com ervas colhidas da mata para depois, sim, procurar o médico, se for o caso. É comum usarmos cedrila, capim santo, aroeira, maracujá de papoco.

Eu sempre procuro minha vó. Como ela tem seu dom de reza, e caso não, vou para o hospital em Poço Redondo. Usamos muitas ervas, por exemplo chá de índio, cabelo de milho, encontramos em nossa caatinga. Usamos sempre que necessário, quando adoecemos. O chá de índio serve para dores, para os bebês. E o cabelo do milho para o inchaço de algumas barrigas, também a pichulinga, noz-moscada para muitas coisas.

As lideranças da comunidade de **Lagoa dos Campinhos** (2020) também disseram que o uso de ervas medicinais entre os membros da comunidade é uma prática recorrente, senão vejamos:

Vou para o posto, mas prefiro usar remédios naturais, a exemplo de uma gripe, preferimos tratar com veladinho e matruz;

Aqui todo mundo planta erva no quintal, tomamos chá de quebra-pedra, folha de abacate para dor nos rins; erva doce para dor de barriga; pitanga para gripe e febre, veladinho para gripe, etc.

Na comunidade não pode faltar malva branca (inflamação), alfavaca e capim santo (gripe).

Usamos muito, erva Cidreira (dor de barriga), hortelã (febre), manjerição (gripe), assa peixe (dor no rim) e não pode falta a vassourinha para rezar em nossas crianças e espantar o mal olhado.

Ressalta-se que, de acordo com lideranças locais, existem cinco rezadores na comunidade e praticamente todo o quilombo faz uso de algum tipo de erva medicinal que cultivam no quintal, muitas das quais a comunidade já conhece a função, mas quando tem dúvida procuram os mais antigos.

Por fim, em Pirangi, a comunidade mencionou que faz uso de ervas medicinais para tratar problemas simples de saúde, em geral plantadas no quintal, ou compradas na feira de Capela. Os moradores contam com o auxílio de dois raizeiros/benedores do quilombo para orientar acerca da melhor maneira de preparo das ervas.

No tocante ao **ofício de parteira**, em Serra da Guia, a única conhecida que exerce esse ofício é Dona Josefa. Ela é parteira desde os 11 anos de idade, aprendeu o ofício sozinha e orgulhosamente relata que começou a atividade quando a parteira oficial do quilombo não pôde realizar o parto de sua tia porque estava bêbada e a parturiente entrou em trabalho de parto: “O menino começou a nascer, foi um momento lindo, eu só cortei o cordão umbilical, enterrei a placenta e cuidei da mulher, a partir daí nunca mais parei, com a ajuda de meus iluminados, a trazer crianças ao mundo” (ZEFA DA GUIA, 2019).

A partir dessa experiência, Dona Josefa realizou mais de 7000 partos, todos bem-sucedidos, orgulhando-se de nunca ter perdido uma criança e/ou mãe, auxiliando ainda na condução das crianças para o registro no Cartório e encaminhando-as para as primeiras vacinações. Entretanto, ela afirma que ainda faz muitos partos, pela dificuldade de acesso aos centros urbanos, mas hoje muito deles são programados para serem realizados nos hospitais, queixando-se que os mais novos não querem aprender o ofício “não acreditam na sabedoria de nossos ancestrais” (JOSEFA DA GUIA, 2019).

Em Mocambo, com relação à parteira, na comunidade só existia uma, que faleceu em 2020 sem deixar sucessores, e ela já há muitos anos não realizava partos, seja em função da

idade, ou face à modernidade, onde os moradores passaram a optar pelos serviços institucionais (rede hospitalar) para tal prática. Ressalta-se que, em **Pirangi e Lagoa dos Campinhos**, também não foram encontradas parteiras.

Com relação aos bens materiais, nos quatro quilombos foram visualizados os descritos no Quadro 8, abaixo:

Quadro 8 - Bens materiais dos quatro quilombos titulados

Quilombos	Ocorrência/ Estado de Conservação	Igreja	Museu	Artefatos	Escola quilombola	Campo Futebol	Cemitério	Casa dos Escravos	Recursos Naturais	Culinária	Casa de Farinha	Produção Literária	Artesanato
Serra da Guia	Presente / Ausente												
	Pouco Conservado/ Íntegro	Íntegra	Íntegro	Íntegro		Pouco Conservado	Íntegro		Pouco Conservado				Pouco Conservado
Pirangi	Presente / Ausente												
	Conservado/ Íntegro			Pouco Conservado		Íntegro		Pouco Conservada			Pouco Conservado		
Mocambo	Presente / Ausente												
	Pouco Conservado/ Íntegro	Íntegra		Pouco Conservado	Íntegro	Pouco Conservado			Pouco Conservado	Íntegra		Íntegra	Íntegro
Lagoa do Campinho	Presente / Ausente												
	Conservado/ Íntegro	Pouco Conservada		Pouco Conservado	Íntegro	Pouco Conservado			Pouco Conservado	Íntegra			

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os **templos religiosos** encontrados nos três quilombos foram igrejas católicas, sendo duas na comunidade de Mocambo (igreja da Jacioba e da Santa Cruz no centro da comunidade), uma em Serra da Guia e três no quilombo Lagoa dos Campinhos. Acrescenta-se que, a principal igreja de Lagoa dos Campinhos situa-se no povoado de Pontal à frente da qual existe um cruzeiro, ou seja, uma cruz feita de madeira com aproximadamente dois metros de altura, construída pelos moradores locais nos anos 1990, onde ocorriam as missas de celebração e bênçãos, antes da construção do templo.

Ressalta-se que as igrejas de Serra da Guia e Mocambo estão bem conservadas, ao passo que duas das três igrejas de Lagoa dos Campinhos (Capela de São Pedro em Lagoa Seca e a Paróquia de Bom Jesus de Nazaré em Crioulo) necessitam de reformas nas paredes e estrutura do telhado. Acrescenta-se que somente Pirangi não possui templos.

No que concerne a museu, a única comunidade que possui museu no quilombo é Serra da Guia, o qual se acha em bom estado de conservação. Este quilombo, em 2019, reservou um espaço ao lado da Associação Quilombola para preservar os artefatos históricos

da comunidade, no qual se pode observar pilões, cuias, imagens de preto velho e retratos do momento de entrega da titulação do quilombo, entre outros.

A comunidade **Mocambo** não possui museu, razão pela qual guarda seus artefatos históricos na secretaria da Escola Estadual 27 de Maio, entretanto o quilombo gostaria de reformar a antiga escola e organizá-la para instalar o seu museu. Acrescenta-se que esse espaço necessita de reformas estruturais significativas.

Por fim, em **Pirangi**, os artefatos históricos (fotos das pessoas significantes para o quilombo, vasos, etc.) situa-se na Associação Quilombola de Pirangi, amontoados num canto da parede. E, em **Lagoa dos Campinhos**, os seus objetos históricos são guardados no corredor da Associação. Antes existia um museu de taipa, mas foi demolido para a construção da unidade de saúde, sob a promessa de outro ser construído no povoado Pontal, a qual ainda não se realizou.

Quanto a **artefatos históricos**, em Serra da Guia, esses objetos se encontram bem preservados no museu do quilombo e o acervo conta com: registros (fotos) do momento de titulação da comunidade e da luta pela conquista da terra, imagens de santos e orixás (preto velho), cuias, vasos, pilão, batuque, máquina de costura, etc. (Figura 107).

Figura 107 - Memorial quilombola da Comunidade Serra da Guia em Poço Redondo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em Pirangi, os objetos históricos do quilombo, encontram-se amontoados num canto da Associação Quilombola de Pirangi, sem muita conservação, são eles: registros fotográficos dos eventos ocorridos na comunidade, acendedor a gás, panelas de barro e selas antigas (Figura 108), dentre outros.

Figura 108 - Acervo cultural do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em **Mocambo**, no meio da caatinga, pode-se encontrar registros de ocupação escrava no passado. Nesse sentido, Arruti (2006) aponta a existência de pelo menos 17 sítios arqueológicos, conhecidos como “chiqueiros” ou escombros de antigas moradas e/ou locais de criação de animais da época da escravidão. Enfim, o que se visualiza são alicerces de pedra e de cal e/ou restos de utensílios de uso do passado. Como em Mocambo não existe museu, os artefatos históricos da comunidade, ou ficam nesses chiqueiros ou são guardados da Secretaria da Escola Estadual 27 de Maio, a exemplo de artigos doméstico, como pratos, potes, vasos, garrafas e um carro onde os quilombolas teciam corda (Figura 109).

Figura 109 - Artefatos históricos da comunidade de Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, os artefatos históricos são guardados no corredor da Associação Remanescente de Pontal do Crioulo e os principais objetos encontrados são: pilão de pisar arroz, roda-de-carroça, peneira de peneirar fubá, baú, balança, covos de pescar camarões, moringas, etc. (Figura 110).

Figura 110 - Artefatos históricos da comunidade Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

No que diz respeito às **escolas quilombolas**, nos quilombos analisados, apenas Mocambo e Lagoa dos Campinhos as possuem, e esses espaços fazem parte do dia-a-dia da comunidade, servindo, ao mesmo tempo, para reafirmar a ancestralidade negra e os elos de solidariedade, tanto

é que além de mencionar a importância desta instituição, os quilombolas falaram dele também na cartografia, solicitando melhoria da estrutura física e sua ampliação.

Assim, onde há escolas quilombolas existem iniciativas mais contextualizadas de educação, sendo esta mais uma tentativa de se romper o racismo institucional secular no Brasil, operado muitas vezes pelo próprio poder público. Por outro lado, nos quilombos titulados onde existe maior maturidade em termos de luta social pelo território, ainda encontramos comunidades sem escolas quilombolas (Pirangi e Serra da Guia), submetendo as crianças a longas jornadas de transporte escolar, associadas à precariedade da qualidade do serviço, representada também pelas deficiências inerentes à estrutura física e ao planejamento pedagógico, o que se reflete na baixa escolaridade dos quilombolas.

Desta forma, os dados encontrados corroboram com os estudos de Schimitt et al (2002); Cruz; Silva (2010) e Miranda (2018) que abordam os dilemas da constituição das identidades quilombolas em interface com a educação escolar, ao apontar os obstáculos para a efetivação de políticas educacionais transformadoras, dentre elas: o enfrentamento do racismo e luta para evitar a naturalização da condição subalterna das comunidades; real compreensão do que é ser quilombola e de como promover uma educação realmente focada nos valores culturais e simbólicos das comunidades; envolvimento da vida escolar nas festas tradicionais da comunidade e seu entorno, bem como da aproximação da educação formal dos saberes tradicionais. Concorda-se ainda com os autores quando eles mencionam a necessidade de erradicação do modelo eurocêntrico de educação pelo reconhecimento e valorização das diferenças, afirmando que a educação escolar quilombola é uma instância em disputa.

Nesse sentido, percebeu-se que, em dois quilombos (Serra da Guia e Pirangi), não há educação quilombola e nem mesmo educação formal emancipadora, pois os processos educacionais não estão alinhados com a identidade quilombola e os docentes sequer conhecem as peculiaridades dos membros dessa comunidade. Entretanto, nas duas comunidades que viveram um processo mais antigo e conflituoso para aquisição de seu território (Mocambo e Lagoa dos Campinhos) foi-se delineando maior aproximação entre a vida escolar e a gestão da comunidade, onde há maior conhecimento da própria “história” do quilombo e da trajetória de luta e resistência da comunidade.

Esboçam-se, nesses dois últimos territórios, iniciativas incipientes de uma Educação Quilombola, entendendo-a como uma educação específica, diferenciada e intercultural, que se alimenta da memória coletiva, práticas culturais, acervos e repertórios orais, festejos, usos, tradições e demais elementos que compõem a riqueza do patrimônio cultural das comunidades

tradicionais. As escolas quilombolas devem, portanto, ser um espaço de transformação, onde o processo educativo resignifique os conteúdos didáticos, contemplando as especificidades dos quilombos, valorizando sua cultura, história e ancestralidade (NASCIMENTO, 2013).

Quanto ao campo de futebol, este esporte é a prática mais comum em todas as regiões do país e nos quatro quilombos analisados essa atividade também está incorporada ao dia –a- dia dos quilombolas, tanto é que elas apareceram na cartografia social como representação simbólica de todas as comunidades (Figura 111).

Figura 111 - Campo de futebol dos quilombos Serra da Guia, Pirangi, Mocambo e Lagoa dos Campinhos



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em Serra da Guia e Lagoa dos Campinhos, apesar de não haver praia, o futebol se assemelha ao de areia ou futebol de várzea, pois a comunidade joga bola em pequenos campos de piso de chão batido, de areia ou parcialmente gramado. Além disso, não se visualizou qualquer estrutura física dos campos de futebol, o que não impede que as famosas “peladas” sejam momentos de descontração e socialização da comunidade. Ressalta-se que, em Serra da Guia, existem dois times oficiais de futebol, o Santa Cruz e o Palmeirinha.

Com relação à Lagoa dos Campinhos, o campo de futebol localiza-se entre o povoado Crioulo e Serraria, recebendo o nome “Carlotão” em homenagem à negra fundadora da comunidade. De acordo com as lideranças locais, existe um projeto para implantar uma quadra

esportiva e reformar o campo de futebol, mas o mesmo não foi concretizado. O maior desejo da comunidade é realizar nele um torneio de futebol envolvendo todos quilombos sergipanos, o que seria bastante interessante em termos de articulação dos povos quilombolas.

Em Pirangi, o futebol é a atividade esportiva preferida da comunidade, de modo que no quilombo existem times, um masculino e um feminino. A comunidade possui um campo de futebol gramado, que serve para seu lazer e renda, uma vez que nos finais de semanas o galpão e o campo são arrendados para pessoas não quilombolas, sendo a renda revertida em favor da associação, que utiliza o valor para manutenção dos próprios equipamentos sociais do quilombo. Entretanto, percebe-se que os campos de futebol estão pouco conservados, não possuindo rede, delimitação das áreas do campo, vestiário, etc.

Cemitério dos escravos, elemento cultural típico apenas da comunidade de Serra da Guia, onde mantém a tradição de enterrar seus mortos na Serra, a fim de que eles tenham repouso eterno menos duro e mais harmonioso que a vida cotidiana do pé da Serra. O cemitério é palco das festas religiosas do quilombo, sobretudo da Gloriosa Santa Cruz, onde os moradores prestam homenagem aos antepassados, cultuados e reverenciados como ponte entre o mundo terreno e repleto de dificuldades; e o mágico e religioso, em que a Serra ocupa um lugar importante (Figura 112).

Figura 112 - Cemitério dos escravos no topo da Serra Negra/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

De maneira que as sepulturas existentes no topo da Serra representam os pilares finais para uma nova vida, livre de opressão, fome e qualquer tipo de exploração. Além disso, a topografias da Serra, com sua vegetação densa, era o local excelente para esconderijo dos antigos escravos fugidos. Esse lugar, apesar de comportar poucas sepulturas, encontra-se conservado, pois possui valor símbolo imensurável para os quilombolas.

A **Casa dos Escravos**, bem cultural somente encontrado no quilombo de Pirangi, é o núcleo administrativo da antiga fazenda de escravos, trata-se de um edifício simbólico que representa os campos de exploração da indústria canavieira, o trabalho forçado e toda situação de injustiça social vivenciada pelo povo negro. A casa hoje é a residência de um remanescente quilombola e a sede da associação da comunidade (Figura 113).

Figura 113 - Antiga Casa dos Escravos e atual sede da Associação Quilombola de Pirangi



Fonte Acervo pessoal da autora, 2019.

O casarão possui uma estrutura frágil e boa parte das telhas é original, de modo que o telhado e as escadas encontram-se bastante deteriorados. As paredes internas estavam manchadas e o assoalho de madeira danificado.

As **Casas de Farinha** são locais históricos rudimentares onde se produzem alimentos à base de mandioca (farinha, goma, beiju, tapioca, etc.). Como menciona Araújo (2017) são lugares de memórias, imbricados de um saber-fazer peculiar às comunidades tradicionais, que além de serem fontes de renda exprimem o modo de se relacionar e lidar com as ferramentas próprias de um conhecimento passado de geração a geração. Ela só foi encontrada na comunidade de Pirangi, apresentando bom estado de conservação.

A casa de farinha, reitera-se, é território singular de saberes e fazeres plurais (TUAN, 1983), mas que na atualidade está sendo ressignificado e instrumentalizado em prol de maior produtividade e geração de renda para o Quilombo. Somente foi encontrada no quilombo de Pirangi, sendo que ela não é mais artesanal e a comunidade já não confecciona todos os instrumentos utilizados na manufatura da mandioca, podendo-se classificar a produção como “semi-industrial”, pois a casa de farinha sofreu modificações no forno, prensa e no modo de funcionamento do farinheiro, que agora é dependente de energia elétrica.

A Casa de Farinha é gerida pela “Associação Quilombola de Pirangi” e todos os membros podem, desde que agendando previamente, utilizá-la para a sua produção. Para ser quilombola associado, basta fazer parte da comunidade e estar regular com o pagamento da taxa de 12 reais mensais à associação, cujo valor é revertido para pagamento da energia e benfeitoria do próprio quilombo, devendo quem utilizar a casa de farinha mantê-la organizada para o uso posterior (Figura 114).

Figura 114 - Casa de Farinha do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Percebe-se, entretanto, que mesmo a Casa de Farinha não sendo artesanal, a comunidade produz apenas para o sustento familiar e a partir da colheita da roça de mandioca do próprio quilombo. A produção conta com a participação da família e vizinhos que consomem o próprio produto e vendem o excedente nas feiras de Capela. Em geral, as mulheres assumem a descasca e a retirada da goma de mandioca. Esses momentos continuam sendo instantes para contar “causos e relembrar histórias da comunidade” (relato de Sr. Ednaldo, quilombo e membro da associação), enfim “lôcus de socialização”, comunicação de projetos de vida e de transmissão dos saberes intergeracionais (Figura 115).

Figura 115 - Produção de farinha do quilombo Pirangi/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Percebe-se que a farinhada semi-industrial facilitou a vida da comunidade, pois a agroindustrial quando respeita os saberes intergeracionais, o lugar de labuta e os projetos/sonhos da comunidade podem potencializar as singularidades do território e ajudar a sustentabilidade dos quilombos. Entretanto, o estabelecimento não está em bom estado de conservação, achando-se com paredes deterioradas e muitos maquinários a tempo sem manutenção.

Quanto aos recursos naturais, no Quilombo Serra da Guia, o principal patrimônio natural eleito pelos entrevistados e pela cartografia como bem cultural é a **Serra**, pois remete ao passado de escravidão, lembrando a história de fuga das fazendas e refúgio na Serra, de maneira que a comunidade mantém a tradição de enterrar seus mortos no cemitério de escravos situado no topo da Serra. Entretanto, percebe-se que muito dessa memória e patrimônio imaterial do quilombo é relatado pelos mais antigos e a população mais jovem desconhece ricos detalhes dos elementos históricos e culturais do quilombo.

Frente ao exposto, observa-se que a forma como a comunidade lida com a natureza possui uma dimensão mais profunda que a somente provedora de recursos para a subsistência, ficando evidente a sua ligação com a posteridade, eternidade, o místico e o sobrenatural. Essa (re) apropriação social da natureza promove autonomia cultural nos quilombos, autodeterminando a forma dessas comunidades gerirem suas necessidades e resistirem às adversidades da seca e das precárias assistências estatais, desenvolvendo nesses espaços manejo sustentável da biodiversidade, pois se trata de fonte incontestável de transcendência e ancestralidade (SOUZA et al., 2014).

Compreende-se assim que esse vínculo mais estreito com a natureza impulsiona frentes de lutas em prol do respeito ao território, uma vez que são locais de reafirmação identitária, reverência aos ancestrais, o que torna os movimentos sociais desses quilombos mais coesos em prol dos direitos socioculturais e da harmonia do homem com a natureza.

Em Mocambo e Lagoa dos Campinhos, o elemento cultural que tem valor simbólico para essas comunidades é o **Rio São Francisco**, pois este é fonte de alimento, espaço de lazer, rituais religiosos e ambiente de socialização.

As margens do Rio São Francisco estão bastante assoreadas, com degradação preocupante da mata ciliar, tanto na comunidade Mocambo quanto Lagoa dos Campinhos. Inclusive, em Mocambo já se percebe um avanço do rio sobre as casas da comunidade. Essa problemática recentemente gerou maior consciência ecológica sobre a importância da conservação, uma vez que o quilombo compreende que sua sobrevivência depende da manutenção do rio, havendo inclusive uma mobilização de plantação de mudas nativas, nas margens deste, promovida pela Escola Estadual 27 de maio, em 2019.

A **lagoa** é um símbolo cultural, sendo mencionada tanto na cartografia social quanto na fala dos entrevistados, como o principal patrimônio da comunidade Lagoa dos Campinhos. Ela perpassa três dos quatro povoados, Serraria, Pontal e Crioulo, estando situada entre Serraria e Pontal, fazendo com que Pontal pareça uma ilha (Figura 116).

Figura 116 - Lagoa do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Constitui o ponto crucial de reivindicação do território, pois como os grandes latifundiários detinham as terras mais férteis e próximas à lagoa (propícias ao plantio de arroz), foi ali o marco da exploração (sistema de meia) dos quilombolas e, portanto, onde iniciou toda a luta pela conquista da terra e do direito de uso desse bem natural pela coletividade.

Além disso, trata-se de um lugar sagrado, onde muitas liturgias religiosas acontecem, é uma fonte de “alimento”, já que a pesca é uma atividade produtiva significativa e um local de socialização e lazer dos quilombos, onde inclusive acontece a famosa corrida de barco do quilombo, tal como apresentado anteriormente. Por fim, quase toda população de Campinhos

exerce a atividade da pesca e usa a travessia de barco pela lagoa como meio mais rápido de deslocamento entre os três povoados do quilombo.

No que tange à **culinária**, os quilombos Pirangi e Serra da Guia não mencionaram a existência de uma culinária peculiar. Em Mocambo, entretanto, os moradores citaram duas receitas como tradicionais na comunidade, que são: o feijão com osso e o polpetone de feijão (popular bolinho de feijão). Trata-se de uma comida de uso cotidiano, mas que um chef de cozinha do SEBRAE provou e ficou fascinado, isso empolgou a comunidade, pois os moradores do quilombo perceberam que pratos corriqueiros quando bem preparados podem ser vendidos para os visitantes, tornando-se um incremento na renda (Figura 117).

Figura 117 - Culinária típica do quilombo de Mocambo/SE

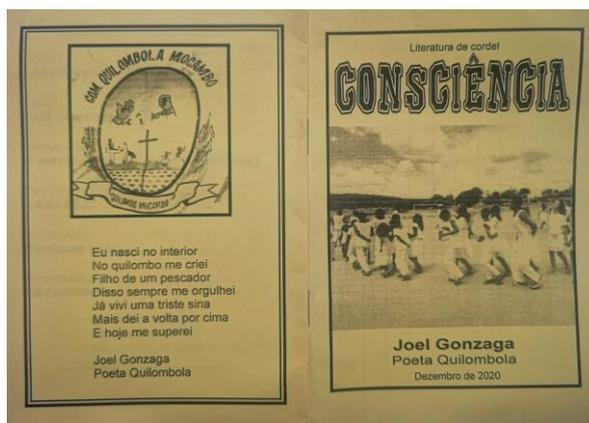


Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em Lagoa dos Campinhos, o prato tradicional do quilombo é a deliciosa farofa d'água (a base de farinha, coentro, água gelada e muita cebola roxa), pirão, peixe frito (tilápia, piau) e camarão, iguarias essas saboreadas em todo o Baixo São Francisco.

Na **produção literária**, dentre os quatro quilombos analisados, Mocambo foi o único onde se visualizou alguma produção peculiar, a dos cordéis. Esse tipo de produção é próprio do Nordeste, consiste em folhetos com poemas populares, escritos em formas de rima e ilustrados. Eles são vendidos na própria comunidade, contando situações inerentes ao modo de vida mocambense. O principal repentista e produtor desse gênero no quilombo é Joel Gonzaga, que cotidianamente recita seus versos nas conversas travadas com outros moradores de Mocambo (Anexo IV). Em 2020, ele participou do edital do Ministério da Cultura para fomento cultural e ampliou a venda e distribuição dos livretos de cordel por ele elaborados (Figura 118).

Figura 118 - Cordel de Joel Gonzaga, artista do quilombo Mocambo/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021

O **artesanato em Serra da Guia** refere-se aos bordados feitos à mão de rendedê, à renda bilro e à palha de Licuri. A renda de bilros é uma arte que se está perdendo em Serra da Guia, posto que as antigas bordadeiras não repassaram esse conhecimento para as novas gerações. Este tipo de bordado é realizado sobre uma almofada dura em forma de cilindro de pano grosso, cheio com palha, coberto na parte externa por um saco de tecido mais fino. De maneira que a almofada é apoiada sobre um suporte de madeira, de forma a ficar à altura do trabalho da rendilheira. Sob a almofada é colocado um cartão perfurado, onde se encontra o desenho da renda, feito com pequenos furos, sobre estes, a bordadeira espeta alfinetes, que desloca à medida que o trabalho progride. Os fios são manejados por meio de pequenas peças de madeira torneada, os bilros (SERGIPE, 2015; MARQUES, 2018).

Em 2003, a Secretaria de Inclusão Social forneceu um curso de renda bilro a cinco quilombolas de Serra da Guia. No início, elas se reuniam para a confecção das peças, mas com a diminuição do número de visitantes à comunidade e a dificuldade de logística para vender as peças na cidade, a produção ficou cada vez menor, praticamente não se fazendo o artesanato como antes, exceto por encomenda dos produtos (Figura 119).

Figura 119 - Renda Bilro do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: ARTESOL, 2008.

Ao passo que, em **Mocambo**, o artesanato mais encontrado é o rendedê e o ponto cruz. Em 2019, as mocambenses criaram um grupo de 10 a 15 mulheres que se reúnem semanalmente na Associação para praticar o ofício. Em 2020, o Ministério da Cultura lançou um edital de fomento à cultura nos municípios sergipanos e cinco quilombolas de Mocambo foram contempladas com incentivos financeiros para desenvolver essa arte. Isso incentivou a comunidade, que passou a divulgar seus produtos no Instagram (quilombos-no-bordado), aumentando as vendas e gerando renda (Figura 120).

Figura 120 - Artesanato do quilombo de Mocambo/SE



Fonte: Quilombolas no bordado, 2020.

Em **Lagoa dos Campinhos**, as lideranças mencionaram que na comunidade existe um grupo de aproximadamente 20 bordadeiras, que trabalham com ponto de cruz e crochê, vendendo suas peças na comunidade e para os visitantes que chegam no quilombo, ou seja, nesse quilombo o bordado é tradição que percorre gerações, mas sobretudo uma atividade econômica que completa a renda de muitas famílias. Por fim, em Pirangi não foram encontradas pessoas que exercem essa arte, embora relatos esparsos da comunidade mencionem que no passado se tratava de uma prática frequente.

Consolidando o **acervo de bens culturais**, percebe-se que em **Serra da Guia** foram visualizados 16 bens culturais (sendo 9 imateriais e 7 materiais). Destes 62,5% (10) encontram-se em bom estado de conservação e 37,5% (6) parcialmente deteriorados ou malconservados. Ressalta-se que, embora grande parte desse acervo se encontre preservada, os imateriais são praticados por uma ou um grupo pequeno de pessoas, o que leva ao risco desse bem se tornar ruína ou memória, a exemplo dos benzedeiros/manipuladores de ervas medicinais, ofício de parteira e das bordadeiras de renda bilro. Além disso, em virtude da força do catolicismo na comunidade, as celebrações de matrizes afro-brasileira e regionais estão acontecendo de modo irregular, a exemplo do Dia da Consciência Negra e das vaquejadas que possuem um número

cada vez menor de participantes e apresentações artísticas. Quanto aos lugares (Serra, museu e Cemitério dos escravos) e templos religiosos, como eles fazem referência ao sagrado e à ancestralidade, todos encontram-se em bom estado de conservação (íntegros), a exceção do campo de futebol do quilombo, que tem uma estrutura física bem precária, apesar de ser uma das atividades mais desenvolvidas em Serra da Guia.

Em **Pirangi**, foram detectados 8 bens culturais (4 materiais e 4 imateriais), entretanto somente 25% (2) encontram-se preservados adequadamente, que é o campo de futebol e a tradição de celebração das festas juninas. Os demais eventos da comunidade (Festa da Consciência Negra, samba de coco), estão acontecendo de modo esporádico e com cada vez mais reduzido o número de participantes. Quanto aos lugares e às edificações, percebe-se que a Casa Grande e a Casa de Farinha necessitam urgentemente de reformas estruturais, pois suas paredes são rachadas e os telhados podem cair a qualquer momento, inclusive trazendo severos danos às pessoas que ali se reúnem e aos artefatos históricos guardados nesse local. Registra-se também que o conhecimento das ervas e das rezas não está sendo transmitido às gerações mais novas, o que pode comprometer a memória e os laços de etnicidade dessa comunidade.

Na comunidade **Mocambo** foram detectados 16 bens culturais (8 materiais e 8 imateriais), sendo que 81,25% (13) estão em bom estado de conservação e 18,75% (3) estão degradados. Os patrimônios mais ameaçados são o Rio São Francisco, devido ao forte assoreamento de suas margens e as rodas de capoeira, pois os professores passaram a residir em Aracaju e os participantes pararam de ensaiar, só há rodas nos eventos comemorativos programados, e não mais as crianças estão aprendendo essa arte nas escolas e áreas abertas da comunidade. Observa-se uma sensível preocupação do quilombo de resgatar sua origem para reafirmar seus laços de solidariedade, isso fica bastante evidente nos cordéis, samba de coco, nas cantigas e celebrações.

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, visualizaram-se 17 patrimônios culturais (11 imateriais e 6 materiais). Destes, 70,58% (12) estão conservados, ou seja, possuem bom estado de preservação (íntegros) e em se tratando de celebrações/saber-fazer, acontecem regularmente, incorporando-se ao modo de vida e cotidiano da comunidade e 29,41% (5) encontram-se ameaçados de desaparecer. Além disso, muitas celebrações sofrem forte influência do catolicismo e demonstram a religiosidade, podendo-se registrar vários eventos festivos alusivos às padroeiras dos quatro povoados da comunidade. Ressalta-se ainda, que os bens materiais mais ameaçados são o campo de futebol (que possui quase nenhuma infraestrutura física), os artefatos históricos, que se encontram largados no corredor da Associação de Território de Remanescentes

do Quilombo Pontal do Crioulo, uma vez que até o momento o museu do quilombo não foi construído ali.

Dessa forma, o **IC4** desse quilombo foi considerado como de **transição** (pontuação 0,5) para o quilombo de Pirangi, pois os bens culturais são prioritariamente relatos orais esparsos (memória das lideranças e de grupos comunitários) e as fontes materiais encontradas estavam precariamente conservadas, a exemplo da Casa Grande, Casa de Farinha e os artefatos históricos. Para as outras três comunidades (**Serra da Guia, Mocambo e Lagoa dos Campinhos**) o **IC4** foi considerado **satisfatório**, pois a maioria do patrimônio cultural destes quilombos se encontra em bom estado de conservação.

4.1.5 Sustentabilidade dos Quilombos estudados de acordo com a metodologia adaptada de Sobral (2012)

Os índices obtidos a partir da análise dos indicadores da dimensão territorial para os quatro quilombos analisados foram respectivamente: **0,416** para Serra da Guia e Pirangi, **0,583** para Mocambo e **0,666** para Lagoa dos Campinhos.

Percebeu-se que, em todos os quilombos, os indicadores territoriais que obtiveram os piores valores foram “Saneamento” e “% APP” (0,0), seguidos da “Paisagem” (0,5). Logo, entende-se que a ausência de políticas públicas básicas e efetivas de salubridade ambiental teve uma influência direta nesses índices, visto que a ausência de uma rede de esgotamento sanitário leva aos descartes de dejetos de maneira inapropriada, provocando o adoecimento dos moradores e a contaminação do solo e cursos hídricos do quilombo. Com relação ao % de APP, verificou-se que os quilombos acabam utilizando as áreas de APP para cultivos agrícolas e pastagem, o que poderá comprometer, no futuro, a qualidade do solo e o equilíbrio ecológico do quilombo, entretanto isso está ocorrendo em virtude da necessidade dessas comunidades aumentarem suas rendas e não dispor de maior assistência técnica, políticas fortes de irrigação de algumas áreas, que direcionem o melhor caminho para o cultivo sustentável.

Ou seja, o indicador “% de APP” foi considerado insustentável nos quatro quilombos analisados, atribuindo-se a necessidade das comunidades residirem ou cultivarem próximas aos cursos hídricos, pois parte dos quilombos sequer têm acesso à água encanada, à política de irrigação, de maneira que a ocupação humana nas áreas de proteção ambiental tem provocado severos danos à biodiversidade e à manutenção da sustentabilidade desses espaços (Tabela 17).

Tabela 17 - Sustentabilidade dos quilombos titulados

Dimensão Territorial	SG	PI	MO	LC	Dimensão Socioeconômica	SG	PI	MO	LC	Dimensão Cultural	SG	PI	MO	LC
Indicador	Índice				Indicador	Índice				Indicador	Índice			
Destinação RS	0,0	0,0	1,0	1,0	Acesso a água	0,5	0,5	1,0	1,0	Identidade quilombola	0,5	0,5	1,0	1,0
Saneamento	0,0	0,0	0,0	0,0	Acesso a crédito agropecuário	0,5	0,5	1,0	0,5	Religiosidade	0,0	0,0	0,0	0,0
Uso de Agrotóxicos	1,0	1,0	1,0	1,0	Acesso a energia elétrica	1,0	1,0	1,0	1,0	Frequência das Manifestações Culturais	1,0	0,5	1,0	1,0
Paisagem	0,5	0,5	0,5	1,0	Escolaridade	0,0	0,0	0,0	0,0	Bens Culturais	1,0	0,5	1,0	1,0
% Reserva Legal	1,0	1,0	1,0	1,0	Renda	0,0	0,0	0,0	0,0					
% APP	0,0	0,0	0,0	0,0	Sistema de Saúde	0,5	0,5	0,5	0,5					
					Tipo de Habitação	0,5	0,5	1,0	1,0					
IST	0,416	0,416	0,583	0,666	ISS	0,428	0,428	0,643	0,571	ISC	0,625	0,375	0,75	0,75
Legenda	SR: Serra da Guia; PI: Pirangi; MO: Mocambo; LC: Lagoa dos Campinhos													

Fonte: Adaptado de Sobral (2012).

Percebe-se também que outro indicador bastante preocupante nos quilombos Serra da Guia e Pirangi foi a “Destinação dos Resíduos Sólidos”, posto que a mesma não acontece, ou quando ocorre se dá de maneira muito esporádica, levando a comunidade a descartar os dejetos a céu aberto, gerando insalubridade ambiental e favorecendo a propagação de doenças como a Leptospirose e as transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*.

Entretanto, observou-se a preocupação da comunidade com o uso sustentável da terra, uma vez que ela subsiste deste bem e mantém com ele uma forte relação simbólica. Assim, os espaços são também lócus de expressão de identidade e territorialidade das comunidades. Do ponto de vista ambiental, houve uma preocupação em conservar as áreas de vegetação nativa e manter os mecanismos tradicionais de cultivo, não se utilizando agrotóxicos nas plantações, o que demonstra uma segurança alimentar e uma preocupação em retirar do solo alimentos que realmente promovam saúde e bem-estar, desta forma constata-se que os indicadores mais sustentáveis da dimensão territorial para os quatro quilombos foram justamente o “% de Reserva Legal” e o “Uso de Agrotóxicos”.

Por fim, verificou que a sustentabilidade territorial para Serra da Guia, Pirangi e Mocambo é considerada **regular** de acordo com a metodologia adaptada de Sobral (2012), ou seja, o índice foi maior que 0,4 e menor que 0,6. E para a comunidade de Lagoa dos Campinhos, a dimensão de sustentabilidade territorial foi considerada **boa** (0,6 a menos de 0,8), mesmo com as limitações citadas acima, sendo que o indicador “Paisagem” foi o diferencial em relação aos

demais quilombos, posto que se percebeu um manejo mais sustentável do uso do solo por essa comunidade, sobretudo também pela maior disponibilidade de recursos naturais existentes.

Com relação à **dimensão socioeconômica**, percebe-se que mesmo nos quilombos que possuem o título da terra e que sua população luta há décadas por políticas afirmativas de inclusão, o poder público ainda trata as comunidades quilombolas com descaso, tanto é que os indicadores de “Escolaridade” e “Renda” foram baixíssimos (pontuação 0,0). Esses índices refletem a total precariedade, uma vez que nos quatro quilombos mais de 50% da população, ou é analfabeta ou tem o ensino fundamental incompleto, o que faz com que a renda de todas as quatro comunidades seja inferior a um salário mínimo, teto estimado pela Carta Magna para que um cidadão sobreviva com dignidade.

Essa triste realidade mostra o quanto são pauperizados e são tolhidos o acesso à educação formal, ingresso no mercado de trabalho, de maneira que a baixa escolaridade tem refletido no desemprego, baixa renda e dependência econômica de programas assistências para a sobrevivência das famílias, sobretudo o “Bolsa Família”.

O acesso às demais políticas públicas (água, habitação, crédito agropecuário e sistema de saúde implantado), apesar de ser um direito legal e existirem programas governamentais como o Brasil Quilombola que os assegurem, está acontecendo de maneira tímida, daí por que os índices desses indicadores foram considerados de Transição (pontuação 0,5) para os quilombos Serra da Guia e Pirangi.

Para os quilombos Mocambo e Lagoa dos Campinhos que são comunidades mais antigas, o acesso à água encanada é uma realidade para praticamente todos os moradores. As políticas habitacionais foram outro setor que apresentou sensíveis avanços, uma vez que mais de 50% dos entrevistados têm residência em alvenaria e em bom estado de conservação, o que não ocorre nos quilombos Serra da Guia e Pirangi.

Entretanto, no que tange aos serviços de saúde implantados, percebe-se que nem mesmo nas comunidades mais antigas a estratégia de saúde da família atua do modo preconizado pelo SUS (acessibilidade, busca ativa, planejamento e monitoramento das necessidades de saúde), pois a equipe mínima (médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, odontólogo, técnico de saúde bucal e agentes comunitários de saúde) não está disponível diariamente na comunidade, sendo também o acesso a exames, consultas especializadas e outros cuidados (medicina alternativa) um desafio a ser alcançado pelos moradores, de modo que a resolutividade da atenção primária nesses territórios é baixa.

Registra-se que três comunidades (Serra da Guia, Pirangi e Lagoa dos Campinhos) tiveram apenas um apoio inicial (pontuação 0,5) para produção agropecuária e somente Mocambo recebeu um incremento de fomento para o cultivo e criação (pontuação 1,0). Entretanto, a assistência técnica de todos os quilombos acontece de maneira descontínua, sem valorizar os saberes tradicionais das famílias.

O melhor indicador da dimensão socioeconômica para os quatro quilombos foi o acesso à energia elétrica, pois o mesmo é prestado de maneira regular e contínua, sendo, por conseguinte, esse indicador considerado sustentável (pontuação 1), provavelmente como resultado do Programa “Luz para todos”, que se iniciou em 2003 tendo tido seu auge em 2012, cuja meta era levar energia elétrica para os lugares mais inacessíveis do país, a exemplo dos quilombos.

Portanto, constata-se que a sustentabilidade socioeconômica para Serra da Guia, Pirangi e Lagoa dos Campinhos é considerada **regular**, posto que o índice foi maior que 0,4 e menor que 0,6. E para a comunidade de Mocambo, a dimensão de sustentabilidade socioeconômica foi considerada **boa**, em virtude de algumas políticas de acesso a água, habitacionais e de crédito agropecuário já terem sido alcançadas, fruto de muita luta e reivindicação da comunidade.

Por fim, com relação à **dimensão cultural**, o pior indicador de todos os quilombos foi “religiosidade”, pois nas quatro comunidades praticamente não existem religiões de matrizes africanas, apesar de muitos valores dessa cultura serem identificadas nas manifestações culturais.

Percebe-se, também, as marcas deixadas pelo racismo nessas comunidades, uma vez que os indicadores “identidade quilombola” demonstram que o processo de consolidação identitária, territorialidades, está constantemente se modificando e em processo de consolidação, de maneira que o modo como se deu o processo de formação do quilombo, a proximidade com os centros urbanos, a falta de acesso a condições básicas de vida e o fato de uma das comunidades não residir no quilombo, pode ter contribuído para afrouxar os laços de etnicidade, o que torna também os eventos em comunidade (frequência das manifestações culturais) menos corriqueiros.

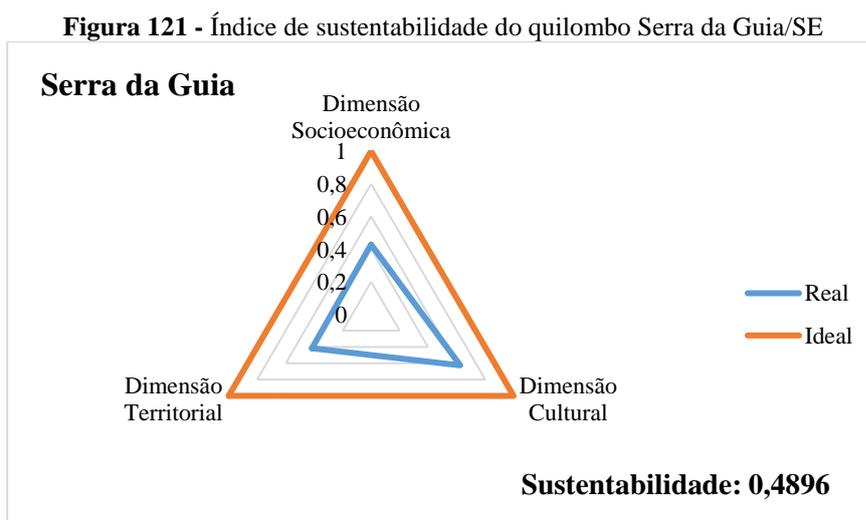
Acrescenta-se que a educação também tem papel fundamental no fortalecimento da identidade dessas comunidades e onde existem escolas quilombolas (Mocambo e Lagoa dos Campinhos) há maior valorização dos saberes tradicionais, transmissão da cultura e conhecimento da história do quilombo, desde a infância.

Além disso, o indicador “Frequência das manifestações culturais” e “Bens culturais” foram considerados sustentáveis nos quilombos Serra da Guia, Mocambo e Lagoa dos Campinhos. Ao passo que, Pirangi foi tido como território quilombola em transição. Enfim, à

exceção do índice cultural do quilombo Pirangi que foi considerado como ruim, todos os demais quilombos foram avaliados com um bom índice da dimensão cultural.

Ao realizar a média aritmética dos índices das três dimensões (territorial, socioeconômica e cultural) das quatro comunidades, obteve-se a sustentabilidade e/ou grau de qualidade de vida dos quilombos Serra da Guia, Pirangi, Mocambo e Lagoa dos Campinhos. Ressalta-se que a distância entre os vértices dos dois triângulos determina o menor ou maior grau de sustentabilidade de cada uma das dimensões analisadas.

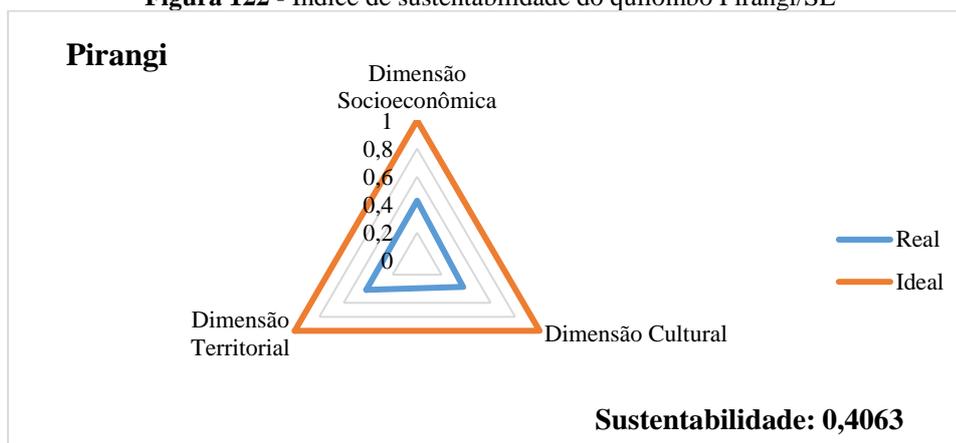
A sustentabilidade do quilombo Serra da Guia é considerada **regular** (0,4896), sendo que a dimensão melhor avaliada foi a cultural (0,625), considerada como boa. As demais (territorial e a socioeconômica) foram classificadas como regulares, uma vez que pontuaram respectivamente 0,416 e 0,428 (Figura 121).



Fonte: PESQUISA, 2021

O quilombo Pirangi também teve **sustentabilidade regular 0,406**, ou seja, com uma pontuação maior que 0,4 e menor que 0,6. Entretanto, diferentemente dos demais quilombos, a pior dimensão avaliada foi a cultural, 0,375, avaliada como ruim. As demais dimensões (territorial e socioeconômica) foram consideradas regulares, pontuando respectivamente 0,416 e 0,428 (Figura 122).

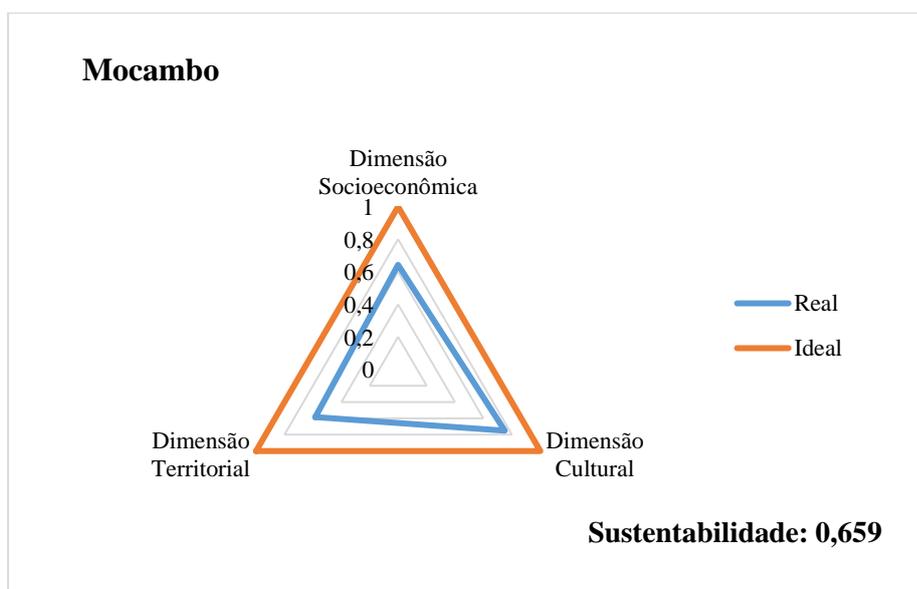
Figura 122 - Índice de sustentabilidade do quilombo Pirangi/SE



Fonte: PESQUISA, 2021.

A comunidade Mocambo teve a **sustentabilidade considerada como boa, ou seja, de 0,659** (maior que 0,6 e menor que 0,8), de maneira que as dimensões melhores avaliadas foram respectivamente a cultural (0,75) e a socioeconômica (0,643), tendo sido consideradas como boas. Somente a dimensão territorial foi classificada como regular, tendo uma pontuação de 0,583 (Figura 123).

Figura 123 - Índice de sustentabilidade do quilombo Mocambo/SE

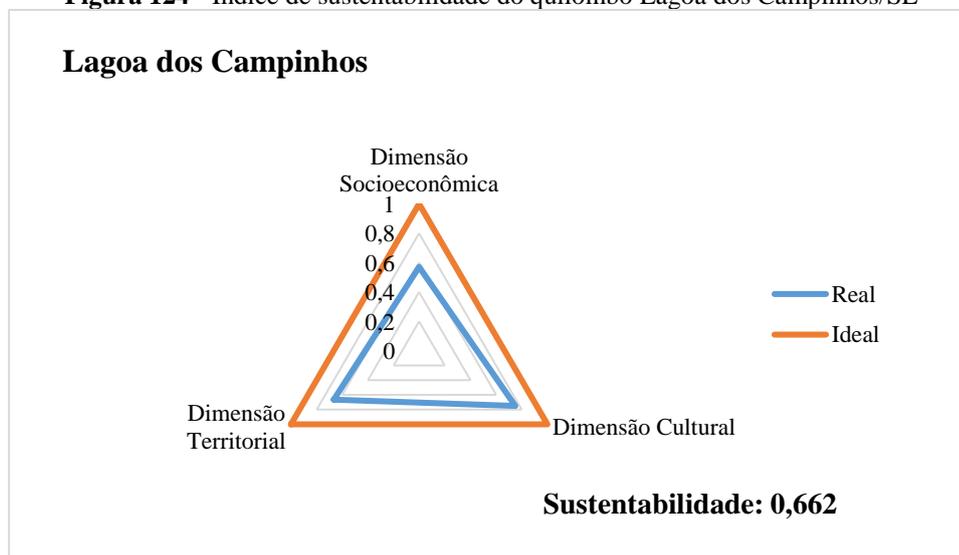


Fonte: PESQUISA, 2021.

Por fim, o quilombo Lagoa dos Campinhos foi o melhor avaliado entre os quatro quilombos, tendo o **índice de sustentabilidade de 0,6623**, considerado como ‘bom’. As

dimensões mais bem pontuadas foram respectivamente a cultural (0,75) e a territorial (0,666). Dessa forma, somente a dimensão socioeconômica foi avaliada como regular, 0,571 (Figura 124).

Figura 124 - Índice de sustentabilidade do quilombo Lagoa dos Campinhos/SE



Fonte: PESQUISA, 2021.

Percebe-se que em três dos quatro quilombos (Serra da Guia, Pirangi e Mocambo) a dimensão limitante, ou seja, que apresentou o pior índice foi a territorial, de maneira que os indicadores mais impactantes nesse resultado foram respectivamente os de “Saneamento” e “% de APP”, não pontuado nas quatro comunidades. A composição regular desse índice também teve uma influência significativa do indicador “Destinação de Resíduos Sólidos” que obteve uma pontuação insatisfatória em dois quilombos (Pirangi e Serra da Guia), pela ausência de coleta regular de lixo nesses locais.

A dimensão mais promissora dos quilombos analisados foi a cultural, uma vez que em três das quatro comunidades, Serra da Guia (0,625), Mocambo (0,75) e Lagoa dos Campinhos (0,75), o índice obtido foi acima de 0,6, sendo considerado como “bom”. E os indicadores que mais contribuíram para essa avaliação satisfatória foram os de “Frequência das manifestações culturais” e “Bens culturais”. Ao passo que o indicador mais limitante foi o de “Religiosidade”, não pontuado em nenhuma das quatro comunidades, já que ainda persiste nos quilombos, a ideia de que as religiões de matriz africana, tais como o candomblé e a umbanda, afastam os seus praticantes de Deus. Por isso, a preferência em religiões cristãs (SILVA E MELO, 2013).

4.1.6 Sustentabilidade dos quilombos estudados de acordo com a metodologia adaptada de Calório (1997)

A metodologia de Calório (1997) possibilita gerar um gráfico de radar, através de um processamento estatístico, eliminando-se os efeitos das diferentes unidades entre os indicadores escolhidos, permitindo a visualização e quantificação do índice de sustentabilidade. Desta forma, a partir da soma das áreas calculadas, gerou-se o índice de sustentabilidade para cada quilombo analisado.

Primeiramente, calculou-se o percentual de cada resposta obtida, dividindo a quantidade de respostas pelo total de famílias entrevistadas em cada quilombo e a seguir realizou-se a média ponderada dos percentuais em função do número de respostas e do número total de famílias. Esse procedimento foi realizado para que o indicador apresentasse um único valor quantitativo.

Ressalta-se que cada indicador pôde gerar até três possibilidades de resposta e foram considerados como sustentável, transição e insustentável. Quando o percentual da resposta considerada insustentável foi maior que 50% o cálculo final da média ponderada foi ajustado, ou seja, a média ponderada final foi 100% menos a média ponderada inicialmente calculada. Este procedimento é necessário, pois um indicador considerado insustentável deve apresentar uma média ponderada final menor que 50% para que possa ser comparado com outros e não indicasse uma condição de sustentabilidade ou seja, maior que 50%.

Destaca-se que, para a metodologia de Calório (1997), como as variáveis são mais quantitativas, no indicador “Bens Culturais” (IC4), pontuou-se apenas a existência ou não desses bens e não seu estado de conservação como na metodologia de Sobral (2012).

Obtidos os indicadores e as médias ponderadas, foi possível calcular os Vpn (Equação 5, descrita na metodologia desse estudo) para cada um dos indicadores das três dimensões de sustentabilidade analisadas. Ressalta-se apenas que, fez-se uma adaptação, pois no estudo original a constante de Calório (1997) era 5 e aqui consideramos 100, pelas razões descritas acima. Assim, nas tabelas 18, 19, 20 e 21 abaixo, estão apresentados os cálculos de todos os indicadores, o resultado da média ponderada e do Vpn, agrupados em suas dimensões.

Tabela 18 - Cálculo da média ponderada e Vpn dos indicadores territoriais

Indicador	Descrição	Serra da Guia		Pirangi		Mocambo		Lagoa do Campinho	
		Nº Resposta	%	Nº Resposta	%	Nº Resposta	%	Nº Resposta	%
IT1 Destinação Resíduos Sólidos	Queima e aterram	59	53,153	50	100	0	0	0	0
	Recolhido pelo serviço público	52	46,847	0	0	110	100	78	100
	Média Ponderada	49,8011525			0	100			100
	Vpn	2,6664335		1,619107925		3,9762314		4,9638046	
IT2 Saneamento	Fossa seca ou séptica		100	40	80	108	98,182	74	94,872
	Rede de esgoto	0	0	10	20	2	1,818	4	5,128
	Média Ponderada	0			20	3,57024		9,7304405	
	Vpn	1,2146541		2,270760677		1,1685161		1,6533511	
IT3 Uso defensivos agrícolas	Fazem uso	0	0	3	6	1	0,91	30	38,462
	Não fazem uso	111	100	47	94	109	99,09	48	61,538
	Média ponderada	100		88,72		98,198		52,663	
	Vpn	4,1298062		4,50983953		3,9237732		3,2278057	
IT4 Paisagem	Escalas definidas		51,4		55,59		58,1		60,74
	Média Ponderada	51,4		55,59		58,1		60,74	
	Vpn	2,7130423		3,430376748		2,756242		3,5240235	
IT5 % Reserva Legal	Não atende a lei								
	Atende a lei		100		100		100		100
	Média Ponderada	100		100		100		100	
	Vpn	4,1298062		4,877371682		3,9762314		4,9638046	
IT6 % APP	Escalas definidas		3,435		25,38		3,62		16,28
	Média Ponderada	3,435		25,38		3,62		16,28	
	Vpn	1,3147896		2,446055267		1,1699647		1,893543	

Fonte: PESQUISA, 2021.

Tabela 19 - Cálculo da média ponderada e Vpn dos indicadores socioeconômicos

Indicador	Descrição	Serra da Guia		Pirangi		Mocambo		Lagoa do Campinho	
		Nº Resposta	%	Nº Resposta	%	Nº Resposta	%	Nº Resposta	%
IS1 Acesso à água	Rio ou açude	3	2,0703	0	0	9	8,182		
	Poço ou cisterna	106	95,495	50	100	6	5,455	1	1,282
	Água Encanada	2	1,802	0	0	95	86,364	77	98,718
	Média Ponderada	91,29940752		100		75,55371901		97,46877	
	Vpn	3,8761707		4,877371682		3,2644366		4,8709769	
IS2 Acesso a crédito agropecuário	Sem crédito	3	2,703	22	44	6	5,455	4	5,128
	Apoio inicial	68	61,261	25	50	24	21,818	58	74,359
	Fomento	40	36,036	3	6	80	72,727	16	20,513
	Média Ponderada	50,58842626		44,72		57,95041322		59,7633	
	Vpn	2,6893837		3,076203477		2,7518866		3,4882055	
IS3 Acesso a energia elétrica	Sem Regularidade	5	4,505	9	18	0	0	1	1,282
	Com Regularidade	106	95,495	41	82	110	100	77	98,718
	Média ponderada	91,39680221		70,48		100		97,46877	
	Vpn	3,8790099		3,915532221		3,9762314		4,8709769	
IS4 Escolaridade	Analfabeto e fundamental	97	87,387	42	84	65	59,091	40	51,282
	Ensino médio	13	11,712	7	14	36	32,727	34	43,59
	Superior e pós graduação	1	0,901	1	2	9	8,182	4	5,128
	Média Ponderada	22,2546871		27,44		46,2975207		45,5621302	
	Vpn	1,8634121		2,5131755		2,4125929		2,9674059	
IS5 Renda	Sem rendimento	5	4,505	0	0	0	0	0	0
	Menos de salário	101	90,991	32	64	70	63,636	67	85,897
	1 a 2 salários	5	4,505	18	36	40	36,364	11	14,103
	Média Ponderada	83,1994156		53,92		53,7190083		75,7725	
	Vpn	3,6400436		3,375963743		2,6286821		4,0753107	
IS6 Sistema de saúde	Sem acesso	33	29,73	21	42	8	7,273	33	42,308
	Saberes populares e UBS	78	70,27	29	58	82	74,545	36	46,154
	Saberes, USF, especialidades	0	0	0	0	20	18,182	9	11,538
	Média Ponderada	58,21767714		51,28		59,40495868		59,46745	
	Vpn	2,911788		3,28994558		2,7942381		3,4773556	
IS7 Tipo de Habitação	Barraco de lona ou taipa	5	4,505	1	2	0	0	0	0
	Alvenaria sem reforma	101	90,991	34	68	33	30	26	33,333
	Alvenaria com reforma	5	4,505	15	30	77	70	52	66,667
	Média Ponderada	55,555555		55,28		58		55,55555	
	Vpn	3,6400436		3,42027613		2,7533304		3,3338945	

Fonte: PESQUISA, 2021

Para o indicador “ Identidade quilombola” (IC1) da dimensão cultural, foi calculada a média ponderada de cada um dos quatro critérios sugeridos na IN 57 e do resultado obtido, fez-se uma média aritmética das quatro médias ponderadas encontradas, obtendo-se uma Média ponderada geral de 66,69507343 para Serra da Guia, 63,62 para Pirangi, 86,314 para Mocambo e 82,1663 para Lagoa dos Campinhos, valores estes que compuseram os cálculos do Vpn dos quilombos (Tabela 20).

Tabela 20 - Composição e média geral do indicador “Identidade quilombola”

Identidade Quilombola	Descrição	Serra da Guia		Pirangi		Mocambo		Lagoa do Campinho	
		Nº de Resposta	%	Nº de Resposta	%	Nº de Resposta	%	Nº de Resposta	%
Presunção de Ancestralidade Negra	Não assumem negritude	67	60,36	30	60	8	7,273	13	16,669
	Assumem negritude	44	39,67	20	40	102	92,727	65	83,333
	Média ponderada	47,853		48		86,512		72,222	
Relação específica territorial	Não assumem ser quilombola	71	63,964	37	74	32	29,091	25	32,051
	Assumem-se quilombolas	40	36,036	13	26	78	70,909	53	67,949
	Média ponderada	46,1		38,48		58,744		56,443	
Trajetória histórica própria	Sem trajetória histórica peculiar	18	16,216	10	20	0	0	0	0
	Com trajetória histórica peculiar	93	83,784	40	80	110	100	78	100
	Média ponderada	72,826		68		100		100	
Uso coletivo da terra	Não	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sim	111	100	50	100	110	100	78	100
	Média ponderada	100		100		100		100	
Média Geral		66,695		63,62		86,314		82,1663	

Fonte: PESQUISA, 2021

Tabela 21 - Cálculo da média ponderada e Vpn dos indicadores culturais

Indicador	Descrição	Serra da Guia		Pirangi		Mocambo		Lagoa do Campinho	
		Nº de Resposta	%	Nº de Resposta	%	Nº de Resposta	%	Nº de Resposta	%
IC1 Identidade quilombola	Até 1 dos critérios da IN 57								
	02 a 03 dos critérios da IN 57								
	Todos critérios da IN 57								
	Média ponderada	66,69507343		63,62		86,314		82,166	
	Vpn	3,158917		3,692015327		3,5777418		4,3097911	
IC2 Religiosidade	Fora da matriz africana	111	100	48	96	110	100	57	73,08
	Dentro da matriz africana	0	0	2	4	0	0	21	26,92
	Média ponderada	0		7,68		0		39,349	
	Vpn	1,2146541		1,869342582		1,0645623		2,739556	
IC3 Frequência das manifestações culturais	Não acontecem	11	9,91	5	10	1	0,909	6	7,692
	Ocorrem de 1 a 2 vezes/ano	45	40,54	45	90	7	6,364	5	6,41
	Ocorrem 3 ou mais vezes/ano	55	49,55	0	0	102	92,73	67	85,9
	Média ponderada	58,03100398		18		86,3967		74,786	
	Vpn	2,9063462		2,205595402		3,5801481		4,0391441	
IC4 Bens Culturais	Não possuem	11	9,91	8	16	5	4,545	13	16,67
	Possuem	100	90,09	42	84	105	95,46	65	83,33
	Média ponderada	82,14430647		73,12		91,3223		72,222	
	Vpn	3,6092856		4,001550384		3,7235659		3,9451108	

Fonte: PESQUISA, 2021

Foram também mensurados os valores de: **Vpn** (valor de cada eixo adimensionalizado), **Dn** (lado faltante do triângulo), **Pn** (semiperímetro) e **Sn** (área de cada triângulo). E, para que o Vpn não fosse negativo, a constante de Calório utilizada neste estudo foi 100. A definição do posicionamento de cada eixo foi obtida através de um arranjo fatorial 10 e a área mais limitante foi a menor área encontrada do triângulo gerado. Para calcular o índice de sustentabilidade, foram utilizados 17 indicadores e definido um arranjo de posicionamento desses indicadores.

Obtidos os valores de Vpn, os indicadores foram combinados em arranjos para obter o Dn, Pn e Sn. Vale ressaltar que outros arranjos não alterariam o resultado final do índice. Apenas permitiriam discussões específicas de cada indicador. Considerou-se o mesmo arranjo para os quatro quilombos, a fim de se delinear uma análise comparativa entre eles, de maneira que a combinação realizada foi: IS1 –IT1, IT3-IC1, IC1-IS2, IS2-IT2, IT2-IS3, IS3-IT3, IT3-IC3, IC3-IS4, IS4-IT4, IT4-IC4, IC4-IS5, IS5-IT5, IT5-IS6, IS6-IT6, IT6-IS7 e IS7-IS1 (Anexo III). Adquiridos os valores dos Dn, Pn e Sn para cada um dos pares de arranjos realizados entre os indicadores (Anexo III) foi possível obter os índices de sustentabilidade de cada quilombo a partir da metodologia de Calório (1997).

Ressalta-se que o primeiro resultado corresponde ao resultado do índice de sustentabilidade considerando que os indicadores foram adimensionalizados, estando, portanto, sem unidade. A obtenção desse índice é de extrema importância, enquanto parâmetro para avaliação de políticas públicas futuras. O valor inicial gerado pode ser empregado no futuro para delinear se houve um crescimento nos índices encontrados e, conseqüentemente, uma melhora na perspectiva de qualidade de vida dessas comunidades à luz dos parâmetros fixados nesse estudo. Ou seja, daqui a 2 ou 3 anos, tem-se a possibilidade de retornar a essas comunidades e verificar se os valores encontrados foram acima do Índice de Sustentabilidade Adimensionado, apontando, por exemplo, que houve a implantação de ações afirmativas e políticas públicas com eficiência nessa comunidade.

A seguir, aplicou-se novamente a metodologia de Calório (1997), sem a constante adimensionada, ou seja, considerando o percentual de cada um dos indicadores, obtendo-se um índice de 111.185,96 para Serra da Guia, 7416,93 para Pirangi, 13134,8 para Mocambo e 13292,1 para Lagoa dos Campinhos. Isso pôde ser feito, porque todos os indicadores estavam em percentual, logo na mesma unidade de medida.

Como o valor máximo do percentual de cada indicador vai ser 100%, considerou-se a área máxima possível, como se todos os indicadores fossem iguais a 100%, calculando-se o Vpn, Dn, Pn, Sn a partir desse parâmetro, o que resultou num índice de sustentabilidade máximo de 30,705,6 para Serra da Guia, 24,155 para Pirangi, 42,777 para Mocambo e 43,2887 para Lagoa dos Campinhos (Tabela 22).

Tabela 22 - Índices de Sustentabilidade, adimensionado, dimensionado e máximo por Calório (1997)

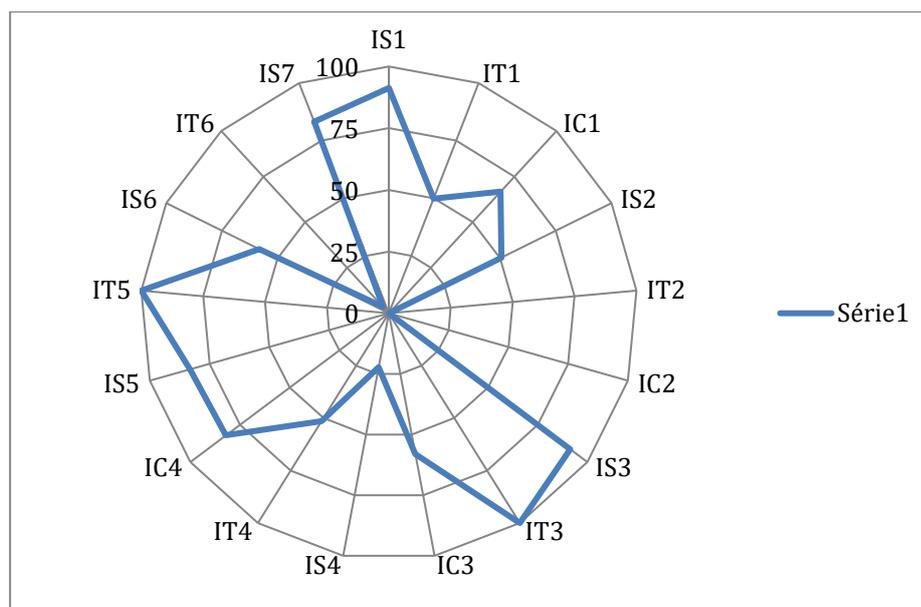
Índices de Calório para os quatro quilombos	Serra da Guia	Pirangi	Mocambo	Lagoa dos Campinhos
Índice Sustentabilidade de Calório Adimensionado (ISCA)	26,686	32,2219	26,691	41,9142
Índice Sustentabilidade de Calório Dimensionador pelo % de cada indicador (ISCD)	11180,5	7416,93	13134,8	13292,1
Índice de Sustentabilidade de Calório Máximo (ISCM)	30705,6	30705,6	30,7056	30705,5
Índice de Sustentabilidade Dimensionado pelo % de cada indicador em uma escala de 0-100 (/ISCD/ ISCM)	36,412	24,155	42,777	43,289

Fonte: PESQUISA, 2021.

Por fim, ao dividir essa área máxima pelo índice de sustentabilidade de Calório Dimensionado, obteve-se uma escala de 0-100 e esta foi dividida por 100 para ficar em escalas semelhantes aquelas de Sobral (2012), permitindo a comparação entre ambos. Os índices obtidos foram: 36,4121% ou **0,364 para Serra da Guia**, 24,1555% ou **0,242 para Pirangi**, 42,777% ou **0,428 para Mocambo** e 43,289 % ou **0,433 para Lagoa dos Campinhos**.

Em Serra da Guia, os maiores entraves ocorreram nos eixos representados pelos IT2 (Saneamento), IT6 (% de APP), IC2 (religiosidade) e IS4 (Escolaridade) respectivamente, de maneira que suas relações impactam nos demais indicadores que mantém conexão com eles, podendo-se observar que as áreas limitantes do gráfico envolvem sempre esses indicadores, sendo, portanto, indispensável pensar políticas afirmativas que melhorem esses setores no quilombo analisado (Figura 125).

Figura 125 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Serra da Guia, segundo Calório (1997)



Fonte: PESQUISA, 2021

Dessa maneira, observa-se que os indicadores IT2 (saneamento) e IC2 (religiosidade) sequer formaram áreas do triângulo, posto que foram baixíssimos, aproximando da pontuação mínima (0,0), sendo, portanto, os setores mais limitantes no quilombo Serra da Guia. Isso ocorre porque na comunidade há ausência de saneamento básico e conseqüentemente muitos locais insalubres, causando impactos para a saúde humana. Desta forma, como sequer as necessidades primordiais foram resolvidas, questões como a aproximação com a religiosidade e as raízes de

matriz africana ficam relegadas a segundo plano, não se constituindo vínculos fortes com as raízes da cultura negra, podendo fragilizar o processo de ativismo e luta por políticas afirmativas.

Outro indicador limitante é o IT2 (saneamento) e o IS2 (acesso a créditos agropecuários), o que demonstra a ineficiência estatal nesses espaços, de maneira que a comunidade além de não ter acesso a saneamento, à água potável, não é estimulada com a concessão de créditos para produzir e gerar autonomia, benefícios estes que são essenciais, uma vez que este quilombo se situa numa área pouco fértil e sujeita à desertificação. Acredita-se, então, que a realização de investimentos em infraestruturas hídricas e tecnologias sociais voltadas para a convivência com o Semiárido é fundamental para gerar menos dependência do poder público.

Por fim, verifica-se que IT6 (% de APP) em Serra da Guia também foi um indicador muito baixo (3,435%), uma vez que a região onde se situa possui um clima árido, solo empobrecido sujeito à desertificação, além de que políticas de irrigação e fomento agrícola são bastante tímidas na área. Desta forma, a não conservação das áreas de preservação permanente, sobretudo as matas ciliares, causa prejuízos incalculáveis a qualidade do solo, ar e água. Assim, percebeu-se que ocupação das APP por outras atividades (pastagem, solo exposto, etc.) têm provocado sérios impactos ao solo e aos poucos recursos hídricos que restam na região, o que traz impactos diretos na saúde humana.

Esse cenário é trágico no quilombo, pois a comunidade conta quase que exclusivamente com os saberes tradicionais, uma vez que os sistemas de saúde implantados são precários e/ou quase inexistentes, tanto é que as áreas do triângulo formadas pela relação entre os eixos IT6 – IS6 (%APP e Sistema de saúde implantado) foram um dos setores limitantes.

Outro aspecto a ser observado é o referente à relação da preservação da APP com os núcleos urbanos, uma vez que a comunidade ainda necessita concluir as obras de construção/reformas das casas, equipamentos sociais no quilombo (creche, cemitério e escola), precisando pensar a melhor maneira de não impactar os recursos naturais, já tão escassos no quilombo.

Outro indicador limitante é a escolaridade (IS4), pois os níveis educacionais insatisfatórios impactam numa menor renda e no modo como os quilombolas se relacionam com a sua paisagem, pois não havendo outras estratégias de produção, de acesso a crédito para irrigação, são obrigados a ocuparem o solo de maneira não muito sustentável, inclusive desrespeitando as APP.

Também se percebeu que, o IS4 tem reflexo direto nos aspectos culturais, sobretudo nos referentes aos elos de etnicidade e coesão comunitária. De modo que, mesmo a comunidade mantendo uma frequência regular de festas no quilombo (IC3), estas vêm diminuindo (em geral, os eventos são mais curtos), as simbologias vão deixando de ocorrer com tanta regularidade (sambas de coco, rodas de capoeira), comprometendo o poder de mobilização e reivindicação frente às instâncias públicas. Desse modo, a implantação de uma educação quilombola contextualizada a cultura dessa comunidade, poderia resignificar a importância da educação formal, criando maior capacidade de geração de renda.

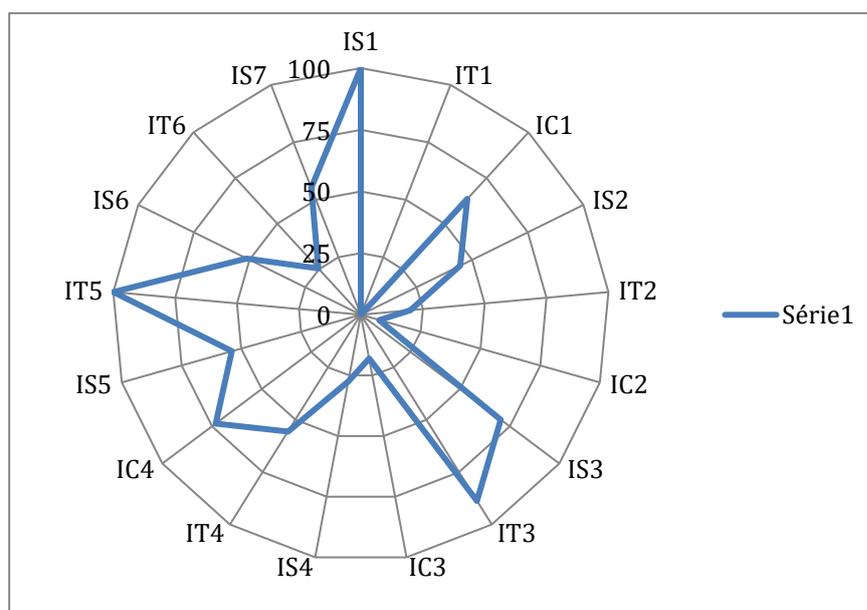
Por fim, outro indicador que se mostrou insatisfatório foi o referente à “Destinação de Resíduos Sólidos” tendo um impacto na sustentabilidade do quilombo, pois o descarte irregular traz severas consequências ao solo e à saúde da população, mas não refletiu tanto na área do triângulo, em virtude de parte da comunidade relatar que a coleta de resíduos pelo poder público acontece, mesmo que de modo bem esporádico e descontínuo.

Em **Pirangi**, o maior entrave ocorreu nos eixos IT1 (Destinação de Resíduos Sólidos) e IT2 (saneamento) e em suas relações com o IS1 (acesso à água), IC1 (identidade quilombola) e IC2 (religiosidade). Nessa comunidade, a maior parte das famílias descarta irregularmente os resíduos sólidos, uma vez que não existe o sistema de coleta de lixo implementado, o que faz com que os moradores queimem ou aterrem seus resíduos (Figura 126).

A situação de insalubridade é agravada pela ausência de água encanada no quilombo, fazendo com que a água para consumo humano, plantio e dessedentação dos animais seja obtido do rio ou do poço artesiano existente no quilombo. Ressalta-se que o grande desejo dos quilombolas é que o serviço de saneamento ambiental (acesso à água, coleta de resíduos sólidos e esgotamento sanitário) se transforme em realidade.

Outro indicador bastante insatisfatório é o IT2 (saneamento), visto que a comunidade não dispõe de esgotamento sanitário, possuindo apenas fossas rudimentares, o que faz com que haja contaminação do solo, pois é comum se visualizar o esgoto sem tratamento correr a céu aberto. Esse cenário torna frequente a existência de doenças de cunho parasitário, situação agravada pela inexistência de unidade e de equipe de saúde da família no quilombo, precisando os moradores se deslocarem para Capela quando adoecem.

Figura 126 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Pirangi, segundo Calório (1997)



Fonte: PESQUISA, 2021.

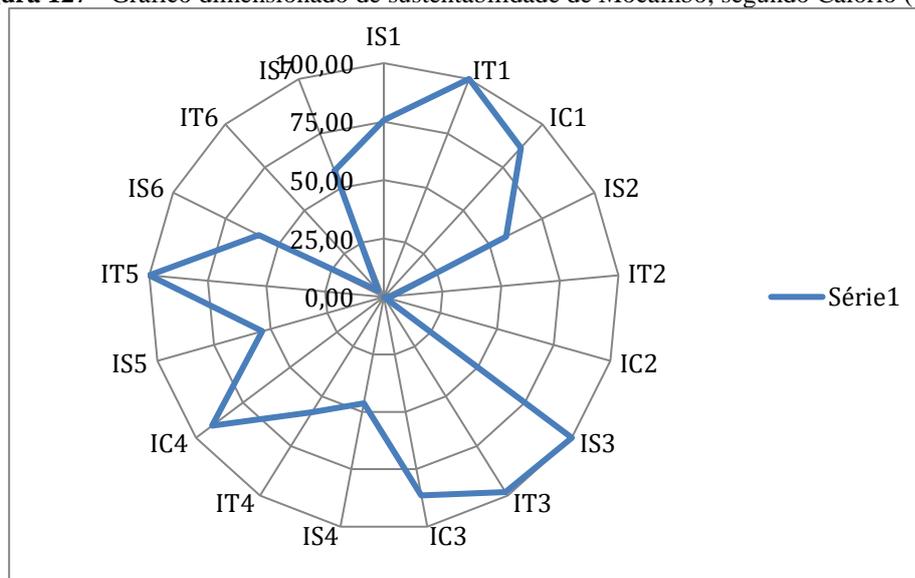
Acrescenta-se que, embora as casas do quilombo tenham sido construídas numa parceria recente entre a Caixa Econômica Federal e o Governo Federal, elas ainda não dispõem de água encanada, esgotamento sanitário, o que impede os moradores de residirem na comunidade. Essa peculiaridade faz com que os elos de etnicidade, os valores, a fé e a identidade quilombola estejam fragilizados, explicando a razão de um dos eixos mais limitantes seja principalmente o composto pelos indicadores territoriais - IT1 e IT2 (destinação de resíduos sólidos e saneamento) e suas combinações com os indicadores culturais IC1 e IC2 (identidade quilombola e religiosidade).

Além disso, quando as necessidades básicas do quilombo, a exemplo de infraestrutura mínima (água, coleta de lixo, esgotamento sanitário e habitação), escolaridade e renda para a subsistência digna não estão satisfeitas, as questões culturais são relegadas a nível secundário, o que enfraquece o poder de mobilização e articulação para reivindicar políticas afirmativas mais integradas para a comunidade.

Mocambo, por ser o quilombo mais antigo do Estado de Sergipe, possuindo um maior grau de articulação e mobilização social, algumas políticas estruturais (acesso à energia, água encanada, créditos de fomento agrícolas e habitação), foram alcançadas, a exceção do indicador IT2 (saneamento), uma vez que no quilombo o esgoto corre a céu aberto, existindo apenas fossas rudimentares.

Ressalta-se que indicadores mais limitantes foram os de saneamento (IT2), % de APP (IT6) e religiosidade (IC2). Desta forma, a combinação entre os eixos IT2 - IC2 foi o mais limitante de todos, uma vez que na composição do cálculo, IT2 (saneamento) pontuou muito baixo e o da IC2 (religiosidade) não pontuou, pois, todos os entrevistados alegaram possuir religião fora da matriz africana (Figura 127).

Figura 127 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Mocambo, segundo Calório (1997)



Fonte: PESQUISA, 2021.

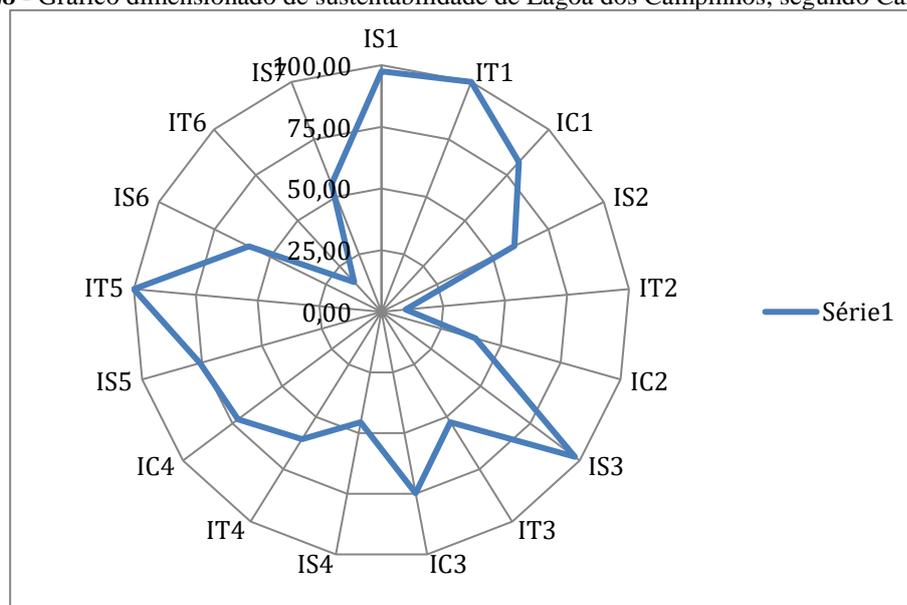
O “% de APP” foi um indicador bastante limitante, uma vez que apenas 3,62% das APP estão preservadas, demonstrando uma situação séria em termos de deterioração das matas ciliares pela ação antrópica existente nesses espaços. Acrescenta-se que a redução de áreas verdes leva a uma diminuição da qualidade do ar e do solo, o que, por seu turno, reduz a qualidade de vida da comunidade, fazendo com que os agravos em saúde sejam intensificados.

Além disso, observou-se que a atenção à saúde do município apresenta algumas deficiências, não tendo equipe de saúde da família disponível em tempo integral no quilombo e ainda sendo uma dificuldade a marcação de exames e, sobretudo, de consultas especializadas. Essa fragilidade da atenção primária, onde as ações de planejamento e execução do modelo de assistência ainda não estão adequadas às necessidades de saúde da população negra, fizeram com que o eixo IT6 (% de APP) – IS6 (Sistema de saúde implantado) fosse outro setor limitante.

Por fim, em **Lagoa dos Campinhos**, assim como em Mocambo, é um dos quilombos mais antigos (segundo a ser certificado no Estado de Sergipe). De maneira que algumas políticas

estruturantes mínimas começaram efetivamente a serem implantadas na comunidade, a exemplo do acesso à água, energia elétrica e habitações). Entretanto, no que se refere à questão de salubridade ambiental, o indicador “saneamento” (IT2) foi bastante insatisfatório, pois mais de 90% do quilombo não possui rede de esgoto instalada, de maneira que os rejeitos correm a céu aberto ou são despejados em fossas rudimentares (Figura 128).

Figura 128 - Gráfico dimensionado de sustentabilidade de Lagoa dos Campinhos, segundo Calório (1997):



Fonte: PESQUISA, 2021

Assim, semelhante ao quilombo Mocambo, os eixos mais limitantes foram os que estavam associados aos indicadores de saneamento (IT2), % de APP (IT6) e religiosidade (IC2). Portanto, a combinação entre os eixos IT2 - IC2 foi a que gerou uma menor área do triângulo, posto que os indicadores de saneamento e religiosidade foram muito baixos, visto que o quilombo praticamente não possui rede de esgoto implantada e 73,08% dos entrevistados alegaram possuir religião fora da matriz africana.

O indicador “% de APP” também foi outro eixo limitante, pois 16,28% das áreas de preservação permanente se encontram pouco preservadas, mas num estágio um pouco melhor do que nos quilombos Serra da Guia e Mocambo. Entretanto, a redução dessas áreas compromete a qualidade de vida da comunidade, fazendo com que os agravos em saúde sejam intensificados. Soma-se a isso, o fato de que também nesse quilombo a atenção primária apresenta fragilidades, ou seja, não há equipe de saúde da família em tempo integral e a marcação de exames e consultas

especializadas nem sempre é acessível a comunidade, o que leva ao eixo IT6 (% de APP) –IS6 (Sistema de saúde implantado) ser outro setor limitante.

Acrescenta-se que, mesmo sendo uma comunidade antiga, a maior parte dos moradores (74,13%) só teve apoio inicial de créditos agrícolas, sem políticas de continuidades produtivas, e o sistema de assistência técnica prestado pela EMDAGRO acontece de maneira irregular, o que faz com que a produção seja limitada e que a sua comunidade ainda dependa de programas assistenciais.

Fazendo uma análise comparativa entre os índices de sustentabilidade dos quatro quilombos, de acordo com Calório (1997), percebeu-se que os quilombos Pirangi (0,241) e Lagoa dos Campinhos (0,433) tiveram respectivamente os piores e melhores índices. Comparando com os achados de Sobral (2012), esse panorama se repete, de modo que os piores índices de sustentabilidade continuam sendo da comunidade Pirangi (0,4063) classificado como regular e o melhor de Lagoa dos Campinhos (0,662), avaliado como “bom” (Tabela 23).

Tabela 23 - Índices de Sustentabilidade dos quilombos titulados, segundo Calório (1997)

Quilombos	Índice de Sustentabilidade de Calório em percentual	Índice de Sustentabilidade de Calório na base unitária de 0-1	Indicador mais limitante	Índice Sustentabilidade de Sobral	Classificação por Sobral (2012)
Serra da Guia	36,4%	0,364	IT2	0,4896	Regular
			IT6		
			IC2		
			IS4		
Pirangi	24,1%	0,241	IT1	0,4063	Regular
			IT2		
			IS1		
			IC1		
Mocambo	44,2%	0,442	IT2	0,659	Bom
			IT6		
			IC2		
Lagoa dos Campinhos	43,3%	0,433	IT2	0,662	Bom
			IT6		
			IC2		

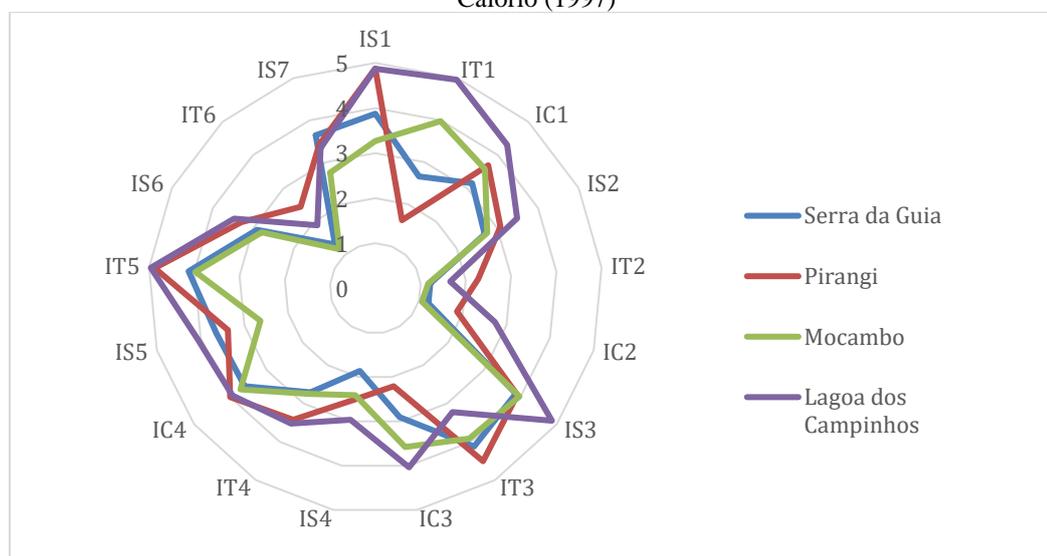
Fonte: PESQUISA, 2021.

Os indicadores limitantes (Figura 111 e 112), em todos os quilombos estudados, estão concentrados nos eixos IT2 (Saneamento), IC2 (Religiosidade), IT6 (% de APP). E, para Pirangi, acrescentam-se o IT1 (Destinação de resíduos sólidos) e IS1 (Acesso à água). Ao passo que, em

Serra da Guia, mesmo o IT1 e IS1 sendo indicadores baixos, os mais limitantes foram os IT2 (Saneamento), IC2 (Religiosidade), IT6 (%de APP) e o IS4 (Escolaridade).

O gráfico integrado e adimensionalizado dos índices de sustentabilidade dos quilombos, segundo Calório (1997) (Figura 129) demonstra que estes índices estão numa escala de zero a infinito, servindo para fins comparativos, ou seja, é importante para que se depois de implantadas políticas públicas, retornem-se a estas comunidades, a fim de verificar se o atual índice melhorou ou piorou ao longo do tempo, demonstrando a efetividade ou não das ações realizadas no território.

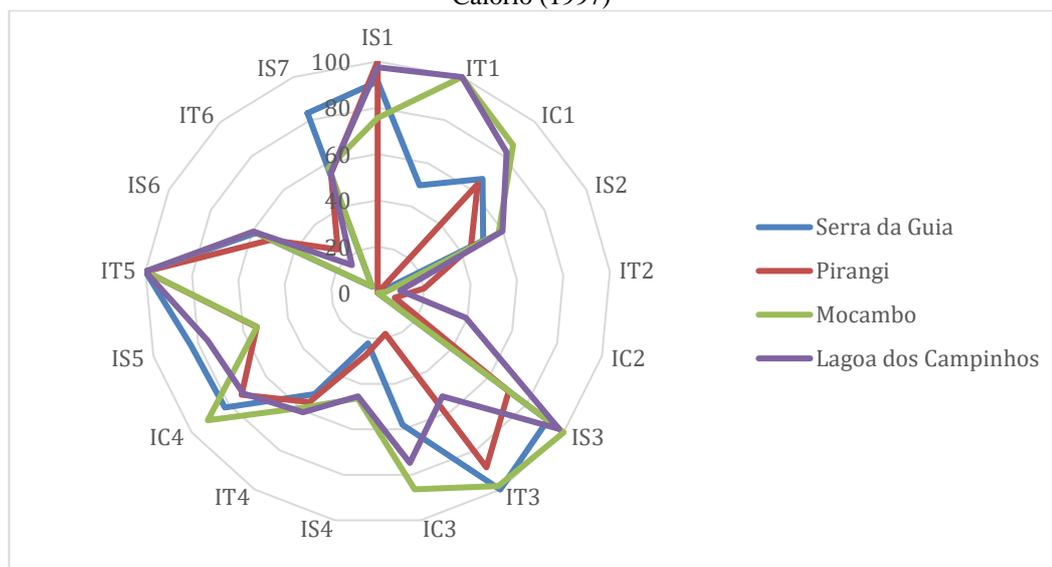
Figura 129 - Gráfico integrado e adimensionalizado dos índices de sustentabilidade dos quilombos, segundo Calório (1997)



Fonte: PESQUISA, 2021.

Ao passo que a Figura 130 reflete como os indicadores estão na atualidade face a realidade de cada quilombo e quais são os mais limitantes, estando estes numa escala de 0 a 100%, utilizando ferramentas mais avançadas de análise estatística, tais como médias ponderadas e desvio padrão.

Figura 130 - Gráfico integrado e dimensionalizado dos índices de sustentabilidade dos quilombos, segundo Calório (1997)



Fonte: PESQUISA, 2021.

Registra-se que a renda e escolaridade foram indicadores baixíssimos nos quatro quilombos, gerando eixos também com áreas menores, entretanto não foi classificado como setor mais limitante, pois na combinação aleatória formulada, o IS5 (renda) agrupou-se com o IT5 (% reserva legal), indicador satisfatório para as quatro comunidades, uma vez que todas respeitam o percentual de reserva legal determinado pela legislação ambiental vigente, o que é próprio de áreas de povos tradicionais.

De maneira semelhante, o IS4 (escolaridade) foi combinado com o IC3 (frequência das manifestações culturais), indicador bem pontuado em três dos quilombos abordados, já que, à exceção de Pirangi, as festas e celebrações acontecem pelo menos três vezes ao ano nessas comunidades, embora em Serra da Guia, elas tenham apresentado uma tendência de queda da legalidade e quantidade de dias/ rituais em relação a outrora.

Percebe-se, a urgente necessidade de fomento agrícola e geração de emprego e renda nos quilombos, uma vez que eles se tornam dependentes de programas assistenciais, a exemplo do bolsa família para satisfazerem suas necessidades prioritárias. Além disso, uma educação contextualizada e contínua é fundamental para aprimorar os conhecimentos, gerando uma mão de obra mais valorizada no mercado de trabalho regional, ao passo que também amplia o grau de mobilização e articulação social e política em prol da reivindicação dos direitos dessas comunidades.

Com relação ao IS2 (saneamento), este também foi um eixo limitante de todos os quilombos, uma vez que nas quatro comunidades o esgotamento sanitário ainda não é uma realidade, sendo comum perceber esgotos a céu aberto ou a presença de fossas rudimentares, o que provoca o adoecimento dos moradores face à ausência de salubridade ambiental. Em **Serra da Guia** e **Pirangi**, a qualidade de vida sofre um sensível impacto do indicador “Destinação de Resíduos Sólidos” (IT1), ou seja, a ausência de serviço regular de coleta de lixo, faz com que a comunidade queime ou aterre seus dejetos, trazendo sensíveis prejuízos à viabilidade do solo.

Quanto ao acesso à água, Pirangi e Serra da Guia não possuem serviço de água encanada, dependendo de rio, poço ou cisterna para aquisição de água para consumo humano, cultivo e dessedentação dos animais. Essa realidade é ainda mais impactante no quilombo de Serra da Guia, pois se trata, como se viu, de uma área de escassez hídrica e com solo pobre em nutrientes. Enfim, faz-se necessário a democratização no acesso à água potável, investimento em obras hídricas voltadas para a convivência com a seca, a concessão de créditos rurais e assistência técnica adequada, possibilitando a aquisição de insumos e maquinários que viabilizem o cultivo e a geração de renda, melhorando a qualidade de vida dessas comunidades.

Outro eixo limitante foi o % de APP, pois nos quatro quilombos essas áreas não estão sendo devidamente preservadas, provavelmente em virtude da qualidade do solo ser melhor quando próximo às margens dos rios, da maior facilidade para captação de água e pelo conhecimento limitado em técnicas de plantio, que favoreçam o uso sustentável dos recursos naturais.

Ressalta-se ainda, que os valores do índice de sustentabilidade de Calório (1997) e Sobral (2012) se apresentaram de modo distinto, em relação aos quatro quilombos analisados em virtude das diferenças em termos de procedimentos estatísticos utilizados por cada uma dessas metodologias. Porém, ambos os resultados demonstram a necessidade de implementar ações de melhoria da qualidade de vida nas quatro comunidades em setores bastante semelhantes.

4.2 CARTOGRAFIA SOCIAL DOS QUILOMBOS TITULADOS DE SERGIPE

Os mapas são instrumentos políticos que reduzem em representações os complexos processos socioterritoriais. Entretanto, os mapas participativos são sínteses de uma linguagem intercultural, ferramenta de “empoderamento local”, pois captam forças mediante a articulação de um saber técnico ao tradicional para o fortalecimento da luta pelos direitos das comunidades

quilombolas (CÁCERES, 2012, p.125). De acordo com Filho; Teti (2014 p.47), esses instrumentos refletem “movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade”.

Enfim, a cartografia social reflete elementos das raízes e identidade sociocultural da comunidade, pois esses invariavelmente estão atrelados à paisagem. Entretanto, é preciso compreender que o mapa social não é fechado, estando num processo de constante construção e ressignificação, assim como a comunidade, pois o processo de cartografar os fenômenos sociais traz consigo a possibilidade de aumento da capacidade de mobilização, governabilidade e, conseqüentemente, transformação (SANTOS, 2018).

A cartografia social configura-se como um espelho da cultura das comunidades tradicionais, uma vez que esta é produzida e reproduzida por meio das práticas sociais que ocorrem no quilombo, ou seja, a cultura não pode ser desvinculada da ideia de território e paisagem. Nessa nova abordagem, a paisagem é concebida como uma imagem cultural, que ao longo do tempo é ressignificada, de acordo com o as histórias co-evolutivas dessas comunidades e sua relação com a natureza e entorno (FLORIANI; RÍOS; FLORIANI, 2013). Nesse sentido. Santos; Neves; Dayrell (2019) pontuam

Contar a própria história, buscar elementos presentes na paisagem ou andar por lugares que remetem a um jeito próprio de viver, reconhecer o território através da memória e não das cercas, faz com que a comunidade remanescente de quilombo se politize, se reconheça e se fortaleça. As pesquisas que buscam fazer o remonte da história dos quilombos no Brasil mostram que a forma de produzir e comercializar das comunidades remanescentes são uma herança dos quilombos e até mesmo da relação construída com a terra nas fazendas escravocratas (SANTOS; NEVES; DAYRELL, 2019, p.13).

Desse modo, fica evidente que a Cartografia Social deve ser construída por, com e para os quilombolas, visando consolidar as memórias individuais e coletivas, o *modus operandi* e as prioridades da comunidade, sendo o pesquisador apenas um mediador do processo.

Registra-se que a cartografia social constitui lentes que podem visibilizar as comunidades tradicionais, pois através desse instrumento se pode valorizar os elementos simbolicamente centrais do território vivido a partir do olhar dos quilombolas, ou seja, entender quais patrimônios figuram no imaginário desses povos como significativos. Desta forma, em geral, os bens representados na referida cartografia possuem algum grau de preservação, face à sua relevância

no território, ao passo que patrimônio material ou imaterial não representado neles demonstram possuir uma importância menor, estando em geral malconservados ou na iminência de desaparecerem.

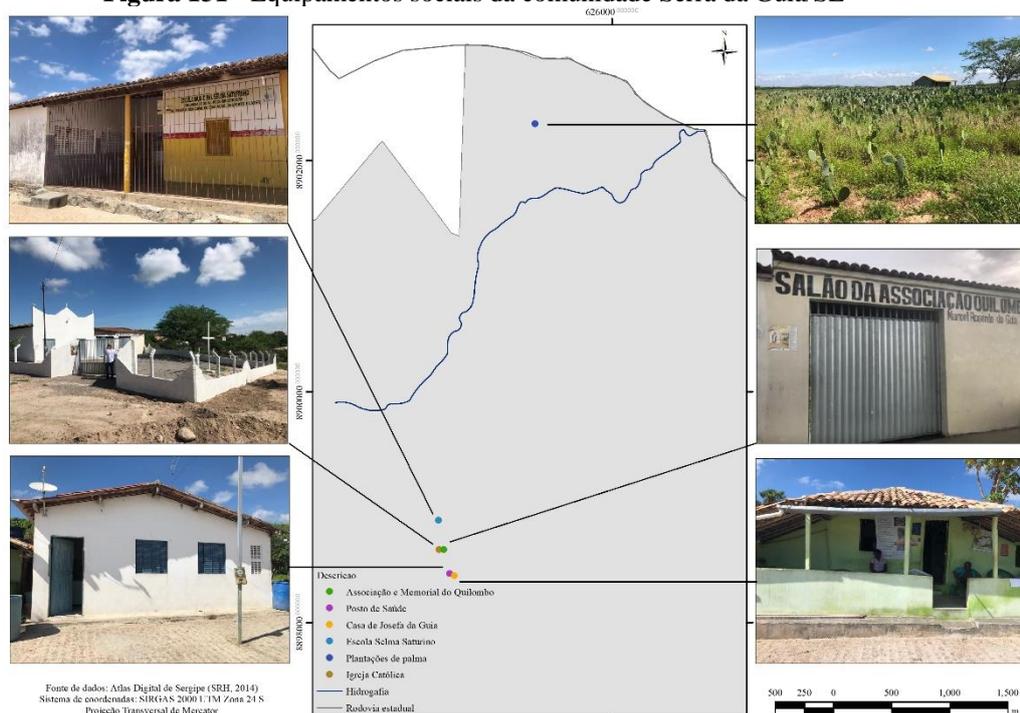
Enfim, a cartografia social é uma tentativa de reprodução da narrativa dessas comunidades e dos elementos que simbolicamente por essas são valorizados, ou seja, são os aspectos que intersubjetivamente compõem o caldo simbólico partilhado. Assim, a territorialização operada por meio de mapas serve para materializar os limites evidentes entre diferentes formas de uso da terra, que em geral são pautados na solidariedade, preservação dos recursos naturais e das relações com a natureza e ancestralidade. Ou seja, são campos estruturados de intencionalidades, dialogando com a representação do que as comunidades são ou buscam (ACSELRAD, 2012).

Sabendo-se que a cartografia social se utiliza de mapas mentais para expressar a percepção dos indivíduos sobre um determinado lugar, no início da oficina, os quilombolas apresentaram um certo estranhamento, porém com a identificação de algumas referências espaciais como a indicação da entrada do quilombo, eles desempenharam satisfatoriamente a proposta, que consistia em reproduzir a situação atual do quilombo, com seus equipamentos materiais e imateriais. E no momento seguinte, registraram em outro mapa o quilombo ideal.

A oficina cartográfica em Serra da Guia aconteceu no dia 28/10/2019, período da manhã e tarde, lá estavam presentes 06 lideranças locais. Nesta comunidade apareceram elementos físicos com bastante detalhes que se sobressaíram sobre os componentes simbólicos tradicionais tanto no grupo focal, quanto no mapa da realidade e do desejo, o que nos remete a imaginar que as necessidades concretas e basilares do quilombo ainda não foram atendidas pelo poder público, apesar de haver dispositivos legais que garantam a oferta desses serviços.

Os equipamentos sociais destacados pela comunidade como importantes foram a sede da associação quilombola, a capela, a casa de dona Josefa da Guia, a escola e o posto de saúde (Figura 131).

Figura 131 - Equipamentos sociais da comunidade Serra da Guia/SE



Dessa forma, nas falas das lideranças e na cartografia social, pôde-se perceber que as principais demandas estavam associadas à infraestrutura básica de todo lugar como água encanada, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos, saúde e educação. Essas reivindicações foram registradas nos principais elementos elencados da paisagem local pelos entrevistados que foram: 51,48% (52) disponibilidade de insumos (medicamentos, ambulância) e profissionais de saúde, 43,56% (44) água potável e esgotamento sanitário, 39,6% (40) emprego, 34,2% (24) melhoria da estrutura das escolas e qualidade do ensino, 11,71% (13) ampliação do cemitério, 10,88% (12) construção de mais casas no quilombo, 9% (10) finalização da construção da creche, 5,4% (6) abertura de trilhas ecológicas e construção de um orquidário no percurso, 4,9% (5) insumos e maquinários agrícolas e, por fim, 1,9% (2) a melhoria e conservação do patrimônio cultural. Elementos que, na verdade, constitui um conjunto de reivindicações.

Registra-se ainda, que os anseios apontados pelas lideranças refletem fidedignamente as necessidades da comunidade, que inclusive definiram qualidade de vida como: 70,29% (71) ter saúde e assistência médica; 36,7% (37) ter emprego para satisfazer suas necessidades; 23,76% (24) ter condições de vida digna e água tratada; 19,8% (20) ter educação contínua e de qualidade; 12,87% (13) ter uma boa alimentação e 2,9% (3) não sabem. Constatando-se assim, que sequer as necessidades básicas foram supridas pelo poder público, que ao longo de séculos continua invisibilizando as comunidades tradicionais.

Estes aspectos elencados e citados pela comunidade são determinantes para a construção do conceito de qualidade de vida, a qual apontou que a saúde (52 entrevistados) seria o principal fator para alcançá-la. Esta percepção também é defendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, quando esta define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade. Neste sentido, a percepção do **conceito** de qualidade de vida dos quilombolas está em sintonia com esta organização, já que os outros aspectos apareceram nesta construção: emprego (37), infraestrutura (24), educação (20) e boa alimentação (13), considerados fundamentais para a sobrevivência com dignidade no local.

É importante destacar que a falta de emprego é alta entre os quilombolas, o que leva a má ou falta de alimentação, uma vez que não há renda necessária para suprir as necessidades básicas da população. Esta questão foi constatada no indicador econômico de renda, que pontuou como insustentável, já que a maior parte das pessoas tem a renda mensal inferior a um salário mínimo.

Percebeu-se, entretanto, que no grupo focal as lideranças mencionaram a importância do patrimônio imaterial da comunidade, dentre eles: danças afro, samba de coco, quadrilhas juninas, vaquejada, rezas de quaresma. Tanto é, que a todo instante, as lideranças comentaram do novenário da festa de Gloriosa Santa Cruz, que dura 03 dias na primeira semana de maio (Quadro 9). A ênfase dada aos novenários e festas comunitárias marca o simbolismo dessas atrações e reúne vários momentos: rezas, novenas, banda de pífano, samba de roda. Essa cultura é de grande importância para a qualidade de vida e a manutenção da identidade quilombola, já que são momentos de lazer e comunhão coletiva típica de um povo.

Quadro 9 - Anseios da comunidade de Serra da Guia

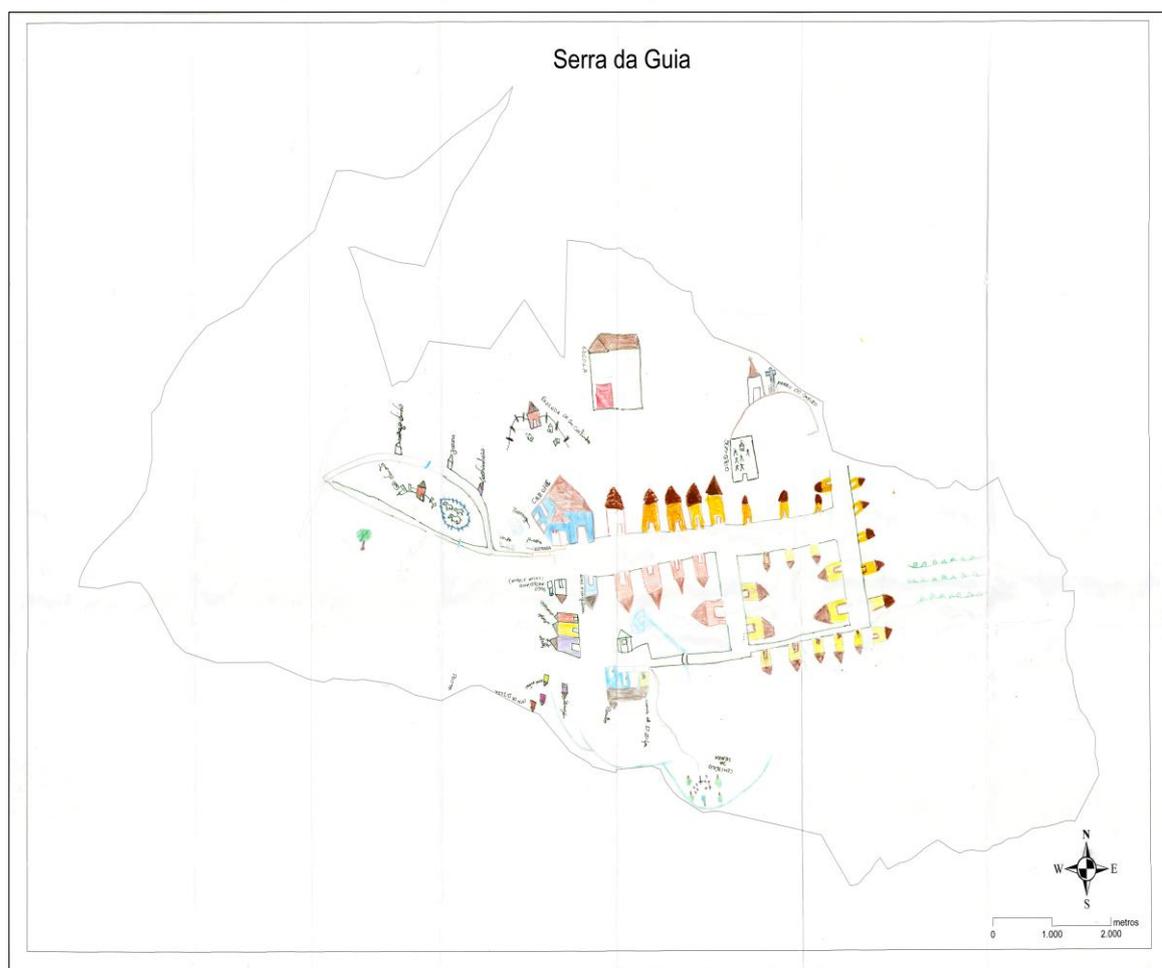
ANSEIOS DA COMUNIDADE SERRA DA GUIA	
O QUE TEMOS?	O QUE QUEREMOS?
01 Escola Municipal	01 Escola Estadual e 01 Faculdade
01 creche não finalizada	01 creche funcionando
01 museu	Reforma no posto médico
01 igreja católica	Profissionais de saúde
01 igreja evangélica	01 ambulância
01 posto médico	Mais poços artesianos
01 lanchonete	01 centro de artesanato
01 poço artesiano	Reforma na quadra de futebol
Samba de coco, quadrilhas, vaquejada, novenas	Construção de uma quadra poliesportiva
Quadra de futebol e poliesportiva	Construção de quadra

Rezadeira e benzedeira	-
Bordadeira	-
Cemitério (2)	-

Fonte: PESQUISA, 2019.

Sobre os elementos que fazem parte do quilombo, percebe-se que a estrutura local é simples, contando apenas com uma escola de ensino fundamental menor, que atende somente as crianças do 1º ao 5º ano. Entretanto, o desejo dos moradores é terem acesso a uma escola em nível estadual que ofereça o ensino fundamental maior, médio e superior seja para jovens e/ou adultos (Figura 132).

Figura 132 - Mapa da realidade do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: PESQUISA, 2019.

Entre os elementos que representam o território quilombola apareceram também: caixa d'água, poço artesiano, posto de saúde, Casa de D. Josefa da Guia, Museu do Quilombo, animais

(boi), barragem, creche inconclusa, Fazenda de Serralia, Curralinho, Sr. Carlinhos, campo e quadra de futebol improvisados, escola, igreja católica e evangélica, dois cemitérios, um mais recente e outro no topo da Serra Negra, povoados locais (Salgadinho, Jacaré e Cachimbeiro) e suas habitações. Assim, os principais elementos apontados pelo mapa da realidade estão elencados no Quadro 10, abaixo:

Quadro 10 - Legenda dos elementos do mapa da realidade de Serra da Guia/SE

SÍMBOLOS	SIGNIFICADOS
	Fazenda São Clemente
	Povoado Salgadinho
	Povoado Jacaré
	Povoado Cachimbeiro
	Campo de Futebol
	Quadra de esporte
	Barragem
	Creche
	Casa de Dona Josefa da Guia
	Cemitério
	Morro do Gavião
	Escola Municipal Selma Saturnino
	Fazenda de Sr. Carlinhos
	Igreja evangélica
	Poço artesiano
	Igreja católica
	Museu
	Associação Quilombola de Serra da Guia

	Posto de saúde
	Casas da parte central do quilombo
	Garagem
	Cemitério

Fonte: PESQUISA, 2021.

No quilombo, não foram encontrados templos de religião de matrizes africanas. Foram citados apenas os templos católicos e a igreja evangélica, percebendo ainda, forte religiosidade dessa comunidade, sobretudo nas festas de padroeira local, onde se percebe que a fé é a mola propulsora da resiliência desse povo tão sofrido (Figura 133).

Figura 133 - Igreja evangélica e igrejas católicas de Serra da Guia/SE.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O quilombo conta ainda com folguedos populares, vaquejada, danças de roda, banda de pífano, novenas e com a fervorosa fé do sertanejo que sempre pede proteção divina e sustentabilidade para o quilombo. Outros lugares emblemáticos no quilombo são os cemitérios. O Cemitério Morro do Gavião é o mais recente e foi construído em função da limitação do número de covas do cemitério mais antigo, o do topo da Serra Negra, também conhecido como cemitério dos escravos (Figura 134). É neste último que acontece a festa da Gloriosa Santa Cruz e o ritual do novenário, pois esse local simboliza o marco de resistência dos povos escravizados que ali chegaram na segunda metade do século 19, sendo a serra utilizada como guia ou marcação da rota de fuga dos negros fugidos dos remanescentes dos Quilombos dos Palmares (CRUZ, 2018).

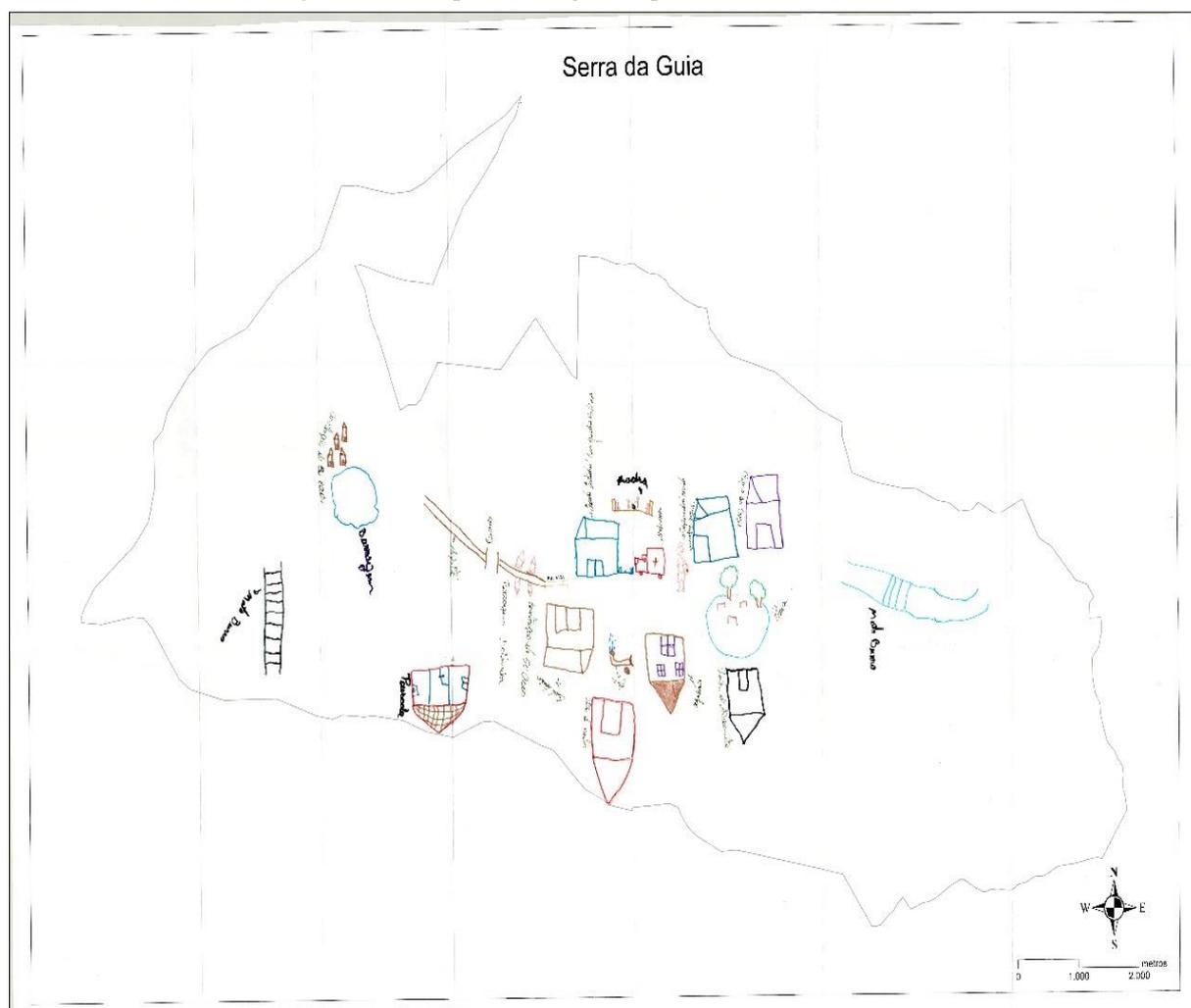
Figura 134 - Cemitérios do quilombo Serra da Guia/SE

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

No mapa do desejo apareceram os elementos que a comunidade entende favorecer a qualidade de vida local, são eles: a reforma da creche, posto de saúde, “mata burro”, barragem, construção de 110 casas, sendo que 60 na entrada do quilombo e próximo da barragem e 50 nas ruas e avenidas centrais do quilombo, pousada, pavimentação das ruas de acesso e do quilombo, “passagem molhada”, escola técnica, faculdade, salão de eventos, orquidário, água encanada, centro de artesanatos, escola estadual estruturada com quadra poliesportiva, presença dos mais diversos profissionais de saúde no quilombo, bem como estruturação do posto, ambulância, quadras, praças e espaços de lazer (Figura 135).

Os mata-burros são instrumentos semelhantes a pontes de madeira, concreto ou aço, instalados em cima de valas, para evitar a fuga do gado em propriedades rurais. Este mecanismo normalmente é colocado ao lado da porteira, na entrada da propriedade, funcionando como um obstáculo para a saída dos animais e deixando livre a passagem de veículos. Ao aparecer como uma necessidade do quilombo, pode-se perceber a importância da pecuária para o quilombo, uma vez que Serra da Guia tem solo pouco propício para a agricultura. E apesar do cultivo de feijão e milho serem as principais atividades agrícolas, a plantação de palma forrageira tem ganhado expressividade 11,7% (13 entrevistados) justamente por servir de alimento à criação de gado leiteiro.

Figura 135 - Mapa dos desejos do quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

As lideranças da comunidade acreditam que a precária estrutura de acesso ao quilombo, a falta de água e a ausência de um local para receber os turistas, a exemplo da falta de uma pousada, tem deixado de atrair pessoas de fora para a festa da gloriosa Santa Cruz, inviabilizando a venda de bordados e vassouras, que anteriormente aconteciam durante o evento. Além de que, por ser um local que abriga espécies exóticas de orquídeas Labiata nas árvores da mata, provavelmente a construção de um orquidário fomentaria a implantação de um turismo de base comunitária, gerando renda para uma comunidade tão pauperizada.

Assim, embora Serra da Guia esteja situado em uma área do bioma Caatinga, com solo pedregoso e condições climáticas desfavoráveis, é possível transformar esse cenário adverso a partir do desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao Semiárido e fomento das potencialidades e belezas locais. A comunidade sempre teve uma produção de renda Bilros, bordados de revende, ponto cruz, croché e fabricação de vassouras de piaçava, que sem

escoamento e venda da produção deixaram de ser fabricadas pela comunidade, de maneira que o quilombo sobrevive essencialmente de doações e de programas de transferência de renda. Logo a construção de um centro de artesanato, a viabilização de estradas e pavimentação foram anseios apontados pelos participantes, como se observou nos desenhos dos mapas que representam realidade e desejo.

Outro elemento importante para as simbologias quilombolas é o salão de eventos, pelo qual as lideranças manifestaram a relevância das tradições culturais, reuniões comunitárias, ensaios e o convívio em coletividade. A comunidade possui ainda uma lanchonete, que vende doces, salgados, bolos e lanches em dias de reunião e evento, a mesma é de propriedade de Dona Josefa da Guia (Figura 136).

Figura 136 - Lanchonete de Serra da Guia/SE



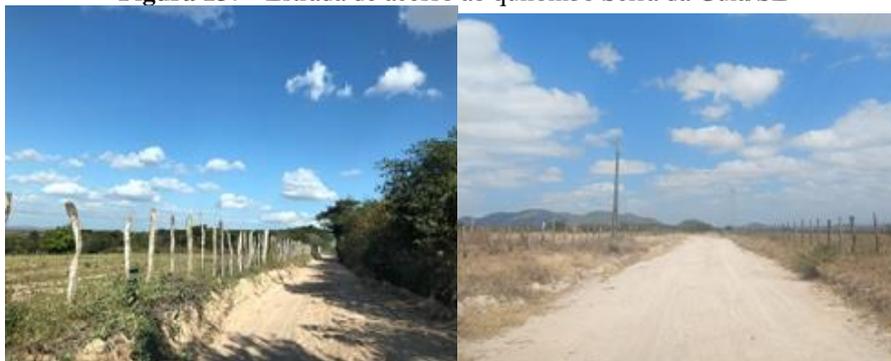
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Além disso, ligados às especificidades regionais, a implantação de poços artesianos, manutenção da caixa d'água e construção de barragens foram elementos apontados como de extrema urgência para a comunidade, que vem padecendo com a falta desses recursos, ficando à mercê de carros-pipas e cisternas para sobreviverem, de maneira que a água encanada é um antigo sonho do quilombo.

Ao lado desse anseio, as lideranças mencionaram a assistência à saúde como necessidade primordial do quilombo. Apesar de possuir um posto de saúde (conseguido através de doações recebidas em nome da liderança Josefa da Guia), ele não dispõe de equipamentos e insumos, nem profissionais de saúde para assistirem a comunidade. De modo que, os cuidados em saúde são prestados, quase que exclusivamente, pela rezadeira, benzedeira e parteira Dona Josefa da Guia, que na contramão da estatística se orgulha de trazer mais de 7000 crianças ao mundo, sem perder uma única vida.

Enfim, mesmo contando com os conhecimentos tradicionais imensuráveis da liderança, uma ambulância e profissionais de saúde no quilombo, sem dúvida contribuiriam para melhorar a perspectiva de qualidade de vida da comunidade. Registra-se que a construção e pavimentação de estradas constituem outro componente essencial, pois o acesso (entrada e saída do quilombo) são precários, dificultando o fluxo de veículos e cargas ao quilombo (Figura 137).

Figura 137 - Estrada de acesso ao quilombo Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Notou-se também a existência de uma creche com as obras inconclusas e sem previsão de retomada dos trabalhos, sob a alegação do governo municipal de falta de recursos. O descaso com o patrimônio público faz com que as mães quilombolas não consigam trabalhar, mantendo o ciclo vicioso da pobreza, muitas vezes tolhendo seus filhos da oportunidade de acesso à alimentação e subsistência digna (Figura 138).

Figura 138 - Creche da comunidade Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Outro aspecto deficitário apontado no quilombo é a educação, de modo que 87,4% dos moradores entrevistados são analfabetos ou possuem apenas o ensino fundamental. Como o quilombo só possui uma escola que só garante o ensino fundamental, os anseios descritos

pelas lideranças são: reforma da escola local, construção de um colégio estadual com quadra poliesportiva, escola técnica e uma faculdade. Percebe-se que outro sonho comunitário se refere ao acesso à educação em todos os seus níveis e mesmo não conseguindo implantar todos esses serviços dentro da comunidade, tem-se que garantir a possibilidade de acesso em polos educacionais mais próximos, seja pela dificuldade de transporte e/ou baixa qualidade do ensino no campo.

Do ponto de vista habitacional, embora o quilombo tenha sido contemplado com mais de 80 casas resultantes de parceria com o INCRA com a Caixa Econômica Federal, as lideranças quilombolas apontam um déficit habitacional da ordem de 110 residências. É possível observar ainda a fragmentação do território no que se refere à distribuição dos povoados Salgadinho, Jacaré e Cachimbinho, uma vez que foram desenhados separadamente como núcleos urbanos, mais distantes da parte central do quilombo. Ao passo que, o povoado São Clemente possui características mais rurais devido à aproximação com a vegetação e animais (Figura 139).

Figura 139 - Fazenda São Clemente em Serra da Guia/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Além disso, a associação cultural e as ruas da Serra da Guia são os espaços das experiências cotidianas, sobretudo das danças afro e da capoeira, sendo que a presença de um professor ou educador físico na comunidade seria importante para a continuidade dessas modalidades esportivas. Entre as expectativas dos moradores estão a reforma do campo de futebol e a construção de uma quadra poliesportiva coberta. A liderança acredita que seria uma forma de oportunizar e até ampliar a participação feminina. Desenvolvendo também outras atividades físicas, como o basquete e voleibol.

As atividades físicas e esportivas foram compreendidas como poderosos instrumentos de promoção da saúde e embora não existam projetos ou programas esportivos e de lazer

implantados, verificou-se a presença de dois campos de futebol grandes, um deles com uma obra de vestiário inacabada e um campinho menor. Percebe-se que o futebol é a prática esportiva mais frequente, de modo que a comunidade possui dois times, o Santa Cruz e o Palmeirinha.

Uma análise geral revela que o quilombo é bem consolidado territorialmente, pois não houve no mapa a extrapolação das fronteiras físicas. A parte central comporta todas as atividades quilombolas e as suas extremidades possuem segmentos ociosos que requerem a implantação de serviços urbanos como a reforma da creche, a construção de novas moradias, implantação de uma escola técnica, escola com quadra poliesportiva, serviços de saúde e praça. Percebe-se o desejo de que a realidade contemporânea quilombola seja entrelaçada com a “modernização urbana”, na medida em que os principais equipamentos demandados são típicos da cidade.

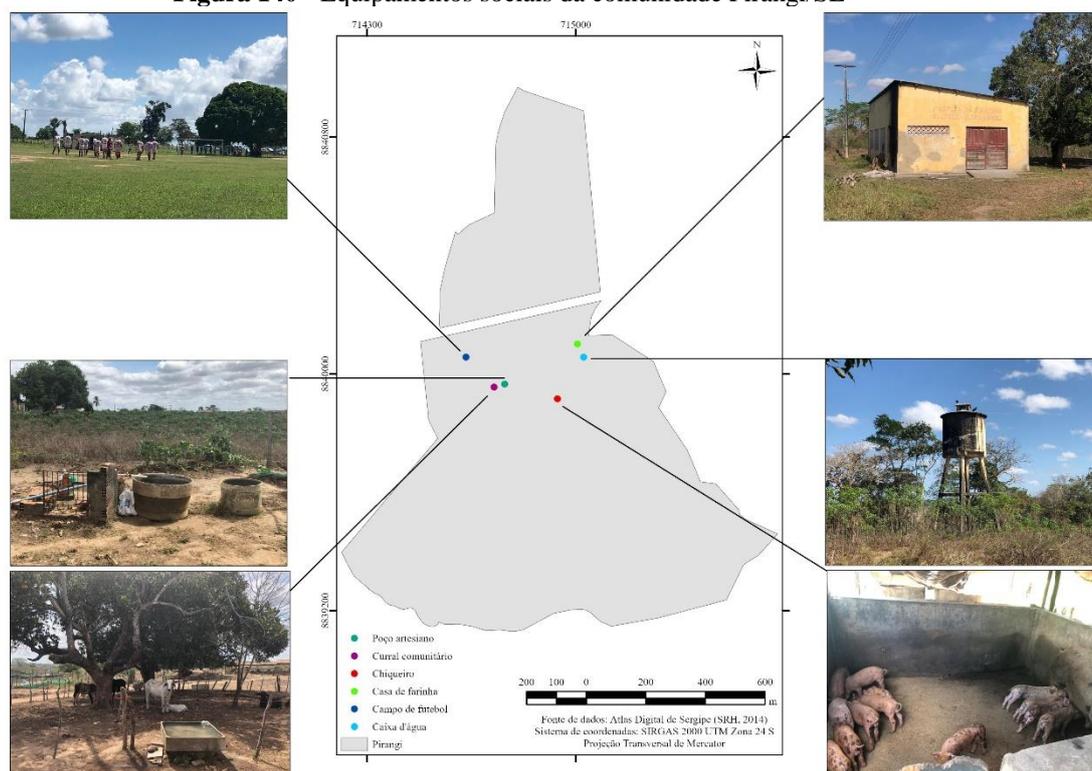
Pode-se destacar também o componente antrópico do local através da representatividade de Dona Josefa da Guia, que teve sua casa desenhada por duas vezes no quilombo, isto em virtude de sua importância enquanto liderança local, fundadora do quilombo e mantenedora do cuidado em saúde da comunidade com base nos valores dos povos africanos.

A cartografia social da comunidade de Pirangi foi construída no dia 25 de outubro de 2019, compreendendo os períodos da manhã e tarde, contando com a presença de 09 lideranças locais, dentre elas o antigo e atual presidente da Associação Quilombola de Pirangi

A Fazenda Pirangi foi consolidada com o auxílio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), em parceria com a UFS que montaram um laboratório de experimentos e projetos agropecuários sob administração estadual, no quilombo em 1994. A herança estrutural do projeto é composta por uma casa-grande, que funciona como a sede da Associação Agrícola Pirangi Remanescente de Quilombo, a casa de farinha, a pocilga, o aviário, o aprisco e o barracão (local onde ocorrem as reuniões e outras atividades da comunidade).

Assim, os principais equipamentos sociais identificados do quilombo foram a casa de farinha, pocilga, campo de futebol, a Casa Grande e sede da Associação de Remanescente Quilombola de Pirangi, a caixa d'água, poços artesianos, criação de gado, etc. (Figura 140).

Figura 140 - Equipamentos sociais da comunidade Pirangi/SE



Em Pirangi, percebe-se a existência de uma área de plantação e cultivo de culturas vegetais diversas, além de espaço de pastagem para os animais e um poço artesiano. De maneira que as principais atividades econômicas são a agricultura familiar, pela qual se produz milho, feijão, macaxeira, para consumo próprio e quando é gerado um excedente, comercializam fora. A criação de porcos, bodes, galinhas e bois, também, complementam a renda dos seus membros, que junto com os programas assistenciais e aposentadorias rurais acrescem a renda de seus moradores.

Nesse quilombo, a maioria dos elementos pontuados foi constituída por símbolos físicos, tanto no mapa da realidade (Figura 141) quanto no do desejo, demonstrando que as necessidades materiais consistem em assegurar condições de subsistência digna na terra e sustentabilidade. De maneira que os únicos aspectos imateriais pontuados foram o samba de roda e as danças típicas, que em geral acontecem no galpão, conjuntamente com os demais eventos ou festejos (juninos, reuniões do futebol, etc).

Figura 141 - Mapa da realidade do quilombo Pirangi/SE



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Os mapas da comunidade Pirangi revelam a fusão entre os aspectos rurais e urbanos dentro do quilombo. O mapa da realidade apresenta a vida típica do campo, uma vez que as atividades agrícolas como cultivo de alimentos são base alimentar da comunidade e estão representadas no desenho como “roça”, a horta com o cultivo de alimentos como couve, alface, coentro, cebolinha, milho, macaxeira e a manutenção de árvores frutíferas como as de manga, goiaba, maracujá estão presentes em vários momentos no mapa. Desta forma, os principais símbolos identificados na cartografia estão elencados abaixo (Quadro 11):

Quadro 11 - Legenda dos elementos do mapa da realidade de Pirangi/SE

SÍMBOLOS	SIGNIFICADOS
	Placa do INCRA identificando a comunidade
	Roça
	Granja
	Sede
	Poço artesiano
	Casa de Farinha
	Horta
	Pocilga
	Caixa d'água
	Galpão
	Lotes individuais
	Campo de Futebol
	Área de Preservação Permanente

Fonte: PESQUISA, 2021.

Vale destacar que as casas do quilombo são agregadas aos lotes agricultáveis os quais estão sempre com algum cultivo, pois mesmo não possuindo água encanada, a comunidade é abastecida por dois poços artesianos que servem para irrigar as plantações e para o consumo humano. E de acordo com as lideranças que elaboraram a cartografia social em apreço, o terreno é extremamente fértil, logo favorece a produção agrícola (Figura 142), apesar do local necessitar de mais poços artesianos.

Figura 142 - Recorte do mapa da realidade mostrando as atividades produtivas de Pirangi



Fonte: PESQUISA, 2021.

Outro elemento pontuado no Mapa da Realidade foi a criação de animais (galinhas, porcos, ovelhas), sobretudo a avicultura, uma vez que a comunidade recebe pintos e ração da empresa “Asa Branca” e quando tais animais adquirirem o padrão ideal, os frangos são pesados e os quilombolas recebem pela sua criação, sendo mais uma fonte de renda para as famílias da comunidade. Portanto, detectou-se que o aviário também é uma importante fonte de renda comunitária, tanto é que um dos desejos mencionados foi a reforma da granja para comportar dez mil pintos, ampliando assim os ganhos do quilombo.

Percebeu-se ainda, que a área de Reserva Legal se situa na parte central e próximo às casas dos moradores do quilombo, de maneira que a comunidade tem consciência da necessidade de preservar os espaços face à determinação legal e à essencialidade da vegetação nativa/densa para a qualidade de vida das comunidades tradicionais. As lideranças ainda pontuaram a existência de estruturas rurais como poço artesiano, caixa d’água comunitária e a casa de farinha, solicitando inclusive reformas desses espaços em virtude dos mesmos gerarem qualidade de vida e renda para o quilombo.

Os objetos do patrimônio imaterial do quilombo foram representados, em desenhos maiores, na cartografia, sendo eles: a Casa de Farinha, a Casa Grande e a placa de titulação do INCRA situada na entrada do quilombo. Tratam-se dos objetos do patrimônio cultural que também foram descritos nas entrevistas com os moradores, de modo que: 72% (36) dos moradores citaram a Casa de farinha e a Casa da Fazenda vinculadas ao patrimônio imaterial do quilombo, 10% (5) mencionaram a placa de titularidade do INCRA situada na entrada da comunidade, 2% (1) mencionaram o acervo de fotos presentes na Casa da Fazenda e 16% (8) disseram que não conhecem nenhum bem cultural.

Ressalta-se que a Casa da Fazenda é um memorial vivo do passado de colonialismo vivenciado pela comunidade. É um espaço de trocas, de reafirmação identitária, de transmissão intergeracional de um saber-fazer singular. Por fim, a placa do INCRA remonta ao momento histórico de conquista de um mínimo de dignidade e cidadania, que é a posse do território e do lugar de perpetuação da cultura.

O mapa dos desejos apresentou uma dinâmica mais objetiva dos anseios comunitários voltados para o melhoramento da vida local e trazendo para tanto alguns elementos do espaço urbano que fazem parte da realidade dos quilombolas, uma vez que eles se encontram muito próximos (cerca de 2 km) da sede do município de Capela. Neste sentido, foram elencados como desejos: a construção de uma igreja, posto médico, a escola técnica e de mais casas; a ampliação de serviços técnicos agrícolas, compra de um trator e o melhoramento de espaços locais já existentes como a granja, casas de farinha, pocilga, caixa d'água, galpão do trator, praça e da sede (associação comunitária), reestruturação da presa para colocar água na caixa, do campo de futebol, instalação de mais poços artesianos, preservação da mata com apoio do IBAMA, calçamentos, etc. (Figura 143).

Federal pela qual foram construídas 50 casas na comunidade, sendo as mesmas entregues em meados de 2020, muitas famílias não foram contempladas com as moradias e aguardam a conclusão da segunda etapa do projeto (mais 35 casas), que se encontra suspensa pela esfera federal, por tempo indeterminado. Ressalta-se ainda, que as residências estão em processo de instalação de água e energia elétrica, motivo pelo qual muitos moradores ainda não moram no quilombo.

É preciso destacar que uma forte reivindicação se refere à da propriedade definitiva do restante do território quilombola que aguarda desapropriação pelo INCRA, o que aumentaria o potencial de subsistência da comunidade, anseio este visível quando a comunidade escreve na parte superior do mapa “posse da terra desta área”. Em linhas gerais, o quilombo Pirangi apresentou uma boa estrutura local, embora necessite de melhorias, os quilombolas demonstraram conhecer bem o seu território. A realidade e os desejos são elementos que se comunicam como se pode observar no Quadro 12.

Quadro 12 - Anseios da comunidade Pirangi/SE

ANSEIOS DA COMUNIDADE PIRANGI	
O QUE TEMOS?	O QUE QUEREMOS?
Sede	- Reforma da sede
Galpão	- Reforma do galpão do trator
Casa de farinha	- Reforma da casa de farinha
- Caixa d'água	- Restrução da presa para colocar água na caixa
- Pocilga	- Reforma da pocilga
- Casas	- Instalação da água e energia nas casas
- Campo de futebol	- Estruturar o campo de futebol
- Casa de doce	- Reformar a casa do doce
- Poço artesanal	- Instalação de mais poços artesianos
- Casa da galinha de postura	- Tratores
- Presa do fundo da pocilga	- Preservação da mata com apoio do IBAMA
- Estufa	- Calçamentos
- Medidor de temperatura do tempo	- Assistência técnica para orientar na
- Reserva da mata	- Produção de hortaliças
- Comidas típicas (mungunzá, feijoada, buchada de carneiro, cocada, etc.)	- Organização da produção e comercialização
- Fabricação de doces (mamão, goiaba, manga, banana e abacaxi)	

Fonte: PESQUISA, 2019.

Dentre as necessidades apontadas, algumas foram consideradas urgentes (Quadro 13) pelos quilombolas, por entenderem que elas não podem mais aguardar solução, sem que exista impacto direto na comunidade rural são elas: a falta de água/energia nas habitações recém

construídas e as reformas dos equipamentos/compra de insumos para a produção, impossibilitando que os quilombolas residam na comunidade e gerem autonomia para o quilombo.

É importante destacar que o principal elemento dos desejos da comunidade refere-se ao melhoramento de equipamentos sociais já existentes, utilizando para tanto os termos reformar, reestruturar ou estruturar, entre eles a sede da associação, a casa de doces (inativa) e automatizar a granja.

Quadro 13 - Avaliação da relevância das necessidades do quilombo Pirangi/SE.

AVALIAÇÃO DE MEDIDAS DE PIRANGI	
URGENTES	NECESSÁRIAS
Água;	Calçamento;
Energia;	Posto médico;
Trator;	Estruturação do campo;
Reforma da sede;	Granja automática.
Reforma da casa de farinha;	
Assistência técnica;	
Reforma da casa do doce;	
Organização da produção e comercialização;	
Preservação da Mata com apoio do IBAMA.	

Fonte: PESQUISA, 2019.

Observou-se ainda, que a atividade esportiva da comunidade é o futebol (Figura 144), sendo praticado por jovens e adultos de ambos os sexos. A comunidade está montando um time de crianças e mulheres, que estão sendo treinadas, através de uma ação voluntária (escolinha de futebol), montada por um quilombola.

Figura 144 - Campo de futebol do quilombo Pirangi/SE



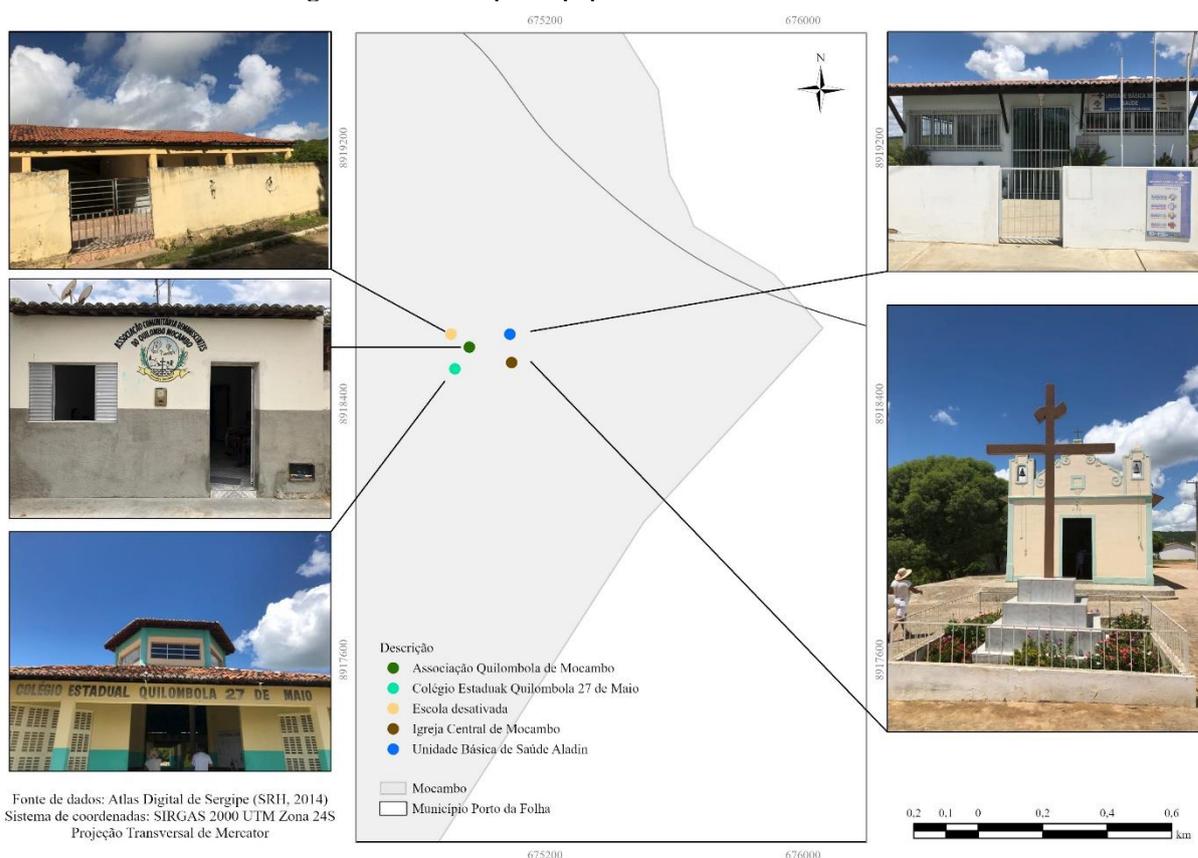
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Sabendo da importância da prática do futebol, a comunidade anseia pela reestruturação do campo e construção de uma quadra poliesportiva, para ampliar os espaços de lazer – uma vez que por vezes ela arrenda o campo para o público externo, a fim de gerar uma renda a mais para o quilombo. Além disso, está entre as expectativas dos moradores de Pirangi, a reforma da Casa dos Escravos e a estruturação dos galpões para acomodar os eventos do quilombo.

A comunidade pontuou acerca da necessidade a pavimentação das ruas para facilitar o acesso ao quilombo, o que facilitaria o escoamento e venda da produção. Relataram ainda o desejo de possuir uma unidade de saúde na comunidade.

A oficina cartográfica em **Mocambo** aconteceu no dia 17/10/2019, período da manhã e tarde, lá estavam presentes 10 lideranças locais. No mapa da realidade, apareceram elementos físicos com bastante detalhes, que se configuram como representações de infraestrutura local típicos de povoados (construção de casas, igrejas, campos de futebol, entre outros). Podendo-se identificar como principais equipamentos sociais: Escola Estadual Quilombola 27 de Maio, Unidade da Saúde da Família Aladim, Associação de Remanescentes Quilombola de Mocambo, Igrejas do Centro, etc. (Figura 145). Ressalta-se que o quilombo Mocambo é o mais antigo e o primeiro a ser titulado no estado de Sergipe, por este motivo acredita-se que é o melhor estruturado, dentre as comunidades quilombolas existentes no Estado.

Figura 145 - Principais equipamentos sociais de Mocambo/SE



Vale destacar que foram evidenciados pontos que representam simbolicamente a história do quilombo como a área pesqueira situadas às margens do rio São Francisco (norte do mapa), sendo esse bem um elemento natural imprescindível para a consolidação da renda local e subsistência, já que é comum a prática da pesca para a alimentação. A plantação de macaxeira, criação de animais (sobretudo ovelhas e cabras) e o cultivo de palma ao sul, que é produto típico do Sertão, configura-se como fonte de alimento para os animais e até mesmo para o consumo humano.

Além disso, deve-se destacar o valor simbólico do rio, já que ele margeia a principal área de lazer da comunidade e suas águas também são caminhos para a procissão fluvial que acontece na festa da Gloriosa Santa Cruz, padroeira da comunidade (Figura 146).

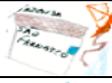
Figura 146 - Mapa da realidade da comunidade de Mocambo/SE

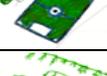
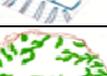


Fonte: PESQUISA, 2021

Desta forma, os principais elementos apontados na cartografia social confeccionada pelos quilombolas estão descritos abaixo (Quadro 14).

Quadro 14 - Legenda dos elementos do mapa de Mocambo/SE

SÍMBOLO	ELEMENTO
	Fazenda São Francisco
	Unidade de Saúde da Família "Aladim"
	Cemitério
	Rio São Francisco

	Escola Estadual 27 de Maio
	Clube
	Igreja Central do quilombo
	Roda de Samba de Coco
	Associação Remanescentes Quilombolas de Mocambo
	Campo de futebol
	Cultivo de Hortaliças
	Placa do INCRA
	Conjunto Habitacional
	Caixa d'água
	Plantação de palmas
	Criação de gado

Fonte: PESQUISA, 2021.

As lideranças apontaram como principais reivindicações o esgotamento sanitário, o acesso a serviços de saúde mediante a contratação de um maior número de funcionários (médicos, técnicos de enfermagem e dentistas, diariamente) para prestar atendimento à comunidade no próprio quilombo, inclusive com o agendamento de consultas e exames especializados; um maior acesso à cultura, com a estruturação do museu quilombola, a reforma da praça de eventos, pavimentação das ruas da comunidade e as que dão acesso a ela; contratação de professores quilombolas para todas as disciplinas da grade curricular, etc. (Quadro 15).

Quadro 15 - Principais anseios da comunidade de Mocambo/SE

ANSEIOS DA COMUNIDADE DE MOCAMBO	
O que temos?	O que queremos?
Escola quilombola (Colégio Estadual 27 de Maio)	Saneamento Básico
Posto de saúde	Pavimentação completa das ruas
Pavimentação	Praça de eventos
Campo de futebol	Quadra poliesportiva
Secretaria (associação)	Museu

Igreja católica	Mais profissionais de saúde
Cemitério	Mais profissionais de educação
Clube social	Odontólogo com frequência
Comidas típicas (bolinho de feijoada, feijão de osso)	Estádio
Arribação, queijo, moringa e mel	Preservação, conservação da natureza
Ervas medicinais	Orla às margens do rio São Francisco
Samba de coco	Feira de artesanato
Vaquejada	
Festa da Santa Cruz	
Festa da Consciência Negra	

Fonte: PESQUISA, 2021.

A Vaquejada é outro elemento tradicional do quilombo, mas há dois anos não acontece em virtude da pandemia da COVID-19. Esse evento reunia quase 4000 pessoas do entorno e representa a cultura do povo do Sertão nordestino, nessa celebração há competições de vaquejada e pega de boi no meio da caatinga, além de shows musicais.

Pelas informações prestadas, embora os mocambinos (quilombolas de Mocambo) estejam situados numa das regiões mais secas do estado de Sergipe, existe uma grande preocupação com a paisagem local, a exemplo da arborização das ruas da comunidade, bem como preservar a vegetação local, sendo a recuperação das APP, sobretudo as da margem do Rio São Francisco, pois a comunidade tem percebido que conservar a natureza ajuda a manter o equilíbrio da biosfera.

Desta forma, os principais anseios apontados pelas lideranças do quilombo corroboram com as reivindicações registradas nas entrevistas realizadas com os mocambinos, uma vez que as principais necessidades apontadas foram: 66,36% (73) saneamento, 51,82% (57) serviços e profissionais de saúde, 37,27% (41) melhoria da educação nas escolas, 22,73% (25) acesso e estímulo à cultura, museu e conservação do patrimônio cultural, 0,91% (1) habitação e 0,91% insumos e maquinário agrícolas.

Como medidas mais urgentes, as lideranças citaram a proteção da caixa d'água, a fim de evitar a contaminação da água consumida pela comunidade, a construção de barreiras para contenção do avanço do Rio São Francisco e medidas de recuperação ambiental, a exemplo do reflorestamento das matas ciliares situadas à margem do rio; construção do museu para preservar o patrimônio cultural da comunidade e fomentar o turismo. Além disso, o esgotamento sanitário, eis que no quilombo não há rede de esgoto implantada, sendo comum visualizar dejetos a céu aberto, ou contidos em fossas rudimentares sem qualquer tratamento. (Quadro 16).

Quadro 16 - Demandas prioritárias do quilombo de Mocambo/SE

AVALIAÇÃO DE MEDIDAS DE MOCAMBO	
URGENTES	NECESSÁRIAS
Proteção da caixa d'água	Presença efetiva dos pais dos alunos na escola
Ambulatório permanente	Projeto de arborização nas ruas da comunidade
Valoração da cultura quilombola	Reforma do projeto político pedagógico
Construção de barreiras/reflorestamento das margens do rio	Projetos agropecuários
Esgotamento sanitário	Cursos profissionalizantes

Fonte: PESQUISA, 2021.

No mapa dos desejos, os quilombolas destacaram mais uma vez a importância do rio São Francisco, o qual servirá também como ponto turístico, a fim de complementar a renda das famílias quilombolas, que além do turismo aquático, terão a oportunidade de vender os produtos locais (bordado, doces, comidas típicas, entre outros) à margem desse recurso, sendo inclusive outra demanda a estruturação de uma orla e de uma feira de artesanato para essa finalidade (Figura 147).

O cemitério é uma arquitetura bastante valorizada em todos os quilombos estudados, por manter a história dos antecessores arraigada no próprio território. Em Mocambo, a reestruturação do cemitério simboliza o respeito aos ancestrais e a valorização dessa cultura histórica.

Observa-se que a placa do INCRA aparece nos dois mapas (realidade e desejo) situando-se no imaginário da comunidade como um marco da conquista da terra e símbolo identitário, sendo uma representação do momento em que o quilombo foi reconhecido pelo poder público como “sujeito de direitos”, merecendo, portanto, uma reparação estatal, por séculos de desproteção vivenciada.

O futebol, assim como em outros quilombos, é o esporte de maior representatividade na comunidade, tanto é que a comunidade anseia pela reestruturação do campo e construção de uma quadra poliesportiva, pois essa é uma atividade de lazer bastante frequente no quilombo.

Outra estrutura local com foco na história, ancestralidade e adequada para a formação quilombola é a escola. Em Mocambo, esse patrimônio material se encontra conservado, precisando apenas de melhorias logísticas, compra de insumos e ajustes de setores para um melhor funcionamento dos serviços educacionais. Ou seja, a Escola Estadual 27 de Maio, apesar de possuir um prédio novo, não dispõe de bons computadores, rede de internet (no período de pandemia pela COVID-19, as aulas on-line estão sendo ministradas pela cessão do uso da internet da Associação Quilombola da comunidade), ambientes recreativos, espaços de

socialização e planejamento pedagógico, a exemplo de sala para a direção, professores, leitura, atendimento especializado, bem como laboratório de ciência e quadra poliesportiva, sendo esta, inclusive, uma demanda registrada no mapa de desejo do quilombo.

Além disso, a escola possui defasagem, em termos de número de professores, razão pela qual muitas disciplinas ainda estão sem docentes. Acrescenta-se que uma das demandas do quilombo é que a equipe pedagógica fosse preenchida por quilombolas e que as raízes socioculturais fossem mais valorizadas. Os mocambinos reivindicam, também, como medida necessária a reforma do plano político pedagógico educacional, de maneira que esteja em sintonia com o modo de vida, cultura e saberes tradicionais locais.

Figura 147 - Mapa dos desejos do quilombo de Mocambo/SE



Fonte: PESQUISA, 2019.

Outro ponto de reivindicação é o museu, os quilombolas sonham em reformar a escola desativada na entrada do quilombo e transformá-la num museu, de maneira a conservar os artefatos históricos que se encontram guardados na secretaria da Escola Estadual Quilombola 27 de Maio, além deste servir de ponto turístico.

A comunidade também mencionou o anseio de reestruturar a praça de eventos e o clube da comunidade, uma vez que nesses locais acontecem a mobilização e celebração de muitas manifestações culturais do quilombo, a exemplo dos ensaios de capoeira, reunião das bordadeiras, do samba de coco, das quadrilhas juninas, eventos em comemoração à data de certificação e do Dia da Consciência Negra, entre outros.

Registra-se que, duas vezes por semana, um grupo de 10 a 15 mulheres do artesanato se reúnem para realizar o rendedê e o ponto cruz, sendo essa uma das potencialidades locais. A comunidade também deseja comercializar várias iguarias da culinária local, a exemplo do feijão de osso, bolinho de feijão, arribação (prato preparado com arroz, feijão e carne), queijo, moringa e mel.

Outro aspecto evidenciado na cartografia pelas lideranças foi o samba de coco, justamente em frente à igreja central da comunidade, simbolizando parte da cerimônia da celebração da principal festa do quilombo (Gloriosa Santa Cruz), figurando como um símbolo de resistência e luta do quilombo. A comunidade teve a preocupação de registrar nessa dança, os elos de solidariedade evidenciados pelas mãos dadas dos “bonecos” e a circularidade, como elemento que representa a legitimação da identidade quilombola, a diuturna batalha para reafirmar suas conquistas territoriais e a reivindicação de direitos de cidadania ao poder público.

Além disso, os anseios mencionados pelas lideranças convergem para a qualidade de vida apontada pela comunidade, uma vez que a mesma foi definida como: 83,64% (92) ter saúde e assistência médica; 37,27% (41) ter uma boa alimentação, 37,27% (41) ter segurança, 19,09% (21) ter emprego para satisfazer suas necessidades; 14,55% (16) ter condições de vida digna, água tratada e saneamento; 13,64% (15) ter educação contínua e de qualidade; e 8,18% (9) preservação da cultura e patrimônio material e imaterial do quilombo.

O conceito de qualidade de vida está associado aos aspectos socioculturais como assistência à saúde, emprego/renda, infraestrutura e preservação dos valores culturais e da ancestralidade do quilombo. Destaca-se que a saúde apareceu como principal elemento para obtenção da qualidade de vida, pois a estratégia de saúde da família no quilombo possui

sensíveis fragilidades, que vão desde a presença descontínua de profissionais da atenção básica (médico, enfermeiro, auxiliar de enfermagem) e saúde bucal (dentista e auxiliar de saúde bucal); carência de insumos e equipamentos; ausência de ambulância; dificuldade no agendamento de consultas; exames especializados; não existência de uma farmácia básica; e maior diálogo entre a equipe de saúde e a comunidade. Assim, a criação de um ambulatório permanente foi outra demanda considerada urgente, pois a equipe de saúde só atende semanalmente.

Outro setor que necessita ser fomentado é o de geração de emprego e renda, tanto é que houve uma associação direta da qualidade de vida com o emprego e com a satisfação das necessidades básicas de alimentação. Assim, investir em cursos técnicos profissionalizantes e no fomento do turismo de base comunitária podem se configurar em estratégias eficazes para transformar o cenário existente.

Por fim, a segurança foi pontuada como elemento essencial à qualidade de vida, remetendo ao processo de luta e resistência para a conquista do território e dificuldade do quilombo de exercer suas territorialidades, e, sobretudo, ter acesso a direitos sociais básicos de qualquer cidadão.

A Cartografia Social em Lagoa dos Campinhos demonstrou que, assim como em Mocambo (Sertão sergipano), a comunidade mantém uma relação próxima com Rio São Francisco, tanto é que subsiste basicamente de programas assistenciais do governo e da atividade pesqueira, e, em virtude disso o barco de pesca foi uma das imagens destacadas na cartografia. Este quilombo situa-se na região do Baixo São Francisco, sendo a segunda comunidade sergipana a ter seu território reconhecido como quilombola. Possui aproximadamente 90% da sua área titulada e entregue pelo INCRA.

No mapa da realidade, as lideranças dividiram através de linhas pontilhadas de diferentes cores (azul, vermelho, laranja e verde) a comunidade em quatro povoados (Serraria, Crioulo Pontal e Lagoa Seca), sem marcação estavam as áreas da Fazenda Viuvinha e da Fazenda Campinhos e o restante (demais fazendas, currais, DESO, etc.) estava pintado de verde claro para destacar que esses equipamentos sociais se situavam dentro das áreas de preservação ambiental (Figura 148).

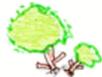
Figura 148 - Mapa da realidade do quilombo Lagoa dos Campinhos



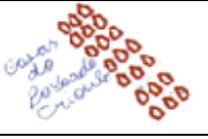
Fonte: PESQUISA, 2021.

Assim, os principais elementos apontados na cartografia social estão descritos abaixo (Quadro 17).

Quadro 17 - Legenda dos elementos do mapa de Mocambo/SE

SIMBOLOS	ELEMENTOS
	Árvore de 2 Braúnas
	Placa do INCRA
	Curral
	Conjunto Habitacional
	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos

	Unidade Básica de Saúde “Aloísio Pinheiro” em Pontal
	Igreja de Nossa Senhora Aparecida em Pontal
	Plantação de milho
	Campo de futebol
	Barco de pesca
	Lagoa
	Barco de corrida
	Curral
	Terreiro
	Escola Augusto do Prado Franco no povoado Serraria
	Fazenda Jacaré
	Fazenda Olho d'água
	Fazenda Serraria
	Fazenda Campinhos
	Bar da Leide
	Fazenda Viuvinha
	Colégio Josias José do Nascimento no povoado Crioulo
	Unidade Básica de Saúde Pedro Alves

	Limites dos Povoados
	Conjunto Habitacional do Povoado Crioulo

Fonte: PESQUISA, 2021

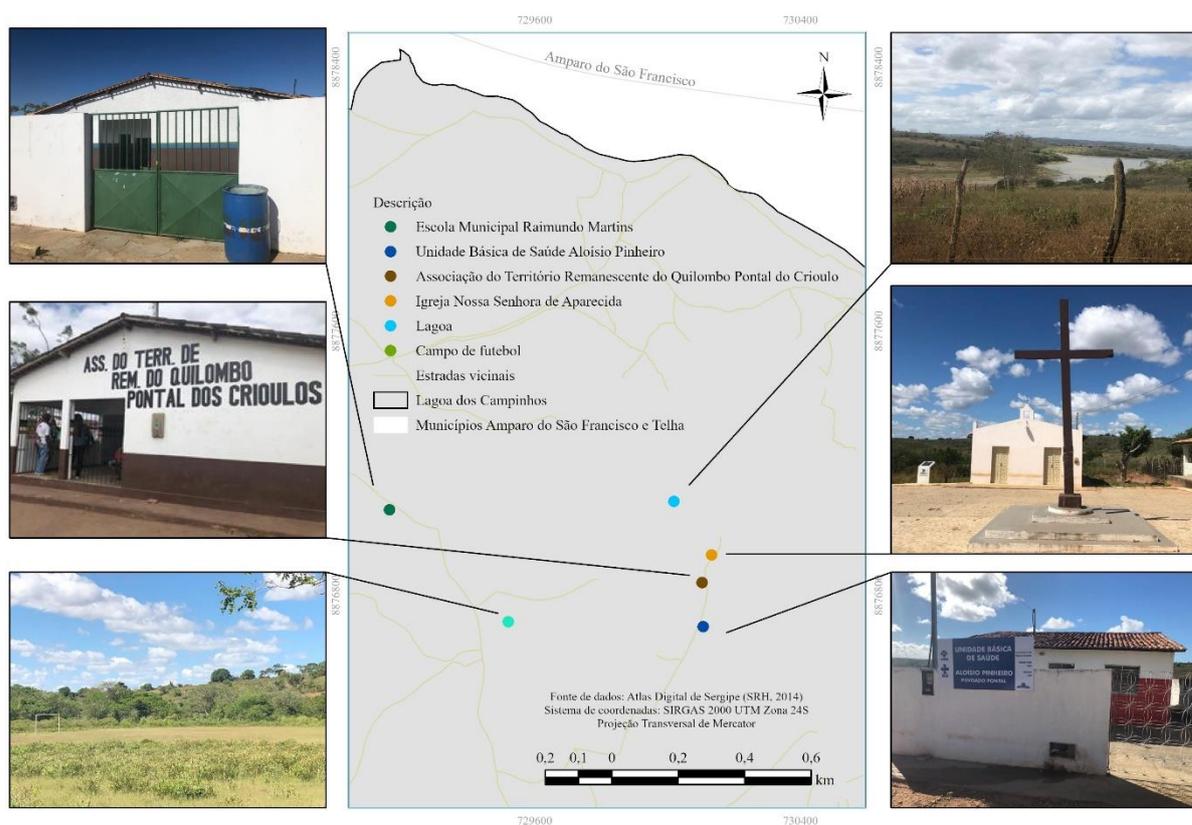
O povoado Crioulo localiza-se à margem do Rio São Francisco e os principais elementos registrados na cartografia foram a Igreja Bom Jesus do Nazaré (padroeira local), o Colégio Josias José do Nascimento que atende crianças de 01 a 06 anos da educação infantil, o “Bar da Leide”, Unidade Básica de Saúde Pedro Alves, conjunto habitacional, o cemitério das crianças e a tradicional corrida de canoa.

A Igreja Bom Jesus do Nazaré é palco de uma das procissões terrestres mais representativas do quilombo, acontecendo no mês de dezembro. Nesse evento, além das tradicionais missas e novenas, pode-se observar apresentações de samba-coco, rodas de capoeira, danças afro e bandas locais.

O Colégio Josias José do Nascimento é uma creche que atende 20 crianças de 1 a 6 anos, e lá desde pequenos os quilombolas começam a conhecer e respeitar a cultura afro-brasileira, sendo realizado um importante trabalho de fortalecimento identitário, desde as séries iniciais. Próximo desta escola situa-se o tradicional “Bar da Leide”, local frequentado por toda a comunidade, e famoso por preparar a melhor tilápia e farofa d’água da região. A culinária típica desse quilombo é realmente singular e pode-se visualizar as águas do São Francisco, enquanto se delicia uma farofa d’água, pirão, peixe frito (tilápia, piau) e camarão, iguarias de sabores indescritíveis.

Em Pontal, os elementos físicos apontados no croqui foram: a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, a Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos, a Unidade Básica de Saúde “Aloísio Pinheiro” e o conjunto de casas do povoado. Ao passo que em Serraria os elementos destacados na cartografia foram: a quadra de futebol, a Escola Quilombola Raimundo Martins e o conjunto habitacional. Por fim, em Lagoa Seca, percebeu-se como elementos destacados a Igreja São Pedro, cemitério e uma área de plantação de milho, macaxeira e hortaliças (Figura 149).

Figura 149 - Equipamentos sociais de Lagoa dos Campinhos



Fonte: PESQUISA, 2021.

A atual Escola José Raimundo Martins, antigo Colégio Augusto do Prado Franco, teve em 2020 seu nome alterado para prestar uma homenagem a uma liderança local que havia falecido. Essa escola presta um ensino quilombola, porém tanto ela quanto a creche do Crioulo possuem sensíveis problemas de infraestrutura, a exemplo de salas pouco arejadas, apertadas, ausência de sala de professores, biblioteca, quadra para atividades físicas, cantina pouco estruturada, etc. Na parte pedagógica, apesar de possuir professores preocupados em manter um ensino contextualizado com as matrizes africanas, percebe-se a ausência de docentes em todas as matérias curriculares e insumos básicos para o planejamento adequado das atividades pedagógicas, tanto é que um dos anseios da comunidade é a construção de uma biblioteca, quadra de vôlei e poliesportiva.

Em Pontal, na Igreja Nossa Senhora Aparecida, celebra-se a festa em homenagem a esta padroeira e lá acontece a tradicional procissão fluvial, ao redor da Lagoa, onde missas, novenas, danças e muito samba de coco, marcam a celebração.

Observa-se que, em três dos quatro povoados, as igrejas foram elementos de destaque e demonstram a forte presença do catolicismo na comunidade, já que as festas dos padroeiros

representam as principais manifestações culturais do quilombo. Além disso, as lideranças mencionaram que não existem templos evangélicos e quanto às religiões de matrizes africanas, existem poucas famílias que se declaram adeptas do candomblé e, por isso, a Casa de Terreiro encontra-se sem funcionar.

Entretanto, o “Terreiro de Caboclo” foi um dos elementos destacados na cartografia. Ao perguntar acerca da razão dessa representatividade, as lideranças disseram que tem muitos ritos dessa religião nas festividades do quilombo e que muitos quilombolas deixaram de se declarar “candomblecistas” pois os antigos fazendeiros proibiam as reuniões nos barracões e havia muita discriminação na comunidade para essas práticas.

Percebe-se nessa fala que a intolerância religiosa sempre foi uma realidade vivenciada por essas comunidades e mesmo na atualidade, o diálogo religioso, com respeito à diversidade cultural, é um grande desafio a ser abraçado, inclusive pela Igreja (NASCIMENTO, 2019). Entretanto, é indiscutível a forte religiosidade do povo afro-brasileiro, que mesmo quando as forças hegemônicas não lhes permitiam espaço, buscavam, sem perda de tempo, ressignificar as expressões religiosas e é isso que encontramos nos quilombos, um catolicismo repleto de sincretismo. Assim, mesmo nas comunidades majoritariamente de religião católica, percebe-se o uso de práticas de matrizes africanas (emprego de ervas, benzedeiros, dança de coco, apresentações de roda de capoeira) atreladas aos rituais de celebração dos santos e padroeiras.

A comunidade destacou duas “Braúnas”, que são árvores centenárias que marcam o início do território quilombola e servem de sombra e área de descanso/socialização para os seus moradores. Outro bem natural importante representado pela cartografia foi a lagoa, que corta três dos quatro povoados do quilombo (Serraria, Pontal e Crioulo) e dá nome à comunidade “Lagoa dos Campinhos”. O valor simbólico desse bem natural é evidente, pois a reivindicação do território e mobilização da comunidade começou quando os latifundiários da Fazenda Campinhos mandaram drenar a lagoa para suas propriedades, o que fez com que muitas famílias da região, dependentes da pesca, passassem fome, enquanto viam a morte diária de vários peixes. Para contestar essa injustiça os quilombolas se juntaram e foram reivindicar a posse e propriedade do território.

Ressalta-se que o plantio de arroz nas várzeas e a pesca eram as principais formas de sustento da comunidade, por isso que a perda do direito a esses bens mobilizou a luta pela conquista do território e o acesso a programas sociais do Governo Federal, a exemplo do repovoamento da Lagoa dos Campinhos, realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) que, em 2006, introduziu mais de dez mil

tambaquis na lagoa, voltando a prover o sustento de várias famílias do quilombo. E, além da relação de dependência financeira desse bem natural, a lagoa é cenário para uma das festas mais tradicionais, a corrida de barco.

Registra-se ainda, que a reivindicação da propriedade veio junto com outras conquistas, a exemplo do Programa Habitacional Casa Nova, Vida Nova do Governo Federal que em 2008 construiu 17 casas de alvenaria para substituir as de taipa no povoado Pontal. Nesse processo, a casa que guardava os artefatos históricos do quilombo de taipa foi demolida, sob a promessa de que nesse povoado seria construído um museu da comunidade, o que até a presente data não ocorreu. Esse anseio foi um dos aspectos pontuados no Mapa do Desejo, pois o mesmo representaria a concretização do processo de valorização da memória e cultura do quilombo. A importância da construção desse equipamento social foi suscitada por 21,78% (17) dos entrevistados.

Pela cartografia do quilombo, pode-se perceber que a comunidade é cortada por várias fazendas: Viuvinha, Jacaré, Olho d'Água, Serraria e Lagoa dos Campinhos e a representação desses equipamentos tem um valor simbólico vinculado à conquista da terra pela comunidade.

Percebe-se que o território do quilombo Lagoa dos Campinhos foi obtido dentro de um contexto de insegurança alimentar e muita violência contra os quilombolas, e que a passos lentos, todos os benefícios sociais destinados a essa comunidade foram frutos de muita organização e mobilização. Ressalta-se que, em meados de 2010, a comunidade sofreu fortes ameaças do latifundiário da Fazenda Viuvinha que, além de agressões verbais, atirou contra a comunidade que tentou ocupar a propriedade e cultivar às margens da lagoa.

Mesmo sob fortes reações dos latifundiários locais, a partir de 2011, iniciou-se o processo de desintrusão da área titulada. E em novembro de 2012, cerca de três anos após a o decreto que delimitou o território, os quilombolas da comunidade Lagoa dos Campinhos tinham sido intimados na posse de apenas 114 hectares correspondentes à desapropriação de um imóvel, restando pelo menos outros 22 imóveis serem desapropriados.

Em maio de 2013, o INCRA deu um passo significativo na consolidação deste território quilombola, com a imissão de posse de mais quatro imóveis (sítios da Faveira, Saco da Faveira, Serraria e Serraria I). Seguindo essa tendência, em julho do mesmo ano, mais 38 hectares foram incorporados ao território com a imissão da posse da Fazenda Lagoa do Jacaré, totalizando 16 imóveis de 810 hectares, incorporados ao território. E assim, sob um clima de violência e tensão, a propriedade do quilombo foi sendo efetivamente constituída. Tanto é que as lideranças, no

mapa do desejo e no grupo focal, apontaram como principais anseios a reforma da sede das Fazendas Viuvinha e Campinhos, já que as mesmas marcam conquistas históricas na reivindicação das terras do quilombo (Quadro 18).

Quadro 18 - Principais anseios de Lagoa dos Campinhos/SE

ANSEIOS DA COMUNIDADE DE LAGOA DOS CAMPINHOS	
O QUE TEMOS?	O QUE QUEREMOS?
02 Postos de saúde	Pavimentação das estradas
03 Igrejas católicas	Centro cultural e profissionalizantes
02 Escolas	Conscientização e preservação da cultura e costumes quilombolas
01 Campo de futebol	Reforma da sede da associação e da Fazenda Viuvinha
04 Bares	Trilhas ecológicas
01 Curral	Museu no Pontal
Rio São Francisco	Terreiro no Xangó
Lagoa	Galpão para equipamentos agrícolas
Farofa d'água	Estação de bombeamento, irrigação
Tilápia	Biblioteca
Cutumaré	Quadra de vôlei e de futebol
Caboge	Igreja da Serraria
Piaba	

Fonte: PESQUISA, 2019

Outra preocupação evidente refere-se à geração de emprego e renda, uma vez que a comunidade visualiza o turismo de base comunitária como uma potencialidade local, solicitando, por conseguinte, a abertura de trilhas ecológicas sinalizadas por todo o quilombo, a pavimentação da área, facilitando o acesso para quem entra e sai da comunidade, bem como o tráfego entre os povoados. Demandas, como a construção de uma orla, bares, quiosques e feiras de artesanato também foram feitas, além de ser solicitada a instalação de uma quadra de vôlei de praia às margens do Rio São Francisco para lazer e incremento do turismo no quilombo (Figura 150).

Figura 150 - Mapa do desejo de Lagoa dos Campinhos/SE

Fonte: PESQUISA, 2019

Além disso, assim como nos demais quilombos, o futebol e as rodas de capoeira são atividades esportivas típicas do lugar, sendo a reforma do campo de futebol e a construção de quadras poliesportivas desejos da comunidade.

Corroborando com os dados da cartografia, nas entrevistas, a comunidade pontuou como principais reivindicações: 57,69% (45) o emprego, 35,89% (28) esgotamento sanitário, 24,36% (19) melhoria na assistência à saúde, 23,08% (18), reforma das praças, quadras e áreas de lazer, 21,78% (17) construção do museu e conservação do patrimônio cultural, 20,51% (16) melhoria da infraestrutura e qualidade da educação, 15,38% (12) melhoria das estradas, 9,97% (7) habitação, 7,69% (6) acesso à água potável e 2,56% (2) insumos e maquinários agrícolas.

Essas demandas convergem com a concepção de Qualidade de Vida (QV) apontada pela comunidade, uma vez que 48,72% (38) disseram que QV é ter condições de vida digna com água tratada e saneamento básico, 47,44% (37) é ter saúde, 25,64% (20) possuir alimentação de qualidade, 21,79% (17) emprego, 17,95% (14) serviços e insumos agrícolas, 10,20% (8) ter educação de qualidade e 7,69% (6) consideraram ter casa e segurança como essencial ao bem-estar e qualidade de vida. Deste modo, percebe-se que os conceitos de qualidade de vida dos

quilombolas prezam por aspectos socioeconômicos como renda, infraestrutura, educação, setores essenciais para assegurar a dignidade humana.

A infraestrutura e renda são questões urgentes a serem solucionadas, posto que existe uma parcela significativa da comunidade que depende da implementação de programas sociais (a exemplo do Bolsa Família). Soma-se a isso, baixa escolaridade da população, que tem dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, refletindo níveis altíssimos de desemprego.

Outro aspecto deficitário é o saneamento básico, uma vez que não há rede pública de esgotamento sanitário, sendo comum visualizar esgoto a céu aberto, o que faz com que a salubridade ambiental esteja comprometida, aumentando a probabilidade de adoecimento da população, o que constitui uma preocupação significativa, uma vez que a saúde também foi diagnosticada por, 24,36% dos entrevistados como um setor que possui déficit estruturante.

Percebeu-se ainda a ausência de equipe de saúde da família diariamente na comunid'ade, carência de insumos, equipamentos e farmácia básica com medicações insuficientes para fornecer uma melhor assistência à saúde da população negra. Por fim, observou-se laços tênues de diálogo entre a saúde tradicional e os agentes cuidadores locais (rezadeiras, raizeiros, etc.), o que restringe ainda mais a qualidade do cuidado em saúde.

Constatou-se como medidas urgentes a instalação de uma estação de bombeamento da água do Rio São Francisco, fornecendo água para consumo humano, produção agrícola e dessedentação dos animais; além da confecção de um projeto ambiental para encher a lagoa, gerando renda, uma vez que atividades como a pesca serão fomentadas (Quadro 19).

Outra demanda foi a construção de um galpão para armazenamento dos insumos e maquinários agrícolas, bem como a elaboração de normas de gestão desses equipamentos, otimizando a produção agrícolas.

Quadro 19 - Avaliação de medidas de Lagoa dos Campinhos

AVALIAÇÃO DE MEDIDAS DE LAGOA DOS CAMPINHOS	
Urgentes	Necessárias
Estação de bombeamento	Quiosque
Pavimentação das estradas	Quadra de futebol
Projeto para encher nossa lagoa	Museu
	Centro cultural
	Espaço para pega de boi
	Reforma da escola do Crioulo

	Reforma da Associação quilombola
	Biblioteca
	Esgotamento sanitário
	Quadra de vôlei de praia
	Turismo
	Reforma da sede da fazenda

Fonte: PESQUISA, 2019

Ao lado da igreja visualiza-se a Associação do Território de Remanescentes do Quilombo Pontal do Crioulo onde ocorrem as reuniões da comunidade, esse local tem um valor simbólico para a comunidade, pois é de lá que são estruturadas as demandas da comunidade e acontecem as principais frentes de mobilização e luta. O espaço necessita de reformas, com ampliação das salas, banheiro, armários, pintura e um espaço adequado para guardar os artefatos históricos do quilombo, que por falta de espaço estão dispostos no corredor da associação.

O futebol em Lagoa dos Campinhos é conhecido como de várzea, face ao pequeno tamanho da área e o espaço onde é praticado ser de chão batido. Essa atividade esportiva é muito comum, sendo as “peladas” um dos momentos de descontração mais corriqueiros na comunidade. Ressalta-se que em Lagoa dos Campinhos, o campo de futebol situa-se em Serraria e recebe o nome da negra fundadora da comunidade, chamando-se então “Carlotão”. O anseio das lideranças locais é que seja construída uma quadra esportiva e que o campo de futebol seja reformado para que nele aconteça um torneio de futebol envolvendo todos os quilombos sergipanos.

4.3 AÇÕES PARA FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS QUILOMBOS SOB UM OLHAR DA SUSTENTABILIDADE

O desenvolvimento local foi um conceito criado por Muhammad Yunus, vencedor do Prêmio Nobel da Paz. A ideia é que os atores da região sejam protagonistas na formulação de estratégias, na tomada de decisões e na hora de colocá-las em prática. Partindo desse pressuposto, foi confeccionado um quadro com os principais anseios da comunidade e a partir da cartografia, da fala da comunidade e das lideranças locais foram propostas algumas medidas que, se implementadas, podem favorecer a qualidade de vida nos quilombos analisados, senão vejamos:

Na dimensão ambiental, percebe-se a amplitude do conceito de ambiente, pois extrapola-se a ideia de conservação da natureza, compreendendo como um espaço de convivência social, reprodução econômica, que precisa ser planejado para promover qualidade de vida para as pessoas que ali residem. Assim, deve ser garantido a essas comunidades informações, políticas públicas e assistência técnica adequada para assegurar um melhor manejo do solo e mecanismos que favorecem uma vida saudável e produtiva, dentro da cultura dessas comunidades, a exemplo das abaixo elencadas (Quadro 20).

Quadro 20 - Sugestões de intervenção para a dimensão territorial

Necessidades	Ações	Instituições envolvidas	Quilombos			
			SG	PI	MO	LC
Saneamento Básico	Implantar rede de esgotamento sanitário	DESO; Secretaria Municipal de Obras	X	X	X	X
Gestão de uso e ocupação do solo	Articular recursos com MDA para melhorar a assiduidade e qualidade da equipe técnica de assessoramento produtivo	MDA/INCRA	X	X	X	X
	Incluir a comunidade na equipe de gestão dos recursos naturais	Associação Quilombola	X	X	X	X
	Capacitar a comunidade em gestão e manejo ambiental.	Equipe técnica do MDA e INCRA	X	X	X	X
Disposição adequada de Resíduos Sólidos	Sensibilizar quanto aos prejuízos da queima de lixo e aterro para a qualidade do solo	Equipe técnica das prefeituras Associação Quilombola	X	X	X	X
	Implantar sistema de reciclagem local do lixo		X	X	X	X
	Negociar com poder público proposta de coleta regular de resíduos sólidos		X	X		
Monitorar as áreas de preservação permanente	Delimitar as áreas de preservação, incorporando corredores e faixa de proteção em áreas críticas.	Associação Quilombola, junto com a equipe técnica das secretarias municipais de meio ambiente, ADEMA e INCRA	X	X	X	X
	Promover ações de sensibilização sobre a importância dos rios, lagos, solo e das matas ciliares		X	X	X	X
	Implantar ações sustentáveis de manejo e conservação de solo		X	X	X	X
	Fortalecer o monitoramento ambiental para contenção da desertificação, desmatamento da caatinga e uso inadequado do solo		X		X	

Fonte: Adaptado do Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos. Disponível em: < Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos <https://racismoambiental.net.br> > Plano_PTEESPP >

Ressalta-se que o não planejamento dos espaços rurais, o surgimento dos centros habitacionais de maneira “desordenada”, pode impactar as áreas verdes, gerar pobreza extrema e exclusão social causando adoecimento, assim o planejamento e ordenamento territorial são mecanismos imprescindíveis para assegurar a qualidade de vida dos quilombos.

Logo, o cuidado com a destinação dos resíduos sólidos, com o saneamento básico, a conservação das áreas de preservação ambiental, o adequado manejo do solo, são ações determinantes para assegurar a produtividade e manutenção da sustentabilidade ambiental dessas comunidades, que já possuem uma relação bastante singular e harmônica com a natureza, precisando apenas de ações afirmativas que lhes permitam conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento local.

As ações elencadas para a melhoria dos indicadores socioeconômicos contemplam medidas que visam melhorar o acesso à água, com a garantia de uma regular rede de abastecimento hídrico, fomento agrícola com a aquisição de insumos e maquinários para o aumento da produtividade rural, até a discussão sobre iniciativas agroecológicas que prevejam mecanismos mais harmônicos de manejo do solo e que respeite os valores, ancestralidade e cultura dessas comunidades, instituindo parcerias que dialoguem e não esqueça que são os verdadeiros protagonistas da sustentabilidade desses espaços (Quadro 21). Outra necessidade percebida nos quilombos foi a geração de emprego e renda, posto que o Estado relegou direitos básicos, fazendo com que a maior parte dos entrevistados dependam de programas assistenciais, a exemplo do bolsa família, para sobreviverem. Acredita-se que incentivar as potencialidades locais, fomentar o turismo de base comunitária, investir em cursos técnicos profissionalizantes, melhorar a educação e escolaridade, respeitando os valores e saberes tradicionais são mecanismos que possibilitam o ingresso dos quilombolas no mercado de trabalho, aumentando o poder de consumo e a qualidade de vida nesses espaços.

Quadro 21 - Sugestões de intervenção para a dimensão socioeconômica

Necessidades	Ações	Instituições Envolvidas	Quilombos			
			SG	PI	MO	LC
Acesso a água	Desenvolver pesquisas científicas relacionadas a tecnologias de mitigação da seca e conscientização dos usos dos recursos naturais	Secretaria de Agricultura/COHIDRO, DESO e UFS/SE	X		X	
	Viabilizar a construção de poços e cisternas para irrigação		X	X	X	X

	Implementar água encanada e apresentar proposta de instalação de caixas de água nas habitações que não possuem		X	X		
Iniciativas agroecológicas	Prestar assistência técnica regular e especializada na formação de quintais, hortas, roças e pastagens agroecológicas	MDA, INCRA e Secretaria da Agricultura	X	X	X	X
Fomento agrícola	Garantir crédito rural para aquisição de insumos e maquinários	Associação Quilombola e equipe técnica local	X	X	X	X
	Definir em conjunto as demandas referentes a equipamentos agrícolas		X	X	X	X
	Apoiar na elaboração de normas de gestão de equipamentos		X	X	X	X
Geração de renda	Catalogar os especialistas nativos e artesãos que desenvolvem ofícios tradicionais ou não tradicionais visando elaborar plano de fomento para geração de emprego e renda	Associação Quilombola INCRA Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente	X	X	X	X
	Investir em turismo ecológico e cultural nas áreas naturais com abertura de trilhas e formação de guias.		X		X	X
Habitação	Viabilizar a reforma das casas e oferecer moradia digna aos que ainda não possuem	Caixa Econômica Federal	X	X	X	X
Escolas quilombolas	Articular a criação de escolas quilombolas e a oferta de todos os níveis educacionais	Secretarias municipais e estaduais de educação	X	X		X
	Reformar e adquirir recursos para melhoria da infraestrutura escolar		X	X	X	X
	Definir um calendário de reuniões com a comunidade escolar para discussão do projeto político pedagógico	Associação Quilombola. Comunidade escolar	X	X	X	X
	Incorporar na grade curricular a disciplina “História Oral da Comunidade”, ministrada pelos mais antigos e conhecedores locais	Associação Quilombola e secretarias de educação	X	X	X	X
	Capacitar os professores mediante a realização de cursos e oficinas com outras comunidades quilombolas	Secretarias municipais, UFS e comunidades quilombolas	X	X	X	X
	Inserir itens da culinária local na merenda escolar e incentivar a comprar dos alimentos produzidos pela própria comunidade	Associação Quilombola e Secretarias Municipais	X	X	X	X
Cursos Técnicos	Articular a criação de cursos técnicos voltados a diversas áreas de formação	Secretarias estaduais de educação e MEC	X	X	X	X
Acesso dos jovens as políticas afirmativas	Garantir acesso a cursos pré-vestibulares gratuitos; avaliar o sistema de cotas e bolsas de estudos, para facilitar o ingresso no ensino superior	Associação Quilombola em parceria com as	X	X	X	X

Contratação de professores quilombolas	Inserir critérios de desempate nos editais que favoreçam a contratação de professores da região, priorizando-os	Secretarias municipais e estadual de educação	X	X	X	X
Estruturação da Estratégia de Saúde da Família e Bucal	Contratação de ESF e ESB diariamente nos quilombos	Associação Quilombola. Secretarias municipais de saúde	X	X	X	X
	Articular a aquisição de equipamentos e insumos para o funcionamento da ESF e ESB		X	X	X	X
Acesso aos quilombos	Garantir a manutenção das estradas de acesso ao Quilombo	Secretarias Municipais de Obras	X	X	X	X

Fonte: Adaptado do Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos. Disponível em: < Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos <https://racismoambiental.net.br> > Plano_PTEESPP >

Vários setores carecem da atuação estatal, que vão desde a pavimentação das áreas de acesso aos quilombos para escoamento da produção, conclusão das etapas das habitações quilombolas, suas estruturações físicas, até assegurar o acesso integral, contínuo e permanente à saúde nos ditames preconizados pelo SUS e pela política de assistência integral à população negra.

Na dimensão cultural, a atuação estatal também é essencial, pois a preservação do patrimônio material e imaterial dessas comunidades perpassa também pela conservação dos templos, edificação e manutenção dos museus existentes, incentivo às práticas tradicionais (culinária, artesanato, feiras culturais) fortalecendo a identidade, incrementando a renda e dando visibilidade aos quilombos (Quadro 22).

Quadro 22 - Sugestões de intervenção para a dimensão cultural

Necessidades	Ações	Instituições Envolvidas	Quilombos			
			SG	PI	MO	LC
Museus	Solicitar apoio financeiro e legal ao IPHAN para criar e reformar os museus a fim de preservar a cultura quilombola	Associação Quilombola, IPHAN e Secretaria Estadual de Cultura	X	X	X	X
Áreas de lazer	Ampliar e reformar os campos de futebol, as quadras poliesportivas, praças e parques infantis. Elaborar projeto de desporto. Aquisição de uniformes esportivos	Associação Quilombola, Secretarias municipais de esporte e de obras	X	X	X	X
Práticas tradicionais	Incentivar a produção e venda do artesanato, fomentando a implantação de feiras e pontos de escoamento.	Associação Quilombola; UFS; SEBRAE	X	X	X	X

Promover a divulgação e venda da culinária local, por meio da criação de empreendimentos	X	X	X	X
Articular recursos para confeccionar uniformes para as apresentações das danças afro, samba de coco, etc.;	X	X	X	X
Adquirir instrumentos para as diversas manifestações culturais;	X	X	X	X
Registrar, por meio de filmagens, a memória em movimento destes festejos, com suas especificidades, visando a preservação deste patrimônio imaterial;	X	X	X	X
Realizar oficinas com os mestres da culinária local, envolvendo a comunidade e as cozinheiras das escolas dos quilombos.	X	X	X	X
Reforma da casa de farinha		X		

Fonte: Adaptado do Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos. Disponível em: < Plano de Etnodesenvolvimento Quilombo de Brejo dos Crioulos <https://racismoambiental.net.br> > Plano_PTEESPP >

Enfim, a catalogação do patrimônio material e imaterial faz com que os elos de etnicidade entre seus membros sejam fortalecidos e isso possibilita um maior poder de mobilização e, por conseguinte, uma luta mais estruturada para a conquista dos direitos sociais, secularmente relegados a essas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os quilombos contemporâneos sergipanos possuem modos muito peculiares de organização e manifestação de suas territorialidades e assim como na maior parte do país são predominantemente rurais. Estes espaços foram e são invisibilizados ao longo da história, havendo períodos de conquistas sociais, fruto de muita luta e mobilização, entretanto, muitos direitos básicos de qualquer cidadão ainda são relegados.

As ações do Estado têm papel crucial para viabilizar o processo de inclusão, reparar as injustiças históricas, resguardar a identidade étnica e fomentar igualdade de oportunidade e respeito aos valores culturais em prol da construção de uma sociedade efetivamente democrática. Entretanto, durante a confecção desse trabalho, percebeu-se que há um descompasso entre os avanços em termos da legislação nacional e a efetivação e implementação das políticas afirmativas.

Além da fragmentação e descontinuidade na aplicação das políticas, as comunidades ainda vivenciam uma condição de invisibilidade social, apontando a incapacidade do Estado de promover a dignidade humana de todos os grupos sociais no país, principalmente os que historicamente foram marginalizados e oprimidos.

O diálogo mais estreito com as lideranças e a comunidade quilombolas deve ser um imperativo operacional das políticas públicas. Para que as necessidades das comunidades entrem na agenda política, há de se pensar e fomentar metodologias que promovam os quilombolas como sujeitos ativos, podendo de fato gozar de ações que interfiram em suas realidades, de acordo com a vontade coletiva, propiciando qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, zelando pelas suas tradições, cultura e por isso, foi utilizado na formulação dos indicadores (territoriais, socioeconômicas e culturais) metodologias participativas, a exemplo do grupo focal, cartografia social, e que colocaram os quilombolas como protagonistas.

Conhecer e diagnosticar a realidade das comunidades e traçar um panorama das políticas públicas existentes constituem tarefas imprescindíveis para o melhor planejamento das ações estatais e para o debate sobre a Questão Quilombola. Ficando claro que apenas com efetivação dos dispositivos constitucionais que promovem a inclusão e reparação pelo histórico de exclusão e negligência a que os quilombolas foram submetidos pode-se caminhar para a construção de um país mais justo e equânime.

Percebeu-se que, nos quatro quilombos analisados, acesso a serviços básicos e o vínculo com a terra são aspectos sociais que favorecem a qualidade de vida dessas comunidades, entretanto eles estão sendo negados e o reconhecimento quilombola não veio acompanhado de políticas de fomento e reparação da invisibilidade social desses quilombos.

Os resultados desse estudo demonstram que as condições de vida nos quatro quilombos continuam deficitárias, pois as habitações, esgotamento sanitário, educação e acesso a serviços de saúde (onde os moradores não dispõem nem de uma medicina curativa de qualidade, tampouco de uma preventiva) são precárias e não atendem às especificidades e necessidades básicas da comunidade. O diagnóstico dos quatro quilombos aponta a permanência da situação de vulnerabilidade e uma carência de políticas inclusivas continuadas para resgatar a qualidade de vida e cidadania dessas comunidades.

Observou-se que, mesmo considerando as especificidades locais, os quilombos possuem um vasto e rico patrimônio cultural, que refletem as singularidades, o modo de vida, organização dessas comunidades, as práticas coletivas, celebrações e representações simbólicas. Elementos esses que fortalecem a identidade do quilombo, dando mais coesão ao grupo. É no convívio com o coletivo, que os laços de etnicidade são consolidados.

Assim, os indicadores culturais foram os mais bem pontuados para três comunidades (Serra da Guia, Pirangi e Mocambo), isso refletiu no fato da dimensão mais promissora ser a cultural, uma vez que Serra da Guia (0,625), Mocambo (0,75) e Lagoa dos Campinhos (0,75) tiveram, de acordo com Sobral (2012), um índice acima de 0,6, sendo considerado como “bom”. E os indicadores que mais contribuíram para essa avaliação satisfatória foram os de “Frequência das manifestações culturais” e “Bens culturais”.

Observou-se ainda que os templos, cemitérios e celebrações religiosas nessas comunidades possuem um significado singular, pois a maioria dos eventos mantém uma relação com a fé em santos e padroeiros locais. Além disso, os templos e celebrações nos quatro quilombos são os bens culturais mais preservados, a exceção de Pirangi que não possui igrejas e nem se comemora datas de santos e padroeiras. Por fim, constatou-se que o indicador mais limitante foi o de “Religiosidade”, não pontuado em nenhuma das quatro comunidades.

Acredita-se que, em Pirangi, a qualidade de vida pode ser considerada em construção morosa, pois além da necessidade de melhoria dos aspectos sociais, a dimensão cultural, de acordo com Sobral (2012), foi a mais limitante, percebendo-se que a identidade quilombola é forjada entre o desafio de afirmação também da territorialidade. Os quilombolas reconhecem ser

necessário desenvolver o sentimento de coletividade e estimular a transmissão da cultura aos mais jovens, domínios que exercem influência na sensação de bem-estar da comunidade, e o fato de não residirem no quilombo, tornam os laços de etnicidade menos consolidados.

Ressalta-se, porém, que os processos de identidade vão se mostrando heterogêneos nas diferentes comunidades e isso não coloca em xeque o sentimento de pertencimento ao quilombo, que são relações bem específicas. De modo que o reconhecimento e titularidade de uma comunidade é sobretudo um processo político, não só pela ressignificação do conceito de quilombo, mas pela pluralidade de formas de resistência ao racismo e luta pela conquista de direitos sociais.

Dessa maneira, percebeu-se pelos relatos dos entrevistados que o processo de reivindicação do território das comunidades Mocambo e Lagoa dos Campinhos foram marcados por fortes tensões e violência. E a necessidade de mobilização para a conquista da terra fez com que a comunidade se unisse, tornando o processo de luta mais coeso em prol de reivindicações de políticas afirmativas, estreitando também os elos identitários e de etnicidade dessas comunidades. Tanto é que alguns direitos sociais básicos foram alcançados pelos quilombos titulados de Mocambo e Lagoa dos Campinhos, em detrimento dos outros dois, que são o acesso à água encanada, rede de coleta de resíduos e um processo mais avançado das políticas habitacionais e de crédito agrícola.

Ainda de acordo com a metodologia de Sobral (2012), a pior dimensão para os quilombos Mocambo (0,583) e Serra da Guia (0,416) foi a territorial. Pôde-se pontuar como fatores que propiciaram esse cenário o fato dos quilombos situarem-se no Sertão sergipano, região semiárida, inclusive um deles (Serra da Guia) numa área propícia à desertificação, logo em locais que necessitam de um manejo mais planejado do solo. Soma-se a isso, o fato de que são áreas de péssimo acesso, com necessidade de irrigação do solo, necessitando que o Estado invista em políticas de irrigação, assistência técnica rural contextualizada e adequada à realidade da seca, levando a comunidade a ocupar as APP com cultivos agrícolas e pastagens, pois são regiões mais férteis, o que pode levar ao empobrecimento do solo pela intensa destruição das matas ciliares e vegetação nativa.

Além disso, mensuração de indicadores de sustentabilidade territorial, sobretudo em áreas críticas como o Sertão, pode se configurar como uma importante ferramenta a serviço do planejamento territorial, possibilitando a elaboração de estratégias para a conservação dos ecossistemas, além de ajudar a perceber quais características do território interferem na qualidade da vida das pessoas.

Enfim, o % APP e o saneamento foram os indicadores que tiveram maior impacto nos índices finais de sustentabilidade, pois em nenhum dos quatro quilombos há esgotamento sanitário e um adequado planejamento de uso do solo, evidencia de um percentual significativo de degradação das matas ciliares que circundam os lagos e rios, face à necessidade dessas comunidades aumentarem suas rendas e não disporem de assistências técnicas continuadas, políticas de irrigação que direcionem para as estratégias eficientes de cultivo sustentável.

Acrescenta-se que, em Serra da Guia, sequer tem água encanada e os poços e cisternas não são suficientes para prover água para consumo humano, dessedentação dos animais e produção agropecuária, gerando uma dependência do abastecimento por carros pipas do Governo Federal. Além disso, esse quilombo sequer possui uma coleta pública regular de resíduos e uma rede de esgotamento sanitário, fazendo com que a população descarte os resíduos e dejetos de maneira inapropriada, favorecendo o adoecimento dos moradores e à contaminação do solo e cursos hídricos do quilombo.

É evidente o conflito do uso e da ocupação do solo nas áreas destinadas à preservação, de maneira que o uso conflitivo mais comum é a pastagem e o solo exposto, o que evidencia a presença de atividade antrópica nas áreas legalmente protegidas pela legislação ambiental.

Entretanto, observou-se a preocupação das quatro comunidades com o uso sustentável da terra, uma vez que subsiste e mantém com ela uma forte relação simbólica, eis que os espaços são também lócus de expressão de identidade e territorialidade das comunidades. Do ponto de vista ambiental, houve preocupação em conservar as áreas de vegetação nativa e manter os mecanismos tradicionais de cultivo, não se utilizando agrotóxicos nas plantações, o que demonstra segurança alimentar e preocupação em retirar do solo alimentos que realmente promovam saúde e bem-estar, desta forma constata-se que os indicadores mais sustentáveis da dimensão ambiental para todos os quilombos foram justamente o “% de Reserva Legal” e o “Uso de Agrotóxicos”.

É necessária ainda a adoção de medidas de recuperação das APP e de uma melhor gestão de uso e ocupação do solo, uma vez que desmatamentos e outros usos incorretos dos solos podem comprometer a sustentabilidade e qualidade de vida das comunidades quilombolas.

Ao passo que em Lagoa dos Campinhos, o pior índice de sustentabilidade foi o socioeconômico, pontuado como regular (0,571), e assim como nos demais quilombos, os indicadores que contribuíram para isso foram baixa renda e escolaridade. Essa realidade se refletiu nas quatro comunidades, pois resistir é o que essas comunidades vêm fazendo há séculos,

sendo privadas de acesso às mais diversas políticas públicas e, nem mesmo nos quilombos titulados, políticas básicas sociais como saneamento básico, educação, saúde, geração de emprego/renda são assegurados. Essas comunidades permanecem na invisibilidade tanto é que em todos os quilombos a maioria dos entrevistados recebem menos de um salário por mês e a escolaridade é muito baixa (maior parte ou é analfabeto ou não possui o ensino fundamental completo), sendo totalmente dependentes de programas assistenciais, a exemplo do Bolsa Família.

A análise realizada por meio da metodologia de Calório (1997) demonstrou que os quilombos Pirangi (0,241) e Lagoa dos Campinhos (0,433) tiveram respectivamente os piores e melhores índices. Comparando com os dados de Sobral (2012) esse cenário se repete, pois, os piores índices de sustentabilidade continuam sendo da comunidade Pirangi (0,4063) classificado como “regular” e o melhor de Lagoa dos Campinhos (0,662), avaliado como “bom”.

A metodologia de Calório (1997) possibilita visualizar com maior clareza dos indicadores limitantes (IT2, IT6 e IC2) e que necessitam de uma urgente intervenção, sendo possível verificar se com a implementação de futuras iniciativas públicas ou locais esse índice cresce ou decresce e a partir desse momento auferir a efetividade das ações implementadas. A grande vantagem da metodologia de Calório (1997) é que, considerando um espaço temporal e futuras variações dos valores dos indicadores propostos, pode-se comparar o antigo cenário com o atual, tanto de forma individual como conjunta, inclusive notando quando o crescimento de um indicador isoladamente sem uma interpretação combinada poderá representar piora na sustentabilidade dos quilombos.

Acredita-se que a seleção de indicadores formulados sirva para dar visibilidade às necessidades de políticas afirmativas nesses espaços, bem como mostrem as inúmeras potencialidades locais, a exemplo do turismo de base comunitária, iniciativas de cultivos agroecológicos, educação para a cidadania e sustentabilidade, prática do cooperativismo, etc. Servindo de apoio científico e documental para que o poder público planeje ações e políticas públicas voltadas para as particularidades e reais necessidades dessas comunidades. Frente ao exposto, entende-se que a metodologia de Calório (1997) e Sobral (2012), mostraram-se adequados para gerar um índice final que retrate, ao menos de maneira aproximada, a atual situação de sustentabilidade dos quilombos sergipanos titulados, bem como a qualidade de vida nesses territórios.

Por fim, acrescenta-se que os quilombolas possuem uma relação com a cultura, religiosidade, ancestralidade e natureza bem específica e estes aspectos interferem na qualidade

de vida dessas comunidades. Assim, a utilização de metodologias participativas, sobretudo da cartografia social, foi indispensável para delinear um diagnóstico mais completo dos quatro quilombos, bem como compreender a dinâmica de vida e dos valores desses povos tradicionais. E a participação dos entrevistados como protagonistas nessa análise possibilitou a construção de caminhos de intervenção para a continuidade da busca por desenvolvimento local desses territórios de resistência negra.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. **Pelo Direito Universal à Saúde: Contribuições da Abrasco para os debates da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro, 1985, 95p.
- ABREU, I. de S. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. **Opinião Jurídica. Publicación de la Facultad de Derecho**, v.12, n.24, 2013. Disponível em: <https://revistas.udem.edu.co/index.php/opinion/article/view/723/842>.
- ACSELRAD, H. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, H. (org). **Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: Marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E.C. **Quilombos – Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA/FGV, 2002, p. 43-81.
- _____. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais Do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas**, 2. ed. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.
- _____. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.
- ALMEIDA, M. S; MESQUITA, I.M. Identidade negra, educação e práticas de resistência: uma leitura decolonial num quilombo urbano. **Revista Perspectiva do Centro de Ciências da Educação**, v.37, n. 2, Florianópolis, 2019.
- ALVES, A. da C. **Criação de galinhas caipiras na comunidade Santa Cruz - Brejão dos Negros/SE: perspectivas de uma transição agroecológica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Tecnólogo em Agroecologia) - Instituto Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- ALVES, M. C., JESUS, J. P. de; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.39, n.106, set 2015, p.869-880.
- ANDRADE, R. Mudanças no Cotidiano das Comunidades Tradicionais Pesqueiras de Brejo Grande–Sergipe, Brasil. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 1, p. 187-202, Jan./Jun. 2017.
- ANDRADE, R. S.; ALVES, N. M. de S.; FARIAS, M. C. V.; SANTANA, B. L. P.; FIGUEIREDO, M. A. M. A restinga como recurso para as comunidades costeiras: o caso da comunidade quilombola Santa Cruz-Brejo Grande, SE. **II Seminário Espaços Costeiros**, v.3, 2016.

ARAÚJO, M. A. R. de; SANTANA, M. da C. de; AZEVEDO FILHO, R. D. **Diagnóstico Sócio-Sanitário do Quilombola Serra do Osso Pesqueira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2009.

ARAÚJO, T. M. P. de. **Potencial de Captação da Chuva e Avaliação da Qualidade da Água de Cisternas dm Poço Redondo, Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2015.

ARRUTI, J.M.A. “Quilombos”. In: PINHO, O. S; SANSONE, L. (Orgs). Raça – Novas Perspectivas Antropológicas, 2 ed. **Revista Associação Brasileira de Antropologia**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. Reintroduzindo o relatório histórico-antropológica do Mocambo de Porto da Folha vinte anos depois. **Revista Ambivalências**, v.4, n.7, 2016.

ARRUTI, J.M.A; CRUZ, C; PEREIRA, A; SARTORI, J; SOUSA, C.S; GUSMÃO, H.N.B de; BERTOLOZZI, T.B. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas, 2021. **Informativo Desigualdades raciais e Covid-19**, n.06. Disponível em: informativo-6-o-impacto-da-covid-19-sobre-as-comunidades-quilombolas_1.pdf (socioambiental.org).

ARTESOL - Artesanato Solidário. **Renda de Bilro de Poço Redondo: As filhas da renda**. Poço Redondo, 2003. Disponível em: <https://www.artesol.org.br/asfilhasdarenda>. Acesso em: 10. Jun.2021.

Associação Brasileira de Antropologia. ABA. **Documento do Grupo de Trabalho Sobre Comunidades Negras Rurais**, Rio de Janeiro: 1994, p. 81-82. Disponível em: <http://www.abant.org.br/?code=2.39>. Acesso em 09 nov.2018.

AYALA, M.I. **Cocos: Alegria e devoção**. Natal: EDUFRN, 2000.

AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002. p. 29-37.

BADIRU, A.I; SIMONARD, P. A questão dos quilombos no Brasil: conflito, direito originário e liminaridade. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v.179, n.476, 2018.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 7 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa: Persona, 2009.

BARGAS, J. de K. R.; CARDOSO E CARDOSO, L. F. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488 maio-ago. 2015.

BARRETO, L. M. S.; COUTINHO, M. P. L.; RIBEIRO, C. G. Qualidade de vida no contexto migratório: um estudo com imigrantes africanos residentes em João Pessoa - PB, Brasil Mudanças. **Revista Psicologia da Saúde**, v. 17, n 2, p. 116-122, Jul-Dez, 2009.

BARRETO, P.E; MANSO, V do A.V; GREGÓRIO, M.das N; SILVA, C.F.A da; FERREIRA, B; OLIVEIRA, F.P.P da. Zona Costeira do Estado de Pernambuco: Caracterização ambiental, sedimentar, textural e composicional da praia de São José da Coroa Grande. **Revista Brasileira de Geografia Física**, n. 08, n. 05, p.1303-1320, 2015

BATISTA, E. H. de A. Processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)**, v. 4, n. 19, p. 11-37, set-dez/2020.

BECKER, M. A. **Opinião pública e comunicação dos riscos socioambientais da transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais de Sergipe**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

BERTH, Joice. **Empoderamento: Feminismos plurais**. Coordenação de Dijamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro, editora Pólen livros, 2019, 184 p.

BISPO, A. G. P. **Contextualização, Escola Quilombola, Relações Étnico-Raciais: Aproximações e distanciamentos no livro didático de Ciências**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

BOMFIM, W. de J. A **“Luta pela Terra” no Processo de Regularização Fundiária de Território Quilombola: O caso da comunidade Brejão dos Negros (SE)**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

_____. A territorialização e suas nuances relacionais. **Anais do Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)**. ISSN 2526-3013 2, 2018.

_____. O Reconhecimento do Direito a terra e território da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros (SE). **Anais do Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE)**. ISSN 2526-3013 1, 2016.

BORJA, P. C.; MORAES, L.R.S. Indicadores de saúde ambiental com enfoque para a área de saneamento. Parte 1 – aspectos conceituais e metodológicos. Nota Técnica. **Revista Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 8, n.01, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 26 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. **Decreto Federal no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 8 ago. 2007, p. 316. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

_____. **Decreto Federal n. 6.261**, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm. Acesso em novembro de 2018.

_____. **Instrução Normativa do INCRA de n. 20**, de 19 de setembro de 2005 do Ministério do Desenvolvimento Agrário-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diário Oficial da União, n.185 de 26/09/2005. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

_____. **Instrução Normativa do INCRA de n. 57** publicada em 20/10/2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=78048>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

_____. **Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1981.

_____. Ministério da Saúde. Portaria MS n.992, de 13 de maio de 2009. **Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 14 maio 2009. Seção 1.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>.

_____. **Portal de Saneamento Básico**, 2019. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-rural-um-enorme-desafio-para-o-brasil--portal-do-saneamento>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade Racial. **Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas: Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2013, p.62. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-van-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-politicas-de-promocao-de-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola/@@download/file/pbq.pdf>. Acesso em 26 ago. 2019.

BRASIL DE FATO. Programa de construção de cisternas sofre cortes no orçamento pelo governo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/03/11/programa-de-construcao-de-cisternas-sofre-cortes-no-orcamento-pelo-governo-bolsonaro>. Acesso em 01 set. 2021.

BRITO, M.C.L; JESUS, Y.L; LOPES, E.T. Ciências, Cultura e Educação: Reflexões acerca do “eu” e do “outro” em um processo formativo docente. **Revista Scientia Plena**, v.12, n. 11, 2016.

- BUCCHERI FILHO, A. T.; NUCCI, J. C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 18, p. 48-59, 2011.
- BUENO, W. da C. **Umás poucas linhas sobre racismo ambiental**. 23 nov.2017. Disponível em: <http://justificando.com/2017/11/23/uma-poucas-linhas-sobre-racismo-ambiental>. Acesso em: 05 fev. 2018.
- BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H. (org.) **Justiça Ambiental e Cidadania**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BUONFIGLIO, D., G.; MELO, S. **Coco de Roda Novo Quilombo: Da roda ao centro, imagens e símbolos de uma tradição: performance, tradição e oralidade em Caiana dos Crioulos (Paraíba-Brasil)**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- CÁCERES, L. S. R. Derechos Étnicos y las Contingencias de la Salvaguarda de las Memorias Negras en la Ciudad Espectáculo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, v. 27, p. 22-38, fev-ago, 2013.
- CALHEIROS, F. P.; STADLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Katálogo Florianópolis**, v. 13, n. 1, p. 133-139, jan-jun. 2010.
- CALÓRIO, C. M. **Análise de sustentabilidade em estabelecimentos agrícolas familiares no vale do Guaporé- MT**. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical), Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 1997.
- CAMERINI, J. C. B. Os Quilombos perante o STF: A emergência de uma jurisprudência dos direitos étnicos (ADIN 3.239-9). **Revista Direito GV**, São Paulo, n. 8, v. 1, p. 157-182, jan-jun 2012.
- CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, set. 2006.
- CARDOSO, A. Escravidão em Sergipe: Fugas e quilombos, século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 34, 55- 73, 2005.
- CARVALHO, E. A. Saberes Culturais e Educação para o Futuro. In: TRINDADE, A. L.(org.) **Africanidades Brasileiras e Educação**. [livro eletrônico]:Salto para o Futuro. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013.
- CARRIL, L. de F. B. Quilombo, Território e Geografia. **Revista Agrária**. São Paulo, n.3, p. 156-171, 2006.
- CARVALHO, A. P. C. de. Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 131-157, jul-dez, 2016.
- CARVALHO, A.S; OLIVEIRA E SILVA, D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Revista Interface: Comunicação, educação e saúde. Botucatu, v.18, n.50, p.31-44, ago-nov, p.31-46, set-dez, 2014.

CASTELLS, M. **Ruptura:** A crise da democracia liberal. São Paulo: Zahar, 2018.

CASTILHO, A. G. de. Enfoque Sociológico dos Conflitos Socioambientais e o Movimento por Justiça Ambiental. Dossiê Cultura & Ambiente. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais/UFPB**, n.21, p. 44-58, 2012.

CASTRO, C.N de. **A Agricultura no Nordeste Brasileiro:** Oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para discussão n. 1786. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: Rio de Janeiro: nov. 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91269/1/730686302.pdf>. Acesso em 17 nov. 2019.

CONAQ **Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 2019.** Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/cadastro-ambiental-rural-em-territorios-quilombolas-sem-perda-de-direitos/>. Acesso em 17 de abril de 2019.

CONCEIÇÃO, H.S. **Uso do Território e a Questão Fundiária Quilombola em Sergipe.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CORREA, M.A.O dos S. Comunidades tradicionais quilombolas do Sítio Alto e Mocambo: entre os rituais afro e as práticas pentecostais. **Revista Tear On Line**, São Leopoldo, v. 9 n. 1, p. 19-33, jan.-jun. 2020.

COSTA, C. C.; GOMES, L. J.; ALMEIDA, A. P. Selection indicators of sustainability in the Atlantic Forest fragments in basin hydrographic River Poxim through thegeoprocessing. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia (REGET/UFSM)**, Santa Maria, v..18, n.1, p.209-219, 2014

COSTA, E. S.; SCARCELLI, I. R. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. **Revista de Psicologia da USP**, v. 27, n. 2, p. 357-366, mar –jun, 2016.

CUNHA, F.G; ALBANO, S.G. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. **Revista Latino América**, v.1, 2017.

CUSTÓDIO, E. S. Expressões Religiosas de Matriz Africana em Quilombo Protestante no Amapá – AP. **Revista de Estudos de Religião**. Amapá, v.10, n.01, p 71-90, 2019.

DANTAS, R.A.S.; SAWADA, N.O.; MALERBO, M.B. Pesquisas sobre qualidade de vida: revisão da produção científica das universidades públicas do Estado de São Paulo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n.4, p.532-538, July/Aug, 2003.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. In: **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, n. 45, v. 5, p. 1260-1266, 2011.

DIEGUES, A.C; ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

- DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- EUGENIO, F. C.; SANTOS, A. R.; LOUZADA, F. L. R. O.; PIMENTEL, L. B.; MOULIN, J. V. Identificação de áreas de preservação permanente no município de Alegre utilizando geotecnologia. **Revista Cerne**, Lavras, v.17, n.4, p.563-571, 2011.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** - tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 194.
- FEITOSA, F.R.S; SOBRAL, I.S; SILVA, M. do S. da; GÓIS, D.V. Indicadores de sustentabilidade ambiental para controle do Aedes Aegypti em Aracaju/SE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.09, n.05, p 1574-1590, 2016.
- FERNANDES, C.R. O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás. **Revista Interações**. Campo Grande, v. 16, n. 2, p.45-62, jan-mar, 2015.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.
- FIABANI, A. **Os Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil**. Tese (Doutorado em História) São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Paulo, 2008.
- FLORIANI, N; RÍOS, F.T; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural. **POLIS Revista Latinoamericana**. São Paulo, v.34, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/8759>. Acesso em 10 de jan.2022.
- FOLGADO, C.A. R; SOUZA, M.M.O.de. **Agrotóxicos – violações socioambientais e direitos humanos no Brasil**. Goiás – Anápolis: Editora Universidade Estadual de Goiás, 2016, 296 p.
- FRANÇA, E. T. de; MENDES, J. R. Nós, Os de Lá, Estamos Cá: reflexões sobre a educação escolar quilombola no contexto dos impedimentos à co-presença. **Revista Horizontes**, n.37, 2019.
- FREIRE, N. C; PACHÊCO, A. P. **Desertificação: Análise e Mapeamento**. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. v. 1. 93p
- FREITAS, D. A.; CABALLERO, A. D.; MARQUES, A. S.; VERGARA, C. I. H.; ANTUNES, S. L. N. O. Saúde e Comunidades Quilombolas: uma revisão de literatura. **Revista CEFAC**, São Paulo, 2015.
- FREITAS, G.F; OLIVEIRA, M. L. R de; SOUSA, D.R.N. Transformações ocorridas na vida de atingidos pela barragem de Irapé: o caso do Quilombo de Porto Corís. **Revista Mundo Agrário**. La Plata, v.16, n.33, p.13-28, 2015.
- FRENCH, J. H. Os quilombos e seus direitos hoje: entre a construção das identidades e a história. **Political and Legal Anthropology Rewier**, v. 25, n.2, 2002.

FRIZEIRO, M.G. **Comunidade Quilombola Pirangi. Coleção Terras de Quilombo de Sergipe** – baseado no relatório antropológico de Christiane Rocha Falção. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

G1. **Congresso aprova Orçamento da União de 2021; projeto segue para sanção.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/25/congresso-deputados-approvam-texto-base-do-orcamento-da-uniao-de-2021.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2021.

GENTILI, P. A. A. & SILVA, T. T. **Neoliberalismo, Qualidade total e educação: Visões críticas.** 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GODILHO, H; GIMENEZ, M.C; MOTA, R. **Texto Orientador de Direito Ambiental e Sustentabilidade,** 2017.

GOMES, E. S. **O Regime das Titularidades das Terras Quilombolas em Áreas Urbanas: O Quilombo da Sacopã.** Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2009/relatorio/dir/elisiane_s.pdf. Acesso em 19 nov. 2019.

GOMES, F. dos S. **Histórias de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzalas.** São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Quilombos/Remanescentes de Quilombos. In. SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 367-373.

GOMES, K. de O.; REIS, E. A.; GUIMARÃES, M. D. C.; CHERCHIGLIA, M. L. Utilização de serviços de saúde por população quilombola do Sudoeste da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 29, v. 9, p. 1829-1842, set. 2013.

GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: Resignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade. Campinas**, v.35, p.727-744, 2012.

GONÇALVES, Z.L.T; CABRAL, M.I; NEVES, T.M; SANTOS, C.A.B; NOGUEIRA, E.M de S. Sociedades Tradicionais e Conservação da Natureza. **Revbea**, São Paulo, v. 13, n.479, p. 79-86, 2018.

GUERRERO, A. F. H.; OLIVEIRA E SILVA, D.; TOLEDO, L. M. de; GUERRERO, J. C. H.; TEIXIERA, P. Mortalidade Infantil em Remanescentes de Quilombos do Município de Santarém - Pará, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.16, n.2, p.103-110, 2007.

GUIMARÃES, R. S. Urban Interventions, Memories and Conflicts: Black heritage and the revitalization of Rio de Janeiro's Port Zone. **Vibrant**, n.1, v.10, p.1-23, ago-nov, 2013.

GUIMARÃES, W. R; SHIMADA, S.de O. A Comunidade Quilombola da Maloca e as Categorias Geográficas–Território e Lugar no Ensino-Aprendizagem em Geografia: Utilizando Recursos Audiovisuais. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v.10, n.1, 2017.

HACKING, T; GUTHRIE, P. A framework for clarifying the meaning of Triple Bottom-Line, Integrated, and Sustainability Assessment. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 28, n. 2-3, fev-abr 2008, pag. 73-89

HAMMOND, L. D.; MCLAUGHLIN, M. W. Policies that support professional development in an era of reform. **Phidelta Kappan**, v. 76, n. 8, p. 597-604, 1995.

HAUENSTEIN, P. P.; ARGENICH, E. N. de A. Breves Apontamentos sobre as Ações Afirmativas e Suas Importâncias na Concretização dos Direitos Fundamentais e da Dignidade Humana. **Congresso Biopolítica e Direitos Humanos**, 2018.

HERCULANO, S. Lá como Cá: Conflito, injustiça e racismo ambiental. Texto apresentado no **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental de Fortaleza**, 20 a 22 /11/2006.

_____. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **I Encontro da ANPPAS – Indaiatuba, São Paulo**. 2002. Disponível em: http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Herculano_2002_justica_ambiental.pdf Acesso em 10 de out. 2016.

IANOVALI, C. A. D.; RIBEIRO FILHO, A. A.; KHATOUNIAN, C.A. Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: a agricultura quilombola no Vale do Ribeira - São Paulo, Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.49, p.221- 238, 2018.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: Agregado de Setores Censitários dos Resultados do Universo. Rio de Janeiro, julho, 2002.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=publicacoes>. Acesso em 01 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>. Acesso em: 14 de julho. 2016.

IZIDORO, R.; CORREIA, F. Fotografia como Dispositivo na Construção do Conhecimento Geográfico: A Experiência no Mocambo. **Revista Intersaberes**, v.12, n.26, 2017.

LACERDA, R. dos S. **Territorialidade, Saúde e Meio Ambiente**: Conexões, saberes e práticas em comunidades quilombolas de Sergipe. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

LACERDA, R. dos S.; MENDES, G. Reterritorialização, Conflitos Ambientais e Saúde em Comunidades Quilombolas de Sergipe. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**. Dossiê Temático “Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas”, v. 8, n. 18, nov. 2015 – fev. 2016, p.239-254.

LACERDA, R. dos S.; MENDES, G. Territorialidades, saúde e ambiente: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil. **Revista Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 9, n.1, 2018.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 16, v. 3: 424, set-dez, 2008.

LIGHTFOOT, C; BIMBAO, M.A.P; DALSGAARD, J.P.T; PULLIN, R.S.V. Aquaculture and sustainability through integrated resources management. **Outlook on Agriculture**, v. 22, n.3, p.143-150,1993.

LIMA FILHO, P.M; CARDOSO E CARDOSO, L.F; ALENCAR, E. Festas de Santo, Território e Alianças Políticas entre Comunidades Quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Revista Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, n. 1, 2018.

LIMA, E. de A.; LIMA, E. P. de. **Comunidades Tradicionais Quilombolas em Sergipe: A problemática da formação sócio-histórica no currículo das escolas “quilombolas” e a consciência política da luta por reconhecimento**. In: 8º Encontro Internacional de Professores e 9º Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2016, Aracaju. Anais Estado, Escola e Sociedade na Perspectiva da Internacionalização: desafios das políticas públicas docentes nos planos de educação. Aracaju: UNIT/ Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015, v.8, n.1, p.1-17.

LIMA, M. R. de. O juiz e o compartilhamento do mundo da vida. **Revista Civitas**. Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 504-522, set-dez., 2017.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade Quilombola e Território**, p.1-25, 2010. Disponível em:

<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

MAPBIOMAS. **Processamento Digital**: Canal de conteúdos GEO. MapBiomass: plataforma online mapeia uso da terra no Brasil. São Paulo: MAPBIOMAS, 2019

MARCOM, F.; BOMFIM, W. Processos Identitários e a Comunidade Quilombola Luziense. **Revista Ambivalências** - Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP, v.4, n.7, 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, A. S.; FREITAS, D. A.; LEÃO, C. D. A.; OLIVEIRA, S. K. M.; PEREIRA, M. M.; CALDEIRA, A. P. Atenção Primária e Saúde Materno-Infantil: A percepção de cuidadores em uma comunidade rural quilombola. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, n. 19, v. 2, 365-371, 2014.

MARQUES, C. E.; GOMES, L. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: Limites e potencialidades. **Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBCS**, v. 28, nº 81, 2013.

MARQUES, C. E. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009.

MEADOWS, D. H. **Indicators and Information Systems for Sustainable Development**. 1998.

MEDEIROS, M.S. de; AUGUSTO, L.G da S; BARCA, S; SACRAMENTO, D.S; SANTIAGO NETA, I.S; GONÇALVES. I.C; COSTA, A.M. A saúde no contexto de uma reserva de desenvolvimento sustentável: o caso de Mamirauá, na Amazônia Brasileira. **Revista Saúde e Sociedade**, v.27, n.1, jan-mar, 2018

MENESES, R.C.T.; ZENI, P.F.; OLIVEIRA, C.C.C; MELO, C.M. Promoção de saúde em população quilombola nordestina. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v.19, n.1, 2015.

MINAYO, M.C.S.; HATZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine; LINERA, Álvaro Garcia. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**, 2ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE. **Em Sergipe, FPI alerta sobre situação das comunidades tradicionais do sertão**. Disponível em: <https://www.mpse.mp.br/fpi/index.php/2019/11/15/em-sergipe-fpi-alerta-sobre-situacao-das-comunidades-tradicionais-do-sertao/>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MIRANDA, F. G. **Memória das Árvores**: Um estudo etnoarqueológico na Mussuca (Laranjeiras/SE). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia), Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

MIRANDA, I de S; RAYOL, B.P. Quintais agroflorestais na Amazônia Central: caracterização, importância social e agrobiodiversidade. **Revista Ciências Florestais**. Santa Maria (RS), v. 29, n.04, out-dez, 2019.

MIRANDA, S. A. de. Quilombos e Educação: Identidades em disputa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 193-207, 2018.

MOMBELLI, R. **Comunidades Quilombolas em Santa Catarina**: Resistência negra e luta pela terra. Chapecó: UFSS, 2015

MONKEN, M. **Desenvolvimento de Tecnologia Educacional a Partir de Uma Abordagem Geográfica para a Aprendizagem da Territorialização em Vigilância da Saúde** Tese (Doutorado em Saúde Pública), Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

MOURA, D.V. Justiça Ambiental: um instrumento de cidadania. **Revista Eletrônica Qualit@s**, v.9, n.1, 2010.

MUCELLIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.20, n.1, p.111-124, 2008.

MUNANGA, K. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida no **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, 05 nov. 2003**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012 [1883].

NASCIMENTO, G. A. R. do; BATISTA, M. R. R.; NASCIMENTO, M. A. R. do. Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 432-447, jul-set 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NEVES, F de J. **Fatores Associados ao Déficit Estatural em Crianças Quilombolas Menores de 5 Anos na Região Nordeste do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia em Saúde Pública) Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

NEVES, P.S.C. Etnicidades e lutas sociais no campo no Brasil contemporâneo: um estudo de caso. **Revista Ambivalências**, v.4. n.7, 2016.

NODARY, R. O.; GUERRA, M. P. Agroecologia: Estratégias de pesquisas e valores. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.29, n.83, p.183-207, 2015

NOGUEIRA, A. M. Mata ciliar na proteção de fluxo de nutrientes em corpos hídricos lacustres. **Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais)**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.

NÓS, Mulheres Negras: Diagnóstico e Propostas – **Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância**. 2001.

NUCCI, J. C. Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília, MSP. **Revista Humanitas**, FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

NUNES, P. M. P. Conflitos étnicos na Amazônia Brasileira: processos de construção identitária em comunidades quilombolas de Alcântara. **Colombia Internacional**, n. 84, p. 161-185, maio 2015.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. Ariús: **Revista de Ciências Humanas e Artes**. Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 9–16, 2008.

OLIVEIRA, A. R. G. de.; ALEXANDRE, L. M. de M. O papel das comunidades tradicionais de Santa Luzia e do Povoado Mocambo-SE, destacando o potencial de cada comunidade, incluindo a proposta do turismo de base comunitária. **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES – UFS/SE**. 2016.

OLIVEIRA, E. F. de; CAMARGO, C.L; GOMES, N.P; CAMPOS, L.M; DE JESUS, V.S; WHITAKER, M.C.O. Consulta de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento: significados de mães quilombolas. **Revista Escola Anna Nery**, v. 22, n.1, jul, 2018.

OLIVEIRA, E. A. de; VARGAS, M. A. M. Território do Maracatu nação patrocínio do Brejão Sergipe. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPEG**, 2015.

OLIVEIRA, S. K. M.; PEREIRA, M. M.; FREITAS, D. A.; CALDEIRA, A. P. Saúde materno-infantil em comunidades quilombolas no norte de Minas Gerais. **Revista Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 3, p. 307-313, jan-abril, 2014.

OLIVEIRA, W. J. F. de. De gente de cor a quilombolas: desigualdades, religião e identidade. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 139-156, jan-abr. 2013.

OMAR, D. Proposta de um Conjunto Mínimo de Indicadores Biofísicos para o Monitoramento da Sustentabilidade em Sistemas Agroflorestais. **Revista CERNE**, v.7, n.1, p.041-053, 2001.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevencao and Control of Dengue and Dengue Haemorrhagic Fever: comprehensive guidelines**. Nova Deli: Regional Office for South East Asia World Heath Organization, 1999.

ONU MULHERES BRASIL, 2017. Mulheres quilombolas: liderança e resistência para combater a invisibilidade. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-lideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

OVALLE, L. A.; RIBEIRO, Y. G. Garantia de direitos e burocracias estatais: mediadores universitários, protagonistas quilombolas e a tradição em disputa. **Revista Horizonte Antropológica**, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 215-242, jan./abr. 2018.

PARÉ, M.L; OLIVEIRA, L. P. de; VELLOSO, A.D. A Educação para Quilombolas: Experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). **Caderno Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, 2007.

PASSOS, G. S.; SILVA; H. R. da C.; SANTOS, G. J. dos. Geografia e prática investigativa: diagnóstico socioambiental da comunidade quilombola Pontal da Barra. **10º Encontro Internacional de Formação de Professores/ENFOPE. 11 Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional/ INFOPIE**. 2017.

PASSOS, T.S; HORA, A.B; DA PAIXÃO, A.L.S.S; DOS SANTOS, J; ALMEIDA-SANTOS, M.A; OLIVEIRA, C.C da C. Educação em Saúde para prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis em Comunidades Quilombolas. **Revista de Enfermagem UFPE On line**, Recife, v.11, n.10, 2017.

PELUZIO, T. M. de O. **Imagens aerofotogramétricas e orbitais na determinação do uso e de ocupação do solo e Áreas de Preservação Permanente (APPs) 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. In: Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Manole, 2011.

PINHEIRO, R. C. dos S. **TBC no território quilombola Brejão dos Negros/SE: uma proposta de desenvolvimento turístico local**. Instituto Federal de Sergipe – IFS Departamento de Pós-graduação Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo - PPMTUR/IFS. 2018.

PINTO, L. V. A.; BOTELHO, S. A.; DAVIDE, A. C.; FERREIRA, E. Estudo das nascentes da bacia hidrográfica do Ribeirão Santa Cruz, Lavras /MG. **Revista Scientia Forestalis**, Piracicaba, n.65, p.197-206, 2004.

PRADO, B.C; OLIVEIRA, C.C da C; SANTOS, M.A.A. Avaliação Integrada dos Preditores da Hipertensão Arterial Sistêmica em Afrodescendentes de Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe. **SESPESQ: Anais da 19ª Semana de Pesquisa da Universidade Tiradentes. “Matemática para o desenvolvimento da Ciência”** - Universidade Tiradentes, 2017.

QUILOMBOLAS NO BORDADO. Quilombolas no Bordado. Mocambo, 12 de novembro de 2020. Instagram: @quilombolas_nobordado. Disponível em: https://www.instagram.com/quilombolas_nobordado/. Acesso em: 05 de jun.2021

QUILOMBO MOCAMBO. Quilombo Mocambo. Mocambo, 26 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombomocambo/>. Acesso em: 05 de jun.2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, 2000, v. 11, n. 2, p. 342-386.

RABINOVICH, E. P.; BASTOS, A.C de S. Famílias e Projetos Sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo em São Paulo. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 12, n. 1, p. 3-11, 2007.

RANGEL, T.L.V. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. **Revista RIDH** -Bauru, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2016.

REIS, M. C. G. Reflexões sobre a Construção da Identidade Negra num Quilombo pelo Viés da História Oral. **27ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, 21 a 24 de novembro de 2004. Anais...**, 2004.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, J. S.; UMBELINO, L. F.; OLIVEIRA, V. P. S. A importância dos estudos groambientais nos territórios quilombolas no estado do Rio de Janeiro. **Revista Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v.4, n.2, p.104- 108, 2018.

RICARDO, L.M. **O uso de plantas medicinais na medicina popular praticada em assentamentos do MST do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o SUS**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2011.

RISCADO, J. L. de S.; OLIVEIRA, M. A. B. de; BRITO, A. M. B. de. Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de

prevenção do HIV/AIDS em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, supl.2, p.96-108, 2010.

RODRIGUEZ, L. S. Reconocimiento étnico, derecho a la habitación y los impasses de la custodia del patrimonio afrodescendiente en Río de Janeiro. **Memoria e Sociedade**, Bogotá, v. 18, n. 37, p. 94-111, jul-dez 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Desenvolvimento: Incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAILANI, C. J. Desafios da etnografia: tensões do fazer antropológico na construção de relatórios técnicos em comunidades quilombolas. **Revista Identidade**. São Leopoldo, v.20, n1, 2015.

SALAINI, C.J; JARDIM, D.F. Batalha dos Papéis: Notas sobre as tensões entre procedimentos escritos e memória na regularização fundiária de terras de quilombos no Brasil. **Revista Universitas Humanistas**. Bogotá- Colombia, n.80, 2015.

SANTANA, J.H dos S; ARAÚJO, S.S de F; FREITAG, R.M.K. Documentação do Português Falado em Comunidades Rurais Afro-brasileiras de Sergipe: Patrimônio e Memória. **Revista Palimpsesto – Dossiê**, Ano 17, v.28, 2018.

SANTANA FILHO, D. M. de **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI**. 1. ed. Jundiaí: Paco, 2018.

SANTANA, G.P.G. Tradição e resistência ao ritmo do tambor. **Revista Espaço Acadêmico**. Minas Gerais, Ano XX, n.226, jan/fev, 2021, p.112-124.

SANTOS, A. H. dos. A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**. São Paulo, v.20, n.3, p.10-25, set, 2018.

SANTOS, A. P; OLIVEIRA, V.P.G; NEVES, A.S; TORRES, R.C. Avaliação de índices antropométricos para identificação de risco cardiovascular em população Quilombola. **International Nursing Congress – Universidade Tiradentes**, 2017.

SANTOS, A. R. R. dos. **Indicadores Socioambientais do Alto Sertão Sergipano: Relações de poder e convivência com a seca**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, A. da S.dos; OLIVEIRA, L. C. L. de; CURADO, F. F.; AMORIM, L. do O. Caracterização e desenvolvimento de quintais produtivos agroecológicos na comunidade Mem de Sá, Itaporanga D’Ajuda-Sergipe. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n.2, p. 100-111, 2013.

SANTOS; C. B. dos; PEDROSO, B; SCANDELARI, L.; PILLATI, L.A. Interpretação da sintaxe do SPSS para análise de dados do WHOQOL-100 e relação de dependência entre dados

e resultados. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.** Ponta Grossa/PR, v. 02, n. 01, jan./jun. 2010.

SANTOS, D. M. S; PERDO, B. S; OLIVEIRA, C.C. da C; ALMEIDA-SANTOS, M.A. Prevalência da Hipertensão Arterial Sistêmica em Comunidades Quilombolas do Estado de Sergipe, Brasil. Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC). **Revista Arq. Brasileira de Cardiologia**, v. 133, n.3, 2019.

SANTOS, D. L.; SANTOS; G. J. dos; RIBEIRO, C. A. F. Anotações para o ensino da geografia cultural: territórios de tradições afro-brasileiras em Aracaju e Laranjeiras/SE. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional 9**, v.1, 2016.

SANTOS, E. S.; VELLOSO, T. R.; NACIF, P. G. S.; SILVA, G. Oferta de Escolas de Educação Escolar Quilombola no Nordeste Brasileiro. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019.

SANTOS, J.G. dos; SILVA, J.N.D. da; A Influência da Cultura Local no Processo de Ensino e Aprendizagem de Matemática numa Comunidade Quilombola. **Revista Bolema**, Rio Claro (SP), v. 30, n. 56, ago-out, 2016.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão.** Petrópolis: EDUPS, 2007, p.176.

SANTOS, N. B. **Resistência e Desafios na Garantia da Posse da Terra na Comunidade Quilombola de Mocambo no Município de Porto da Folha – SE.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2014.

SANTOS, L.M; NEVES, S.L.S; DAYRELL, C. A. Comunidade Remanescente de Quilombo: modos de produção e reprodução na luta pelo território. **Revista Desenvolvimento Social.** Unimomontes – MG, v. 25, n. 1, jan/jun,2019, p.139-154.

SAQUET, M. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Ano 5, n. 10, 1º Semestre de 2002.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. Brasil: **Uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L. **Uma história de ‘diferenças e desigualdades’: as doutrinas raciais do século XIX.** In: O Espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERGIPE. Governo investe na revitalização da cultura quilombola em Poço Redondo. Disponível em: <https://www.se.gov.br/noticias/Desenvolvimento/governo-investe-na-revitalizacao-da-cultura-quilombola-em-poco-redondo>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SEYFERTH, G. **A invenção da raça e do poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico/93. Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SILVA, D.S. **Sítio Alto**: Entre dança, história e etnicidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia) São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SILVA, D. S. A questão quilombola no cenário político brasileiro e sergipano: Uma breve discussão. **Anais do VI Congresso Sergipano de História e VI Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**. 2017.

SILVA, G.; MELO, S. F. B. de. Análise religiosa e cultural das comunidades quilombolas na atualidade. **V Colóquio de História**. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1371-1384.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SILVA, J. A. N. da. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade quilombola do Estado da Paraíba. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.16, n.2, p.111-124, ago-dez, 2007.

SILVA, J. L. da. **Fotos de Lagoa do Dia da Consciência Negra**. Lagoa dos Campinhos, 2020.

SILVA, J. L. da. **Projeto de Realização de Evento Cultural na Comunidade Quilombola Lagoa dos Campinhos**. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Comunicação Social), São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SILVA, M. G.; CÂNDIDO, G. A.; MARTINS, M. F. Método de construção do índice de Desenvolvimento Local Sustentável: uma análise metodológica e aplicada. **Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais**, Campina Grande, v.11, n.1, p.55-72, 2009.

SILVA, M.J.G da; LIMA, C.S da S; HAMANN, E.M. Uso dos Serviços Públicos de Saúde para DST/HIV/AIDS por Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.2, jan- jul, 2010.

SILVA, A.R.F da. Políticas para as comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Revista de Ciências Sociais- Política e Trabalho**. Rio de Janeiro, n.48, jan-jun, 2018, p.115-128.

SILVEIRA, D. **63,7% dos desempregados no Brasil são pretos ou pardos, aponta IBGE**. G1, 17 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/637-dos-desempregados-no-brasil-sao-pretos-ou-pardos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 6 fev. 2018.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa e o Combate ao Racismo Institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SOARES, I. P. Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira. **Revista Katálogo**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 574-583, set.-dez. 2018.

SOUZA, M.R de; BRESSANIN, J.A. Quem é pardo no brasil? Uma análise dos sentidos de pardo nos modos de definir cor ou raça. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**. Mato Grosso: UNEMAT, v.12, n°02, edição especial (Enalihc), 2018, p.75-89.

SOBRAL, I.S. **Instrumentos de gestão ambiental como subsídio para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento de reforma agrária de Sergipe**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SOBRAL, I. S.; ALMEIDA, J. A. P.; GOMES, L. J. **Indicadores de Sustentabilidade e Ecologia da Paisagem: Planejamento e gestão ambiental em assentamentos de reforma agrária**. Washington: Novas Edições Acadêmicas, 2012

SOUSA, J.C.L; CAMBRAIA, R.P; VINOLAS-PRAT, B. Método de evaluación de la calidad de vida de los quilombolos en Brasil. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. xvii, n. 55, 2017.

SOUZA, G. M. F.; LIMA, M. M. L. Empreendedorismo Sustentável: Estudo de caso na Associação de Agricultores de Hortifrúti Orgânicos na cidade de Juazeiro do Norte/CE. **Revista Inteligência Competitiva**, Santana do Parnaíba, v.10, n.1, p.16-35, 2020

SOUZA, J.; GRILLO, A. **A Ralé Brasileira: Quem é e como vive**. 3. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018a.

SOUZA, J. **Subcidadania Brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018b.

SOUZA, M. R. de; BRESSANIN, J. A. Quem é pardo no Brasil? Uma análise dos sentidos de pardo nos modos de definir cor ou raça. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2019.

TAKAHASHI, F.G.M; ALVES, V.P. Imagens representacionais das políticas públicas à educação e à saúde, no imaginário de um grupo de idosos da comunidade Quilombola–Kalunga, de Monte Alegre de Goiás. **Revista Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v.23, n. 88, p. 29-42, ago, 2015.

TANEZINI, T.C.Z. **Territórios em Conflito no Alto Sertão Sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia), São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2015.

TAVARES, F; BASSI, F; CAROSO, C. Patrimônio Festivo, Étnico e Terapêutico: Religiões Afro-Brasileiras e Cultura. **Vivência – Revista de Antropologia: Dossiê**. Bahia, n.55, 2020, p.52-77

TORALES, A. P. B.; NASCIMENTO, A. I. C.; TEODORO, M. L. de F.; VARGAS, M. M.; OLIVEIRA, C. C. da C. Características Familiares de Quilombolas no Nordeste Brasileiro. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas Agrárias e da Saúde**, Londrina, v.19, n.3, p.101-109, mar, 2015.

TORALES, A.P.B; VARGAS, M. M; OLIVEIRA, C. C. C. Autoestima nas Comunidades Quilombolas do Nordeste Brasileiro. **Revista Relicário**, Uberlândia, v. 5, n. 10 jul- dez. 2018.

TREECE, D. Candeia, o projeto quilombo e a militância antirracista nos anos 1970. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 70, p. 166-188, ago. 2018.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VERGARA, C. I. H.; ANTUNES, S. L. N. O. Saúde e Comunidades Quilombolas: uma revisão de literatura. **Revista CEFAC**, São Paulo, 2015.

YABETA, D.; GOMES, F. Memória, Cidadania e Direitos de Comunidades Remanescentes (Em torno de um documento da história dos Quilombolas da Marambaia). **Revista Afro-Ásia**, n. 47, p. 79-117, 2013.

APÊNDICE A: ENTREVISTA COM OS MORADORES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

1. Perfil dos moradores da comunidade quilombola

Identificação:

1.1 N° do Entrevistado: _____

1.2 Endereço: _____

1.3 Sexo: () Masculino () Feminino

1.4 Idade: _____

1.5 Grau de Escolaridade: _____

Motivo pelo qual não prosseguiu nos estudos.....

2. Indicadores socioeconômicos

2.1 Abastecimento público com regularidade

() Outros. Quais?.....

Se houver falta periódica de abastecimento público de água, com que frequência ela acontece?

2.2 Acesso à escola

() Não possui escola na comunidade, nem transporte escolar

() Não possui escola na comunidade, mas tem transporte escolar precário para levar a cidade mais próxima

() Não possui escola, mas tem transporte escolar em boas condições para levar a cidade mais próxima

() Tem transporte escolar em bom estado **Acesso à água:**

() Rio, açude

() Poço, cisterna, carro de pipa

() Abastecimento público sem regularidade

()

e escola próximo e/ou no quilombo.

2.3 A comunidade tem acesso a crédito agropecuário?

() Nunca acessaram

() Crédito Apoio Inicial

() Crédito Apoio Inicial e Fomento

2.5 Existe coleta de resíduos sólidos em sua comunidade?

() Sim

() Não.

2.6 Com que regularidade ela acontece?

() Não há coleta de resíduos sólidos

() Há, diariamente

() Há, 01 vez por semana

() Há, 02 ou mais vezes por semana

() Há, mensalmente

2.7 Tem acesso a rede elétrica?

() Sim, mas falta periodicamente

() Sim, com regular periodicidade

() Não. Outros

2.8 Como sua família obtém água potável?

() Filtro de barro com vela

() Água fervida e/ou filtrada

() Água potável na rede

() Outros.....

2.9 Titularidade do imóvel

() Casa própria ou de familiares

() Aluguel

() Outros.....

2.10 Tipo de habitação

() Barracos de lona, taipa e palha

Casa de Alvenaria sem reforma

Casa de Alvenaria com reforma

2.11 Qual o sistema de saúde implantado?

Sem sistema de saúde

Saberes populares (rezadeira, benzedeira, uso de plantas medicinais)

Posto de saúde

ESF na comunidade

ESF em povoado ou distrito vizinho

Outros.....

2.12 Consegue ser atendido nas Unidades de Saúde da sua comunidade?

Nunca consegue ser atendido

Às vezes consegue

Na maioria das vezes consegue

Sempre consegue

A que atribui a dificuldade? _____

2.13 Consegue marcar exames e consultas especializadas no Sistema Único de Saúde (SUS)?

Nunca consegue

Às vezes consegue

Na maioria das vezes consegue

Sempre consegue

A que atribui a dificuldade? _____

2.14 Há espaços de participação pública e/ou deliberativa na comunidade? Se sim, qual (is)?.....

Qual a frequência dessas reuniões? _____

2.15 Tipos de trabalho remunerado existentes na comunidade?.....

2.16 A comunidade é beneficiária de algum programa social? Se sim, qual?.....

2.17 Existem pessoas na comunidade sem documentação? Se sim, qual documento e quem?.....

2.18 Quais os principais anseios e reivindicações da comunidade?.....

.....2.19 Existem conflitos na comunidade? Se sim, quais?.....

2.20. O que está pensando da situação atual dos programas sociais voltados à comunidade quilombola (a exemplo do Brasil Quilombola)?

2.21 Renda familiar

Sem rendimento

Até 1 salário

Mais de 1 a menos que 2 salários

De 2 a 3 salários

Mais de 3 a menos de 5 salários

De 5 a menos de 10 salários

3. Indicadores territoriais

3.1 Qual o destino dos resíduos sólidos?

Jogado em terreno baldio

Jogado no rio

Queimam e aterram

Recolhido pelo serviço público

Aproveitado para compostagem ou reciclagem

Outros _____

3.2 Esgotamento Sanitário ou Destino dos dejetos?

Esgoto a céu aberto

Fossa séptica

Tratamento de esgoto realizado pela rede pública

3.3 Principais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade?.....

3.4 Principais produtos cultivados na comunidade?.....

3.5 Modo de produção desses alimentos

() Agroecológico

() Orgânico

() Cultivo Tradicional (com uso de agrotóxicos). Qual o produto utilizado?.....

4 . Indicadores Culturais

4.1 Religião

() Não possui religião

() Espirita

() Católica

() Matrizes africanas (Candomblé, umbanda, etc)

() Outras.....

4.2 Idioma ou dialeto falado na comunidade.....

4.3 **Como você se autodeclara em relação raça, cor e gênero?**

Comente.....

4.4 Principais festas e manifestações culturais ocorridas na comunidade? Quando e com que frequência acontecem?.....

4.5 **Quais as práticas e saberes tradicionais desenvolvidos em sua comunidade? Onde, quando e quem está diretamente envolvido?**.....

4.6 **Quais os símbolos culturais e referências históricas existentes no quilombo?**.....

4.7 As tradições e cultura da comunidade são repassados aos mais jovens? Se sim, quando e como isso acontece?.....

APÊNDICE B: ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Perfil dos Entrevistados

Nome do Entrevistado: _____
 Atribuição que exerce na comunidade.....
 Endereço: _____
 Sexo: () Masculino () Feminino
 Idade: _____
 Grau de Escolaridade: _____
 Motivo pelo qual não prosseguiu nos estudos.....

Perguntas:

1. Para vocês, o que é quilombo?

2. Tem dificuldade de se reconhecer como quilombola?
 () Sim () Não . Por que?

3. Comente como se deu o processo de reconhecimento e titulação de sua comunidade

4. O que vocês sabem sobre a história de sua comunidade? Comente sobre ela.

5. Quais as festas e manifestações culturais existentes na sua comunidade? Quando e com que frequência elas acontecem?

6. Como você se considera:
 () Negro () Pardo () Branco () Amarelo
 () Indígena () Outros _____
7. Você já sofreu preconceito ou presenciou alguém ser desrespeitado por ser negro e/ou quilombola? Se, sim, comente a respeito desse fato.

8. Você faz parte de algum grupo, movimento ou coletivo na comunidade? Se sim, qual? E com que frequência?

9. Quais são os elementos culturais que fazem parte de sua comunidade (música, dança, objetos, vestimentas, comidas típicas, história oral, poemas, etc)?

10. Quais as doenças e/ou enfermidades que mais acometem as pessoas da comunidade?

11. Quando você e as pessoas da comunidade adoecem procuram quais serviços de saúde? Existem técnicas alternativas de cuidado na comunidade? Se sim, quais?

12. Você faz uso de ervas medicinais? Se sim, quais? Como obtém? Com que frequência usa? E para que elas servem?

13. Qual a sua principal fonte de renda? E a da comunidade?

14. Quais os principais produtos cultivados?

15. Como é realizado o manejo agrícola?
Comente _____ () Uso indiscriminado de agrotóxicos ou defensivos agrícolas
() Uso controlado de agrotóxicos ou defensivos agrícolas
() Não utiliza agrotóxicos ou defensivos agrícolas

16. Quais os créditos agropecuários recebidos pela comunidade? E como a assistência técnica acontece?

17. Como a comunidade é vista fora do território quilombola?

18. O que vocês entendem por qualidade de vida? Quais aspectos são importantes para alcançá-la?

19. Quais políticas públicas foram implantadas na sua comunidade após a titulação? Elas efetivamente contribuíram para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade?

20. Quais os conhecimentos tradicionais que você possui? E como os transmite as futuras gerações?

21. Quais as potencialidades de sua comunidade e como fazer para fomentá-las em prol de uma melhor qualidade de vida?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Eu, _____, RG n° _____, residente à _____, n° _____, bairro _____, na cidade de _____, declaro que fui convidado (a) participar da pesquisa citada e estou consciente das condições sob as quais me submeterei, estando as mesmas detalhadas abaixo:

Esta é uma pesquisa que tem como tema: **PERSPECTIVAS DE QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE SERGIPE: um olhar voltado para a sustentabilidade** foi elaborada pela pesquisadora, Flavia Regina Sobral Feitosa, doutoranda do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal de Pernambuco - PE, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho. Este estudo objetiva avaliar a perspectiva de qualidade de vida dos quilombos do estado de Sergipe a partir de indicadores de sustentabilidade, que contemplem as dimensões culturais, socioeconômicas e territoriais. A pesquisa será realizada em 04 (quatro) comunidades quilombolas do estado com titulações emitidas pelo INCRA: Lagoa dos Campinhos (Amparo do São Francisco); Mocambo (Porto da Folha), Pirangi (Capela) e Serra da Guia (Poço Redondo). Os sujeitos que farão parte da pesquisa são: gestores das políticas quilombolas do Estado de Sergipe; lideranças e quilombolas das comunidades estudadas. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quali-quantitativa, realizado através da coleta e análise dos dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo serão utilizadas técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), tais como: a caminhada transversal com registros fotográficos e diário de campo, a aplicação da matriz Fortaleza, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) e a Realidade- Desejo (VERDEJO, 2006). Além disso, serão realizados grupos focais com diferentes segmentos da comunidade e aplicadas entrevistas junto aos moradores das quatro comunidades estudadas.

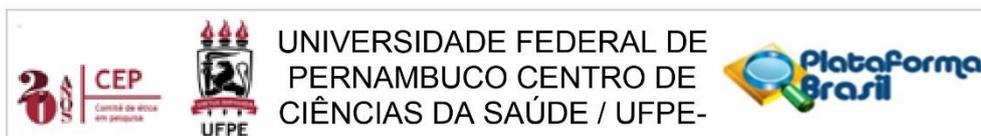
O estudo será importante, uma vez que, a partir dos resultados obtidos, espera-se demonstrar se as políticas públicas implantadas estão contribuindo de fato para a melhoria da qualidade de vida quilombola, e em que medida as matrizes e práticas culturais dessas comunidades estão sendo conservadas de forma a assegurar a sustentabilidade socioambiental dos territórios dos quilombolas. Os sujeitos escolhidos para esta pesquisa serão entrevistados, tomando como base um roteiro de entrevista e os objetivos das oficinas. Os mesmos não terão qualquer gasto ou compensação financeira e não serão utilizadas informações em seu prejuízo, respeitando assim a sua integridade física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e espiritual. A entrevista se realizará no dia, horário e lugar previamente escolhidos pelas partes, tendo um local reservado exclusivamente para a pesquisadora e o pesquisado, livre da escuta e observação das demais pessoas, garantindo o sigilo e confidencialidade da conversa durante e após a mesma, como também a não identificação de sua pessoa. Contudo, há o risco de alguma pergunta causar-lhe constrangimento, estresse, fadiga, embaraço, tristeza ou incômodo; se isso ocorrer, você não é obrigado a respondê-la e, caso desista de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento, sem que haja nenhum tipo de penalidade. A pesquisadora se compromete a evitar as adversidades que conduzem o risco da pesquisa. Caso permita, a entrevista será gravada e transcrita, de forma integral, para o papel, podendo ouvi-la se achar necessário e ainda consertar ou retirar o que você falou, sem que isso cause qualquer problema ou prejuízo. As fitas com a entrevista gravada serão guardadas durante cinco anos pelas pesquisadoras e após esse tempo, serão destruídas. Afirmamos que, em qualquer momento, você como entrevistado poderá pedir todos os esclarecimentos sobre a pesquisa, assim como sobre todos os procedimentos utilizados pela pesquisadora. Esta pesquisa deverá ser divulgada apenas em eventos de cunho científico como congressos, simpósios, seminários e publicações em periódicos, revistas científicas, livros, artigos, entre outros. Após ter sido informado sobre a pesquisa, caso concorde participar, por livre vontade deverá assinar juntamente conosco este consentimento em duas vias, ficando com uma cópia do mesmo.

Aracaju/SE, _____ de _____ de _____

Pesquisadora: Flavia Regina Sobral Feitosa _____
Fone: 79- 99941-0205

Entrevistado: _____

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERSPECTIVAS DE QUALIDADE DE VIDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DE SERGIPE: UM OLHAR VOLTADO PARA A SUSTENTABILIDADE

Pesquisador: Flavia Regina Sobral Feitosa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 85354218.9.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.632.398

Apresentação do Projeto:

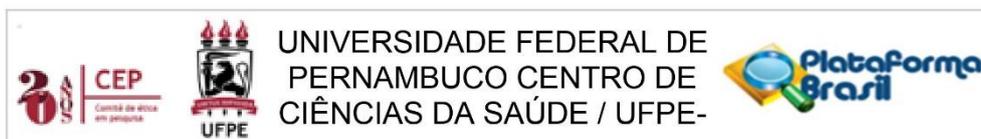
O estudo é do tipo exploratório e descritivo. Possui natureza quali-quantitativa, em que serão utilizados dados estatísticos, mas sem desvalorizar as falas e percepções dos sujeitos envolvidos. O método científico a ser utilizado é o hipotético-dedutivo, pois a objetividade e a elaboração de parâmetros fidedignos são necessárias para traduzir as dificuldades dessas comunidades em superar a situação de vulnerabilidade ambiental, socioeconômica e cultural vivenciadas. Logo, o problema de pesquisa consiste em avaliar quais as perspectivas de qualidade de vida vislumbradas a partir do acesso às políticas públicas provenientes da titulação dos territórios quilombolas, e em que medida tais políticas têm assegurado à perpetuação da cultura, a equidade ambiental e socioeconômica e a reparação de injustiças históricas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Avaliar a perspectiva de qualidade de vida dos quilombos do estado de Sergipe a partir de indicadores de sustentabilidade, que contemplem as dimensões culturais, socioeconômicas e territoriais.

Objetivo Secundário: a) Identificar as políticas públicas implantadas para as comunidades

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.632.398

quilombolas após a titulação, por meio de diagnóstico socioambiental das comunidades quilombolas em estudo; b) Definir e mensurar indicadores de qualidade de vida, na perspectiva da sustentabilidade, que contemplem as dimensões culturais, socioeconômicas e territoriais para as comunidades quilombolas de Sergipe; c) Propor ações de desenvolvimento local para as comunidades quilombolas do Estado de Sergipe a partir de indicadores de qualidade de vida que contemplem as dimensões culturais, socioeconômicas e territoriais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Na pesquisa há os riscos inerentes a todo tipo de estudo que envolve ser humano, ou seja, o risco de alguma pergunta causar constrangimento, estresse, fadiga, embaraço, tristeza, ou incômodo ao entrevistado; se isso ocorrer o mesmo não é obrigado a respondê-la e, caso desista de participar, poderá fazê-lo a qualquer momento, sem que haja nenhum tipo de penalidade. No entanto, a pesquisadora se compromete a manter o sigilo ético e evitar condutas que provoquem constrangimento ao entrevistado, de modo que os riscos da pesquisa se tornem praticamente nulos, conforme versa a Resolução n.01 do Conselho Nacional de Saúde/1988.

Benefícios: Contribuir para avaliar as políticas públicas implementadas nas comunidades após a titulação, observando em que medida as mesmas servem para minimizar a situação de invisibilidade destes povos, mediante ao acesso de serviços sociais básicos e valorização dos saberes, práticas e culturas. As comunidades estudadas não serão remuneradas para participar deste estudo; no entanto, a pesquisadora se compromete a socializar os dados com os entrevistados e se disponibiliza a ajudar os atores sociais a rediscutir os caminhos trilhados em prol de uma melhor qualidade de vida, uma vez que este estudo gerará indicadores de sustentabilidade que refletirão a realidade vivenciada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A Pesquisa apresenta relevância tanto do ponto de vista científico quanto da perspectiva de contribuição social.

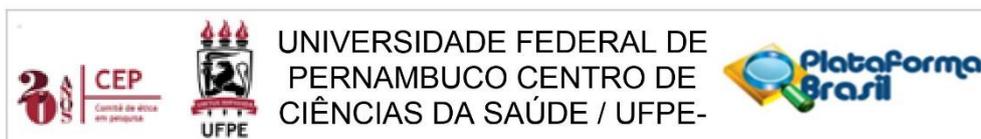
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão em conformidade com as Norma vigentes.

Recomendações:

Não há recomendações.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.632.398

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Parecer favorável à aprovação por este Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres humanos da UFPE.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO para iniciar a coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio da Notificação com o Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

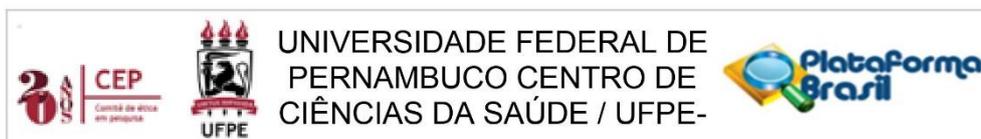
Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética, relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

O CEP/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1055946.pdf	15/03/2018 09:26:45		Aceito
Declaração de Pesquisadores	Vinculo.jpg	15/03/2018 09:26:18	Flavia Regina Sobral Feitosa	Aceito
Declaração de	TermoConfidencialidadeFlaviaassina	15/03/2018	Flavia Regina Sobral	Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.632.398

Pesquisadores	do.pdf	09:25:42	Feitosa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Doutorado_Flaviacomit.doc	15/03/2018 09:24:51	Flavia Regina Sobral Feitosa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMaiores18Flavia.doc	15/03/2018 09:24:23	Flavia Regina Sobral Feitosa	Aceito
Outros	CurrLattesFlavia.pdf	14/03/2018 10:36:18	Flavia Regina Sobral Feitosa	Aceito
Outros	CurrLattesClaudio.pdf	14/03/2018 10:34:21	Flavia Regina Sobral Feitosa	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_Quilombola.JPG	02/02/2018 16:10:05	Flavia Regina Sobral Feitosa	Aceito
Folha de Rosto	Comite_de_Etica_Flavia.pdf	02/02/2018 16:01:11	Flavia Regina Sobral Feitosa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 03 de Maio de 2018

Assinado por:
Gisele Cristina Sena da Silva Pinho
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

ANEXO B: INDICES DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO PARA SERRA DA GUIA/SE

Vpn	Dn	Pn	Sn		%	Dn	Pn	Sn		%	Dn	Pn	Sn
3,873999	1,690107	4,114438	1,864609		91,29941	48,33405	94,7173	821,251		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,66477					49,80115					100,00			
2,66477	1,174111	3,497964	1,51953		49,80115	27,09229	71,79426	599,9315		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,157047					66,69507					100,00			
3,157047	1,16887	3,506814	1,532612		66,69507	26,74141	72,01245	609,4155		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,687711					50,58843					100,00			
2,687711	1,61664	2,758976	0,589152		50,58843	50,58843	50,58843	0		100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,213601					0					100,00			
1,213601	0,445998	1,4366	0,266024		0	0	0	0		100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,213601					0					100,00			
1,213601	2,779974	3,935206	0,84981		0	91,3968	91,3968	0		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,876837					91,3968					100,00			
3,876837	1,491301	4,747833	2,890255		91,3968	36,17159	113,7842	1650,819		100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,127528					100					100,00			
4,127528	1,764865	4,398487	2,16542		100	50,44938	104,2402	1048,163		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,904582					58,031					100,00			
2,904582	1,348057	3,057363	0,976904		58,031	38,13613	59,21091	233,2653		100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,862086					22,25469					100,00			
1,862086	1,184539	2,878993	0,911917		22,25469	31,68499	52,66984	206,6109		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,711359					51,4					100,00			
2,711359	1,45722	3,887903	1,766563		51,4	38,92876	86,23653	762,6217		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,607226					82,14431					100,00			
3,607226	1,331647	4,288422	2,370288		82,14431	30,39958	97,87165	1234,43		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,637971					83,19942					100,00			
3,637971	1,50587	4,635684	2,712176		83,19942	37,49557	110,3475	1502,757		100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,127528					100					100,00			
4,127528	1,761961	4,399755	2,169476		100	50,31925	104,2685	1051,534		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,910022					58,21768					100,00			
2,910022	1,750589	2,987153	0,690493		58,21768	55,02863	58,34065	36,1202		100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,313694					3,435					100,00			
1,313694	2,468262	3,714576	0,86541		3,435	80,32249	83,63672	51,8161		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,647195					83,51595					100,00			
3,647195	1,399885	4,460539	2,552037		83,51595	33,02088	103,9181	1377,228		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,873999					91,29941					100,00			
INDICE DE SUSTENTABILIDADE			26,69268		INDICE DE SUSTENTABILIDADE			11185,96		INDICE DE SUSTENTABILIDADE			30705,59
										ÍNDICE FINAL			36,42973

ANEXO C: ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO (1997) PARA PIRANGI/SE

Vpn	Dn	Pn	Sn		%	Dn	Pn	Sn		%	Dn	Pn	Sn
4,877372	3,418014	4,957247	1,426363		100	100	100	0		100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,619108					0					100,00			
1,619108	2,259265	3,785194	1,079712		0	63,62	63,62	0		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,692015					63,62					100,00			
3,692015	1,383151	4,075685	2,051385		63,62	27,22969	67,78484	513,8827		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,076203					44,72					100,00			
3,076203	1,261803	3,304384	1,261697		44,72	27,05314	45,88657	161,5475		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,270761					20					100,00			
2,270761	0,856987	2,498545	0,766706		20	13,13495	20,40748	27,74341		100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,869343					7,68					100,00			
1,869343	2,274957	4,029916	1,322051		7,68	63,37937	70,76968	97,76776		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,915532					70,48					100,00			
3,915532	1,654714	5,040043	3,189484		70,48	34,31036	96,75518	1129,421		100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,50984					88,72					100,00			
4,50984	2,579327	4,647381	1,796617		88,72	72,22879	89,47439	288,4447		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,205595					18					100,00			
2,205595	0,918274	2,818523	1,001192		18	12,48281	28,9614	89,21239		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,513176					27,44					100,00			
2,513176	1,41619	3,679871	1,55716		27,44	31,59803	57,31402	275,5176		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,430377					55,59					100,00			
3,430377	1,476526	4,454227	2,479355		55,59	29,26207	78,98603	734,1781		100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,00155					73,12					100,00			
4,00155	1,488571	4,433042	2,440027		73,12	30,01859	78,5293	712,1224		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,375964					53,92					100,00			
3,375964	2,116137	5,184736	2,974077		53,92	53,40027	103,6601	973,9091		100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,877372					100					100,00			
4,877372	2,164964	5,166141	2,898299		100	55,37333	103,3267	926,2252		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,289946					51,28					100,00			
3,289946	1,341268	3,538634	1,453528		51,28	29,09611	52,87805	235,0759		100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,446055					25,38					100,00			
2,446055	1,441877	3,654104	1,51111		25,38	32,91648	56,78824	253,4126		100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,420276					55,28					100,00			
3,420276	2,091919	5,194784	3,013114		55,28	52,40675	103,8434	998,4736		100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,877372					100					100,00			
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE			32,22188			ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE		7416,934			ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE		30705,59
										ÍNDICE FINAL		24,155	

ANEXO D: ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO (1997) PARA MOCAMBO/SE

Vpn	Dn	Pn	Sn	%	Dn	Pn	Sn	%	Dn	Pn	Sn
3,2644	1,50323	4,371949	2,34449	75,55	40,22461	107,8892	1364,66	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,9762				100,00				100,00			
3,9762	1,442252	4,498113	2,569503	100,00	36,78353	111,5488	1559,014	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,5777				86,31				100,00			
3,5777	1,418357	3,873993	1,778312	86,31	38,47125	91,36786	903,4551	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,7519				57,95				100,00			
2,7519	1,715037	2,81772	0,58081	57,95	54,63648	58,07857	37,37003	100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,1685				3,57				100,00			
1,1685	0,42286	1,327969	0,224685	3,57	3,570248	3,570248	0	100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,0646				0,00				100,00			
1,0646	3,008239	4,024516	0,764559	0,00	100	100	0	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,9762				100,00				100,00			
3,9762	1,45254	4,676272	2,81802	100,00	36,46195	117,3301	1773,67	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,9238				98,20				100,00			
3,9238	1,419614	4,461768	2,53731	98,20	35,84823	110,2216	1532,392	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,5801				86,40				100,00			
3,5801	1,59051	3,791626	1,560104	86,40	46,34826	89,52124	722,476	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,4126				46,30				100,00			
2,4126	1,008055	3,088445	1,201075	46,30	22,41838	63,40795	485,8502	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,7562				58,10				100,00			
2,7562	1,523746	4,001777	1,853723	58,10	42,66504	96,04368	958,3444	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,7236				91,32				100,00			
3,7236	1,587674	3,969961	1,767932	91,32	45,56927	95,3053	886,081	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,6287				53,72				100,00			
2,6287	1,796532	4,200723	1,887897	53,72	53,54846	103,6337	970,2788	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,9762				100,00				100,00			
3,9762	1,702249	4,236359	2,006798	100,00	49,50007	104,4525	1072,979	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,7942				59,40				100,00			
2,7942	1,754931	2,859567	0,590479	59,40	56,04467	59,53481	38,84184	100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,1700				3,62				100,00			
1,1700	1,715256	2,819275	0,581835	3,62	54,6401	58,13005	37,92321	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,7533				58,00				100,00			
2,7533	1,214546	3,616157	1,623436	58,00	29,9994	81,77656	791,5027	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,2644				75,55				100,00			
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE			26,69097		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE		13134,84		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE		30705,59
									ÍNDICE FINAL		42,7767

ANEXO E: ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DE CALÓRIO (1997) PARA LAGOA DOS CAMPINHOS/SE

Vpn	Dn	Pn	Sn	%	Dn	Pn	Sn	%	Dn	Pn	Sn
4,8710	1,809442	5,822112	4,367162	97,47	36,37006	116,9194	1760,492	100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,9638				100,00				100,00			
4,9638	1,821258	5,547427	3,864021	100,00	37,78552	109,9759	1484,098	100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,3098				82,17				100,00			
4,3098	1,644797	4,721397	2,715356	82,17	34,13345	88,03155	886,9459	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,4882				59,76				100,00			
3,4882	2,036072	3,588814	1,041683	59,76	50,81168	60,15272	105,0354	100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,6534				9,73				100,00			
1,6534	1,338495	2,865701	0,818114	9,73	30,47912	39,77933	69,15698	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,7396				39,35				100,00			
2,7396	2,518965	5,064749	2,410265	39,35	62,41695	99,61742	692,738	100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,8710				97,47				100,00			
4,8710	2,196233	5,147508	2,839828	97,47	51,96942	101,0505	927,123	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,2278				52,66				100,00			
3,2278	1,555337	4,411143	2,354861	52,66	31,95881	79,70393	711,3675	100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,0391				74,79				100,00			
4,0391	1,663543	4,335046	2,164885	74,79	36,25254	78,3005	615,4528	100,00	36,74997	118,375	1806,211
2,9674				45,56				100,00			
2,9674	1,3123	3,901865	1,888793	45,56	24,57901	65,44057	499,8588	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,5240				60,74				100,00			
3,5240	1,433511	4,451322	2,511115	60,74	26,91286	79,93754	792,3448	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,9451				72,22				100,00			
3,9451	1,479298	4,74986	2,903946	72,22	27,41702	87,70588	988,4418	100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,0753				75,77				100,00			
4,0753	1,876559	5,457837	3,653793	75,77	40,12884	107,9507	1368,612	100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,9638				100,00				100,00			
4,9638	2,130897	5,286028	3,117686	100,00	49,45736	104,4624	1074,108	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,4774				59,47				100,00			
3,4774	1,843296	3,607097	1,189304	59,47	44,67559	60,21152	174,8648	100,00	36,74997	118,375	1806,211
1,8935				16,28				100,00			
1,8935	1,710907	3,469172	1,140238	16,28	40,80098	56,31827	163,3618	100,00	36,74997	118,375	1806,211
3,3339				55,56				100,00			
3,3339	2,134441	5,169656	2,933165	55,56	49,88022	101,4523	978,0511	100,00	36,74997	118,375	1806,211
4,8710				97,47				100,00			
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE			41,91421		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE		13292,05		ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE		30705,59
									ÍNDICE FINAL		43,2887